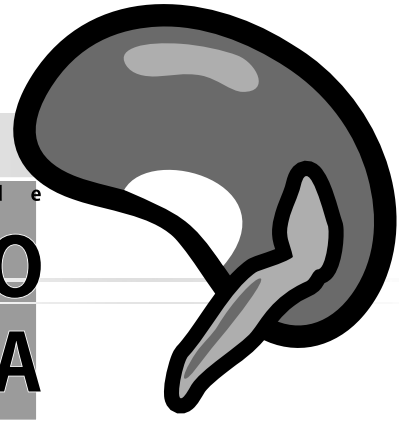
ISSN 2178-9428

Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos - ISPAE
Faculdade Campo Real

CADERNO DE RESUMOS 2015

encontro de

VIII INICIAÇÃO CIENTÍFICA



INSTITUTO SUL PARANAENSE DE ALTOS ESTUDOS
ISPAE

FACULDADE CAMPO REAL

CADERNO DE RESUMOS 2015

APRESENTAÇÃO

A presente publicação é fruto dos trabalhos apresentados no VIII Encontro de Iniciação Científica realizado no ano de 2015.

Trata-se de trabalhos originados das pesquisas dos alunos dos cursos de graduação da Faculdade Campo Real, orientados por seus professores. Os trabalhos foram apresentados tanto na forma de painéis como também de comunicações orais.

A cada ano a Faculdade Campo Real aperfeiçoa seus mecanismos de incentivo à pesquisa, promovendo eventos em que alunos e professores têm a oportunidade de apresentaro resultado de seus trabalhos.

No presente volume há trabalhos dos mais diversos temas, construídos mediante revisão bibliográfica e também a partir de pesquisas empíricas.

Encontro de iniciação científica: caderno de resumos / Faculdade Campo Real. – Vol. 8 (2015) – Guarapuava: ISPAE, 2010-

E562

Anual

ISSN 2178-9428

1. Iniciação Científica - Periódicos. I. Faculdade Campo Real. II. Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos.

Elaborada pelo bibliotecário Eduardo Ramanauskas

CRB9 - 1813

O CONTEÚDO DOS TRABALHOS É DE RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

EXPEDIENTE

INSTITUIÇÃO:
Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos (ISPAE)- Faculdade Campo Real

DIREÇÃO GERAL INSTITUCIONAL:
Edson Aires da Silva

COODENAÇÃO ACADÊMICA:
Sonia Maria Hey

ORGANIZAÇÃO GERAL:
Ana Claudia da Silva Abreu e Patricia Manente Melhem Rosas

COMISSÃO CIENTÍFICA DO EVENTO:
Professor Jonatã da Silva Mariani
Professora Maria Luiza Klein
Professor Marcos Francisco Bonetti
Professor Odair Oliveira Junior
Professora Juliane Zielinski
Professora Taila Falleiros Lemos Schimitt
Professor Lauro Augusto Ribas Teixeira
Professor André Luiz Snak
Professor Gonzalo Ogliari Dal Forno
Professora Hanan Khaled Sleiman
Professora Ana Claudia da Silva Abreu
Professora Elizania Caldas Faria
Professor João Ricardo Ribas Teixeira
Professora Patricia Manente Melhem Rosas
Professor Rudy Heitor Rosas
Professora Thiemi Silvestri Netto
Professora Selma Assumpção Dias
Professor Altair Justus Neto
Professora Flavia Silva de Souza
Professora Angela Maria de Camargo
Professora Cristiane Mormino Kuster
Professor Mateus Cassol Tagliani
Professora Cristiane Alcântara dos Santos
Professora Greice Daiane Rodrigues Gomes Redivo
Professora Luciana Villanova Obici
Professora Luciana Luiza Pelegrini
Professor Leandro Vagner Mascarello
Professor Marcos Roberto Barbosa
Professor Carlos Bernardo Gouveia Pereira
Professor Claudinei Cerconi
Professor Julio Cesar Cabral
Professor Leandro Rossi Martins Xavier
Professora Aline Aparecida da Silva
Professora Esther Devantir Mendes
Professor Michel Pereira de Souza
Professora Caryna Eurich Mazur
Professora Patrícia Chiconatto
Professora Simone Carla Benincá
Professora Vania Schimitt
Professora Maria Elda Garrido
Professora Samarah Perszel Freitas
Professora Vanessa Lobato
Professor Marco Antonio Cacilho
Professor Luan José Vaz Chagas
Professor Juliano Gross

COMISSÃO OPERACIONAL DO EVENTO:
Professor Leandro Martins Xavier
Professora Adriana Loli
Adriana Juliani
Anderson José Furmann
Silvana Chimeres Garcia Machado

ÍNDICE

ADMINISTRAÇÃO 5
ARQUITETURA 14
BIOMEDICINA 15
DIREITO 28
ENFERMAGEM 128
ENGENHARIA AGRONÔMICA 156
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO 165
MEDICINA VETERINÁRIA 168
NUTRIÇÃO 172
PSICOLOGIA 192
PUBLICIDADE E PROPAGANDA 205

ANALISE DAS BOAS PRATICAS DE FABRICAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO MEL NA EMPRESA CERCOPA, VISANDO QUALIDADE DO PRODUTO

FRANCIELE APARECIDA MARTINAZZO
MAURICIO ANTONIO BOGUCHEWSKI CAMPOS

Avaliar a qualidade do mel produzido na região de Guarapuava é fundamental para o crescimento da produção, considerando que investir em pesquisas para a cadeia produtiva do mel é favorecer a produção de um produto de qualidade superior ao existente no momento. Esse trabalho tem como objetivo identificar gargalos produtivos nas apiculturas, com a finalidade de melhorar a qualidade do produto final e evitar perdas durante o processo produtivo, além de avaliar a gestão da produção e qualidade do mel por meio do uso das Boas Práticas de Fabricação (BPF) do mel. O projeto proporciona benefícios múltiplos tanto para colaboradores quanto para os gestores, objetivando alcançar o padrão ideal e definir a identidade do produto. As boas práticas de fabricação representam uma ferramenta de princípios para o correto manuseio de alimentos abrangendo desde as matérias-primas até o produto final, de forma a garantir a segurança ao consumidor com produtos de qualidade. A qualidade do mel produzido está relacionadas a análise do mel em seu estado natural como chega para o beneficiamento, processo produtivo dentro da área de produção e envasamento do mesmo. Desta forma, torna-se importante estudar e analisar a qualidade, as boas práticas de fabricação, a padronização do produto, gerando informações que possam minimizar gargalos produtivos, perda de produto e falta de qualidade no produto final. As Boas Práticas de Fabricação do mel são ferramentas da administração da produção que têm como principal objetivo tornar o processo produtivo o mais eficiente possível. São indispensáveis para a obtenção de um produto saudável, puro e sem adulteração para o consumo humano, envolvendo etapas do processo produtivo desde o manejo do campo até o consumidor final. É necessário que sejam aplicadas as boas práticas desde os apiários até a empresa para que haja a garantia da qualidade do mel produzido e processado.

BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO, MEL, ADMINSTRAÇÃO DA PRODUÇÃO

ANÁLISE DO CLIMA ORGANIZACIONAL NA ESCOLA DE NATAÇÃO PRIMEIRO ESTILO VISANDO VANTAGEM COMPETITIVA

MAYARA SCHAFER BORGES
TALITA MARIA GOMES MENDES

As organizações não sobrevivem sem as pessoas, e as mesmas precisam das empresas para sobreviver. Sendo assim, é evidente a necessidade de ambas estabelecerem uma parceria para que seus objetivos e metas sejam alcançados. Para que a empresa cresça de modo significativo, deve-se avaliá-la como um todo, evidenciando a saúde, o entrosamento e a motivação das pessoas no ambiente de trabalho, proporcionando benefícios tanto para os colaboradores quanto para os gestores. Proporcionar condições ambientais adequadas, controlando os fatores causadores de stress e analisando métodos preventivos, para reduzir e prevenir tais causas, visando à saúde e o bom desenvolvimento de todos na organização. A desmotivação e as doenças psicossomáticas dos colaboradores devem ser analisadas com olhares críticos. Para precaver esses pontos, deve-se identificar as principais causas, corrigir e realizar a manutenção das estruturas no ambiente. Nos últimos anos, os índices de exigência por produtos e serviços de qualidade aumentaram de forma significativa, fatores dependentes dos colaboradores, que devem estar em um clima positivo dentro da organização, para atender às necessidades dos seus clientes. A qualidade no ambiente de trabalho reflete no comportamento da empresa e influencia no comportamento dos colaboradores. Se for boa, eleva o rendimento profissional, se ruim, reflete de modo negativo, reduzindo esse rendimento, ocasionando a elevação de custos para a empresa, ocorrendo até mesmo rotatividade de funcionários. A gestão eficiente desses fatores pode reverter essa situação, dando mais atenção a essa causa e como resultado obtendo vantagem competitiva perante a concorrência. Diante deste cenário se propôs, no trabalho ora apresentado, analisar o clima organizacional e a personalidade de cada colaborador, colocando em prática alguns planos de ação para avaliar tais problemas.

CLIMA ORGANIZACIONAL, GESTÃO DE PESSOAS, QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

ANÁLISE DO POTENCIAL DE CRESCIMENTO DO SUPERMERCADO SANTA CRUZ ATRAVÉS DO PERFIL DO CONSUMIDOR

ANA CLAUDIA THEINL FERRAZ
BRUNA SANGA GIACOMINI
EPITACIO NOGUEIRA

Este trabalho foi desenvolvido pela equipe de estágio, através de uma pesquisa de campo na empresa Supermercado Santa Cruz, com objetivo geral de diagnosticar e identificar as possíveis falhas ocorridas no departamento de Marketing da empresa, bem como analisar as ações e o atual posicionamento da empresa. As ações que a empresa desenvolve através do composto de marketing podem refletir em resultados positivos ou negativos, isso depende muito da forma com que foi desenvolvido suas estratégias e qual objetivo que a empresa pretende alcançar com essas ações. As estratégias de marketing devem ser elaboradas através de analises do ambiente interno e externo, para que seu objetivo seja cumprido faz necessário um planejamento e gerenciamento das etapas de cada atividade desse processo. Através desse gerenciamento é possível identificar possíveis falhas que possam estar acontecendo, e que venham prejudicar o sucesso que a empresa busca com essas ações. Foi realizado um diagnóstico empresarial no Supermercado Santa Cruz, onde foi identificado que as ações que a empresa desenvolve em seu composto atual não são suficientes para atingir os objetivos propostos, como fidelizar sua carta de clientes e também buscar novos clientes no bairro onde atua. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de pesquisas quantitativas destinadas a clientes e moradores do bairro onde a empresa atua, com intuito de identificar o perfil do consumidor, e, entrevista com a gestora da empresa. Os resultados obtidos através dos questionários são satisfatórios, pois possibilitou a identificação dos pontos em que a empresa pode melhorar e reestruturar suas ações, bem como a elaboração das sugestões de melhorias. O Supermercado Santa Cruz mesmo contando com uma estrutura satisfatória e oferecendo produtos de qualidade a seus clientes, ainda não possui um destaque no bairro onde atua, situação essa que pode ser mudada através das sugestões de melhorias, pois as mesmas tem como objetivo destacar a empresa assim como fidelizar seus clientes.

MARKETING, ESTRATEGIA, PERFIL DO CONSUMIDOR

ANÁLISE DO POTENCIAL DE MERCADO PARA AMPLIAÇÃO DE VENDAS DE UMA EMPRESA DE INFORMATICA

JESS ICA APARECIDA LOPES
RUBIANA DE FATIMA PORTELA
VANIA BANDEIRA FERRAZ

Segundo Kotler e Armstrong (2007, p.4) “O marketing é definido como um processo pelo qual as empresas criam valor para os clientes e constroem fortes relacionamentos com eles para capturar seu valor em troca”. O presente trabalho proporciona uma pesquisa voltada para área de vendas, sendo realizado um diagnóstico interno e externo em uma empresa no ramo de informática, conhecendo todas as áreas. A empresa atualmente tem como foco principal vendas governamentais, a qual também realiza uma pequena parcela de vendas privadas. Diante disso o objetivo desse estudo busca analisar o potencial de mercado para avaliar a ampliação das vendas para empresas privadas de Guarapuava com intuito de aumentar a fonte de recurso da organização. A busca de informação é muito importante para que as empresas possam identificar em qual segmento ela poderá investir, para poder desenvolver estratégias de negócios. Sendo assim, para desenvolvimento do trabalho, serão realizadas pesquisas bibliográficas, com base nos conhecimentos teóricos explicados pelos autores e pesquisa quantitativa com clientes em potencial, a qual contribuirá com dados numéricos diante de um questionário que será realizado no município de Guarapuava, o qual possui uma área territorial 3.177,598 Km2, e conta com a presença de 4.760 empresas. Entretanto, o cálculo amostral será realizado com base nas empresas associadas a ACIG (associação Comercial Empresarial de Guarapuava), totalizando 890 empresas. Essa pesquisa busca identificar quais os critérios que as empresas utilizam no momento de adquirir novos produtos, com o objetivo de aumentar vendas para empresas privadas. Espera-se com esse estudo apresentar se há potencial de mercado para ampliação das vendas privadas de Guarapuava.

POTENCIAL, AMPLIAÇÃO, VENDAS PRIVADAS, MARKETING

ANÁLISE DOS PROCESSOS PARA IMPLANTAÇÃO DO MARKETING NA EMPRESA C3 CONSTRUTORA

FRANCIELI GERVA
MARCIA MARCELA GALLETI
VERENICE CRISTIANE DO AMARAL

Tendo em vista os aspectos observados pela equipe de estágio durante este período na empresa C3 Construtora de Obras Ltda., CNPJ nº 15.604.265.0001-76 - localizada na BR 373/km 398, Bairro Industrial, Candói-PR, que a empresa necessita de acompanhamento na área de Administração, pois o mesmo deverá promover melhorias tanto para a empresa quanto aos colaboradores que lá trabalham. Diante disso, somos levados a acreditar que, com essas melhorias, a empresa crescerá em todos os sentidos, pois esse é o objetivo que atualmente busca. Em virtude do que foi verificado no período de estágio, pode-se também dizer que a empresa está buscando aperfeiçoar e aprimorar seus ambientes de trabalho, produção e conhecimentos para poder proporcionar dedicação aos clientes, fornecedores, colaboradores da empresa e aos concorrentes. Faz-se necessário, portanto, que seus gestores busquem este aperfeiçoamento por meio de pessoas especializadas no setor de Marketing e Administração, para que a elaboração do projeto possa ser implantado na empresa de forma mais rápida e econômica, propondo setores dentro da organização, como setor de RH, produção e marketing. Isso torna mais rápido a identificação de talentos que devem ser admitidos na empresa, além de evitar problemas pelo pagamento de salários acima ou abaixo do praticado pelo mercado. Além dessa verificação, a empresa precisa de identificação visual, colocar sua logomarca em sua fachada, tornando-se assim conhecida de toda a população. O setor de produção é dividido em duas máquinas com a mesma função de fabricação e com todas as formas do produto. Percebe-se, então, que a empresa, para estar inserida no mercado atual, precisa estar atualizada em tudo, tanto administrativamente quanto no setor de produção e marketing. Com essa análise, concluímos que não é só o know -how (saber fazer) que é o mais relevante no campo empresarial, mas sim fazer o necessário controle com processo de ‘medidas corretas’ de matéria- prima e gestão de “controle de qualidade”. Além disso, ter missão, visão e valores dão à empresa, suporte para crescimento e sucesso.

MARKETING, AMBIENTE, SUGESTOES, PRODUÇÃO, OBJETIVO

ANALISE SWOT: UMA POSTURA ESTRATEGICA

ANGELA CRISTINA OLIVEIRA VIRMOND
MARCELO FONSECA
MATHEUS LENART ALEIXO

Para Oliveira (2014, p. 125) “[...] a postura estratégica da empresa é estabelecida por uma escolha consciente de uma das alternativas de caminho e ação para cumprir sua missão”. Ao estabelecer a postura estratégica da empresa há a necessidade de analisar alguns aspectos como oportunidades, ameaças, pontos fracos e pontos fortes, ou seja, analise do ambiente externo e ambiente interno, respectivamente. Graficamente chamada de Matriz F.O.F.A.. A análise externa é composta por aspectos ou situações alheios à empresa e exercem grande influência no processo decisório, portanto merecem especial atenção no contexto estratégico empresarial. Esses fatores segundo Bethlem (2008), não são controlados pela empresa, razão pela qual buscar informações constantemente é importante para viabilizar o aproveitamento de oportunidades e minimizar efeitos e ameaças verificadas. No diagnóstico interno busca-se verificar os diferenciais positivos e evidenciar fatores negativos da empresa, através dos pontos fortes e pontos fracos. Na visão de Oliveira (2014, p. 69) oportunidades são “variáveis externas e não controláveis pela empresa, que podem criar condições favoráveis para a empresa, desde que a mesma tenha condições e/ou interesse de usufruí-las, enquanto perdura a referida situação”. Quanto às ameaças, conforme Kotler (2000, p. 99) pode-se definir como“um desafio imposto por uma tendência ou desenvolvimento desfavorável que levaria, na ausência de uma ação de marketing defensiva, à deterioração das vendas ou dos lucros”. O ambiente externo está constantemente sofrendo variações, a estratégia adotada pela empresa e suas tomadas de decisão perante o ambiente possui grande importância, afinal a empresa está exposta a oportunidades e ameaças as quais devem ser identificadas assim como suas forças e fraquezas, a identificação de todo esse cenário externo possibilita a empresa cumprir seus objetivos com mais eficácia.

INTERNA, EXTERNA, SWOT

A OUVIDORIA COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DE GESTÃO

ALAN HENRIQUE XAVIER
CLEVERSON JOSÉ OLIVEIRA MARCONDES
LUCAS GONÇALVES DOS SANTOS

O processo de ouvidoria tem sido uma ferramenta muito importante em sistemas de avaliação gerencial, de modo a fornecer diagnósticos com relação a situação da empresa. Nosso estudo tem como objetivo avaliar a experiência vivenciada e os resultados alcançados com a implantação e a execução de um Planejamento Estratégico utilizando a Ouvidoria como ferramenta de gestão aplicada em uma cooperativa de trabalho médico que atua no mercado como operadora de planos de saúde, atuante no mercado há mais de trinta anos. Neste contexto apresentaremos as etapas vivenciadas na fase inicial de execução da Gestão Estratégica, que já culminaram em mudanças nas práticas de gestão da organização, dos efeitos dessa transformação no comportamento dos sócios dirigentes e gestores, bem como no ambiente interno da cooperativa. Assim com a implementação desse projeto demandou a implantação de vários outros, além de apontar a necessidade de mudanças, tanto no modelo de administração, quanto na estrutura e na execução dos processos operacionais. Deste modo concordamos com Kaplan e Norton (2008), ao afirmar que uma estratégia visionária que não seja vinculada a excelentes processos operacionais e de governança se torna impossível de se implementar, e que a excelência operacional pode contribuir para a redução de custos, a melhoria da qualidade, a racionalização dos processos, bem como e a redução de prazos, de modo que devemos estar atentos e objetos de defender uma visão estratégica do processo. Nosso estudo tem o intuito de apresentar um Mapa Estratégico da Ouvidoria com os objetivos e respectivos indicadores e metas, a forma a fornecer um acompanhamento e aferição das mesmas, bem como as demais ações. Apresentar ferramentas e modelos de gestão de negócios aplicadas no processo de mudança da organização que visa aperfeiçoar o nível de profissionalização da administração para tornar a empresa mais eficiente e competitiva e agregar maior valor às partes interessadas.

OUVIDORIA, FERRAMENTA DE GESTÃO, ESTRATÉGICA, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, ESTRATÉGIA

AS VANTAGENS DO TRAÇAMENTO DE MADEIRA COM PROCESSO MECANIZADO

LUANA MARCANTI DA SILVA
VALDEMAR ROBERTO FIUZA

O referido trabalho esta sendo desenvolvido na empresa IBEMA CIA BRASILEIRA DE PAPEL no setor de produção do pátio de madeiras, que tem como finalidade principal armazenar e processar toras/toretes com casca e disponibilizar o produto, dentro das especificações para a produção de pasta mecânica, produto este, utilizado na fabricação de Papel. Esse trabalho está sendo elaborado para analisar se houve e quais foram às melhorias trazidas pela implantação do novo sistema de traçamento de madeira (mesa traçadora) de forma mecanizada implantado na linha produtiva do pátio de madeiras, o qual era processado ate então de maneira braçal. A questão a ser explorada no trabalho é verificar se a funcionalidade do processo de traçamento mecanizado será eficaz na linha de produção do pátio de madeira. Perante isso pretende-se analisar através de pesquisa se houve e quais foram as, melhorias trazidas após a implantação da mesa traçadora dentro do setor. O trabalho desenvolvido tem como objetivos: Verificar se houve ou não ganhos após a implantação do novo equipamento, (mesa traçadora) no processo de traçamento de madeiras de modo mecanizado; Verificar por meio de análise, se após a implantação da mesa, ocorreu ou não ganho significativos na linha de produção, visto que aumentou a produção e provavelmente os custos também; Analisar a produção e as condições de trabalho dos colaboradores que anteriormente realizavam essa atividade manualmente; Verificar como ocorreu a distribuição dos demais colaboradores; Verificar como esta sendo ministrado o treinamento dos colaboradores para operação do novo equipamento e, analisar os custos e as despesas para a implantação do equipamento, fazendo assim um comparativo do antes e depois dos custos principalmente em relação ao investimento. O traçamento mecanizado representa inovação na linha de produção do pátio de madeira, pois vem de encontro com a implantação de processos automatizados que dentro das linhas de produção das empresas, se caracterizam de certa forma como uma vantagem competitiva, contribuindo assim para o aumento da produtividade das organizações, representando um diferencial em um mercado amplamente competitivo. Com isso, o trabalho dará a oportunidade de se deparar com os conceitos teóricos adquiridos durante o período de graduação por meio da prática proporcionada pelo trabalho realizado, sendo este de grande importância para a capacitação profissional.

TRAÇAMENTO MECANIZADO, IMPLANTAÇÃO, PÁTIO, PRODUÇÃO

CLIMA ORGANIZACIONAL

ELIVELTON DA SILVA
ISABELA REGINA BENITZ
JOSIANE SUAREZ COSTA

O presente trabalho teve o objetivo de apresentar um estudo que possibilite explicar como a satisfação e a motivação dos funcionários de uma empresa impacta positiva ou negativamente no seu Clima Organizacional. O estudo fundamentou-se em revisão bibliográfica e pesquisa quantitativa participativa de campo, realizada na Indústria de bolachas Beijo Baiano, localizada no distrito Industrial de Guarapuava. Por ocasião do desenvolvimento do estudo e das intervenções práticas pode constatar-se que quando uma organização, por falta de processos e procedimentos de comunicação adequados, eficientes e eficazes gera conflitos relacionais entre os colaboradores, entre estes e as lideranças, o que acaba impactando no nível de desempenho e consequentemente na produtividade da empresa. Por isso é de grande importância que a empresa adote procedimentos de avaliação permanente que contribuam para a tomada de decisões mais assertivas e passíveis de serem comunicadas a todos na organização contribuindo com um clima organizacional baseado no respeito, na confiança e na credibilidade. Segundo Chiavenato (2004) “As pessoas são os parceiros da organização e os únicos capazes de conduzi-la a excelência e ao sucesso.” Por isso as empresas tem que ter seu foco voltado para a gestão de pessoas e para a geração de um clima organizacional favorável. De acordo com a pesquisa realizada a maioria dos colaboradores considera a empresa um bom lugar para se trabalhar, embora desconheçam os valores, a missão e a visão da empresa, a gestão seja centralizada e o trabalho flua a partir do comando exclusivo do dono da empresa. Outro aspecto relevante que surgiu a partir das intervenções foi odo impacto da centralização do poder não permitindo o desenvolvimento de uma gestão participativa e integradora. Desta forma a equipe pode concluir que a falta de processos e procedimentos de comunicação, a centralização do poder e a falta de confiança geram um clima organizacional onde as pessoas produzem apenas o necessário para fazer jus ao salário percebido e que gera ansiedade e angustia nos colaboradores e contribui com o aumento dos incides de rotatividade.

CLIMA ORGANIZACIONAL, SATISFAÇÃO, CENTRALIZAÇÃO DO PODER

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA FACULDADE CAMPO REAL

ANA CAROLINA DOMINICO
PATRICIA MENESES

A palavra “sustentabilidade “ é muito presente em nosso cotidiano atualmente, presente nos mais diversos e variados assuntos. Este conceito foi introduzido por volta de1987 pela WCED (World Commission on Environment and Development), que é uma comissão formada por membros da ONU (Organização das Nações Unidas) com o objetivo de unir países em torno do desenvolvimento sustentável, que atualmente da suporte de conseguir suprir as necessidades humanas atuais, do presente, sem que sejam afetadas as habilidades para as gerações futuras. Neste estudo temos como principal objetivo realizar um projeto de análise de medidas para desenvolvimento sustentável na Faculdade Campo Real, com base na lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 que estabelece a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, de modo a apresentar formas de economia e rendimento sustentável ao meio ambiente, com visão acadêmica no sentido da preservação dos recursos naturais. Nossos principais objetivos é efetuar um estudos referentes a melhoramento no consumo de água, luz, ar condicionado, de modo a obtermos uma redução de custos financeiros para a instituição, e tornar seu foco sustentável de modo que sugerimos ações desde: iluminação dos banheiros controladas por sensores de movimento, criação de página no site institucional para divulgar as ações de sustentabilidade empreendidas pela Faculdade como referência e modelo a ser seguido por outras instituições, implantação nos banheiros dos prédios da Faculdade de máquinas para secar as mãos, tendo em vista substituir toalhas de papel, implantação de telhado verde (eco telhado ou telhado ecológico), ou mudanças tais como alterar a pintura do telhado do auditório para branco, pois estudos indicam que este processo reduzem a temperatura interna em 6ºC. Neste foco faremos uma relação de ações estratégicas visando ampliar o conceito de sustentabilidade na universidade, bem como apresentaremos um estudo detalhado para futura implantação.

PROJETO, SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO

DESPESAS CORRENTES DO GOVERNO FEDERAL: UMA ANALISE ECONOMICA

EDUARDA MICHELE KURMANN
LEONILZA PROENÇA DE OLIVEIRA

O Brasil vem apresentando um cenário econômico com mudanças constantes. Este trabalho tem como objetivo esclarecer quais são os tipos de despesas existentes, quais são os gastos públicos e de que maneira eles são controlados. É grande o número de pessoas que desconhece as informações pertinentes aos gastos do Governo. O trabalho será realizado por meio de pesquisas e levantamento temporal das informações, comparando valores das despesas do Governo no decorrer do tempo, bem como, levantando quais são os requisitos básicos necessários para cada tipo de despesa e quais os efeitos econômicos gerados por elas. São duas as principais despesas do Governo Federal: as despesas correntes correspondem àquelas cujo dinheiro é destinado à educação, saúde, segurança e ao pagamento dos juros das dividas do país. Já as despesas de capital são os investimentos realizados pelo governo e a compra de equipamentos que fazem parte dos órgãos públicos nacional. Essas afirmações relacionam-se diretamente entre elevada participação das despesas correntes na despesa total. As despesas correntes da União cresceram nos últimos anos beneficiando uma boa parte dos brasileiros que no passado desconheciam a presença do Estado, seus mecanismos de proteção e seus serviços construtores de cidadania. Essas despesas geram crescimento à economia dos pequenos municípios do país, ampliam o mercado para os bens de consumo de acordo com a renda da população, gera empregos e aumentam também a oportunidade para as pessoas. A política fiscal é a responsável por controlar essas despesas no Brasil juntamente com o TCU (Tribunal de Contas da União), o Tesouro Nacional e o Portal da Transparência. Dessa forma é possível transmitir aos cidadãos informações sobre como o dinheiro arrecadado através de impostos é distribuído anualmente, suprindo as necessidades do país. Neste trabalho serão apresentados conceitos e dados atuais sobre as Despesas Correntes e Despesas de Capital do Governo Federal. Embora estas informações sejam pertinentes aos cidadãos brasileiros e estejam no acesso de todos, o conhecimento básico sobre o tema é primordial para o entendimento dos relatórios fiscais da União e a interpretação dos valores no decorrer do tempo.

DESPESAS, GOVERNO, ECONOMIA, CENÁRIO ATUAL

DIAGNÓSTICO EMPRESARIAL NA ESCOLA SENAP, COM FOCO EM CLIMA ORGANIZACIONAL

JANAINE APARECIDA KUXLA
VIVIANE DE RAMOS PIRES

O diagnóstico empresarial é desenvolvido na escola profissionalizante SENAP, que iniciou seus trabalhos em 2007 na cidade de Guarapuava-Paraná, como franqueada CEBRAC. Em 2012 quando já se encontrava estruturada e com uma clientela formada optou por realizar o desligamento da franqueadora e assim começou a trabalhar de forma independente. Atualmente já visa transformar-se em uma licenciadora, para expandir seu negócio aumentando sua área de atuação, e por consequência aumentando o seu lucro. O diagnóstico empresarial teve como objetivo conhecer a empresa e o ambiente em que está inserida por meio da análise do ambiente externo, ou seja, de suas ameaças e oportunidades. Foi também analisado o ambiente interno, através de suas forças e fraquezas, sendo que estas influenciam diretamente a empresa e podem afetar de forma positiva ou negativa os caminhos e as estratégias da mesma. Esta analise tornou-se viável por meio de dados levantados em observação na instituição e através de pesquisas bibliográficas. Sendo assim é possível dizer que a empresa encontra-se consolidada no mercado guarapuavano, porém possui alguns aspectos a serem melhorados. Portanto, visa-se trabalhar e buscar soluções para alguns destes aspectos, principalmente os que se encontram na área de gestão de pessoas, focando no clima organizacional da empresa, uma vez que não basta a empresa estar atuando fortemente no mercado se os seus colaborados não se encontram devidamente motivados, pois funcionários motivados dedicam-se mais a desempenhar suas atividades, trazendo mais benefícios para a própria empresa.

DIAGNÓSTICO EMPRESARIAL, GESTÃO DE PESSOAS, CLIMA ORGANIZACIONAL

DIAGNOSTICO EMPRESARIAL SITUACIONAL

ANA PATRICIA RICHARD
CAMILA CAMPOS NUNES GONÇALVES
KATIANE GALVAO

O diagnostico empresarial foi efetuado na empresa Silva Veículos, é uma revendedora de veículos seminovos.Suas atividades deram inicio no pátio da casa do proprietário Valdir da Silva. Em 2012 mudou-se para um espaço maior devido ao aumento da procura por seus produtos, é considerada uma empresa de pequeno porte. A organização em análise tem estilo de administração centralizada, pois é de cunho familiar, e todas as decisões são tomadas pelo proprietário da empresa que repassa aos demais funcionários.Ela não possui visão, missão e valores formalizada, mas está disposta a aceitar sugestões para a sua elaboração. Sabendo que isso irá valorizar ainda mais a sua empresa. A mesma não possui um departamento para fazer a análise do mix de marketing, porém se obtém o produto que atenda às necessidades dos clientes, trabalha com preços que os mesmos julgam justos, estando atenta aos preços trabalhados por seus concorrentes, em relação a seu ponto de distribuição está em um local de fácil acesso e sendo uma avenida de grande movimentação, e no item promoção o proprietário investe em campanhas publicitárias que são feitas por meio de emissoras de rádio e TV, onde nas rádios são transmitidos spots divulgando a empresa e sua localização e nas emissoras de TV é apresentado em um programa os modelos e valores dos veículos disponíveis na loja, a divulgação também ocorre através da distribuição de panfletos, principalmente em épocas que são realizados os feirões de veículos seminovos com patrocínio das financeiras. Devido ainda ser recente no mercado a empresa ainda necessita de vários investimentos na estrutura física, como em seu layout, fachada e organização dos veículos para melhor visualização dos clientes, podendo destacar neste ponto a inexistência de cobertura para a maioria dos carros que em dias de chuva dificulta o acesso e a demonstração dos mesmos. A empresa busca o crescimento no mercado, reconhecimento por trabalhar com produtos de qualidade, podendo assim atender um maior número de clientes, e principalmente ser uma empresa diferencial perante seus concorrentes.

DIAGNOSTICO EMPRESARIAL, MIX DE MARKETING, MISSÃO, VISÃO VALORES

ESTRATEGIA DE FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES PARA A ACADEMIA BOA FORMA

CATHIA JULIANA LEFKUN CATCZU
MILTON DOTTI
VANESSA DAIANE KEMPF

O crescimento do setor fitness é impulsionado por inúmeros fatores dos ambientes internos e externos, incluindo características de pertencerem a um ramo que, a cada dia, apresenta novidades e variedades decorrentes de lançamentos, dessa forma as empresas que encontram-se inseridas em tal ramo de atividade devem buscar desenvolver formas de manter-se, na avaliação do consumidor, como opção pela procura de seus serviços, visto que o mercado encontra-se em crescimento, consequentemente tornando-se cada vez mais competitivo e dessa forma havendo mais concorrência bem como qualidade e preços diferenciados. Devido as mudanças mercadológicas as organizações empregam formas de inovação em seus produtos e/ou serviços, no entanto necessita-se de investimentos e tempo, mas em função disso o retorno pode se desenvolver em longo prazo, no entanto, não basta apenas investir em produtos e serviços mais modernos e com qualidade superior, mas também trabalhar de forma a tornar o consumidor atual fiel á organização. A opção pela adoção de estratégias de fidelização de clientes estará beneficiando a organização em inúmeras vantagens, as quais contribuíram para o crescimento e permanência da empresa no mercado, cada vez mais competitivo, dessa forma a mesma deverá optar muitas vezes por menos clientes, no entanto fiéis, que estejam sempre dispostos a pagar mais pelos serviços que a organização oferta e satisfaçam as expectativas dos mesmos. Pode-se verificar, no transcorrer do diagnóstico situacional, que a organização em estudo possui certos pontos a ser melhorados em relação ao seu público-alvo, dessa forma a proposta deste trabalho é analisar o processo de fidelização, visto que a empresa não possui essa estratégia devidamente delimitada e dessa forma tornado-se, muitas vezes, sem sucesso o qual esperava-se, portanto o referido diagnostico identificou e realizou os devidos apontamentos relacionados as formas de fidelização adotadas pela organização bem como as sugestões de melhorias que viu-se necessárias.

FIDELIZAÇÃO, CLIENTES, MERCADO, ORGANIZAÇÃO, ESTRATÉGIA

ESTUDO DE CASO: PROCESSO DE RECRUTAMENTO EM PEQUENAS EMPRESAS

ARIANE CUSTODIO DE LIMA
TAIZA CRISOSTIMO FERREIRA
TIAGO VERÍSSIMO DA SILVA

Para Ribeiro (2005) o recrutamento de pessoal pode ser definido como o sistema de informações que busca aproximar possíveis candidatos qualificados para que se possa selecionar o futuro candidato da empresa. O processo de recrutamento em pequenas empresas é mais enxuto do que empresas com um setor especializado em Recursos Humanos, empresas de pequeno porte tendem a adotar mecanismos de baixo custo no processo de recrutamento. Lacombe (2006) também afirma que nessas empresas, o conhecimento que se costuma ter das pessoas é maior, permitindo uma correção mais rápida de decisões erradas. O estudo de caso apresentado foi desenvolvido através de entrevistas diretas com o proprietário de uma microempresa, na qual é o responsável por todo o processo de recrutamento e seleção. A Encadernadora e Papelaria Encape conta com 15 funcionários e não possui uma área especializada em recursos humanos. O recrutamento na empresa em questão se dá geralmente, pelo processo de indicação de funcionários, clientes, amigos, entre outros. Currículos deixados pelas pessoas diretamente na organização, por vezes, também são analisados, mas a preferência são aqueles advindos de indicações. Considerando que o processo de indicação é uma prática muito comum em pequenas empresas, podemos concluir que este tipo de processo acaba por limitar as opções, podendo restringir a atividade de pessoas capacitadas que poderiam atuar na organização. Em contrapartida, a vantagem do recrutamento por indicação é a confiança, o reflexo disso são os baixos índices de rotatividade e absenteísmo apresentados pela empresa.

RECRUTAMENTO, RECURSOS HUMANOS, PEQUENAS EMPRESAS

IMPACTO DA LIDERANÇA NA POTENCIALIZAÇÃO DOS RESULTADOS EM VENDAS

ANDRESSA WEBER
LUANA MATUCHENECZ
MATHEUS BARCZAK

Koltler (2000) afirma que o ambiente político legal, além de ser uma variável que exerce forte influência nas atividades da empresa e no comportamento do mercado, também influenciam em algumas ações de marketing (como no caso de bebidas e cigarros). Neste aspecto é importante que a empresa fique atenta às leis, algumas podem restringir o consumo de determinados produtos, outras podem criar novas oportunidades de negócio. De acordo com Churchill (2000) os fatores políticos legais afetam a empresa quando as políticas monetárias e fiscais definem modelos de demanda, quando a legislação social influencia atitudes e comportamento sociocultural, quando os subsídios do governo realçam a força competitiva de indústrias individuais e quando a Legislação do Governo ajuda a restringir ou manter a concorrência do livre mercado. Um dos aspectos mais relevantes neste âmbito é o programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, o qual impacta diretamente nas empresas de materiais de construção. Segundo a Agencia de Notícias da Caixa Econômica Federal (2014), três pesquisas distintas realizadas por institutos diferentes mostraram que o Programa Minha Casa Minha Vida vem registrando impacto decisivo sobre o nível de emprego no país. Conforme o Ministério das Cidades (2014), o programa foi responsável pela abertura direta e indireta de 1,2 milhão de postos de trabalho no setor em 2013. Em 2009, primeiro ano do Programa, foram criados mais de 158 mil empregos dentro do Minha Casa Minha Vida. Os números sinalizam a evolução da mão de obra, refletindo também a geração de renda. De acordo com O Programa Minha Casa Minha Vida, fechou acima da meta proposta para os 4 primeiros anos, que era de 2,4 milhões de unidades habitacionais. De acordo com as informações da Caixa Federal e do governo brasileiro, já foram contratadas no minha casa minha, vida 1 e 2, mais de 4 milhões de moradias através do programa. Durante os primeiros 4 anos o governo investiu R$ 328,1 bilhões nos projetos Minha Casa, Minha Vida, de acordo com os números do PAC. Das 4 milhões de unidades contratadas, já foram entregues 1,5 milhões de unidades. Porém, em 2015 o Governo Federal mudou algumas regras para a obtenção de financiamentos. Uma delas é a criação de uma faixa intermediária de renda entre R$ 1.800,00 e R$ 2.350,00 e o aumento dos juros cobrados para famílias que recebem a partir de R$ 2.350 por mês.

FATORES POLITICOS, GOVERNO, MINHA CASA MINHA VIDA

MARKETING 3.0

DIEGO JOSE DE LIMA
FERNANDA PRIETO CAILLOT CHIMBORSKI
MATEUS VINICIUS PULGA

A evolução da sociedade ao longo dos anos traz a necessidade da evolução organizacional, a fim desta acompanhar o progresso social de forma lucrativa e sustentável. Diante disso, criou-se um novo conceito de marketing que visualiza o consumidor como ser humano que tem desejos e necessidades a serem supridas, e não apenas como um número, tentando forçá-lo a adquirir ou consumir coisas de que ele não precisa – é o Marketing 3.0. Temática do livro de Philip KOTLER, et al. (2010), o marketing 3.0 defende a importância da imagem, identidade e integridade da marca, em aliança com a condição de vida, com os sonhos, com a cultura e com a tradição das pessoas, fator esse que valoriza e dá destaque às organizações. Essa filosofia tem missão, visão e valores voltados para as pessoas e seu futuro, propõe que as empresas mudem a vida dos consumidores com seus produtos, para consequentemente vivermos num mundo cada dia melhor. Voltado também para a sustentabilidade, acredita-se que só é possível gerar valores positivos para a humanidade cuidando do meio em que vivemos: a natureza. Esse novo estilo de marketing surgiu à medida que as pessoas se deram conta do seu real poder em mãos na realização de uma compra, poder esse que é capaz de determinar a melhoria na qualidade de vida da população. Além disso, o marketing 3.0 também insere um novo chamado 3 is, que compreende fatores relacionados à marca de uma empresa ou um produto com posicionamento, assim, o posicionamento de marketing precisa identificar as necessidades e desejos dos consumidores para ser capaz de orientar as suas mente, corações e espirito. Portanto, as necessidades e o desejo genérico dos consumidores é fazer com que a sociedade e o mundo em geral se transformem em um lugar ideal para se viver. O marketing 3.0 apresenta ainda seus 10 credos e dentre eles estão: respeitar os concorrentes, ser sensível às mudanças e estar pronto para transformar, estar disponível e espalhar boas notícias.

MARKETING 3.0, SUSTENTABILIDADE, PLANEJAMENTO DE MARKETING

MARKETING DE RELACIONAMENTO: DESENVOLVENDO ESTRATÉGIAS PARA FIDELIZAR O CLIENTE

ANA PAULA PEREIRA
JOSLAINE FERREIRA
VANUZA APARECIDA TOLEDO

Diante do cenário altamente competitivo que se encontra o mercado imobiliário, as empresas precisam buscar estratégias para adquirir um diferencial que as torne mais fortes perante os concorrentes. As ferramentas do marketing de relacionamento podem contribuir para a elaboração dessas ações no intuito de trazer os clientes para mais perto da organização, buscando torná-los fiéis a empresa e seus serviços. O objetivo deste trabalho que esta sendo realizado na Imobiliária Gralha Azul é conhecer a empresa buscando obter informações necessárias para propor sugestões que possam ajudá-la a melhorar seu relacionamento com os clientes na tentativa de fidelizá-los. As pesquisas em livros, revistas, artigos da internet serviram de base para aprimorar o conhecimento sobre o tema proposto, bem como uma pesquisa quantitativa que mostra como esta a satisfação dos clientes para com a empresa. Para que fosse possível auxiliar a imobiliária foi realizado um diagnóstico interno e externo, que permitiu analisar os pontos fortes e pontos a melhorar da empresa, bem como as ameaças e oportunidades do macro ambiente. A análise desses dois ambientes juntamente com a pesquisa de satisfação aplicada permitiram visualizar que a imagem da organização perante seus clientes é bem positiva, porém existem alguns pontos que precisam de aprimoramento para que as estratégias de fidelização tenham sucesso. Identificou-se a necessidade de treinamento para os funcionários, tanto para atendimento ao público quanto para operar os softwares. Os poucos investimentos em marketing também abriram oportunidade para sugerir a empresa que invista em brindes e agrados para os clientes na tentativa de aproximar-se mais dos mesmos, além de aprimorar o site da empresa trazendo mais comodidade para os clientes. A implantação de um SAC poderia auxiliar a organização na resolução de problemas mais rapidamente, juntamente com o pós venda que seria o fator chave para estreitar o relacionamento entre cliente e empresa.

FIDELIZAÇÃO, SATISFAÇÃO, RELACIONAMENTO

MELHORIA DA GESTÃO DE CONTROLE DE ESTOQUEDO ALMOXARIFADO DE MATERIAIS DA EMPRESA PINHO PAST

ANDERSON ELIAS DO NASCIMENTO
DAILTON KELNIAR
EDUARDO FRANCESCHINI

Com a atual conjuntura das organizações em busca de cada vez mais à diminuição de custo, o Almoxarifado é de suma importância para que isso ocorra. É o almoxarifado que é o principal responsável de assegurar o continuo abastecimento dos materiais em geral necessários para a comercialização ou capaz de atender aos serviços executados pela organização. Ele é o responsável pela administração dos meios necessários ao suprimento dos materiais imprescindíveis ao funcionamento da empresa, no tempo oportuno, na quantidade necessária, na qualidade requerida e pelo menor custo. O grande desafio de todo almoxarifado é atingir o equilíbrio entre estoque e consumo, todos os setores envolvidos nesta logística tem que ter uma sincronia, que são almoxarifado que entra no controle destes materiais, para que o abastecimento das necessidades seja suprido, compras, que mantem contato permanente com fornecedores, tanto atuais como em potenciais, verificando preços, qualidade e outros fatores que influencia no material e nas condições de fornecimento. Prever necessidades e disponibilidade de materiais assim como as condições de mercado, tempo de chegada dos mesmos para que não haja o excesso de materiais estocado, pois os mesmos são custos. Padronizar materiais, embalagem e fornecedores, controlar disponibilidade de matérias e situação dos pedidos tanto em relação dos fornecedores quanto em relação à produção da empresa. Obter sempre preço mínimo de compra. Administração de materiais tem como finalidade gerir e coordenar esse aglomerado de atividades, insumos materiais e estabelecer normas, critérios e rotinas operacionais de modo que tenha uma padronização regular.

CONTROLE DE ESTOQUE, ALMOXARIFADO DE MATERIAIS, GESTÃO DE ESTOQUE, PINHO PAST

MOTIVAÇAO NO TRABALHO : DIAGNOSTICO ORGANIZACIONAL

ELAINE NASCIMENTO SILVA
JOSUE MEDEIRO PICININI
MAYRA ALGERI SCHIMIM

O presente estudo refere-se a um diagnostico empresarial da empresa Bettega acessória de cobranças LTDA, localizada em Guarapuava – PR e tem como temática a motivação dos funcionários no ambiente de trabalho, buscando evidenciar de que forma o setor de recursos humanos pode contribuir para que os colabores se mantenham motivados. O setor de Recursos Humanos é a área que busca contribuir para que todos os colaboradores alcancem seus objetivos e assim possam ter um continuo crescimento, pois entendesse que pessoas motivadas e capacitadas dão o melhor de si, contribuindo para o crescimento da organização. A motivação é um conjunto de fatores psicológicos que interagem entre si, em que determinam a ação do indivíduo. Trata-se da força que o indivíduo tem para uma ação, por ser um fator relevante para a empresa, estudos sobre motivação tem ganhado destaque, seu objetivo é conhecer novas técnicas para ajudar o colaborador a desenvolver e manter impulso em seu trabalho, pois um colaborador desmotivado possui baixa autoestima e acarreta baixa produtividade. Os objetivos compreendem analisar de que forma é criado um ambiente motivacional para os profissionais da organização, sabendo que a motivação é o motivo que leva a uma ação. Para a realização desta pesquisa serão adotados dois procedimentos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo Os resultados esperados consideram que uma estrutura organizacional bem estabelecida proporciona um melhor entendimento entre os colaboradores, organizam as responsabilidades de cada um, definindo quais serão as atividades a serem realizadas motivando-os a se aperfeiçoarem e a se especializarem em sua função. Este estudo encontra-se em fase de desenvolvimento e busca contribuir para as organizações de maneira significativa, buscando saber o que motiva seus funcionários com a finalidade de maior produtividade e satisfação no lugar em que trabalham.

MOTIVAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, PRODUTIVIDADE

O IMPACTO DA GESTÃO DE PESSOAS NA PRODUÇÃO E NA PRODUTIVIDADE

BRUNA TEREZINHA LATY
VIVIANE SEMPKIO SANTOS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o Impacto da Gestão de Pessoas na Produção e na Produtividadeda empresa Telhas Madri buscando conhecer o clima organizacional e capacitação dos seus colaboradores para desempenhar suas atividades com qualidade, eficiência e eficácia na tentativa de alcançar os objetivos propostos pela organização. Apara fundamentar o projeto fora utilizada pesquisa qualitativa e quantitativa tanto para a elaboração do diagnóstico organizacional quanto para o estudo de como a gestão praticada na empresa impacta no processo de produção e na produtividade dos colaboradores. Constatou-se que a empresa investe na capacitação e no aperfeiçoamento profissional dos funcionários o que ajuda na produção, com qualidade, dos produtos fabricados gerando baixos índices de desperdício e de retrabalho. Foi possível verificar que um setor de Recursos Humanos, bem estruturado e preocupado com o desenvolvimento contínuo dos colaboradores é fundamental para o sucesso da organização, pois quando se ocupa com o desenvolvimento do capital humano da organização contribui para o despertar da motivação e o envolvimento com o processo produtivo. A equipe concluiu que quando a organização conta com um quadro de colaboradores motivados e comprometidos, os resultados aparecem, as metas são alcançadas e o crescimento da organização processa-se naturalmente. A empresa Telhas Madri, encontra se em constante fase de crescimento, ampliando a diversidade de produtos a ofertar aos seus clientes e divulgando seus produtos através da expansão de seus Show-room na região.

GESTÃO DE PESSOAS, MOTIVAÇÃO, PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE

O IMPACTO DA GESTÃO DE PESSOAS NOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE E NO ATENDIMENTO AO CLIENTE

GUILHERME ARIEL DE OLIVEIRA TONINI

Gestão de pessoas é uma associação de habilidades e métodos, políticas, técnicas e práticas definidas com objetivo de administrar os comportamentos internos e potencializar o capital humano. Tem por finalidade selecionar, gerir e nortear os colaboradores na direção dos objetivos e metas da empresa. A produção, a produtividade e o atendimento ao cliente são as principais ações de uma empresa, a elas estão ligadas as pessoas que por sua vez fazem com que tudo aconteça. Mas para isso é necessário que haja ordem dentro da organização e é aí que entra a gestão dos recursos humanos, que tem por objetivo alinhar as pessoas as suas tarefas, e coordenar para que tudo ocorra dentro do programado. Nunca antes as pessoas foram tão valorizadas nas organizações. Há pouco tempo, era observado um cenário no qual as pessoas eram substituíveis, sem prévia cogitação a respeito das consequências que isto acarretaria. Todavia, as organizações têm se posicionado de forma diferente a esse respeito nos últimos anos. Na contemporaneidade os trabalhadores são valorizados e priorizados, tanto nas micro e pequenas empresas, quanto nas grandes corporações. A partir dos avanços em estudos relacionados à gestão de pessoas, atualmente existem muitos recursos para que o trabalhador seja beneficiado, haja vista que esse passa a maior parte do tempo de sua vida no ambiente de trabalho. Ao partir do ponto de vista que a organização é um corpo, dessa forma, cada parte do corpo tem funções específicas a serem exercidas. Um corpo de colaboradores aonde há união, indica sucesso para qualquer que seja a empresa. Cada membro, por menor que seja, tem sua razão de ser. A partir da pesquisa realizada observou-se que a gestão das pessoas na condução dos processos de produção, produtividade e atendimento ao cliente torna-se uma ferramenta fundamental para os graus de satisfação dos diferentes níveis organizacionais sejam alcançados.

GESTÃO DE PESSOAS, IMPACTO, PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE, ATENDIMENTO AO CLIENTE

OTIMIZAÇÃO DE RECEBIMENTO E ARMAZENAMENTO DE GRÃOS NA COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA DA UNIDADE DE GOIOXIM/PR

BRUNO FELIPE DE CASTRO DA ROSA
DANIELA KRAUSE
ROBSON VIEIRA

Planejamento estratégico se tornou o assunto mais importante da alta administração das empresas, o qual é voltado para as medidas positivas que uma empresa poderá tomar para enfrentar ameaças e aproveitar as oportunidades encontradas em seu ambiente. O trabalho será desenvolvido em uma filial da empresa Coamo Agroindustrial Cooperativa que fica localizada na cidade de Gaiolim/ PR, onde a matriz se encontra na cidade de Campo Mourão – PR, a qual foi fundada em 28 de Novembro de 1970 através do sonho de 79 agricultores da região. A cooperativa conta com 130 unidades espalhadas em 67 municípios dos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul para recebimento da produção agrícola dos seus mais de 28 mil cooperados. A empresa conta com mais de 8 mil colaboradores que prestam atendimento ao quadro social, sendo que 260 profissionais integram a área técnica, agronômica e veterinária os quais acompanham a produção dos cooperados e do seu rebanho, dando suporte desde o planejamento do plantio até a comercialização. Este trabalho tem por finalidade analisar a viabilidade de otimização de um planejamento estratégico, com o objetivo de identificar no processo de recebimento e armazenamento de grãos a melhor forma de agilizá-lo com melhorias no atendimento aos cooperados. Com isso será feito a análise das informações da empresa estudada acompanhando o processo, com o objetivo de identificar pontos necessários para a realização do diagnóstico situacional, efetuar levantamento bibliográfico referente planejamento e otimização, para que o trabalho tenha embasamento teórico necessário para validação das análises pertinentes, e analisar os dados coletados sobre recebimento e armazenamento de grãos na empresa, visando identificar pontos fortes e pontos a melhorar. Com a elaboração de um planejamento pode-se melhorar e estruturar as atividades na cooperativa, assim sugerindo alternativas para tomadas de decisões. A metodologia para este estudo será realizado com pesquisas bibliográficas com livros de autores encontrado na biblioteca da faculdade, revistas e site da empresa, e também com uma pesquisa feita com cooperados da cooperativa a fim de identificar os pontos em que os cooperados sentem a necessidade de melhoria. Espera-se que através da pesquisa sejam obtidos os resultados necessários para a implementação de melhorias no processo de recebimento e armazenamento de grãos.

LOGÍSTICA, COOPERATIVA, PLANEJAMENTO, ARMAZENAMENTO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE MARKETING PARA A EMPRESA CORTINAS E PERSIANAS SIMONE

FELIPE HARMUCH
JOEL PILATI JUNIOR
MARCELO MENDES

O estudo realizado neste trabalho apresenta estratégias a serem sugeridos para a empresa Cortinas e Persianas Simone. Foi realizado um diagnóstico da situação atual da empresa, o ambiente em que ela está inserida, seus concorrentes, clientes, fornecedores, pontos fortes, pontos a melhorar, bem como suas oportunidades e ameaças a fim de propor estratégias que permita a empresa ter uma ciência da sua atual situação em relação a seus concorrentes e ao ambiente em que ela está inserida. A coleta de dados foi realizada por meio qualitativo, exploratório a fim de obter informações as quais dariam uma devida ciência da situação em que a empresa se encontra, apresentando ferramentas para execução dos objetivos propostos e assim garantindo sua execução, prazos a serem executados bem como valores, tarefas, responsáveis para a sua execução. Os ambientes que a empresa está inserida foram analisados a partir dos dados coletados dentro da empresa, os concorrentes diretos foram analisados de modo direto, com visitas para se obter conhecimento sobre seus produtos, jeito de trabalhar, analisando sua localização bem como a imagem que a empresa busca passar além dos concorrentes uma pesquisa de mercado e de satisfação que acabou dando grande embasamento para as decisões do trabalho e com isso traçar as estratégias de acordo com a posição da empresa. Foi ainda realizado uma pesquisa bibliográfica a qual deu o maior embasamento do referido estudo, materiais de apoio como sites e artigos. Acredita-se que se as estratégias expostas neste trabalho de conclusão de curso forem executadas com seus devidos cronogramas possui reais condições de atingir os objetivos propostos.

MARKETING, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANEJAMENTO DE MARKETING

PÓS VENDA E FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES NA LOJA MERCADO MÓVEIS

MARIANE WEBER
MARIJANE WEBER
PRICILA VALECO DA SILVA

Atualmente as empresas estão cada vez mais engajadas na busca pela excelência, comprometendo-se em desenvolver e implantar procedimentos que atraiam e fidelizem seus clientes. O presente projeto tem como objetivo desenvolver uma pesquisa teórica e prática para medir o nível de satisfação dos clientes da loja Mercado Móveis, visando identificar os pontos que necessitam melhorias para fidelização dos clientes. Também com objetivo de pesquisar e estudar as variáveis internas: pontos fortes e pontos a serem melhorados, variáveis externas: ameaças e oportunidades, que possam interferir nos negócios da empresa. Para a realização desse trabalho foi realizado um diagnóstico do ambiente externo e interno da loja, pesquisas bibliográficas descritivas, observações, entrevistas, estudos de campo e uso da internet para a complementação dos estudos, aliados aos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Identificou-se que o principal motivo que fez com que clientes deixassem de comprar na loja Mercado Móveis, foi por problemas relacionados à entrega dos produtos. Outro motivo preocupante é o fato de boa parte dos clientes relatarem que o motivo do afastamento é estarem comprando em outras lojas, ou seja, eles já compraram na loja Mercado Móveis, mas preferem a concorrência. O atendimento dos funcionários também foi motivo de afastamento conforme dados da pesquisa, levando em consideração que os funcionários são os principais intermediadores entre a loja e os clientes, nota-se ai a necessidade de aperfeiçoamento no atendimento, e acompanhamento para certificar-se que os clientes estão sendo bem atendidos. Através das pesquisas e estudos realizados na loja Mercado Móveis percebe-se que os principais pontos a serem melhorados são: serviços de entrega, pós-venda e atendimento dos funcionários. Para melhorar esses aspectos sugere que a empresa implante um serviço de pós-venda, oferecer cursos de vendas e atendimento para seus funcionários e a implantação de um “check list” de entrega, com intuito de possuir um relacionamento duradouro com seus clientes.

PÓS-VENDA, FIDELIZAÇÃO, MARKETING

PROCESSO DE PRODUÇÃO DA EMPRESA RONEI JOSÉ PERIUS COMPENSADOS

DARIANE DE LIMA NOGUEIRA
JULIANE BONET

Planejamento e controle da produção é uma questão essencial para que haja um melhor desempenho da produtividade de uma empresa, englobando recursos transformadores para que se obtenha uma programação adequada dos processos de produção de qualquer produto ou serviço. Isso faz com que a empresa obtenha uma previsão mais correta da demanda e principalmente atinja os objetivos de desempenho, qualidade e eficiência do produto final. A importância desta pesquisa visa adquirir formas para controle do input e o output do processo de produção de uma determinada empresa e/ou produto e serviço. O presente projeto visa estudar e avaliar o processo de produção de painéis de compensados da empresa Ronei José Peraus Compensados, com o objetivo de analisar o processo de fabricação do compensado desde a entrada até a saída do produto acabado, analisando o planejamento utilizado para o controle de tempo da produtividade, do volume de produção, da variedade dos produtos e da variabilidade da sua demanda. Sendo assim, por meio dessa revisão conclui-se que a empresa Ronei José Peraus Compensados deve utilizar-se de estratégias bem elaboradas para que haja uma maior produtividade, visando o menor tempo e custo da produção, colocando sempre em prática processos para que haja aumento da qualidade do produto final e buscar sempre atender a demanda esperada e suas exigências em relação ao produto. A empresa deve também ficar atenta em relação às especificações do mercado e da concorrência, objetivando uma maior participação do mercado em relação as demais empresas do ramo.

PRODUÇÃO, PROCESSOS, PLANEJAMENTO E CONTROLE

QUALIDADE DE INFORMAÇÃO E A INFLUÊNCIA NO PROCESSO DECISÓRIO

ADILSON DURAU
ROMARIO HENRIQUE DELGADO DA SILVA
ROMEU AYRES KARAM NETO

A competitividade entre as empresas vem apresentando profundas mudanças nas últimas décadas, desenfreando tendências e fatores tecnológicos e direcionando mudanças em suas estratégias, sendo os mais marcantes a taxa crescente de mudança e inovação tecnológica, e a crescente intensidade e importância do conhecimento com qualidade da informação que é processada e levada aos gestores até a tomada de decisão. De acordo com Turbam Et al (2004, p. 28) “O ritmo do avanço tecnológico no alvorecer do novo paradigma tem sido, sob qualquer ótica, extraordinário”. Tais avanços tecnológicos e o aumento da competitividade global exigem das organizações uma avançada busca por informações de qualidade. As empresas são obrigadas a mudar e personalizar seus softwares, trazendo um grande desafio aos setores de recursos humanos a necessidade de acompanhar essa evolução capacitação dos funcionários da organização. Assim, para o Gestor de Recursos Humanos na visão de Vergara (1998) a administração das informações e pessoas, torna-se um grande desafio, porque ambos consistem em colocar pessoas certas nos ambientes que venham a proporcionar ao trabalhador condições de desenvolver seu potencial. Com isso, empresas vêm aplicando mudanças em suas atitudes e comportamentos procuram profissionais aptos para o cargo, investem em equipamentos, sistemas e tecnologias. Permitindo suprir as deficiências nas análises das informações da organização perante o mercado. Portanto, a demanda por profissionais capacitados que indicam, desenvolvem e implementam soluções e qualidade de informação está se tornando cada vez maior. Todas as decisões que os gestores tomem são baseadas em um conjunto de informações que são geradas por vários processos e pessoas. Conforme Vergara (1998), as propostas de projetos, sistemas ou serviços são técnicas de divulgação e de marketing positivo da informação, então a alta administração de uma empresa ou cliente adota as ideias de soluções ou projetos para a qualidade da divulgação da informação. Para as empresas em geral, a adoção deste futuro padrão dar-se-á, em primeiro lugar, para que as mesmas mostrem ao mercado que existe efetivamente uma estrutura adequada e que garante a segurança da informação em função das suas necessidades de negócio e, em segundo lugar, para assegurar e demonstrar que o padrão existente é o melhor possível.

INFORMAÇÃO, QUALIDADE, PROCESSO DECISÓRIO

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL: A ESCOLHA DE UMA EQUIPE PROFISSIONAL

ALINE BOLIGON
ROSIMERI FATIMA CANTELE
SIMONE AMERICANO RODRIGUES

As empresas estão sempre em busca de melhores resultados, maior qualidade na prestação de serviços e um bom atendimento visando maiores lucros e oportunidades. Isto só é possível por meio do desenvolvimento das pessoas que estão inseridas no ambiente organizacional, pois estas são responsáveis pela existência da empresa. Sendo assim, atrair pessoas certas para ocuparem as funções corretas só é possível através de um processo de recrutamento e seleção eficaz. Sendo necessário ter um processo de recrutamento e seleção correto, profissionais capacitados e métodos eficientes para determinar o colaborador adequado à vaga disponível. A seleção deve sempre ser pautada pela necessidade de contratação de candidatos que se destaquem como melhores entre aquela classe já considerada como destaque dentre as outras, ou seja, a escolha deve ser motivada pela necessidade de candidatos que apresentem o perfil correto para ocupar específicos cargos dentro de uma empresa. O recrutamento e seleção de pessoas é o processo que pode ocorrer de diversas formas, seu objetivo é atrair os candidatos para uma determinada vaga esse processo deve ser marcado sempre pela inovação e destaque diante da concorrência, pois considera-se melhor e mais diversificada a metodologia que consegue atrair mais candidatos para uma mesma vaga, pois, somente assim, é que se torna possível uma escolha de qualidade de um candidato que melhor desempenhara a sua função dentro do seu campo de trabalho. Após sua contratação o colaborador passara por treinamento e desenvolvimento para que suas habilidades não se tornem obsoletas, mais sim sejam aprimoradas para que possam ser utilizadas dentro da organização agregando valor a sua carreira futura. Pode ocorrer a demissão quando o colaborador não desenvolveu suas habilidades técnicas e conceituais não suprindo assim as necessidades da empresa. Essa demissão pode vir como voluntarias a pedido do empregado ou involuntárias decididas pelo empregador. Portando deve-se investir em recrutamento e seleção de forma a contratar o perfil de acordo com o cargo oferecido.

RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, COLABORADOR, PESSOAS

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO: A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DA FERRAMENTA PARA UM BAR E RESTAURANTE

JOSIANE APARECIDA SANTOS
KARLA OLIVEIRA
LETÍCIA ALMEIDA DE LIMA

O presente projeto tem a finalidade de verificar e avaliar a necessidade da implantação do Treinamento e Desenvolvimento como fator motivacional e como suporte para o desenvolvimento do colaborador e da organização. Atualmente o mercado esta cada vez mais competitivo e às empresas precisam criar diferenciais para manterem-se ativas, seu capital humano pode ser considerado um importante aliado nesta competição por melhores resultados, para ter uma equipe de trabalho motivada as empresas precisam saber administrar de forma diferenciada seus colaboradores, tendo como principal objetivo agregar valor a suas vidas e ao mesmo tempo dar auxílio para o exercício de suas funções. Com a visão de que serviços de qualidade são almejados por todos os consumidores, e de que para a obtenção dessa qualidade é necessário investimentos, para motivar e qualificar a mão de obra, a implantação da ferramenta de treinamento e desenvolvimento pode ser considerada um forte aliado que pode ser utilizado como fator motivacional e ainda suprir a necessidade de aperfeiçoamento profissional para obtenção de melhores serviços, e de um atendimento que seja capaz de fortalecer a visão do cliente em relação à empresa e aos produtos ofertados. O investimento em treinamento e desenvolvimento traz retornos tanto a empresa quanto ao profissional visto que ele incentiva a mudança e melhora no comportamento, traz novos conhecimentos que ao serem aplicados agregam valor ao individuo, ao cliente e principalmente a organização este retorno vem por meio de oportunidades de crescimento profissional para o colaborador e aumento de clientes e fidelização dos já possuídos para a empresa.

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO, ORGANIZAÇÃO, ATENDIMENTO, QUALIDADE, MOTIVAÇÃO

ARQUITETURA

RODOVIA INTELIGENTE

MEIRE APARECIDA RABELO
SANDRA REGINA PONTES

Esse trabalho consiste em uma ideia da junção de duas novas tecnologias a rodovia fotovoltaica seguindo o projeto piloto nos EUA Solar Roadways, segundo os idealizadores, se todas as rodovias dos Estados Unidos utilizassem o novo produto, o país geraria três vezes mais energia do que atualmente consome e evitaria 75% das emissões oriundas de fontes não renováveis de energia, gerando assim energia limpa sem agredir o meio ambiente, a durabilidade dessas rodovias são de aproximadamente 40 anos. A outra invenção é o asfalto permeável é constituído de camadas. A parte mais superficial, a pista, é composta de pequenas pedras ligadas ao asfalto. Mais internamente aparece uma camada grossa com pedras grandes, que abrem espaços de 25% na camada, para que a água, vazada das pequenas pedras, fique armazenada. Após algumas horas, a água da chuva é sugada por um sistema de drenagem e se encaminha para uma galeria levando a um reservatório, acabaria com as enchentes e ao mesmo tempo armazenaríamos toda água captada, seria uma solução para uma cidade como São Paulo que tem problemas com enchentes e falta de água. Nosso projeto de Rodovia Inteligente seria composto de uma pista de rolagem com asfalto fotovoltaico e o acostamento com asfalto permeável, Trata-se de uma ideia que pretende fazer a junção dessas duas tecnologias. Um projeto piloto que objetiva utilizar os benefícios de ambas tecnologias. O maior desafio, principalmente para a rodovia fotovoltaica, é o custo, mas isso pode ser a solução para se adquirir energia suficiente para nosso planeta sem acabar com nossos recursos naturais.

RODOVIA, URBANISMO, SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO, INTELIGENTE

A ARQUITETURA DA CHINA

GABRIEL RODRIGUES GALVÃO
KATHIANE CHRISTINE PAGANINI

A China foi uma das primeiras civilizações da humanidade, a arquitetura da China é tão antiga quanto a civilização chinesa. O estilo arquitetônico da civilização chinesa antiga surge de características regionais, modos de produção econômica, crenas religiosas, hábito cotidianos e padrões culturais. A característica básica da arquitetura chinesa é a unidade de espaço retangular no todo. O estilo chinês combina formas retangulares variando de tamanho e posição de acordo com a importância em um todo com cada nível e componente claramente distinto. Uma outra característica é o uso de uma armação estrutural de madeira com pilares, vigas e paredes de barro cercando a construção em três lados. A porta principal e as janelas ficam na parte da frente. Os chineses usaram a madeira como o principal material de construção por milhares de anos. Algumas características arquitetônicas especiais resultaram do seu uso: a determinação do espaço interior pela armação estrutural de madeira dando profundidade e largura, o desenvolvimento da técnica de aplicar vernizes à estrutura para preservá-la. Estes em cores fortes e brilhantes, tornando-se característica chave da tradicional arquitetura chinesa e a técnica de construir uma plataforma para prevenir danos devido à umidade. A pedra também foi escolhida para a construção de grandes obras de arquitetura e engenharia tanto de caráter civil como militar, entre elas, A Grande Muralha e os templos rupestres budistas onde câmaras e capelas de cultos budistas, celas e outras dependências para a vida dos monges, foram escavadas em rocha viva. A arquitetura chinesa tem suas belíssimas e resistentes pontes que é uma parte importante na sua arquitetura.

ARQUITETURA, CHINA, CONSTRUÇÃO

BIOMEDICINA

A FUNÇÃO DE ONDA DOS RAIOS SOLARES NA SÍNTESE DE VITAMINA D NO ORGANISMO HUMANO

CRISTIANO SOUZA DE LIMA
FELIPE CESAR STRUKOSKI
THAÍS CAROLINE BOBROSKI ROCHA

Este trabalho apresenta a análise de fenômenos ondulatórios na síntese de vitamina D no organismo humano, procurou-se exemplificar a utilização de tais fenômenos e, enfatizou-se a importância da utilização correta destes recursos para um melhor entendimento sobre a síntese de vitamina D no organismo humano. Neste estudo ainda disserta-se sobre fatores que contribuem para as controvérsias que circundam os métodos de obtenção dessa vitamina. Demonstra-se a importância de quanto um simples método pode trazer grandes benefícios ao ser humano. Há muito tempo a vitamina D tem sido alvo de estudos e pesquisas devido a sua ampla gama de benefícios e também aos males que a deficiência dessa vitamina pode causar. Ainda assim, pouco se investe, pois, a principal fonte dessa vitamina é o Sol, fonte não passível de patente. A vitamina D também pode ser encontrada em alguns alimentos e também produzida em laboratório. É fundamental ao organismo do ser humano. Apesar de clara sua importância, o índice de deficiência da mesma atinge grande parte da população. Sendo explicado, em parte, pela confusão existente entre exposição solar excessiva (que faz muito mal e é altamente prejudicial à saúde), com a exposição essencial, que faz bem e contribui para síntese de vitamina D. Grande parte da população sabe pouco sobre seus benefícios. Dentre eles destacam-se o fortalecimento dos ossos e os dentes, e algumas pesquisas confirmam que ela também ajuda a emagrecer, fortalece o sistema imunológico, auxilia na prevenção e tratamento de doenças como a diabetes e a hipertensão, por exemplo. Mas, não menos importante, também é um ótimo regulador da fisiologia osteomineral do organismo, tendo papel importante no metabolismo do cálcio. O processo de ativação da síntese endógena de vitamina D se dá quando a luz solar, especificamente a radiação ultravioleta B (UVB), entra em contato direto com o ser humano, ativando uma substância precursora chamada 7-dehidrocolesterol (7-DHC), localizado na bicamada lipídica das membranas celulares das camadas profundas da epiderme (estratos espinhoso e basal). Sabe-se que a radiação solar ultravioleta (UV) tem grandes efeitos nocivos no organismo, na faixa de 200 nm a 400 nm, bem como, especificamente, a radiação UVB (290~315 nm), a certo prazo de exposição a elas. Porém, existem métodos para se aproveitar disso e transformar em benefícios para o ser humano. Esse é um estudo biofísico que procura melhor compreender e elucidar tais métodos.

ONDULATÓRIA, SOL, RADIAÇÃO, VITAMINA D, 7-DEHIDROCOLESTEROL

ALBINISMO: DIAGNÓSTICO E CÂNCER

ISABELLA FLORES DE SOUZA
JULIANA LAMARÃO PARTEKA

Este trabalho tem como objetivo revisar artigos, periódicos e livros referentes ao Albinismo Oculocutâneo, abordando métodos de diagnóstico e analise de sua eficiência. O albinismo é um distúrbio genético, autossômico recessivo, em que há redução ou ausência congênita do pigmento melanina. É classificado em: ocular – quando somente os olhos sofrem despigmentação; parcial – o organismo produz melanina na maior parte do corpo, mas em outras partes isso não ocorre; oculocutâneo – todo corpo é afetado. Nos portadores do albinismo oculocutâneo o bloqueio da síntese de melanina é completo no tipo OCA 1 (albinismo oculocutâneo tirosinase-negativo) e seus olhos, cabelos e pele não desenvolvem nenhum pigmento; dividido, ainda em: OCA1A, sendo a mais severa forma de OCA, e em OCA1B onde o nível de tirosinase é reduzido mas não ausente. O OCA 2 (albinismo oculocutâneo positivo): é o tipo de albinismo mais comum. O bloqueio não é completo e uma quantidade variável de melanina é formada, podendo haver nos indivíduos afetados escurecimento dos cabelos e desenvolvimento de pigmento na íris com a idade. O albino tirosinase-positivo pode desenvolver uma melhor acuidade visual na idade adulta, sendo essa a melhor forma de uma possível distinção entre os dois tipos de albinismo. O teste do bulbo capilar parte do princípio de que albinos oculocutâneos positivos, ao contrário dos negativos, produzem certa quantidade de melanina. As amostras dos albinos tirosinase positivos produzem pigmentos visíveis ao microscópio, enquanto os tirosinase negativos não os produzem. Na análise molecular a sequência gênica desejada é comparando com a sequência de um indivíduo afetado, assim é possível conhecer as mutações ocorridas e como elas afetam a produção da enzima ou proteína. A mutação no lócus TYR, afeta a produção da tirosinase e ocorre OCA 1. Porém, quando a alteração ocorre no locus OCA 2, a proteína afetada é a P-proteína e o indivíduo tem OCA 2. Essa proteína controla o pH melanossômico, fundamental para a atividade da tirosinase. Portanto os albinos tirosinase positivo produzem pouca quantidade de melanina porque a enzima que regula o pH não funciona corretamente, já os negativos não produzem nenhuma melanina pois a tirosinase é comprometida. Com a diferenciação dos cromossomos envolvidos nas diferentes formas da doença, é possível uma melhor compreensão do distúrbio e melhoria na condição de vida dos portadores.

ALBINO, MELANINA, CÂNCER, GENÉTICA, OCULOCUTÂNEO

ALZHEIMER – DIAGNÓSTICO

BRUNA SIDOR
HANNAH LUSTOSA COSTA
PAMELA LOCH STIPP

Sendo uma doença patológica de aspecto neurodegenerativo e muito relacionada à idade dos pacientes, afetando 10% dos indivíduos com mais de 65 anos e 40% acima dos 80 anos, a Doença de Alzheimer (DA) caracteriza-se primeiramente pela perda gradual de memória recente, que é um sintoma que pode não ser preocupante a principio agravando-se com o avanço da doença, podendo ainda ser acompanhada por distúrbios comportamentais como agressividade, depressão e alucinações. O Alzheimer é a principal causa de demência sem um estudo eminente que apresente uma solução definitiva para seu aparecimento até os dias atuais, onde é observada a morte das células cerebrais apresentando uma deterioração progressiva mental, dificuldade verbal e de atenção, além das funções cognitivas que se deterioram com a evolução da mesma. A perda neural seletiva não foi completamente compreendida, mas os estudos para descobri-la tem sido de grande importância para criação de novos medicamentos, até mais eficazes no tratamento da doença. Este trabalho de revisão teve como objetivo analisar e discutir os métodos de diagnóstico e acompanhamento dos pacientes, buscando observar o que leva a pessoa a desenvolver e as possíveis formas de se prevenir a doença. De acordo com o estudo, não se pode dizer com exatidão o que causa a Doença de Alzheimer, observa-se nas publicações atuais uma progressão no nível de entendimento sobre os mecanismos e no desenvolvimento de novas drogas para o tratamento desta patologia. Entretanto o tratamento é sintomático que busca apenas estabilizar o desenvolvimento do quadro clínico. Mesmo não existindo um tratamento capaz de curar a doença, os tratamentos atuais já possibilitam que o paciente tenha uma melhor qualidade de vida, e que possa realizar suas atividades diárias de forma independente por mais tempo.

ALZHEIMER, DIAGNÓSTICO, DOENÇA NEURODEGENERATIVA

ANALISE DA QUALIDADE DE AGUA DE POÇOS ARTESIANOS E DA EFICACIA DAS TECNICAS PARA SUA PURIFICAÇÃO

PAULO ROBERTO DE SOUZA SILVA JUNIOR

A água é um recurso natural fundamental para a vida e com disponibilidade limitada, podendo se apresentar na forma doce ou salgada, sendo 97% salgada encontrada nos mares, e uma pequena porcentagem próxima a 3% de água doce viável para consumos humanos, nos rios, e aquíferos subterrâneos, pela sua grande importância para sobrevivência os seus níveis de portabilidade são constantemente avaliados (TUNDISI, 2003). A intervenção do homem no meio ambiente levou a água ao topo da lista de transmissores de microrganismos com origem entérica e tem acometido a população, principalmente crianças com várias doenças como, as gastrointestinais, hepatite A, cólera, febre tifoide, poliomielite e disenteria. O nível de contaminação está ligado em muitos casos a poços que se localizam perto de fossas, lixões ou lugares que os dejetos animais são depositados, na maioria das vezes lugares onde não existe saneamento, gerando assim um grande risco a saúde pública (MALHEIROS, et al.,2009; BRASIL, 2014, JOVENTINO et al.; 2010; ARAUJO; HIPOLITO; WAI-CHAN, 2013; ARIAS, et al., 2007; ROCHA et. al.,2006). Devido aos altos índices de contaminação, a preocupação do homem em purificar a água para consumo tem crescido, resultando no desenvolvimento de novas técnicas, para este fim. Assegurando que a água utilizada pela população seja totalmente livre da presença de agentes patogênicos (SILVA et al., 2013). Todo o controle com relação a qualidade de água é considerado um assunto de saúde pública (DOMINGUEZ et al.,2007).Objetivo deste estudo foi avaliar a qualidade microbiológica da água proveniente de poços e fontes utilizada para consumo na cidade do Turvo-Pr. Foram selecionados de forma aleatória 10 poços localizados em diferentes lugares da cidade de TURVO-PR, de cada poço foi coletada uma amostra da qual 100 ml foram transferidos para tubos estéreis que após a coleta foram fechados imediatamente para evitar contaminação, a técnica utilizada foi a de tubos múltiplos (NMP) sendo analisada presença de coliformes totais e fecais, neste caso presença de EC, sendo dividido em três etapas presuntivo, confirmatório, EC. Conclusão: todas as amostras analisadas neste estudo apresentaram resultado positivo em todas as etapas.

PURIFICAÇÃO, POÇO ARTESIANO, CONTAMINAÇ

ANALISE DAS MANIFESTAÇÕES FISIOPATOLÓGICAS DA ESCLEROSE TUBEROSA

ROSIMERI FURTUOSO DA SILVA

A esclerose tuberosa é uma doença autossômica dominante congênita, isto é que um dos pais carrega o gene para a doença,. Este trabalho teve como objetivo contribuir para o conhecimento desta síndrome, verificar os sintomas, formas de diagnóstico e tratamento. Foi realizada uma revisão na literatura com a utilização de livros e artigos que abordassem o tema. A esclerose tuberosa é um tipo de herança autossômica dominante, o que significa que há a presença do par de genes para a doença em um par de autossomos, dessa forma, tantos homens e quanto mulheres podem ser afetados. Embora as características não sejam perceptíveis logo após o nascimento, elas surgem quando o indivíduo atinge 12 anos durante a puberdade devido a ação dos hormônios. É considerada uma síndrome de multi- sintomas desde quando está na sua forma mais complexa, tais sintomas incluem lesões nos rins, pulmões, e lesões que atingem o encéfalo, parte comunicativa do corpo, bem como diversas lesões na pele. Uma das características comuns a esta doença é que na maioria dos casos os indivíduos apresentam autismo, várias hipóteses foram desenvolvidas para explicar o porquê do autismo associado à esclerose,uma delas se refere que a perda da função da proteína, pode levar a um desenvolvimento neural alterado em regiões possivelmente relacionadas com o autismo. A proteína do complexo esclerose tuberosa está relacionada com os genes hematina e tuberina, em termos patológicos e caracterizada pelo grande aumento das células. O diagnóstico é feito por meio de exames genéticos de cariótipo, tomografia computadorizada,ressonância magnética nuclear e craniografia. Não há cura, apenas tratamentos para melhorar a vida do portador. Com o passar dos anos, o que mudou foi a forma de se diagnosticar a síndrome. Anteriormente, o diagnóstico era baseado na presença de três características aparentes: retardo mental, epilepsia e angiofibromas faciais. Hoje existe a ABET (Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa) que realiza um atendimento multidisciplinar com os pacientes, com mais investimentos poderiam ser criados mais associações para apoiar os portadores de síndromes seja ela qual fosse auxiliando desde o diagnóstico até o tratamento. Pode-se concluir que a esclerose tuberosa é uma desordem genética na maioria dos casos associada ao autismo, sem cura, mas com tratamentos que podem melhorar a vida do portador.

ESCLEROSE, DOMINANTE, AUTOSSOMO

A UTILIZAÇÃO DO CHAMADO ÓLEO DE LORENZO NA PREVENÇÃO DA ADRENOLEUCODISTROFIA

JAÍNE LUANA GOMES

A adrenoleucodistrofia ou ALD, é uma patologia rara, conhecida por ser degenerativa, está ligada a herança genética ao cromossomo X.Se caracteriza pelo acúmulo de ácidos graxos de cadeia longa(AGCML) no sistema nervoso e nas glândulas supra renais. O acúmulo está associado à desmielinização dos axônios afetando a transmissão dos impulsos nervosos e a insuficiência adrenal. Afeta exclusivamente o sexo masculino, com incidência de 1:25000. O presente estudo objetivou realizar uma revisão da literatura, por meio de artigos científicos, sobre a doença, bem como levantar informações sobre a descoberta do "Óleo de Lorenzo." A manifestação pode ocorrer entre os 4 e 10 anos de idade. A fisiopatologia consiste em alterações de comportamento, da audição, da fala, da visão, da escrita, da memória, da marcha, distúrbios adrenais e em casos avançados com hipertonia generalizada, perda das funções cognitivas, motoras, convulsões e disfagia. Ainda não há cura, contudo existe tratamento cujo intuito é amenizar seu quadro clínico. O prognóstico da doença é irreversível e pode ser fatal, mas há possibilidade de inibir a progressão se o tratamento for feito logo após a descoberta da doença. O uso do Óleo de Lorenzo é indicado pelos médicos para portadores de ALD. Compreende um suplemento à base da mistura de dois ácidos graxos insturados- o ácido oleico e o ácido erúcico. Sua utilização pode diminuir os ácidos graxos no sangue, ajudando para que os níveis voltem a ficarem normais. O Óleo é indicado para prevenir problemas no sistema nervoso em crianças com ALD, que podem ainda não ter demonstrado nenhum sintoma. Efeitos colaterais são raros, mas incluem hematomas ou sangramentos. Estudos revelaram que não houve o efeito esperado do óleo em quem já sofre de ALD. O óleo é mais eficaz em evitar que a doença se desenvolva nas pessoas que possuem os genes, do que para curá-la. Conclui-se que o uso do óleo em pacientes sintomáticos é indicado apenas para melhorar e prolongar a qualidade de vida do paciente, já que este não tem mais como reverter o caso da doença. Já o uso do óleo em pacientes assintomáticos ajuda a diminuir o risco do desenvolvimento da doença. Se for diagnosticado a existência do gene defeituoso e a criança começar a tomar o óleo, existe 50% de chances da doença não se desenvolver. Há também outras possibilidades de tratamento indicadas para casos específicos que são o transplante de medula e a administração de hormônios.

ADRENOLEUCODISTROFIA, OLÉO, PREVENÇÃO, TRATAMENTO

AVALIAÇÃO DA ALOE VERA COMO MEIO DE CULTURA PARA CRESCIMENTO DE PYCNOPORUS SANGUINEUS

CAMILA CAMARGO GOMES
HENRIQUE ROMANZINI SCHIMANSKI
LEONARDO DE LIMA WROBEL

O estudo de composto biológicos com propriedades medicinais tem grande importância no desenvolvimento de medicamentos mais eficientes e com reduzidos efeitos colaterais no tratamento de diversas patologias. Conhecido como "orelha de pau", o Pycnoporus sanguineus é um fungo saprofítico de crescimento lento que parte da Família Polyporaceae, classe Basidiomycetes. Popularmente conhecida como "babosa", a Aloe vera é da família Aloaceae e apresenta atividade antineoplásica, antimicrobiana, anti-inflamatória e tem sido utilizada no tratamento de queimaduras, psoríase e hiperglicemia. Em sua constituição básica possui água e polissacarídeos, além de aminoácidos, enzimas e carboidratos, vitamina A, B, C e E, cálcio, potássio, magnésio e zinco. Nosso grupo de pesquisa tem nos últimos anos, desenvolvido métodos de cultivo de fungos medicinais sobre extratos de plantas medicinais. O objetivo deste trabalho foi à quantificação do crescimento do fungo Pycnoporus sanguineus em meio de cultura enriquecido com Aloe vera. Para isolamento do fungo foram utilizadas algumas unidades colhidas na natureza e inoculadas em meio de cultura ágar nutriente. O extrato líquido de Aloe vera para o enriquecimento do meio de cultura foi obtido retirando-se a poupa do interior das folhas da planta babosa que foi macerada em béquer e filtrada para obtenção do líquido transparente característico. O preparo do meio de cultura se deu utilizando-se uma mistura com quantidades determinadas de ágar ágar e Aloe vera. Para inoculação foi utilizada cultura do fungo Pycnoporus sanguineus cultivado anteriormente. A quantificação do crescimento foi feita diariamente e em mesmo horário. Os dados foram compilados e transferidos para um editor de planilhas para construção do gráfico do crescimento micelial. O fungo apresentou um bom crescimento em meio enriquecido como Aloe vera devido à presença em sua composição de diversos nutrientes que o fungo necessita para o seu desenvolvimento além de evitar a contaminação do meio por bactérias devido a sua atividade antimicrobiana.

PYCNOPORUS SANGUINEUS, ALOE VERA, CRESCIMENTO

CARCINOMA ESOFAGICO: SINTOMAS E FORMAS DE TRATAMENTO

LAYANA FERNANDA TADRA
MARIANA STEFANY ZALUSKI DE LIMA

O câncer no esôfago pode ser chamado também de carcinoma epidermóide ou escamoso e adenocarcinoma. Ele se desenvolve em diversas etapas, um sintoma inicial é o aumento das células epiteliais esofágicas com alteração morfológica. Outros sintomas também são hiperplasia das células basais, displasia, até a instalação do carcinoma avançado de células escamosas do esôfago, dificuldade ou dor para engolir o alimento, dor torácica, náuseas, vômito, perda de apetite e sensação de fechamento da passagem do alimento. Entre os outros tipos de câncer, o do esôfago é a oitava doença que mais atinge a população, ele tem uma grande incidência em muitos países incluindo também o Brasil, com grande probabilidade de morte em vários pacientes, e poucas chances de cura em alguns indivíduos. A vida do paciente que tem o tumor depende muito do estagio em que está a doença, mesmo com os avanços das formas te tratamento só algumas terapias são oferecidas para esse tipo de câncer, assim como o acesso toracoscópico, a braquiterapia, os quimioterápicos, a paliação da disfagia, a correção da desnutrição, o Eletrocauterização, Endopróteses plásticas e o tratamento em que envolve a cirurgia. O câncer maligno desenvolve em pacientes com uma idade avança principalmente em homens, fumantes, alcoólatras, pessoas que por muito tempo ingeriram comidas ou bebidas quentes, tem algum tipo de vírus, falta de algumas vitaminas, teve uma higiene oral mal feita, deglutição de substâncias cáusticas, divertículo faringoesofágico ou que teve uma dilatação do esôfago. Com tantas doenças sendo alertadas, o câncer no esôfago comparado aos outros não é tão falado entre a população hoje em dia, e ele é tão perigoso quanto os outros tipos de câncer, pode matar o paciente sem que ele tenha a chance de se tratar, descobrindo a doença no seu estágio precoce é mais fácil de ser curada sem que o individuo sofra traumas futuros. Além dos tratamentos as pessoas devem se prevenir dessa doença que tanto está afetando a população, evitando ingerir líquidos muito quentes, bebidas alcoólicas em excesso, evitar o tabagismo, o contato com substancias tóxicas muito fortes, ter uma higiene oral correta, entre outros fatores.

ESÔFAGO, TUMOR, TRATAMENTO, CARCINOMA

CARCINOMA MEDULAR DE TIREOIDE; DIAGNÓSTICOS

THAIS NATACHA APARECIDA FIUZA

Nesse trabalho de estudo é revisão de artigos, periódicos e pesquisas sobre Carcinoma Medular de Tireóide (CMT). Os nódulos podem ser benignos e malignos responsáveis por aproximadamente 5% a 8%de neoplasias malignas, esses nódulos são saliências tumefações ou protuberâncias do tecido tireoidiano identificados por métodos. O (CMT) pode ser de forma esporádica(75- 80%) e hereditária (20-25%). Nos casos familiares costumam ser diagnosticados em pacientes mais jovens, com média de 35 anos de idade, nas mulheres são mais acometidas com nódulos e tumores malignos que os homens, porem os homens portadores de nódulos tireoidiano tem mais chances de serem portadores de lesões malignas que as mulheres. Esses carcinomas são frequentemente múltiplos, bilaterais acompanhados por hiperplasia C, maioria são parte do síndrome de neoplasias endócrinas múltiplas do tipo II (MEN II) sua característica é a hiperplasia de células C. Pode também ocorrer o MEN tipo III caracterizado por carcinoma medular de tireóide feocromocitoma gânglio duxomas mucosos e anormalidades esqueléticas. Os casos hereditários é associados a mutações no gene PTEN e no APC também pode ser em carcinomas esporádicos. A detenção das mutações aderem quando impacto no tratamento precoce do MEN do tipo II. Ocorre em membros das famílias portadoras de neoplasias endócrinas múltiplas do tipo II que vem da herança autossômica dominante e com elevado risco acumulado de carcinoma medulas entre 60% a 70% em 70 anos, portanto a probabilidade do nódulo ser câncer é maior nos pacientes mais idosos. O diagnostico é clinico, famílias que possuem algum membro com diagnostico deve procurar um endocrinologista que solicita uma biopsia com agulha fina, e outros exames de diagnósticos por imagem como:Ultrassonografia, cintilografia de tireóide, Exames de imagem para investigar o tamanho da glândula,Tomografia axial computadorizada Ressonância magnética. Por ser uma doença muitas vezes silenciosa é importante exames de rotina a dosagem dos hormônios tireoidianos e TSH. Portanto o tratamento de nódulos benignos de fase inicial, pode ser tratado clinicamente com supressão hormonal isso da uma boa resposta no tratamento. Já em nódulos mais antigos já organizados são possíveis a cura mediante cirurgia, os malignos se infiltram em traqueias, esôfago e vasos sanguíneos que em casos mais graves levam o paciente a morte, esses nódulos em fase inicial tem mais chances de cura quando diagnosticados em fase avançadas.

NEOPLASIAS, DIAGNOSTICO, TIREÓIDE, NÓDULOS

DESCRIÇÃO DE UM NOVO METODO PARA QUANTIFICAÇÃO DE PIGMENTOS DE TINTA EM TATUAGEM

BRUNA CRISTINA HEY
CAMILA MEDINA
ESTÉFFANY MAYER PORTELA

Tatuar o corpo é uma pratica antiga utilizada em rituais, para identificar bandidos e em algumas tribos eram símbolos de culto aos deuses, relatos da Segunda Guerra mundial, trazem o uso da tatuagem com outo objetivo pois eram utilizadas por soldados marinheiros, para gravar em seus corpos os nomes de suas amadas. No Brasil, a tatuagem elétrica é uma arte muito recente, surgiu em meados anos 60, na cidade Portuária dos Santos-SP, introduzida por um dinamarquês conhecido como Lucky Tattoo. Atualmente o número de pessoas tatuadas vem crescendo gradativamente, mas realizar uma tatuagem é uma decisão séria e especial, onde pensar e repensar se tornou algo necessário. Afinal tatuar a pele é uma decisão que inclui a higiene do estúdio escolhido e o local do corpo a ser tatuado. A tatuagem é o resultado de um deposito de pigmentos coloridos, insolúveis na pele. Esses pigmentos formam desenho e permanece definitivamente na camada subcutânea. A técnica mais utilizada baseia-se em introduzir pigmentos de tintas com o uso de agulhas especiais na camada do tecido epitelial na região derme, mas tendo o risco da tinta entrar em camadas mais profundas e podendo gerar processo inflamatório ou de forma mais grave, causar mutagenicidade. Agente mutagênico é todo agente que ao entrar em contato com a célula apresenta capacidade de gerar dano e alterar o material genético, não sofrendo reparação no processo de replicação celular, sendo uma fonte de carcinogenia, existe um agrande controvérsia cientifica sobre a carcinogenicidade dos corantes usados um tatuagem o que motivou nosso grupo de pesquisa a avaliar o real potencial mutagênico destes corantes, para realizar os testes in vitro e in vivo necessários, se fez necessária a quantificação dos corantes em uma tatuagem, baseados nesta necessidade e na inexistência de uma técnica para tal exito, foi necessário criar um método para quantificação de corantes em pessoas já tatuadas. Para tanto um tecido de Sus domesticus foi pesado em balança analítica e logo apos tatuado em um centímetro quadrado e novamente pesado, a técnica foi realizada em quintuplicata e se mostrou ineficiente pois não apresentou repetibilidade, Levantou-se a hipótese de que como o tecido havia sido congelado antes execução da técnica os adipócitos apos manipulação teriam sido degradado provocando o erro observado, para testar tal hipótese novo tecido foi usado porem sem passar pelo congelamento, a técnica mostrou-se efetiva e com alta repetibilidade.

MUTAÇÃO, TINTA DE TATUAGEM, MODIFICAÇÃO GENÉTICA

DETERMINAÇÃO DE IODO EM SAIS DE COZINHA COMERCIALIZADOS EM GUARAPUAVA – PR

BRUNA GRALAK BALBINOT
LAÍS DE ALMEIDA CAMPOS
RAFAELA ALINE STREY FISCHER KETTERER

O Iodo é um elemento fundamental para manutenção da saúde, sendo componente estrutural dos hormônios produzidos pela tireóide - tiroxina (T4) e triiodotironina (T3). Grande parte do iodo vem da alimentação, peixes e mariscos de água salgada possuem quantidades significativas do mineral, porém, o sal de cozinha iodado é a principal fonte alimentar de iodo e seu condicionamento na alimentação está associado ao funcionamento da glândula tireoide e algumas patologias tiroideais. Se a adição do iodo não for executada dentro das normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, o excesso ou falta do iodo no produto final podem resultar em danos à saúde da população. Diante desta perspectiva, o presente trabalho analisará a quantidade de iodo presente em 5 marcas de sais de cozinha comercializadas em Guarapuava - PR a fim de comparar com as orientações da legislação vigente. As marcas utilizadas, serão identificadas pelas letras A, B, C, D e E, todas marcas foram adquiridas em supermercados da cidade. A determinação será realizada através de titulação do iodo adicionado na forma de iodeto. Segundo recomendações do Instituto Adolfo Lutz, o sal para consumo humano, deverá conter uma pequena quantidade de iodo, em forma de iodeto ou iodato. O método para determinação da dosagem de iodo no sal fundamenta-se na titulação volumétrica do iodo liberado, após a acidificação da amostra adicionada de iodeto de potássio, com solução de tiossulfato de sódio 0,005 M e usando solução de amido como indicador. O amido reage com o iodo liberado nas reações de óxido-redução envolvidas, formando um complexo de cor azul que é descolorido pela adição de solução de tiossulfato de sódio. A dosagem será realizada em triplicata. Os resultados obtidos a partir do ponto de viragem da titulação serão expressas em miligrama para cada quilograma (mg/kg) do produto e estes serão comparados com a Resolução RDC nº 23, de 24 de abril de 2013 que estabelece que o sal deve conter entre 15 e 45 mg de iodo a cada quilo de produto. O resultado das análises realizadas será expresso posteriormente por meio de tabelas comparativas. Considerando-se o impacto do consumo do sal sobre a saúde pública, é extremamente importante o monitoramento periódico da quantidade de sal consumido pela população, e consequentemente de iodo.

IODO, TITULAÇÃO, SAL DE COZINHA

DIAGNÓSTICO DE INFECÇÕES CAUSADAS POR STREPTOCOCCUS PYOGENES

HELLEN OXANE CORDIAKA
PAMELA CRISTIANE GADENS

O Streptococcus pyogenes é uma bactéria pertence a um grupo denominado cocos gram-positivo e estão dispostas em cadeias de células esféricas, semelhante a um cordão de pérolas. Em seu esqueleto estrutural, encontram se aderidas as proteínas M e F, que desempenham diferentes ações sobre o organismo humano. A proteína M degrada o componente C3b do sistema complemento e a proteína F que facilita a ligação com a célula hospedeira. O S. pyogenes está presente comumente na pele e nas mucosas, sua disseminação ocorre através do contato direto ou pelo ar, podendo em algumas situações estabelecer colônias e causar inúmeras doenças, como faringite, febre reumática, endocardite, gangrena, etc. A eliminação deste microrganismo do organismo humano é possível a partir da produção de anticorpos anti-proteína M, que ativa o sistema imune através da opsonização, facilitando a fagocitose deste microrganismo. A cultura bacteriana é uma opção para o diagnóstico, porém exames imunológicos identificam a elevação de anticorpos Anti-Streptolisina O" (ASO), produzidos contra os microrganismos do grupo beta hemolítico e quantificam a Proteína C Reativa (PCR), proteína que se elevada indica processo inflamatório agudo, sendo os dois testes imunológicos de suma importância ao diagnóstico do agente etiológico da infecção. Os antibióticos mais utilizados no tratamento de S. pyogenes incluem a penicilina ou eritromicina, que utilizada de forma inadequada pode gerar seleção de microrganismos e resistência bacteriana. A bactéria S. pyogenes do grupo A, tem grande relevância nos casos de infecções, acomete a população em geral, causa desde doenças mais comuns, podendo gerar até o óbito. Deste modo se faz necessário um diagnóstico preciso, possibilitando um tratamento adequado ao portador da doença, sendo de responsabilidade do biomédico realizar a identificação e quantificação de marcadores específicos que neste caso inclui a dosagem de ASO e PCR, além da cultura bacteriana, deixando evidente ao médico o diagnóstico da doença, evitando a má utilização de antibióticos e prevenindo a resistência bacteriana.

S. PYOGENES, ANTI-STREPTOLISINA O, PROTEÍNA C REATIVA, CULTURA BACTERIANA

DIAGNÓSTICO DE LESÕES HEPÁTICAS OCASIONADAS PELO USO CRÔNICO DO ANTICONCEPCIONAL

MAIARA CORREIA
MILENA CORDOVA LOURES
VIVIANE DE OLIVEIRA MARTINS

O anticoncepcional é o método eficaz contra gravidez indesejada, pois possui uma taxa de sucesso de 99,9% utilizando corretamente. Isso fez com que 81% das mulheres de todo mundo começassem a utilizar esse método. O ciclo menstrual normal da mulher, inicia com a redução de estrógeno e progesterona, iniciando a fase menstrual. No início da fase pós-menstrual ocorre a liberação do FSH atingindo o pico por volta do 14º dia o mesmo associado ao LH desenvolve os folículos ovarianos. O pico de fertilidade ocorre na fase de ovulação entre o 14º ao 16º dia, dando início a fase lútea, os níveis de progesterona aumentam, liberando o corpo lúteo, atingindo seu pico entre o 20º e 22º dia. Em condição fisiológica normal, quando não há fecundação do ovulo, há o decaimento da concentração dos hormônios femininos, iniciando um novo ciclo menstrual. O anticoncepcional é composto de dois hormônios sintéticos, o estrógeno e progesterona que controlam o ciclo menstrual e a ovulação. A glândula hipófise é controlada pelos altos níveis destes hormônios, evitando a liberação do FSH e LH. Segundo estudos o uso do anticoncepcional gera aumento nas chances do Acidente vascular cerebral (AVC), Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), trombose venosa profunda e atualmente é correlacionado com o adenoma hepático. Apesar das complicações, o uso dos anticoncepcionais ainda possuem benefícios, dentre eles evita a gravidez indesejada. O metabolismo ocorre no fígado, sendo contraindicados à pacientes com doenças hepáticas. Estudos recentes apontam que o uso crônico do anticoncepcional está relacionado ao adenoma hepático, mas esse risco vem diminuindo pois os níveis de estrógeno vem diminuindo nas pílulas. O anticoncepcional pode ser um dos principais causadores do adenoma hepático entre as mulheres em idade fértil, tendo vários cuidados para que haja um correto diagnóstico. As principais formas de diagnóstico são exames bioquímicos que identificam lesões nos hepatócitos e exames de imagem, como a Tomografia Computadorizada (TC) e a Ressonância Magnética Nuclear (RMN), permitindo a obtenção de imagem internas do fígado em alta resolução identificando as alterações celulares. Deste modo é importante alertar quanto ao uso dos anticoncepcionais que em altos níveis pode gerar lesões hepáticas graves, muitas vezes sendo difícil o diagnóstico precoce, além de ressaltar as principais formas de identificação do adenoma hepático, aumentando a qualidade de vida e reduzindo custos à saúde pública do país.

ANTICONCEPCIONAL, ADENOMA HEPATICO, DIAGNOSTICO

DIAGNÓSTICO DO DIABETES MELITTUS TIPO I

JAKELINE ALMEIDA ROCHA

O diabetes Mellitus (DM) tipo I é uma doença caracterizada pela elevação da glicemia plasmática, conhecida como hiperglicemia, ocorre devido ao defeito na secreção da insulina produzida nas células beta pancreática das ilhotas pancreáticas. Os principais fatores que levam ao desenvolvimento da doença baseiam-se no processo auto-imune, onde ocorre à redução da produção de insulina devido à destruição das células produtoras de insulina, levando muitas vezes a deficiência absoluta das mesmas, e na predisposição genética, em que a expressão é reduzida ou as mutações alteram sequências de aminoácidos, gerando defeitos na sua ação biológica. Os portadores da doença apresentam sinais como perda de peso e alterações de humor, os sintomas apresentados frequentemente são sede excessiva, poliúria, dores nas pernas, câimbras, fome excessiva, visão embaçada, dificuldade na cicatrização de ferimentos e em alguns relatos náuseas e vômitos. Existem possibilidades de um diagnóstico inicial a partir da dosagem glicêmica, sendo necessário na grande maioria dos casos um diagnóstico complementar utilizando testes por biologia molecular ou testes imunológicos. A dosagem bioquímica de glicose plasmática em jejum é o primeiro exame a ser realizado em paciente que apresentam os sintomas do DM, caso verifique uma elevação dos níveis glicêmicos, a quantificação de insulina e de auto-anticorpos irão auxiliar no diagnóstico, facilitando o tratamento ideal do portador da doença. Exames moleculares através da técnica da Reação de Cadeia da Polimerase (PCR) são utilizados em casos especiais, principalmente quando necessário a realização do mapeamento genético, o qual identifica alterações gênicas que podem estar correlacionadas com o DM tipo I. A identificação do agente sendo hereditário ou adquirido também é importante para o portador. Deste modo, percebe-se a importância da utilização de métodos de diagnostico eficazes, que identifiquem os diferentes tipos de diabetes, permitindo o tratamento medicamentoso e uma orientação nutricional compatível com as condições apresentadas ao portador da doença, aumentando principalmente a sua qualidade de vida.

DIABETES MELLITUS, DIAGNÓSTICO, GLICEMIA, GENÉTICA, INSULINA

DIAGNÓSTICO DO MELANOMA CUTÂNEO

BRUNA CARDOSO KAVETSKI
SANDRA REGINA SEIBERT PASINATO

A pele é o maior órgão humano, que possui maior extensão e maior massa. É formada por três camadas principais, a Epiderme é a mais superficial fina e vascularizada não possui vasos sanguíneos. Derme mais profunda e espessa, e a hipoderme a mais profunda das três camadas, tecido celular subcutâneo. Essas camadas são compostas por diferentes tipos celulares que permanecem por todo o seu interior um exemplo é os melanócitos que são células dendríticas, que produzem a melanina entre a derme e a epiderme. Os melanócitos são responsáveis pela pigmentação e encontram-se em comunicação com os queratinócitos, que controlam a divisão celular, pode haver 10 queratinócitos para cada melanócito. Quando ocorre mutação nos melanócitos as células perdem sua interação com o queratinócito e passa a interagir com os fibroblasto, assim iniciando um processo de malignização que transforma em um melanoma, ocorrendo assim risco de tumores. Os melanomas apesar de serem os de monos incidência entre as neoplasias cutânea são os que apresentam maior letalidade e incidência de metastização. É considerado um melanoma cutâneo primário qualquer lesão da pele que após diagnostico e confirmação. A abordagem inicial é fundamental para diagnostico e tratamento eficaz. As ferramentas mais utilizadas para o diagnostico de um melanoma cutâneo é a regra do ABCD sendo elas, A: assimetria; B: borda; C:cor ; D:diâmetro, a dermatoscopia: que é um exame de forma não invasiva, biopsia incisional que é a retirada total da lesão no sentido longitudinal e a histopatologia ou dermatologiaa consiste na remoção de uma amostra de células e/ou tecidos do organismo, após esta remoção, o material extraído é identificado e enviado para um especialista chamado Patologista, que é responsável por todo o processamento do material e análise microscópica do mesmo, a analise é feita com base nos níveis de Clark e espessura de Breslow que afirma que a malignidade do melanoma está relacionada a profundidade como crescimento radial que é o crescimento que invade as camadas da pele até a hipoderme. Depois da realização de tais procedimentos, o Patologista emitirá um laudo histopatológico informando as características do material analisado e chegando, na maioria das vezes, a um diagnóstico definitivo da doença e/ou alteração em questão. Esse trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográficas e tem como objetivo analisar os diferentes métodos de diagnostico do melanoma cutâneo.

DIAGNÓSTICO., MELANOMA., TUMOR., CANCÊR DE PELE.

DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO CÂNCER DE MAMA

ANNA CAROLINE BALABA
FABIELE APARECIDA SILVERIO
FERNANDA MARTINS DE PAULA

Tanto a mamografia convencional (analógica) quanto a mamografia digital usam raios-x para a obtenção de imagens. A diferença é que no caso da mamografia analógica a imagem é capturada diretamente sobre um filme e, na digital, a imagem é processada e arquivada por programas computadorizados e impressa posteriormente, quantas vezes forem necessárias. Esse processo de aquisição digital apresenta nítida vantagem no que diz respeito à logística e fluxo de trabalho, pois permite que a imagem seja manipulada antes de ser avaliada ou impressa, além de diminuir custos de manutenção e armazenamento de filmes convencionais. O aumento ou diminuição de brilho e contraste, aproximações (zoom) de determinadas áreas da imagem e o armazenamento para posteriores reavaliações são algumas das ferramentas possíveis a partir da tecnologia digital, sem a necessidade de novas exposições das pacientes aos Raios-x. Além disso, essas imagens podem ser facilmente enviadas por internet, caso se julgue necessário. A imagem digital permite também a adição de programas que auxiliem no diagnóstico de doenças, os chamados computer-aided detection softwares. Contudo, e por enquanto, a principal desvantagem da mamografia digital de campo completo é o custo. Nesta revisão pretendeu-se avaliar esses diferentes métodos e comparar suas eficácias na tentativa da detecção precoce do câncer de mama. Existe crescente interesse no desenvolvimento de exames de imagem para rastreamento de câncer de mama, especialmente nos grupos de risco, nos quais a tecnologia recente ainda deixa a desejar ou pelo custo ou pela especificidade relativamente baixa. A mamografia ainda é a técnica mais extensivamente estudada e a mais utilizada no que diz respeito à padronização dos cuidados relativos à prevenção do câncer de mama, mesmo diante da evidente ascendência dessas novas tecnologias. A mamografia digital parece ter surgido como uma técnica facilitadora no que diz respeito à manipulação da imagem mamográfica. Ela também evidencia significativa diminuição na taxa de reconvocações (recalls), mesmo não mostrando expressiva diferença na taxa de detecção do câncer de mama em relação à mamografia convencional. É muito provável que num futuro iminente o custo/benefício justificará a substituição da mamografia convencional pelo método digitalizado.

MAMOGRAFIA CONVENCIONAL, MAMOGRAFIA DIGITAL, CÂNCER DE MAMA, DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

EFEITOS TOXICOLÓGICOS DO ÁLCOOL NO ORGANISMO HUMANO

MARIANA ARAÚJO VIEIRA
MATHEUS DOS SANTOS
SHEILA CAROLINE SOUZA OLIVEIRA

O consumo exacerbado de conteúdos alcoólicos é comum desde os primórdios da terra, quando a raça humana ainda acabara de nascer. Seja na “farra” com os amigos ou o beber socialmente, esse consumo está incluso em todas as culturas existentes. Delimitar os diferentes efeitos do etanol no beber social e o abusivo é difícil, pois ocorrem com variabilidade de um indivíduo para outro e de acordo com as etnias as quais são pertencentes. Acredita-se que aproximadamente 11% das mulheres e 25% dos homens bebem demasiadamente; A dependência do alcoolismo também afeta cerca de 5% das pessoas do sexo feminino e 10% do masculino. Está constatado que o alcoolismo influencia diretamente em 50% dos óbitos por acidentes nas estradas e também é responsável por 25% dos suicídios. A todo momento registram-se casos de piora em usuários do álcool que também são pacientes com retardo mental (síndromes, depressão, etc), pois o álcool afeta diretamente em seu sistema nervoso, fazendo com que o indivíduo se torne agressivo. Fatos confirmam que a ingestão exagerada de bebidas de teor alcoólico está correlacionado a diversas doenças, incluindo as mais comuns como a cirrose e o câncer no fígado. Estimasse que o número de óbitos causado pelo uso de álcool é ainda mais abrangente que os causados pelo tabaco. Este trabalho objetiva constatar através dos dados reunidos em uma revisão de artigos científicos, o maior número de informações correspondentes à intoxicações abusivas de conteúdo etílico no indivíduo.

TOXICOLOGIA, ALCOOL, FISIOLOGIA

ENTOMOLOGIA FORENSE NA FAUNA CADAVÉRICA:PRESENÇA DA ONDEM DÍPTERA NA REGIÃO DE GURAPUAVA

BRUNA CARDOSO KAVETSKI
SANDRA REGINA SEIBERT PASINATO

O presente trabalho baseado em artigos já publicados e experimento assistido tem como base a Entomologia Forense, ciência que estuda os insetos como ferramenta para auxiliar na investigação criminal. O primeiro caso documentado de Entomologia Forense está relatado em um manual de Medicina Legal Chinês do século XIII, já o primeiro caso de IPM (índice pós-morte) baseada em insetos foi feito pelo médico francês Bergeret em 1855. No Brasil a Entomologia Forense só teve inicio em 1908 com o trabalho se Oscar Freire, onde apresentou a Sociedade Médica da Bahia a primeira coleção de insetos necrófagos e os resultados de suas investigações, obtidas com estudos em cadáveres humanos e de pequenos animais. O objetivo é fazer a comprovação de que os insetos da Ordem Diptera são os principais aliados para analisar o IPM na região de Guarapuava, PR, assim pode se obter respostas de que é a vítima e o autor, quando e aonde foi a morte e qual o tipo de morte. Pra realizar experimento assistido no Brasil, utiliza-se carne de suíno pela sua semelhança com a fisiologia humana e o estado de decomposição. Os materiais usados no experimento assistido foram potes de vidros, tendo em suas tampas buracos para permitir a entrada dos insetos. Os vidros são etiquetados conforme o seu conteúdo ou o local aonde fora deixado, em todos eles é colocada uma média de 100 a 120 gramas de carne e aguardado o processo da iniciação da decomposição que começa a ser percebido em poucas horas principalmente pelo seu forte cheiro, com o passar dos dias observa-se moscas, ovos e larvas em grande quantidade, de diversos tamanhos, quando o experimento atinge 264 horas, ou seja, 11 dias os insetos fizeram a decomposição total da carne e saem do vidro deixando apenas uma enzima de cor amarelada e com um cheiro forte. Todos os dias e etapas são feito coletas para analise dos insetos, que tem embasamento em artigos da área de entomologia forense e zootecnia, verificando que os insetos da Ordem Díptera predominaram sobre o experimento. Pode-se concluir que o inseto da Ordem Díptera é o principal aliado na decomposição cadavérica da região centro-oeste do Paraná, na cidade de Guarapuava. O estudo da fauna cadavérica constitui, portanto a aplicação da entomologia forense como o melhor método para desvendar crimes, e análise de insetos da ordem Díptera são uma ferramenta útil para essa ciência, pois foram os primeiros insetos a chegar até o experimento e se proliferarem segundo sua ordem biológica.

ENTOMOLOGIA FORENSE, DÍPTERA, GUARAPUAVA, FAUNA CADAVÉRICA, CRIMES

EPIGENÉTICA: UMA ABORDAGEM SOBRE MEMÓRIA CELULAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A ÁREA MÉDICA

BRUNA CARBORNAR DA SILVA
CRISTIANE APARECIDA QUEIROZ CERVANTES
LAÍS DE ALMEIDA CAMPOS

A epigenética é um tema amplo dentro da genética e tem se configurado como espectro fundamental de interesse científico atual para compreender mecanismos de regulação gênica com influência sobre o sistema nervoso simpático, memória e determinação da ontogenia. Essa expressão é válida para processos que não alteram a sequência de nucleotídeos do DNA e que podem ter características hereditárias. Isto tem estimulado a existência de mecanismos epigenéticos que expliquem uma associação, assim como a busca de medidas de prevenção e eventuais tratamentos com processos potencialmente reversíveis. Até então, foram descritos alguns mecanismos principais que participam da regulação gênica, entre eles a modificação das histonas, a metilação do DNA e os ácidos ribonucléicos (RNA) não codificantes. Diante do interesse de se compreender o tema, o objetivo deste trabalho foi buscar a associação da epigenética com contribuições na área médica. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica de artigos científicos em plataformas do Scielo e Pubmed no período de maio julho a outubro de 2015. Estes mecanismos epigenéticos têm sido considerados reguladores fundamentais na fisiologia sináptica e de memória. Tem-se considerado que estes mecanismos são protagonistas em quaisquer alterações que possam conduzir a transtornos do desenvolvimento neurológico ou processos neurodegenerativos. Sem dúvida, ainda restam muitos estudos a serem realizados e compreendidos a partir destes mecanismos possibilitando um maior controle sobre a formação e o desenvolvimento da memória em longo prazo. Neste trabalho foi possível observar que existem vários estudos sendo desenvolvidos para melhor compreender os mecanismos epigenéticos e sua associação com as enfermidades. Estes fatores têm sido relacionados com enfermidades tais como: obesidade, esclerose múltipla, doenças cardiovasculares, desenvolvimento de tumores e outras, assim como no próprio desenvolvimento e crescimento individual. Percebe-se uma grande preocupação dos profissionais e pesquisadores em incorporar a epigenética em seus estudos para melhor compreensão das manifestações de enfermidades que tenham relação com os fatores epigenéticos sejam eles internos ou externos ao ser humano.

GENÉTICA, ENFERMIDADES, FATORES EPIGENÉTICOS, MEMÓRIA

EXTRATOS DE COIX LACRYMA-JOBI COMO FITOTERÁPICO DE CÉLULAS TUMORAIS

CAMILA CAMARGO GOMES
CRISTIAN FABIANO LEWICZUK
LEONARDO DE LIMA WROBEL

A utilização de ervas como fitoterápicos vem sendo vastamente estudas no âmbito cientifico, sendo a Coix lacryma-jobi o objeto de muitas destas pesquisas. Objetivo deste trabalho, foi revisar na literatura artigos científicos que mostrem o uso e eficiência de extratos de C. lacryma-jobi, em atividades antitumorais, no período de 2000-2015, como ferramenta de pesquisa foram utilizados o Google Acadêmico e PubMed. O primeiro artigo encontrado descreve o uso da planta para à inibição de crescimento do tumor in vivo por extrato metanólico das sementes de C. lacryma-jobi, em outro dos artigos avaliados grupos de ratos que foram pré alimentados com a semente, e os resultados indicaram que a uma dieta com 30% de semente em pó reduz em aproximadamente 50% de tumores pulmonares. O terceiro artigo trás como metodologia a utilização do extrato metanolico da semente na redução de COX -2 de células de cancro do pulmão este artigo também demonstrou a eficacia da planta no tratamento. O quarto artigo trás a emulsão do óleo de C. lacryma-jobi no tratamento de diferentes tipos de câncer como, pulmão, fígado e mama com resultados variados quanto ao tipo de câncer . Atividades antitumorais in vitro por diferentes tipos de extração foram testadas no quinto artigo também com resultados positivos. No sexto artigo foi analisada atividade anti alérgica de C.lachryma-jobi sobre leucemia basófila. Em um sétimo artigo foi verificado uma fração de polissacarído extraído da semente de C. lacryma-jobi na apoptose de células tumorais. No sétimo artigo apresentou a indução de apoptose de cancro hepático por meio de uma injeção vegetal da semente de C.lacryma-jobi. Conclui-se então, em conformidade com dados dos estudos demonstrados anteriormente que a planta C.lacryma-jobi possui um efeito antitumoral in vitro e in vivo e pode ser útil na prevenção no desenvolvimento de neoplasias.

EXTRATO, COIX LACRYMA-JOBI, CÉLULAS TUMORAIS

HEPATITE C EM TRANSMISSAO VERTICAL

ALEXANDRE DA SILVA NEVES DOS SANTOS
KAREN LETICIA MOLIANRI

A Hepatite C é uma inflamação do fígado causada pela infecção do vírus (HCV) transmitido através do contato com sangue contaminado, considerado entre as hepatites a pior. As infecções predominantes entre todas possíveis são a exposição a sangue contaminado e drogas injetáveis, a transmissão vertical (infeção da mãe para o filho pela gestação pelo parto ou após pela amamentação) ainda não considerada relevante, porem existe os riscos que devem ser considerados. Os sintomas da doença não são específicos, relatos mais comuns são de dores abdominais e mal-estar, embora em muitos casos permaneçam assintomáticos. O diagnóstico do vírus (HCV) é feito pela detecção do RNA viral pelo PCR (reação em cadeia de polimerase) e anti-HCV pelo ELISA que faz a detecção qualitativa da presença de anticorpos contra HCV em amostras de soro. A infecção do vírus da Hepatite C em transmissão vertical é considerado benigno a curto e médio prazo, ao longo ainda é desconhecido. Os sintomas se desenvolvem na adolescência, e na maioria dos casos a doença não é descoberta nas fases iniciais e acaba passando para o estágio de doença crônica. Os principais estudos relacionados a transmissão vertical são controversos, alguns explicam que a escolha do parto não tem um fator importante, porém outros explicam que o maior risco ocorre no primeiro parto quando a carga viral é alta e também nos casos de co-infecção (infecção HIV e HCV) e recomendam que a cesariana eletiva para diminuir os índices de transmissão. Outra linha de pesquisa abordada nesse estudo, é a possibilidade de transmissão da infecção através do leite materno. Em geral, afirma-se que o vírus pode estar presente no leite, entretanto a transmissão não acontece por essa via. Esse trabalho foi realizado através de revisão bibliográfica e tem por objetivo reunir informações de alguns aspectos associado a infecção do vírus (HCV) na gravidez e os fatores de risco de contaminação transversal. Portanto, pode-se concluir que embora não seja comprovado a transmissão vertical todas as medidas devem ser tomadas para evitar o contato do recém-nascido com o sangue contaminado. Também é de extrema importância relatar a gestante sobre a doença e oferecer a opção de escolha do parto. Quanto ao leite materno, devido à falta de documentação comprovando a transmissão as gestantes infectadas (HCV) estão autorizadas de amamentar.

HEPATITE C, TRANSMISSAO VERTICAL, GESTANTES

INCIDENCIA DO ALEITAMENTO MATERNO ATE OS SEIS MESES DE IDADE EM UMA UNIDADE BASICA DE SAUDE NO MUNICIPIO DE GUARAPUAVA-PR

JAQUELINE FERREIRA
THAIZ LETICIA CUBICA CAETANO
ZEDINEIA MONTANI

A amamentação, é o ato de alimentar o bebê com o leite materno, vindo diretamente do peito, deve ser exclusiva durante os primeiros 6 meses de vida, trazendo inúmeros benefícios, para o bebê previne doenças e diminui a taxa de mortalidade, diminui as chances de ter alergias, diminui a cólica dos primeiros meses, está na temperatura correta para o consumo, e para as mães diminui o risco de câncer de mama, endométrio e de ovário, facilita a perda de peso e combate a hemorragia pós-parto e acelera a recuperação da mulher. O leite materno possui nutrientes como gorduras 35% a 58%, carboidratos 35% a 44%, proteínas 5% a 7%, cálcio, fósforo, vitaminas, ferro e uma série de outros micronutrientes. Foi realizada uma pesquisa com o grupo de puérperas da Unidade Básica de Saúde de um bairro residencial do Município de Guarapuava-PR, em março de 2015. Esta pesquisa contou com 25 mães, o objetivo foi verificar o número de mães que amamentaram seus filhos até os 6 meses de idade e o uso de leite de vaca nesse período. Das 25 puérperas 9 amamentaram os seus filhos pelo menos até os 6 meses de idade, 5 relataram a falta de leite e utilizaram a alimentação complementar, 3 não lembravam e 8 faziam o uso de leite de vaca. Após a pesquisa foi realizada uma orientação nutricional com todas as mães abordando a importância do aleitamento materno e suas características, onde os carboidratos fornecem energia, as gorduras são fontes concentradas de energia que oferecem mais de 50% das necessidades do bebê e são ricas em ácidos graxos, importantes para o desenvolvimento do cérebro, da retina e dos tecidos nervosos. Já as proteínas são fontes de aminoácidos essenciais para o crescimento e desenvolvimento da criança. O cálcio e o fósforo atuam na formação de ossos e dentes. O ferro previne a anemia e a vitamina A ajuda nos processos de crescimento, desenvolvimento visual e integridade do sistema imunológico do bebê.

ALEITAMENTO MATERNO, NUTRIENTES, AMAMENTAÇÃO

INFECÇÕES EM PRATICANTES DE ESPELEOLOGIA, UMA REVISÃO

ALANA CRISTINA DE OLIVEIRA
BIANCA FERREIRA DE SOUZA
GABRIELA FÁTIMA KRETZL

A espeleologia é a ciência que se dedica ao estudo das cavernas e grutas encontradas na natureza. Os praticantes de espeleologia, denominados espeleólogos, estão comumente suscetíveis a contrair infecções. O objetivo deste trabalho foi fazer através da revisão bibliográfica o levantamento da incidência de infecções adquiridas pelos praticantes desta atividade. O buscador utilizado foi o Google acadêmico,buscador que utiliza outros bancos de dados (BIREME, SCIELO) e artigos open access, aumentado o espectro de busca. Para a busca foram utilizadas as relações: espeleologia-zoonoses, espeleologistas - exposição ambiental, patógenos-espeleologistas. Os artigos apresentam que certas atividades ocupacionais de espeleologia expõem profissionais ao risco de infecções, devido a maior exposição a materiais biológicos possivelmente contaminados. Entre os patógenos pode-se citar exemplos como o fungo Histoplasma capsulatum, conhecida por Histoplasmose, com ocorrência relacionada a locais com fezes de morcego e aves, a Leptospira icterohaemorhagiae conhecida como Leptospirose presente na urina de ratos e outros animais e o vírus do gênero Lyssavirus também conhecida como a raiva ou hidrofobia transmitida por mordidas ou arranhaduras de um animal infectado.Com esta revisão, concluiu-se que a prática da espeleologia propicia a exposição dos indivíduos a diversas infecções que habitam o meio ambiente, através da exposição á fezes e outros dejetos deixados por diferentes animais, portanto, os espeleólogos estão sempre suscetíveis a tais infecções.

ESPELEOLOGIA, ZOONOSES, EXPOSIÇÃO AMBIENTAL, INFECÇÕES

INSALUBRIDADE NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO HOSPITALAR

JANE MARIA PILARSKI
ROSIMERI GROCHEVICZ

Este estudo tem por objetivos demonstrar que no meio ambiente do trabalho hospitalar os profissionais correm grandes riscos, caso não sigam normas rígidas de proteção, pois segundo Wilza Maria Pinto (2012, p.103) “O profissional que atua no ambiente hospitalar está exposto à acidente de trabalho, desgaste mental e emocional, sobrecarga de trabalho, quantidade insuficiente de profissionais, condições físicas inadequadas, uso incorreto dos EPIs, enfim qualquer problema que possa vir afetar o desempenho profissional do trabalhador coloca em risco as pessoas envolvidas no processo do cuidado, e consequentemente altera a dinâmica do serviço, bem como compromete a qualidade da assistência prestada”. A Constituição Federal, como lei suprema declara em seu artigo 7º, inciso XXII que deve ser garantida a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de segurança e saúde. No inciso posterior, XXIII garante-se a percepção de adicional de remuneração para atividades insalubres, penosas ou perigosas, na forma da lei. Ainda, demonstrar que, assim como grande classe de trabalhadores, os profissionais atuantes em hospitais devem receber o adicional de insalubridade que é um adicional ao salário, instituído por lei que compensa o risco, ou seja, a possibilidade de dano à vida ou à saúde daqueles que executam determinados trabalhos classificados como insalubres e/ou perigosos. A definição de atividades insalubres consta na CLT em seu artigo 189 que dispõe o seguinte: “Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos”. O pagamento é calculado baseado no grau de intensidade de exposição aos agentes insalubres em 40%, 20% ou 10% do salário mínimo segundo o artigo 192 da CLT. Conclui-se que os supracitados funcionários, por estarem sempre em atividades insalubres ou risco, possuem o direito ao referido adicional.

HOSPITAL, INSALUBRIDADE, TRABALHO

MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS E CAUSAS DA SÍNDROME DE CRI DU CHAT

ELAINE MARA DE LIMA SOUZA
ERICA MANDU DE ALMEIDA
SANDRA PIOTROVICZ

A Síndrome de Cri du chat foi descoberta pelo geneticista francês Dr. Jerone Lejeune no ano de 1963 na França. A mesma é conhecida popularmente como “Síndrome do Miado do Gato” pelo fato dos portadores apresentarem um choro semelhante ao miado agudo de um gato. Esta síndrome é uma anomalia cromossômica causada pela perda do braço curto do cromossomo 5, apresentando um cariótipo 46, XX, 5p- e 46, XY, 5p-, onde pode ocorrer a perda parcial do material genético ou total, com perda de todo braço curto. Sua incidência é de 1: 50000 nascidos vivos no mundo, e 1% dos indivíduos com deficiência intelectual, acometendo mais o sexo feminino. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo relacionar à causa genética, bem como demais fatores envolvidos na manifestação desta síndrome, por meio de uma revisão de artigos científicos. Os afetados se caracterizam por apresentarem assimetria facial, com microcefalia, má formação da laringe, fenda palpebral antimongolóide, orelhas mal formadas e de implantação baixa, face arredondada, hipertelorismo, hipotonia, microretrognatismo, dedos longos, atraso do desenvolvimento psico-motor e estaturo ponderal. O diagnóstico desta síndrome é definido pelas características clínicas e exame citogenético da criança afetada e posteriormente é realizada orientação para os genitores desta criança. O tempo de vida dos portadores da síndrome é relativamente normal, pois apenas se tem sinais de envelhecimento precoce. Ainda não há cura para essa síndrome, porém o tratamento baseia-se essencialmente nas estratégias de reabilitação precoce, prevenção das complicações e na correção das malformações.

SÍNDROME DE CRI DU CHAT, CROMOSSOMO5P-, MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS

MÉTODOS ALTERNATIVOS PARA TRATAMENTO DA KLEBSIELLA PNEUMONIAE CARBAPENEMASE (KPC): LEVANTAMENTO DE PESQUISA NO BRASIL

BRUNA CRISTINA HEY
ESTÉFFANY MAYER PORTELA
VINICIUS AHTIE PEREIRA

A Klebsiella pneumoniae está presente nos intestinos e pode causar pneumonia e infecção do trato urinário. Sua versão mais resistente a antibióticos, a KPC, causa sintomas como febre, prostração, tosse e dores no corpo. o objetivo deste trabalho foi levantar artigos de brasileiros que versem sobre tratamento alternativos para infecções por KPC no período de 2010 a 2015. Desde o ano de 2009, a superbactéria KPC (Klebsiella pneumoniae carbapenemase) começou a assustar os pacientes e médicos aqui no Brasil; quando ocorreu seu surto e 18 pessoas morreram em Brasília e no estado do Paraná. Em 2013, seis dos onze pacientes com KPC no Hospital Celso Pierro, em Campinas, morreram. Já no inicio deste ano, pelo menos sete pessoas que passaram pela Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Municipal Dr. Waldemar Tebaldi, na cidade de Americana, em São Paulo, foram infectados pela bactéria. A KPC é capaz de produzir uma enzima (carbapenemase), que é capaz de inativar os antibióticos mais potentes disponíveis para o tratamento de infecções graves, principalmente aquelas adquiridas no ambiente hospitalar, além de ter a capacidade de se multiplicar muito rápido, duplicando de número a cada 20 minutos. Para este trabalho usamos o buscadores Google acadêmico; PubMEd; e Medline, Infelizmente não encontramos nenhum trabalho diretamente relacionado. na pesquisa em inglês restrita ao mesmo período encontramos uma revisão sobre o tema que relata que pesquisa de novos antibióticos têm caído ano a ano. Uma das causas para as raras descobertas desses novos medicamentos, apontada pela Sociedade Americana de Doenças Infecciosas (IDSA, na sigla em inglês). um dos aspectos para a falta de pesquisas relacionadas ao tema é que o Brasil não tem produção de insumos farmacoquímicos para a criação de antibióticos eque os fomentos para este tipo de pesquisa ainda são escassos.

KPC, TRATAMENTO, ANTIBIÓTICO

MÉTODOS DE DIAGNÓSTICO DO HPV EM HOMENS

LAYANA FERNANDA TADRA
MARIANA STEFANY ZALUSKI DE LIMA

O HPV (Papilomavírus Humano) pertence ao gênero papillomavirus da família papovaviridae, sendo ele icosaédrico pertencendo a um grupo heterogêneo, acomete mulheres e homens em todo o mundo, ele infecta as células epiteliais de vários locais do corpo humano, podendo gerar diversos tipos de lesões. A principal forma de contaminação do HPV é pela transmissão sexual, podendo ser evitada simplesmente pelo uso do preservativo. Outra forma de prevenir é a vacinação, as vacinas contra o HPV são a quadrivalente (HPV4) e a vacina contra o HPV oncogênico (HPV2), ambas são compostas por partículas vírus-like (VLPs) preparadas pela técnica de DNA recombinante, que gera uma das proteínas que compõe o capsídeo do HPV, a proteína L¹. A infecção pelo HPV pode ser classificada de três maneiras diferentes, sendo a clinica, subclínica e latente. A forma clínica é facilmente vista como uma verruga, em homens podendo surgir no pênis (normalmente na glande), bolsa escrotal, região pubiana, perianal e ânus, também pode aparecer na boca e na garganta. A subclínica não é visível a olho nu, não apresenta sintomas nem sinais ela é diagnosticada com o uso de colposcópio com o uso do ácido acético 5%. A forma latente é a fase do período de incubação do vírus, assim a fase final da regressão da lesão, ela só é diagnosticada através dos exames de biologia molecular. O seu diagnóstico pode ser feito de duas formas principais, através da análise citológica e por biologia molecular. No presente estudo foi realizada uma revisão bibliográfica que tem como objetivo a verificação dos diferentes métodos de diagnóstico do HPV em homens, bem como sua prevenção e tratamento. Através deste diagnóstico é possível efetuar um tratamento ao homem, evitando a transmissão do vírus para suas parceiras sexuais. Portanto, são necessários mais estudos sobre o HPV no homem, forma de manifestação bem como sua prevenção, pois verificou-se que existe uma ênfase maior em estudos e relatos de casos de HPV em mulheres deixando assim uma falha em pesquisas e relatos de casos de HPV em homens encontrando-se muito pouco material para embasamento teórico.

PAPILOMAVÍRUS, ANÁLISE CITOLÓGICA, BIOLOGIA MOLECULAR, HPV EM HOMENS, DIAGNÓSTICO DO HPV

NEUROFISIOLOGIA E TERAPIA FARMACOLÓGICA PARA TOSSE – UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

ALISSON GUMIERO

A tosse é um meio de proteção das vias aéreas superiores (VAS), seu objetivo é fazer com que o ar possa sair e entrar nos pulmões sem dificuldade e a maneira mais fácil de realizar essa proteção é com o ato de tossir. Pode ser classificada de acordo com a sua duração, ou seja, aguda menos de 3 semanas; subaguda 3 a 8 semanas ou crônica mais de 8 semanas, se dá por causas infecciosas ou não infecciosas. O arco reflexo da tosse é iniciado no epitélio respiratório pela presença de receptores da tosse no qual são distribuídos por toda a árvore bronquial. Receptores não são encontrados nos alvéolos e no parenquima pulmonar. “O reflexo da tosse envolve cinco grupos de componentes: receptores da tosse, nervos aferentes, centro da tosse, nervos eferentes e músculos efetores”. Os receptores são rapidamente ativados passando estímulos para o nervo aferente que reconhece o estimulo e manda diretamente para o centro da tosse no cérebro, o cérebro decide o que fazer e a seguir transmite essa decisão para o corpo via nervo eferente onde acontece o ato motor da tosse e a contração e relaxamento dos músculos efetores localizados na região torácica. Os fármacos usados para o tratamento da tosse podem se dividir em duas classes, no qual são eles expectorantes mucolíticos e antitussígenos. Cada classe se divide em um grupo de fármacos com seu mecanismo de ação, efeitos colaterais e indicações. Temos como expectorantes e mucoliticos a acetilcisteina, ambroxol, bromexina e carbocisteina, medicamentos que tornam o muco menos espesso gerando a hipersecreção da mucosa e seus efeitos colaterais são distúrbios digestivos. Como antitussígenos temos a codeína, dextrometorfano, dropropizina, cloperastina que agem diretamente no tronco encefálico, deprimindo o centro da tosse, são mais indicados para tosse irritativa seca e dolorosa, causa redução da atividade mucociliar como depressão no SNC e sonolência. Deste modo, conclui se que a neurofisiologia da tosse é importante, pois envolve vários receptores espalhados na árvore traqueobrônquica e de projeções neurais. O diagnóstico etiológico da tosse é indiscutível, muitos pacientes se medicam cada vez mais com antitussígenos e mucoliticos ou pedem prescrição ao médico para atenuar o desconforto que a tosse trás, até identificar a causa da tosse e começar a trata-la, porem a possibilidade de intoxicações e alteração do processo fisiológico pode ser algo maléfico a saúde dos pacientes.

RECEPTORES, TOSSE, FÁRMACOS

OSTEOPOROSE, CAUSAS E DIAGNÓSTICOS

KARIN ANDREZZA DE PAULA DAMBROSKI

A osteoporose é uma doença degenerativa crônica, caracterizada pela diminuição da massa e da resistência óssea, resultando em ossos fracos, finos e extremamente sensíveis a fraturas. É a doença osteometabólica mais atual e de grande problema para a saúde pública pelo seu custo elevado e pela quantidade de portadores da doença. A doença pode ser primária ou secundaria, sendo característico na primária o aparecimento em mulheres pós-menopausa pela diminuição de estrógenos, e na secundária, também conhecida de osteoporose senil, causada por outras doenças, ou seja, outros fatores, raramente ocorre em jovens ou pessoas com menos de 40 anos. Os fatores comumente influenciadores da osteoporose são: tabagismo, etilismo crônico, baixa ingesta de cálcio, falta ou excesso de exercício, distúrbios alimentares, deficiência em vitamina D, excesso de secreção do paratormônio (PTH), além de outros inúmeros fatores. As formas de diagnóstico incluem exames laboratoriais e de imagens. Os exames laboratoriais de alto valor ao diagnóstico incluem a dosagem de cálcio, vitamina D, fósforo sérico e urinário e o paratormônio intacto (iPTH). Em exames de imagem a Densitometria óssea (DEXA) é um grande aliado para identificação da redução da massa óssea, sendo atualmente considerada padrão ouro no diagnóstico da osteoporose e osteopenia. No exame de densitometria óssea é mensurado a densidade mineral óssea, utilizando uma fonte dupla de raios X permitindo analisar o tecido ósseo e a massa magra. Atualmente o melhor tratamento para a osteoporose ainda é a prevenção, ingestão rica em cálcio e vitamina D na fase do pico de massa óssea, praticar exercícios físicos, além de ter uma vida saudável livre de exposições aos agentes causadores. O diagnóstico precoce é de extrema importância para a redução da evolução da osteoporose, além do diagnóstico inicial da doença, permitindo assim o tratamento ideal. Por fim, a osteoporose é uma doença degenerativa dos ossos, que atinge geralmente idosos e mulheres pós menopausa, seu primeiro sinal é osteopenia, estágio de degradação inicial identificado exclusivamente por exames de imagem como a DEXA. Doença sem cura evidente, porem com possibilidade de prevenção, a qual tem a finalidade de estacionar os efeitos da doença através de exercícios físicos regularmente indicados, uso especifico de medicamentos e suplementos. Deste modo é necessário realizar exames específicos que facilitam o diagnóstico desta doença, obtendo uma melhor qualidade de vida.

OSTEOPOROSE, DENSITOMETRIA ÓSSEA, VITAMINA D, CÁLCIO, OSTEOPENIA

O USO DOS ANTICONCEPCIONAIS ASSOCIADO AO DESENVOLVIMENTO DE TROMBOSE

BRUNA CARBORNAR DA SILVA
CRISTIANE APARECIDA QUEIROZ CERVANTES
LAÍS DE ALMEIDA CAMPOS

O uso de contraceptivos hormonais expandiu-se nas últimas décadas. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) em 2006 de um total de mulheres, em algum tipo de união, 81% delas faziam uso de anticonceptivos orais como método contraceptivo. A partir desses dados e da estimativa para os anos atuais, levando em consideração uma mudança no padrão cultural do país, percebe-se uma preocupação crescente com relação ao controle da fecundidade no país. Apesar do uso dos contraceptivos com fins para a contracepção serem os de maior importância, o uso dos estrógenos e da progesterona combinados também é indicado para diminuir a incidência de amnorréia, ciclos irregulares, sangramentos intermenstruais, anemia ferropriva, tensão pré-menstrual, doenças benignas da mama, acne e efeitos androgênicos, entre outras manifestações. Alguns estudos apontam a associação do uso dos contraceptivos e o desenvolvimento ou risco de trombose. Os sintomas mais comuns da trombose podem ocorrer geralmente em uma angia nas pernas, mas comumente nas panturrilhas gerando início recente dos seguintes sinais: dor que piora com o tempo, edema (inchaço), aumento da temperatura no local onde o trombo está alojado e o empastamento no membro acometido (rigidez da musculatura da panturrilha). Este estudo objetiva apresentar os riscos causados pelo uso de anticoncepcionais. A metodologia utilizada neste estudo foi revisão bibliográfica de artigos científicos em plataformas do Scielo e Pubmed no período de janeiro de 2010 a outubro de 2015. Muitas preocupações surgiram inicialmente a partir do estudo de antigos contraceptivos orais, que continham altas doses de estrogênio, mas hoje a quantidade de estrogênios e progestinas nos contraceptivos orais já diminui notavelmente, o que reduziu significativamente os riscos associados ao seu uso. Entre os estudos analisados, o risco de desenvolvimento de trombose venosa e arterial aumentam em parte quando existem associações da mutação com outros fatores de risco. É de extrema importância uma avaliação da paciente, sendo necessário uma anamnese seguida de exames, para apenas posteriormente a isso, seja feita a indicação do contraceptivo ideal.

TROMBOSE, ESTRÓGENOS, PROGESTERONA, ANTICONCEPCIONAL

REDUÇÃO DE POLUENTES PLÁSTICOS À BASE DE POLIURETANO POR FUNGOS: UMA REVISÃO

CAMILA CAMARGO GOMES
HENRIQUE ROMANZINI SCHIMANSKI
LEONARDO DE LIMA WROBEL

O Poliuretano (PU) é um polímero sintético amplamente utilizado pela indústria mundial. O baixo custo e a facilidade de produção têm aumentado a demanda pela sua utilização, gerando numerosas preocupações. A quantidade gerada de resíduos e sua resistência ao meio ambiente representam uma grande ameaça para os sistemas ecológicos. Visando a mudança deste cenário, tem se estudado a biorremediação como fator importante de ajuda na eliminação dos resíduos poluentes gerados pelo poliuretano. Para este trabalho foram analisados dez artigos recentes (2007-2013) sobre o uso de fungos que possuem a capacidade de biorremediação. Russell e colaboradores utilizaram fungos endofíticos em meio líquido e sólido de poliuretano. O Pestalotiopsis microspora foi o único capaz de se desenvolver utilizando poliuretano como única fonte de carbono em condições aeróbicas e anaeróbicas. Cosgrove e colaboradores utilizaram os fungos Geomyces pannorum e Phoma sp. em placas de poliuretano enterradas em solos arenosos com diferentes níveis de carbono orgânico. Em outro trabalho, Cosgrove utilizou Nectria haematococca, Penicillium viridicatum e Penicillium ochrochloron em uma superfície enriquecida com trigo estéril para aumentar a biodegradação de poliuretano. Zafar, Houlden e Robson utilizaram o Fusarium solani e o Candida ethanolica em meio de compostagem de poliuretano em conjunto com matéria verde. Cangemi e colaboradores utilizaram o Aspergillus sp. e Chryseobacterium meningosepticum em meio líquido de poliuretano que foram misturados com a terra para formar um meio sólido. Gautam, Bassi e Yanful utilizaram Cândida rugosa para degradar poliuretano em um meio aquoso sob diferentes concentrações de temperatura, pH e enzimas no substrato. Treviño e colaboradores utilizaram ácido gálico produzido por Aspergillus niger para degradar poliuretano. Lando utilizou o fungo filamentoso Metarhizium anisopliae. Mathur e Prasad utilizaram Aspergillus flavus isolado a partir do solo. Cappelari verificou degradação de poliuretano por Pleurotus djamor. Cunha e colaboradores utilizaram Phanerochaete chrysosporium na degradação do poliuretano. Costa e colaboradores acompanharam a modificação da estrutura do polímero pelo Penicillium oxalicum. Pela bibliografia pesquisada os fungos analisados tornam-se uma promissora fonte de biodiversidade na busca por organismos com propriedades metabólicas úteis na biorremediação de compostos poluentes.

BIORREMEDIAÇÃO, FUNGOS, POLIURETANO

RELAÇÃO ENTRE O CONSUMO DE ÁLCOOL E O USO DE PÍLULA ANTICONCEPCIONAL

ELAINE MARA DE LIMA SOUZA
FAROOK MORI MALIK

A presente pesquisa tem como objetivo alertar as mulheres que utilizam anticoncepcionais e ingerem bebidas alcoólicas sobre o risco na diminuição da eficácia das pílulas podendo resultar em uma gravidez indesejada. Foi realizada uma revisão da literatura por meio de estudos referentes ao tema, utilizando-se de livros e artigos científicos. Até que se prove o contrário, não há riscos se a mulher ingerir álcool de forma moderada, no mesmo período em que estiver utilizando a pílula. O perigo aparece quando a usuária consome bebidas alcoólicas em excesso, podendo resultar na alteração farmacocinética do medicamento, diminuindo sua eficácia. Isto ocorre porque a pílula é metabolizada no fígado, assim como o álcool. Se a mulher ingerir a bebida em grandes quantidades, é possível que o álcool interfira nos efeitos do anticoncepcional devido à sobrecarga do órgão. Para isso, existe um cálculo cujo objetivo é verificar se o consumo de álcool é moderado para o organismo: a conversão do número de copos ingeridos em grau alcoólicos foi considerada os seguintes parâmetros: densidade do álcool = 0,7894 G/L, teor alcoólico do destilado 50 °GL e bebida fermentada (cerveja = 7 °GL). O cálculo utilizado na conversão é dado pela fórmula: conversão = quantidade de bebida em um copo (250 ml) x grau alcoólico da bebida x densidade/peso corporal. A dosagem considerada limite de álcool no organismo para interações com contraceptivos foi 0,3 g/Kg. Se o resultado ultrapassar de 0,3 g/Kg, independe do organismo, esta perde o efeito do fármaco. Anticoncepcionais com baixa dosagem apresentam riscos maiores comparando aos com alta dosagem. Conclui-se que quanto ao álcool, o metabolismo dos fármacos se altera de forma distinta no consumo de bebidas alcoólicas, a informação é indispensável para assegurar as usuárias de contraceptivos orais a maior eficácia dos medicamentos, uma vez que os anticoncepcionais são fármacos sujeitos a sofrer e a exercer influência sempre que associados a outros medicamentos ou substâncias.

FARMACOCINÉTICA, ALCOOLISMO, ANTICONCEPCIONAL

REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E SEUS MÉTODOS

AMANDA DE SOUZA
PRICILLA PIRES NUNES CARDOSO
THAIS DE LIMA CARNEIRO

A Reprodução Humana Assistida se caracteriza por intervenção de alguns métodos médico-tecnológicos para a futura ocorrência de uma gestação. Tais métodos muitas vezes são utilizados por casais que possuem problemas de infertilidade e esterilidade. O presente trabalho tem como objetivo analisar quais as técnicas utilizadas para a Reprodução Humana Assistida, os riscos que podem ocorrer, como é feito a doação de oócitos e espermas e a implantação do embrião na mulher. Foi realizado uma pesquisa bibliográfica indireta do tipo exploratória qualitativa, utilizando como fonte artigos do bireme, com rigorosa seleção. Há dois tipos de reprodução assistida: a homóloga, a qual utiliza-se o material genético do casal, e a heteróloga, que é quando há uma doação de gametas femininos, ou masculinos, ou de ambos juntamente, as principais indicações é a anovulação, procurando um método para estimular os ovários assim desenvolvendo um folículo saudável, o casal programa um dia para colheita dos espermas, o objetivo é obter o maior número de espermatozoides normais, a inseminação é feita dentro das condições assépticas para melhores resultados. O procedimento pode ocorrer de duas formas: fecundação in-vivo, no próprio organismo feminino, e a reprodução in-vitro, em laboratório. A evolução da reprodução humana assistida trouxe, perspectivas e esperanças para diversos casais e constitui-se de uma revolução biológica, social e ética, os profissionais que trabalham nessa área devem estar atentos para oferecer apoio ao casal, a experiência do tratamento pode trazer união ou conflitos entre eles, entende-se que as técnicas devem ser reguladas por sistemas de interesse dos evolvidos, principalmente da criança gerada, para que tenha direito à vida, a saúde e a dignidade.

REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA, MÉTODOS, RISCOS

REVISÃO SOBRE A INCIDÊNCIA DE INFECÇÕES HOSPITALARES

CRISTIAN FABIANO LEWICZUK
LEONARDO DE LIMA WROBEL
PAULO ROBERTO DE SOUZA SILVA JUNIOR

Bactérias multirresistentes tem sito relatadas de forma alarmante e promovido cada vez mais mortes por infecções hospitalares. O objetivo deste trabalho foi verificar baseado na literatura cientifica a frequência de infecções hospitalares promovidas por bactérias multirresistentes. O buscador utilizado foi o Google acadêmico, este buscador utiliza outro banco de dados (PUBMED, SCIELO, LILACS). Para a busca foram utilizadas as palavras: infecção hospitalar, resistência bacteriana, multirresistente e tratamento, dentro desta pesquisa foram encontrados 7 artigos referentes ao assunto. O artigo 1 mostra o alto índice de pacientes pediátricos com colônia de bactérias resistentes aos carbapenêmicos, sendo necessária a utilização de dois medicamentos especializados no tratamento, no artigo 2, uma avaliação na mutação das bactérias multirresistentes, mostra que as infecções ocorridas nas emergências são promovidas principalmente por bactérias denominadas new delhi Metallo beta lactamase1 (NDM-1). O artigo 3 apresentou um elevado índice de pacientes com infecção hospitalar promovida na sua maioria pelo uso de cateter central, mas o estudo não conseguiu observar qual a relação das infecções com o quadro clinico. Artigo 4 apresenta um alto índice de contaminação no centro de terapia intensiva e se pode observar neste artigo que foi feita uma comparação com os outros hospitais e foi observável o mesmo índice de infecção se idealizando então a criar medidas que evitem isso. No artigo 5 foi avaliado que a prevalência de kpc era alta e se precisava criar uma forma de minimizar esta incidência. O artigo 6 faz uma avaliação fenotípica com os isolados do hospital sendo a maior prevalência das ESBL e AmpC, se observando que o uso de antimicrobianos com frequência apenas selecionava as cepas mais resistentes. No artigo 7 foi feito um teste de fenótipo da kpc se observando assim que elas não possuíam carbapenamase, mas que provavelmente possuíam resistência proveniente de serem ESBL ou EmpC. Conclui-se que se é necessário que as instituições hospitalares tomem medidas que possam assegurar a boa qualidade do atendimento evitando e reduzindo a incidência de infecções.

RESISTENCIA BACTERIANA, MULTIRRESISTENCIA, TRATAMENTO

SEGURANÇA ALIMENTAR NO PROCESSAMENTO DE FRUTAS E HORTALIÇAS

JAQUELINE FERREIRA
NATALY DE PAULO LOURENÇO
THAIZ LETICIA CUBICA CAETANO

A segurança dos alimentos é amplamente discutida pelo acréscimo de casos de surtos, sendo que o avanço de infecções tem sido uma das preocupações mundiais de diversas organizações responsáveis pela saúde pública. Para reduzir esses problemas, estão sendo desenvolvidas boas práticas de produção e criados e regulamentados novos parâmetros de produção e processamento de frutas e hortaliças (STEWART et al., 2002). O consumo de frutas e hortaliças processadas tem crescido devido à sua praticidade, à semelhança de suas características frescas e à expectativa de qualidade e segurança (BASTOS et al., 2007). Os fatores relacionados à segurança alimentar de frutas e hortaliças estão vinculados à matéria prima, à unidade de processamento e ao processo (VANETTI, 2000). Para alcançar êxito na sua implantação, recomenda-se a adoção de pré-requisitos como as Boas Práticas Agrícolas (BPA's), as Boas Práticas de Fabricação (BPF's) e os Procedimentos Operacionais Padrões de Sanitização (POPS). De acordo com Lamikanra (2002), as frutas e hortaliças devem ser submetidas à lavagem com água corrente, para retirar as impurezas e reduzir a carga microbiana inicial. No entanto, somente esta lavagem não é suficiente para a remoção dos microrganismos presentes, sendo necessário outras técnicas de higiene. Apesar dos benefícios do consumo destes alimentos, discute-se largamente a segurança desses produtos devido à incidência de microrganismos deterioradores e patogênicos, veículos de algumas doenças, e à perda de qualidade do produto (FORSYTHE, 2002). Para garantir a inocuidade das frutas e hortaliças processadas, os processadores devem adotar certos procedimentos em todos os elos da cadeia produtiva. Os produtos que não forem processados após a chegada na indústria devem ser armazenados em câmaras frias, sob temperaturas entre 5ºC e 10ºC, para a manutenção da sua qualidade e segurança alimentar (BRASIL, 1997).

SEGURANÇA ALIMENTAR, FRUTAS E HORTALIÇAS, PROCESSAMENTO=

SIFILIS CONGENITA

ANNA CAROLINE BALABA
FABIELE APARECIDA SILVERIO
FERNANDA MARTINS DE PAULA

A sífilis é uma doença infecciosa causada pelo Treponema pallidum, de transmissão predominantemente sexual. Se não tratada, a doença pode evoluir a estágios que comprometem a pele e órgãos internos, como o coração, fígado e sistema nervoso central. Sífilis congênita é decorrente da disseminação hematogênica do Treponema pallidum da gestante não tratada ou inadequadamente tratada para o seu concepto, por via transplacentária. A transmissão pode ocorrer em qualquer fase da gestação e em qualquer estágio da doença. Sempre é possível transmissão direta no canal do parto ocorrendo a transmissão da sífilis congênita, cerca de 40 % dos casos podem evoluir para aborto espontâneo, natimorto e óbito perinatal. A sífilis congênita é dividida em dois períodos: a precoce (até o segundo ano de vida) e a tardia (surge após segundo ano de vida).Justifica-se por sua elevada taxa de prevalência e elevada taxa de transmissão vertical ou com tratamento inadequado. Conforme a vigilância epidemiológica da sífilis na gestação tem como objetivo controlar a transmissão vertical do Treponema Pallidum, acompanhar adequadamente o comportamento da infecção nas gestantes para seu melhor diagnostico avaliação e planejamento das medidas de tratamento, prevenção e controle. Esse trabalho tem como pesquisa a coleta de dados no SINAN (Sistema de Informações de Agravos de Notificação) no Município de Palmital –Pr. A partir de 2012 onde foram notificados os casos de exames com sorologia positiva VDRL. Os resultados nos mostram que houve um aumento no número de gestantes com VDRL positivo a sífilis congênita pode ser eliminada como um problema de saúde pública, a sífilis na gestação foi incluída na relação nacional de doenças de notificação compulsória em 2005, (Portaria nº 33 de 14/07/2005 Ministério da Saúde. Com o presente estudo pode-se analisar a prevalência da sífilis na gestação como infecção sexualmente transmissível e com notificações compulsória na cidade de Palmital Pr, verificando como foco principal mais verbas para a melhoria de tratamentos, realizações de exames e diagnostico para que o paciente obtenha um resultado eficaz sobre sua doença.

SÍFILIS, TREPONEMA PALLIDUM, TRANSMISSÃO DA SÍFILIS, TRANSMISSÃO VERTICAL

TERAPIAS ALTERNATIVAS PARA A TRANSFUSÃO DE SANGUE

ANDRA CARINA PENTEADO
LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS

Desde a primeira realização de uma transfusão com sucesso, realizada por James Blundell, em 1818, transfusões de sangue se tornaram algo comum e muito utilizado quando o quadro do paciente está grave, sendo amplamente utilizada na primeira guerra mundial, na qual os médicos tornaram à transfusão um procedimento padrão. Mas como todo procedimento a riscos envolvidos, mas como para tudo existe uma alternativa, serão explicadas algumas dessas alternativas e seus benefícios, alternativas estas que diminuem o risco das transfusões. Durante a guerra da Coreia uma preocupação surgiu, percebeu-se que quase 22% dos transplantes de plasma resultaram em contaminação por hepatite C, os Centros de Controles de doenças registram milhares de mortes por hepatite, grande parte relacionada a pessoas que passaram por transfusões. Nos anos 80 descobriu-se a contaminação do sangue pelo HIV o que trouxe mais medo de realizar tal procedimento, calcula-se 10% das infecções por AIDS na África sejam resultado de transfusões e 40% das infecções no Paquistão se devem por esse procedimento. Tendo em vista todos esses dados relacionados aos riscos das transfusões sanguíneas, esse trabalho tem como objetivo sugerir vários métodos de te-rapias alternativas às transfusões sanguíneas, sendo estas usadas por pessoas com receio de transfusões e também por um grupo religioso que encara a transfusão de sangue como algo errado perante suas crenças baseadas na bíblia. Algumas alternativas são Eritropoetina, Eletrocautério e Recuperação intra-operatória de sangue. Portanto a transfusão de sangue desde sua descoberta tem sido muito utilizada e tornou-se algo comum, porem nem todos são adeptos de tal procedimento, seja o motivo por crenças religiosas ou por medo de tal procedimento, seja qual for o motivo médicos devem respeita-los por isso foram criados os métodos demonstrados acima, pode-se observar que esses procedimentos são muito benéficos, tanto em sentido de riscos, pois minimiza os mesmos, quanto em sentido de poupar os bancos de sangue, sendo que tais bancos estão cada vez mais vazios, devido ao baixo estoque de sangue, desse modo às terapias alternativas é uma boa solução para os problemas de necessidade de transfusão.

TRANSFUSÃO DE SANGUE, ERITROPOETINA, ELETROCAUTÉRIO, CELL SAVER

TRATAMENTO DO HPV NO TRATO GENITAL FEMININO

DANIELA DOS SANTOS COSTA
GABRIELLE POSTINGHER
HELOÍSA RICKEN BAUMANN

O câncer no colo do útero é a segunda causa de morte mais frequente em mulheres de todo o mundo, onde 90% dos casos, o mesmo é causado pelo HPV. Algumas estimativas apresentam que cerca de 50% a 80% das mulheres sexualmente ativa serão infectadas pelo HPV em algum momento de sua vida, fato que preocupa a saúde publica mundial. A classificação do HPV é feita a partir da função de sua espécie epitelial, e são divididos em dois grupos: Cutaneotrópicos, que é o genótipo onde são afetadas as partes da mão, pés e da face, e mucoso-Genitotrópico infecta a parte genitália.os sintomas mais comuns do HPV surgem na vagina, região do ânus e colo do útero, as lesões podem aparecer na boca e na garganta, tanto o homem quanto a mulher podem estar infectados pelo vírus sem apresentar sintomas. Existe diversos fatores que podem ajudar na manifestação do HPV, como fatores imunológicos, tabagismo, contraceptivos orais e o polimorfismo da p53. A infecção pelo HPV pode ser de modo clínica e subclínica, é clínico quando as feridas podem ser vistas a olho nu, e subclínica quando a visualização só pode ocorre mediante a lente de aumento e com o sequenciamento de DNA. O objetivo deste trabalho foi reunir e comentar sobre as diversas formas de tratamento do HPV nas mulheres, mostrando os pontos negativos e positivos, a duração do tratamento a as contraindicações para os tratamentos, para realização do estudo foram utilizados vários artigos onde com as palavras chaves “HPV”, “biologia molecular” e “tratamentos”. Há vários tipos de métodos de tratamento como o ácido tricoloroacético de 50% a 90% é o agente cáustico que destrói as verrugas, faz uma coagulação química e pode ser usado em todas as verrugas que são causadas pelo HPV. A fotocoagulação que é utilizando a terapia com laser, sua eficácia é de aproximadamente 45% e 70% dos pacientes que não receberam nenhum outro tipo de tratamento, é indicado para todos os tipos de HPV. Conização clássica com bisturi, método adequado para as lesões de alto grau e depende de vários fatores como: idade, desejo de manter a fertilidade, essa cirurgia é feita em um centro cirúrgico sob anestesia geral.Nas terapias complementares a falta de estudos relacionados com o HPV fazem com que seja muito raro o uso de plantas no tratamento de lesões causadas pelo HPV, no Brasil e em outros países, o uso da Thuyaoccidentalisvem gerando grandes expectativas, pois ela é uma planta muito útil no tratamento dessas lesões.

TRATAMENTO, HPV, SINTOMAS, MULHERES, BIOLOGIA MOLECULAR

TRATAMENTOS COM A UTILIZAÇÃO DO HORMÔNIO DO CRESCIMENTO GH: LEVANTAMENTO DE TRABALHOS BRASILEIROS

CRISTIAN FABIANO LEWICZUK
HENRIQUE ROMANZINI SCHIMANSKI
LEONARDO DE LIMA WROBEL

O presente estudo foi realizado utilizando artigos científicos recente (2010-2015) que versem sobre o uso do hormônio do crescimento (GH) como tratamento. Os buscadores foram o google acadêmico Medline e plubmed, sendo usados para este trabalho relatos de melhora do individuo com o uso do GH. O hormônio do crescimento é secretado pela hipófise e apresenta efeito direto na regulação somática do crescimento mediado pela interação com o seu receptor (GHR), agindo por estimulação da secreção hepática de IGF-1 com importantes efeitos autócrinos e parácrinos. Vários dos artigos visualizados descreveram a associação entre o hormônio do crescimento e o risco de câncer, tanto em modelos animais quanto em humanos. outra classe de pesquisa avaliou a relação entre o crescimento infantil e as concentrações de hormônios de crescimento obtidas durante testes, no entanto a indicação de tratamentos a base de GH para baixa estatura continua sendo motivo de discussões e controvérsias nos artigos. O papel do hormônio de crescimento no tratamento dos distúrbios endócrino-metabólicos do paciente com a síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids) também foi obtido na busca. foi relatado ainda a utilização do hormônio do crescimento para a avaliação do estresse crônico do timo e do hipocampo, mostrando a eficácia da preservação de ambos, e este hormônio poderá ser utilizado para o tratamento o retardo do envelhecimento do hipocampo podendo ser efetivo contra o Alzheimer. Nossa busca apontou poucos estudos brasileiro relacionados com GH, um dos motivos pode ser o alto custo, e os muitos riscos, como crescimento descontrolado de células causando tumores. conclui-se que existem vários grupos de pesquisa pelo mundo trabalhando com o Gh como terapia mas que no Brasil estes trabalhos são escaços.

TRATAMENTO, HORMÔNIO, GH

DIREITO

A APLICAÇÃO ATUAL DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL PREDONIMANTE QUANTO Á EMENDATIO LIBELLI

CAMILA YUMI MATSUDA ROMARO
ELAINE LOPES MUSIKA
MICHELE DE MATOS KARNOSKI

A abordagem do tema, pretende mostrar a aplicação atual da emendatio libelli, que contraria o posicionamento garantista do direito penal, que neste texto terá como base o renomado jurista garantista, Aury Lopes Junior. As reflexões e considerações levantadas atentam para a realidade da aplicação desse procedimento quanto a sua compatibilidade com os princípios constitucionais, principalmente no que diz respeito ao princípio do contraditório, ampla defesa e do devido processo legal. Atualmente, e com base no artigo 383 do código de Processo Penal, os magistrados aplicam como a “boca da lei”, o citado artigo que se confrontado, como se verá adiante, evidente resta a sua desconformidade com os preceitos da lei maior. Conforme disposição legal do Código de Processo Penal, a acusação (ministério público, querelante), deve apresentar os fatos e a classificação do delito constante dos fatos na peça exordial, Ou seja, se dos fatos consta o delito de infanticídio, e o promotor o classificou como homicídio, poderá o juiz alterar a tipificação para o crime de infanticídio, desde que não aja alteração nos fatos e seja propiciado o conhecimento das partes quanto a alteração para que não sejam tomadas de surpresa pela mudança. E tal alteração é denominada de Emendatio Libelli. O juiz pode proceder com a emendatio libelli, mesmo resultando em pena mais gravosa, menos gravosa, ou em igualdade. Sem a obrigatoriedade do adiamento da denúncia ou queixa crime. Não há um procedimento processual específico para a efetivação da emendatio, que será diretamente posta a sentença na sua prolação. Isso se deve porque os rumos da defesa, podem ser alterados a depender da classificação jurídica dos fatos. Porém não é o que efetivamente acontece podendo a defesa se defender da nova capitulação em sede recursal. Deste modo conclui-se que a consequência jurídica retirada do fato narrado não vincula o juízo. E desnecessário se faz a emendatio libelli nos casos de absolvição do acusado. A alteração como não muda o fato narrados poderá ocorrer em qualquer grau de jurisdição, poderá ser aplicada no Tribunal quando há recurso, porém, com efeito devolutivo. Respeitando a vedação da reformatio in pejus quando recurso exclusivo da defesa, não poderá ser aplicado a emendatio quando prejudicar a situação do acusado.

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS., EMENDATIO LIBELLI., APLICAÇÃO

A AUTOTUTELA E O ENTENDIMENTO ERRÔNEO

AMANDA RIBAS GELINSKI
JEAN LUCAS CALDAS

O presente trabalho expõe uma breve ideia sobre a Autotutela, ou seja, o exercício arbitrário das próprias razões, a qual possui hipóteses excepcionais para seu emprego, e que vem sendo utilizada de forma errônea por “justiceiros”. São apresentadas legislações e entendimentos aplicáveis a esse tema. A metodologia utilizada foi a pesquisa de obras, artigos e legislações pertinentes ao assunto. A autotutela surgiu nos tempos primitivos, como um meio para solucionar conflitos dentro da sociedade. Com a falta da imposição estatal por meio de regras era inevitável a presença de conflitos, e na busca por resolvê-los firmava-se a lei do mais forte, mesmo este não sendo possuidor da pretensão legítima. A gênese da autotutela vem do instinto de preservação dos “direitos”, não existindo o devido processo legal, tão pouco as garantias fundamentais. Atualmente o exercício arbitrário das próprias razões vem sendo utilizadas num contexto errôneo, como se as hipóteses de seu uso não fossem excepcionais e legalmente previstas, usado por grupos de “justiceiros” com o fim de legitimar ilícitos cometidos mediante a aplicação de “sanções” aos seus “condenados”. Embora a autotutela geral seja um meio de composição de conflitos dos tempos mais antigos, prevalecem alguns de seus resquícios nos tempos atuais. Atualmente fazer justiça com as próprias mãos é possível em alguns casos excepcionas, mas sempre dentro dos limites impostos pela lei, não cabendo então provocação judicial. Erroneamente o homem médio confunde a autotutela como um meio legítimo em qualquer caso, não somente os excepcionais previstos legalmente, julgando como se fossem detentores do poder punitivo, sem dar direito de defesa aos seus “condenados”. Diversos sãos os casos em que a população pune “criminosos” em locais públicos, relembrando os tempos primitivos como se ainda não existissem leis, direitos, e até mesmo a imposição por meio do Estado Juiz. Os efeitos colaterais de um julgamento sumário, nos moldes dos tempos obsoletos, podem ser equivocados e irreversíveis, por isso então o ordenamento jurídico brasileiro deve garantir a todos o devido processo legal.

AUTOTUTELA, CONFLITOS, JUSTIÇA

ABANDONO MATERIAL COMO FUNDAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

JULIANA PAZ DE MOURA
RENATO LAZZARETTI

O presente resumo baseia-se na análise do crime de Abandono Material, considerado um crime de desamor, como base de fundamentação para a prática de violência doméstica. Busca-se apresentar cada um dos crimes de forma sucinta e relacioná-los entre si. Estudo este baseado em artigos científicos e doutrinas relacionadas. Disposto no art. 244 do Código Penal, o Abandono Material caracteriza-se no momento em que se deixa de prover o sustento ou recursos necessários de descendente menor de 18 anos, inapto para o trabalho, direito este também previsto no art. 22 do ECA, ou ascendente inválido ou maior de 60 anos, também disposto no art. 3º do Estatuto do Idoso, ou deixar de prestar socorro a qualquer destes quando se encontrarem gravemente ferido. Prevê, também, que o não pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, majorada ou acordada também configura este crime. A subsistência à qual o tipo se refere diz respeito às necessidades fundamentais da pessoa, como alimento, vestuário, medicamentos, abrigo, etc. Tutela-se a regular estrutura do organismo familiar, sobretudo no que tange ao amparo material recíproco. Assim, quando o responsável negligencia dolosamente o seu papel perante os seus, podemos caracterizar a prática conjunta de violência doméstica, esta que não se restringe a agressões físico-corporais, mas abrange as agressões emocionais, como xingar, humilhar, privar de alimentos, abusos sexuais e demais condições dignas de sobrevivência. Destarte, é notável que todo abandono material vem acompanhado de alguma forma de violência, principalmente psicológica, pois, quando se deixa de amparar afetiva e materialmente um descendente, cônjuge ou ascendente, fere-se a dignidade desta pessoa, proporcionado sérios danos morais, reduzindo sua autoestima e consequentemente acaba afetando, indiretamente, o futuro destas pessoas.

ABANDONO MATERIAL, DANO MORAL, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

ABORDAGEM INTRODUTÓRIA AO § 1º DO ART. 121 DO CÓDIGO PENAL - HOMICÍDIO PRIVILEGIADO E O DEVER DO JULGADOR EM MINORAR A PENA

ELLON MACHADO
LUIZ CARLOS MENDES FERREIRA JUNIOR

O presente trabalho visa avaliar o artigo 121, § 1°que prevê que o juiz pode diminuir a pena se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima. O texto utiliza a palavra ´´pode´.´ Em uma interpretação literal, abre-se margem para a mera faculdade do juiz aplicar ou não a minorante. Porém, a interpretação deve ser entendida de forma a vincular a obrigatoriedade da autoridade julgadora com a diminuição da pena, segundo corrente majoritária. Com o amparo da súmula 162 do STF a questão controversa é dirimida, pois diz que mesma prevê que é absoluta a nulidade do julgamento pelo júri quando os quesitos da defesa não precederem aos das circunstancia agravante. O resultado dessa súmula no julgamento do privilégio pelo tribunal do júri é que o juiz tem o comprometimento de abrandar a pena atendendo o veredicto dos jurados, ficando ao seu critério somente determinar o quantum a ser reduzido, utilizando essa circunstância na terceira fase da dosimetria da pena. Os crimes dolosos contra a vida são julgados pelo tribunal do júri, a sua apreciação é de fundamental importância para caracterizar o privilégio que aparece em três circunstâncias. Dessa forma, existem três ocasiões em que pode haver privilégio, consequentemente três causas em que a pena pode ser diminuída pelo juiz com base no privilégio. A primeira causa; quando o agente comete o crime por relevante valor social (interesses da coletividade), a segunda, o homicídio por valor moral (leva em conta os interesses do agente). Tanto o valor social quanto o moral devem ser relevantes, que desfrute de status perante a moral coletiva da sociedade ou a individual do agente. A terceira causa é cometer o crime sobre domínio do estado emocional, não sobre a mera influência. O sujeito deve estar fora da sua faculdade racional normal, para chegar nessa situação emocional deve ter sofrido injusta provocação da vítima, e deve ter cometido o crime logo após essa afronta. Comprovadas qualquer dessas causas e reconhecidas pelo Conselho de sentença, o privilégio é um fator relevante e obrigatório a ser analisado na dosimetria da pena, pelo juiz.

HOMICÍDIO PRIVILEGIADO, HIPÓTESES, MINORANTE

ABORTO

BRUNA DE OLIVEIRA FERNANDES

O aborto é a ação de expulsar o feto antes da gestação completada, podendo ser espontâneo ou induzido. O aborto espontâneo, na maioria dos casos, é devido a alguma malformação ou alteração genética dos embriões e são eliminados naturalmente pelo organismo. O aborto provocado é feito por ingestão de medicamentos ou procedimentos cirúrgicos, como a aspiração no útero para retirar o feto. Trata-se de um crime contra a vida, tipificada pelo Código Penal nos artigos 124 a 126. Visamos esclarecer as leis penais referentes ao aborto, que defendem a vida do nascituro e/ou da mãe. Feita a pesquisa com base no Código Penal e pesquisas na internet, citando as leis e acompanhando-as de um breve esclarecimento que fala quando o aborto é considerado crime e quando pode ser realizado. Com o objetivo do conhecimento das leis que se referem ao aborto, com um conteúdo que esclarece duvidas de quando pode ou não possa ser praticado. O trabalho visa transmitir informações as pessoas, citando a normativa aplicável e mostrando quando são abertas exceções para realizar aborto e qual o suporte oferecido por meio da lei para que a mãe e os responsáveis (médicos, enfermeiras etc.) envolvidos não tenham que responder pelo ato. Conclui-se que o direito à existência é o mais fundamental de todos os direitos. A vida é o bem mais importante do ser humano, pois sem esta não podemos exercer outros direitos. Assim, temos a proteção da vida humana desde o momento da sua concepção. Apesar de ainda não ser considerado um “ser humano” enquanto ainda em formação já é reconhecido como um sujeito de direitos. Para o Código Penal leva-se em consideração o processo de nidação – quando o embrião esta preso ao útero e já esta iniciando o desenvolvimento embrionário no corpo da mãe. A partir deste momento, ao interromper a gestação considera-se crime. Assim sob a ótica do Direito Penal, é considerado aborto o ato criminoso de interromper a gestação entre a concepção e o parto, consequência de uma conduta humana dolosa que provoca a morte do nascituro.

ABORTO, LEI, CRIMINALIDADE, ILEGAL

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

FERNANDA SILVA DE SOUZA

Trata-se da ação que tem por desígnio revelar que uma lei ou parte dela é inconstitucional, ou seja, que contraria a Constituição Federal. Assim, pode-se afirmar que a ADI é um dos instrumentos utilizados para realizar o controle de constitucionalidade das leis, tendo em vista que as leis e atos normativos infraconstitucionais produzidas jamais podem contrariar a Constituição, sob pena de serem consideradas inválidas e inconsistentes perante a ordem jurídica estabelecida. As partes que podem arguir esse tipo de ação, ou seja, que possuem legitimidade são: Presidente da República, Mesa do Senado Federal, Mesa da Câmara dos Deputados, Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Governador de Estado ou do Distrito Federal; Procurador-Geral da República; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Partido político com representação no Congresso Nacional; Confederação sindical ou entidade de classe no âmbito nacional, vide Art.103, CF. Destaca-se que não se admite a intervenção de terceiros no processo, com fulcro na Lei 9.868/99. Esta ação de declaração de inconstitucionalidade requer que o STF examine a lei ou ato normativo federal ou estadual em apreço. Visando estabelecer a invalidação da lei, afim de garantir segurança das relações jurídicas, que não podem ser baseadas em normas inconstitucionais, declarar a inconstitucionalidade de uma lei, portanto, é o objeto da ação principal da ação ora pleiteada. Ademais, deve-se destacar que Supremo não admite a propositura de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo já revogado ou cuja eficácia já tenha se exaurido, entendendo que o objeto já tenha se perdido. O julgamento e a decisão da ação de inconstitucionalidade será realizado pelo plenário do STF em conformidade com o art.97, exigindo assim, o quórum mínimo de oito ministros para instalar a sessão e 6 para a declaração de inconstitucionalidade.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, GENÉRICA, CONTROLE CONSTITUCIONAL

AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PÚBLICA E PRIVADA: DISTINÇÕES

DIARLE LUCAS MEDEIROS
GUILHERME ZAIATS

A ação penal é um Direito de pleitear do Estado uma prestação jurisdicional, pois sendo este detentor o do “ius” puniendi”, erige-se como único legitimado a impor sanções penais quando de descumprimento das normas de direito material (penal). A pretensão punitiva somente deve ser atendida mediante sentença judicial, precedida de regular instrução com observância do devido processo legal. No processo penal, poderá ser de duas maneiras: ação penal de iniciativa pública e ação penal de iniciativa privada, porém a terminologia não modifica o caráter da ação que será sempre pública, pois em ambos os casos, o Estado é sujeito passivo, além de existir atividade do poder público. A ação penal em crimes de iniciativa pública será feita exclusivamente pelo Ministério Público, materializando-se, conforme Aury Lopes Jr, por intermédio da denúncia, a qual deverá conter a exposição do fato criminoso, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais possa identificá-lo, a classificação do crime, e quando necessário o rol de testemunhas. Já na ação penal de iniciativa privada, o direito de acusar pertence à vítima ou a quem tenha a capacidade de representá-lo. Como principal distinção em relação à ação penal de iniciativa pública, é que o titular do direito de ação é um particular, e não o Ministério Público. No que tange à classificação pode ser: privada propriamente dita, privada subsidiária da pública e privada personalíssima. A ação privada propriamente dita é aquela que pode ser proposta tanto pelo ofendido ou por substituto em caso de morte ou ausência. Outra espécie deste tipo de ação penal é a privada subsidiária da pública que será admitida nos crimes de ação pública, se não for intentada no prazo legal, ou seja, quando houver inércia do Ministério Público em ação de iniciativa pública, abrindo-se a possibilidade de o particular oferecer a queixa-crime, dando-se início à ação penal. Finalmente, a terceira espécie é a privada personalíssima, na qual somente o ofendido poderá propô-la. Pode-se notar que a iniciativa da ação penal dividida em pública e privada revela-se como regra na primeira (pública) ante a relevância do bem jurídico tutelado, e de modo excepcional na segunda privada, cuja provocação do Poder Judiciário se dá apenas quando o particular, em casos expressamente previstos em lei (crimes), sentir-se lesado, a revelar neste caso o princípio da oportunidade da ação privada em contraposição ao da obrigatoriedade da ação de iniciativa pública..

AÇÃO PENAL, PÚBLICA, PRIVADA, DISTINÇÕES

AÇÃO PENAL PRIVADA E SEU CONTRAPONTO ENTRE O “IUS PUNIENDI” E O “IUS ACCUSATIONIS”

ELLON MACHADO
LUIZ CARLOS MENDES FERREIRA JUNIOR

Desde que houve a extinção da Vingança Privada pelo ofendido, estando o poder coercitivo restrito exclusivamente ao Estado, detentor do direito e do poder de punir (jus puniendi), restou ao ofendido pleitear junto ao Poder Judiciário a composição de seus direitos violados através do exercício do direito de ação, sendo esta, segundo Regis Prado, a faculdade ou dever (no caso das ações penais públicas) e meio próprio que tem toda pessoa capaz, com interesse e legitimidade de exercitar em juízo um direito subjetivo de que é titular, um meio legal de reivindicar ou defender em juízo um direito subjetivo pretendido, ameaçado ou violado ou simples interesse. Conforme nos remete Cintra, a ação, tanto no campo penal quanto no civil, pode ser conceituada como o direito público, subjetivo, determinado, autônomo, específico e abstrato de invocar do Estado Juiz a aplicação do direito objetivo a um caso concreto. Abordando o objeto do presente estudo, qual seja, a Ação Penal de Iniciativa Privada, trazemos as palavras do doutrinador Aury Lopes Junior, no qual temos que, o particular é titular de uma pretensão acusatória e exerce o seu direito de ação, sem que exista delegação de poder, resultando assim na queixa crime, segundo o mesmo autor, que a ação privada é regida pelos Princípios ou regras de oportunidade e conveniência, disponibilidade, indivisibilidade e intranscendência. Ademais, além de classificar-se em originária ou comum, personalíssima e subsidiária da pública, cabe ainda evidenciar a discussão acerca da afirmação de que, mesmo a ação penal condenatória de iniciativa privada, possui caráter público, pois o que se faz valer é o direito de punir do Estado (ius puniendi) e não o direito de ação (ius accusationis), e ainda, na visão defendida por Pacelli de Oliveira, os crimes que interessam, prioritariamente, ao particular – o ofendido (e sucessores processuais), na legislação atual – é tarefa que reputa-se irrealizável pois a intervenção de natureza penal tem por objeto matéria de interesse reconhecidamente público, instituída em favor da coletividade.

AÇÃO PENAL, AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PRIVADA, IUS PUNIENDI, IUS ACCUSATIONIS

AÇÃO POPULAR

Versa o presente trabalho sobre a ação popular, um dos meios de proteção ao meio ambiente, previsto constitucionalmente, mais precisamente no art. 5, LXXIII. O art. 225 da Constituição Federal brasileira determina que o meio ambiente é um direito de todos e que além do próprio Estado zelar pelo meio ambiente a sua comunidade tem o dever de conservar e preservar o mesmo. A ação popular é instrumento utilizado para analisar e defender o meio ambiente dos atos lesivos ao patrimônio da União, Estados, Municípios e o Distrito Federal. Muito se discute acerca da legitimidade para proposição deste tipo de ação. Pessoas Jurídicas já se excluem dessa legitimidade ativa, sendo passível de sofrer as penas previstas no artigo 10 da lei 9.605/98. A lei 4.717/65 trata da ação popular, exercido por um cidadão no gozo de seus direitos políticos será realizado por procedimento ordinário, sendo providenciado pelo representante do Ministério Público, o qual já possui uma função constitucional de acompanhar zelosamente a elaboração e implementação de diversos planos ambientais, a restrição da ação ser totalmente popular é a necessidade da presença de um advogado. A sentença de procedência desta ação é efeito de coisa julgada erga omnes. O estudo dos princípios fundamentais da matéria ambiental é imprescindível, previsto na lei 6.938/81, art. 2 os seus 10 incisos trazem as direções que o homem sendo responsável de preservar o ecossistema e o patrimônio da fauna e da flora e que o próprio Estado acompanhando a qualidade ambiental deve tomar decisões sobre as medidas passiveis de impedir a poluição dos mares, e para a recuperação de áreas degradadas. O equilíbrio ecológico também foi sustentado pela Conferencia das Nações Unidas, realizada em Estocolmo, pois é a fonte de recursos para o desenvolvimento da própria humanidade, a conferência delineou regras como obrigações individuais como as coletivas, e assim preservando a natureza.

PROTEÇAO, CONSTITUIÇAO, PRINCIPIOS

AÇÃO POPULAR NA ESFERA AMBIENTAL

JEAN CERBELE DOS SANTOS MARCHECK
MAICON DANIEL BALTOKOSKI

O ordenamento jurídico brasileiro prevê alguns remédios constitucionais que têm como finalidade resguardar alguns direitos básicos. O presente trabalho pretende analisar de maneira objetiva a utilização da ação popular como meio de resguardar e assegurar a participação popular a favor do meio ambiente. Sabe-se que a população em cunho geral não tem muita voz ativa em esferas judiciais, vemos aqui uma ferramenta capaz de unificar a vontade dos populares, assim empregando mais força e rigidez contra os ataques sucintos ao meio ambiente. A Constituição Federal acolheu essa sistemática de uma maneira sancionatória capaz de combater com eficácia os maus causados contra o meio ambiente, ate porque a própria constituição faz uma analogia do meio ambiente com o direito a vida, essência da sobrevivência humana. O presente trabalho traz analogias que a própria constituição faz, serão abordados temas que em nossa sociedade são cada vez mais presentes, revelando uma ferramenta que tem uma enorme eficácia, porem pouco utilizada para os fins propostos. Apontam-se informações básicas da utilização dos meios, sujeitos aptos a ajuizar, tempo de ação, a eficácia e o alcance da ação. A Constituição Federal dispõe de alguns remédios constitucionais que podem e devem ser usados em defesa dos direitos e garantias fundamentais, dentre os vários temos a ação popular, temos este como um veículo processual para resguardar direitos próprios ou alheios, difusos ou coletivos o qual se enquadra a defesa do meio ambiente, salvo que ao estar protegendo o meio ambiente em sua forma integral temos o direito à vida sem objetivamente garantido, pois nada mais digno que se viver no seio de um meio ambiente saudável e rico.

AÇÃO POPULAR, CIVIL, AMBIENTE, GARANTIAS, CONSTITUCIONAL

AÇÃO RESCISÓRIA: SEUS EFEITOS E HIPÓTESES DE PROPOSITURA

ANA PAULA JULIANI
ANDRESSA LUSTOZA OLIVEIRA
VALLÉRYA K. AGUIAR B, DE OLIVEIRA MARTINS

O presente trabalho diz respeito a Ação Rescisória, seus efeitos e hipóteses. O objetivo do estudo é demonstrar quais os efeitos de tal remédio processual. A metodologia de pesquisa a ser aplicada refere-se à pesquisa bibliográfica. Para que seja possível o uso de tal peça processual, é necessário seguir alguns critérios: o primeiro trata-se da presença de uma sentença de mérito transitado em julgado. Não é possível o uso caso não haja uma sentença. O segundo critério é a presença de um dos pressupostos presentes no rol taxativo do art. 485 do Código de Processo Civil. O rol apresenta as seguintes situações: quando verificar-se que a sentença de mérito foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz; proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente; resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei; ofender a coisa julgada; violar literal disposição de lei; se fundar em provas falsas; caso o autor obtiver documentos novos, capaz de propiciar novo procedimento; houver fundamentos para invalidar confissão, desistência ou transação no qual a sentença foi baseada; fundada em erro que resultaram em atos ou documentos da causa. É legitimo para a propositura da ação aquele que for parte do processo ou seu sucessor, o terceiro juridicamente interessado e o ministério público. A Ação Rescisória, no entanto, não tem efeito suspensivo, ou seja, ela não impede o cumprimento da sentença rescindenda. Em alguns casos mais gravosos, como os das sentenças ilegais, a jurisprudência tem admitido medida cautelar, a qual poderá suspender a execução da sentença sobre a qual recai o pedido de Ação Rescisória. Tal ação é de competência dos tribunais, o qual se dá em única instancia. O seu formato é basicamente o mesmo de qualquer processo de conhecimento, sendo iniciado pela petição inicial, passando pela audiência de instrução, até as alegações finais. Findo esse processo, o Ministério Público será ouvido e os autos serão entregues aos membros do colegiado, o qual proferirá a sentença. O pronunciamento do Tribunal substituirá a sentença originária a qual poderá estar em concordância com a primeira, ou não. A sentença poderá ser condenatória, constitutiva ou declaratória. Conclui-se que a Ação Rescisória não significa anulação de sentença, mas age sobre sentença válida, a qual poderá ser desconstruída e reformulada.

AÇÃO RECISÓRIA, SENTENÇA, REFORMULAR

A CONCILIAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO

LAIS REGINA GOES
PALOMA MARIA TURKOT
PÂMELA PRIOR

O presente estudo vai pôr em pauta a solução de conflito no âmbito trabalhista por intermédio de conciliação, demonstrando a importância desse meio de solução no processo trabalhista. Apesar da celeridade processual a conciliação não é o meio mais eficaz de se resolver a lide, uma vez que, em muitos casos, o acordo se torna injusto as partes acabando o empregado ganhando aquém do que realmente teria direito, muitas vezes pela necessidade, e o empregador acaba por pagar o que não deve para pôr fim a este conflito. Diante disso, o juiz deve sobrepor-se a vontade das partes e conduzir a conciliação da forma mais justa possível. A conciliação tem a seu favor fatores como a celeridade, os baixos custos e a eficiência. Porém, apesar de ser um recurso que proporciona a celeridade e eficácia na prestação jurisdicional, a conciliação, por muitas vezes, acaba por lesar alguns direitos das partes, uma vez que, de certa forma, se tornou um meio de o judiciário acelerar suas demandas tomando este uma posição de total apoio a conciliação, acabando que por se tornar uma obrigação as partes e não uma escolha, como de fato deve ser pois, o resultado deve ser satisfatório para ambas as partes sem que estas abram mão de direito que lhes é garantido, chegando de fato a um resultado gratificante e que proporcione as partes gratificação em fazê-lo. Para que uma conciliação seja o mais justa possível é preciso que exista em conciliador que interfira, se este perceber ser inadequado o acordo, desempenhando um papel relevante e conduzindo a conciliação sem fazer qualquer julgamento ou favorecimento a nenhuma das partes, sendo imparcial mas se colocando acima das partes. Diante de todo o exposto resta claro que a conciliação tem muito mais pontos positivos do que negativos e, para que se desenvolva um acordo justo entre as partes, a atuação do conciliador se torna indispensável. Desta forma, a conciliação deve sim continuar a ser incentivada para melhoria da prestação judicial e para que, acima de tudo, a lide seja resolvida de forma a satisfazer a vontade das partes.

CONCILIAÇÃO, PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, PROCESSO DO TRABALHO

A CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

RAFFAEL CHIMBORSKI

Analisaremos a validade da criminalização do aborto no Brasil, um Estado Democrático de Direito que preza pela garantia das liberdades civis. Iniciaremos pela condição feminina que atravessou séculos em busca da igualdade e do reconhecimento de seus direitos fundamentais e o presente se dará em torno de um desses direitos, o direito reprodutivo. A função do Estado, em uma discussão que envolve debate de valores e ideias, é garantir que qualquer cidadão exerça sua liberdade e não que uma das partes se prevaleça do poder coercitivo estatal para criminalizar a posição divergente. A tolerância e a diversidade fazem parte da vida. Conforme prevê o Código Penal, o crime de aborto não é punível em caso de estupro ou se não há outro meio de salvar a vida da gestante. Pois bem, se a intensão do legislador era a de proteger a integridade física/psicológica da gestante, deveria ter optado pela descriminalização do tipo, pois obrigar uma mulher a levar a termo sua gestação fere amplamente o princípio da dignidade da pessoa humana, seu sofrimento será equiparado a tortura, pois ela não sairá da maternidade com um berço e sim com um problema social. O Estado não tem o direito de decidir como cada um vai lidar com sua dificuldade. Sem mencionar a lesão a autonomia da vontade, a liberdade existencial e a seu direito reprodutivo. Ao obrigar a gestação, o Estado está instrumentalizando a mulher a um projeto de vida que não é o seu. A criminalização é sinônimo do subdesenvolvimento e faz um corte de classes, pois as mulheres de classe média e/ou alta podem realizar o aborto em clínicas bem equipadas, uma vez que não existe nenhum tipo de fiscalização. Podem, inclusive, realizar o aborto em países que não criminalizam a conduta. A criminalização do aborto não diminui o número de abortos realizados, diminui o número de abortos seguros, pois a cada dia cresce as estatísticas de mulheres mortas por conta de abortos realizados em clínicas clandestinas. Somente a descriminalização do aborto poderá garantir a igualdade material entre as classes e entre os gêneros, pois o homem não está sujeito a tal situação. Ressalto que em nenhum momento o aborto é uma experiência positiva, o aborto em qualquer circunstância é um trauma para a gestante, porém, Estado não tem o direito de decidir, mas sim de garantir a escolha de seus cidadãos.

ABORTO, CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO, ABORTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA SOCIEDADE LIMITADA PELA JURISPRUDÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ADRIANO KONJUNSKI DE ANDRADE
BRUNO ZALEWSKI
MARCELLO CAMILO ALVES

As sociedades limitadas respondem hoje por cerca de 90% das sociedades empresárias registradas nas Juntas Comerciais, dada à segurança que os seus sócios tem de limitar suas perdas, em caso de insucesso da empresa, observados os requisitos da integralização do capital social. Desse modo, pode-se presumir que essa modalidade empresarial é responsável por grande parcela dos postos de trabalho do país, e que possíveis dissídios trabalhistas discutidos em face desse tipo de organização podem ocasionar o choque de alguns direitos e garantias, como é o caso da colisão do princípio da livre iniciativa com o princípio da proteção ao trabalhador. Sendo assim, utilizando-se da inteligência da doutrina pátria e da recente jurisprudência da justiça do trabalho, procurar-se-á trazer a discussão acerca desse embate, analisando a inclinação dos tribunais à desconsideração da personalidade jurídica das sociedades limitadas nos dissídios trabalhistas, mesmo quando se está diante da ausência do que trata a lei. Trará breve explanação acerca da personificação das sociedades limitadas, a limitação da sua responsabilização, algumas exceções como exemplificação, e o fruto do presente trabalho, que é o caso da desconsideração da personalidade jurídica pela jurisprudência do trabalho, onde se pode visualizar uma problemática que atinge a seara dos princípios da legalidade e da livre iniciativa em prol de acautelar as garantias dos princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção ao trabalhador. Além disso, buscará aclarar o fundamento utilizado pelos tribunais para se inclinar ao entendimento sobre a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade limitada.

RESPONSABILIDADE LIMITADA, DESCONSIDERAÇÃO, DIREITO DO TRABALHO, JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA, LIVRE INICIATIVA

A DIFERENÇA ENTRE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

AMANDA HUDEMA
DENILSON NASCIMENTO DOS SANTOS
EDERSON LUIZ BUHRER

Como o mundo caminha em direção ao aumento de métodos de acesso a Justiça, é importante sabermos qual é a diferenciação entre conciliação e mediação com clareza, já que é uma duvida comum em todo o mundo jurídico. O método usado entre as duas é o mesmo, ou seja, tem por objetivo auxiliar pessoas a construírem um acordo entre determinada desavença, porém, a conciliação necessita de um terceiro que irá interferir para que as partes cheguem a um acordo, não havendo relação jurídica anterior, e na mediação não é necessária tal interferência, as partes se matem autoras de suas próprias soluções, com a ideia de resolver hoje e não ter problemas amanha. Por isso a mediação é considerada mais adequada, para desacordos entre pessoas onde a relação vai durar no tempo, como por vínculos de parentesco, trabalho, vizinhança ou parceria, o seu modo é trabalhar mais no atendimento da demanda de todos os envolvidos no desacordo, trabalhando com um veto ético. Já a conciliação busca exclusivamente o atendimento de suas demandas pessoais, sem se importar com a satisfação da outra parte, o conciliador oferece sugestões e propostas de acordo, como também marcos legais, portanto, a conciliação tem a coautoria do conciliador e das partes. Infelizmente a construção de acordos não garante que o conflito acabe, às vezes, o conflito até aumenta e possibilita a construção de novos desentendimentos ou de novos litígios, extinguindo a finalidade principal, que é a pacificação social. Mesmo não trazendo total garantia, a mediação foi pensada de modo a devolver às partes a ordem sobre suas próprias vidas ao solucionar conflitos, com uma visão prospectiva, ou seja, fazer com que a motivação do evento passado não volte a ocorrer, e se distanciando da ideia que precisa de um terceiro, com maior conhecimento ou poder, para solucionar os conflitos quando as partes não conseguem fazer por conta própria como é o caso da conciliação, que são motivadas por eventos ocorridos no passado e pela correção presente de suas consequências. Assim, estabelecendo uma distinção entre conciliação e mediação possibilitara o uso adequado de mais instrumentos de justiça, possibilitando que nos beneficie com os dois modos quando necessário.

MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, JUSTIÇA

ADOÇÃO À BRASILEIRA

GISELE SAPLAK
NYCOLE INES JACOMEL DE SOUZA

A adoção à brasileira é uma forma de adoção muito comum no Brasil devido à nossa cultura. Por conta disso, o presente trabalho demonstra que esta é uma forma de adoção irregular e que pode trazer riscos se praticada de má fé. Esta adoção se dá quando uma família adota informalmente uma criança e a registra como sendo filho biológico. Essa conduta de registrar como sendo seu o filho de outrem é tipificada como sendo crime, o chamado crime contra o estado de filiação, previsto no artigo 242 do CP, que dispõe: “Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém -nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil”. A criminalização se dá para evitar a adoção informal, que é feita fora dos procedimentos legais, pois não basta possuir condições e vontade de criar a criança para ter o direito de adotá-la, são necessários estudos e avaliações, para assegurar que a criança será adotada por uma família estruturada que lhe proporcione o desenvolvimento. Outro medo é que esse tipo de adoção possa encobrir os casos de venda e tráfico de crianças. Mas, na maioria dos casos, essa conduta é praticada na tentativa de ajudar alguém que está passando por dificuldades, e muitas vezes pelo desconhecimento a lei, essas pessoas acabam registrando a criança como sendo sua. Nesses casos onde a conduta foi praticada por motivo de reconhecida nobreza o juiz poderá aplicar a forma privilegiada do crime, prevista no parágrafo único do artigo 242 do CP, que dispõe: “Se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza: Pena - detenção, de um a dois anos, podendo o juiz deixar de aplicar a pena”. Portanto, ou pode haver a diminuição da pena ou o perdão judicial, o juiz deve analisar a culpabilidade e a intenção do agente para chegar a uma conclusão que seja coerente com a gravidade do ato praticado. Hoje no Brasil qualquer pessoa que queira adotar uma criança deve passar por todos os trâmites que a lei manda. Este é o motivo para o nome “Adoção à Brasileira”, por que por vezes o processo inteiro de adoção pode ser demorado, aí as famílias se utilizam do “jeitinho brasileiro”, para burlar o sistema de adoção. Sendo assim, ressalta-se a importância de se estabelecer leis que analisem as condutas para que seja feito um juízo de valor entre a conduta de boa fé e a conduta de má fé, para que assim possam ser punidas aquelas que possam trazer algum risco, tanto para a criança quanto para a família de um modo geral.

DIREITO PENAL, ADOÇÃO, CRIME

ADOÇÃO ILEGAL E O TRÁFICO DE CRIANÇAS

ANA CAROLINA CHAS CAMARGO
RENATA TONIAL

Sabemos que a adoção de uma criança no Brasil não é um processo simples. Os artigos 39 a 52-D do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e a Lei Nacional de Adoção (Lei nº 12.010/09) estabelecem dezenas de requisitos para que a adoção seja realizada em meios legais e seguros, tanto para adotantes quanto para o próprio adotado. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), hoje integram o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) 34.137 famílias com o objetivo de adotar e 6.097 mil crianças à espera de serem adotadas. Infelizmente nem todas as famílias entendem a importância deste processo ou por algum motivo não se tornam habilitadas para receber uma nova criança em sua família e por isso utilizam-se de meios ilegais para adotar. O exemplo mais comum de adoção ilegal é a chamada “adoção à brasileira”, que ocorre quando pais não biológicos registram uma criança como se seu filho fosse, sem passar pelo processo legal de adoção. O crime de adoção à brasileira pode encorajar e acobertar a prática de um crime muito mais grave de nossa sociedade: o tráfico de crianças. Ocorre quando casais brasileiros ou estrangeiros considerados inaptos ou que não querem recorrer ao processo de adoção legal brasileiro, utilizam-se de meios negociais para conseguir uma criança. Trata-se de uma verdadeira prática de comércio, onde o menor é “comprado” de terceiros ou dos pais biológicos e é registrada como se fosse filho biológico do casal. As condutas de adoção à brasileira e tráfico de crianças são tipificadas como crime de supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido pelo artigo 242/CP e incide na pena de dois a seis anos de reclusão. Além disso, se caracterizado a venda do menor, todos os envolvidos (adotantes, terceiro responsável pela transação e pais biológicos) podem ser condenados à reclusão de 1 a 4 anos e multa, conforme estabelecido no artigo 238 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Aquele terceiro que auxilia o envio da criança para o exterior fora dos meios legais será condenado de 4 a 6 anos de reclusão e multa, segundo o artigo 239 do ECA. O objetivo do legislador ao elaborar tais leis foi o de proteger o estado de filiação do menor, assim como os direitos inerentes a ele. Pretende garantir que o indivíduo, independente da fase da vida em que se encontre, tenha conhecimento sobre sua verdade biológica, sua história e sua origem, pois estes são direitos personalíssimos do indivíduo, portanto imprescritíveis e indisponíveis.

CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO, ADOÇÃO ILEGAL, TRÁFICO DE CRIANÇAS

A EDUCAÇÃO PELA MUSICA

JOÃO VICTOR BROGLIATTO MARCONDES

A Musica está contida no currículo escolar brasileiro, não de forma explicita, mas com a disciplina de Artes e, muitas vezes, de forma oculta, não sendo dada a atenção correta para ela. Sendo uma importante ferramenta para educação e desenvolvimento social, a musica não tem sido levada a sério nas escolas, muitas vezes por não notarem a importância dela no desenvolvimento do aluno. Pode-se também dizer que a música brasileira é uma das expressões mais importante da cultura nacional, sendo reconhecida internacionalmente por sua grande mescla de estilos e letras, mostrando que se fosse levada mais a serio nas escolas regulares seria de grande importância cultural para a nação. Penna (2004b, p. 10) Registra uma ausência de professores de música no espaço escolar na disciplina de Artes como “um circulo vicioso a ser rompido”, e destaca a preferência dos recém- formados em musica na atuação em escolas especializadas, fazendo com que ocorra um esvaziamento de profissionais capacitados em atuação efetiva na escola regular. Isso ocorre muitas vezes pelas condições de trabalho que são oferecidas, ou pelo educador saber que a profundidade do estudo da musica nas escolas é um problema, ou pela falta de instrumentos e locais adequados para aprender. O objetivo desse estudo é mostrar a dicotomia que há entre a previsão normativa, notadamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e o que verdadeiramente ocorre no dia a dia nas escolas regulares sobre o aprendizado da musica, mostrando as vantagens que existiriam se ocorressem mudanças no modo como tratamos essa nossa grande expressão cultural nas escolas, não sendo mais necessário a busca por escolas alternativas para adquirir esse conhecimento.

DIREITO, FATO, DICOTOMIA

A EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANNYE CRISTHYNNE MOREIRA STAINE
MAYRA LILIAN KRUTSCH
SOLANGE DE OLIVEIRA GOMES

O presente trabalho tem como objetivo estudar o sistema de registro de preços. Tema amplo que necessita de estudos mais aprofundados. O SRP existe desde 1993 previsto no art.15 da Lei 8.666, e só foi regulamentado em 2001, pelo Decreto 3.931. A propagação desse instituto está relacionada à eficiência do procedimento licitatório. O modo de serem realizadas as contratações pela Administração Pública representava muitas vezes uma complicação para desenvolvimento das atividades administrativas, e o SRP mostrou ser uma opção eficiente e célere para aquisição de bens pela Administração Pública. O SRP é um procedimento para eventual aquisição de bens e serviços por meio de licitação, só podendo ser feita na modalidade concorrência ou pregão. As empresas assumem o compromisso de oferecer bens e serviços a preços e prazos registrados em ata específica, e a contratação é realizada quando melhor convier aos órgãos públicos e entidades que integram a ata, o prazo máximo de vigência da ata são de até 12 meses. Vale ressaltar que o SRP não é uma nova modalidade de licitação, no entanto, os estados e municípios devem editar seus respectivos decretos estaduais e municipais para regulamentá-lo, se estes não o fizerem, poderão se utilizar do Decreto federal 7.892/2013, disciplinando no edital de licitação todos os requisitos necessários para realização do certame licitatório, por SRP. A intenção de registro de preços é um procedimento que possibilita órgãos e entidades a demonstrarem interesse em “pegar carona” em um processo de licitação, possibilitando então a realização do certame licitatório em conjunto, para a contratação do objeto pretendido. Conclui-se que o SRP é vantajoso visto que possibilita uma maior economia de escala, pois vários órgãos e entidades podem participar da mesma ata de registro de preços, atendendo assim o princípio da economia dos atos de gestão. No SRP a Administração pública não tem a obrigação de indicar dotação orçamentária, só indica no momento da contratação. Atende as demandas imprevisíveis, pois a administração pública muitas vezes não consegue mensurar a quantidade exata de produtos que vai utilizar, então no SRP não é obrigada a adquirir todos os bens e serviços registrados. Conforme o disposto no artigo 15 da lei 8.666/1993, portanto, diferente do que a prática cotidiana mostra, as contratações deveriam dar-se, sempre que possível, pela via do registro de preços, seja na posição de órgão gerenciador, seja como participante ou aderente.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, LICITAÇÃO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A ÉTICA NO DIREITO – DO IMPERATIVO CATEGÓRICO

DOMINIQUE ACIREMA SCHIO DE OLIVEIRA
JULIAN SCHIO DE OLIVEIRA

Busca-se com a apresentação dessa pesquisa explicitar a aplicabilidade do juízo de moralidade kantiano, o imperativo categórico. Sua ética esta fundada basicamente nesse conceito, que se intenciona em ser despojado de parcialidade e subjetividade. As variantes e máximas desenvolvidas pelo filosofo será evidenciada, e comprovadamente evidenciadas em imperativos. A intenção de Kant é ser totalmente livre, ou seja, agir pela razão fundada na lei que se aplicada diretamente ao homem livre. O imperativo categórico representa a necessidade de uma ação prática com a finalidade em si mesmo. É apodítico e de caráter a priori. Segundo Kant, é o único critério valido para avaliação de um ato em moral. E, o que se segue desse dilema seria uma máxima com validade positiva moral, o que resulta em uma ação boa, universal e necessária. Os juízos categóricos dizem respeito às relações de sujeito e predicado. A importância de se compreender essa faceta da moralidade, ou seja, o imperativo categórico vai além da influência kantiana no direto, mas em sua plena aplicação e em se observar os possíveis resultados. Kant desenvolveu sua ética na ação em si, e não no que possa resultar da mesma. Portanto, para uma compreensão do imperativo categórico trabalhada por Kant, se faz necessário entender alguns conceitos da moralidade kantiana, como do imperativo hipotético que busca na própria ação motivos para agir em conformidade com a lei, tendo como objetivo a resultante da ação, ou melhor, há um relacionamento entre a ação e o que dela deva resultar. Temos aí um oposto ao imperativo categórico. Os imperativos hipotéticos tratam da relação entre fundamento e sua consequência. A forma dos juízos hipotéticos relaciona duas proposições, sendo a primeira a hipótese e a segunda a consequência. Por fim, essa necessidade de julgamentos independentemente de parcialidade e pessoalidade, resultaria na aplicação plena do imperativo categórico, e é a intenção desse trabalho observar possíveis resultados e sua possibilidade em um caso real.

ÍMPERATIVO CATEGÓRICO, KANT, ÉTICA

A ETIQUETA DO CRIME: UMA ANÁLISE A TEORIA DO LABELING APPROACH

GILBERTO CECCHIN JUNIOR
GUILHERME FERREIRA
JAQUELINE DOS SANTOS OLIVEIRA

A presente pesquisa refere-se às reflexões acerca da Teoria do Labeling Approach, conhecida como etiquetamento. O objetivo é analisar a situação social do indivíduo estigmatizado, buscando maneiras para evitar esse crescente problema e reinserir o indivíduo ao convívio social imune a essa perturbação. A metodologia a ser utilizada refere-se à pesquisa bibliográfica, embasando teoricamente em artigos científicos, teses, dissertações que estão relacionadas ao tema, para que substancialmente, o estudo tenha base científica. A problematização da pesquisa é a seguinte: Qual é a visão da sociedade perante aos indivíduos condenados? O que leva o indivíduo a sofrer o estigma? Quais os principais sujeitos etiquetados? Há diferenças entre repressão ao indivíduo de classe média e ao menos favorecido? Essa pena imposta aos "desviantes" serve para agravar as desigualdades. A sociedade costuma definir que todo o indivíduo que comete conduta desviante é considerado perigoso, constrangedor e sem caráter que, portanto, devem, obrigatoriamente, ser sancionados. Uma vez condenado, o egresso levará para sempre o estigma da reincidência e a etiqueta de criminoso. É feito assim o primeiro julgamento do indivíduo sem sequer buscar conhecimento da veracidade do acontecimento. Na maioria das vezes o julgamento é feito a partir de preconceitos ou de conceitos veiculados pela própria mídia. O sistema penal está tão preocupado em punir os indivíduos que deixa de observar a reação social ao penalizado e as consequências resultantes desta punição, deixando o indivíduo à mercê da sociedade recebendo rótulos eternos e contribuindo, dessa forma, para a segregação social.

LABELING APPROACH, ESTIGMA, REAÇÃO SOCIAL

A EXISTÊNCIA E VALIDADE DOS CONTRATOS VERBAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ELLON MACHADO
LUIZ CARLOS MENDES FERREIRA JUNIOR

O presente estudo versa acerca da validade dos contratos verbais firmados pelo Poder Público, sua ilegalidade em contraposição ao Princípio da boa-fé do contratado, bem como a vedação do enriquecimento sem causa por parte da Administração Pública. Estudo iniciado com a análise do panorama histórico acerca dos contratos firmados pelo Poder Público, os quais no início da teoria administrativista eram entendidos como inviáveis de serem firmados entre o Poder Público e o Privado, sobretudo dado a posição verticalizada na relação entre as partes, bem como pelo entendimento que seriam regidos pelo Direito Privado. Tal posição caiu por terra após as discussões trazidas a partir dos anos 70, tais contratos, na posição da ilustre doutrinadora Odete Medauar, são subdivididos em: a) Contratos administrativos clássicos, estes regidos pelo Direito Público; b) Contratos regidos parcialmente pelo Direito Privado (contratos semipúblicos). Acerca propriamente dos contratos verbais de cunho clássico, traz-se as palavras do Professor Marçal Justen Filho, segundo o qual, estes somente podem ocorrer para pequenas despesas de pronto pagamento, feitas em regime de adiantamento (Artigo 60, parágrafo único da Lei 8.666/93), sendo nulo qualquer outro contrato verbal, sendo que a Constituição Federal acolheu a presunção de que a prévia licitação produz a melhor contratação, entendida como aquela que assegura a maior vantagem possível à Administração, com observância ao Princípio da Isonomia, sendo ao mesmo tempo tal presunção limitada, dado ao fato do texto legal prever a possibilidade de contratação direta nos casos previstos em Lei. Pelo exposto, vale destacar que, conforme nos traz Celso Antônio Bandeira de Mello, a anulação de contratos verbais firmados por servidores públicos, mesmo carentes de procedimentalização, infringiria o Princípio da boa fé, presente em todos os contratos, bem como, havendo o fornecimento do bem ou serviço por parte do contratado, incide o enriquecimento sem causa da administração, assim, conforme entendimento já solidificado de maneira exemplificativa pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Acórdão 3325/2012), o fornecedor de boa fé não poderá ser lesado em sua dívida perante o Poder Público.

CONTRATOS VERBAIS, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PRINCÍPIO DA BOA FÉ, ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

A FORMAÇÃO DE ESTADOS E A INCOMPATIBILIDADE DO PLEBISCITO DO ESTADO DO PARÁ COM OS CONCEITOS CONSTITUCIONAIS

ARYON GABRIEL BEREZOVSKI
FERNANDA HELENA MARIANI

A formação de novos estados-membros na federação consoante ao art.º 18 § 3º da Constituição Federal abrange algumas formas distintas dos estados se transmutarem. Seja por cisão, fusão ou desmembramento, esta última que abrange as modalidades de desmembramento por anexação, ou desmembramento por formação. Recentemente o Tribunal Superior Eleitoral elaborou um plebiscito para a divisão do estado do Pará, transformando o supracitado em Tapajós e Carajás, e mantendo uma parcela territorial remanescente do estado do Pará. Contudo o TSE se equivocou em realizar o plebiscito utilizando o termo "divisão" uma vez que esse remete a cisão, sendo que neste caso enfático, a terminologia correta seria o desmembramento por formação, uma vez que o estado do Pará continuaria a vigorar e daria luz a dois novos entes federados, em assim sendo quando um estado-membro se subdivide em dois ou mais estados-membros, cada um com sua própria autonomia de organizar e estruturar seu território, a de estruturar seus poderes legislativo, executivo e judiciário é caracterizado como divisão ou cisão. Referente ao desmembramento por formação a parte cedido do estado vai gerar um ou mais novos estados-membros, preexistindo o estado originário. Para tanto para que os estados possam realizar tal ato é de veemente importância que a população diretamente interessada, que são todos os cidadãos com capacidade eleitoral, correspondente a proporção geográfica afetada, realizem um plebiscito para averiguar o interesse subjetivo da população em realizar tal feito. Ademais, sendo positivo o plebiscito, o projeto será encaminhado ao Congresso Nacional para que esse analise a viabilidade deste, e se está de acordo com os interesses da Federação.

ESTADOS-MEMBROS, DIVISÃO, DESMEMBRAMENTO, PLEBISCITO

ÁGUA: UM BEM PARA VIDA

CARLOS MATHEUS DACIUK
JOSÉ ADRIANO DA SILVA
PANDREAS TAUNAI QUENJI COVALISKI BOEIRA

A presente pesquisa, por meio da metodologia bibliográfica, identifica na legislação a regulamentação do uso, da exploração e conservação da água. Analisam-se, também, dados escritos em periódicos, livros e artigos a respeito do tema, objetivando demonstrar como está sendo utilizada a água e buscando soluções equilibradas para seu uso e preservação. O homem para sobreviver necessita de complexo sistema e componentes, dentre os quais, um meio ambiente que seja capaz de suprir as necessidades humanas de alimento e tantos minerais. A água é um bem natural essencial e indispensável para qualquer tipo de vida. Entretanto o consumo demasiado dos recursos naturais tem levado a uma escassez os bens naturais, sendo que entre estes a própria água, tão necessária para a manutenção da vida. A Carta Magna, assevera ser responsabilidade de todos a obrigatoriedade de defender e proteger o meio ambiente. O princípio ambiental denominado usuário-pagador, quando aplicado na esteira dos recursos hídricos, eleva a água para o patamar de bem natural, ante ao de recurso natural, por inferir valor a tal, essa valoração, tende majorar a eficiência de sua utilização e não de impedir o acesso ao bem, assim racionalizando o uso e preservando o bem. O Ordenamento legal brasileiro na tutela ambiental é um dos mais completos, entretanto é ineficiente em sua implementação, tornando-se assim ineficaz no combate a degradação. Os resultados obtidos com a pesquisa e análise dos dados, para o curto prazo, verificam que cabe ao Poder Público, através de seus órgãos, efetivar o cumprimento da norma, assim como o investimento qualitativo em uma educação capaz de não apenas tirar as pessoas do analfabetismo, mas de suprir o desenvolvimento intelectual, para no médio longo prazo as campanhas de conscientização surtam os efeitos desejáveis e a sociedade altere seus hábitos, que tanto tem depredado os recursos hídricos e o meio ambiente. O mérito do estudo em tela esta alicerçada na importância apresentada as questões ambientais para a manutenção da vida, não somente com a edição de um ordenamento, mas com a eficiência na implementação de tais para que os objetivos sejam alcançados.

VIDA, MEIO AMBIENTE, ÁGUA, LEGISLAÇÃO

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL NA QUALIDADE DO AR

ANGELITA ADRIANA GOMES DE PAULA
FELIPE CHAVES
PEDRO ANTÔNIO SOUZA DE ARAÚJO

O presente trabalho traz uma breve abordagem sobre a importância da avaliação do impacto ambiental na qualidade do ar, tem como objetivo levar o tema a conhecimento das demais pessoas e descrever sobre a seriedade de um menor impacto ambiental trazido a partir da realização de um planejamento racional na preservação do meio ambiente. A metodologia utilizada pelos acadêmicos visando à construção do referido estudo se deu através de pesquisa bibliográfica, embasando-se em artigos científicos, teses e dissertações que discutiam o tema em questão, obtendo dessa forma uma base científica para a construção do trabalho. No que se refere à problemática discutida não se destacam questões abertas para se responder, mas sim trazer à baila o assunto de grande importância como é a preocupação e proteção da qualidade do ar e a importância de uma posterior avaliação sobre a efetividade desta proteção, questão essa que muitas vezes é deixada de lado, porém, é de grande importância para a sociedade atual e até para gerações futuras. Assim sendo, há uma real necessidade de planejamento de forma racional de todas as ações, sempre visando o meio ambiente como um bem maior para que em um futuro próximo possamos realizar a já mencionada avaliação do impacto ambiental, e está nos apresentará as consequências geradas (boas ou ruins) por essas ações. Portanto, o planejamento racional deve ser norteado em torno do princípio de sustentabilidade, visto como o princípio que fornece as bases para fortalecer um desenvolvimento humano que preserve a qualidade de vida no planeta.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL, QUALIDADE DO AR, SUSTENTABILIDADE

A IMPORTÂNCIA DA MEDICINA LEGAL PARA O PROCESSO PENAL BRASILEIRO NA BUSCA DE UMA VERDADE

ANDRESSA DO NASCIMENTO FIUZA
ROZENEL WOLF MATOSO GALESKI

Este estudo tem por objetivo analisar a importância da medicina legal no processo penal brasileiro, assim como durante a fase pré-processual (inquérito), na persecução penal e da proximidade real dos fatos. A prova é tudo aquilo que demonstra ser verdadeiro ou dá autenticidade a alguma alegação dos atores processuais. Em matéria de processo, a prova é produzida obedecendo a algumas formalidades legais, para que sejam válidas e com isso, o juiz forme a sua convicção. A perícia vem elucidar fatos que fogem do conhecimento do Juiz, que possui formação eminentemente jurídica, e deixam dúvidas ao apontar o acusado, trazendo elementos de cognição e que permitem conhecer como os fatos ocorreram por isso a importância da perícia como meio de prova no Processo Penal, à luz do ordenamento jurídico brasileiro vigente. Não se pode chegar a uma proximidade da verdade dos fatos sem fazer um estudo minucioso, de forma científica dos fatos, para isso a perícia se torna fundamental à Justiça. Para Nério Rojas a Medicina-legal é “Aplicação de conhecimentos médico-biológico na elaboração e execução de leis que deles carecem”, Segundo Genival de França Lacerda a Medicina-Legal, “não chega a ser uma especialidade médica, pois o conhecimento é aplicado juntamente com outros ramos da medicina à disposição do Direito” e é uma ciência que se forma pelo conjunto de todas as especialidades médicas, sendo essas juntadas a outras ciências acessórias dando destaque a ciência do Direito. Sendo assim, a Medicina Legal, trata de assuntos de interesse judicial ou policial se valendo de uma ciência multidisciplinar da soma de conhecimentos de várias áreas como: medicina (como em exames de corpo de delito e identificação de causas da morte), odontologia (identificação de cadáveres), física (balística). Portanto, a medicina legal, é de suma importância para reconstruir ou elucidar a maneira como se deram os fatos, confeccionando a prova material de inúmeros delitos, estando a serviço do Direito e da Justiça.

MEDICINA-LEGAL, PERICIA MÉDICO LEGAL, PROCESSO PENAL, PROVAS, INQUÉRITO

A IMPORTÂNCIA DO EXAME DE NECROPSIA NA ELUCIDAÇÃO DOS CRIMES

JACQUELINE LESCHUK DA SILVA
MARIZA MARTINS PEREIRA

O presente estudo tem por objetivo demonstrar a importância do exame de necropsia para o processo penal brasileiro. O exame de necropsia é considerado uma das mais importantes operações médico-legais no meio judicial, por tratar-se do meio que leva a elucidação de crimes, que muitas vezes são considerados complexos e de difícil esclarecimento. É por meio desse trabalho que se torna possível melhores detalhamentos na investigação de fatos variados, devendo ser realizado de maneira clara e minuciosa. Ao redigir um laudo de necropsia o perito deverá especificar o estado em que o corpo se encontra, bem como outras considerações importantes em casos de reconhecimento. As modalidades do exame de necropsia se subdividem em: Inspeção Externa e Interna, sendo que na modalidade externa, busca-se a realização do detalhamento do cadáver em seu exterior, o qual será realizado um trabalho de apontamentos e observações visíveis, onde caso seja verificado alterações, tais como ferimentos, lesões ou hematomas, o médico responsável pela perícia deverá descrever de forma detalhada, as regiões em que essas alterações se encontram, bem como as dimensões das mesmas. Após realizar a inspeção externa deverá o perito dar início ao trabalho interno, ou seja, a abertura das cavidades do corpo, apontando como indicio da causa da morte. Caso não seja iniciado dessa forma, a necropsia deverá seguir o regulamento estabelecido pela Polícia. Importante ressaltar, que a forma de realização da necropsia, depende sempre de ordem da Polícia Civil, responsável pelas investigações dos casos. Os materiais utilizados pelos peritos deverão ser adequados aos trabalhos. Porém como é evidente no Brasil não são todas as regiões que possuem esses equipamentos, mesmo sendo de extrema importância a utilização deles na realização de trabalhos minuciosos, são poucas as regiões que possuem todos os materiais necessários para a realização do exame de necropsia. Em diversas regiões não é possível até mesmo a realização do exame interno do cadáver, pela falta de materiais adequados, ainda mais em casos onde o cadáver encontra-se em estado avançado de putrefação, onde se é necessário a utilização de equipamentos extremamente adequados para sua realização. Em determinadas situações para a elucidação de alguns crimes, o direito necessita de técnicas alheias à sua área, assim, verifica-se a necessidade do exame de necropsia na percussão da ação penal, com o intuito de trazer à lume convicções incontestáveis.

EXAME DE NECROPSIA, PERITO, LAUDO

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ICMS NO ESTADO DO PARANÁ

LUCAS BALENA
WILLIAN DAL SANTO

Dentre os impostos arrecadados, o ICMS talvez seja o mais pesado para os contribuintes, pois impacta diretamente a capacidade aquisitiva do destinatário final e, também, o fluxo de caixa das empresas. O ICMS é arrecadado por toda a cadeia de fornecedores que participam da cadeia de circulação da mercadoria até o consumidor final. Cada fornecedor recolhe o seu percentual de alíquota referente a operação calculada com base no destino da mercadoria, uma vez que a tarifa incidente tem relação com a destinação da mercadoria. Fato é que no Estado do Paraná a alíquota do ICMS, no regime normal, atinge, na grande maioria dos casos, a alíquota de 18%, à exceção de gêneros alimentícios e dos produtos que se encontram sob o regime de substituição tributária. Além disto os estados Brasileiros há anos promovem uma guerra fiscal, valendo-se do ICMS para atrair determinados setores produtivos, oferecendo maior ou menor carga tributária do ICMS para cada um destes setores. Por estes motivos é que se torna de grande importância o estudo aprofundado do ICMS, uma vez que impacta todos os consumidores, independentemente de sua capacidade contributiva, princípio norteador do Direito Tributário. Cabe ressaltar os diferentes regimes de tributação que este imposto está sujeito, entre eles o regime Normal, onde a incidência do imposto ocorre para cada fornecedor dentro da cadeia, e a Antecipação Tributária em nosso Estado, ou seja, a incidência tem como fato gerador a entrado da mercadoria no território Paranaense, desde que destinada a comercialização ou industrialização, sendo este o momento da tributação do ICMS. inconstitucionalidade se dá no fato de que tal instituto ao antecipar a receita derivada do Estado, desconstrói o fato gerador pois, as empresas sujeitas o regime de tratamento diferenciado, qual seja, o SIMPLES, tem de pagar o valor a diferença entre as alíquotas de 4% a 18%, além do ICMS devido no momento da ocorrência do fato gerador, ou seja, venda da mercadoria, desta forma não permitindo que o contribuinte credite-se do ICMS já efetivamente pago no momento da entrada da mesma no território paranaense. Este trabalho pretende argumentar quanto ao enriquecimento sem causa do Estado-membro o qual, antecipa suas receitas por meio de um instituto tributário que não possibilita a repetição do indébito, que tem origem no decreto 442/2015.

ICMS, ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA, INCONSTITUCIONALIDADE, REPETIÇÃO DO INDÉBITO, DECRETO 442/2015

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DO ICMS

LUCAS BALENA

Dentre os impostos arrecadados, o ICMS talvez seja o mais pesado para os contribuintes, pois impacta diretamente a capacidade aquisitiva do destinatário final e, também, o fluxo de caixa das empresas. O ICMS é arrecadado por toda a cadeia de fornecedores que participam da cadeia de circulação da mercadoria até o consumidor final. Cada fornecedor recolhe o seu percentual de alíquota referente a operação calculada com base no destino da mercadoria, uma vez que a tarifa incidente tem relação com a destinação da mercadoria. Fato é que no Estado do Paraná a alíquota do ICMS, no regime normal (cumulativo), atinge, na grande maioria dos casos, 18%, à exceção de gêneros alimentícios e os produtos que se encontram sob o regime de substituição tributária. Além disto os estados Brasileiros há anos promovem uma guerra fiscal, valendo-se do ICMS para atrair determinados setores produtivos, oferecendo maior ou menor carga tributária do ICMS para cada um destes setores. Por estes motivos é que se torna de grande importância o estudo aprofundado do ICMS, uma vez que impacta todos os consumidores, independentemente de sua capacidade contributiva. Cabe ressaltar os diferentes regimes de tributação que este imposto está sujeito, entre eles o regime Normal, onde a incidência do imposto ocorre para cada fornecedor dentro da cadeia, e a Substituição Tributária, podendo ela ser para frente ou para trás, em nosso Estado, para frente, ou seja, a incidência tem como fato gerador a saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou comercial com destino ao paraná e lá é tributado o ICMS 'supostamente' devido por toda a cadeia de fornecedores, deste modo é possível visualizar viés de inconstitucionalidade pois, traz uma incerteza tributária. Em um primeiro momento vislumbra-se a inconstitucionalidade aqui arguida que reside no fato de que a substituição tributária, ao antecipar o fato gerador presume o preço final da mercadoria que, não raras as vezes, é menor que o valor presumido, sendo assim há um enriquecimento sem causa por parte do Estado pois este não permite o crédito destas diferenças. Este trabalho pretende argumentar quanto ao enriquecimento sem causa do Estado-membro o qual, antecipa suas receitas por meio de um instituto tributário que não possibilita a repetição do indébito.

ICMS, SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PARA FRENTE, INCONSTITUCIONALIDADE, ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

A INFLUÊNCIA DA AGROINDÚSTRIA NO DESAPARECIMENTO DA CULTURA INDÍGENA PARANENSE

ARYON GABRIEL BEREZOVSKI
FERNANDA HELENA MARIANI

Os problemas ambientais assumiram uma dimensão política maior, estão presentes no âmbito da cidadania por se tratar do ser humano e sua coletividade, além de ser um direito que deve ser amparado pelo Estado. A agricultura brasileira atua de forma simultânea com a política e economia do país, levando em consideração as características pessoais de cada Estado, com também a própria história de cada um. Na Região Amazônica, a grande habitação indígena, aproximadamente 167 mil índios, ainda é vista de forma preconceituosa, sendo vistos como praticantes de uma agricultura predatória ao meio ambiente. No entanto, tratando-se do território amazônico, os solos mais ricos e produtivos são denominados “terra preta dos índios”. As discussões ambientais na Amazônia mudaram a partir da década de 80, quando o país começou até mesmo sofrer pressões internacionais. Com a Eco-92, a região ficou na pauta dos assuntos mundiais, prevalecendo a ideia de que a floresta deve ser preservada. Na Região Sul, mais especificamente no Paraná, o número de indígenas reduz, não somam mais do que 25 mil, em um território muito mais reduzido do que o Amazônico. Além disso, vários são os atrativos a agroindústria, como por exemplo os incentivos fiscais, as condições climáticas, o regime pluviométrico favorável, e grandes extensões de terra devido o desparecimento das áreas de Reserva Indígena. O principal motivo da extinção da cultura indígena no território paranaense foi a atividade agropecuária, hoje, encontrando-se num estágio agroindustrial. Um papel produtivo bastante diversificado, resultado de todas as fases de produção econômica do Estado, que vem desde a época da mineração do ouro até a modernização agrícola. Somente após a Constituição de 1988 que o indígena pode alcançar seus direitos de forma mas abrangente. Antes, longe de ser um nacional, ou até mesmo considerado como um estrangeiro, havia um afastamento do indígena ao povo brasileiro, devido o seu modo particular de vida ser reconhecido como um atraso cultural. Não foram os índios os responsáveis por uma agricultura predatória, e sim, pela proteção e conservação dos recursos naturais nas Reservas Indígenas, direito que só foi conquistado com o Texto Constitucional de 88.

AGROINDÚSTRIA, REGIÃO AMAZÔNICA, RESERVAS INDÍGENAS

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI

ANA CAROLINA CHAS CAMARGO
RENATA TONIAL

Com o avanço da tecnologia e da Internet, os meios de comunicação ficaram cada vez mais ágeis e a notícia é transmitida instantaneamente. Diariamente dezenas de notícias são veiculadas na mídia acerca de assuntos diversos, sendo que muitas dessas podem conter um conteúdo falacioso. O presente trabalho analisa a influência dos meios midiáticos da atualidade na formação do juízo de valor dos juízes do Tribunal do Júri, através da veiculação de um crime como foco da notícia. Na tentativa de transmitir ao interlocutor uma notícia de impacto, os meios midiáticos sensacionalistas podem desrespeitar o Direito à Presunção da Inocência do acusado. Os formadores de opiniões populares, geralmente representados nas figuras de jornalistas e apresentadores de TV, tratam o acusado como se já condenado fosse, não lhes conferindo a presunção da inocência e nem sequer garantem seu direito fundamental ao contraditório e sua ampla defesa perante à sociedade. Quando um crime doloso contra a vida chega às mãos do Tribunal do Júri, cuja formação do juízo de valor do Júri é de convicção intima (decisão não justificada), precisamos nos preocupar acerca da perigosa influência midiática exercida sobre a formação de opinião destas pessoas, uma vez que nem sempre a mídia está preocupada em transmitir a verdade, mas apenas veicular assuntos que lhes gerem notoriedade e lucro. Mediante os fatos expostos, é de fundamental importância que os componentes do Tribunal do Júri sejam orientados e tenham total consciência do seu papel neste processo. Não devem se deixar influenciar por opiniões e notícias sensacionalistas, mas devem se fundar nas bases sólidas do Direito.

TRIBUNAL DO JÚRI, MEIOS MIDIÁTICOS, PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA COMO MEIO DE PRODUÇÃO DE PROVAS

DORIANE DE LARA
GILMAR GARCIA DE ALMEIDA

O presente resumo analisa a exceção ao sigilo das comunicações telefônicas, à interceptação telefônica, prevista no artigo 5º, inciso XII, da CRFB/88 – atualmente regulamentado pela Lei n. 9.296/96 –e a questão da inadmissibilidade do uso das provas ilícitas, de acordo com o previsto no artigo 5º, inciso LVI, da CRFB/88.A Constituição estabelece a inadmissibilidade do uso das provas obtidas por meios ilícitos, entretanto, o mesmo artigo 5º,inciso XII, permite mediante ordem da autoridade judiciária, a quebra do sigilo telefônico para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. Os direitos fundamentais não devem ser aplicados de forma absoluta, mas sim, sendo que nenhum deles deverá ser exercido de modo danoso à ordem pública. Interceptação telefônica “é a captação da conversa telefônica realizada por um terceiro, sem o conhecimento dos interlocutores” (AVÓLIO, 1999, p.101). É aquela que se efetiva pelo “grampeamento”, ou seja, pelo ato de “interferir numa central telefônica”, nas ligações da linha do telefone que se quer controlar, a fim de ouvir e/ou gravar conversações (AVÓLIO, 1999, p.102). Segundo a doutrina há duas correntes quanto à admissibilidade de provas ilícitas: uma que aceita a prova ilícita, especialmente no sentido de absolver o réu e outra acompanhada pelo STF que refuta a utilização de provas ilícitas no processo tendo em vista a afronta ao princípio do devido processo legal e a própria Constituição Federal de 1988. A Terceira Turma do STJ, no dia 01.09.11, admitiu a possibilidade de interceptação telefônica para fins civis, decretada por juízo cível em casos excepcionais, isso seria possível (STJ, HC 203.405), mas segundo, Luiz Flavio Gomes estes requisitos somente estariam presentes se o Brasil estivesse em um estado de exceção o que não se configura, logo a ordem legal e constitucional não podem ser quebradas. Conclui-se que a interceptação telefônica é um meio utilizado para desvendar crimes, mas que este procedimento deverá ser sempre acompanhado dos requisitos necessários previstos nos diplomas legais a fim de evitar os abusos e consequentemente a invasão de privacidade o que torna as provas ilícitas, e assim sendo segundo o art. 157 do CPP as mesmas deverão ser desentranhadas do processo.

INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, GARANTIAS CONSTITUCIONAIS, PRODUÇÃO DA PROVA, PROVAS ILÍCITAS, FINS CIVIS

A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL E A "RESERVA DO POSSÍVEL"

CAROLINE VIEIRA MARTINS
ERIC HENRIQUE TREVISAN
KEITTY PATRINE KULKA DIAS

A Constituição Federal Brasileira de 1988 prevê no rol dos Direitos Sociais, o Direito a Saúde, que é direito fundamental do ser humano. Desse modo, o Estado tem o dever legal de garantir a todos, igualitariamente, por meio de políticas públicas, acesso universal aos serviços de saúde, reduzindo assim, o risco de doenças. Para a efetivação deste direito, foi criada a Lei 8080/90, a qual regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS). Todavia, o Brasil vive uma situação de precariedade na saúde pública, quer por negligência e omissão do Estado, incompetência na gestão e, também, por não haver especificação constitucional em relação a competência da distribuição de medicamentos entre União, Estados e Municípios. Em consequência a esta realidade, surgiu o fenômeno da judicialização da saúde, em que a sociedade civil teve a necessidade de recorrer ao judiciário para garantir seu direito ao tratamento médico ou ao acesso à medicamentos. Luiz Roberto Barroso diz que talvez uma das maiores críticas em relação à saúde no pais seja a financeira, a qual chamam de "reserva do possível", em que o Estado, por não ter recursos suficientes para atender a todas as demandas sociais, tem de optar em qual setor investir, deixando outros sem investimento. Quando uma decisão judicial opta pela entrega imediata de um medicamento ou início de tratamento para um paciente, o governo, em vários casos, tem de desfavorecer outro paciente que recebia o medicamento em um programa regular. Tais deliberações geram uma desordem na administração pública, posto que, a mesma tem de se reorganizar para atender as medidas exigidas. Com o judiciário tomando frente nas políticas públicas, muitas vezes, os que têm acesso à justiça, por ter mais conhecimento ou condições financeiras para custear o processo judicial, saem beneficiados em relação aos pobres, os quais ainda perdem com a realocação de recursos que o Estado tem de fazer para cumprir as decisões judiciais. A divisão de funções entre os entes do Estado não pode obstaculizar o acesso aos direitos fundamentais. A efetivação do Direito a Saúde está intimamente ligada ao Direito a Vida e a Dignidade da Pessoa Humana, pois sem bem-estar físico e mental não há dignidade.

DIREITO A SAUDE, JUDICIALIZAÇÃO, ESTADO

A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO MÉTODO DE ATENÇÃO À VÍTIMA

GISELE DO BELEM ANDREKOWICZ

O presente artigo é fruto do trabalho no grupo de estudos "Justiça Restaurativa, Falsas Memórias e Crianças e Adolescentes". O estudo acerca da Justiça Restaurativa atualmente não é tão somente uma opção, mas deve ser encarado como uma necessidade visando à melhoria de nosso sistema atual, que apesar de ter suas qualidades está falhando no que diz respeito à atenção com suas partes envolvidas. A proposta de Justiça Restaurativa envolve tanto a vítima, ofensor e comunidade, para que todos assumam responsabilidade pelos atos cometidos e busquem restaurar seus vínculos. A abordagem da vítima no presente trabalho, busca avaliar a falta de atenção e marginalização dessa parte essencial em nossos processos de Justiça convencional, ou seja, indivíduos que ficam à mercê de representações e operadores do Direito. Entende-se por vítima o indivíduo que teve sua integridade física/ moral violada, passando por um sofrimento de ordem material e/ou moral, advindos de atos ou omissões. A vítima, dentro de um contexto histórico teve seu ápice de atuação, e atualmente busca-se encaixá-la como não tão somente sujeito passivo de direitos, mas parte atuante. Para seu estudo aprofundado, surge o termo Vitimologia que vai avaliar a vítima, nem sempre positivamente, mas sim a reconhecendo como importante no delito e para o delito. A Justiça Restaurativa trata de forma mais séria a relação da vítima, comparada aos sistemas criminais, pois busca as consequências para a vítima responsabilizando o ofensor, quando possível. Estudos comprovam a eficácia desse método e satisfação por parte das vítimas, pois através dos círculos restaurativos, elas têm oportunidade de narrar por elas mesmas seus sentimentos e sofrimentos, sem somente acompanhar outras pessoas narrando o que convém ao fato, por meio de uma ideia simples somente do crime em si, sem entender o contexto e história envolvidos tanto para vítima, quanto para ofensor e comunidade. Para a implementação desse modelo em nosso país é necessário que sejam alteradas as bases filosóficas da visão que a sociedade tem do crime e do criminoso, vendo o delito como uma ofensa à toda comunidade, não só à vítima; e, a mediação como acesso aos direitos e justiça. O referencial utilizado, tem por base pesquisas bibliográficas e artigos de autores que já estão avaliando um futuro próximo de Justiça Restaurativa, ou seja, um modelo mais humano de atenção às partes, verdadeiros interessados e aspirantes de restauração em um processo.

JUSTIÇA RESTAURATIVA, VÍTIMA, MEDIAÇÃO

A LEI DOS REMÉDIOS NA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

EVERTOM LICOVISKI
FERNANDA LEDESMA
RENATO JASINSKI

Fruto de um casuísmo político, a Lei n° 9.695/98, Lei dos Remédios, surgiu de uma comoção momentânea de parte da população, passando a constituir o rol taxativo da Lei dos Crimes Hediondos, Lei nº 8.072/90. Devido a sua discutível "urgência", acabou por não atentar aos princípios norteadores dos direitos fundamentais contidos na Carta Magna, mais especificamente aos Princípios da Ofensividade e da Proporcionalidade. De acordo com o texto da Lei dos Remédios, a conduta tipificada de "Falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais" não exige o resultado de o objeto material tornar-se nocivo à saúde, ou seja, não é necessário que haja a ofensa ao bem jurídico protegido. Destarte, corre-se o risco da aplicação da lei mesmo se a conduta beneficiar a saúde pública, como acontece na importação de produtos terapêuticos não fabricados e não liberados para comercialização no Brasil. Há uma clara desarmonia entre o texto legal e a aplicação no caso concreto, obrigando os tribunais a utilizarem-se da analogia in bonam partem como solução paliativa. Outro problema ocasionado pela má elaboração da referida lei é a possibilidade de se punir a conduta prevista em caso de falsificação ou alteração de um esmalte de unhas infantil, por exemplo, já que trata-se de um cosmético, bem como outros. No que tange ao Princípio da Proporcionalidade, este é um instrumento de limitação do poder punitivo do Estado, devendo-se buscar o equilíbrio entre a pena aplicada e o crime cometido (a justa medida). Mas, novamente, o legislador veio a ofender tal princípio, aumentando a pena anterior de dois a seis anos de reclusão, para dez a quinze anos, pena muito maior que a cominada a quem comete homicídio simples. A desproporção é aviltante, teoricamente, se um indivíduo mata alguém pode ser condenado à pena mínima de reclusão de seis anos, e se outro importa medicamento não registrado na ANVISA, pode ser condenado à pena mínima de dez anos de reclusão, ferindo o preceito fundamental da individualização da pena. Destarte, tem-se a clareza de que os Princípios da Ofensividade e da Proporcionalidade não foram observados pelo legislador no que tange à Lei dos Remédios. Os fatos causadores de tais lacunas e incongruências podem ser ressaltados como a política criminal (ou falta dela) adotada pelo Estado, bem como os interesses privados que se sobressaem aos públicos no processo de elaboração de determinados ordenamentos jurídicos.

LEI DOS REMÉDIOS, PROPORCIONALIDADE, OFENSIVIDADE, PONDERAÇÃO

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO

EMANUELLE DOS SANTOS LOPES
NASSER VINICIUS LIMA ZANOVELLI

O presente trabalho está situado nas disciplinas de medicina legal e processo penal de forma conjunta, de sobremodo que será feito um estudo da antropologia forense, mais especificamente da identificação fotográfica como meio de prova admitida no âmbito processual para uma eventual sentença. Destarte, cabe insculpir que a identificação criminal está prevista no artigo 6°, inciso VIII do CPP, e também, no artigo 5°, inciso LVIII da CF, e para complementar e rechaçar qualquer dúvida quanto à identificação criminal, a lei 12037/09 vem a regulamentar tal instituto especificando o que está aberto no artigo constitucional. Desse modo, surge a medicina legal – antropologia forense– para auxiliar o processo penal, o qual consiste numa gama de conhecimentos visando à identidade judiciária ou policial. Neste contexto, pode-se observar o uso frequente de álbum fotográfico como meio de prova inominado no processo penal, sendo amplamente aceito pela jurisprudência hodierna, considerando o reconhecimento fotográfico meio idôneo de prova para embasar uma condenação, desde que em concordância com os demais elementos de prova apresentados. Por outro lado, alguns doutrinadores processualistas entendem de maneira oposta ao apontado pela jurisprudência pátria, sob alegação de vulnerar o artigo 226 do CPP, sobretudo, a superação da segunda parte, qual seja, a comparação da pessoa com outra semelhante, por reconhecimento fotográfico, que não conta com nenhuma previsão de procedimento quanto a coleta de provas, e também, afirmando afronta ao princípio constitucional de não produzir provas contra si mesmo (nemo tenetur se detegere). Dessa forma, o presente trabalho vai na direção que o reconhecimento fotográfico não pode ser admitido como meio de prova no processo penal, salvo quando interessar à ampla defesa, pois essa prática recorrente nos Tribunais não comporta precisão legal e remonta ao período autoritário não condizente com um Estado Democrático de Direito, devendo ser feito uma releitura constitucionalizada do art. 226 do CPP, entendendo-se que o reconhecimento de pessoas por ele previsto deve ser feito por meio presencial e não fotográfico, devendo tal procedimento ser considerado nulo.

MEDICINA LEGAL, PROCESSO PENAL, IDENTIFICAÇÃO FOTOGRÁFICA, NULIDADE

A ORDEM SOCIAL E A SAÚDE DA POPULAÇÃO

ALINE SANTOS DA CRUZ
VANESSA WEYGAND RIGONI

A ordem social faz com que o funcionamento na sociedade seja um meio equilibrado, havendo justiça em suas relações sociais e o bem estar dos cidadãos, visando sempre o direito fundamente da dignidade da pessoa humana, estando estabelecido na Constituição Federal em seu artigo 5º, sendo que a ordem social tem como objetivo assegurar o direito a saúde, previdência social e a assistência social conforme nos artigos 193 à 232 da Constituição Federal. A saúde é um dos direitos dos cidadãos aonde será dever do Estado, estando presente no artigo 196 da Constituição Federal, o qual dispõe que é dever do próprio Estado garantir mediante politicas sociais e econômicas, a fim de reduzir o risco de doenças e outros agravos. Será dever do Poder Público, dispor nos termos da lei, uma regulamentação, fiscalização e controle de saúde da população, tal execução pode ser feita diretamente ou através de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, como no caso da assistência à saúde, que pode ser livre a iniciativa privada de convênios de saúdes e clínicas particulares ou até mesmo Sistema Único de Saúde, sendo que também será dever do poder público controlar as substancias que são prejudiciais a saúde publica. O sistema de saúde deve ser integral, não podendo ser negado seu acesso a qualquer cidadão que dele precise, dispondo com prioridade a atividades preventivas, sem o prejuízo assistencial dos serviços assistenciais. O Estado terá o dever de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso á melhores condições de saúde a população, como por exemplo postos de saúde em todos os bairros. De acordo com o §1° primeiro do artigo 196 da Constituição Federal o sistema único de saúde será financiado com recursos de orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Fundamento e dos municípios além de outras fontes, sendo que o recebimento de medicamentos poderá ser requerido a qualquer um deles, desde que o sujeito comprove sua necessidade, independendo de sua renda financeira, devido que é um direito fundamental, onde o Estado tem o dever de garantir saúde publica e a dignidade humana. Podemos notar que é dever e obrigatoriedade do Estado garantir acesso e serviços de saúde gratuito para a população brasileira, bem como fiscalizar as suas atividades, aonde ele poderá também disponibilizar a livre iniciativa privada a terceiros para oferecer saúde a população.

SAÚDE, DIREITO, DIGNIDADE

A PACTA SUNT SERVANDA NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

AMANDA HUDEMA
DENILSON NASCIMENTO DOS SANTOS
EDERSON LUIZ BUHRER

Observando-se a complexidade dos contratos administrativos, analisaremos a aplicação da pacta sunt servanda nesses contratos. Contrato administrativo é todo acordo formal entre administração pública ou seus órgãos, com o particular, regidos pela Lei Federal 8666/93, havendo relação vertical. No direito privado, no qual há horizontalidade, a Pacta Sunt Servanda dita que, o pacto deve ser cumprido entre as partes, exceto, por imprevisões, a prestação se tornar extremamente onerosa a uma das partes, cabendo a cláusula rebus sic stantibus (Teoria da Imprevisão), invocada judicialmente. No contrato administrativo, não se aplica igualmente tais princípios como no direito privado, visto que, o interesse público deve prevalecer ao particular. Como nos contratos administrativos, há uma relação vertical, e não horizontal, o particular não pode invocar a pacta sunt servanda, havendo desigualdade em relação à lei, pois a administração pública está desobrigada a prosseguir com o contrato, mesmo estando legalmente licitado, ou já em andamento, observados os direitos de quem contrata com o poder público. No caso de inadimplemento da administração pública, após 90 dias, em casos específicos, pode-se aplicar judicialmente a exceptio non adimpleti contractus (exceção do contrato não cumprido). Antes desse prazo, o particular não pode deixar de cumprir a obrigação, mesmo se a administração não estiver cumprindo a sua parte, devido ao princípio da continuidade do serviço público. Mesmo nas situações específicas em que cabe a exceptio non adimpleti contractus, não poderá ser aplicada a pacta sunt servanda, haja vista que, esse princípio, só obriga, em regra, o particular a cumprir o contrato, em razão do interesse público, salvo exceções. Dentro das previsões jurídicas, pode-se requerer, administrativa ou judicialmente, a rescisão do contrato e pagamento de perdas e danos, continuando a execução do contrato, até que obtenha ordem da autoridade competente a paralisá-lo. Já a administração pública, pode rescindir unilateralmente o pacto, não ficando isenta de indenizar. Essa prerrogativa da administração impede ao particular invocar a pacta sunt servanda, evidenciando-se uma desigualdade contratual, entre administração pública e particular, não sendo, em certos casos, vantagem, contratar com o poder público, pois além de as cláusulas serem indiscutíveis pelo particular, a administração pública pode a qualquer momento, rescindir unilateralmente o contrato, com a devida motivação.

CONTRATO ADMINISTRATIVO, ADMINISTRAÇÃO PUBLICA, PRINCÍPIOS

A PERSPECTIVA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL PARA OS TRABALHADORES RESGATADOS DAS SITUAÇÕES ANÁLOGAS A ESCRAVIDÃO

EDIMARA APARECIDA LIMA CORDEIRO
ELAINE LOPES MUSIKA
FERNANDA TROJAN

O presente trabalho consiste em uma análise acerca da existência de pessoas trabalhando em condição análogas a de escravos nos dias de hoje. Tendo como principal objetivo identificar como esses trabalhadores conseguem se desligar do trabalho precário e ingressar no mercado de trabalho formal. Passando então para uma análise da importância da atuação do Ministério do Trabalho na fiscalização e recolocação destes trabalhadores ao mercado de trabalho. O trabalho escravo é entendido como sendo o trabalho forçado, a falta de condições físicas e sanitárias do local de labor, assim como da supressão dos direitos fundamentais sociais. Atualmente, o perfil dos trabalhadores que desenvolvem atividades de maneira precária são pessoas simples, pobres, de pouca cultura, que precisam de um trabalho e se deixam enganar facilmente, com fim de conseguir sobreviver em meio às estratégias exorbitantes do capitalismo. Esses trabalhadores vivem então de forma precária e em condições degradantes. Desta forma podemos concluir que a escravidão não deixou somente de ser algo que ocorreu em um passado remoto, mas uma realidade vivenciada diariamente em nossa sociedade. Mas não podemos deixar a fiscalização e controle somente a cargo dos órgãos competentes, pois é tarefa da sociedade é discutir acerca de tal tema, todavia, é obrigação do executivo, judiciário e legislativo, instituírem em conjunto ou a partir de suas competências, mecanismos de combate e erradicação ao trabalho em condição análogo a de escravo.

TRABALHO ESCRAVO, DIREITOS SOCIAIS, MERCADO DE TRABALHO FORMAL

APLICAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NO INQUÉRITO POLICIAL

JIAN DAGOSTINI
LETICIA MARAFIGO DE LIMA

O presente estudo tem como intuito a reflexão quanto à possibilidade participação do investigado em Inquérito Policial no sentido de verificar quanto à possibilidade de incidência dos princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos no inciso LV, do artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, bem como seus reflexos no âmbito do Código de Processo Penal Brasileiro. Portanto, está-se diante da seguinte questão: devem ser observados ou até mesmo reservados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa no inquérito policial? Assim, tem-se por objetivo ressaltar, como problema, a conformação ou não da natureza inquisitorial do inquérito policial com a matriz acusatória que emana implicitamente da Constituição Federal. Segundo Aury Lopes Junior, mesmo que se identifique a primeira fase da persecução penal (inquérito policial) como de natureza inquisitória, onde não comportaria a incidência do contraditório por não se estar diante de um acusado, mas sim um investigado, a Constituição Federal, na disposição acima referida, alude à aplicação da referida garantia do contraditório e da ampla defesa aos “acusados em geral” aí devendo também estarem incluídos os investigados da fase pré-processual do Inquérito Policial. Enfim, independentemente de mudanças na legislação processual penal (CPP), há que se pensar que as disposições constitucionais devem direcionar em rumo à democratização do Inquérito Policial no sentido da admissibilidade de efetiva participação do investigado no Inquérito Policial.

INQUÉRITO POLICIAL, CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA, EFETIVAÇÃO

A PRÁTICA DE INSIDER TRADING E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO MONOPÓLIO DO MERCADO DE CAPITAIS

LUCAS BALENA
WILLIAN DAL SANTO

Esta pesquisa visa aprofundar o estudo sobre Insider Trading, uma prática considerada ilegal à luz da legislação regulatória brasileira, para o mercado de ações, principalmente no que tange às companhias empresariais organizadas de forma societária anônima. O mercado de ações no Brasil, espaço propício para tal prática, ainda é pouco utilizado pelas populações menos abastadas, diferentemente do mercado norte americano onde as pessoas naturais investem suas economias em ações objetivando maior rentabilidade. Essa escassa demanda do mercado de ações brasileiro em muito se deve, ao fato de que as instituições que exercem o controle sobre o mercado, dentre elas a CVM (Comissão de valores mobiliários), não encontram-se capazes de coibir práticas como a do Insider Trading por pessoa que tem acesso a dados privilegiados da empresa em que se está investindo, uma vez que, de posse de informações que o mercado ainda não possui, alguém privilegiado pode negociar suas cotas ou ações de determinada empresa visando a maior obtenção de lucro ou mesmo a minimização de suas perdas. Na abordagem do tema estudado, será utilizada pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, além de métodos de análises comparativas com a legislação de outras nações, bem como, normativas de organismos reguladores internacionais, a fim de alimentar reflexões doutrinárias, dogmáticas e vivenciais, uma vez que, no Brasil, é possível observar a ocorrência do Insider Trading em casos emblemáticos discutidos judicialmente, como os da empresa Sadia, da empresa Burger King e do empresário Eike Batista.

SOCIEDADE ANONIMA, INSIDER TRADING, MONOPOLIO DO MERCADO DE CAPITAIS

A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 308/2004: CRIAÇÃO DAS POLÍCIAS PENITENCIÁRIAS FEDERAL E ESTADUAIS

ROBERTO GIORDANI

Tramita na Câmara dos Deputados desde 11/08/2004, a PEC 308/2004, a qual tem por objetivo a criação das polícias penitenciárias federal e estaduais. O principal intuito de tal proposta é a uniformização das funções do servidor penitenciário, a criação da uma identidade funcional a nível nacional, a especialização de determinada polícia na execução penal, a liberação das demais polícias (militares e civis) para as atividades inerentes a sua função, deixando a cargo da polícia penal às atividades que hoje são realizadas com o auxílio das demais forças policiais, disponibilizando milhares de policiais civis e militares ao policiamento ostensivo preventivo e a investigação repressiva. O reconhecimento da atividade policial realizada na execução penal se faz cada vez mais necessária, atualmente o Brasil possui em torno de 574.000 presos distribuídos em todos os estados e no Distrito Federal, muitos destes encarcerados atuam no crime organizado a níveis nacionais, inclusive do interior dos presídios, é preciso rigor no controle, na investigação e no combate às organizações criminosas, que mesmo dentro do cárcere comandam delitos nas ruas. As forças policiais brasileiras já se encontram sobrecarregadas e com baixo efetivo para as atividades corriqueiras da função, "desafogar" tais forças e especializar uma classe que já existe, colocaria mais policiais nas ruas aumentando a sensação de segurança da sociedade. O contato direto do policial penitenciário com o sentenciado o coloca à frente nas atividades de investigação e segurança, auxiliando em muito o combate às atividades criminosas provenientes do interior de penitenciárias. A PEC 308/2004 na prática, vem a corroborar atividades que já existem, realizadas por servidores penitenciários, inserir a execução penal de uma vez por todas no contexto da segurança pública, reconhecendo o estado que o controle a criminalidade e ao criminoso deverá ocorrer em todo o período que este estiver custodiado. A atual situação do sistema prisional brasileiro não permite mais heterogeneização de condutas e procedimentos, é necessária uma política nacional penitenciária que valorize o servidor penitenciário e uniformize o modo que o estado age no cumprimento da execução penal e na repressão ao crime organizado, não é mais possível permitir que ovelhas cuidem de lobos.

EXECUÃO PENAL, POLÍCIA PENAL, PEC 30/2004

ARBITRAGEM: A PROFISSIONALIZAÇÃO NA DECISÃO DE CONTROVÉRSIAS PARTICULARES

LAIS REGINA GOES
PALOMA MARIA TURKOT
PÂMELA PRIOR

Esta pesquisa busca apresentar o instituto da arbitragem, através da análise de sua aplicação, considerando suas vantagens e desvantagens, diante de sua possibilidade de aplicação na resolução de conflitos. No Brasil, desde a aprovação da Lei nº.9.307/96, certa desconfiança foi gerada sobre sua consolidação no meio jurídico. Não demorou muito e a comunidade jurídica percebeu que, em meio à onda de alta judicialização, as medidas alternativas se fariam eficazes em favor do desafogamento do meio tradicional judiciário. Dentre os pontos que serão abordados, está a discussão doutrinária acerca da natureza jurídica da arbitragem, pois, considerada como um meio privado de solução de conflitos tem características de hetero e autocomposição presentes em sua instituição. Outros apontamentos se farão pela demonstração procedimental da arbitragem, conhecendo suas peculiaridades e características, afinal, oferece celeridade e sigilo aos litigantes, que se submetem ao cumprimento de uma sentença que tem a mesma força de sentença proferida por Juiz togado. Outro ponto abordado será da irrecorribilidade, haja vista que a sentença advinda de arbitragem não é passível de recurso depois de transitada em julgado. Tal regulação acaba gerando certo desconforto e desconfiança por alguns cidadãos e operadores do Direito. Por fim, atenção especial será dada para a alteração legislativa ocorrida em 2015 no procedimento arbitral, incluindo a possibilidade de apreciação de demandas que possuam como parte o poder público, quando da contratação com particulares. Para efetivação da pesquisa, será utilizada metodologia de análise procedimental, legislativa e doutrinária.

ARBITRAGEM, SOLUÇÃO DE CONFLITOS, MÉTODO ALTERNATIVO

ARBITRAGEM: DA SUBMISSÃO JUDICIÁRIA À AUTONOMIA DA VONTADE DAS PARTES

EDSON RUBEM DE CAMPOS
PAULO JOSE PADILHA
ROZENEL WOLF MATOSO GALESKI

Esta pesquisa busca compreender historicamente a importância do instituto da arbitragem no Brasil, seus marcos regulatórios desde a Constituição Imperial de 1824, quando fora inserida no código comercial, até os dias atuais, com sua última adequação legislativa em 2015. A Lei Arbitral atualmente vigente é o centro da presente pesquisa, vez que surgiu para corrigir falha da legislação que extraiu, pela reforma do Código de Processo Civil em 1973, a autonomia do procedimento arbitral sujeitando-o ao Judiciário, ocasião em que o Laudo Arbitral passou a ser obrigatoriamente homologado por um Juiz de Direito, tal situação acarretou em uma considerável diminuição de sua utilização, perdendo eficiência, confiança e celeridade. Dentre os pontos que serão abordados, destacam-se a agilidade, efetividade, segurança, economia, técnica e perícia profissional que são facilmente vislumbrados em um procedimento arbitral. Por meio desta pesquisa, procurar-se-á revelar a eficiência do procedimento arbitral, principalmente no que tange às negociações empresariais, uma vez que a renúncia das partes em recorrer ao Poder Judiciário, com consequente adoção de um procedimento alternativo para solução de conflitos, estabelecido pela autonomia da vontade, oferece amplos benefícios para a prática empresarial, a fim de atender as demandas de um mercado intenso e competitivo. Para realização da pesquisa, serão utilizados métodos de levantamento bibliográfico, por meio de pesquisa histórica, legislativa, doutrinária e jurisprudencial.

ARBITRAGEM, HISTÓRICO, AUTONOMIA DA VONTADE

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL

ISABELLA POLI
IVANA SANTOS DE LARA
TATIANA STADNIK

O presente trabalho tem intuito de esclarecer o que são APP,s - Áreas de Preservação Permanente e as reservas legais, bem como suas normas e aplicações, como manda a constituição. As áreas de preservação permanente são áreas protegidas em zonas rurais e urbanas, já a reserva legal é somente protegida nas zonas rurais no interior de uma propriedade. As áreas de preservação permanente são cobertas por vegetação nativa, com a função de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a instabilidade geológica, a biodiversidade, facilitar o fluxo de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar da população humana. É um espaço territorial em que a floresta ou vegetação devem estar presentes, se não estiver deverão ser plantadas. São florestas com vegetação construída de árvores de grande porte, cobrindo grande extensão de terreno. As APP's devem ser protegidas quando encontradas no interior de nascentes com um raio mínimo de 50 metros de vegetação, também nas encostas, manguezais e topos de morro. Com toda essa proteção, para que se possa fazer a extração de lenhas e demais produtos, devem ser plantadas florestas próprias para este fim, o que assegura o artigo 12 do Código Florestal. Nas reservas legais, delimitadas como área de cada propriedade particular não é permitido o desmatamento, ela assegura o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, porém o proprietário pode restituir um manejo florestal sustentável, as reservas legais não podem ser supridas. Ela tem proteção por todas as propriedades rurais do país, devendo ser registrada no cartório de imóveis, porém a averbação desta reserva legal da pequena propriedade rural ou posse rural familiar é gratuita, devendo o poder publico prestar apoio técnico e jurídico, quando necessário. As APP's e as reservas legais têm natureza de obrigação de propter rem, onde a obrigação recai sob uma pessoa em relação de sua qualidade de proprietário.

AREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, RESERVA LEGAL, ÁREAS PROTEGIDAS

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: HIPÓTESES DE INTERVENÇÃO E SUPRESSÃO

LEONARDO BELIN
LETICIA LOHANA FARIA BRUNETTI

As Áreas de Preservação Permanente foram constituídas pelo Código Florestal de 1965, e vêm sofrendo inúmeras alterações, inclusive em sua própria denominação, pois até 2001, era conhecida como Floresta de Preservação Permanente e através da MP 2.166-67 houve a mudança para a designação usualmente utilizada. Um ponto bastante significativo quando se trata de APP, é que mesmo havendo a intenção da "preservação permanente", são previstas exceções quanto a intervenção e supressão destas áreas. Como defendido por Luís Paulo Sirvinkas (2013, p.468), a responsabilidade por zelar das APP é exclusivamente do proprietário da extensão territorial, seja ele possuidor ou ocupante, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado. Neste viés, caso haja a ocorrência de supressão da vegetação é o detentor da área, encarregado em restaurá-la, salvo os usos autorizados previstos na Lei n. 12.651/2012. Esta "supressão legalizada", prevista pelo art. 8º do Novo Código ocorrerá nos casos em que a área se destinar a utilidade pública, ao interesse social ou então a exploração que resulte em baixo impacto ambiental. A área de preservação permanente é prevista desde a década de sessenta, porém, é de conhecimento comum que ela é ignorada, a solução seria impor isto com uma fiscalização ativa, juntamente com investimentos na conscientização da população. Pois, mais que cobrar uma atuação correta da população é fazê-la entender que a conservação do meio-ambiente é uma condição para a sobrevivência de nós humanos. Um exemplo disso são as hipóteses de intervenção e supressão das APP, momento em que quando as normas se chocam, ou seja, a área protegida e o bem estar humano, esta última se sobressai, pois é este o objetivo final de preservar, dar qualidade de vida as presentes e futuras gerações humanas. Enfim, agir de forma preventiva é sempre a melhor alternativa, e em se tratando de meio-ambiente isso não é diferente, devemos buscar agir de forma ativa em prol da preservação do meio ambiente e também cobrar de nossos representantes medidas eficazes e abrangentes com o mesmo objetivo.

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, CÓDIGO FLORESTAL, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

A REMIÇÃO DE PENA FRENTE À PRISÃO PROVISÓRIA

LUCAS TOLEDO FELCHAK

A Lei de Execução Penal (Lei n°7210 de 11 de julho de 1984) estabelece no artigo 2°, parágrafo único, que os presos provisórios que se encontrarem recolhidos em estabelecimento de jurisdição ordinária, serão sujeitos de todos os direitos e deveres previstos na lei supracitada. Nesse sentido, o artigo 126, prevê o instituto da remição ao preso em regime fechado ou semiaberto, estabelecendo que o sentenciado poderá remir, pelo trabalho ou pelo estudo, parte de tempo de execução da pena. Dessa forma, pelo disposto em ambos os artigos, o preso provisório terá direito à remição nas mesmas condições e orientações assumidas pelo preso condenado. Ocorre que, ao contrário do preso condenado, aquele cuja execução se refira a pena provisória, não seja obrigado a trabalhar e, caso queira fazê-lo, deverá executá-lo no interior do estabelecimento onde se encontre recolhido, conforme se observa no artigo 31, parágrafo único, da lei n° 7.210/84. Porém, analisando o sistema prisional brasileiro, é possível vislumbrar a incompatibilidade da realidade com a norma, vez que em muitos estabelecimentos prisionais não há como realizar atividades laborais. Sendo assim, se faz necessária a adequação da interpretação da LEP, para que não seja violado o princípio da igualdade de tratamento e de direitos para com os presos provisórios. Dessa forma, manifestando o preso provisório da intenção de exercer atividades para a concessão de remição, deverá o estabelecimento prisional adequar-se, a fim de garantir o direito do preso provisório dentro das mesmas perspectivas do preso condenado, assegurando assim os seus direitos, uma vez que se encontra em situação de maior dependência diante do Estado. Dessa forma, quando houver a deficiência do sistema penitenciário, deverão ser analisadas as condições para que o preso provisório possa exercer atividade com fim de remir sua pena, garantindo-lhe a preservação do direito à remição, uma vez que não poderá ser prejudicado e privado do seu direito por falha estatal.

EXECUÇÃO, PENAL, REMIÇÃO, PRISÃO, PROVISÓRIA

A RESPONSABILIDADE DO PROFISSIONAL POR ERRO MÉDICO

ANTENOR ROQUE COSTA JUNIOR

A responsabilidade Civil do médico sobre os erros cometidos durante o exercício da profissão é de grande importância, ao procurar o profissional da saúde o paciente confia nele, acreditando que o médico utilizara de todos os meios afim de concluir o resultado esperado. A medicina sofre grande pressão social, haja vista ser uma das profissões mais importantes para comunidade. Devemos a princípio deixar claro que este contrato é de obrigação de meio, vez que o médico muitas vezes não chega ao resultado esperado, quer seja a cura ou até mesmo a preservação da vida, significando que, não há um compromisso com o resultado final, quando o médico faz o tratamento certo e a pessoa não é curada, não surge responsabilidade civil. Contudo, no caso do erro médico, ele deixou de cumprir com sua obrigação e por isso a pessoa não foi curada. Há nexo de causalidade entre o erro e o dano, podendo haver responsabilidade civil. Dois danos podem ser considerados principais no que se refere ao erro médico. O dano moral, que atinge psicologicamente a pessoa tocada, previsto na CF/88 e no código de defesa do consumidor "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (Art. 5º, x. CF/88) "São direitos do consumidor: VI – a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos." (Art. 6º, VI CDC) cabe lembrar que a indenização deve ser proporcional ao dano causado e não ao grau de culpa. E o dano estético, que se caracteriza por deformidades na beleza física do paciente. Esses danos podem ser cobrados cumulativamente conforme a sumula 387 do STJ: É licita a cumulação das indenizações por danos estético e dano moral. Abordados os direitos a pessoa humana e demonstrado a responsabilidade do profissional da medicina em resguarda-los, é evidente que a responsabilidade do médico no campo do contrato é limitada, porém, deve usar de toda seu conhecimento, recursos da profissão e arte para garantir o sucesso naquilo que lhe foi arrogado. Quando demonstrado a negligência, imprudência ou imperícia o médico deve ser responsabilizado no que couber culpabilidade em seus atos praticados.

ERRO MÉDICO, RESPONSABILIDADE, SAÚDE

A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL NA SOCIEDADE LIMITADA

GRAZIELA PILATI DE LIMA
INGRID CHRISTINE RODRIGUES
PATRICIA MARCHECK BRIZOLA

A sociedade limitada originou-se na Alemanha, a fim de incentivar a criação de sociedades com responsabilização patrimonial limitada sem a burocracia das sociedades por ações, é composta de no mínimo dois sócios, que se responsabilizam solidariamente de modo limitado ao valor de suas quotas pela integralização do capital social. Desse modo, entende-se que a quota de cada um dos sócios pode ser frações iguais ou diferenciadas e apenas o patrimônio relativo à sociedade será afetado para sanar possíveis dívidas contraídas em virtude da sociedade. O patrimônio abrange o conjunto de bens dotados de valor econômico de que dispõe uma pessoa, ou seja, a titularidade ou a participação da mesma em uma sociedade integra o seu patrimônio como pessoa física. Já o patrimônio da personalidade jurídica é aquele que integra a sociedade e, esse pode ser utilizado para saldar débitos adquiridos em prol da sociedade empresarial. A sociedade empresarial limitada é sociedade personificada, decorrente de contrato social, prevendo obrigações e os direitos de cada um dos seus componentes e especificando o capital correspondente a cada um dos sócios e deverá dispor sobre a retirada e integração dos sócios, penhora de quotas sociais, sócio falecido e os administradores. No entanto, produzirá seus efeitos legais apenas após o registro na Junta Comercial. Por referir-se a sociedade personalizada, a sociedade limitada deve conter um nome empresarial, que poderá ser dado na forma de firma (contendo parte ou integralmente o nome dos sócios) ou denominação (nome empresarial composto de palavras comuns) e nesse caso, deverá também conter a expressão "limitada" ou a sua abreviatura, conforme dispõe o artigo 1158 do Código Civil Brasileiro. Já que na sociedade empresária limitada a responsabilidade patrimonial não atinge bens pessoais, muitas pessoas utilizam-se de artifícios para burlar a lei, atingindo os demais sócios, credores e terceiros de boa-fé. No entanto, a personalidade jurídica será desconsiderada apenas quando o ilícito se referir a irresponsabilidade dos sócios. A sociedade limitada desburocratiza consideravelmente a criação de uma sociedade empresária, de modo que na maioria dos casos o patrimônio pessoal dos sócios não é afetado, o que pode dar margem ao cometimento de ilícitos, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica foi então, estabelecida para inibir ações individuais que resultem em prejuízo para a sociedade.

SOCIEDADE LIMITADA, RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL, PATRIMONIO, DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURIDICA

A RESSOCIALIZAÇÃO

CLESIO PANATTO

A partir do cometimento de um ilícito penal surge a investigação e a denúncia ofertada pelo Ministério Público, dá-se inicio a ação penal. Prolatada sentença condenatória, aplica-se a sanção penal de caráter punitivo imposto pelo Estado-juiz que consiste na restrição de liberdade ou privação de um bem jurídico que se caracteriza pelo regime fechado, aberto e semiaberto, cuja finalidade é aplicar a retribuição punitiva ao delinquente, visando a reintegração do apenado ao meio social. Nesse contexto, questiona-se o sistema prisional brasileiro, cuja principal função é a readaptação social do condenado junto à sociedade e prevenir novas infrações penais. A partir da norma constitucional exige-se que todas aquelas garantias e direitos fundamentais sejam asseguradas durante o processo de conhecimento, entretanto, prolatada a sentença surge o processo de execução da pena, que apesar de ser cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado, a premissa básica da norma infraconstitucional é punir e ressocializar, pois, ainda que tenha cometido o delito, serão tratados com dignidade e respeito. Entretanto, em que pese a preocupação do legislador, não se vislumbra nenhuma medida prática com fim específico de promover a ressocialização do detento, ou seja, a pena cumpre o seu objetivo se for adotado políticas que efetivamente promovam a recuperação do apenado no convívio social, caso contrário a reprimenda se torna ineficaz. Visto que, todas as reformas previstas voltadas para a execução da pena deixam patente a falência dos estabelecimentos, pois, o descrédito na ressocialização não encontra soluções aptas ao freio na crescente produção de crimes, uma vez que a reincidência é fator suficiente para se constatar a mais absoluta precariedade do sistema prisional, em termos de medidas socioeducativas voltadas para a recuperação do agente. Nos termos do artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade". Ademais, o que vemos é a dessocialização durante a execução da pena, e, portanto, uma tarefa estatal de difícil solução.

ESTABELECIMENTOS, CONDENADO, EXECUÇÃO DA PENA, RESSOCIALIZAÇÃO, DIREITOS HUMANOS

AS ALTERNATIVAS PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO NOVO CPC E O PAPEL DOS ADVOGADOS

ANA CAROLINE CONTI
CARLA PERAO DO NASCIMENTO
LIANE CRISTINA FERREIRA CAMILO BELLONI

O presente trabalho trata das alternativas trazidas pelo novo Código de Processo Civil para a resolução de conflitos e o novo papel do advogado. O processo surgiu com a transferência da lide ao Estado, para solucionar conflitos, através do poder jurisdicional. Entretanto percebeu-se que nem sempre a sentença era a resposta mais satisfatória para as partes. O novo Código de Processo Civil busca uma mudança de paradigma, com o estimulo à solução de conflitos de maneira diversa à cultura do litígio, através dos institutos da conciliação e mediação. Algo que já era praticado em alguns casos, mas com um aparente desinteresse dos procuradores e pouco empenho dos juízes. Uma modificação significativa do novo texto foi a introdução de uma audiência especifica para o tema, logo após a apresentação da inicial pelo autor, antes mesmo da resposta do réu. Com isso, pretende-se que as partes tentem primeiro uma solução consensual, para então, não sendo esta possível, resolva-se de maneira litigiosa. Conflitos envolvendo vizinhança, família e direito do consumidor, por exemplo, tem apresentado bons resultados através da conciliação, e algumas vezes também pela mediação. A distinção entre esses institutos também é abordada no novo CPC, sugerindo-se critérios de distinção e preferências para aplicação. O principal objetivo é tratar as causas e não somente as consequências. Por isso, tanto a conciliação quanto a mediação não podem ser encaradas como alternativas mais “fáceis”, pois, ao contrário, envolvem um trabalho mais pessoal e humano, observando o caso concreto e buscando uma solução diferente para cada situação. O advogado precisa redefinir seu papel frente às mudanças, que estão ocorrendo não somente na área cível, devendo abandonar o perfil agressivo e de enfrentamento, tendo um olhar mais cooperativo e consensual. O advogado será, mais que nunca, essencial para o sucesso dessa nova forma de resolução de conflitos.

NOVO CODIGO DE PROCESSO CIVIL, MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO, SOLUÇÃO DE CONFLITOS, PROCURADORES

A SOLUÇÃO DE CONFLITOS INDIVIDUAIS DO TRABALHO PELA ARBITRAGEM

EDSON RUBEM DE CAMPOS
PAULO JOSE PADILHA+
ROZENEL WOLF MATOSO GALESKI

A Arbitragem é comumente aplicada na esfera do Direito Civil, entretanto buscou-se abordar o uso dessa ferramenta no campo do Direito do Trabalho, mais especialmente no campo da solução de conflitos individuais de trabalho. . A base desta Lei era nivelar o procedimento arbitral ao judicial e através disso, propiciar uma agilidade, efetividade, segurança, economia e técnica visando às partes atingirem a certeza jurídica que buscavam. Visou-se estudar a possibilidade de usufruir dessa Lei, de sua celeridade jurídica, analisando a possibilidade de aplicá-la na seara de solução de conflitos individuais trabalhistas. O conflito é pertinente à condição humana no convívio social, em especial, face as inúmeras necessidades do homem e da escassez de bens existentes na sociedade. Neste sentido, o Direito aparece como um instrumento fundamental para a regulamentação e solução dos conflitos, visando à preservação da harmonia social. Antes do Estado surgir, os conflitos interpessoais eram resolvidos através da autotutela (justiça privada). Com a organização social corporificada no Estado, este, já fortalecido, impõe-se sobre os particulares e, prescindindo da voluntária submissão destes, impõe-lhes coercitivamente a sua solução para os conflitos de interesse (justiça pública). Atualmente, têm se intensificado as críticas à justiça estatal, apontando para um crescente movimento de fortalecimento dos meios alternativos de solução das controvérsias, entre eles a arbitragem, em razão do afogamento do Poder Judiciário, que culmina em morosidade e inefetividade, mas seria compatível com a solução de conflitos individuais trabalhistas, é o tema analisado no transcorrer deste trabalho.

ARBITRAGEM, SOLUÇÃO, CONFLITO

AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E O CONTRATO DE GESTÃO

DOMINIQUE ACIREMA SCHIO DE OLIVEIRA
GEOVANA JONSSON KUSTER

Sendo o Brasil, um país democrático de direito deve-se o Estado em conformidade com esta máxima aplicar-se a garantir o respeito das liberdades dos cidadãos, ou seja, o respeito pelos direitos humanos e pelas garantias fundamentais estabelecidos em nossa Constituição assegurando, portanto uma proteção jurídica em todos os aspectos, entretanto o Brasil, é o quinto maior país do mundo em extensão territorial e possui uma população superior a 200 milhões de habitantes, o que faz com que todos as atividades a serem executadas pelo Estado exijam muito planejamento e funcionalidade, sendo que sabe-se que na maioria das vezes não são suficientes para garantir a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça da sua população, e ainda o cumprimento dos objetivos constitucionais tais como “construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sócias e regionais, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Uma forma encontrada para o Estado, que busca diminuir suas atribuições, é delegar a prestação de serviços públicos as Organizações Sociais que vem de encontro com as necessidades puramente estatais. As Organizações Sociais embora privadas podem receber certa ajuda do Estado, desde que cumpram os requisitos de desenvolvimento de atividade de interesse público entre outras, assim as Organizações Sociais que compõem o terceiro setor importa os serviços exclusivos do Estado, mas que são delegados ao terceiro setor na ânsia de fomentar atividades de importância social, tais como combate à pobreza, assistência social, promoção da saúde, da cultura e da cidadania. O Estado serve-se do contrato de gestão para pactuar com Organizações Sociais, que é entendido como um instrumento importante para o desenvolvimento do Estado Brasileiro, porém o seu uso depende de algumas adequações a legislação brasileira de acordo com alguns autores que criticam a forma da parceria entre o Estado e a Organização Social, pois destaca-se que neste ínterim há ausência de licitação, tanto para escolha da entidade que atenderá o interesse público, quanto para contratar seus serviços e funcionários, ocorrendo a excessiva liberdade da organização e o excessivo poder discricionário da Administração Pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, CONTRATO DE GESTÃO

ATO ILÍCITO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA - A PÍLULA ANTICONCEPCIONAL

CAMILA CHRISTIE MELO NOGUEIRA
MICHAEL DE ANDRADE
VERENICE APARECIDA DOS SANTOS

O surgimento do anticoncepcional em 1921 foi recebido com divergências religiosas, pois em pleno século XX os conceitos religiosos predominavam na sociedade. Entretanto, mesmo vencendo questões religiosas, o uso do anticoncepcional se via preso em questões éticas e morais. Para os farmacêuticos poder popularizá-lo seria um grande desafio. Porém a indústria farmacêutica não desistiu nos seus primeiros obstáculos e dedicou muitos anos de estudo, até que a pílula pudesse ser comercializada, oferecendo uma alta margem de segurança, e consequentemente a liberdade sexual, a escolha diante a maternidade e o planejamento familiar responsável. Em 1960, ao ser aceita, a pílula era altamente comercializada. Eis que diante de um lucro tão grande proporcionado por um produto tão simples, muitos farmacêuticos resolveram inovar em embalagens, preços e qualidades. O que ocorreu nesta inovação foi um grande descuido que resultou (em alguns casos) efeitos diversos, e até mesmo a ineficácia da pílula. Resultante disto, muitas mulheres aderiram a ações judiciais contra determinadas indústrias farmacêuticas pleiteando indenizações referentes aos danos ocorridos. O ano de 1998 foi marcado por diversas ações judiciais contra empresas que por negligência e imprudência venderam pílulas sem o princípio ativo, causando dano as usuárias. O Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) atuou de forma eficaz para auxiliar na resolução das ações ajuizadas, pois garantiu direitos, orientações, proteção e a defesa dos consumidores contra os abusos praticados pelos fornecedores das referidas pílulas.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, PROCON, PÍLULA ANTICONCEPCIONAL

ATOS ILÍCITOS E CAUSAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE

FERNANDO BASILIO

Em meio as relações ligadas à responsabilidade que geram a obrigação de indenizar, criou-se algumas regras que permitem a defesa do ofensor, das quais são as causas que isentam o autor da responsabilidade, dever ou obrigação de indenizar. Essas exceções recebem o nome de excludentes, que são a legítima defesa, o exercício regular de um direito e o estado de necessidade, próprias do direito que estão contidas no Código Civil. Sendo que para existência de ilicitude é necessário que inexistam causas justificantes, isto porque estas causas tornam lícita a conduta do agente, e as causas justificantes têm o condão de tornar lícita uma conduta típica praticada por um sujeito, se ela se justifica por motivo legítimo. Em meio aos atos que constituem exclusão de ilicitude, o ato de estado de necessidade conforme o que se procede no art. 24 do Código Penal, consiste na ofensa do direito alheio para remover perigo iminente, quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário e quando não exceder os limites do indispensável para a remoção do perigo. Para que se caracterize a excludente de estado de necessidade, são necessários dois requisitos: a existência de perigo atual e inevitável, o agente não pode ter opção de tomar outra atitude. O segundo requisito corresponde a não provocação voluntária do perigo pelo agente. Outro ato excludente de ilicitude remete-se a legítima defesa, segundo o que é estabelecido no Código Penal em seu art.25, o efeito deste ato o agente não tem tempo, e não tem outro recurso senão defender-se a si mesmo, sendo injustamente atacado ou ameaçado. Para que este ato seja reconhecido como sendo excludente de ilicitude, a legitima defesa exige-se que seja analisado vários requisitos, dos quais deve-se constatar que a agressão seja atual ou iminente; que essa agressão seja injusta; que haja emprego moderado dos meios necessários à defesa do indivíduo que agiu em defesa de seu direito. Por fim, o último ato o qual exclui a ilicitude é o estrito cumprimento do dever legal ou o exercício regular de um direito, conforme dispõe o art.188 do Código Civil que consiste no desempenho de uma atividade ou prática de uma conduta autorizada pelo ordenamento jurídico, o que o torna lícito um fato típico, da mesma forma não constitui ato ilícito o praticado no exercício regular de um direito reconhecido, sendo necessário que o agente se atenha aos limites presentes em seu dever, não podendo se exceder no seu cumprimento.

ATOS ILICITOS, EXCLUDENTES, ILICITUDE

ATOS ILÍCITOS E O PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS

EVERTON MOREIRA DE OLIVEIRA
LUÍS MAURICIO LOPES
MARIO OPUCHKEVICZ

O objetivo desta pesquisa é diferenciar os conceitos de ato ilícito civil e ato ilícito penal, para que sirvam de base no entendimento do princípio da independência das instâncias. Entendendo-se os atos ilícitos civis como os que correspondem a uma reparação ou indenização e os atos ilícitos penais como os que correspondem a uma sanção previamente determinada em lei como a detenção, prisão simples, reclusão e multas, tem-se que um mesmo ato jurídico pode ser alvo de apreciação judicial tanto em ações de ordem civil quanto nos juizados e varas criminais sem que o princípio do non bis in idem seja afetado. A efetiva distinção entre ilícito penal e ilícito civil se dá na forma como são punidos. Os atos ilícitos são todos os atos que geram, para seus autores, obrigações. Os atos aqui tratados são de natureza civil e penal. Enquanto aqueles se caracterizam por uma reparação ou indenização, estes se caracterizam pela sanção descrita no tipo penal incriminador à que a conduta corresponder. As responsabilizações civis e criminais se apuram independente e simultaneamente, em respeito à independência das instâncias, sem que firam o princípio do non bis in idem, no caso de condenação nas duas esferas. Por fim, esclarece-se que os ilícitos, independente da matriz do ordenamento jurídico a que corresponderem, haverão de ser ressarcidas ou punidas para o status quo ante da relação entre os polos ativo e passivo. O ordenamento jurídico brasileiro assegura, em todos os seus ramos, os direitos personalíssimos e a segurança da coletividade, impondo as sanções que corresponderem a cada ato ilícito, visando sempre à manutenção da ordem pública e o respeito aos direitos da coletividade e de cada pessoa sob sua jurisdição.

ATO ILÍCITO CIVIL, ATO ILÍCITO PENAL, RESPONSABILIZAÇÃO

A TRIBUTAÇÃO EXCESSIVA EM COMPRAS INTERNACIONAIS

LORRANE ROCETI BOTAN
MAHIELLY RIBEIRO
NICOLE APARECIDA FOLDA

É de conhecimento geral o fato de que compras abaixo de $ 50 dólares de pessoa física para física não podem ser tributadas, porém existe um decreto-lei que implantou o limite de R$100 dólares para importação e não importa se o vendedor é pessoa física ou não. Isso porque a Portaria MF nº 156, de 24 de junho de 1999 e a Instrução Normativa SRF nº 096, de 04 de agosto de 1999 determinam que "os bens que integrem remessa postal internacional de valor não superior a US$50.00 (cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) serão desembaraçados com isenção do Imposto de Importação, desde que o remetente e o destinatário sejam pessoas físicas", mas o decreto-lei nº 1.804/80 em seu artigo 2º, inciso II, determina que "o ministério da fazendo, relativamente ao regime de que trata o art. 1º deste decreto-lei, estabelecerá a classificação genérica e fixará as alíquotas especiais a que se refere o parágrafo 2 do artigo 1º, bem como poderá: II – dispor sobre a isenção do imposto de importação dos bens contidos em remessas de valor de até cem dólares-americanos, ou o equivalente em outras moedas, quando destinados a pessoas físicas" deixando claro que o limite é o dobro do valor e não importa se o vendedor é pessoa física ou jurídica, importando apenas que o comprador seja pessoa física, então o limite de $50 dólares e vendedor sendo pessoa física devem ser desconsiderados. Há quem diga que a Lei nº 9.001/95 revogou o decreto-lei acima mencionado, porém isto está incorreto, uma vez que a lei revogou apenas o parágrafo terceiro do artigo 1º do decreto-lei, sendo assim o restante do decreto-lei continua valendo. Há ainda decisão jurisprudencial a respeito disso, como a decisão do Desembargador Federal Sr. Álvaro Eduardo Junqueira e a decisão da Juíza Federal Sra. Gabriela Rocha de Lacerda Abreu Arruda do 10º Juizado Especial Federal do RJ, que julgaram procedente a isenção do imposto dentro dos requisitos do decreto-lei. Conclui-se, então, que a Receita Federal não pode tributar produtos abaixo deste limite, o que apesar de transgredir o decreto-lei vem acontecendo com muita frequência, sendo que produtos de até centavos de dólares estão sendo taxados.

TRIBUTAÇÃO, INTERNACIONAL, DECRETO-LEI, 100 DÓLARES

ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO INQUÉRITO POLICIAL

ANDRIELLY VON STEIN ANDRADE
CLEIDI TAIS DANGUI DE MORAES
FRANCIELLY ALVES DE ALMEIDA

O presente trabalho tem por objetivo tratar da atuação do Ministério Público (MP) no Inquérito Policial. Com a onstituição Federal de 1988, em seu art. 127, o MP erigiu-se em órgão independente dos demais poderes (executivo, legislativo e judiciário), possuindo autonomia administrativa, financeira e funcional. Atualmente há polêmica no tocante à atuação do MP no inquérito policial, no qual alguns doutrinadores são a favor de que este possa atuar. Outra parte acredita que somente a polícia judiciária pode realizar este ato, pois dizem que não há uma previsão legal que autorize que o MP seja parte e possa investigar no âmbito do inquérito policial. Não há uma norma que permita que este órgão assuma o mando da investigação, mas o art. 129 da CF, o qual relata sobre as funções correspondentes ao MP, garantem a este o direito de participar de forma efetiva do inquérito, solicitando diligências, acompanhando e fiscalizando a atividade policial, participando de maneira efetiva da investigação. No ano de 2011 surgiu a chamada PEC 37, a qual sugeria incluir um novo parágrafo ao artigo 144 da Constituição Federal, o qual trata da segurança pública, relatando quem e a quais órgãos devem zelar e cuidar dessa segurança, caso essa mudança ocorresse, seria retirado o poder de investigação do Ministério Público e de outros órgãos de participar de investigações criminais, deixando esse direito apenas para as polícias federais e civis. Após grande pressão e debate por parte da sociedade essa emenda foi rejeitada e arquivada. Por outro lado, o Superior Tribunal de Justiça entende como válidos os atos investigativos conduzidos pelo MP, cabendo a este o direito de requisitar informações e documentos indispensáveis para a instrução do procedimento administrativo. Conclui-se então que a atuação do MP nas investigações criminais, além de possuir grande importância em nosso cenário atual, é ainda uma de maneira de encontrar elementos investigativos mais eficazes, prevenir e ajudar no combate à criminalidade.

INVESTIGAÇÃO, INQUÉRITO POCLICIAL, MINISTÉRIO PÚBLICO, PEC37

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E A NECESSIDADE DE SUA IMPLANTAÇÃO

ISABELLA PASA MORGAN
LUIZA CRISTINE SOLDAN PONCHON
PAMELA DE PARIS PROBST

O presente estudo cinge-se sobre a audiência de custódia e sua necessidade no Processo Penal, tendo como alvo principal dissertar sobre os benefícios que trará para o preso e a Justiça Criminal. A metodologia refere-se à pesquisa bibliográfica, em artigos científicos e dissertações sobre o tema. Esse estudo contém as seguintes problemáticas: O que é a audiência de custódia? Qual benefício o Estado terá? Qual benefício o réu terá? Quem realizará a audiência? Qual princípio ela segue? Ela será efetiva para cessar a tortura e abuso de poder? A Audiência de Custódia (PLS 554-2011) tem como objetivo conduzir o preso em flagrante a um juiz competente, no prazo de 24 horas, para averiguação da legalidade e necessidade da prisão. Podendo esse relaxar a prisão ou torná-la preventiva. Nessa audiência, estarão presentes o Advogado ou Defensor Público, MP, o Réu e o Juiz. Não é necessária normatização interna da Audiência de Custódia pois já está prevista em Tratados, CF e CPP. A situação carcerária no Brasil é preocupante, sendo a 3ª (terceira) maior população carcerária do mundo, na qual 42% dos presos são provisórios aguardando a audiência de instrução, que no caso concreto é o primeiro contato com um juiz. O conhecimento do juiz sobre o flagrante não é suficiente, sendo necessária a audiência de custodia para que ele esteja em contato com a pessoa de carne e osso, e não apenas com os autos de prisão e flagrante. Cada preso corresponde a um custo de R$ 4 mil mensal, o Estado economizaria ao todo cerca de 4 bilhões ao ano. Não é novidade no plano jurídico, apenas não é aplicada já que o Brasil é signatário desde 1992 da CADH que no art. 7.5 diz que todo preso deve ser conduzido, sem demora, à presença de um juiz. Cabe ao juiz aplicar o Direito Processual Penal junto com os Direitos Humanos, CF e Tratados Internacionais. Como principais objetivos da audiência estão a necessidade de cessar maus tratos e abuso de poder; proporcionar o contraditório; reduzir a população carcerária e evitar prisões ilegais. Esses não irão apenas beneficiar o preso, mas também o Estado. É de grande importância para a legalidade da prisão a realização da audiência, proporcionando humanização. Não se trata de soltar presos e diminuir a população carcerária, mas de verificar se houve elementos de autoria e materialidade, se o preso traz perigo à sociedade ou se podem ser implantadas medidas alternativas à prisão.

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA, PRISÕES, POPULAÇÃO CARCERÁRIA, PROCESSO PENAL

AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO: UMA POSSIBILIDADE LEGAL

ANA PAULA CASAGRANDE
BRENDA BITTAR DE ALMEIDA
YOHANA ROCHA

Licitação é um procedimento no qual estão presentes os interessados em prestar serviço a administração pública, estes concorrem em pé de igualdade tendo como vencedor o que melhor atende aos anseios da administração. Licitação é também o procedimento obrigatório pelo qual o poder público adquire os bens, obras e serviços indispensáveis ao cumprimento de suas obrigações. É esse procedimento que torna lícita a aquisição de bens, obras e serviços pela administração. Entretanto a Lei 8666/93, lei de licitações, prevê a dispensa e a inexigibilidade do procedimento. Esta, prevista no art. 25 da lei, e definida pela doutrina como impossibilidade jurídica de competição em razão da inexistência de pluralidade de potenciais proponentes, faltando assim o que Celso Antônio Bandeira de Mello afirma ser o pressuposto lógico da licitação, a existência de uma pluralidade de objetos e de ofertantes. O rol do artigo é exemplificativo e, refere-se, portanto, aos casos em que houver fornecedor exclusivo, contratação de serviços técnicos profissionais especializados, de natureza singular, exceto serviços de publicidade e divulgação; e, contratação de artistas consagrados pela crítica ou pelo público. Por seu turno, a dispensa de licitação, conforme expõe Alexandrino, abrange hipóteses em que, embora exista viabilidade jurídica de competição, a lei autoriza a celebração direta do contrato ou mesmo determina a não realização do procedimento licitatório. Os casos em que a lei autoriza a não realização diz ser ela dispensável, são as hipóteses previstas taxativamente nos incisos do art. 24 da lei onde a competição é possível, mas a lei autoriza a administração, mediante seu poder discricionário, a dispensar a realização da licitação. Há ainda, as situações em que a própria lei, diretamente, dispensa a realização do procedimento, trata-se, portanto, da denominada licitação dispensada. Novamente há possibilidade jurídica da competição, entretanto, a lei em seu art. 17 enumera as hipóteses de licitação dispensada, que em regra referem-se a situações de alienação de bens e direitos pela Administração. Assim, há possibilidade de ausência de licitação sempre que se tratar das hipóteses elencadas nos artigos. 17, 24 e 25 da lei 8666/93.

LICITAÇÃO, POSSIBILIDADE DE AUSENCIA, DIREITO ADMINISTRATIVO

A USUCAPIÃO ESPECIAL POR ABANDANO DO LAR

CAMILLA SIQUEIRA GONSIORKIEWICZ
LETÍCIA DRABECKI BORGES
VIVIANE ZIELINSKI

O presente trabalho refere-se à usucapião por abandono do lar, uma resposta clara para a proteção da família e do direito social a moradia. Através do método de pesquisa bibliográfica, com a análise de artigos científicos e doutrinas visou-se abordar a criação da lei 12.424/11, a qual acrescentou o art. 1240-A ao Código Civil, que trata da usucapião por abandono do lar, também chamada de usucapião familiar para apurar sua efetividade na proteção do direito à moradia no âmbito familiar. Diante dessa nova modalidade de usucapião, surgiram várias críticas no âmbito jurídico, dentre elas, questiona-se: Quem é a pessoa protegida pela usucapião familiar? Se o imóvel foi adquirido pelo casal, como resultado do esforço comum, qual o motivo para permitir a usucapião? A criação da Lei nº 12.424/2011 que acrescentou o art. 1240-A ao Código Civil tem por objeto o imóvel de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), sendo esse um bem de família, seu objetivo é a proteção da família (cônjuge ou companheiro, inclusive homo afetivo. A discussão de muitos juristas sobre a inconstitucionalidade da usucapião familiar reside no requisito do abandono do lar, considerando este o resultado da culpa pelo desamor do casal, fato que levou a usucapião, penalizando assim, quem abandonou. Contudo, o abandono do lar do direito civil é compreendido por dois aspectos: a separação de fato e o abandono do imóvel, quando um dos cônjuges abre mão dos poderes inerentes ao proprietário, abandona voluntariamente, imotivadamente e definitivamente a propriedade e a família, deixando o outro desamparado. O desligamento do lar conjugal significa o descumprimento simultâneo de outros deveres conjugais, tais como auxílio material e sustento do lar, sobrecarregando aquele que permaneceu na residência, se responsabilizando sozinho pelas despesas provenientes da manutenção da família e do próprio imóvel. Destarte, essa modalidade veio como resposta para assegurar o direito do ex-cônjuge ou companheiro que permaneceu no imóvel por um lapso temporal de dois anos, executando a função social que toda a propriedade deve cumprir, podendo este ingressar com a ação de usucapião familiar e adquirir de forma originária a propriedade da qual já tem posse.

DIREITO CIVIL, DIREITOS REAIS, USUCAPIÃO FAMILIAR, ABANDONO DO LAR

AUTOCOMPOSIÇÃO

MAYARA NEDOPETALSKI BRANDALISE
PATRICIA KRUPEK
VANESSA FAUST CORDEIRO

O presente estudo busca esclarecer de maneira sucinta o tema da autocomposição como uma das formas de solucionar os conflitos de interesses. A metodologia a ser utilizada é a pesquisa bibliográfica, por meio de artigos científicos, doutrinas, teses e dissertações que estejam relacionadas com o tema do estudo. Referida pesquisa concerne nas seguintes indagações: Qual o histórico da autocomposição? Como e quando a autocomposição é utilizada atualmente? Como a autocomposição se concretiza? No âmbito do conhecimento sobre o direito é pacificada a compreensão de que não há sociedade sem direito. Este tem como principal função na sociedade o controle social, tendo como dever, harmonizar as relações sociais intersubjetivas, a fim de sanar os litígios entre os sujeitos. Porém o direito sozinho não é suficiente para solucionar ou impedir conflitos, haja vista que apenas a maioria das pessoas respeitam as normas impostas. Um dos meios para solucionar os conflitos é a autocomposição, um meio alternativo para solucionar as lides, sendo admitida quando os conflitos não versarem de direitos indisponíveis, como por exemplo, os direitos da personalidade. A autocomposição pode ser definida basicamente como um método primitivo de resolução de conflitos entre indivíduos, configurando-se quando uma parte ou ambas desistem parcial ou totalmente de seus direitos para que a resolução do conflito se dê de forma pacífica e rápida. A autocomposição não fere o monopólio estatal da jurisdição, pois como meios de autocomposição temos a conciliação e a mediação. Tendo em vista o objetivo da autocomposição e o fato do judiciário fomentar a sua configuração, percebe-se sua real importância para proporcionar que a composição se dê por intermédio das partes mesmas podendo, portanto se dar fora ou dentro de uma relação processual.

AUTOCOMPOSIÇÃO, LIDE, ARBITRAGEM

A VIDA COMO INVENÇÃO: PATENTE E DIREITO

ANA PAULA NEVES DA ROCHA
RAPHAEL OSTILHO DE LIMA
REGIANE DE OLIVERA DIAS

Um dos temas que gera discussão e divergência quando se trata de propriedade industrial, é a patenteabilidade de organismos vivos. É sabido que para determinada matéria ser patenteada, deve-se obedecer aos requisitos determinados pela lei que regula sobre o direito de patente, lei 9.279/1996, que são: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. No caso de seres vivos quando são encontrados na natureza, não podem ser patenteados pelo fato de já existirem, e se tratar portando de uma descoberta e não de uma invenção, porém por meio do surgimento da biotecnologia altera-se esta situação, pois com a aplicação desta técnica, os organismos vivos descobertos na natureza sofrem alterações por intervenção do homem. Por meio de técnicas laboratoriais esses organismos vivos são selecionados, como é o caso das células tronco e da fertilização in vitro. A lei de patente traz no seu artigo 10 inciso IX que "não poderá ser patenteado o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais" e em seu artigo 18 inciso III "não são patenteáveis o todo ou parte dos seres vivos, exceto os microorganismos transgênicos que atendam os três requisitos de patenteabilidade." De acordo com a lei no que se refere a organismos vivos, somente os microrganismos transgênicos que atendam aos requisitos de patenteabilidade é que podem ser patenteados, porém com o crescente desenvolvimento da biotecnologia, o direito teve que se adaptar, por meio da elaboração de normas, ampliando a abrangência da patenteabilidade sobre organismos vivos, isso para atender aos interesses da sociedade de forma justa. A patente serve como um incentivo ao surgimento de novas invenções na área da biotecnologia, pelo fato de o Estado conceder ao inventor a exploração exclusiva de sua criação por um determinado período de tempo, dando-lhe oportunidade de recuperar o tempo e os gastos investidos nas criações e após passar esse prazo de exploração exclusiva, à invenção torna-se de domínio público, podendo ser utilizadas pela sociedade.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL, PATENTE, BIOTECNOLOGIA

BENS INDUSTRIAIS – MARCAS E PATENTES: PROTEÇÃO DAS INVENÇÕES

ERLON CARLOS DOS SANTOS
GEORGIA PILATI
TIENE BRANDELERO CAMARGO PASSARELLI

Direito fundamental presente no art. 5°. XXIX da Constituição Federal Brasileira, o direito à propriedade industrial visa proteger a execução não autorizada dos trabalhos de inventores, autores e designers, assim concedendo ao criador de uma determinada obra direito exclusivo de uso e venda, o qual irá obter controle sobre a exploração comercial de sua criação. Nesse sentido, tal proteção aplica-se a invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais, marcas entre outros, cuja competência pela realização do registro oficial e da concessão da titularidade de patentes foi atribuída ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial- INPI. Ao autor de uma invenção é concedido o título de Patente, o qual poderá obter proveito econômico exclusivo durante um determinado período e após o prazo de vigência o trabalho será repassado para domínio público, bem como, acontece com o registro de marca que refere-se aos sinais colocados nos produtos a fim de distingui-los entre os similares existentes no mercado, mas que difere-se em relação ao prazo que poderá ser prorrogado. Assim sendo, o objetivo do presente estudo é versar sobre o direito à propriedade industrial, com ênfase nas marcas e patentes de produtos, bem como o resguardo as invenções merecedores de proteção jurídica. Ademais, o intento dessa obra é abordar e demonstrar que a proteção e anteparo as invenções e criações da mente humana por meio da garantia a propriedade industrial é um direito visivelmente social, ao mesmo tempo, que, voltado ao desenvolvimento econômico e tecnológico tem uma função única no sentido de ajudar os indivíduos e as empresas a protegerem os seus negócios. Por fim, o direito à propriedade industrial além de garantir uma economia sólida e competitiva, ao mesmo tempo visa proteger o investimento realizado por determinado autor em relação a seu produto, criação ou serviço, garantindo ao titular da invenção direito de uso exclusivo.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL, PATENTE, MARCAS, PROTEÇÃO DAS INVENÇÕES

BREVE NOÇÕES SOBRE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

JEANE TUROK
UBIRATAN BENHUR DE RAMOS

O presente estudo trata a respeito da audiência de instrução e julgamento (AIJ), a qual como menciona Didier Junior (2015, p. 25) transcorre de portas abertas ou não, presidida por órgão jurisdicional, com presença das partes)advogados, testemunhas, auxiliares da justiça) tendo com objetivos tentar conciliar as partes, produzir prova oral, de bater e decidir a causa. Têm-se então como objetos centrais: instruir (produzir provas) e julgar (decidir) oralmente, concluindo assim que o objetivo principal é a colheitas provas. O método aplicado foi bibliográfico, com revisão de literatura, com pesquisas em obras específicas, como também em sites especializados em direito. O tema da pesquisa é demonstrar como funciona AIJ dentro do Processo Civil. A ação inicia-se com a denúncia/queixa, onde o juiz recebe ou rejeita liminarmente a acusação, ao recebê-la deve ordenar a citação do réu para exercer o direito de contestar, alegando fatos úteis à sua defesa. Após a resposta, o juiz pode absolver o acusado sumariamente, caso contrário o juiz designará dia e hora para AIJ. No que diz respeito ao processo entende-se que este é a relação jurídica que se estabelece entre os sujeitos protagonistas do processo (autor, juiz e réu), através de um procedimento. Será ouvido o ofendido, logo após as testemunhas de acusação e de defesa, eventuais esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhecimento de pessoas e coisas, sendo finalizados com o interrogatório. A ordem legal de coleta das provas em audiência não é absoluta nem inflexível, em sua inobservância, não causará nulidade, mormente quando não restar demonstrado prejuízo efetivo para as partes, conforme discorre o autor Theodoro Junior (2015, p. 1192). Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, ao Ministério Público, sucessivamente, pelo prazo de 20 minutos para cada um, prorrogável por 10, a critério do juiz. Encerrado o debate ou oferecidos os memoriais, o juiz proferirá a sentença desde logo ou no prazo de 10 dias. Portando, com preceitos do autor Didier Junior (2015) as principais atividades desenvolvidas na audiência de instrução e julgamento são: tentativa de conciliação; arguição do perito; c) a produção de prova oral; apresentação de alegações finais; a prolação de sentença.

PROCESSO, AUDIÊNCIA, SENTENÇA

CADASTRO AMBIENTAL RURAL - CAR

ALINE PAULA MALHERBI
GISLAINE OLIVEIRA LIMA
LUANA RAESK DOS SANTOS

Este estudo tem como objetivo discorrer sobre políticas públicas destinadas ao âmbito de imóveis rurais ressaltando o contido no Código Florestal Brasileiro regulamentado pela Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, destacando a importância acerca da criação de políticas públicas a fim de fomentar a preservação e recuperação do meio recorrendo a atividades produtivas sustentáveis e facilitar o trabalho de fiscalização destas áreas ambientais. Cabe destacar que a necessidade de regulamentação de vários imóveis rurais com pendências perante a legislação vigente foi razão pela qual se originou este novo código visando à efetivação de novas políticas públicas. O artigo 29 da mencionada lei disserta acerca do chamado Cadastro Ambiental Rural – CAR, o qual visa controlar, monitorar, realizar planejamento seja ambiental ou econômico e combater ao desmatamento. O público alvo destacado no âmbito deste trabalho está composto por produtores rurais abordando-se, também, objetivos e vantagens adquiridas pelo proprietário ou possuidor do imóvel após o ato da inscrição deste cadastro efetivado via sistema eletrônico. O CAR traz benefícios para o proprietário do imóvel, permitindo suspender e isentar possíveis multas sobre passivos ambientais, bem como a simplificação do processo de regularização da terra, o apoio do poder público no que tange a recuperação de áreas degradas e também facilitar o acesso ao crédito rural. Deste modo, além dos benefícios mencionados anteriormente, conclui-se que é uma ferramenta de suma importância para o futuro desenvolvimento sustentável do meio.

CADASTRO, AMBIENTAL, RURAL, POLÍTICAS, PÚBLICAS

CAPACIDADE DE POSTULAÇÃO, EM QUE CASOS HÁ POSSIBILIDADE DE POSTULAR EM CAUSA PRÓPRIA

ELLON MACHADO
LUIZ CARLOS MENDES FERREIRA JUNIOR

O presente estudo versa acerca da validade da postulação em causa própria. O primeiro ponto a ser tratado é a capacidade de postulação, a qual não pode ser confundida com capacidade processual, cujo conceito pode ser extraído do art. 7° do Código de Processo Civil, onde toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo. A capacidade de postulação complementa a capacidade processual. Pois é uma capacidade técnica, comprovada mediante inscrição nos quadros da OAB. Além de ser atribuída pela lei (Lei 8.906/94) aos advogados para praticar atos processuais. Como requisito para que o advogado represente a pessoa, deve estar investido pelo instrumento do mandato, que pode ser outorgado de forma escrita, seja por instrumento publico ou particular. Porém existem situações específicas que não necessitam da existência de um representante legal, ou seja, podem ser pleiteadas em juízo pelo próprio titular da ação. São em regra três casos em que é licito postular em causa própria. No primeiro deles é ter habilitação legal, traduzido sob a forma de registro nos quadros da OAB. Não sendo advogado, pode-se pleitear em juízo sem representação, mas, para isso deve satisfazer a condição de não existir advogado no lugar, ou mesmo que haja se recusem a patrocinar a lide ou estejam impedidos. A lei n° 9.099 de 26 de setembro de 1995 estabeleceu ser facultativa a representação por advogado em juizados especiais ou de pequenas causas atendendo a circunstância do pleito ser menor que 20 salários mínimos. Dessa forma, sopesou que a assistência obrigatória de advogado não é absoluta, deixando a cabo da lei relativizar quais as situações excepcionais o ius postulandi pode ser livre perante o poder judiciário. Essa colocação do artigo 9 da lei de juizados especiais foi alvo da ADIN 1.539 apadrinhada pela OAB federal, o seu relator ministro Maurício Corrêa confirmou ser constitucional o seu conteúdo.

CAPACIDADE POSTULATÓRIA, LICITUDE, CAUSA PRÓPRIA

COMBATE A POBREZA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

ANNE CAROLINE FARIA BRUNETTI
LEONARDO REMI BIANCHI

Pobreza é um assunto muito complexo, onde não há uma solução exata para o problema. O ideal para as cidades é que sejam criados programas específicos, juntamente com o apoio federal, onde sejam debatidas as diversas soluções para o mesmo. Como o problema é demasiadamente maior que o imaginado, ou seja, que não se restringe somente à algumas regiões, não é possível uma solução precisa para o problema, segundo Jeffrey Sachs, atualmente, mais de 8 milhões de pessoas em todo o mundo morrem a cada ano porque são extremamente pobres para permanecer vivas,podemos apontar que elas não possuem a higiene necessária para se manter saudáveis. O objetivo do presente trabalho é buscar soluções para as regiões mais compactas mostrando a possibilidade de erradicar a pobreza extrema utilizando de meios naturais, observando um resultado saudável, de conscientização das próximas gerações sobre a preservação, e socioeconomicamente positivo. Observando a importância de atingir os objetivos fixados pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000, torna-se imprescindível a conscientização de toda população mundial, pois se mostrou eficaz ao decorrer dos anos, trazendo inúmeros benefícios nas regiões mais afetadas. Por fim conclui-se observando que a ideia de preservação do meio ambiente está intimamente ligada à de diminuição da pobreza. Controlar dois índices desfavoráveis (pobreza e degradação ambiental) terá como consequência a melhoria das condições socioeconômicas de toda população severamente afetada, assim o anseio de erradicar a pobreza extrema em território brasileiro se torna uma questão que apenas em longo prazo será alcançada.

ERRADICAÇÃO DA POBREZA, DESENVOLVIMENTO SUATENTAVEL, COMBATE

COMPETENCIA PARA JULGAR LITÍGIOS ORIUNDOS DO CONTRATO DE TRABALHO DO JOGADOR DE FUTEBOL PROFISSIONAL: JUSTIÇA DESPORTIVA OU JUSTIÇA DO TRABALHO?

ANDRÉ AUGUSTO DOS SANTOS
FELIPE GUSMÃO

A Lei n° 9.615/98, denominada Lei Pelé, é a lei que regulamenta o desporto, abrangendo os jogadores profissionais de futebol. Aplica-se, portanto, a referida lei para os atletas, assim como a CLT e outras leis que forem pertinentes no caso em concreto. Para se analisar a competência para julgamentos de conflitos oriundos do contrato de trabalho do jogador de futebol com seus respectivos clubes, primeiramente deve-se fazer uma distinção entre as divisões do desporto, que a Lei Pelé divide: (i) educacional: aquele praticado como forma de lazer; (ii) de participação: aquele com a finalidade de integrar o indivíduo na sociedade; (iii) de rendimento: praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações; (iv) de formação: objetivo de preparar o indivíduo para se tornar um profissional no esporte. Ainda, traz que o desporto de rendimento, aquele onde enquadra-se o jogador de futebol, pode ser praticado de forma profissional e não profissional. Que, profissional tem-se aquele indivíduo que utiliza do futebol como sua profissão e fonte de subsistência, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato de trabalho entre o atleta e o clube. O não profissional, por sua vez, vislumbra-se a ausência de contrato de trabalho. Feita tal explanação, deve ser também analisado a relação existente entre o jogador profissional de futebol e o clube, assim como a distinção entre a relação de emprego e relação de trabalho. Após, identificar-se-à as brevemente as peculiaridades desse contrato de trabalho, que é tido como Especial para o Direito Trabalhista em decorrência da natureza do trabalho laborado. E por fim, será demonstrado qual a competência dos dois ramos do direito em questão, e, qual delas é competente para julgar tais litígios.

JOGADOR DE FUTEBOL, CONTRATO DE TRABALHO, COMPETÊNCIA, DIREITO DO TRABALHO, DIREITO DESPORTIVO

COMPROMETIMENTO DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA COM O FUTURO QUE QUEREMOS E O CUMPRIMENTO DOS ODM'S

ALINE APARECIDA DE CHRISTO
ALINE CRISTIANE ALVES DE FRANÇA

O presente estudo visa evidenciar alguns dos mais importantes movimentos mundiais e conferências da ONU quanto a proteção do Meio Ambiente. A metodologia utilizada foi leitura em livros, artigos online, vídeo aulas vinculadas ao assunto proposto, e também entrevista realizada com um membro da secretaria do Meio Ambiente de Guarapuava. A Rio mais 20 é o que se tem de mais recente em relação ao compromisso social e estatal com o Desenvolvimento Sustentável, também é a 4ª conferência da ONU com relação ao assunto, a preocupação com o meio ambiente de forma efetiva é recente, essa conscientização é tanto internacional quanto nacional. Inicialmente a preservação ao meio ambiente era uma simples consequência da vontade de proteger a propriedade, a matéria prima ou um modo de produção, ou seja, o objetivo era somente econômico. A preocupação com o meio ambiente surgiu já na metade do século XX, o assunto deixou de ser apenas aspecto econômico e ai viu-se como questão de sobrevivência na Terra, no final da década de 60 a questão ambiental começou a ser observada na relação entre homem e o meio ambiente, esta evolução deve-se a algumas conferencias. A ONU promoveu em 1972 a conferencia de Estocolmo, em 1992 a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que foi realizada no Rio de Janeiro a Rio-92. Em 2002 foi realizada na África do Sul a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, também denominada Cúpula de Joanesburgo ou Rio mais 10 e confirmou-se o diagnóstico feito em 1992 e a dificuldade em se efetivar seus objetivos, houve também em 2002 o estabelecimento dos 8 objetivos mundiais os ODM's com perspectivas de realização até 2015. Posteriormente, entrou em vigor o Protocolo de Kyoto, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima que nunca foi ratificado pelos Estados Unidos. Em 2012, aconteceu no Brasil a Conferência Rio mais 20, em virtude dos 20 anos da realização da Eco-92, a conferencia trouxe em seu texto intitulado de "O Futuro Que Queremos" vários objetivos e maneiras de se chegar ao desenvolvimento sustentável, tanto a preocupação quanto a responsabilidade é mundial, em Guarapuava há um grande empenho em efetivar o desenvolvimento sustentável tanto exposto na lei quanto nos objetivos da Rio mais 20 e também quanto ao cumprimento dos ODM's efetuando varia politicas e projetos relacionando o crescimento econômico com a erradicação da pobreza e a proteção ambiental

MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL, RIO MAIS 20

CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO NO MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

ANDRESSA CRISTINA DA LUZ BOESE
MARCOS OLIBONI
THIAGO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA

Este trabalho visa abordar o projeto de conscientização da Reciclagem de Resíduos Sólidos no município de Boa ventura de São Roque--PR que vem encontrando dificuldades no momento da triagem devido os mesmos virem todos misturados, dificultando a separação dos lixos recicláveis dos não recicláveis contendo menos aproveitamento por causa da degradação e gerando mais custas ao município para o seu tratamento. Inúmeras são as formas de agressões ao meio ambiente, podendo ser destacados, as formas ilegais de destinação final dos lixos como os lançamentos de resíduos a céu aberto, em rios, esgotos e também a sua queima. As formas incorretas de destinação final dos lixos causam um grande impacto ambiental, podendo causar agressões a saúde de animais e pessoas. Sendo assim, é necessária uma conscientização para que as pessoas tenham conhecimento destes impactos e comecem a fazer o processo de reciclagem. Um estudo foi realizado no município de Boa ventura de São Roque demonstrando que a maioria da população não faz a seleção dos resíduos, fazendo com que a maioria dos lixos recicláveis se deteriore junto com os não recicláveis, aumentando os gastos do município para o seu tratamento. Sendo assim, está previsto para um futuro mais próximo, palestras de conscientização a serem realizadas por este grupo de iniciação cientifica. Observando as obrigatoriedades da conscientização, e da necessidade do conhecimento da população sobre a separação dos lixos, acredita-se que o projeto de conscientização do grupo de Iniciação Cientifica da faculdade Campo Real no município de Boa Ventura de São Roque, informe a população de forma acessível, as importâncias da reciclagem dentro do município, para que assim, diminua o impacto ambiental causado pelas praticas ilegais de destinação final do lixo e facilite o processo de triagem diminuindo também os gastos financeiros do município para o seu tratamento.

MEIO AMBIENTE, CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL, BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, DIREITO A VIDA E O MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO

AVELINO EDUARDO PEREDO
MÁRCIO SALDAN

A Constituição Federal do Brasil dispõe sobre os crimes ambientais, tendo em vista que os danos causados ao meio ambiente interferem na continuidade da vida humana, ou seja, ferem os direitos humanos, mais especificamente, um direito fundamental: o Direito à Vida. A Constituição de 1988 foi a primeira a mencionar os danos ao meio ambiente, bem como a importância da dignidade humana, do direito à vida, à liberdade, à segurança e à igualdade, sendo conhecida como "constituição cidadã". Pode-se dizer que essa é a constituição mais democrática de todas que o país já teve. O direito à vida é um direito fundamental do homem, visto que é dele que emanam todos os outros direitos. É ainda direito natural essencial à condição de ser humano. Diante disso, a Constituição Federal afirma que o direito à vida é inviolável. No caso do meio ambiente, este se encaixa nos direitos metaindividuais difusos, pelo fato de ser indivisível, estando acima do individual, não sendo possível uma divisão, ultrapassando os interesses de uma pessoa ou grupo. Ele é objeto pertencente a todos os membros da sociedade, não havendo titulares determinados. Desta forma, visando garantir o direito à vida, a Constituição Federal de 88 garante a todos o direito a um meio ambiente equilibrado, disponibilizando, assim, qualidade de vida em harmonia com a natureza. Para tanto, o artigo 225 da CF/88, com o objetivo de assegurar esse direito, impõe ao poder público algumas tarefas, como por exemplo: preservar os ecossistemas, as espécies e a integridade do patrimônio genético do país, exigir estudo de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, entre outras. Assim, em caso de causar danos contra o meio ambiente, o agressor será obrigado, quando possível, a reparar o dano causado. Diante disso, apesar de buscar a prevenção, a Constituição Federal não se esqueceu de exigir também a reparação, recuperação e restauração do meio ambiente. Desta forma, os infratores de condutas prejudiciais ao meio ambiente, sejam pessoas físicas ou jurídicas, ficam sujeitos a receber penalizações, independente da obrigação de reparação civil, lembrando que estes fatores estão estabelecidos pela Lei Maior do Brasil, devendo todas as outras leis reportar-se a ela.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, DIREITO A VIDA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DIREITO AO MEIO AMBIENTE

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: GARANTIAS FUNCIONAIS DA MAGISTRATURA

FERNANDA MOREIRA PRESTES
JAMILE SANTINELLO
LUCIA DOVHAN FONSECA

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise a partir de reflexões teóricas acerca das garantias que são asseguradas pela CF/88 no art. 95 e incisos. Neste artigo, estão expressas as seguintes garantias aos magistrados: vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade dos subsídios. O constituinte ao prever tais garantias, propõe a preservação da independência e a imparcialidade das decisões tomadas por magistrados, para que suas decisões judiciais não reflitam em sua vida por meio de represálias por parte de grupos que possam se sentir insatisfeitos com relação a uma decisão proferida. Sem estas garantias os juízes estariam vulneráveis podendo ser transferidos, ter seus vencimentos reduzidos, ou até mesmo perder o cargo. Portanto, estas garantias buscam garantir a independência e imparcialidade do órgão julgador, e estão vinculadas às decisões tomadas pelos magistrados. Nota-se que essas garantias pessoais são inerentes ao cargo exercido e estendidas aos membros do Ministério Publico. Para tanto, serão detalhadas a seguir as garantias e suas singularidades, iniciando pela vitaliciedade, a qual é adquirida pelo juiz de 1º grau de jurisdição após ele ser aprovado no estágio probatório de dois anos, quando só perderá o cargo por meio de sentença judicial transitada em julgado, se ainda em estágio probatório a perda do cargo ocorrerá pela votação dos membros do órgão julgador competente, sendo necessária a maioria absoluta de votos. Neste sentido, os juízes oriundos do quinto constitucional ou de carreira tem a vitaliciedade garantida desde o dia da posse. Em todos os casos deve ser observado o devido processo legal. A inamovibilidade assegura que os juízes somente sejam transferidos em caso de interesse do próprio magistrado, a única exceção é quando há o interesse público, mesmo assim deve ser respeitado o que dispõe a CF/88 e ainda ter a maioria dos votos e ter assegurada à ampla defesa. Por fim, tem-se a irredutibilidade dos subsídios visando garantir o livre exercício das atribuições dos magistrados, para que estes não venham sofrer redução dos vencimentos em virtude de alguma das partes, insatisfeita com a decisão dada pelo magistrado numa demanda queira vingar-se. Conclui-se que as garantias contempladas na CF/88 descritas neste texto, visam que estes operadores do direito possam tomar suas decisões sem medo da opinião publica, ou de represálias de partes insatisfeitas.

GARANTIAS CONSTITUCIONAIS, MAGISTRADOS, INAMOVIBILIDADE, VITALICIEDADE, IRREDUTIBILIDADE DOS SUBSÍDIOS

CONSUMIDOR E O MEIO AMBIENTE

ALINE SANTOS DA CRUZ

A proteção do meio ambiente é um dos maiores problemas atuais, objetiva-se nesta pesquisa relacionar o consumidor e o meio ambiente, com dispositivos legais para a sua proteção. O Código de Defesa do Consumidor foi instituído em 11 de setembro de 1990 pela lei nº 8.078 a fim de acompanhar a evolução da sociedade, visando proteger a relação jurídica entre fornecedor e consumidor, assim protegendo o meio ambiente. O consumo da população está crescendo cada vez mais, aumentando a poluição do planeta, por isso é preciso discutir a utilização dos recursos naturais e visar proteger esses recursos para que não sejam utilizados de uma forma desenfreada e acabe prejudicando as futuras gerações do planeta. O planeta Terra é rico em todos os seus aspectos, mas a poluição do consumo descontrolado prejudica a vida que nele se encontra, visto que vem sofrendo as mais diversas consequências, sendo assim, a Constituição Federal, a qual é a primeira considerada como "constituição verde" esclarece em seu artigo 225, o direito que a coletividade tem de viver em um ambiente equilibrado, sendo este um dos artigos exclusivos a proteção do meio ambiente. Os fornecedores se obrigam a manter a qualidade na produção, na prestação de serviços e entre outros, segundo imposição do Código de Defesa do Consumidor, como previsto nos artigos 8° e 12°. Todo ser humano tem direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, este pode ser relacionado como um derivado dos direitos fundamentais, direito à vida e a saúde, pois é primeiramente o meio ambiente que garante recursos para a qualidade de vida e à saúde da população. Nos dias de hoje o consumidor está cada vez mais consciente das suas responsabilidades, dos direitos e deveres impostos pela legislação, podendo aproveitar seus benefícios e sem esquecer de suas obrigações. A modernidade e o excesso de consumo prejudicam o meio ambiente, mas pode haver uma conciliação entre o consumo e o meio ambiente, para que proteja os recursos naturais e a vida do planeta, basta a população respeitar as leis que cada vez mais estão tomando espaço no ordenamento jurídico, sendo necessário também rigorosa fiscalização por parte do poder público.

DIREITO, MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO: ESPECIFICAÇÕES PRÓPRIAS DE SEU REGIME JURÍDICO

THAISA VARGAS DE OLIVEIRA

O presente estudo é dirigido aos princípios administrativos aplicados nos contratos de direito público, com o objetivov de analisar sua aplicação durante toda sua execução. O Estado não dispõe de todos os recursos materiais e humanos necessários para a realização de suas funções, necessitando recorrer ao particular para adquirir bens ou solicitar serviços. A conduta administrativa deve ser regida por leis, regulamentos administrativos e princípios, os quais devem estar presentes em todos os procedimentos para a contratação com o particular. Para celebrar essas ações a administração pública necessita realizar contratos administrativos ou contratos de direito público, regidos pelo regime de Direito Público, sendo um negócio jurídico bilateral e comutativo. Os procedimentos para a contratação devem seguir até o final de sua execução a finalidade a que se destina, a lei concede certa margem de discricionariedade para escolher as medidas mais adequadas a serem tomadas, desde que estas sejam apropriadas; deve o administrador valorar no caso concreto a melhor maneira de concretizar a utilidade pública dentro de um critério de proporcionalidade e razoabilidade. A administração pública tem o dever de justificar seus atos apontando seus fundamentos de fato e de direito. A motivação é obrigatória por se tratar de direitos ou interesses coletivos, ressaltando que detém o poder de autotutela, podendo assim anular atos ilegais ou revogar atos abusivos. Entre as prerrogativas da administração nos contratos, o poder público poderá alterar unilateralmente os contratos quantitativa ou qualitativamente, rescindir, fiscalizar a execução e aplicar sanções administrativas. O particular tem direito a receber o preço ou a prestação devida, a manutenção do equilíbrio financeiro, e pode exigir da administração o cumprimento de suas próprias obrigações, o descumprimento das obrigações pela administração pública gera ao particular o direito de pedir a rescisão judicial do contrato e indenização por perdas e danos quando couber. Conclui-se que ao mesmo tempo, que existem prerrogativas da Administração Pública que a deixa em posição privilegiada em relação ao particular seus atos devem ser obrigatoriamente submetidos as leis que limitam suas atividades a sua finalidade e aos seus princípios que não sendo observados, caracterizam o desvio de poder ou de finalidade e geram a nulidade dos atos praticados pela Administração.

PRINCIPIOS, ADMINISTRAÇÃO PUBLICA, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: FINALIDADE E RELEVÂNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO

LUCAS DE OLIVEIRA SILVEIRA
MARCOS OLIBONI

Busca o presente resumo discorrer sobre controle de constitucionalidade, e a importância deste para a manutenção de um estado democrático de direito, bem como para a integridade do ordenamento jurídico, ao evitar a existência de normas contrarias à Constituição Federal, tratando da verificação da compatibilidade entre as leis e os atos normativos com a CF, recaindo sobre as leis e atos normativos. A metodologia a ser utilizada refere-se à pesquisa bibliográfica, embasando teoricamente em artigos científicos, teses, dissertações que estão relacionadas ao tema, para que substancialmente, o estudo tenha base científica. A problematização parte de buscar responder a quem compete a agir em cada caso específico de ADIN. Os controles de Constitucionalidade dividem-se em: Preventivo: é aquele que acontece antes do nascimento da lei, portanto impede a criação de uma lei inconstitucional. 1ª hipótese – é através das comissões de Constituição e Justiça e Temáticas. Nesta hipótese são os Parlamentares que vão analisar a constitucionalidade do projeto de lei. 2ª hipótese – É através do presidente, feito pelo chefe do executivo chamado de veto jurídico, no qual o Presidente rejeita a lei por ser flagrantemente inconstitucional. Paralelamente a esta modalidade, existe, ainda, o controle repressivo que é aquele realizado quandoa lei já existe, cabe, portanto reprimi-lo, atacá-lo. 1ª hipótese -> DIFUSO – Controle que nasceu nos EUA suprema corte americana, foi trazido para o Brasil na segunda constituição federal de 1891. Qualquer Juiz pode declarar uma Lei Inconstitucional. Um Juiz de primeira, segunda e terceira instancia, desde que haja um caso concreto, deste modo os efeitos serão apenas entre as partes do processo referido (interpartes). 1ª instancia – Juiz (justiça comum) 2ª instancia – Desembargador – TJ) -> art. 97 CF cláusula da reserva do plenário. 3º instancia – STF – declaração de Lei inconstitucional com efeitos entre as partes do processo porém em alguns casos com efeitos erga omnes. 2ª Hipótese -> CONCENTRADO – Realizado através de ações (Ações Constitucionais) pelo STF.

ADIN, DIREITO CONSTITUCIONAL, CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

CONTROLE INTERNO DA ADIMINISTRAÇÃO PUBLICA

JIAN DAGOSTINI
LETICIA MARAFIGO DE LIMA

O presente estudo tem por objeto verificar a forma como é executado o Controle da Administração Publica, que é corolário dos estados de direito. A Administração Pública é apenas gestora do patrimônio e dos interesses públicos tendo como titular desses interesses e esses bens o povo. Diante disso, é preciso que a sua atuação seja fiscalizada. Após analisar um sucinto histórico do surgimento do Controle da Administração Pública, percebe-se que há um conjunto de instrumentos que possibilita à própria Administração, ao Poder Legislativo, ao Judiciário e ao povo, a fiscalizar a atuação administrativa. Tal controle quanto à origem, é devidamente realizado como: interno, que é aquele realizado dentro de um mesmo poder, com ou sem relação hierárquica, ou seja, é aquele realizado dentro de uma relação hierárquica ou ainda aquele feito por um ministério em relação a uma autarquia que é um controle finalístico sem qualquer tipo de hierarquia. O artigo 74 da CF ordena que haja esse controle dentro de um ente federativo. Externo, ocorre quando um poder controla os atos administrativos de outro poder, ou seja, quando o órgão fiscalizador se situa em esfera diversa daquela onde a conduta administrativa se originou, como, por exemplo, a anulação de um ato administrativo pelo Poder Judiciário. O controle popular, como o próprio nome diz, é feito pelo povo, que pode denunciar irregularidades através do exercício do direito de petição, ou ainda, mediante ação popular. A implantação do controle interno está prevista na legislação que rege a Administração Pública, por exemplo, as leis 4.320/64, e Lei Complementar 101/00, além de outros atos normativos, com a finalidade de resguardar possíveis erros ou falhas humanas, facilitando a avaliação dos resultados e adequações de metas e objetivos proporcionando economia aos cofres públicos. Os benefícios de um controle interno eficiente, possibilitam a padronização dos métodos de trabalho e ao mesmo tempo garante uma adequada aplicação dos recursos públicos.

CONTROLE, ADMINISTRAÇÃO, PUBLICA

CORPO DE DELITO: DIRETO E INDIRETO

ANA PAULA JULIANI
ANDRESSA LUSTOZA OLIVEIRA
VALLÉRYA K. AGUIAR B, DE OLIVEIRA MARTINS

Apesar do que muitos pensam, corpo de delito não é um exame, e sim, um “conjunto de elementos sensíveis deixados pelo crime, ou seja, pode-se dizer, que é o que torna o crime palpável, tangível”. Sendo assim, o cadáver, será o corpo de delito no crime de homicídio, porém, vale ainda ressaltar, que o mesmo pode ser dividido em: corpo de delito direto, e o indireto, onde o indireto é o que se realiza através de maneira direta pelos peritos, onde é averiguado o próprio corpo de delito, diferente do indireto, onde se analisam dados e vestígios paralelos, como fotos, vídeos, ficha hospitalar, etc. Por fim, é importante destacar a obrigatoriedade de tal exame, constante no Art. 158 do Código Penal: “Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado”. Através desse trabalho, tem como principais objetivos esclarecer, do que realmente se trata o corpo de delito, bem como suas espécies, e relevância para a resolução dos crimes. Como já citado anteriormente, corpo de delito, é o “conjunto de resquícios materiais deixados pela infração penal”. Algumas dessas infrações deixam vestígios materiais, e nesses casos, a realização de corpo de delito é obrigatória. A partir do que foi explanado, pode se concluir, que além de obrigatório, o corpo de delito em suas espécies, bem como seu exame, são de extrema importância para o direito penal, no que tange a comprovação dos fatos, bem como atingir a verdade sobre o ocorrido.

CORPO DE DELITO, DIRETO, INDIRETO, PROVAS

CRIMES AMBIENTAIS E ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

ANA LUIZA PASCHOAL COSTA
RAFAELA GARÇOA DE GÓES

Quando se trata de crime ambiental, pode-se analisar primeiramente o seguinte conceito de crime: “crime é uma violação ao direito”. Sendo assim, crime ambiental significa todo e qualquer dano ou prejuízo causado aos elementos que compõem o ambiente: flora, fauna, recursos naturais e o patrimônio cultural. José Afonso da Silva conceitua o meio ambiente como “a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais, e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”. O ambiente é protegido pela Lei n.º 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) e o instrumento jurídico que também o protege é a ação civil pública, regulamentada pela Lei 7.347/85. O objetivo desta ação é a reparação do dano onde ocorreu a lesão dos recursos ambientais. A Lei de Crimes Ambientais determina as sanções penais e administrativas a respeito de condutas e atividades que prejudicam o meio ambiente. Como todo crime é passível de penalização, quaisquer violações causadas ao meio ambiente, que são reguladas por lei, terão suas devidas consequências ao agente causador. O surgimento da Lei de Crimes Ambientais, que não se restringe apenas às pessoas físicas, mas também às jurídicas, permite que estas, as empresas, sejam responsabilizadas criminalmente por todo e qualquer dano que possam vir a causar à natureza por conta de suas atividades. Já os espaços especialmente protegidos, que se relacionam diretamente com o meio ambiente, são entendidos como as áreas territoriais dotadas de valores ambientais que precisam de especial zelo no interesse da manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Por fim, José Afonso da Silva afirma que os espaços especialmente protegidos são “áreas geográficas públicas ou privadas (porção do território nacional) dotadas de atributos ambientais que requeiram sua sujeição, pela lei, a um regime jurídico de interesse público que implique sua relativa imodificabilidade e sua utilização sustentada, tendo em vista a preservação e proteção da integridade de amostras de toda diversidade de ecossistemas, a proteção ao processo evolutivo das espécies, a preservação e proteção dos recursos naturais”.

CRIMES AMBIENTAIS, ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS, MEIO AMBIENTE, LEIS, DIREITO AMBIENTAL

CRIMES CONTRA A FAUNA: PROTEÇÃO ESPECIAL AOS ANIMAIS EM EXTINÇÃO

BRUNA DE ARAÚJO FREITAS
DESYREE NEVES
ISABELLA BITTENCOURT

Trata-se de análise prévia interpretativa mediante atos legislativos em relação à realidade de extinção de vida animal. O tema versa sobre as razões naturais e, mais especificamente, sobre as razões artificiais, quais sejam àquelas provocadas pelo homem que, sob distintas alegações que variam desde a demanda por alimentos até a permanência de ritos culturais. A Lei busca proteger as espécies compreendidas em extinção das ações artificiais do homem; artificiais no sentido de serem não naturais. A racionalidade pela preservação da vida, compreendendo que cada ser vivo tem sua finalidade, nicho ecológico é essencial à preservação e a conservação da vida. A proteção a fauna é tema de bastante relevância mas que não recebe a atenção necessária. A cada passar de tempo uma espécie de animal entra em extinção, principalmente pela ganancia do homem em produzir dinheiro, sem notar o papel de cada animal para o ecossistema em si. Há alguns projetos como o tamar e o renctas que visam uma proteção especial a uma determinada espécie e que cuidam e tem todo um trabalho desenvolvido em cima desse animal, o projeto tamar trata das tarturagas e o renctas dos animais silvestres. Há muitas outras espécies que necessitariam de projetos como esses que visam sua proteção e cuidado, pois também estão em extinção ou quase, sendo esses também importantes não só dentro da fauna como para o resto do meio ambiente em que habitamos. O homem necessita de maiores ensinamentos sobre o assunto, sendo este dever de todos preservar a vida desses seres.O tema exige maior profundidade, desperta interesse e faz-se necessário porque, hoje, a ciência tem conhecimento suficiente para compreender esta real importância de cada ser vivo, de cada espécie, pois todas são interferentes e, em última instancia, o que se pretende é preservar, conservar a vida do próprio homem.

MEIO AMBIENTE, ANIMAIS EM EXTINÇÃO, PROJETO TAMAR

CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO E O PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE

AMANDA HUDEMA
DENILSON NASCIMENTO DOS SANTOS
EDERSON LUIZ BUHRER

A Constituição Federal imputou tal função ao sistema financeiro nacional, ao estabelecer que ele será estruturado deforma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, sendo tutelado pelo Banco Central e pelo Direito Penal, onde existem princípios que norteiam a sua aplicação nas situações concretas. Entre esses princípios encontra-se o princípio da legalidade, previsto no art. 1º CP. Em decorrência do princípio da legalidade, surge o princípio da taxatividade, onde a descrição da conduta não pode ser aberta, deixando ao entendimento do julgador definir qual é a conduta criminosa sendo aplicável aos crimes dolosos. A Lei 7492/86 prevê diversas condutas criminosas contra o sistema financeiro nacional conceituando em seu corpo o que entende como sistema financeiro. A melhor forma de entender cada delito previsto nesta lei é analisando quando a agressão praticada pelo agente coloca o funcionamento e equilíbrio do sistema financeiro nacional em risco real. Nos crimes de gestão fraudulenta e gestão temerária tutelam-se a higidez da gestão das instituições financeiras e das atividades daí decorrentes, com a consequente proteção do patrimônio da instituição financeira e dos investidores. Na gestão fraudulenta o sujeito ativo o faz de forma fraudulenta, ou seja, meio enganoso, com má fé e intuito de ludibriar. Enquanto que na gestão temerária há divergência de entendimentos na doutrina. De um lado PRADO afirma que Temerária quer significar aquela que é caracterizada pela abusiva conduta, que ultrapassa os limites da prudência, arriscando-se o agente além do permitido mesmo a um indivíduo arrojado. E o comportamento afoito, arriscado, atrevido. Por outro lado, TASSE afirma que gestão temerária afronta o princípio da legalidade, pois não se tem desenvolvimento conceitual algum e sequer cultural do que é gerir temerariamente. Em ambos os crimes, deve existir uma noção de habitualidade; são modalidades dolosas; e são classificados como crimes próprios apenados com reclusão. Considerando a importância do bem jurídico tutelado, não há problemas em o Direito Penal tutelá-lo. O problema reside na forma em que estão dispostas as condutas mais especificamente a gestão temerária que, embora haja divergência doutrinária, fere o princípio da taxatividade, deixando ao juízo de valor do julgador definir se a conduta praticada caracteriza crime.

PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE, CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO, GESTÃO TEMERÁRIA

DA IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA COMO MEIO DE EVITAR O ABUSO A PERSONALIDADE JURÍDICA

ELAINE LOPES MUSIKA
MICHELE DE MATOS KARNOSKI
TAINARA SOUZA

O estudo visa identificar a aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica como meio para frear a utilização da pessoa jurídica com fim de obtenção de benefício pessoal, prática de fraudes e atos ilícitos. Se a pessoa jurídica for utilizada de maneira abusiva, com o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial, poderá se aplicar a desconsideração, em que o juiz a requerimento da parte ou do Ministério Público, determinará os efeitos das relações assumidas, que estas sejam estendidas aos bens particulares dos sócios ou dos administradores envolvidos nos atos abusivos. Sua aplicação visa suspender temporariamente os efeitos da personalização em casos determinados e específicos. Se ocorrer abusos ou atos ilegais, o judiciário deve ignorar a pessoa jurídica, e aplicar a desconsideração com fim de obter a justiça. Visto que a desconsideração deve ser uma exceção. Contudo, a desconsideração da personalidade jurídica consiste em realizar a busca no patrimônio pessoal do administrador e/ou empresário, quando este utilizar o poder com fim de realizar negócios que visem causar prejuízos à empresa e aos demais sócios, clientes e stakeholders participantes e colaboradores. Se não houvesse o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, os sócios ousariam em realizar negócios visando à má-fé, com fim de obterem vantagens pessoais, visto que não seriam punidos pelo gerenciamento ineficaz dos recursos da empresa. Assim, a desconsideração vem frear a atuação dos administradores, para que estes não visem utilizar-se da empresa com finalidade pessoal e ilícita.

DIREITO SOCIETÁRIO, DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, ABUSO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

DA LEGALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA DO EX-MINISTRO JOSÉ DIRCEU

DORIANE DE LARA
GILMAR GARCIA DE ALMEIDA

Tem-se como objetivo destacar os elementos que violaram os direitos individuais no despacho que determinou a prisão preventiva do ex-ministro José Dirceu. A lei 12.403/2011 trouxe hipóteses da prisão preventiva do art. 313 do CPP. Admite-se prisão preventiva quando o investigado cometeu crime doloso com pena superior a quatro anos. A atual redação exclui crimes como associação criminosa. No Inciso II a periculosidade do agente, que deve ser reincidente por crime doloso que possa cometer o mesmo delito. A outra hipótese diz respeito à violência doméstica familiar. Esta hipótese só aplicável se a prisão se demonstrar imprescindível para a efetivação de medida protetiva. Conforme a Lei supra citada, o ex-ministro não se enquadraria em nenhuma dessas hipóteses. O ex Ministro cumpria prisão domiciliar em Brasília quando em 27 de julho do corrente ano o Juiz Moro expediu mandado de prisão preventiva contra o mesmo. Cabe ressaltar que o juiz não observou o expressamente previsto no art. 312 do CPP onde aponta os requisitos que podem fundamentar a prisão preventiva, sendo eles: a) garantia da ordem pública e da ordem econômica (impedir que o réu continue praticando crimes); b) conveniência da instrução criminal, ameaçando testemunhas ou destruindo provas); c) assegurar a aplicação da lei penal, (garantindo que a pena imposta pela sentença seja cumprida), onde fica evidenciado a impossibilidade do agente praticar atos dessa natureza tendo em vista que o mesmo permanecia em prisão domiciliar desde o dia 04 de novembro de 2014. Violou também o princípio da presunção de inocência quando em parte do mandado prisão preventiva o Juiz Moro afirma que “Refuto, de antemão, qualquer questionamento quanto ao propósito da prisão preventiva. A medida drástica está sendo decretada com base na presença dos pressupostos e fundamentos legais e para prevenir reiteração delitiva e interferências na colheita das provas”. Mas não ficou demonstrado que o agente cumprindo prisão domiciliar pudesse interferir na busca de provas por parte da jurisdição. Ainda viola o direito das visitas de familiares, como previsto na LEP, no Art. 41. Constituem direitos do preso:(…)X – visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados; tendo em vista a distancia dos familiares que residem em Brasília, isto vem, se não cercear este direito pelo menos restringir. Diante o exposto mostrou-se evidente os fatos injustificados para a decretação da prisão preventiva.

PREVENTIVA, ARBITRARIEDADE, EXPOSIÇÃO, PRESUNÇÃO INOCÊNCIA, LIBERDADE

DANO AMBIENTAL,RESPONSABILIDADE OBJETIVA E OBRIGAÇÃO PROPTER REM

DEBORAH VOLANIN TOLEDO
LUANA CIVA
ORNELLA BRANDELERO

O presente estudo refere-se às reflexões acerca da proteção ao meio ambiente. A Constituição Federal, bem como todo o ordenamento jurídico brasileiro previu diversos meios e princípios para assegurar a proteção ao meio ambiente, direito humano de terceira geração, que vai além do interesse individual, considerado interesse de ordem social. É responsável pela reparação do dano ambiental aquele que, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, alterou as características do meio ambiente. A responsabilidade objetiva do causador do dano e a obrigação propter rem, a qual recai sobre o indivíduo, por força de determinada propriedade, são dois desses meios utilizados pelas leis brasileiras para garantir a efetiva reparação do dano ambiental e consagração do direito ao meio ambiente. Fiorillo (2011, p. 139) leciona que, para qualquer violação aos bens ambientais, foi determinado como regra a teoria do risco, na qual é irrelevante a conduta (dolo ou culpa) das pessoas físicas ou jurídicas que eventualmente se encontrem na condição de poluidoras. Segundo o doutrinador, existem três formas de responsabilidade, quais sejam: responsabilidade civil, administrativa e penal. Quanto à responsabilidade civil, expôs que é objetiva, assim como elucidado nos parágrafos acima, na qual o infrator tem obrigação de reparar os danos independentemente de culpa. A responsabilidade administrativa, por sua vez, está ligada ao denominado poder de polícia, impondo sanções das mais variadas, exemplo as advertências, multas, apreensões, dentre outras. A responsabilidade penal distingue-se das demais em razão da pesagem de valores, o que leva algumas condutas serem consideradas tipos penais e abrigadas pelo Código Penal. As medidas adotadas pelo ordenamento jurídico brasileiro visam a proteção do meio ambiente, que é essencial para a sobrevivência da raça humana na Terra e, portanto, sua preservação deve ser prioridade, afinal, inúmeros outros direitos fundamentais elencados no rol previsto pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988 decorrem deste bem jurídico. Sendo assim, a responsabilização objetiva e a característica propter rem, tornam-se primordiais e decisivas para essa conquista, tendo em vista que tais obrigações possuem por função precípua a conservação da coisa, razão pela qual a realização desta obrigação deve ser encarada como função de adimplemento de uma benfeitoria necessária.

DANO AMBIENTAL, RESPONSABILIDADE OBJETIVA, OBRIGAÇÃO PROPTER REM.

DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO: DOLO E COAÇÃO

GUSTAVO FELIPE ZENNI
LUCAS JOSÉ SUTIL
LUIS FELIPE SEQUINEL

Os defeitos do negócio jurídico surgem quando é totalmente reconhecido o vício que há no negócio, o que abrange características que descrevem as espécies dos defeitos. Duas dessas espécies são o dolo e a coação, cada um com fatores que os distinguem. O dolo deve ser compreendido como sendo um ato maléfico vindo de uma das partes (agente emissor), com o intuito de induzir alguém a praticar o negócio contra sua própria vontade, beneficiando assim o emissor ou terceiros. Pode ser dolus bônus ou dolus malus, no dolus bônus não há motivos para a anulabilidade do negócio, pois é uma conduta lícita e tolerada, é caracterizado de certa maneira que o objeto recebe o exagero de qualidades, elogios contra defeitos, a boa reputação no comércio. Já no dolus malus é caracterizado pelas artimanhas usadas por uma das partes com o intuito de prejudicar a outra no negócio jurídico, sendo possível então, a anulabilidade do negócio, como já mencionado acima. Já a coação no negócio tem como principal objetivo pressionar física ou moralmente a parte prejudicada. A pressão física ou vis absoluta é o constrangimento corporal que retira toda a capacidade de querer, implicando ausência total de consentimento, o que acarreta nulidade do ato. A pressão moral ou vis compulsiva atua sobre a vontade da vítima, sem aniquilar o consentimento, pois conserva ela uma relativa liberdade, podendo optar entre a realização do negócio que lhe é exigido e o dano com que é ameaçada. Além de lesar a pessoa, isso acaba atingindo também os bens materiais que a mesma possui e até mesmo sua honra.

DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO, DOLO, COAÇÃO

DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO: ERRO OU IGNORÂNCIA E DOLO

GIOVANA KAMINSKI
RAISSA LUANA SOARES MACHADO
THAYNA RAFAELA MENDES LOPES

A vontade é um dos requisitos necessários para que haja o negócio jurídico, esse desejo deve ser manifesto ou declarada de forma simples e apropriada para que o ato tenha vida normal na atividade jurídica, o negócio jurídico é uma expressão usada para determinar efeitos jurídicos, já o defeito deste negócio são os vícios de consentimento, como o erro ou ignorância e o dolo, são aqueles em que a vontade não é expressa de maneira livre, esses vícios aderem à vontade, aparecem sob forma de motivos, forçam a decisão e estabelecem desarmonia entre a vontade real, ou sequer permitem que ela se forme. Em qualquer negocio jurídico quando é declarada a vontade com defeito, ele se torna anulável, ou seja, à vontade dentro do mesmo é a mola que impulsiona para os atos com defeitos, erro e ignorância. Ela é o requisito de existência do negocio jurídico, ele só existe quando a vontade é manifestada e por tanto deve ser declarada por forma capaz, para que o ato tenha validade na vida jurídica. Se a vontade não é correspondente ao que deveria o negocio jurídico torna-se nulo. Nos casos em que a vontade é declarada com vicio e erro dentro do negocio jurídico, se esta em quase todas às vezes na área do negocio jurídico ou no ato anulável, isto significa que o negocio jurídico só terá vida ate que uma das partes que esteja se sentindo prejudicada tome iniciativa por sua vontade e a declare, com isso será pedida sua anulação. O negocio jurídico não necessariamente precisa ter uma finalidade especifica, mas é extremamente necessário que apresente alguma, no caso um motivo ou intenção de ser criado, qualquer desconforto das partes já o torna nulo, ele também pode ser alterado, modificado, com a concordância das partes. O objeto apto, que possibilita a realização do negocio jurídico é Idoneidade do objeto, ela faz com que ele seja válido. Existem vários requisitos de validade como apresenta o art. 104 CC, como a capacidade do agente, ou seja, fora os incapazes (art. 3º CC) todos têm capacidade. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável (tem gênero de qualidade mas não consegue ser especificado). Forma prescrita ou não defesa em lei. O prazo proposital para a relação anulatória é de quatro anos, a partir disso o negocio já é efetivado como imutável e positivado (art. 178 CC).

ERRO, IGNORÂNCIA, DOLO

DEFEITOS DO NEGOCIO JURÍDICO: FRAUDE CONTRA CREDORES E SIMULAÇÃO

ADRIANA CASTANHO SOARES
JOÃO REINALDO PONTES
OCTÁVIO CORRÊA OLIVEIRA

A fraude e a simulação são dois entre os defeitos do negócio jurídico. A fraude contra credores ocorre quando particulares, no direito privado, utilizam-se deste ardil para se eximir das obrigações assumidas perante o credor. O código civil trata do assunto nos artigos 106 a 113 e classifica como vicio social. A fraude se caracteriza quando o devedor firma o negócio estando em estado de insolvência. Enquanto os seus bens ou patrimônio servir como garantia ele pode dispor deles e terá liberdade para fazê-lo. A simulação é tratada no artigo 166 e 167 do código civil, e dispõe sobre a nulidade do negocio jurídico. O ato de simular juridicamente é esconder a real intenção, mediante um disfarce, trata da declaração enganosa de vontade. É o conluio entre os contratantes, visando obter efeito diverso daquele que o negocio aparenta conferir. A simulação é um ato consciente, realizado de um acordo entre pessoas, que visa enganar ou fraudar a lei. Consiste em falsificar um contrato no qual á diferença entre a vontade real e a declarada, sendo possível a anulação. Um dos mecanismos de defesa contra essas ações, é a Ação Pauliana, que é uma ação constitutiva negativa, a qual concede ao interessado uma ação pessoal que lhe permite a faculdade de pleitear anulação da alienação fraudulenta. Os elementos constitutivos são consilium fraudis e eventus damni. Podemos observar que em busca pela segurança jurídica se apresentam os defeitos do negocio jurídico, e que é só através das noções básicas de direito civil que a população pode ter acesso as “armas” para se defender destes defeitos.

FRAUDE, SIMULAÇÃO, VÍCIO

DEPENDÊNCIA AFETIVA

ALESSANDRA DE FÁTIMA MACHADO SCISLOVSKI MORGAN

O amor é um tema muito abordado e estudado, ainda sendo difícil de encontrar uma definição para tal, sabemos dizer o amor é o ideal do ser humano. Porém, o amor saudável é diferente da dependência afetiva, o amor é um sentimento gostoso e motivador ao qual nós nos apegamos a cada passo da vida, já a dependência afetiva é um vício, ao qual o indivíduo se torna um escravo. Na dependência afetiva, o sujeito se despersonaliza, vive em prol do companheiro, se deixa na mão do outro, é inseguro, infantil e necessita de aceitação e aprovação. O dependente afetivo visa sempre agradar ao máximo as pessoas de quem gosta, passa por cima de tudo para estar perto e dedicar a maior parte do tempo ao seu companheiro, deixando sua própria rotina de lado, até mesmo o cuidado com os filhos. É tão dependente de afeto e atenção que muitas das vezes não possui opinião própria, concorda e aceita decisões que não são suas a fim de se integrar e ser. Tal indivíduo, normalmente, não coloca um fim no relacionamento e se priva de experimentar o novo porque possui medo de ficar sozinho, tem em sua mente que não consegue viver sem ter tal pessoa do seu lado; mesmo sabendo que o relacionamento não possui futuro algum, ou até mesmo nem sendo um bom relacionamento, é altamente dependente da presença do indivíduo, cuja falta, causa uma síndrome de abstinência ao dependente, como se fosse, realmente, uma droga. Assim, a dependência afetiva não se define pela droga, mas pela falta dela. Quando os cuidados e atenção prestados ao indivíduo são excessivos e incontroláveis, caracterizamos como Amor Patológico (AP). Esse deixa se der um amor saudável e vira uma obsessão, contribuindo para a manutenção se relacionamentos tensos e conturbados. Freud insiste que a origem da nossa vida emocional se encontra na infância, portanto, uma criança infeliz e desprovida de afeto, mais tarde irá procurar em outra pessoa o preenchimento desse buraco há muito aberto. A dependência afetiva tem cura, porém necessita que o próprio indivíduo assuma, reconheça e aceite que precisa de ajuda. Portanto, com o estudo mais avançado do amor patológico e da dependência afetiva, podemos explicar muitos casos em que a mulher é vítima de violência doméstica e mesmo sendo agredida e ferida tanto fisicamente como psicologicamente, escolhe por não realizar a denúncia. Encontramos assim uma questão jurídica: a impossibilidade de impor a representação para processos de crimes sob a lei Maria da Penha.

DEPENDÊNCIA AFETIVA, AMOR, AFETO, DEPENDENTE

DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇAO ADMINISTRATIVA

JEANE TUROK

Este trabalho é o resultado de um estudo sobre descentralização administrativa, o qual ocorre mediante duas formas, por outorga ou delegação. O presente estudo tem por objetivo aferir se a aplicação dessas formas tem ou não atingido o seu objetivo, ou seja, a execução do serviço. Todavia, o método aplicado foi bibliográfico, com revisão de literatura, com pesquisas em obras específicas, livros didáticos abrangendo, resenhas, teses, artigos, sites especializados em direito, como também naqueles dos órgãos oficiais judiciais. A problematização da pesquisa ao gerar confusão no Direito Administrativo é a seguinte: descentralização e desconcentração ambas referem-se à distribuição do serviço dentro da mesma Pessoa Jurídica? Ao que tange sobre descentralização e desconcentração, há relação de hierarquia? A atividade administrativa no que diz respeito à descentralização, ocorre quando a prestação de serviço é deslocada para outras Pessoas Jurídicas, ou seja, deixa de ser dada pela Administração Direta, transferindo assim, a prestação de serviço para a Administração Indireta ou para o particular. Se há transferência do serviço para outra pessoa jurídica desempenhar tal atividade, não há, portanto, relação de hierarquia, pois não há subordinação à Administração Direta, entretanto, a Administração Direta continuará fiscalizando o serviço descentralizado através do controle de fiscalização. Quanto à desconcentração, é a distribuição da prestação de serviço dentro da mesma Pessoa Jurídica, havendo, portanto, hierarquia, por se tratar de transferência de atividades (competências), dentro da mesma pessoa jurídica.

DESCENTRALIZAÇÃO, DESCONCENTRAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO

DESCRIMINALIZAÇÃO BRANCA: ART. 28 DA LEI DE DROGAS E A MACONHA

ANA CAROLINE CONTI
CARLA PERAO DO NASCIMENTO
LIANE CRISTINA FERREIRA CAMILO BELLONI

No presente trabalho iremos abordar o tema da regulamentação do uso das substâncias da maconha para tratamentos medicinais, enfatizando as dificuldades para adquirir o produto e a indisponibilidade do medicamento na indústria farmacêutica brasileira para tratamento de doenças como: Alzheimer, Esclerose múltipla entre outros, tornando se um problema de Saúde Publica. Ao observar o artigo 28 da Lei 11343/06, é possível ver que o porte da maconha e o seu plantio em uma quantidade pequena, que configura consumo próprio, é classificado como infração penal, porém, o tipo penal não prevê a aplicação de pena privativa de liberdade. A possibilidade de obter a substância Cannabis de forma lícita para fins medicinais, desde que haja autorização judicial, é denominada de Descriminalização Branca. Em alguns países como, Canadá e França, o uso dos componentes do Cannabis é autorizado para fins medicinais, enquanto outros países como Uruguai considera lícito toda e qualquer forma de manipulação da maconha. No Brasil, pacientes que necessitam da substâncias derivadas do Cannabis encontram dificuldade para adquirir o produto, isto porque a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância da Saúde), considera o Cannabis ou qualquer dos seus componentes uma substância ilícita e ao cumprir com sua normas internas acabava indeferindo a entrada do produto no Brasil. O impasse legal entre normas Jurídicas e a Anvisa gerava o atraso da entrega dos medicamentos aos pacientes, que acabavam adquirindo eles clandestinamente. Diante desta situação, a Anvisa no intuito de controlar e agilizar a importação do produto, publicou no dia 08/09/2015, no Diário Oficial a RDC 17/2015, autorizando excepcionalmente a importação dos medicamentos por pessoas físicas. A autorização tem validade de um ano, iniciando a contagem da data da resolução. Porém, a Anvisa não garante a qualidade e eficácia dos medicamentos, visto que os remédios compostos da substância Canabinóides ainda não possuem registro na Anvisa. Para obter a autorização, é necessário que o paciente preencha um formulário próprio e anexe a prescrição médica. A autorização da Anvisa, embora excepcional, ira facilitar a importação do medicamento, assegurando a qualidade de vida daqueles que precisam.

DESCRIMINALIZAÇÃO, CANNABINÓIDES, MEDICAMENTO

DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E EFEITO ESTUFA: DE QUIOTO AOS CREDITOS DE CARBONO

CRISLAINE DE OLIVEIRA
LIDIANE KOZAK

O presente trabalho retrata o desenvolvimento do direito ambiental em relação às medidas impostas para inibir as alterações climáticas, bem como a importância do Protocolo de Quioto para efetivação de tais propostas. Tem por intuito, expor o que são gases de efeito estufa, mecanismos de desenvolvimento limpo e créditos de carbono. Os métodos utilizados para realização deste trabalho dão-se de pesquisas bibliográficas, artigos, dissertações e teses. A problematização a ser abordada é referente à efetivação de tais medidas e a relação dos princípios do direito ambiental com tal tema. Decorrente da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a luta para diminuir a degradação ambiental, garantir a existência das gerações e diminuir os Gases de Efeito Estufa se intensificou. Por consequência disto, foi assinada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, a qual teve relevância para que as obrigações e compromissos se dessem por executados. Sabe-se que a atmosfera é formada por gases que filtram a entrada de luz solar ao planeta Terra, os quais são primordiais o nitrogênio e o oxigênio. Além destes, existem ainda os gases de efeito estufa, são eles: dióxido de carbono, metano, oxido nitroso e vapor de água. O problema advém do aumento excessivo de gases de efeito estufa, que são emitidos por diversas indústrias no mundo e alteram as temperaturas climáticas de modo catastrófico. Diante disto, sucedeu as Conferencias das Partes, as quais foram e vem sendo realizadas. No ano de 1997, deu-se no Japão a COP-3, na qual foi firmado o Protocolo de Quioto, com intuito de proteger o meio ambiente contra as mudanças climáticas, de modo a estabelecer metas para a redução da emissão de gases poluentes e auxiliar países em desenvolvimento e desenvolvidos com mecanismos de flexibilização. Dentre os mecanismos apresentados, destaca-se o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o qual está vinculado ao sequestro de carbono e as Reduções de Emissões Certificadas. Este mecanismo traz a possibilidade de Países em desenvolvimento comercializarem créditos de carbono aos Países desenvolvidos que tendem a cumprir a redução de Gases de Efeito Estufa, atuam de modo a garantir os avanços ambientais com desenvolvimento sustentável e econômico. Por fim, nota-se a validação dos Princípios do Direito Ambiental em Conferencias, Convenções e Tratados, os quais se fizeram presentes e de suma importância para desenvolvimento ambiental sustentável.

EFEITO ESTUFA, PROTOCOLO DE QUIOTO, DESENVOLVIMENTO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE

ALESSANDRA SILVA ROSÁRIO
BEATRIZ DA SILVA LINS
SABRINA DE OLIVEIRA

O presente trabalho tem como principal objetivo abordar as diferenças entre o crescimento e o desenvolvimento e a definição de sustentabilidade, bem como os meios para diminuir a degradação ambiental e a poluição. Neste estudo, fica clara a importância do equilíbrio entre tecnologia e ambiente, para poder manter uma vida digna para as futuras gerações. Primeiramente, resta esclarecer a diferença entre desenvolvimento e crescimento. O crescimento em si, é visto apenas como um acúmulo de cunho quantitativo, já o desenvolvimento diz quanto a algo ligado a qualidade da coisa a ser desenvolvida, logo, a qualidade de algo que apenas cresce é comprometida quando não é desenvolvida adequadamente. Pensando dessa maneira, quando se trata de economia e de outros elementos que compõe uma sociedade, deve-se ter cautela no quesito crescimento e desenvolvimento, uma vez que a grande maioria dos problemas ambientais do século XXI se originam da falta de estratégia industrial em manter um desenvolvimento que utilizasse os recursos naturais de forma equilibrada. Para que o desenvolvimento continue de uma forma que não atinja a qualidade de vida futura, é preciso que todos os setores incorporem atitudes sustentáveis, a chamada economia verde. É primordial que as indústrias e as novas tecnologias estejam voltadas a um estilo de produção que limite a degradação do meio ambiente. Isto é, que diminua as emissões de gás carbônico e a poluição, melhore a eficácia energética e dos recursos e que preservem, além de tudo, a biodiversidade. Como um meio de conscientizar a população brasileira foi sancionada a Lei 10.257/01, que trata do Estatuto da Cidade, que regula o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Inúmeras são as sugestões para ajudar a chegar ao desenvolvimento sustentável, algumas delas seriam a reciclagem de diversos materiais, coleta seletiva de lixo, geração de energia através de fontes não poluentes como as usinas eólicas, energia solar e geotérmica, uso racional dos recursos naturais, como a água, incentivo ao transporte solidário, entre outros. Cabe ao Estado investir mais em educação ambiental para conscientizar a população sobre a preservação da natureza, seja na prevenção, controle ou repressão aos ataques e danos ao meio ambiente, garantindo a punição de quem descumprir as normas.

DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SUSTENTABILIDADE, MEIO AMBIENTE

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO DIREITO COMERCIAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA MODERNIDADE

ANNYE CRISTHYNNE MOREIRA STAINE
MAYRA LILIAN KRUTSCH
SOLANGE DE OLIVEIRA GOMES

Este ramo que hoje é conhecido por Direito Empresarial surgiu inicialmente para regular o comércio e, portanto, era chamado de Direito Comercial. O Direito Comercial surgiu as margens do Direito Civil. Com conjunto de regras jurídicas ocorrendo posteriormente a formação inicial na Idade Média. A formação do direito empresarial se dá em três fases, são elas: a fase de corporações de ofício; onde é caracterizada por um direito de classe, profissional ligado aos comerciantes, a eles designados e por eles aplicados, por meio do cônsul nas corporações de oficio. Fase da teoria dos atos de comércio caracteriza-se também pela expansão colonial, evolução das grandes cidades, sempre sob autorização do Estado. A regra era, as associações são licitas se o rei autorizar. Fase da teoria da empresa. Amplia o conceito de trabalho. Partindo para a Empresa e não mais apenas para o comércio. É empresa não apenas quem comercializa, mas também quem o produz ou presta serviço. Necessariamente é preciso haver registro. A pessoa do empresário pode ser tanto física, sendo este o empresário individual, quanto jurídica, a sociedade empresária, com a ressalva da empresa individual de responsabilidade limitada, EIRELI, o novo tipo societário criado recentemente. A formação do conceito de empresa decorre da visão moderna de empresário, e sua formulação tem origem na legislação italiana de 1942, que unificou o código civil e revogando o código comercial. Sem a organização feita pelo empresário sobre os bens e pessoal não existe empresa, a iniciativa e o risco são elementos fundamentais do empresário, cabendo-lhe exclusivamente determinar o destino da empresa e o ritmo de sua atividade. O empresário deve cumprir algumas obrigações: Registrar seu empreendimento na junta comercial antes de dar início à exploração comercial. Manter de forma regular a escrituração de seu negócio. Levantar demonstrações contábeis periódicas. Tais obrigações garantem o controle da própria empresa, trazendo segurança não só ao empresário, mas a todos os interessados.

DIREITO COMERCIAL, DIREITO EMPRESARIAL, EMPRESA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL X CRESCIMENTO ECONÔMICO

MICHELE MAGIER
SIMONE GONÇALVES
WAGNER HENRIQUE DOS SANTOS

O presente trabalho trata da obrigatoriedade da ponderação entre o Crescimento Econômico e o a ideia de desenvolvimento sustentável, dando enfoque na política dos 3R's uma das primeiras e mais promissoras campanhas a abordar o tema do desenvolvimento sustentável e a conscientizar a sociedade de uma forma geral para os benefícios provenientes da adoção dessa política tendo em vista que esta ponderação se faz substancial nos dias atuais, devido ao aumento da degradação ambiental, decorrente das atividades industriais. Assim, prezar-se-á pelo equilíbrio e pela melhoria na qualidade de vida, das atuais e futuras gerações. Tendo em vista que a conservação dos recursos naturais não renováveis e renováveis tornou se essencial para que a atual geração continue a usufruir desses materiais e para que as futuras e próximas gerações consigam usufruir desses mesmos benefícios, é necessário que todos os níveis da sociedade tomem essa consciência e a coloquem em pratica para que esse sonho quase utópico torne-se a realidade que nossos descendentes terão daqui algumas décadas. Como já foi dito e visto que o consumo exacerbado das populações é prejudicial à natureza, a um longo prazo isso pode ser fatal, tendo em vista, tantas evidências do mal que o consumo exagerado está a fazer ao meio em que vivemos, e como tornar-se cada vez mais insustentável, sendo que muitas pessoas não tem a consciência de que temos que preservar o meio ambiente para as futuras gerações. Mas quando a compra se fazer necessária, optar por aparelhos que sejam ecologicamente corretos, verificar se a empresa fabricante segue as regras que são impostas a ela, e se os seus produtos são fabricados com matéria prima renováveis ou retornáveis, e que não agridam o meio ambiente, ajudando a amenizar o impacto de produção e de consumo em relação ao meio ambiente. Desta forma estamos incentivando as empresas a se adaptarem as normas ambientais, tornando um mundo melhor para se viver, e conciliando entre meio o desenvolvimento sustentável com o crescimento econômico.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, CRESCIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE

DESJUDICIALIZAÇÃO: A USUCAPIÃO NO NOVO CPC

ANA CAROLINA CHAS CAMARGO
RENATA TONIAL

O novo código de processo civil trouxe grande inovação com a previsão da Ata Notarial de Usucapião Extrajudicial, inserido nos Tabeliães de Notas em todo o processo de regularização fundiária no Brasil. Até então, para realização de usucapião exigia-se a atividade jurisdicional estatal, porém, ocorre que, neste momento, visando à celeridade, há possibilidade de se obter a declaração de domínio de um bem imóvel, por meio da via extrajudicial/cartorária. Porém, evidencia-se a inconstitucionalidade deste novo dispositivo frente a analise de que usucapião é de interesse público, na condição de custos legis (atuação do Ministério Público como fiscal da lei), e tendo em vista que o intuito de tal desjudicialização é afastar este procedimento da atividade estatal, é notório que fere o princípio constitucional da supremacia do interesse público sobre o particular. Ainda, se tratando de formalidade, demonstra-se a falta de competência do Tabelião quanto aos procedimentos/requisitos próprios da usucapião, isto é, em alguns casos o usucapiente precisa atestar o tempo de sua posse e de seus antecessores, e neste ponto o Tabelião não teria preparo para promover a oitiva de testemunhas ou competência para indeferi-las em casos de incapacidade, suspeição e impedimento. Por fim, outro ponto que não pode passar despercebido é a necessidade do advogado no procedimento de usucapião extrajudicial, o que torna a utilização desta via dificultosa para os beneficiários da Justiça gratuita, mostrando-se a inovação distante dos anseios da população de baixa renda, e se tratando de um país que almeja a igualdade, pode-se considerar um retrocesso. Portanto, evidencia-se que este novo dispositivo legal propicia inconstitucionalidade, desigualdades, dificuldade quanto à aplicabilidade e impertinência.

DESJUDICIALIZAÇÃO, USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, INCONSTITUCIONALIDADE, CONSTITUCIONALIDADE

DETRAÇÃO DA PENA POR PRISÃO PROVISÓRIA EM PROCESSO DIVERSO

THIAGO RIBEIRO PEREIRA

O trabalho tem como objetivo explanar acerca da possibilidade de concessão de detração da pena em processo diverso. A prisão provisória, nada mais é do que o tempo em que o Réu permanece preso, em razão de uma prisão em flagrante, prisão preventiva ou uma prisão temporária, sendo também, prisão decorrente de sentença condenatória, pronúncia ou acórdão. A palavra detrair dá à conotação de subtrair ou abater alguma coisa, neste caso, a pena. Portanto, detração da pena, significa subtrair da pena ou da medida de segurança o tempo de privação da liberdade por prisão provisória. De acordo com o texto contido do art. 42, do Código Penal compreende-se que: "computam-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, o de prisão administrativa e o de internação". No tocante a competência, prevê o art. 66, III, "a", da Lei n° 7.210/1984, que: "compete ao Juiz da execução decidir sobre detração e remição da pena". Dessa forma, entende-se que a competência para tratar sobre o mérito da detração da pena não é do Juízo Criminal, mas sim do Juízo da Execução Penal, ou seja, ocorre na fase da execução da pena. Por sua vez, verifica-se que, em regra, a detração da pena só será aplicável no processo em que o Réu tenha ficado preso provisoriamente e consequente condenado. De outro lado, embora existam diversos posicionamentos, cumpre destacar que há possibilidade de aplicação da detração da pena em processo diverso, desde que o crime que o Réu foi condenado tenha sido praticado antes da prisão do processo em que fora devidamente absolvido. A jurisprudência, não obstante a previsão legal tem admitido à concessão de detração da pena em processo diverso, desde que a condenação em execução tenha sido por crime praticado antes da prisão do processo em que resultou na absolvição. O TJ-DF, através do HC 20050020032414, decidiu pela concessão da detração da pena em processo diverso, sob a seguinte expressão: "submetido o paciente a prisão provisória e posteriormente absolvido, faz ele jus ao cômputo do prazo em que esteve recolhido, para a detração de pena imposta em processo relativo a crime anteriormente cometido". Compartilhando do brilhante entendimento, conclui-se que há possibilidade de aplicação da detração da pena em processo diverso. A Metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica e a jurisprudência.

PRISÃO PROVISÓRIA,, DETRAÇÃO DA PENA, PROCESSO DIVERSO

DETRAÇÃO PENAL NO USO DA TORNOZELEIRA ELETRÔNICA

DIEGO PEREIRA DOS SANTOS

Detração vem do verbo detrair, ou seja, descontar o tempo de prisão que o apenado cumpriu provisoriamente ou em medida de segurança antes do trânsito em julgado da Sentença penal condenatória, sendo nesse lapso temporal que encontramos, inicialmente, entendimentos doutrinários em dois sentidos. A Detração está prevista no Art. 42 do Código Penal, a controvérsia citada, pairava sobre quanto ao modo de fazer esse desconto da pena do sentenciado, se seria do quorum total de pena ou do tempo necessário para obtenção da progressão de regime, fato que o assunto encontra-se pacificado, vez que o próprio Juiz da Vara Criminal já vem computando, descontando o tempo de prisão em prisão provisória ou medida de segurança do tempo de reprimenda a cumprir para a progressão do regime. Ocorre que, com a inserção da tornozeleira eletrônica no nosso sistema penal, gerou uma nova controvérsia. A tornozeleira eletrônica inicialmente foi inserida para os sentenciados que cumpriam pena no regime semi-aberto, logo, eram monitorados quando da sua saída temporária. Destarte essa medida vem sendo concedida a presos provisórios, que ainda não tem sentença com trânsito em julgado, sendo assim, levante-se a dúvida, de que se estão com restrição de horários, locais a freqüentar, e ainda o sistema tem exato controle de sua localização, estão com certa restrição da liberdade, assim servindo ao processo, que é uma das finalidades da prisão temporária. Outrossim, o indivíduo que se encontre nesta situação, faz jus ao beneficio da Detração da pena, por eventual condenação que venha a sofrer no mesmo processo ou em crime anterior a medida, que ainda não tenha sido condenado.

DETRAÇÃO, MONITORAMENTO ELETRONICO, TORNOZELEIRA ELETRONICA, EXECUÇÃO PENAL, MONITORAÇÃO

DEVIDO PROCESSO LEGAL COMO PRINCÍPIO BASE

GISELE SAPLAK
NYCOLE INES JACOMEL DE SOUZA

O devido processo legal é um meio indispensável à realização da justiça. Por isso a Constituição Federal nos traz o direito ao processo justo como uma garantia individual. O presente trabalho tem por objetivo demostrar que deste princípio derivam os outros princípios que são necessários para a justa composição da lide. Significa dizer então, que respeitar o acesso à justiça, o juiz natural, juiz competente, a isonomia e o contraditório é respeitar o devido processo legal, pois este não apenas necessita da observância as leis para se tornar efetivo, mas sim dos outros princípios que tornam o processo mais justo. O Devido Processo Legal está previsto no artigo 5º, LIV da Constituição Federal, que dispõe: "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal". Significa que há um controle dos atos jurídicos no processo, o que acarreta uma maior eficácia do estado democrático de direito, no qual o povo não só sujeita-se a imposição de decisões, mas sim participa ativamente delas. Como no contraditório, que é assegurado pelo devido processo legal, as partes tem o direito de serem ouvidas, de se manifestarem, é a participação efetiva das partes no processo. Traz as partes o poder de influenciar na decisão do juiz, pois as duas partes falam ao processo, se manifestam, portanto podem influenciar com seus argumentos e com os fatos e ideias que são expostas, e é esse o verdadeiro propósito do contraditório, porque não basta apenas às partes serem ouvidas elas devem falar em condições que possam influenciar o juiz em sua decisão, para que assim se efetive o contraditório. O Princípio do Devido Processo Legal coordena e delimita os outros princípios que fazem parte do processo tornando possível a proporcionalidade e a razoabilidade dos atos do processo, para que se chegue a um resultado concreto. Portanto, este princípio é a garantia dada de um processo com todas as etapas previstas em lei, também observando outros princípios e preceitos previamente estabelecidos na Constituição Federal, para assim chegar a uma decisão justa.

PROCESSO CIVIL, DEVIDO PROCESSO LEGAL, PRINCÍPIO BASE

DIFERENÇA ENTRE AUTARQUIA COMUM E AUTARQUIA EM REGIME ESPECIAL

CILMARA TOLEDO AMARAL

As Autarquias são pessoas Jurídicas de direito público interno. Pertencem à Administração Pública Indireta. São criadas e extintas por lei específica para exercerem atividades típicas da Administração Pública, possuem personalidade jurídica, patrimônio e receitas próprias. A personalidade de uma autarquia surge com a publicação da lei que a instituiu dispensando o registro em cartório dos atos constitutivos, igualmente a extinção exige lei específica. As autarquias não exercem atividade econômica, por força do art. 150, § 2º da C.F, seus bens são públicos, possuem responsabilidade objetiva e direta pelos prejuízos causados pelos seus agentes a particulares, à administração Direta só poderá ser acionada em caráter subsidiário, ou seja, em casos que a autarquia não possuir condições patrimoniais e orçamentárias para indenização. As autarquias sofrem controle dos tribunais de contas, devem realizar licitações e seus dirigentes ocupam cargos em comissão de livre provimento e exoneração, são divididas em espécies tais como: autarquias comuns, especiais, corporativas, fundacionais e territoriais. As autarquias especiais conhecidas como Agências Reguladoras, possuem algumas diferenças das autarquias comuns. Nestas há ausência de controle político, ou seja, não existe a possibilidade que o chefe do Poder Executivo indique os dirigentes, já na autarquia comum tem a possibilidade de nomeação e exoneração dos dirigentes das entidades autárquicas pelo chefe do Poder Executivo. A maioria das agências reguladoras em nível federais tem entre suas receitas a taxa de fiscalização dos agentes regulados, possuem dirigentes estáveis nos exercícios de sua função, pois a perda de cargo só ocorre com o encerramento do mandato, por renúncia, por sentença judicial transitada em julgado, os mandatos são fixos, pois permanecem na função por prazos fixados em lei, tem diretoria colegiada com número de dirigentes fixados em lei, possuem competências de fiscalização, poder normativo e para regulamentar determinados setores. Já as autarquias comuns possuem objetivos de maior eficiência administrativa por conta da especialização da entidade, existe uma supervisão para controlar se a finalidade da autarquia está sendo cumprida tutela de resultados. Porém, as agências reguladoras possuem independência administrativa.

AUTARQUIA ESPECIAL, AGÊNCIA REGULADORA, AGÊNCIA REGULADORA

DIFERENÇA ENTRE CULPA CONSCIENTE E DOLO EVENTUAL

CILMARA TOLEDO AMARAL

O presente resumo tem como finalidade abordar a diferença entre a culpa consciente do dolo eventual. Ambos correm quando o agente ao realizar uma conduta, prevê o risco de ocorrer ofensa a um bem jurídico. Na culpa consciente o agente mesmo prevendo o resultado acredita-se que possa evitar a sua ocorrência, portanto o resultado não é querido e nem assumido pelo agente; já no dolo eventual, o agente não quer diretamente o resultado, mas assume o risco de produzi-lo, ele não quer o resultado, pois se assim fosse haveria dolo direto, se na culpa consciente o agente acredita poder evitar o resultado, no dolo eventual o agente não quer produzir o resultado, mas se isto acontecer pouco importa, é uma diferenciação difícil de descobrir no campo prático por não conseguir adentrar na mente do autor dos fatos e retirar da mente do acusado, devendo, portanto considerar as circunstâncias do fato, e em que momento o sujeito assumiu o risco de produzir o resultado, isto é, admitiu e aceitou. A mídia com seus movimentos levaram alguns juízes e promotores a enxergar o delito de trânsito cometido nas circunstâncias de excesso de velocidade vinculado com a embriaguez do motorista como dolo eventual (art.18, I, CP), a questão é, nem todos os que dirigem embriagados e com velocidade excessiva não se importe em causar a morte ou lesões em outras pessoas, pois o dolo eventual reside no fato de não se importar com a ocorrência do resultado e aceita o resultado previsto. O Código Penal adotou a teoria da vontade e a do assentimento, ou seja, dolo é a vontade de realizar a conduta e produzir o resultado, o que se exige para a caracterização de dolo eventual que o agente anteveja como possível e aceite o resultado, então se entende que nem todos os casos em que houver a embriaguez e a velocidade excessiva haverá dolo eventual. A culpa consciente difere do dolo eventual pelo fato de que este o agente prevê o resultado, mas não se importa que ele ocorra, na culpa consciente embora prevendo o resultado o agente repudia essa possibilidade pensando que poderá evitá-la, enquanto na culpa consciente supõe é possível mas não irá acontecer. No dolo eventual a vontade do agente não é dirigida para o resultado, mas sim para a prática da conduta descuidada, ciente de seus riscos. Concluindo, nem todo crime de trânsito pode ser presumido como dolo eventual, devem ser analisados outros elementos para melhor aferir a modalidade da conduta.

DOLO EVENTUAL, DOLO CONSCIENTE, EMBRIAGUEZ

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A INCONSTITUCIONALIDADE DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

CHRISTIAN FRASSON

O presente trabalho estuda a divergência do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana na aplicação dos direitos e deveres daqueles que partilham da precariedade do sistema prisional brasileiro. Também analisa o avanço estatal deficiente na (re) formulação de políticas públicas para desestimular o aumento progressivo da criminalidade e para confirmar a precipuidade da punição restritiva de liberdade como meio essencialmente ressocializador do indivíduo contraventor. As metodologias utilizadas foram, massivamente, produções científicas – artigos, monografias, dissertações e teses – devido às suas especificidades em relação ao tema, e em livros de cunho didático. A problematização do tema refere-se à situação deletéria na qual os presidiários são submetidos durante a execução penal, assim como a deslegitimação da acepção mista das teorias da pena no ordenamento jurídico e dos direitos fundamentais dos presos previstos na Lei de Execução Penal nº 7.210/84 e na Constituição Federal de 1988. Apesar de o Brasil apresentar em seu ordenamento supremo o princípio da dignidade da pessoa humana como um vetor indispensável para o exercício efetivo dos direitos e obrigações dos indivíduos, o que se observa no sistema carcerário do país é exatamente o inverso dessa diretriz constitucional. O punitivismo exacerbado deslegitima o duplo objetivo da pena, cujo pressupõe tanto a finalidade retributiva quanto a preventiva/ressocializadora, além de dessocializar permanentemente o indivíduo condenado, já que quando egressa do sistema prisional, sua conduta é perpetuada pela segregação social promovida tanto pelo Estado quanto pela sociedade a qual é reinserido. Além disso, a política criminal brasileira busca erroneamente na dilatação legislativa a solução para reduzir a impunidade dos comportamentos infratores, ao invés de reestruturar o sistema penal no intuito de ratificar os preceitos constitucionais e assegurar a reeducação do encarcerado. É observável, portanto, que para autenticar o princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana – fundamentos de nossa Constituição –, é necessário deslegitimar a conduta criminosa permanente do indivíduo contraventor e investir em políticas públicas visando o triunfo da aplicação penal, além da reestruturação e maior vigilância das instalações carcerárias, como forma de asseverar a segurança coletiva e os direitos e deveres justos da vítima e do criminoso vitimado.

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, TEORIAS DA PENA, SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

DIREITO ADMINISTRATIVO: CONTROLE DA DISCRICIONARIEDADE NA ADMINISTRAÇAO PUBLICA

ISABELLA PASA MORGAN
LUIZA CRISTINE SOLDAN PONCHON
PAMELA DE PARIS PROBST

O presente estudo refere-se às discussões acerca do grau de liberdade no ato do administrador público, podendo ele ser discricionário ou vinculado. Tendo por objetivo aferir se esta discricionariedade é ou não limitada e se o poder judiciário pode interferir na liberdade do Administrador decidindo por ele o que pode ser melhor para o interesse público. Por ato discricionário entende-se como sendo aquele que envolve uma operação de determinação, ou seja, a liberdade garantida por lei ao administrador de tomar decisões que não sejam vinculadas, fazendo juízo de conveniência e oportunidade. A metodologia a ser utilizada refere-se à pesquisa bibliográfica, embasando teoricamente em artigos científicos, teses, dissertações que estão relacionadas ao tema e palestras para que substancialmente, o estudo tenha base científica. A problematização da pesquisa é a seguinte: o princípio da legalidade retira a liberdade do administrador? A discricionariedade é ilimitada? De que forma se dá o controle dessa discricionariedade? O poder judiciário pode interferir no juízo de valor do administrador público? As preocupações com a intervenção do judiciário nos atos administrativos e com a liberdade conferida ao administrador encontram-se historicamente na origem e formação do Estado de Direito. Tal liberdade conferida na discricionariedade muitas vezes é confundida com a arbitrariedade, mas se diferindo dela pela limitação da lei, onde entra o controle por parte do judiciário. Também como forma de controle, há requisitos e elementos em cada ato, sendo eles a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto, porém nem todos esses requisitos são discricionários ao administrador público. Portanto, o mérito do ato se concentra apenas no motivo e no objetivo, que é exatamente neste ponto que se faz o juízo de valor. Tal juízo de valor é garantido apenas ao administrador, não podendo assim, o judiciário decidir sobre o que é conveniente e o que é oportuno, apenas sobre a legalidade do ato a partir de sua razoabilidade e proporcionalidade. Portanto, o poder judiciário limita a discricionariedade do administrador público pela lei, mas podendo apenas a partir dela, intervir. Tendo em vista que a discricionariedade no ato administrativo é garantida pela lei, é errôneo afirmar que o princípio da legalidade retira a liberdade do administrador, princípio este que serve apenas para garantir e também limitar tal direito.

CONTROLE JUDICIAL, LIBERDADE, LEGALIDADE

DIREITO À INFORMAÇÃO AMBIENTAL

ALESSANDER PEREIRA DE SOUZA
DAISY MARCHINSKI
ISABELA CANTERI DO AMARAL

O presente trabalho refere-se ao direito à informação ambiental, mais especificamente sobre o direito em que a sociedade e o Poder Público têm para com essas informações direta ou indiretamente ligadas ao meio ambiente. O acesso à informação está assegurado no inciso XIV do artigo 5º da Constituição Federal e estabelecido como um dos objetos da Política Nacional do Meio Ambiente, ainda na Constituição Federal artigo 5º, XXXIII diz que "Todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações do seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas o prazo de lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aqueles cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado". Sendo de interesse coletivo, fica mais específico na Lei 6.938/81, artigo 2º, I "Todo cidadão, em princípio, é pessoa legitimamente interessada na qualidade do meio ambiente, que é patrimônio público ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo." Paulo Afonso Leme Machado afirma com primazia que se essa informação é requisitada ela deve ser fornecida, pois na Lei 10.650/2003 diz que a informação ambiental interessa "a qualquer indivíduo", então se ela solicitada não precisa provar, nem antes, qual razão de querer esse conhecimento (2011, p. 200). Salienta-se que o direito à informação ambiental é essencial para a participação da sociedade em debates e nas decisões de assuntos que é do interesse de todos. A negação e a não participação dessas informações podem gerar certos danos que prejudicará o meio ambiente, lembrando sempre, que é um bem de todos inclusive de órgãos públicos. O inciso IV, artigo 225 dispõe que deverá tornar disponível e público o estudo e o resultado, implicando dessa forma a obrigação ao fornecimento de informação ambiental.

INFORMAÇÃO, AMBIENTAL, DIREITO

DIREITO A INFORMAÇÃO E ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA

JAIR DOMINGOS LEIRIA CARNEIRO
ROSICLEIA DE FATIMA CASTRO

O presente trabalho apresenta informações sobre o assunto que é garantido pela lei 12.527/11 "Lei de Acesso à Informação (LAI)", que consolida a democracia e contribui para a melhoria da gestão pública. Para melhor conhecimento do que é direito à informação, a legislação brasileira traz de forma expressa o rol de direitos fundamentais enumerados no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que é uma grande conquista dos brasileiros, depois da Ditadura Militar que resguardava a cultura do sigilo de toda e qualquer informação. A partir de 1988 é livre o direito de transmitir e receber informações com conteúdo amplo e diversificado.Incorpora-se como um princípio básico do controle social o acesso à informação pública. Artigo 5º CF XXXIII – "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado". A Lei de acesso à informação entrou em vigor em 16/05/12, decorre de uma evolução que o país está vivendo. A LAI tem aplicação nacional e estão sujeitos aos seus dispositivos todos os órgãos e entidades dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Foi criada para que qualquer cidadão tenha acesso aos dados sobre informações públicas, sobre todos os órgãos do governo sem precisar revelar o motivo, qualquer documento produzido pelo governo poderá ser acessado por todos; se for de ordem pública; com exceção dos documentos que têm cunho sigiloso, esses serões preservados. Essas informações são averiguadas pela comissão estabelecida para que sejam classificadas, caso não sejam de ordem sigilosa serão disponibilizadas na página do órgão público em seu banco de dados, não necessitando de uma solicitação prévia de pedido, pois se trata de uma informação rotineira. O portal da transparência garante à população num período curto de 20 dias, informações da atuação administrativa.

DIREITO A INFORMAÇÃO, LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO, CONSTITUIÇÃO

DIREITO À INTEGRIDADE FÍSICA

ALLAN MARON

O Direito à Integridade Física emana dos Direitos da Personalidade, que tem como objetivo defender o que lhe é próprio como à vida, identidade, liberdade, honra, imagem, e como exposto o direito à integridade física. Tal direito é tido como base na existência do ser humano, que regula à proteção específica do corpo humano sem anular, pelo contrário enriquecer os demais preceitos que regem o homem. Sendo que o Direito à Integridade Física está pertinente à manutenção da idoneidade e imaculabilidade corporal. O Direito à Integridade Física são intransmissíveis e irrenunciáveis, de modo mais oportuno é o direito que regula à vida, e o direito que regula ao próprio corpo sendo ele vivo, ou morto, sendo tutelados do nascimento ao fornecimento da vida. Tais direitos são garantidos pelo nosso Código Civil/2002 respectivamente em seus artigos 13,14, e 15. O art.13, dispõe que: "Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou diminuição dos bons costumes. Parágrafo único. O ato previsto neste artigo será admitido para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial." A Carta da República, em seu art. 199, § 4.º diz que a lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização. O art. 14, prevê que: "É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte. Parágrafo único. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo." Os dispositivos legais proíbem qualquer disposição de parte do corpo a título oneroso, sendo apenas possível aquela que admita forma gratuita, com objetivo altruístico ou científico. A questão é ainda regulamentada pela legislação específica, particularmente pela Lei de nº 9437/97, que trata da doação de órgãos para fim de transplante. O art.15, prescreve que: "Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou à intervenção cirúrgica." Porém constituindo se a pessoa está necessitando de uma cirurgia, à beira da morte, deve ocorrer a intervenção, sob pena de responsabilização do profissional de saúde, nos termos do art. 951 do CC/02.

DIREITOS DA PERSONALIDADE, INTEGRIDADE, FÍSICA

DIREITO À INTEGRIDADE MORAL

ALLAN FELIPHE GUARNERI DE CARVALHO
ANDRÉ BITTARELLO
RAFAELLA CAROLINE SANTOS

Os direitos da personalidade são considerados fontes de todos os valores, eles correspondem às pessoas em cada sistema fundamental de sua situação e atividades sociais e é considerado o principal fundamento do ordenamento jurídico. O Direito à Integridade Moral, tema principal desta pesquisa, é um destes direitos da personalidade e tem como base o fundamento da preservação e respeito dos atributos morais das pessoas. O direito à integridade moral trata do direito à honra, à imagem e à identidade. São mencionados nos artigos 16 a 20 do Código Civil de 2002 e tutelam basicamente o direito de todas as pessoas não terem sua imagem, honra ou moral expostas, mercantilizadas ou caluniadas. A personalidade humana não deve ser alterada material ou intelectualmente. A liberdade civil, política e religiosa se relacionam à integridade moral e também são asseguradas a segurança moral a honra, a intimidade e a imagem. O direito a honra pode ser objetivo, tratando da reputação da pessoa e de uma fama na sociedade, ou subjetivo, correspondendo ao sentimento pessoal de estima. Para esclarecimento e exemplo, os delitos de calúnia, difamação e injúria ferem a moral, podendo com isso, por meios judiciais, haver indenizações por danos morais para a pessoa atingida, a Constituição Federal assegura expressamente a indenização por dano material, moral ou à imagem, no seu artigo 5º, inciso V. O dano moral caracteriza-se como a ofensa ou violação dos bens de ordem moral de uma pessoa, tais sejam o que se referem à sua liberdade, à sua honra, à sua saúde (mental ou física) e à sua imagem. O dano moral poderá se estender ao dano patrimonial se a ofensa de alguma forma impedir ou dificultar atividade profissional da vítima. O dano moral corresponderia às lesões sofridas pela pessoa humana, consistindo em violações de natureza não econômicas. É quando um bem de ordem moral é maculado. O direito à integridade moral também protege os elementos que distinguem a pessoa no meio social, ou seja, todos os identificadores da pessoa, como por exemplo o nome e pseudônimo.

INTEGRIDADE MORAL, HONRA, DANOS MORAIS, DIREITOS DA PERSONALIDADE

DIREITO A INTEGRIDADE PSÍQUICA

GUILHERME DE OLIVEIRA
LUCAS RIBEIRO
MURILO MORAES RAMOS

Entende-se por ser psíquico atuante, a pessoa que interage socialmente, incluindo nessa classificação o direito à liberdade, inclusive a de pensamento, à privacidade, e ao segredo, além do direito referente à criação intelectual, resultado da própria liberdade humana. O direito à integridade psíquica mental é o direito-base, de onde surgem todos os demais, por isso, a legislação pune, com rigor, a tortura psicológica. São componentes do psiquismo humano os atributos de sua inteligência ou sentimentos, a proteção à integridade psíquica tem como fundamento a necessidade jurídica de preservar a segurança da mente humana, constituindo um paradigma de defesa da personalidade contra ameaças e agressões que se traduzam em lesões da integridade. O avanço do conhecimento humano pode levar a práticas flexíveis da integridade psíquica, como ocorre com a internação não consentida para tratamento de delírio mental ou a introdução de medicamentos que afetam o comportamento da pessoa, o novo Código Civil Brasileiro prevê que ninguém pode ser constrangido, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica, apenas se por motivos comprovados de periculosidade justificam a internação coativa de pacientes com problemas mentais. O direito à liberdade é múltiplo, por exemplo: liberdade civil, sexual, política, de religião, de pensamento, de locomoção de trabalho, etc. O art. 5º da Constituição Federal é um repositório fantástico do direito à liberdade, nas suas várias formas. A palavra liberdade apresenta diversos conteúdos, o que pode tornar difícil a sua compreensão. Podemos, no entanto, dizer que liberdade humana é o caráter ou condição de um ser que não está impedido de expressar, ou que efetivamente expressa, em obediência à sua exclusiva vontade, algum aspecto de sua essência ou natureza, respeitados os limites que lhe são impostos pelas leis, pela organização política, social, econômica e pela moral, o direito à privacidade e o direito de ficar só, de praticar atos que as pessoas não precisam saber ou ver.

INTEGRIDADE, PSÍQUICA, LIBERDADE

DIREITO À LIBERDADE DE RELIGIÃO

EVAIR GONÇALVES DE OLIVEIRA
HERIVELTON DE LIMA
JORGE LUIZ SZUMILO

A liberdade religiosa faz parte dos direitos fundamentais, sendo considerado por alguns como uma liberdade primária, este direito assegura as pessoas o direito de crer e não crer, de manifestar seu credo sem sofrer intolerância, ou seja, salvaguarda escolhas de pessoas e comunidades, a inclusão deste na lei magna marcou uma secularização ou entrada para a modernidade. Lembrando que está secularização não foi um marco ao ateísmo do Brasil mas sim uma atitude respeitosa a todos os credos, vale salientar que o Brasil é um país miscigenado e devido a isso muitas religiões aqui são praticadas. Vale salientar nosso conhecimento empírico de fatos observados na mídia que nos remete a pensar o porque do extremismo religioso, foi observado e muito comentado o caso da intolerância sofrida por uma criança que faz parte do candomblé, no qual a menina de 11 anos, iniciada no candomblé a 4 meses, seguia com parentes e irmãos de santo para um centro espiritualista, quando foi atingida na cabeça por uma pedra, segundo testemunhas atirada por um grupo de evangélicos. A liberdade de religião é consagrada pela Constituição Federal como direito fundamental prescrevendo que o Brasil é um país laico, essa afirmação prevê que o Estado deve proporcionar a seus cidadãos um clima de ótima compreensão religiosa, evitando a intolerância e o fanatismo. Deve também ser clara a divisão entre o Estado e religiões sem poder ter alguma religião oficial, e o Estado devendo proteger e garantir o livre exercício das religiões. A liberdade de crença é garantida no art. 5º, inc VI da Constituição Federal, “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção dos locais de culto e a suas liturgias.” Ela abrange a liberdade de escolha, mudança, de não ter religião, e de ser ateu. O inc. VII do mesmo artigo da Constituição Federal, estipula que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política.

DIREITO À LIBERDADE, RELIGIÃO, LAICO, INTOLERÂNCIA, CRENÇA

DIREITO AMBIENTAL E O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DHAYAN CHRIS SOMER
JAIME RAFAEL SYDOR

O presente trabalho tem como objetivo abordar um dos Princípios do Direito Ambiental, o do Desenvolvimento Sustentável no qual está previsto no caput do artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Este se refere ao desenvolvimento capaz de suprir as necessidades das gerações atuais, isto é, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações futuras. Este desenvolvimento seria aquele que não esgota os recursos naturais. O meio ambiente ecologicamente sustentável é direito de toda a população, para que esta possa estar garantindo e desfrutando de uma boa qualidade de vida com seus recursos renováveis e sustentáveis. Mas para que isso se torne uma realidade é preciso que cada cidadão colabore, faça sua parte, tanto utilizando de recursos limpos que não causem dano ao meio ambiente, quanto evitando a produção de bens que o prejudicam, para que as presentes e futuras gerações possam estar usufruindo de um meio ambiente renovável, sustentável e limpo, e ainda tendo uma essencial e sadia condição de vida. O princípio do desenvolvimento sustentável busca o crescimento econômico e social, de forma racional a ser utilizado os recursos ambientais, não apenas para satisfazer as necessidades das gerações presentes, mas sim que a utilização desses recursos não comprometa as necessidades e o modo de vida das futuras gerações. Portanto, para que se possa ter qualidade de vida, de modo que não comprometa o meio ambiente, é necessário que cada cidadão faça sua parte, tanto no que diz respeito a utilizar bens que favoreçam o desenvolvimento sustentável, não esgotando os recursos naturais, quanto para aqueles que contribuem evitando a produção de bens agressivos que prejudicam o meio ambiente.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MEIO AMBIENTE, FUTURO

DIREITO AMBIENTAL E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

BRUNA MACHOVSKI
GUILHERME AUGUSTO DE AZEVEDO

O presente trabalho aborda os ramos e leis que visam proteger o direito ambiental, que é um ramo jurídico relacionado ao meio ambiente, diz a respeito à proteção jurídica do meio ambiente. O direito Ambiental, como o meio ambiente, não possui um conceito certo sobre sua definição, o Direito Ambiental trabalha as normas jurídicas de vários ramos do direito. É um direito que pertence a todos os cidadãos, e busca conciliar o comportamento humano com o meio ambiente. Os Princípios do Direito Ambiental visam a qualidade de vida para as presentes e futuras gerações, em qualquer forma que está se apresente, conciliando elementos econômicos e sociais, isto é, crescendo de acordo com a ideia de desenvolvimento sustentável. O meio ambiente é um bem jurídico o qual deve ser muito destacado. Nenhum outro interesse tem difusão maior do que ele, que pertence a todos e a ninguém em particular, sendo sua proteção um benefício a todos. Hoje no Brasil, a Constituição da República de 1988 dedica um capítulo ao meio ambiente, especificando normas protetivas ao mesmo. Mostrando, assim, sua importância e a preocupação com o futuro da humanidade. Conclui-se que o direito ao meio ambiente está incluso aos direitos fundamentais, o que lhe confere uma proteção mais ampla, concreta e efetiva. Assim se mostrou possível a partir do momento em que o direito ao meio ambiente passou a ser entendido como uma extensão do direito constitucional à vida, onde se preza a qualidade de vida, bem como a preocupação com a presente e as futuras gerações.

MEIO AMBIENTE, PRESERVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

DIREITO À PRIVACIDADE COMO UM BEM UNIVERSAL

ALESSANDRA DE FÁTIMA MACHADO SCISLOVSKI MORGAN
CRISTIANE MACIEL LIMA
MARIA VICTÓRIA HIRT KRÜGER

Iniciada a pesquisa sobre direitos da personalidade percebe-se uma importância no reconhecimento do ser humano como centro e finalidade do direito. Essa inclinação é guiada pelo valor básico do Estado Democrático de Direito, que corresponde à dignidade da pessoa humana. Dessa maneira, os civilistas modernos devem, na aplicação de normas e conceitos jurídicos, assegurar a vida humana de forma integral e prioritária. O ser humano passa a ter valor em si mesmo, não podendo ser reduzido a um meio. Os direitos da personalidade abrangem todos os seres humanos em todas as suas circunstâncias e atividades sociais. Assim, cada direito corresponde a um valor fundamental, começando pelo próprio corpo. Segundo o art. 5.º da CF ‘‘Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade.’’ O direito à privacidade, especificamente, assegura a proteção do indivíduo contra qualquer publicação ou exposição de sua imagem sem autorização, proporcionando uma autonomia informacional. Esse direito permite a possibilidade de uma vivência com mais segurança, onde os indivíduos não poderão se intrometer em questões pessoais de outrem: ferindo sua imagem, causando desconfortos e até mesmo traumas para toda a vida. Essa garantia é prevista em lei, conforme o art. 5º. inciso X da CF: “São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.” Além do mais, uma questão muito discutida atualmente é a consequência do uso cada vez mais frequente – em uma escala enorme - das redes sociais ao redor do mundo, colocando em risco a privacidade de seus usuários ao facilitar a exposição demasiada da vida íntima na internet. Portanto, não se pode de maneira alguma interferir na vida pessoal das pessoas, sem seu consentimento e expô-las ao constrangimento: é nessas ocasiões que o direito à privacidade preserva e protege essas vítimas, dando suporte para que seja feita justiça.

DIREITO, PERSONALIDADE, PRIVACIDADE

DIREITO A PRIVACIDADE E A INTERNET

PATRICIA PEREIRA

Privacidade (em latim privates) significa separada do resto, ou seja, intimidade de pessoal ou de grupo definido de pessoas. Os direitos a intimidade e a própria imagem formam a proteção constitucional a vida privada a qual faz referência a proteção da imagem diante dos meios de comunicação em massa o qual classifica se a internet como um destes; A internet é um instrumento de grande utilidade e de livre acesso, onde ocorre a divulgação de informações privadas ou publicas em escala mundial. Porém pode ser usada de forma indevida e delituosa. Nesse sentido pode ocorrer a violação da privacidade através da revelação de intimidades das pessoas . O direito esta disposto na constituição federal do Brasil, artigo 5◦ inciso X- “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas (...)”. no entanto apenas como regulamentação as informações divulgadas. Desta forma se faz necessário uma fiscalização das informações na internet, sem mesmo ser necessário criações de novas leis, somente fazendo valer as existentes, outra medida que ajudaria nas punições é uma fiscalização de regulamentação de conteúdos com multas a os donos dos sites, ou a quem publica os conteúdos ilícitos que violam a privacidade das pessoas . Desta forma as violações da privacidade de muitas das pessoas será realmente protegida neste meio. Pois existem tecnologias que dificultam esse tipo de pratica, porém o uso destes artifícios não nos mantêm imunes, para isso se faz necessário as leis existentes se fazerem valer, com punições a os agressores, como reparação a aqueles que sofrem danos tendo sua privacidade violada. fazendo valer o Art. 21 do Código Civil. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

PRIVACIDADE, INTERNET, INFORMAÇÕES

DIREITO AUTORAL DOS LIVROS DIGITAIS

JEANE TUROK
JULIA GABRIELA SANDRIN TEIXEIRA
UBIRATAN BENHUR DE RAMOS

A fim de proteger a criação intelectual, o ordenamento jurídico pátrio criou dispositivos legais do direito autoral para proteger o interesse de cada autor em suas obras ou a autoria em obras, tendo como previsão legal na Constituição Federal de 1988, na Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98) e demais leis correlatas. Antes de tudo, a proteção que versa sobre direito autoral esta previsto no Direito Brasileiro, o qual esta dividido em dois ramos do direito: Direito Público e Direito Privado. No Direito Público versa sobre interesses da Sociedade como um todo, ou seja, interesses públicos. Já no Direito Privado, versa sobre interesses particulares, baseando na desigualdade jurídica entre as pessoas tratadas nas relações por ele regidas. Assim, o direito autoral pertence ano ao ramo do direito privado, um direito personalístico, o qual pertence ao ramo do Direito Civil, Direito das Coisas, tendo qualquer dúvida, questionamento ou alguma transgressão legal deve se arguido, disciplinado pelo Direito Civil. O principal objetivo é expor a sua proteção frente ao direito, como também mostra que esse novo modo de leitura deve e esta plenamente protegido. Neste trabalho foi realizado levantamento bibliográfico, através de doutrinas, artigos científicos e em sites especializados sobre o tema proposto, enfocando conceitos e afins do Direito Autoral, Direito Público, Direito Privado no ordenamento jurídico pátrio e abordando livros digitais principalmente. Dentre conclusões colhidas, cabe expor que os direitos autorais envolvendo livros digitais, mais conhecidos como “e-books”, estão literalmente protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, mesmo sendo em modo digital. Portanto, neste trabalho trouxe como a grande invenção o livro digital, “e-books”, o qual vem corroborando com o ensino educacional e profissional brasileiro, abrindo cada vez mais o acesso a obras literárias e cientificas ao amplo números de pessoas, devido o baixo custo para aquisição dos mesmos.

DIREITO AUTORAL, DIREITO PÚBLICO E PRIVADO, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DIREITO CIVIL, LIVRO DIGITAL

DIREITO AUTORAL E PIRATARIA DE CD E DVD

BRENDA BITTAR DE ALMEIDA
FERNANDA CAMILO
RAIZA HELLEN MAZZON BEDIM

O direito autoral e direito de autor não são expressões sinônimas. O primeiro permite o usufruto moral e patrimonial decorrentes da exploração da obra, por pessoa física ou jurídica, e já o segundo é um ramo privado que regula as relações jurídicas provenientes da criação da obra. De acordo com o parágrafo único do artigo 1º do Decreto Federal n. 5.244, entende-se por pirataria a violação aos direitos autorais de que tratam as Leis 9.609/1998 (dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País) e Lei 9.610/1998 (altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais). De maneira simples e clara, pode-se entender que a pirataria ocorre quando alguém copia, vende ou distribui um produto fruto de falsificação, onde são desrespeitados os direitos autorais de seu criador. São inúmeras as formas de pirataria, tais como falsificação de cópias DVDs e CDs, bem como a falsificação de marcas famosas na comercialização de bolsas, tênis entre muitas outras. A pirataria de DVDs do Brasil surgiu há muito tempo, por volta dos anos 60 e 70, visto que não existiam em nosso país empresas nacionais distribuidoras de filmes em videocassete, e naquela época nenhuma grande empresa internacional havia se estabelecido no Brasil, desta maneira todos os filmes que as pessoas locavam nas locadoras eram piratas, porém elas não sabiam. Depois desse tempo, a pirataria de DVDs vem tomando uma proporção cada vez maior na sociedade, por muitos motivos, entre eles pela facilidade, lucratividade ilegal e também pela "impunidade" com relação a esse crime. Muitos juristas acreditam que nesses casos, tanto na pirataria de DVDs como de CDs, deveria ser aplicado o principio da adequação social, ou seja, que não deve ser considerada criminosa uma conduta que é socialmente aceita ou adequada. Porém tal percepção foi contrariada pela súmula 502 do STJ, "Presentes a materialidade e a autoria, afigura-se típica, em relação ao crime previsto no art. 184, § 2º, do CP, a conduta de expor à venda CDs e DVDs piratas", nota-se que tal entendimento já foi pacificado no STJ, onde deve ser considerado crime a pirataria.

DIREITO AUTORAL, PIRATARIA, ILICITUDE

DIREITO AUTORAL SOBRE AS FOTOGRAFIAS

ANA PAULA JULIANI
ANDRESSA LUSTOZA OLIVEIRA
VALLÉRYA K. AGUIAR B, DE OLIVEIRA MARTINS

A palavra Fotografia vem do grego [fós] ("luz"), e [grafis] ("estilo", "pincel") ou grafê, e significa "desenhar com luz e contraste", ou seja, é uma técnica que cria imagens por meio de exposição luminosa. Com o decorrer dos anos se tornou extremamente popular, ampliando seu domínio para a "fotografia digital", a qual facilita o armazenamento e a distribuição das mesmas, bem como sua manipulação, o que em certos casos afeta os direitos autorais. Fato esse que levou a ser protegida por Lei 9.610/98, a qual classifica a fotografia como "obra intelectual", e enumera os direitos autorais, ou morais, que o autor pode reivindicar sobre a imagem. O presente trabalho tem por objetivo demonstrar o meio de proteção dos direitos autorais sobre a fotografia, tendo em vista que a mesma é definida pela Lei 9.610/98 art. 7º como obra intelectual: " São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio, ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como: VII- as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;" Vale ressaltar que essa lei regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhe são conexos, visando proteger as relações entre o criador e quem usufrui de tais criações. Para fins legais os direitos autorais são divididos em morais e patrimoniais, sendo que os morais garantem a autoria da invenção a quem a criou, já quando se trata do patrimonial, a proteção está designada a utilização econômica da obra intelectual. É resguardado ao autor a livre fruição de suas criações, bem como permitir, total ou parcialmente, a utilização da mesma por terceiros.

FOTOGRAFIA, DIREITOS AUTORAIS, LEI

DIREITO À VIDA

AMANDA CRISTINA DE MELLO LIMA
ANTENOR ROQUE COSTA JUNIOR
MARIO ADALBERTO ORDAKOWISKI FILHO

O ordenamento jurídico brasileiro tratou de salvaguardar os direitos do nascituro desde a sua concepção. A vida, como direito fundamental, faz parte do pressuposto ao exercício de outros direitos, vez que para ter direito à integridade, honra, trabalho, dignidade da pessoa humana, o sujeito detentor deve estar vivo, por isso, as legislações trataram de garantir além da vida, a dignidade humana que vem de encontro, não admitindo o aborto, a pena de morte, a eutanásia e garantindo a todos o direito a legítima defesa, podendo inclusive, cessar a vida de outrem em prol da sua. Com o passar do tempo apresentam-se valores próprios que foram legislados para garantir a nossa dignidade humana, física e moral, nas quais fazem parte os Direitos Fundamentais, sendo que, o mais importante deles é o direito à vida, sem esse direito, não teria do que se falar de outros. A Constituição Federal também garante que todos são iguais perante a lei sem distinção alguma, garantindo aos brasileiros e estrangeiros que moram no país a inviolabilidade à liberdade, igualdade, segurança e a propriedade. O direito à vida é o direito de não se interromper o processo vital senão por espontaneidade ou por modo inevitável, iniciando com o nascimento do nascituro ou embrião, o qual já é um ser individualizado que possui carga genética única estão garantidos seus direitos desde a gravidez até o fim da sua vida. O direito à vida, não está resguardado apenas para garantir o "estar vivo", como também o exercício de outros direitos fundamentais, tais como: educação, saúde, segurança, moradia etc., não podendo este ser suspenso por ninguém, salvo as hipóteses previstas em lei, ou quando há excludentes da ilicitude previstas também no ordenamento jurídico. Observado é também que outras garantias vêm para salientar o direito à vida e o princípio da dignidade humana, tais como: a garantia do salário mínimo, a não redução de salários e os direitos à previdência, moradia, educação e saúde fazem parte do direito mínimo de sobrevivência. Por fim as garantias à integridade física e moral fazem parte dos direitos objetivos de tratamento digno por parte do Estado.

VIDA, DIGNIDADE, INTEGRIDADE

DIREITO DE PATENTE E O CORAÇÃO ARTIFICIAL BRASILEIRO

ALEXANDRE GALVÃO DA SILVA
LUCAS SOBANSKI
WAGNER WILSON OSTERNACK

A Constituição Federal de 1988 consagra em seu artigo 5º, “caput”, o Direito de Propriedade como um direito fundamental individual, consequentemente no mesmo artigo, no inciso XXIX, prevê a proteção do direito dos inventores sobre suas criações, preceituando que a lei assegurará aos autores de inventos industriais, utilização temporária dos mesmos, bem como proteção às criações, à propriedade de marcas, nomes de empresas e signos, visando o desenvolvimento tecnológico no país. As invenções são fundamentais para o progresso da sociedade e aperfeiçoamento das técnicas de produção. Por esses motivos, o ordenamento jurídico não pode deixar de tutelar tal direito, garantindo ao inventor o proveito de sua invenção como forma de estimulá-lo e recompensá-lo. Essa regulamentação surgiu com a edição da lei nº 9.279, de 1996, conhecida como “Lei de Patentes”. Nela estão elencadas todas as regras concernentes à propriedade industrial, ao registro de patentes e “tutti quanti” e como obter o registro de patente de alguma invenção. O engenheiro mecânico Aron de Andrade, do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, em São Paulo, desenvolveu um coração artificial alimentado por um motor elétrico e ligado ao órgão natural. A função do coração artificial será realizar o trabalho pesado de distribuir o sangue pelo corpo, mas o coração natural continuará fazendo a captação do sangue. O grande avanço deste invento é que é o primeiro no mundo que não há a retirada do coração natural, o que torna o procedimento cirúrgico menos complexo. Segundo os envolvidos no projeto, há expectativa de que, por não precisar mais fazer tanto esforço, o coração debilitado possa se recuperar gradativamente. Em projeto inicial, o coração artificial poderá ser utilizado pelo paciente por até trinta dias, mas há expectativa de que com o aprimoramento da invenção ele possa ser utilizado por mais tempo e até mesmo ser “instalado” internamente. É O Direito de Patente consagrado na Magna Carta e regulamentado pela Lei nº 9.279/96 é, além de um instituto de proteção do direito de propriedade, sobretudo, um incentivo aos inventores que possuem o dom da criação, não podendo o Direito deixar de contemplar tal fato regulamentando assim os mesmos. Conclui-se ainda que o coração artificial como uma grande invenção brasileira está sujeito a lei de patentes, devendo trazer benefícios financeiros ao inventor, mas também melhorias para a sociedade.

DIREITO CIVIL, DIREITO A PROPRIEDADE, LEI Nº 9.279/96, LEI DE PATENTES

DIREITO E MUSICA

CARLA CORREIA
MARCELA DOS SANTOS FORKEVICZ SILVA
MARCILIANO CAMARGO DE ALMEIDA

A ligação entre Direito e Música, a primeira vista, faz-se estranhar, mas realmente, a música mesmo sendo passada como arte ou modo de distração por parte das pessoas, está ligada ao Direito. A musica surgiu por volta de 40 a 50 mil anos atrás, tendo a sua origem na pré-história junto com a fala, o primeiro instrumento musical encontrado foi uma flauta de osso de pássaro que data de 35 mil anos encontrada nas cavernas da Alemanha. A relação entre Direito e Musica encontra-se na liberdade de expressão de valores e costumes, liberdade que é assegurada pela Constituição Federal (CF) de 1988 Artigo 5º inciso IX e Art.220,§ 2º, a violação de direitos como da expressão de valores e desejos de mudanças sociais, bem como criticas á formas de governos. O que se concretiza no período da Ditadura Militar no Brasil é o desrespeito a esses direitos fundamentais, a intolerância por parte do poder que tenta reprimir aqueles que desejavam expressar seus pensamentos contrários aos interesses do governo atual, certamente estes seriam impedidos de se expressar e comercializar suas musicas disseminando ideais, sendo muitas vezes usada a violência como repressão e em muitos casos sendo exilados como forma de punição e servido de exemplo para que outros não fizessem o mesmo. Motivando então artistas mais corajosos e criativos a reescrever ideais de forma subliminar, como a música “A mosca na sopa” de Raul Seixas que faz analogia sendo “a sopa “ os militares e “a mosca” o povo e que não adiantaria matar, (como acontecia na época), pois viria outra pessoa e a luta continuaria. Não deixando assim censura impedir sua forma de expressão, foi a forma criativa encontrada pelos artistas para expor suas convicções, neste caso e em outras diversas músicas da época em que se pode perceber este artificio para se driblar os militares, percebe-se então ligação entre Música e Direito, misturando o real e o irreal em defesa de ideais e direitos, mesmo com a forte atuação da censura.

DIREITO, MUSICA, CENSURA

DIREITOS DA PERSONALIDADE

DAIANE DA SILVA SANTOS
MARCIONEI KONOPKA
SIRLENE PABIS

O presente trabalho abordará a questão dos Direitos da Personalidade. Conceito, características,classificação e, de modo específico, abordará o tema do Direito ao Corpo Humano Vivo. O assunto se mostra de grande importância pelo fato de ser uma das principais inovações da Parte Geral do Novo Código Civil e por se tratar de direitos que tem por objeto proteger e estabelecer parâmetros legais aos aspectos mais essenciais da esfera humana, como por exemplo, a própria vida, a integridade física, integridade psicológica, e a integridade moral. Estes direitos, que são tão valiosos tanto na esfera pessoal, como na esfera jurídica, possuem algumas características especiais, como por exemplo: vitaliciedade, indisponibilidade, impenhorabilidade, imprescritibilidade, extrapatrimonialidade, generalidade e caráter absoluto. O Direito ao corpo humano vivo trata da indisponibilidade, por parte do cidadão, de dispor da sua integridade física, exceto em casos permitidos pela lei e indicados pela medicina, como é o transplantes e mudança de sexo, havendo sempre necessidade de autorização dos portadores destes direitos, e comprovado pela medicina, o benefício físico ou psicológico dos receptores destas intervenções. Numa visão geral sobre o novo código civil, a introdução destes direitos da personalidade foi uma evolução, pois historicamente ele é um código que tem característica predominante patrimonialista, ou seja, é um código cujo principal foco é regular e proteger as relações patrimoniais entre as pessoas.

DIREITOS, PERSONALIDADE, CORPO HUMANO, VIVO, INDISPONIBILIDADE

DIREITOS DA PERSONALIDADE E DIREITO À IMAGEM

BIANKA NEIVERTH VORPAGEL
BRUNA DE OLIVEIRA FERNANDES
DENIS ESTEBAN LEIVA BRICEÑO

Podemos considerar os direitos da personalidade, como um conjunto de direitos fundamentais que protegem os bens constitutivos do núcleo mais íntimo do ser humano, são direitos necessários para lograr seus fins e que em consequência nos pertencem só pelo fato de sermos pessoas. Os direitos da personalidade se ocupam de proteger à integridade física, moral e intelectual. A pesquisa aborda em especial a questão do direito à imagem. Pois é um direito que tem toda pessoa, de autorizar e proibir a captação ou a difusão dos seus rasgos físicos, este direito corresponde a toda pessoa humana, e tem um caráter doble, sendo direito da personalidade, protegido pelo Código Civil, e como direito humano fundamental é protegido a nível constitucional e internacional. A imagem tornou-se de suma importância na atualidade em razão da difusão dos meios de comunicação, como a internet, a tecnologia vem contribuindo exageradamente para esse avanço, as pessoas estão vulneráveis a sua exposição, buscou-se estabelecer limites para a captação e divulgação da imagem ainda que sem consentimento. Toda pessoa tem direito a sua imagem, de autorizar e proibir a sua divulgação, este direito corresponde a toda pessoa humana, o direito a imagem, passou a ser considerado como direito autônomo independente de lesão a qualquer outro direito. Se a pessoa retratada no caso for famosa ou pública, é livre a utilização de sua imagem para fins somente informativos, ou seja, que não tenham fins comerciais, a luz da afirmação acima expendida conclui-se que, qualquer outro uso da imagem sem autorização do titular constitui violação do direito à imagem. As grandes maiorias dos doutrinadores classificam as violações ao direito de imagem da seguinte forma: quanto ao consentimento, quanto ao uso, quanto à ausência de finalidades que justifiquem a exceção. Se for constatada a violação ao direito à imagem impõe ao transgressor a obrigação de reparar os danos eventualmente sofridos, seja através da restauração da compensação do prejuízo moral. Reproduzir imagens captadas em local pública, ou em eventos de interesse coletivo, constitui-se em exceções, desde que a pessoa retratada, tenha consciência do acontecimento, em tal situação, a utilização não importa em conflito com o direito à imagem.

DIREITO À IMAGEM, DIREITOS DA PERSONALIDADE, AUTORIZAÇÃO, UTILIZAÇÃO

DIREITOS DA PERSONALIDADE NO ÂMBITO JURIDICO BRASILEIRO E INTEGRIDADE FISICA

ELIANE PEREIRA CALDAS

Os direitos da personalidade são normalmente definidos como o direito irrenunciável e intransmissível de que todo indivíduo tem de controlar o uso de seu corpo, nome, imagem, aparência ou quaisquer outros aspectos constitutivos de sua identidade, pode ser entendido então como direitos atinentes a promoção da pessoa na defesa de sua essencialidade e dignidade. Porém o reconhecimento dos direitos da personalidade como categoria de direito subjetivo é recente, até o século XIX existia uma teoria negativista que refutava os direitos da personalidade. Estariam, dessa forma, os direitos da personalidade vinculados de forma indissociável ao reconhecimento da dignidade humana, qualidade necessária para o desenvolvimento das potencialidades físicas, psíquicas e morais de todo ser humano. A alteridade representa o reconhecimento do ser humano como entidade única e diferenciada de seus pares, que só ganha forma com a existência do outro. A dignidade é uma qualidade derivada, ou seja, pode existir somente se o ser humano for autônomo em suas vontades e se lhe for reconhecida alteridade perante a comunidade em que vive. E que exigem o respeito à incolumidade física (corpo físico) e psíquica (mente e consciência), tratando de assuntos como liberdade, igualdade, solidariedade e a diferença, isto é, do direito público subjetivo, como de temas referentes ao nome, à imagem, à honra, à privacidade, que fazem parte das características do direito privado. Assim sendo, os direitos da personalidade se fazem presentes tanto na esfera do Direito Público quanto do Direito Privado. Todos os direitos de personalidade, tem suas características fundamentais, são absolutos por conterem, em si, um dever geral de abstenção, intransmissíveis porque não podem ser transferidos à esfera jurídica de outra ordem, indisponíveis visto que são insuscetíveis de disposição, irrenunciáveis por não ultrapassar os limites do seu titular, ilimitados, imprescritível, impenhoráveis e inexpropriáveis por não se extinguir através do uso, nem pela falta de intensão em defendê-los e por ser inatos à pessoa, concedido no momento da concepção. A integridade física remete para o bem estar ou saúde física de um indivíduo ou pessoas. Direito à integridade física, consiste no direito de ter respeitado seu corpo de maneira ampla, contra tudo que possa feri-lo. O conceito de proteção à integridade física pode ser interpretado, à primeira vista, como uma simples norma quanto ao resguardo do corpo de um indivíduo.

DIGNIDADE HUMANA, PERSONALIDADE, DIREITOS, CARACTERISTICAS, INTEGRIDADE FISICA

DIRIEITO AO NOME

JHENNIFER ADRIELI SOUZA BATISTA
PATRICIA PEREIRA
REGIS MARCOLIN

Esse resumo tem por objetivo mostrar no trabalho de Iniciação Científica o que está inserido no Direito ao Nome e seus principais tópicos: mudança do nome e correções deste, acréscimo de apelido ou nome, homonímia e algumas curiosidades. A palavra nome deriva do latim nomen, ele é um utensílio jurídico que caracteriza e individualiza homens e mulheres na sociedade, dentro da sua família e direitos junto com suas obrigações na sociedade. O nome é protegido por lei nos artigos 16, 17, 18 do Código Civil Brasileiro. O nome não pode ser abdicado, nem transferido a outro, nem valorado economicamente e é imprescritível. Este está dividido em quatro elementos: Prenome que é o nome próprio, que é escolhido pelos pais por ocasião de registro de nascimento; sobrenome: é o segundo elemento fundamental, serve para indicar a procedência da pessoa, este não pertence só a uma pessoa determinada e sim a todos os membros de uma família; agnome: é o que se acrescenta ao nome completo para distingui-lo de outros parentes que tenham o mesmo nome, exemplo: Filho, Neto, Junior e Sobrinho; cognome: é aquele nome afetivo ou pejorativo onde apelidos são criados a partir de elementos do próprio nome, ou por características da personalidade, pela aparência física. As exceções para mudança de nome podem ocorrer nos seguintes casos: quando causar constrangimento ao seu tutelar; os registrados se equivocam na grafia; no caso de adoção; no nome da pessoa do estrangeiro quando se comprova que está errado; no caso de casamento quando qualquer um dos nubentes ofereça o seu sobrenome para outro; no reconhecimento de filhos; separação judicial; e o acréscimo de apelido ou nome. A homonímia é no caso quando duas ou mais pessoas, possuem nomes iguais, mesmo sem laços parentescos isso pode trazer alguns constrangimentos se algum for fora da lei, mas pode ser resolvido facilmente com provas de que não é a outra pessoa com o seu mesmo nome, e por último o pseudônimo é utilizado normalmente no meio artístico ou literário para ocultar seu nome e ao mesmo tempo identificar sua personalidade ele também é protegido por lei, art. 19 do Código Civil Brasileiro.

DIREITO AO NOME, MUDANÇA DE NOME, SOBRENOME, HOMONÍMIA, PSEUDÔNIMO

DISTRITO FEDERAL

MAYARA NEDOPETALSKI BRANDALISE
PATRICIA KRUPEK
VANESSA FAUST CORDEIRO

O presente trabalho tem como objetivo a análise e demonstração do conceito, características físicas e políticas da Federação brasileira, especialmente, do Distrito Federal, enquanto ente federado que compõe o ordenamento jurídico brasileiro. Sabe-se que o Brasil adotou a forma de Estado denominada Federação, que consiste em um vínculo indissolúvel entre os entes que a compõe, e ainda, ser uma administração política-administrativa das competências, dando aos seus entes federados autonomia. São quatro entes federativos que compõe o Estado Federal, sendo a União, que irá versar sobre assuntos de interesse nacional; os Estados-membros, atuando em nível regional; o Distrito Federal, autônomo em matéria regional e local; e ainda os municípios tratando de assuntos locais. No que tange ao Distrito Federal, tal ente federativo é uma pessoa física de direito público interno, estando disposto e explicado de forma breve, no artigo 32 da Constituição Federal. O Distrito Federal não se confunde com a capital federal, já que esta é Brasília, consoante o artigo 18 § 1º da CF, estando situada no referido ente federativo, ou seja, é um ente federado que engloba Brasília. O Distrito possui algumas diferenciações dos demais entes e ainda, algumas características únicas e peculiares, tendo autonomia para tratar de assuntos regionais e locais. Por fim, deve-se destacar que o Distrito Federal tem a autonomia política parcialmente tutelada pela União, tendo em vista que não organiza as polícias civil e militar e nem o corpo de bombeiros militar os quais estão sob a tutela da União. Neste mesmo sentido, não tem autonomia para organizar o seu próprio Poder Judiciário, consoante previsão constitucional.

ENTE FEDERADO, DUPLA COMPETÊNCIA, AUTO-ORGANIZAÇÃO

DÍVIDA DE ALIMENTOS E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

JULIANA PAZ DE MOURA
RENATO LAZZARETTI

Em se tratando de uma condição indispensável para a subsistência do credor, o sistema processual busca efetivar com grande celeridade as ações de alimentos. Como é notório, a Constituição, art. 5º, LXVII, prevê a prisão civil por dívida de alimentos nos casos de “inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia”, com o intuito de “forçar” o devedor a resolver a dívida. O CPC/73, §1º do art. 733, dispõe sobre a possibilidade do juiz decretar a prisão, que não está expressa no texto mas cumpre-se em regime fechado, nos casos em que o debito for referente à 3 prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as vencidas no curso do processo (Sum. 309/STJ). O novo Código de Processo Civil trata do assunto no art. 528, onde no §4º determina expressamente a prisão em regime fechado, em separado dos presos comuns, e traz no §1º um novo meio de coerção que é a possibilidade do juiz, de oficio, protestar o pronunciamento judicial, ou seja, deixa o devedor com “nome sujo”, não sendo necessário o transito em julgado da decisão, diferentemente das demais decisões condenatórias e, o cumprimento da pena, de 1 a 3 meses, não exime o devedor ao pagamento das prestações vencidas e vincendas (§5º), mantendo expressamente, no §7º, o número de 3 parcelas vencidas para que seja possível a decretação da prisão. Além do mais, existe a possibilidade de ser descontado até 50% dos vencimentos líquidos daquele devedor que é aposentado ou é o venha a tornar-se assalariado, sendo que pode haver um desconto adicional de até 30% em relação às parcelas devidas, as quais serão descontadas em parcelas. E ainda, nos casos de inadimplemento poderá o devedor ser sentenciado a pagar sob pena de prisão (528/533), penhora (528, §8º), execução de alimentos em títulos executivos extrajudiciais sob pena de prisão (911/912) ou sob pena de penhora (913). Tudo isso nos leva a acreditar que o acesso do alimentado à Justiça torne-se mais efetivo.

DÍVIDA DE ALIMENTOS, EXECUÇÃO DE ALIMENTOS, NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

DO DIREITO AO ESTADO DE FILIAÇÃO E A ADOÇÃO À BRASILEIRA

JEANE TUROK
JULIA GABRIELA SANDRIN TEIXEIRA
UBIRATAN BENHUR DE RAMOS

O direito ao estado de filiação é estabelecido pela Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente como direito personalíssimo, indisponível e imprescritível. É o direito que todas as pessoas têm de saber quem são seus pais. Se adotado regularmente ou não, o filho ou filha possui a garantia legal de saber quem são seus pais biológicos, se assim desejar. Se essa possibilidade de saber suas origens for negada, será cometido crime contra o estado de filiação. A adoção regular é aquela em que desvincula a criança ou adolescente de qualquer vínculo com os pais biológicos e se dá por decisão judicial. Mesmo havendo a tentativa da justiça em acelerar os processos para tal, existe a segunda forma de adoção, tratada como “adoção à brasileira”. Pode se dar tanto pela adoção feita pelo companheiro da verdadeira filiação quanto por pais que não possuem vinculo algum. No primeiro caso, é comum ocorrer após brigas, desentendimentos, separação do casal o ajuizamento pelo pai não biológico de ação negatória de paternidade. O pai estaria ignorando a relação sócio-afetiva que foi concretizada ao longo da vida do filho. A segunda problemática está naqueles que burlam os meios legais de adoção, eles “pulam” todo o processo, apenas registrando a criança que foi doada pela mãe. A exceção para o crime de adoção a brasileira ocorre quando por motivo nobre, a pessoa adota a criança, querendo o melhor para ela, assim como a mãe que a doou. O juiz, nesse caso, poderá decidir por reduzir a pena ou até mesmo conceder o perdão judicial, o que dependerá de cada fato. Portanto, é possível observar que a adoção à brasileira está prevista no código penal, mas que na maioria das vezes há a prática de um ato nobre, em busca de oferecer melhores condições para criança, porém é importante ressaltar, que é uma prática errônea querer burlar os meios disponíveis de adoção pelo Estado, mas que às vezes é preciso relevar. os interesses da criança sempre estarão a cima em posição prioritária em relação ao interesse dos demais, no que a lei puder defendê-la. Sempre, serão observados os possíveis maus resultados que poderão vir a ocorrer para a criança caso uma decisão errada seja tomada pela justiça, tais como danos psicológicos e morais. Para que casos de adoção à brasileira venham a ocorrer em menor quantidade, até que praticamente parem de existir, é necessária maior fiscalização para realização dos registros e maior celeridade judiciária pra quem muito espera adotar uma criança.

DIREITO PENAL, ADOÇÃO, DIREITO AO ESTADO DE FILIAÇÃO, ADOÇÃO A BRASILEIRA

DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO: ESTADO DE PERIGO E LESÃO

BRUNO ALENCAR CABRAL DA SILVA
LUCAS ROMARIO FERREIRA GOMES
RENAN W.R. DE LIMA

A pesquisa versa sobre os defeitos dos negócios jurídicos, a saber: Lesão e Estado de Perigo, arts. 156 e 157 do CCB. O negócio jurídico consiste em uma declaração de vontade, emitida com base no princípio da autonomia privada, com liberdade negocial e, por meio do qual, as partes disciplinam os efeitos que pretendem produzir. “O negócio jurídico é a manifestação de vontade tendente a criar, modificar ou extinguir um direito” (BARROS, 2003, p. 219). O entendimento correto e interpretação coerente dos negócios jurídicos são fundamentais a todas as partes envolvidas na celebração do negócio, posto que se for viciado é passível de anulação, conforme art. 171 (CC, 2002), “Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: II por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores”. “O art. 157, dispõe que ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta. O art. 156 prevê “configura-se estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa. O estado de perigo consiste em salvar-se ou salvar alguém de sua família que está em circunstâncias perigosas, fazendo um negócio jurídico desproporcional ao verdadeiro valor com um terceiro que sabe da situação, o negócio pode ser anulado ou apenas reformulado com seu valor original, quase que como a Lesão, em que uma pessoa, num caso de necessidade ou pouca experiência assume um contrato desproporcional. A principal diferença entre os institutos consiste em, no estado de perigo a decisão é rápida, não há tempo para julgar com profundidade do ônus assumido, pois conhecido da outra parte o grave dano de perigo que envolve a vítima ou sua família. Um pai que para salvar seu filho de morrer afogado, promete sua fortuna ao salva-vidas. A lesão, por sua vez, pode ocorrer na hipótese da falta de experiência, em que a pessoa assume obrigações desproporcionais. Uma pessoa que vende um imóvel por um valor, quando esse vale muito mais, inexperiência. Em suma, um olhar amplo evidencia que os institutos do estado de perigo (art. 156) e Lesão (art. 157) somente vieram a contribuir com as relações negociais.

CODIGO CIVIL, LESÃO, ESTADO DE PERIGO

DOSIMETRIA DA PENA E O CUIDADO COM O “BIS IN IDEM”

DOMINIQUE ACIREMA SCHIO DE OLIVEIRA
GEOVANA JONSSON KUSTER

O trabalho proposto dispõe sobre a análise da aplicação da pena com atenção ao critério trifásico de dosimetria e o cuidado com o bis in idem. O cerne deste trabalho é abordar a classificação, entender a importância de cada fase, bem como o momento em que deve ser aplicado, garantindo o respeito ao réu e a condução de tais procedimentos do cálculo da pena em conformidade com os valores do Sistema Penal.Sendo o Brasil, um Estado democrático de direito deve-se o direito penal em conformidade com esta máxima aplicar-se a garantir o respeito das liberdades dos cidadãos, ou seja, o respeito pelos direitos humanos e pelas garantias fundamentais estabelecidos em nossa CF assegurando, portanto uma proteção jurídica ampla. O sistema trifásico prevê em sua 1ª fase a análise das circunstâncias judiciais, onde se terá a fixação da pena base; na 2ª fase será fixada a pena intermediária com a avaliação do rol taxativo das agravantes e o rol exemplificativo das atenuantes; e, por fim, na 3ª e última fase serão analisadas as causas de aumento e diminuição sendo que ao percorrer este caminho resultará, portanto na pena definitiva. É acatado em nosso ordenamento jurídico o “Princípio da Vedação da Punição pelo mesmo Fato”, previsão implícita na Convenção Americana de Direitos Humanos, que consiste no “ne bis in idem” e significa que ninguém deve ser processado 02 vezes pela mesma infração penal. Ocorre, entretanto que durante este caminho o julgador acaba por utilizar a mesma circunstância 02 vezes para valorar a pena do condenado, por exemplo: Não pode o magistrado reconhecer no crime que já tem o motivo como elementar do tipo como é o caso do art. 134/CP “abandonar recém nascido” e depois voltar falar do motivo nas circunstâncias judiciais. Tem-se ainda que o STF reconhece a ocorrência do bis in idem ou dupla valoração quando os fatos considerados maus antecedentes embasem também o agravamento da pena pela reincidência.
Destarte, válida é, mais um estudo sobre o tema, na ânsia de conhecer mais sobre o assunto e contribuir no entendimento e cuidado sobre tal procedimento que fere as garantias do condenado. Para tanto, nos servimos de estudos anteriores sobre tal temática, doutrina e observação atenta do CP.

DIREITO PENAL, DOSIMETRIA DA PENA, BIS IN IDEM

DRONES: OS NOVOS INIMIGOS DA PRIVACIDADE

NATHALIA KARINA DE MATTOS

Os primeiros drones surgiram no ano de 1917, na Primeira Guerra Mundial, a princípio tiveram seu uso voltado para esfera militar, nos últimos anos, no entanto, estão se tornado itens desejados pelos consumidores de novas tecnologias. O nome drone é um apelido que surgiu nos EUA para o modelo de aeronave não tripulado, no Brasil o termo utilizado é VANT (Veiculo aéreo não tripulado), de acordo com a legislação Brasileira somente os modelos não comerciais e com carga aérea útil podem ser considerados VANTS, modelos com as mesmas características que tenham fins recreativos se enquadram na categoria de aeromodelo, é importante ressaltar que a utilização com fins comerciais é proibida pela ANAC. A comercialização de drones no Brasil é livre, a facilidade de compra e falta de regulamentação são componentes ideais para o surgimento de litígios. Vários problemas práticos surgem do seu uso, podemos dividi-los em dois grandes grupos: problemas envolvendo a segurança e problemas relativos à invasão de privacidade ocasionada por drones equipados com câmeras. Os debates realizados entre os órgãos regulamentadores e o legislativo tem se preocupado principalmente com a questão de segurança, negligenciando a iminência da violação à privacidade. A privacidade é o direito fundamental que o indivíduo tem de não ter violado nem pelo Estado e nem por terceiros aspectos particulares de sua vida, se pode dizer que a privacidade agrega três dimensões distintas: o direito de não ser monitorado, não ser registrado e não ser reconhecido. É evidente que a captação não autorizada de imagens e som através de drones, fere os aspectos de privacidade elencados anteriormente, dessa violação surge o dever de reparação dos danos causados, neste caso tratando de violação a direito personalíssimos incumbe-se o dano moral. O dever de reparar o dano é do proprietário do objeto, porém isso pode se tornar um aspecto problemático, os drones não possuem nenhum tipo de identificação que possa levar ao seu proprietário e as imagens e áudios podem ser difundidas livremente. Essa possibilidade de não identificação pode estimular a ocorrência de diversas condutas dolosas, o próprio mercado já investe em tecnologias que permitam a espionagem doméstica. Resta concluído que a responsabilização dos agentes é a maneira pela qual se poderá evitar violações à privacidade, para tanto é necessário que a legislação avance no sentido de ser possível a identificação dos drones e seus proprietários.

DRONES, DIREITO À PRIVACIDADE, REPARAÇÃO DE DANO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM PLENA REFLEXÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RAMON BUENO CAMARGO

A tomada de consciência pelo meio ambiente, sustentabilidade e educação ambiental vêm se tornando um dos temas mais discutidos em todos os seguimentos da atualidade. Para que se torne possível uma plena conscientização ambiental é de suma importância que tenhamos uma abstração de todas as experiências refletidas sobre estas questões. Com o crescimento dos mais variados segmentos industriais e consequentemente do aumento dos meios de produção, somos todos os dias influenciados a consumir de modo exagerado. Em se tratando de educação ambiental devemos ter o propósito de uma educação atuante e permanente, pela qual a sociedade tem uma tomada de consciência global sobre aspectos norteadores das questões ambientais. Buscando determinantes dentre as relações que os homens estabelecem entre si e com o meio em que vivem, assim, podemos elencar que a construção de pensamentos ambientais está diretamente relacionada com valores éticos e morais inerentes ao meio ambiente. A relação homem-meio deve ser uma relação de profunda dedicação, respeito e atitudes voltadas à busca do equilíbrio entre tais fatores. No âmbito da sustentabilidade, pode-se evidenciar o desenvolvimento sustentável como uma projeção de crescimento econômico necessário para as pessoas, mas com garantias de preservação do meio ambiente e sustentabilidade tanto para as presentes, quanto as futuras gerações. Assim, necessariamente é preciso que haja um equilíbrio harmônico entre os pilares do desenvolvimento econômico e preservação ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, proporcionando o bem estar da humanidade pautada na dignidade da pessoa humana. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável devem andar juntos em todos os aspectos. Pois é através da educação, com a quebra de paradigmas e com entendimento claro de um propósito que teremos efeitos construtivos em relação ao meio ambiente, sendo a educação a base social de um Estado na caminhada em prol a uma sociedade mais justa e fraterna, o propósito ambiental deve ser elevado a um patamar grandioso perante esta discussão. Deve-se aderir a reflexões que podem determinar o futuro de toda a humanidade, pois somente com a construção de pilares inovadores, discussões, pesquisas, ética e muita força de vontade traremos e transformaremos o meio em que vivemos em um ambiente saudável, limpo para que sejamos dignos de usufruir de tudo aquilo que a natureza pode nos proporcionar.

EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PRESERVAÇÃO, EQUILÍBRIO

EMBRIAGUEZ AO VOLANTE E A PROVA DE CONSTATAÇÃO

DALVANA ANDRIELI SKORUPSKI
JANETE TEREZINHA KERNITSKEI

O presente trabalho tem por objetivo pesquisar as várias formas existentes para se constatar a embriaguez ao volante, uma vez que a forma pericial, que vai diagnosticar com maior certeza o estado de embriaguez ainda é pouco utilizada, justificando um estudo mais aprofundado, na bibliografia, para se constatar a causa da não utilização. Visto que a embriaguez ao volante, atualmente, é umas das principais causas de acidentes no trânsito, pois o álcool influencia todas as funções, orgânicas e mentais do indivíduo. Em detrimento disso, há a necessidade de se combater severamente essa prática, penalizando o condutor. Porém, primeiramente há que se provar o estado de embriaguez deste. A Legislação que regula a matéria vem paulatinamente se conscientizando da seriedade do caso. Segundo o art. 277 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) “O condutor de veículo automotor envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito poderá ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que, por meios técnicos ou científicos, na forma disciplinada pelo CONTRAN, permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência”, Já o art. 306 do CTB dispõe que “Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência: Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor”. Complementando esse artigo, a Lei nº 12.971, de 2014, incluiu o § 2o que dispõe que “a verificação do disposto neste artigo poderá ser obtida mediante teste de alcoolemia ou toxicológico, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova”.Na maioria das ocorrências é realizado somente o teste de alcoolemia, mais conhecido como “teste do bafômetro”, porém sabe-se que o condutor pode se negar a fazer tal teste, com respaldo no princípio de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo. Isso tem gerado infringências nos entendimentos, uma vez que a lei autoriza outros meios de prova. Com isso, constata-se que a prova pericial, mostra-se indispensável para a constatação do estado de embriaguez do condutor.

EMBRIAGUEZ AO VOLANTE, PROVA DE CONSTATAÇÃO, PERÍCIA, MEDICINA LEGAL, PUNIÇÃO

EMENDATIO LIBELLI E O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

GRAZIELA PILATI DE LIMA
INGRID CHRISTINE RODRIGUES
PATRICIA MARCHECK BRIZOLA

A reforma do Código de Processo Penal trazida pela Lei n. 11.719/2008, em especial a alteração do artigo 383, tem sido matéria de intensa discussão entre teóricos e doutrinadores. A possibilidade do magistrado alterar o tipo penal, garantindo a correlação entre a denúncia e a sentença, após verificados que os fatos diferem da qualificação jurídica postulada pela acusação, de certa forma acaba criando uma nova perspectiva para a defesa. Como é sabido a jurisdição brasileira atenta que o réu defende-se dos fatos e não do tipo penal atribuído, permanecendo os fatos inalterados trata-se de uma mera reforma para adequação do tipo penal. A pesquisa tem por objetivo discutir algumas questões sobre o Instituto processual Emendatio Libelli, sua aplicação e consequências sob o prisma do Princípio do Contraditório e Ampla Defesa, levando em consideração a polêmica do assunto. Para tanto, primeiramente, resgata-se historicamente o instituto anterior a edição da Lei n. 11.719/2008 e como é aplicado atualmente. Em seguida, apresenta-se brevemente o Princípio da Correlação, o qual trata da seguridade dos vários princípios constitucionais processuais, onde a sentença deve estar correlacionada com o tipo penal indicado quando da denúncia. Posteriormente, de modo sucinto, discute-se sobre o Princípio do Contraditório e Ampla Defesa, conforme traz a Carta Magna de 1988 e em que medida pode ser ferido em se tratando da aplicação do instituto Emendatio Libelli. Por fim aproxima-se a discussão sob a perspectiva doutrinária de Gustavo Badaró e Aury Lopes Jr, e suas considerações sobre o assunto. O ponto de partida para a construção deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica a partir de dois autores. Aury Lopes Jr, advogado criminalista e Doutor Direito Processual Penal pela Universidade Complutense de Madrid e Gustavo Badaró, também advogado criminalista e professor Doutor em Direito Processual Penal, leciona na Universidade de São Paulo. A partir desses dois autores pretendeu-se dissertar, brevemente, sobre a opinião dos mesmos, a fim de conhecer postulados sobre a aplicação de Emendatio Libelli e consequências para a defesa, visando uma melhor compreensão sobre o tema na polêmica que sustentam que o contraditório deve ser observado também na matéria de direito, e não apenas nos fatos.

EMENDATIO LIBELLI, PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, DIREITO PROCESSUAL PENAL

EMPREGADO RURAL

JEANE TUROK
JULIA GABRIELA SANDRIN TEIXEIRA

Este trabalho é o resultado de um estudo sobre empregado rural. Os trabalhadores rurais possuem um papel de grande importância no cenário socioeconômico brasileiro, sendo as atividades agrícolas e semelhantes uma das primeiras a serem desenvolvidas no país. Empregado rural "é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário" (artigo 2º da Lei nº 5.889/73). Ou seja, apresentam os mesmos requisitos do empregado urbano: pessoa física; pessoalidade; habitualidade; subordinação; e onerosidade somando-se a estes o exercício de atividade em propriedade rural ou prédio rústico, além de existir a necessidade de que a atividade explorada pelo empregador rural seja agroeconômica. Esta última exigência vem do próprio conceito de empregador rural que "é a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividade agroeconômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados" (art. 3º da mesma Lei). O trabalhador rural possui um horário noturno diferente do trabalhador urbano (das 22 às 5 horas). Considera-se trabalho noturno aquele desempenhado entre 21 às 5 horas, para os trabalhadores rurais do setor agrícola e para os que trabalham na pecuária esse horário será das 20 às 4 horas (art. 7º da Lei 5.889/73). O adicional noturno para os trabalhadores rurais (pecuária ou agricultura) será de 25% sobre a hora normal. O adicional do trabalhador rural é superior ao percebido pelo trabalhador urbano (20%) tendo em vista que aos rurais não se aplica a hora ficta "Atualmente temos no Brasil cerca de 18 milhões de pessoas envolvidas no trabalho rural, que não se desenvolve de forma homogênea, existindo várias formas de relação econômica. Infelizmente, apesar de todo nosso desenvolvimento tecnológico e social ainda existem casos de trabalho escravo ou análogo a tal, mas que tem sido combatido tanto pelo poder público quanto pelos verdadeiros empresários rurais que cumprem com suas obrigações e vêm os trabalhadores como parceiros. O que vale lembrar é a importância que o trabalhador rural tem para nós que nos alimentamos, vestimos e usufruímos dos bens e serviços de que tanto precisamos" (CAAL, 2013). Cabendo, portanto, ao Direito reger sobre a proteção dos trabalhadores rurais, sempre buscando melhorar suas vidas e condições de trabalho, observando sua grande importância no crescimento do país.

EMPREGADO RURAL, TRABALHO, DIREITO

EMPRESAS B NO BRASIL E OS PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO AMBIENTAL

DAYANE ALFLEN BLUM
FABYO ALEXANDHER WESTPHAL MIRANDA

O presente estudo trata de analisar o modelo empresarial Benefit Corporations, ou Empresas B, tendo como objetivo identificar pontos de intersecção entre a sua proposta quanto ao meio ambiente e os Princípios Gerais do Direito Ambiental. Tendo em vista que este modelo empresarial é recente, ainda pouco mencionado na literatura acadêmica, a metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, com foco nas páginas de internet internacional e nacional do movimento. Tal metodologia se justifica pela necessidade de um estudo preliminar para a abordagem de um assunto pouco conhecido e explorado, possibilitando posterior construção de hipóteses. O estudo explorou inicialmente o conceito de Empresas B, que, de forma genérica, são empresas que utilizam do poder do mercado para resolver problemas sociais e ambientais. Observou-se que a conceituação de Empresas B é bastante genérica e sucinta, do que resultaram questionamentos como: Quais as propostas do movimento em relação ao meio ambiente? Que identificação existe entre estas propostas e os Princípios Gerais do Direito Ambiental? Buscou-se tais respostas pela análise da B Impact Assessment, ou Avaliação de Impacto B, que consiste em um inventário que constitui parâmetro padronizado pelo qual as Empresas B são avaliadas. Buscou-se, desta forma, correlacionar a Avaliação de Impacto B aos Princípios Gerais do Direito Ambiental, a fim de compreender quais são os princípios atendidos. Encontrou-se o Princípio do Direito Humano contemplado em vários itens da avaliação, que enfatizam a melhora das condições do trabalhador, como remuneração, benefícios, participação acionária, distribuição de renda e não discriminação, de forma a aumentar a qualidade de vida. O Princípio do Desenvolvimento Sustentável está presente nos itens que avaliam práticas ambientais sustentáveis, a inclusão social da mulher, a atuação na comunidade local e a responsabilidade social. Encontrou-se também contemplados os Princípios da Cooperação e da Participação Social. Concluiu-se que as Empresas B têm como objetivo operar segundo muitos dos Princípios Gerais do Direito Ambiental, operando segundo um novo paradigma. Observou-se ainda a ausência de importantes princípios, como o da Prevenção, Precaução, Reparação integral e o da Informação que permitiriam uma avaliação mais ampla no que tange à proteção do meio ambiente.

EMPRESAS B, MEIO AMBIENTE, DIREITO AMBIENTAL

ENERGIA NUCLEAR E SUA REGULAMENTAÇÃO LEGAL

ALLEF RAPHAEL MARTINS CONJUNSKI
PATRICIA SALVADOR

A utilização da Energia Nuclear no Brasil teve início em meados da década de 30, também chamada de atómica ou química permite a geração de uma energia limpa que não causa danos no efeito estufa, porém geram a reprovação da utilização da energia nuclear por grande parte das pessoas. Alguns acidentes em usinas nucleares já causaram resultados catastróficos, causando mortes, feridos e consequentemente atingindo gerações seguintes com casos de câncer. Portanto, a vários decretos e leis para fiscalizar, promover e executar todos os trabalhos de pesquisa, e o seu beneficiamento e os riscos que esse meio de produção de energia pode causar. Essa fonte energética é responsável por muita polêmica e medo por parte da população: a possibilidade de acontecer acidentes nas usinas, geram a reprovação da utilização da energia nuclear por grande parte das pessoas. Alguns acidentes em usinas nucleares já causaram resultados catastróficos, causando mortes, feridos e consequentemente atingindo gerações seguintes com casos de câncer. No Decreto Federal nº 40.110 de 10 de outubro de 1956, Art. 1º É criada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (C.N.E.N.), diretamente subordinada à Presidência da República, encarregada de propor as medidas julgadas necessárias à orientação da política geral da energia atômica em todas as suas fases e aspectos.Desde então houve grande impulso na execução de uma política nuclear nacional mais hostil. Neste momento a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) passou a fiscalizar, promover e executar todos os trabalhos de pesquisa, e o seu beneficiamento e os riscos que esse meio de produção de energia pode causar. Portanto, devemos ressaltar que a energia nuclear apresenta vários aspectos positivos, sendo muito importante a utilização dessa em países que não possuem recursos naturais para a obtenção de energia. Devendo assim haver estudos mais aprofundados sobre essa fonte energética, existem muitos pontos que devem ser melhorados para que essa opção seja a mais benéfica no nosso país, de forma que não cause danos ao meio ambiente e nem que cause risco a população.

ENERGIA, GERAÇÃO, NUCLEAR

ERRADICAÇÃO DA POBREZA

GISLAINE OLIVEIRA LIMA

Este estudo busca analisar a distribuição de renda, bem como os programas sociais implantados no Brasil tendo como objetivo analisar a implementação do programa social Fome Zero. Trata-se de pesquisa de cunho bibliográfico de caráter qualitativo. Para começar vamos analisar o progresso de programas sociais, pela primeira vez por um Tratado Internacional pela ONU exigindo dos Estados medidas específicas contra a pobreza, provocando o Brasil a tomar medidas para amparar famílias necessitadas, um dos programas apresentados foi a bolsa escola uma das razões apresentadas para a implantação foi a de aumentar a qualidade de vida dos alunos, pois com a educação é possível um mundo melhor. O programa nasceu no Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo da Universidade de Brasília-UnB, em 3 de janeiro de 1995 nas diretrizes do projeto de Lei 2.561/92. A partir deste primeiro programa institucional surgiram outros programas, como o de Auxílio gás: era entregue uma quantia de R$15,00 a cada dois meses, para ajudar famílias carentes. O programa Fome Zero foi criado para dar condições ás famílias a ter uma alimentação digna e saudável dando acesso ao mínimo necessário para sua sobrevivência. Assim, surgindo em 2004, a Bolsa Família, programa que abrangeu uma linha maior de beneficiários chegando a alcançar o total de 58 milhões de pessoas que se encontravam em situações críticas e até então desamparadas, até o desenvolvimento de programas que trouxeram impactos positivos na sociedade diminuindo o numero de necessitados.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, ERRADICAÇÃO DA POBREZA.

ESCRAVIDÃO MODERNA

JOSIANE APARECIDA SANTOS
KARLA OLIVEIRA
LETÍCIA ALMEIDA DE LIMA

Ainda no século XXI vivemos uma realidade um pouco obscura que muitos não conhecem ou se negam a enxergar, é a chamada escravidão moderna, que é qualquer tipo de relação de trabalho realizados sob ameaça, violências físicas ou psicológicas ou outras formas de intimidação que levem a realização de algum trabalho seja ele qual for, contra a vontade do indivíduo. Por le,i qualquer tipo de escravidão está proibida a muitos anos, porém a realidade enfrentada por pelo menos 27 milhões de pessoas no mundo é outra, pessoas que vivem com seus direitos violados obrigadas a exercer funções perigosas e com cargas horarias absurdas, seres humanos que por inocência e necessidade sem veem obrigadas a trabalhar de forma desumana. A escravidão no Brasil foi extinta oficialmente em 13 de maio de 1888, e também em agosto de 2003 foi criada a Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), órgão vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, com a função de monitorar a execução do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. Porém mesmo com as leis proibindo, essas práticas ainda são comuns no mundo inteiro, pela falta de ética de empresários e também pela falta de fiscalização. As leis modernas proíbem a escravidão, mas isso não tem impedido que pessoas sem escrúpulos se beneficiem do trabalho de inocentes e necessitados, são inúmeras as áreas afetadas pela escravidão no Brasil, porém, na agricultura e na pecuária esse tipo de trabalho escravo é predominante e abrangente, na área de prostituição de menores e exploração de crianças com trabalho infantil, onde é comum encontrar crianças em sinaleiros pedindo esmolas, fato este que ocorre diante dos olhos da lei e sem que nenhuma providencia seja tomada, se os órgãos competentes não agem em pequenos acontecimentos como agiram diante dos grandes abusos ocorridos no país em desrespeito aos direitos humanos.

TRABALHO ESCRAVO, DIREITOS, LEIS

ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL: IMPORTÂNCIA E PROTEÇÃO AO EMPRESÁRIO

BRUNO DE OLIVEIRA BUONGERMINO
LEAR SILVERIO PIOTTO FILHO
LUIZ FABIANO CAMPOS GUNHA

A presente pesquisa visa compreender a importância do estabelecimento empresarial para a atividade empresária. Dentro da abordagem que se propõe, serão apresentadas as medidas de proteção do estabelecimento empresarial que visam garantir segurança ao empresário que, muitas vezes utiliza-se de negociações contratuais diversas para manter ou então, se desfazer do conjunto de elementos materiais e imateriais que reunidos são necessários a um fim econômico almejado por quem exerce a atividade empresarial. Enfoque especial se dá com relação à classificação de bens em corpóreos e incorpóreos, sendo que os bens corpóreos são todos aqueles bens tangíveis ao passo que os incorpóreos são os intangíveis, tal reunião de bens, é denominada doutrinariamente como aviamento, com o único propósito de gerar riquezas ao estabelecimento, sendo ele objetivo ou subjetivo. Além de compreender a importância do estabelecimento para a atividade empresarial, há que se destacar que a proteção ao ponto comercial, em contratos de locação também se fará presente na pesquisa, afinal concede ao empresário benefícios relevantes contra atos desmedidos e imprevisíveis por parte de locadores e que, podem trazer prejuízos irreversíveis à prática empresarial. Importância significativa possui a presente temática, uma vez que o estabelecimento, na prática empresarial constitui-se um item de grande relevância, tanto que é regulamentado também por dispositivos do Código Civil que serão demonstrados por meio da pesquisa doutrinária, legislativa e jurisprudencial apresentada.

ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL, PROTEÇÃO, REGULAMENTAÇÃO

ESTADO DE DEFESA: PROPORCIONALIDADE ENTRE O INTERESSE ESTATAL E A SEGURANÇA JURÍDICA NACIONAL

FELIPE PEREIRA
JAIR DOMINGOS LEIRIA CARNEIRO
SANDRO LUIZ MAINARDES FILHO

O presente trabalho tem por escopo traçar as principais características atinentes ao Estado de Defesa, levantando uma reflexão sobre a suspensão de Direitos e Garantias Fundamentais no período conturbado, compreendendo que a vida em sociedade apresenta problemas de cunho político, econômico, biológicos e naturais. Invocando um exercício de ponderação e coerência perante a norma que regulamenta o instituto. Art. 136 – O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho da Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. Conforme José Afonso da Silva, o estado de defesa é uma situação em que se organizam medidas destinadas a debelar ameaças à ordem pública ou a paz social, para preservar a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. Explana o §1º do art. 136 – O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes: restrições aos direitos de: reunião, ainda que exercida no seio das associações; sigilo de correspondência; sigilo de comunicação telegráfica e telefônica; II- ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes. A suspensão dos Direitos e Garantias Individuais e Coletivos, referente ao Estado de Defesa, confronta-se diretamente com o art.60, §4º, CF 1988, onde explana o roll das cláusulas pétreas, que não podem ser excluídas ou modificadas de forma a reduzir sua existência. O instituto Estado de Defesa, se mostra equivocado e desrespeita o preceito fundamental, onde a garantia da inviolabilidade dos direitos deve ser a regra, e preponderar perante a exceção. Por mais que a exceção seja autorizada constitucionalmente, não é razoável que perante a antinomia normativa a exceção prevaleça. Analisa-se que o preceito exposto no art.60,§4º,CF, perante o art.136 da CF, se mostra como letra morta, de eficácia abstrata, onde o interesse estatal prevalece perante as garantias do art. 5º de nossa lex mater.

ESTADO DE DEFESA, VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS, PROPORCIONALIDADE CONSTITUCIONAL

ESTADO DE SÍTIO

AVELINO EDUARDO PEREDO
MÁRCIO SALDAN
PANDREAS TAUNAI QUENJI COVALISKI BOEIRA

Estado de Sítio, também conhecido como Estado de Exceção, é um instrumento de medida provisória dotada de relevância e urgência para a proteção do território nacional como prevê o artigo 62 da Constituição Federal e é imposto em casos excepcionais como calamidade pública e guerra declarada. Em regra geral, este Estado de Exceção tem um prazo máximo de 30 dias que poderá ser prorrogado por mais 30, porém, em caso de guerra esse prazo se extingue e é prolongado até o fim do conflito,sendo que esse prorrogamento deverá ser aprovado pelo Congresso Nacional. O Estado de Sítio está positivado em nossa Constituição Federal nos artigos 137 a 141, é uma medida extrema, usada apenas em "último caso" que só poderá ser tomada pelo Presidente da República, o qual consulta o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional sobre a medida a ser tomada, logo após o Congresso Nacional deverá aprova-la por maioria absoluta a fim de efetiva-la. Este instrumento de medida provisória suspende temporariamente alguns direitos individuais dos cidadãos, como por exemplo: Suspenção da liberdade de reunião, busca e apreensão em domicilio, requisição de bens, entre outros, como prevê o artigo 130 da Constituição Federal e os poderes Legislativo e Judiciário são submetidos ao Executivo, tal medida atinge todo o território nacional e afasta temporariamente a atuação autônoma dos Estados, Distrito Federal e Municípios, mostrando ser uma exceção do Princípio da Não Intervenção fundamentada nos artigos 34 e 35 da CF. E por fim, quando a ação que levou o Estado de Sítio ser acionado ser contida, o mesmo chegará ao fim, sessando- se todos os seus efeitos, além do Presidente da República ter que relatar ao Congresso Nacional todos os atos tomados durante o Estado de Exceção, medida essa que garante que abusos de poder não sejam praticados durante a execução do Estado de Sítio.

ESTADO DE SÍTIO, MEDIDA PROVISÓRIA, ESTADO DE EXCEÇÃO, PROTEÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

ESTRUTURA DO ESTADO BRASILEIRO E SUAS FORMAS

CARLOS MATHEUS DACIUK
FILIPE LUCAS FERREIRA DE SOUZA
LEONARDO WESTEPHAL LOSSO

Estados é um grupo de pessoas, composto por uma área juridicamente e politicamente organizada sobre um determinado território, e o Estado sendo detentor de soberania interna a qual pode ser colocada como a superioridade que o Estado possui perante os membros para poder se organizar e a soberania externa que seria as relações internacionais que o país possui com outros países. A organização do Estado Brasileiro é formada por um governo republicano, um sistema de governo presidencialista e uma forma de Estado federativo, o Estado federativo é composto pelos Estados membros, os quais são dotados de autonomia, a federação no Brasil é uma federação centrífuga, pois é formada por desagregação de um Estado unitário que se descentraliza, com a instituição da repartição de competências entre unidades federais autônomas. Um governo republicano é aquele que o chefe de Estado é eleito pelo povo e quando eleito tendo seu mandato por tempo limitado. O sistema de governo presidencialista é o qual o presidente da república é chefe de governo e de estado assim tendo responsabilidade a suas atribuições, sendo assim, este sistema é dividido em três poderes, legislativo, executivo e judiciário. Para que obtenhamos a organização de um Estado, precisamos de uma estrutura de Estado em que a vida social, a saúde, educação, segurança, entre outros estejam à disposição do povo, para tanto é preciso de um governo, o qual disponha de três atribuições diferentes. Entre as atribuições do estado brasileiro uma delas é instalar um Estado de direito, que envolva o maior número possível de pessoas em todo o território. Para que a sociedade seja favorecida, tenha segurança e saiba das liberdades individuais, é preciso, em primeiro lugar, que as pessoas tenham acesso a justiça e seus direitos. Na composição do Estado brasileiro, sem dúvida, o órgão responsável pelo Estado de direito é o poder judiciário. O Estado político também é uma das três atribuições, pois nele se estrutura a vida política com a ação do executivo e do legislativo, o Estado político só existe por causa das eleições, as quais são fiscalizadas pelo judiciário. O Estado social sendo a última atribuição a se falar, exerce a função da vida material do povo, a qual engloba a economia, e os serviços sociais como a saúde, educação, previdência, assim unidas todas estas atribuições formando e organizando a estrutura de um Estado.

ORGANIZAÇÃO, GOVERNO, SOCIEDADE, ESTRUTURA

ESTUPRO DE VULNERÁVEL, UMA ANÁLISE SOBRE A PEDOFILIA

ANDRESSA CRISTINA DA LUZ BOESE
THIAGO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA

Este trabalho visa explicar crime tipificado na lei 217-A – estupro de vulnerável, dando enfoque à pedofilia. O Estupro de Vulnerável é tipificado no art. 217-A do Código penal. Trata-se de um crime contra a dignidade sexual da vítima menos de 14 anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. A pedofilia, por sua vez, é a preferência sexual por crianças, geralmente pré-púberes ou no início da puberdade. Através de uma análise psicológica, os pedófilos apresentam aparência normal, sem nenhuma forma de distinção com as demais pessoas, podendo ser de qualquer classe social, econômica ou cultural. Caso o agente venha a praticar uma relação sexual com um menor de 14 anos, terá a sua conduta enquadrada no art. 217-A. O artigo prevê como crime a prática de conjunção carnal ou a qualquer ato libidinoso com a vítima, independe se houve ou não o consentimento. Para a legislação, o menor de 14 anos ainda não tem a capacidade de consentir para a prática de qualquer relação sexual, sendo, portanto, o seu consentimento considerado inválido. É possível perceber no art. 217-A que a pena pela prática do estupro de vulnerável é de 8 a 15 anos de reclusão, já no §3º do mesmo artigo se houver lesão corporal de natureza grave, a pena é de reclusão de 10 a 20 anos e se da conduta resulta de morte, o §4º penaliza o autor em 12 a 30 anos de prisão. Deste modo, conclui-se que o pedófilo é detentor de um transtorno mental, mas ele não pode ser considerado inimputável pelo fato da pedofilia ser vista como uma desordem moral, sendo o pedófilo responsável pelo crime. Assim, o crime cometido por ele é tipificado no art. 217-A do Código Penal, prevendo pena de 08 a 15 anos de reclusão.

PEDOFILIA, ESTUPRO DE VUNERÁVEL, EXPLORAÇÃO INFANTIL

EXAME PERICIAL E A PROVA TESTEMUNHAL

EVELINE APARECIDA OLIVEIRA
KAIRA GROLLI

A pesquisa desenvolvida aqui busca trabalhar com o laudo de lesões corporais complementar. Como versa o artigo 168, parágrafo 3º, do Código de Processo Penal, a falta de exame complementar poderá ser suprida pela prova testemunhal. Logo, como vista em entendimentos jurisprudenciais, há uma divergência entre essa colocação, uma vez que a falta de exame complementar pode ser suprida através de prova testemunhal, para fins de demonstração de incapacitação por mais de 30 dias, a gerar a qualificação do crime de lesão corporal, alçando-o ao patamar de grave, sendo esse, imprescindível, não podendo ser suprido pela prova testemunhal na ausência de justificativa plausível de sua não realização. Tendo em vista essa verificação, podemos afirmar a necessidade de exame pericial para confirmar a materialidade dos delitos que deixam vestígios, admitindo-se, quando estes tiverem desaparecido, que outros meios de prova sejam utilizados.Sendo assim, conforme jurisprudências atuais, há se se falar em uma divergência para aplicação do parágrafo 3º do já citado artigo, bem como para com a insuficiência deste, não restando uma total certificação do delito ou lesão corporal. Ainda, em casos que o não atendimento à prova testemunhal a suprir a pericial, acatamos a ideia de que por este meio estaríamos com a verdadeira prova, justificando a materialidade em que presume o crime, bem como qualquer ato lesivo à vítima, em atenção ao conhecimento específico da área a priorizar os vestígios da lesão. Entendendo ainda o papel essencial do perito, assim concordando com o conhecimento médico em determinadas situações em que não se despreza o exame pericial.

EXAME PERICIAL, PROVA TESTEMUNHAL, MEDICINA LEGAL

EXCLUDENTES DE ILICITUDE

LETICIA SCOROPAD
WILLIAN DAIMON

Presentes na esfera dos atos ilícitos existem atos lesivos que são admitidos pela legislação, ou seja, por motivo legítimo estabelecido em norma jurídica são isentos do dever de responder pelo dano causado, estes portadores das denominadas excludentes de ilicitude. Trata-se de casos excepcionais que apesar de causarem dano, não constituem ato ilícito. Tal mecanismo excludente age particularmente em três situações distintas: em caso de estado de necessidade, que consiste na agressão a um direito alheio, igual ou inferior a aquele que se pretende defender, para a remoção de perigo iminente quando a situação do fato não autoriza outra forma de atuação; no exercício regular de direito, ou seja, ao exercer um direito previsto em lei, onde não se caracteriza ilicitude, sendo a própria norma quem concede e assegura tal direito; e por derradeiro, porém não menos importante a legítima defesa, esta que permite o sujeito defender seus direitos de uma ameaça ou lesão, sem necessidade de recorrer antes ao poder judiciário, desde que reagindo à agressão iminente e injusta com meios moderados, suficientes apenas para repelir a ameaça, assim desconfigurando qualquer natureza ilícita do ato. Nos três casos citados anteriormente a lei desconsidera a natureza ilícita dos atos, podendo isentá-los de penalidade pelos danos causados a direitos alheios. A norma que cita sobre essas exceções é o artigo 188 do Código Civil Brasileiro 2002, incisos I e II. Entretanto enquadram-se dentre as excludentes de ilicitude, atos em que necessária seja a adoção de medidas controladas para proteger direitos, mesmo que tais medidas causem danos aos direitos de outrem. Importante lembrar que as ações causadoras de danos devem estar legitimadas em normas positivadas e livres de qualquer natureza abusiva, caso contrário perde-se a prerrogativa da exclusão de ilicitude.

ATO ILÍCITO, EXCLUDENTES DE ILICITUDE, ATOS EXCLUDENTES

EXECUÇÃO FISCAL NO PROCESSO JUDICIAL

LAIS REGINA GOES
PALOMA MARIA TURKOT
PÂMELA PRIOR

O presente trabalho visa abordar a execução fiscal no âmbito judicial, primeiramente, apresentará uma breve análise sobre como surgiu, o que seria e como se constitui a execução fiscal, e por fim, como acontece e quais os procedimentos do processo judicial, enfatizando ser um instrumento legislativo que regula as normas procedimentais para cobrança de dívidas ativas dos contribuintes brasileiros, regulamentada pela lei nº. 6.830/80. O tema abordado no projeto de estudo, reflete nas relações entre o Estado e o contribuinte, sendo marcado no cotidiano de pessoas físicas e jurídicas através da cobrança de tributos pelo Estado, podendo inscrever os sujeitos ativos na CDA (certidão de dívida ativa), com a consequente execução fiscal.A execução fiscal regulada pela lei 6830/80, é um processo em que figura como partes a Fazenda Pública e o contribuinte inadimplente, se iniciando com a existência de um título executivo extrajudicial, denominado de Certidão de Dívida Ativa (CDA), servindo como objeto para a cobrança do contribuinte, tendo em vista que tal título possui presunção de certeza e liquidez. O título executivo, se dá com a existência da dívida devidamente inscrita na repartição administrativa competente depois de decorrido o prazo estabelecido para o pagamento. É por meio do poder judiciário, que a Fazenda Pública almeja satisfazer o seu o direito, buscando ao patrimônio da parte executada bens suficientes para a quitação da dívida, através do procedimento da execução fiscal. Portanto, o processo de Execução Fiscal é uma forma de garantia fundamental, pela qual o devedor somente irá perder a propriedade dos seus bens na exata proporção do seu débito, na qual as partes poderão exercer seus direitos, buscando atingir um resultado que solucione a demanda, de modo que siga pelo caminho menos gravoso ao devedor, e satisfaça o direito do credor.

EXECUÇÃO, COBRANÇA, DÍVIDA ATIVA

FALÊNCIA E A SUA CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO PAGAMENTO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS

GESIANE MATTOS DA SILVA
VALDIRENE MARIA NAIMY DE MELO

A presente pesquisa visa apresentar o instituto jurídico da falência, instrumento processual apto a reconhecer a inviabilidade da continuação da empresa que possui atividade econômica, é o ato mais grave que pode ocorrer em uma empresa que tem finalidade econômica, deixando seus bens para pagamento de credores. O processo falimentar deve ser acompanhado pelas partes em todas as suas fases até a sua decretação, pois, rigorosamente cumprido, o procedimento falimentar culmina no levantamento dos valores dos bens ainda existentes para o pagamento dos credores, tais valores, devem ser depositados em conta específica, e para a realização do pagamento, deverá ser respeitado uma ordem de classificação. Essa classificação preferencial de ordem de pagamento é o ponto principal deste estudo. O enfoque primordial da pesquisa se dá nos credores principais, como é o caso dos trabalhadores e trabalhadoras que exerciam atividades assalariadas na empresa, que geralmente precisam propor ações trabalhistas para terem seus créditos rescisórios e indenizatórios, decorrentes das relações laborais, adimplidos, possuindo, após sentença condenatória, prioridade absoluta no recebimento dos seus créditos. As garantias dos créditos de natureza alimentar serão abordadas por meio de pesquisa bibliográfica, com abordagem doutrinária e jurisprudencial, a fim de compreender a importância da proteção dos créditos trabalhistas, dos princípios gerais de Direito do Trabalho e a relação entre as disciplinas de Direito Empresarial e Trabalhista, percebendo sua importância na perspectiva pessoal, familiar e social de cada trabalhador credor.

FALÊNCIA, EMPREGADO, ORDEM DE PREFERÊNCIA

FALTA DE EFETIVIDADE DOS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

GILBERTO CECCHIN JUNIOR
GUILHERME FERREIRA
JAQUELINE DOS SANTOS OLIVEIRA

O presente estudo refere-se a analise acerca das medidas tomadas e instrumentos criados para a estabelecer a segurança ao meio ambiente, além de elencar o histórico de proteção legal. O objetivo é demonstrar a falta de efetividade destas previsões ou até mesmo a ausência de punibilidade. Como metodologia será apresentada a pesquisa bibliográfica, fundamentado em teses, dissertações e artigos científicos. A pesquisa se detém a grande preocupação da sociedade atual no que tange ao meio ambiente, os impactos decorrentes de cada ação mal calculada do ser humano. As questões a serem respondidas são as seguintes: Como surgiu a preocupação com o meio ambiente? Quais os principais ferramentas de preservação e proteção? Qual o nível de efetividade do sistema de fiscalização, principalmente, legal? Devido a falta de controle e a ambição humana na busca pelo crescimento acelerado na produção e no desenvolvimento, principalmente com a evolução das indústrias e da tecnologia, trouxeram resultados significativos abalando sobretudo a fauna e a flora. Plantas e animais foram extintos. O ar e a água foram poluídos e o solo agredido. Devido ao desgaste desenfreado outrora, o ser humano se deu conta de que não haveria recursos ambientais suficientes para manter suas futuras gerações. Por fim, essa desenfreada retirada de matéria-prima já não poderia mais ser compensada, então coube ao ser humano começar a repensar as suas ações danosas dando início a um processo de preservação. Para garantir uma proteção com maior nível, houve a necessidade de utilizar-se de instrumentos jurídicos, sociais e estatais.

MEIO AMBIENTE, PROTEÇÃO, EFETIVIDADE

FILOSOFIA DA LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO NÃO-VERBAL APLICADA AO DIREITO

CRISTIANE MACIEL LIMA

A comunicação é um requisito fundamental para os que desejam ingressar ou já laboram nos campos do Direito. Isso ocorre porque a linguagem exige a interpretação dos conteúdos verbais e a capacidade de adequadamente transmiti-los aos interessados. Portanto, a linguagem à comunicação é o meio utilizado pelos profissionais da área para executar sua função. Na comunicação interpessoal, a doutrina reconhece a mensagem ser decodificada, por meio de linguagem não-verbal, em aproximadamente 55%. A recente pesquisa tem como objetivo explicar a importância do domínio do seu próprio corpo para os profissionais da área, frisando na influência que os gestos e expressões têm sobre seus clientes, gerando disposição para receber a mensagem, nos seus discursos e na persuasão de seus argumentos. Para realizá-la, foi feita uma revisão literária baseada em artigos e livros relacionados ao tema. O conteúdo foi organizado com vistas a demonstrar a sua relevância ao fenômeno do Direito. Como resultado, percebe-se que quando o indivíduo está focado em algum tema, naturalmente emite expressões corporais que traduzem o que estão sentindo, de maneira a se tornarem perceptíveis aos outros – mesmo que inconscientemente. Cabe ainda lembrar: estudos revelam que em um ambiente de negócios, 60 a 80% das pessoas avaliam e formam sua opinião sobre o recém chegado nos primeiros quatro minutos de conversa. Sendo assim, sua expressão corporal pode atuar positiva ou negativamente nas suas apresentações. Apesar de essas expressões surgirem de maneira involuntária nos indivíduos, pode-se aprender a controlá-las e usar os mecanismos dessa linguagem a seu favor. Conclui-se que é possível ter um maior sucesso na vida profissional com o conhecimento e utilização adequada da comunicação não-verbal. Através dessa consciência corporal, pode-se aprender a transmitir com coerência o texto falado e o não-falado, fazendo com que seu argumento tenha um maior convencimento sobre os ouvintes. Além disso, a partir da leitura dos sinais de clientes e outras pessoas relacionadas ao seu trabalho, têm-se a possibilidade de responder de maneira adequada às suas necessidades, aumentando as chances de êxito.

COMUNICAÇÃO NÃO-VERBAL, DIREITO, SUCESSO PROFISSIONAL, LINGUAGEM CORPORAL

FRAUDE À EXECUÇÃO

BRUNA MARCONATO
DIEGO CÉSAR LUIZ
LAUAN FERNANDO GOMES MENDES

A fraude à execução é um instituto com previsão legal no Código Civil brasileiro, cujo objetivo é o de proteger, defender e preservar os direitos e interesses creditícios. A referida fraude consiste na alienação de bens pelo devedor, na pendência de um processo capaz de reduzi-lo à insolvência, sem a reserva em seu patrimônio de bens suficientes a garantir o débito objeto da cobrança. Para Humberto Theodoro Junior “a alienação dos bens do devedor vem constituir verdadeiro atentado contra o eficaz desenvolvimento da função jurisdicional já em curso, porque lhe subtrai o objeto sobre o qual a execução deverá recair”. Na situação de fraude à execução, o devedor está ciente de que seus bens estão sendo executados e ainda assim os aliena, com o único objetivo tornar-se insolvente e fraudar a execução existente contra si. O instituto tem como pressupostos: a) a pendência de uma demanda judicial, b) que a demanda possa levar à insolvência do devedor e c) do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro. Nesse caso, a pendência de uma demanda judicial significa que é necessária a existência de um processo contra o devedor. Antes, somente após a citação do devedor que se considerava preenchido este requisito. Atualmente, é possível configurar fraude à execução mesmo antes da citação válida, quando há ciência inequívoca da existência de execução pelo devedor. Isso porque, a partir da distribuição processual, é possível extrair certidão de ajuizamento para averbação nos órgãos onde se pretende penhorar bens do devedor, com o intuito de inibir qualquer tentativa de alienação enquanto a execução tramita na justiça. Especialmente em relação aos imóveis, quando há alienação depois de averbada a penhora na matrícula, Nelson Rodrigues Netto entende que “há presunção absoluta de conhecimento de terceiros da litispendência, podendo vir a configurar a fraude à execução”. Aliás, presume-se fraude à execução a alienação de bens efetuada após a averbação, conforme estatui o art. 615-A, § 3º do CPC.

FRAUDE, DEVEDOR, CREDOR, PROCESSO DE EXECUÇAÕ

FUNCIONAMENTO DO PLANO DE EFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO: A COMPREENSÃO DOS ELEMENTOS ACIDENTAIS

ANDRESSA KOLODY
LUCIANA FRACASSE STEFANIU
SABRINA HEINZEN FERRARI

O negócio jurídico, enquanto norma concreta estabelecida pelas partes, tem seu fundamento na autonomia privada. O que significa dizer que é permitido que os sujeitos autorregulem seus interesses particulares nos limites legais. Estes são constituídos por elementos essenciais, naturais e acidentais. Sendo os elementos acidentais no plano de eficácia do negócio jurídico o objeto de estudo deste resumo, objetiva-se apresentar de forma sintética os conceitos necessários para uma primeira aproximação com a temática. Ao falar-se em eficácia, considera-se que o negócio jurídico é eficaz quando produz os efeitos desejados pelas partes (AQUINO, 2009, p.1) e, assim sendo, produz repercussão jurídica no plano social, conferindo movimento “ao comércio jurídico e às relações de direito privado em geral”(GAGLIANO, 2011, p.439). Dentro da eficácia existem elementos modificadores a condição, o termo e o encargo ou modo. Diniz (2015, p.576) salienta que a presença destes elementos é dispensável para que o negócio jurídico exista, pois são considerados “declarações acessórias da vontade, incorporadas a outra, que é principal”, assim se o negócio jurídico for nulo, elas também o serão. No que se refere à condição, de acordo com o art. 121 do Código Civil, “é a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto”(VADE MECUM, 2015, p.165). Portanto, a condição está condicionada à incerteza e à futuridade (GAGLIANO, 2011, p.441). Seguindo os elementos temos o termo, para o qual Diniz (2015, p.583) traz a seguinte definição: “Termo é o dia em que começa ou extingue a eficácia do negócio jurídico”. Esta é “a modalidade no negócio jurídico que tem por finalidade suspender a execução ou o efeito de uma obrigação, até um momento determinado, ou o advento de um evento futuro e certo”. Ou seja, “a eficácia de um negócio jurídico pode ser fixada no tempo” (VENOSA, 2004, p.550).No que se refere ao encargo ou modo, este seria a restrição imposta aos efeitos da liberdade, cabendo, meramente nos negócios a título gratuito. O Código Civil menciona sobre o assunto no art.136, na Parte Geral, no qual frisa seu aspecto de modalidade acessória do negócio jurídico.

NEGÓCIO JURÍDICO, PLANO DE EFICÁCIA, ELEMENTOS ACIDENTAIS

GREVE UM DIREITO CONSTITUCIONAL DE TODO TRABALHADOR

GUILHERME KAIEBY PEREIRA NUNES
HERMES FERNANDO PEREIRA CORREA

Em meados de 1970 o Brasil tomou conhecimento de uma grande parcela de pessoas que fundaram um movimento sindical dos operários brasileiros, e com isso influenciando grande parte da população no respeito a democracia. Entre os anos de 1978 à 1980 foi criada a chamada CUT (Central Única dos Trabalhadores)e posteriormente em 1983 a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). O objeto de estudo será comparativo entre duas greves ocorridas no Brasil e extremamente divulgadas. O movimento teve seu início em 12 de Maio de 1978 nas fábricas que produziam caminhões e afins da Saab-Scania na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, onde mais de 2 mil metalúrgicos paralisaram suas atividades visto a indignação da quantia a qual recebiam como salário reivindicando um aumento em torno de 20% que posteriormente veio a alastra-se em vários outros seguimentos e ramos. No contexto histórico vislumbra a dicotomia entre a “Greve do ABC”, com a “Greve dos Professore do Paraná” na atualidade, pois a primeira, a greve que ocorreu em São Bernardo do Campo em 1980, a população se solidarizou com os grevistas e ajudaram arrecadando fundos para manter os metalúrgicos paralisados em quanto não fossem atendidas suas reivindicações. Naquela, do dia 13 de maio é realizada mais uma assembleia, quando a proposta de acordo foi apresentada aos trabalhadores. A proposta estabelecia, entre outros itens, 63% de reajuste salarial (os trabalhadores reivindicavam 65%). A assembleia decide aprovar a proposta e a greve é encerrada. Tal conquista se tornou histórica já que, serve para lembrar a força que o trabalhador tem, e o que conseguem se unirem, força em que na greve dos professores paranaense o resultado não foi favorável, sendo que infelizmente na atualidade nossos trabalhadores e se esqueceram da força e de como podem fazer para que suas vozes sejam ouvidas.

GREVE, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO DO TRABALHO

GUARDA COMPARTILHADA LEI 13.058/14 E A OPINIÃO DOS PROFISSIONAIS DO DIREITO SOBRE TAL

RAFAELLA CAROLINE SANTOS

A guarda compartilhada (lei 13.058/14) tem como finalidade resgatar o poder familiar fora da convivência conjunta dos pais, e dividir o direitos/deveres entre os genitores, desnecessário seria o instituto jurídico da guarda compartilhada, se os genitores do infante/adolescente conseguissem administrar a relação de direito-dever que detém com os filhos em sua primordialidade. O objetivo da presente pesquisa é saber a opinião dos profissionais do Direito, em relação à guarda compartilhada para que se possa saber em âmbito jurídico as positividades e controvérsias de tal. Analisando se há ou não equívocos desde sua sanção. Para a realização desta pesquisa foi através de uma pesquisa de campo, com dez profissionais do Direito. Depois de analisar todas as opiniões de cada profissional que colaborou com a presente pesquisa, pode-se concluir que, a adjetivação da guarda como compartilhada, na legislação epigrafada, representa este esforço da lei em tentar re-naturalizar aquilo que deixa de ser comum diante da não convivência conjunta dos genitores, num objetivo de melhor interesse do menor, a união/divisão dos atributos decorrentes da relação paterno/materno-filial. A guarda compartilhada é a melhor maneira de atender as necessidades do menor, pois, é isso que se busca, o melhor interesse para criança. Tem a finalidade de garantir que a criança ou o adolescente tenha sempre alguém que seja responsável por ele, por isso, é necessário que aquele que lhe possa oferecer assistência moral, material e educacional. E ao contrário do que muitos pensam, o pagamento da pensão alimentícia (por sua vez é, uma prestação pecuniária) continua sendo obrigação dos pais. A lei também tem como finalidade evitar que haja alienação parental (uma série de atitudes que um genitor prática que dificulte a convivência da infante/adolescente com o outro genitor), como acontecia muito. E a grande preocupação existente, é a mudança constante de habitação da criança. Mas a guarda compartilhada pode ser considerada um avanço na legislação, pois os pais podem participar ativamente da vida da criança.

GUARDA COMPARTILHADA, LEI 13.058/14, DIREITO, OPINIÃO, PROFISSIONAIS DO DIREITO

HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

DHAYAN CHRIS SOMER
JAIME RAFAEL SYDOR

O presente trabalho tem a finalidade de ressaltar como surgiu e como são divididas as funções estatais da organização dos Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário. As primeiras teorias para a repartição de competências foram elaboradas na antiguidade por Aristóteles em sua obra Política, este apontava três funções distintas, a função de editar as normas gerais, a aplicação da lei ao caso concreto e a função do julgamento, desempenadas pelo Poder Soberano. Posteriormente John Locke, no Segundo Tratado do Governo Civil, também reconheceu três funções distintas. Anos mais tarde, a teoria de Aristóteles foi aperfeiçoada pelo Estado Liberal Português desenvolvida por Montesquieu em sua obra O espirito das leis. O pensador francês inovou dizendo que tais funções estariam vinculadas a três órgãos distintos, autônomos e independentes, as funções não estavam mais conectadas nas mãos únicas do Poder Soberano. O objetivo desta divisão era criar um sistema de compensações, evitando que uma só pessoa ou um único órgão possuísse em suas mãos todo o poder do Estado. Esta teoria surgiu em contraposição com o absolutismo, por meio dela cada Poder exercia uma função típica, própria da sua natureza e atuava independente e autônoma, com isso surgiu o que se denominou de Teoria dos Freios e Contrapesos, que tem a ideia de que a separação de poderes não deve ser rígida, pois existe um sistema de interferências reciproca, no qual cada Poder exerce suas competências e também controla o exercício dos demais Poderes, tendo em vista que a Separação de Poderes não é absoluta. A Teoria da Tripartição de Poderes proposta por Montesquieu foi adotada por grande parte dos Estados Modernos, porém de maneira relativizada, os quais passaram a exercer funções típicas (aquelas inerentes a própria natureza daquele Poder) e atípicas (que são de natureza típica dos outros dois órgãos). Compete a Função Legislativa a elaboração de leis, normas gerais e abstratas impostas a toda sociedade. A função Executiva é a administração do Estado, tem a capacidade de executar as leis. A função Judiciária tem o poder de aplicar a lei ao caso concreto. Concluímos que o objetivo da Constituição Federal ao estabelecer estas funções, Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, é a defesa do regime democrático, dos direitos fundamentais, do princípio da igualdade e da própria Separação de Poderes. Tendo em vista que não se trata de repartições de poderes, mas sim de competências, funções estatais.

PODERES, TRIPARTIÇÃO, FUNÇÕES ESTATAIS

IGREJA E ESTADO

PATRICIA SALVADOR

Na idade Média o estado era considerado uma instituição cristã, tendo a obrigação de difundir a fé e de punir os pecadores. Segundo Rulian Emmerick, as instituições Igreja e Estado confundiam-se enquanto instituições legitimadoras dos poderes normatizadores do corpo e da mente. Ambas tinham pretensões de regular os princípios organizadores da incipiente sociedade brasileira e conquistar a consciência dos sujeitos, bem como deter o monopólio do capital simbólico no imaginário social. No entanto, com o passar do tempo ocorreu um distanciamento entre estas instituições, sendo que o Brasil passou a ser considerado um estado laico. Sabe-se que o estado tem como finalidade o bem comum da sociedade civil, sendo este um bem material e espiritual, pois os componentes são seres com crenças, e, por isso, para se obter o progresso social é preciso ter meios de caráter espiritual. Por exemplo, a igreja pode ser contrária a algumas decisões tomadas pelo estado por acreditar ir contra as leis da moralidade ou lei natural, como leis de uso da camisinha, ou sobre o divórcio ou aborto que são questões que são muito debatidas pela religião, assim fazendo com que os cristãos não concordem com as decisões do estado pois acreditarem ser contrárias à lei de Deus. Ocorre que, no Art. 5, inc. VI da Constituição, garante-se a liberdade religiosa de todos os cidadãos e grupos religiosos. A Igreja também precisa ainda de independência para realizar sua missão no mundo, sem necessitar de uma ordem política ou econômica. Portanto, essa relação estado e igreja pode ser muito harmoniosa se assim obedecer a alguns princípios fundamentais como distinguir a missão da religião e política, sendo assim saber separar a função de cada um e cooperando da melhor forma nas relações em sociedade, pois o cristão e o cidadão são a mesma pessoa que possuem origem religiosa e social, entretanto é preciso distinguir os direitos e os deveres como parte de uma sociedade.

LEIS, CRISTÃOS, SOCIEDADE

IMPACTOS DA TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO

ADRIANO GNOATTO
ANDERSON VARELA SANTORO
MARIELLE RIBEIRO GOMES MATECOSKI

O presente estudo analisa o instituto da terceirização de serviço na administração pública. Para o aprofundamento e entendimento do tema são abordados no trabalho noções históricas preliminares, bem como as principais características do conceito de serviço público e de terceirização, suas problemáticas, e inserção na Administração Pública. Aponta-se algumas discussões doutrinárias e seus fundamentos constitucionais e a conformidade com a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho para, posteriormente, enfatizar a responsabilidade subsidiária do tomador público diante do inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador, e em especial sobre a atividade fiscalizatória destas obrigações por parte do ente público. Por fim, ao indicar questões atinentes à precarização das condições e relações de trabalho na atividade pública em ambiente terceirizado, Estado deverá estar presente, não apenas para devido cumprimento do ajuste, mas em respeito a princípios que constituem o núcleo essencial dos direitos sociais. A terceirização no serviço público constitui tema desafiador. Ultrapassados alguns conceitos, sobretudo aqueles necessários para melhor compreensão da matéria, identificamos que a terceirização no serviço público é resultado da necessidade, por parte da Administração Pública, em aprimorar a excelência na prestação de serviços, diante da inviabilidade em suprir toda sua demanda de trabalho e o atendimento à coletividade, não seria possível senão com o trabalho, também, de terceiros, para isto busca parceria com o setor privado para a realização destas atividades. Apresentará marcos evolutivos da terceirização no serviço público, seus pressupostos de legalidade, bem como a importância da súmula 331, do TST, e a aplicabilidade de seus incisos, principalmente no que implica na responsabilidade subsidiária do ente tomador dos serviços, sobretudo naquilo que decorre na parte final do inciso V, pois a subsidiariedade não decorre apenas de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, diga-se legalmente contratada, entendemos que violações a direitos dos trabalhadores com menosprezo a bens juridicamente protegidos e historicamente conquistados em benefício da Administração Pública, assim, o interesse público, não pode ser alcançado mediante lesão ao direito dos trabalhadores.

TERCEIRIZAÇÃO, SERVIÇO PÚBLICO, RESPONSABILIDADE DO ESTADO

IMPORTÂNCIA DO PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADO PARA EVITAR DANOS AO MEIO AMBIENTE

EMANUELLE KIRCHBANER BURAK
FRANCIELY GONÇALVES RIBEIREO
VANESSA WEYGAND RIGONI

O Principio do poluidor pagador irá atribuir responsabilidade do dano ambiental ao poluidor, para que arque com os custos das medidas preventivas para não causar dano ao meio ambiente, se o poluidor pagador não arca com esses custos sofrerá sanção pela legislação. Esse principio é normativo de caráter econômico pois atribui ao poluidor os custos decorrente da atividade poluidora isso não quer dizer que esse principio permite a compra do direito de poluir, a função desse princípio é evitar a degradação ambiental eliminando as fontes potencialmente poluidoras. Se o dano ocorrer deve sim haver reparação. A fundamentação legal do principio do poluidor pagador foi recepcionado pela Constituição Federal no art. 225 §3º, com uma única ação ou omissão podem-se cometer os três tipos de ilícitos e também receber as sanções aplicadas. O princípio do poluidor pagador tem três funções conforme MILARÉ (2011), a função preventiva visa evitar a poluição regulamentando atividades lesivas a ser praticadas pelo poluidor como prevenção, reparação e a incorporação dos custos ambientais. A função preventiva visa evitar a poluição regulamentando atividades lesivas a ser praticadas pelo poluidor como analisa o princípio do poluidor pagador está ligado com o princípio da prevenção, ela se manifesta com estímulos e desestímulos aos setores produtivos para que o desenvolvimento econômico ocorra de maneira sustentável, sendo que o custo de prevenção deve ser pagos pelos poluidores. Segunda função é a reparação atualmente aumentou a preocupação com o meio ambiente o homem tem se conscientizado que precisa preservar o meio em que vive como forma de preservação foi criado o artigo na Constituição Federal Brasileira visando a importância de preservar o meio ambiente e evitar futuros danos. A responsabilidade é civil para os que causarem danos ambientais podendo ser feita com restauração ou pagamento do equivalente em pecúnia. A lei 6.938./81 possui no sentido de provocar a legislação afim de impor reparação do dano como meio coercitivo, para que o poluidor seja punido por um ato ilícito ou que cause degradação do meio ambiente. A terceira função e a incorporação de custos de acordo com MILARÉ (2011) imputa-se ao poluidor o custo social da poluição por ele gerada fazendo um mecanismo de reponsabilidade por dano ecológico abrangentes dos efeitos da poluição. A defesa do meio ambiente desenvolve simultaneamente a partir de ações preventivas, reparatória o princípio do poluidor engloba isso.

PREVENÇÃO, RESPONSABILIDADE, POLUIÇÃO

IMPUTABILIDADE PENAL DE SILVÍCOLA

AMANDA HAUAGE NEVES
DANYELLY STAINE
RENATA KAVETSKEI MARQUETTI

O presente trabalho tem por objetivo explicar o tipo de punição aplicada aos silvícolas em casos de prática de conduta ilícita. Apesar de já ter sido amplamente discutido, o assunto se faz necessário tendo em vista as recorrentes atitudes ilícitas praticadas por indígenas. A CF/88 em seu artigo 5º caput estabelece o princípio da igualdade, em que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Considerando isto devemos tratar o povo indígena de forma igual, sem qualquer tipo de preconceito e respeitando sua cultura conforme art. 215, no qual o Estado fica obrigado a proteger qualquer tipo de manifestação cultural. No art. 22, XIV a União fica obrigada a legislar sobre as populações indígenas e como não o fez o Estatuto do Índio, Lei 6001/73, ainda permanece em vigor. Em seu Titulo VI, estão dispostas as normas penais, no qual estipula que a pena deve ser atenuada e na aplicação o Juiz atenderá também ao grau de integração do silvícola (art. 56). As penas de reclusão e detenção devem ser cumpridas, se possível, em semiliberdade na sede da FUNAI mais próxima da habitação do condenado (art. 56,§ ú). Há ainda a tolerância da aplicação de sanções penais e disciplinares, pelos grupos tribais, contra seus membros, desde que não seja aplicado crueldade e pena de morte (art. 57). O Decreto 5051/04 que promulga a Convenção 169 da OIT, em seu art. 9º, 2, estabelece que as autoridades e os tribunais devem levar em consideração os costumes quando se pronunciarem sobre assuntos penais e em seu artigo 10 que a penalização seja diversa do encarceramento. Quanto ao CP os silvícolas não adaptados são considerados penalmente inimputáveis. Diante do exposto, percebe-se que os índios recebem sim tratamento diferenciado ao do restante da população, considerando sua cultura e costumes. Obviamente que devem ser distintos os silvícolas isolados, que não tem convívio com a cultura brasileira dos adaatados, ou seja, os índios que têm acesso a ensino (escolas distribuídas dentro das aldeias), saúde (atendimento em postos de saúde dentro da aldeia e no município sede). A partir disso, pode-se concluir que o problema apresenta-se no momento em que tais medidas trazem margem a possíveis erros, como a inimputabilidade de indígenas já adaptados e, portanto, com capacidade para entender o caráter ilícito da sua ação e comportarem-se de acordo com esse entendimento.

SILVÍCOLA, PENAL, IMPUTABILIDADE

IMPUTAÇÃO OBJETIVA NA CONCEPÇÃO DE CLAUS ROXIN

THIAGO RIBEIRO PEREIRA

O trabalho tem como objetivo explanar acerca da teoria da imputação objetiva na concepção de Claus Roxin. O Código Penal brasileiro adotou a teoria da equivalência dos antecedentes causais ou teoria da condicio sine qua non (art. 13, caput, 2ª parte) e a teoria da causalidade adequada (art. 13, § 1º). A teoria da equivalência dos antecedentes causais considera causa toda ação ou omissão que contribui para o resultado, isto é, busca a ligação entre a conduta praticada pelo agente e o resultado que dela decorreu. Ao realizar essa busca, no entanto, realiza o regressus ad infinitum, vez que visa apurar todas as causas que contribuíram para o resultado do fato. A teoria da causalidade adequada considera como causa a condição que for adequada para produção do resultado. O excesso dessa teoria surge pelo fato de ultrapassar a relação de causalidade, de modo a excluir as causas consideradas irrelevantes, preocupando-se com as causas que possuem relevância jurídica, razão pela qual adentra no campo da responsabilidade penal. A partir dessas imperfeições, Richar Honig, em 1930, introduziu no direito penal a teoria da imputação objetiva, visando solucionar a causalidade. Referida teoria, passou a ter relevância com o surgimento do funcionalismo penal, na década de 70, na Alemanha. Vários foram os estudos sobre sua aplicação, os que mais se destacaram devem seus méritos aos doutrinadores Claus Roxin e a Günther Jakobs, os quais são responsáveis pela sua reelaboração. A fim de solucionar os velhos problemas, Claus Roxin, cuja corrente predomina sobre a imputação objetiva, trouxe alguns elementos, sendo eles: a) criação de um risco socialmente inadequado ou acima do permitido; b) que esse risco tenha sido causa do resultado; e c) abrangência do resultado pelo tipo penal. Com esses requisitos, é possível realizar a imputação objetiva de um resultado a uma conduta. Assim, conclui-se que a teoria da imputação objetiva só considera típica a conduta quando estiverem presentes os requisitos acima referidos, ou seja, com a ausência desses requisitos será afastada a tipicidade da conduta, razão pela qual é conhecida como a “teoria da desimputação”. A Metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica.

TEORIAS DO DELITO, RELAÇÃO DE CAUSALIDADE, TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

GESIANE MATTOS DA SILVA
NICÉIA MARTIN
VALDIRENE MARIA NAIMY DE MELO

A presente pesquisa visa apresentar a imunidade de tributos sobre determinadas pessoas, bens ou ainda sobre algumas situações específicas. A imunidade tributária possui fundamento na Constituição Federal, em seu artigo 150, VI. Por imunidade tributária entende-se que é uma proteção Constitucional que assegura a alguns contribuintes o não pagamento de tributos. A imunidade tributária é uma incompetência material que se refere somente a impostos, e possui como justificativa de existência um vetor constitucional que é a intenção do legislador constituinte de proteger pessoas e coisas que são de grande relevância para a sociedade, imunizando-as dos tributos. Todos os outros tributos devem ser pagos normalmente, a menos que a lei infraconstitucional isente ou conceda benefícios fiscais. O não pagamento de tributos é o principal ponto deste estudo. O enfoque essencial da pesquisa se dá exclusivamente as limitações do poder de tributar. Aos Entes Federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) é vedado instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros, existe a imunidade recíproca entre os Entes Federados, devido ao pacto federativo os Entes não podem cobrar impostos um dos outros. Ainda, temos a imunidade religiosa, ou seja, os templos de qualquer culto estão protegidos de tributação, porém devem ser observadas as finalidades essenciais compreendidas pela entidade religiosa. Pode ainda haver a extensão da imunidade, como por exemplo, quando um bem imóvel da entidade religiosa é locado a terceira pessoa, porém, para que haja essa extensão é necessário que o valor recebido desse aluguel seja revertido exclusivamente para a instituição religiosa. Outro tipo de imunidade tributária assegurado pela Constituição Federal, são as conferidas às pessoas jurídicas, dentre essas pessoas jurídicas que possuem imunidade tributária, temos os partidos políticos, inclusive suas fundações, as entidades sindicais dos trabalhadores, as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos. E por fim, existe a imunidade de imprensa, a qual visa respeitar a liberdade de expressão, por esse motivo, livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão são imunes à tributação.

IMUNIDADE, TRIBUTOS, IMPOSTOS

INEXIGIBILIDADE E DISPENSA DE LICITAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

JEANE TUROK
JULIA GABRIELA SANDRIN TEIXEIRA
UBIRATAN BENHUR DE RAMOS

Este trabalho é o resultado de estudo sobre as hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação, onde não se realiza o processo licitatório antes da contratação, por não ser obrigatório. A licitação é dada pela Administração Pública de forma livre, onde haverá a participação dos licitantes interessados. Ocorrerá a licitação quando houver necessidade de contratar, se realizando através do processo licitatório, onde será selecionada a melhor proposta que apontará quem será contratado. Entretanto, há a exceção que permite a Administração contratar sem licitar. São os casos de dispensa e de inexigibilidade, previstos expressamente na Lei nº 8.666/1993 e sob o fundamento do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, com a justificativa da supremacia do interesse público. Em virtude do que foi mencionado, entende-se que a licitação como procedimento administrativo, possibilita que todos que atendam aos requisitos exigidos, possam concorrer. Conclui-se quanto ao Poder Público, que este busca a melhor proposta para a contratação. Ademais, por regra geral, a licitação é um procedimento obrigatório, mas há hipóteses de exceções, reconhecidas como contratações diretas sem licitação em observação ao interesse público. Percebe-se a diferença entre as duas, porque na dispensa de licitação a competição é possível, mas sua realização pode não ser conveniente e oportuna para a Administração Pública, cabendo a ela o poder de discricionariedade, podendo ser dispensável (a Administração pode dispensar a competição e assim contratar diretamente, conforme for o melhor para o interesse público) ou poderá ocorrer dispensa (dispensada à licitação), já a Inexigibilidade de licitar ocorre quando é inviável a competição em torno do objeto que a Administração quer adquirir. Os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação tem o mesmo objetivo de selecionar a melhor proposta e o contratante mais adequado que atenda os requisitos exigidos.

LICITAÇÃO, INEXIGIBILIDADE, DISPENSA

INSALUBRIDADE NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO HOSPITALAR

JANE MARIA PILARSKI
ROSIMERI GROCHEVICZ

Este estudo tem por objetivos demonstrar que no meio ambiente do trabalho hospitalar os profissionais correm grandes riscos, caso não sigam normas rígidas de proteção, pois segundo Wilza Maria Pinto (2012, p.103) “O profissional que atua no ambiente hospitalar está exposto à acidente de trabalho, desgaste mental e emocional, sobrecarga de trabalho, quantidade insuficiente de profissionais, condições físicas inadequadas, uso incorreto dos EPIs, enfim qualquer problema que possa vir afetar o desempenho profissional do trabalhador coloca em risco as pessoas envolvidas no processo do cuidado, e consequentemente altera a dinâmica do serviço, bem como compromete a qualidade da assistência prestada”. A Constituição Federal, como lei suprema declara em seu artigo 7º, inciso XXII que deve ser garantida a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de segurança e saúde. No inciso posterior, XXIII garante-se a percepção de adicional de remuneração para atividades insalubres, penosas ou perigosas, na forma da lei. Ainda, demonstrar que, assim como grande classe de trabalhadores, os profissionais atuantes em hospitais devem receber o adicional de insalubridade que é um adicional ao salário, instituído por lei que compensa o risco, ou seja, a possibilidade de dano à vida ou à saúde daqueles que executam determinados trabalhos classificados como insalubres e/ou perigosos. A definição de atividades insalubres consta na CLT em seu artigo 189 que dispõe o seguinte: “Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos”. O pagamento é calculado baseado no grau de intensidade de exposição aos agentes insalubres em 40%, 20% ou 10% do salário mínimo segundo o artigo 192 da CLT. Conclui-se que os supracitados funcionários, por estarem sempre em atividades insalubres ou risco, possuem o direito ao referido adicional.

HOSPITAL, INSALUBRIDADE, TRABALHO

INTERVALOS NA RELAÇÃO EMPREGATICIA : INTRAJORNADA E INTERJORNADA

FRANCIELE APARECIDA MARTINAZZO
LUANA MARCANTI DA SILVA
VALDEMAR ROBERTO

Será abordado no presente artigo a jornada de trabalho, e ainda seus intervalos obrigatórios, aqueles que devem ser concedidos ao empregado para descanso. A jornada de trabalho é o período diário em que o empregado esta a disposição da empresa e do empregador. Os períodos de descanso obrigatório dentro dessa jornada de trabalho são chamados de intervalo intrajornada e a interjornada. A interjornada é o intervalo de descanso do trabalhador entre uma jornada e outra, ou seja, é o intervalo entre o fim de uma jornada diária e o inicio de uma jornada no próximo dia. De acordo com o art. 66 da CLT, entre duas jornadas de trabalho deve haver um intervalo mínimo de 11 horas consecutivas para descanso. Intervalo intrajornada é o período de descanso que acontece diariamente dentro da jornada de trabalho do empregado. O empregado que trabalha mais do que seis horas consecutivas, tem direito a um intervalo de no mínimo uma hora e no Maximo duas horas. Já o empregado que trabalha num período de mais de quatro horas até seis, tem um intervalo diário de no máximo quinze minutos. O empregado que trabalha até quatro horas diárias não tem direito ao intervalo. A previsão dos intervalos aos empregados é para garantia e maior qualidade de vida no ambiente de trabalho. É necessário que todo empregador respeite esses intervalos e eles sejam incluídos no contrato de trabalho do empregado eis que a não concessão ou concessão parcial importa em hora extra e prejuízo a saúde e segurança do empregado.

INTRAJORNADA, INTERJORNADA, JORNADA DE TRABALHO

INTERVENÇÃO FEDERAL

BRUNO KOVALSKI DA ROSA
EDIZON CARVALHO JÚNIOR
SERGIO HOLDERBAUM

Intervenção Federal é uma medida de caráter excepcional que tem como objetivo afastar temporariamente a autonomia dos entes federados, sendo os Estados, Distrito Federal e Municípios, nas hipóteses previstas na Constituição Federal de 05/10/1988, em seus artigos 34 a 36. Existem sete hipóteses de intervenção, são elas: manter a integridade nacional, repelir invasão estrangeira ou de uma unidade de Federação em outra, por termo a grave comprometimento da ordem pública, garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes das unidades da Federação, reorganizar as finanças da unidade da Federação, prover execução de lei federal, ordem ou decisão judicial e, por fim, assegurar observância dos princípios constitucionais. Os Princípios Constitucionais se dividem em cinco: forma republicana, sistema representativo e regime democrático, direito da pessoa humana, autonomia municipal, prestação de contas da administração pública direta e indireta e aplicação do mínimo exigido das receita resultante de impostos estaduais, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. Para que seja valida a medida interventiva tem que obrigatoriamente submeter-se à 4 fazes: pela iniciativa espontânea do presidente da república ou solicitação de outros poderes; fase judicial em que o STF para dar continuidade deverá aprovar as propostas e, assim, encaminhando para o presidente da república o qual decretará a intervenção; decreto interventivo previsto no artigo 84, X CF, que será realizada através do decreto presidencial, que depois de publicado já terá eficácia para poder dar procedimento aos demais atos conseqüentes; controle político previsto na Constituição Federal que tem por objetivo controlar o ato interventivo, sendo realizado pelo Congresso Nacional, que tem 24 horas para aprovar ou rejeitar a intervenção federal.

INTERVENÇÃO FEDERAL, PRESIDENTE DA REPUBLICA, CONSTITUIÇÃO FEDERAL

INVIOLABILIDADE A INTIMIDADE

LEANDRO PRECZENAS

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar que a Constituição Federal de 1988 protege à intimidade, a vida privada, a honra e a imagem, especificamente no artigo 5º inciso X, tratando-os como direitos fundamentais, ou seja, devem ser respeitados por todos e pelo Estado.Os Direitos Fundamentais, sob uma perspectiva clássica, consistem em instrumentos de proteção do indivíduo frente à atuação do Estado. Sistematizados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, há quem se limite ao elenco de seu artigo 5º, no qual estão previstos os direitos e deveres individuais e coletivos. De certa forma, ali está descrito um vasto rol de Direitos Fundamentais, mas a isso não se restringem, e nem sequer à Constituição Federal ou à sua contemporaneidade. Nos dias atuais, os direitos fundamentais ora mencionados, estão sendo lesados pelas pessoas de uma forma absurda, resultando na afronta aos preceitos constitucionais. Podemos perceber a invasão à intimidade, a vida privada, a honra e a imagem de várias formas, mas o acesso à internet além de facilitar a vida das pessoas, trazendo um conforto e praticidade ao ser humano resultante da tecnologia, esta trazendo sérios problemas aos indivíduos que se deparam com sua vida privada, sua intimidade exposta de forma indevida e ilegal. Mesmo diante das legislações pertinentes ao uso da internet, os abusos são constantes pelos seus usuários, ferindo muitas vezes os direitos fundamentais previstos na Carta Magna, acarretando indenizações por aqueles que sentem-se lesados.

DIREITOS FUNDAMENTAIS, INTIMIDADE, VIDA PRIVADA, INTERNET

ISRAEL NAÇÃO POR DIREITO

JOEL LOPES ANTUNES

Desde o seu inicio o Estado de Israel, sem sombras de duvidas é uma das nações mais comentadas de todas, amada por muitos e odiada na mesma proporção, todos os dias é noticiado de alguma forma, algo sobre o Estado de Israel, o que esse minúsculo estado tem de tão fascinante que chama tanto a atenção do resto do mundo, e porque a ONU usou do Direito para permitir a criação do estado de Israel? Neste ensaio serão abordadas as razões que levaram a ONU, a decidir pela criação do Estado de Israel pelo Direito. Depois dos anos 70 da era cristã Jerusalém é destruída por Tito. Vários impérios se levantaram e assumiram o Estado de Israel, mas o sentimento de nação não se perdeu em meio as guerras, perseguições sofridas pelo povo judeu, na Europa no final século 19º iniciam o movimento sionista, que pregava a criação de um Estado nacional para os judeus na declaração de Balfour, os ingleses prometiam aos judeus um território na palestina, idealizado e sonhado por Theodore Herzl, em 29 de novembro de 1947, a ONU (organização dos estados unidos), Presidida pelo brasileiro Osvaldo Aranha, aprovam a criação do Estado de Israel, sendo que trinta e três dos cinqüenta e seis representantes dos representantes que estavam ali presentes, votaram a favor do plano proposto pela ONU, treze votaram contra e dez países abstiveram dos seus votos, apenas a Tailândia não compareceu. Assim foi legitimado através do Direito Israel como nação, em 14 de maio de 1948, tem um final à longa espera de exatos 1878 anos, o povo judeu em uma reunião presidida pelo pioneiro do movimento sionista Theodore Herzl, torna a reescrever a história contemporânea dessa nação que apesar de minúscula, mas que todos os olhares da terra se voltam para ela, como Povo, Território e Nação. Será abordada nesse ensaio a legitimidade de criação do Estado de Israel, apesar de não ser reconhecida pelos Árabes nem mesmo constar em seus mapas.

ISRAEL, DIREITO DE SER ESTADO, ONU

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ABORDAGEM TEÓRICA E PRÁTICA

AMANDA HAUAGE NEVES
DANYELLY STAINE
RENATA KAVETSKEI MARQUETTI

O direito à Justiça nos é garantido desde nossa Constituição Federal de 1988, em seu preâmbulo, como sendo um dos valores supremos a serem seguidos para pode-se obter uma sociedade fraterna, pluralista e fundada na harmonia social. Sendo assim, em seu Art. 24, inciso X, já temos que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a criação, funcionamento e processo do chamado "juizado de pequenas causas". Foi então, com o surgimento da Lei 9.099/95, que surgiram as regras para tal, bem como a mudança da nomenclatura do mesmo para Juizados Especiais. Os Juizados Especiais marcam presença na vida de muitos cidadãos, pois, em sua maioria, garante um processo de qualidade e rapidez, para procedimentos considerados "simples" e que possam se adequar ao mesmo. O mesmo é possível com o devido respeito aos princípios da oralidade (garantia da palavra como meio de expressão), simplicidade e informalidade (a realização da justiça deve ser feita de forma simples e objetiva), economia processual (visa a obtenção do máximo rendimento da lei com o mínimo de atos processuais) e celeridade (o processo deve ser organizado em termos de se chegar rapidamente à sua natural conclusão) que regem os Juizados Especiais, explícitos no Art. 2o da lei supracitada. E ainda, buscando-se sempre que possível, a conciliação ou transação entre as partes. Assim é importante a abordagem de alguns dos principais aspectos em busca de compreender e estudar essa categoria de forma não só teórica, em especial no que se diz respeito sobre o Juizado Especial Cível Estadual, como também prática, procurando demonstrar de forma clara qual seriam os atos presentes em processos tramitando no Juizado Especial Cível, com o objetivo de alertar e esclarecer como vem a ser tais atos

JUIZADO ESPECIAL, PROCESSO CÍVEL, LEI 9,099/95

JUSTIÇA RESTAURATIVA E O PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE E OBRIGATORIEDADE NA AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

ALEXANDRE GALVÃO DA SILVA

O presente resumo é fruto da análise de livros, artigos e debates sobre justiça restaurativa no Grupo de Estudos de Justiça Restaurativa e Falsas Memórias da Faculdade Campo Real e tem por objetivo desvelar sobre como funcionaria a justiça restaurativa e o processo penal nas ações de natureza pública incondicionada, onde incidem os princípios da obrigatoriedade e da indisponibilidade da ação penal. Justiça Restaurativa como forma de solução de conflitos na sociedade é uma grande expectativa para aqueles que ainda acreditam que existe uma luz no fim do túnel no que tange a imensa demanda judiciária e a ineficiência do sistema atual. Contudo, ela desempenha seu papel antes ou concomitantemente ao processo penal e este é regido por princípios, dentre eles encontram-se os princípios da obrigatoriedade e indisponibilidade da ação penal pública incondicionada. A obrigatoriedade determina que, havendo tipicidade e antijuridicidade, o Ministério Público está obrigado a oferecer a denúncia, e ainda, uma vez oferecida a denúncia, ele não poderá abrir mão dela, ou seja, ela é indisponível. O grande problema que surge na Justiça Restaurativa é: se ambas as partes optam por participar de círculos de restauração e conseguem construir um acordo, restabelecendo as coisas como eram e encontrando uma saída razoável para o problema, em tese, isso evitaria a pretensão punitiva do processo penal, porém, nos delitos que possuam ação de natureza pública incondicionada o Estado acaba afastando a vítima da relação processual, incumbindo a ele, de forma obrigatória, o oferecimento da denúncia. Assim, mesmo que o réu já tenha reparado o dano e a vítima superado o problema, o réu responderá pelo crime e possivelmente será condenado, pagando duas vezes pelo mesmo delito, a primeira para a vítima e a segunda para o Estado. Dessa forma, é necessário estudo desta questão para que seja estabelecida a melhor forma de fazer acontecer o processo. Por fim, resta ressaltar que a Justiça Restaurativa é assunto recente e as críticas construtivas como as desse resumo têm o objetivo de contribuir para a melhor estruturação dessa nova ferramenta de promoção da Justiça.

JUSTIÇA RESTAURATIVA, PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS, AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EXECUÇÃO PENAL – MÉTODO APAC

VINICIUS PLATZGUMER

O presente artigo é fruto do grupo de estudos sobre Justiça Restaurativa e versará sobre a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado e sua abordagem à luz da Justiça Restaurativa como novo método de cumprimento da pena privativa de liberdade no Brasil. A APAC, trata-se de pessoa jurídica sem fins lucrativos, criada como órgão auxiliar de atuação na execução da pena, dando especial atenção à pessoa do condenado, com valorização do ser humano. O método APAC surgiu no Brasil a partir da iniciativa do Dr. Mário Ottoboni, em 1972 com aplicação no presídio de Humaitá, em São José dos Campos e hoje se espalha pelo Brasil, em especial em Minas Gerais onde já se somam mais de 36 (trinta e seis). É uma alternativa para humanização do cumprimento da pena, com uma abordagem que diverge do senso comum, onde o foco é a reeducação do preso e sua reinserção na coletividade. A aproximação entre o Método Apac e a Justiça Restaurativa se da em razão na indispensável participação da comunidade para que o referido Método seja eficaz e apresente-se como uma real alternativa ao sistema tradicional de cumprimento de pena, que hoje baseia-se no abandono e descaso. Embora não seja o único elemento, a participação da comunidade é fundamental e indispensável, uma vez que será ela a responsável por receber o reeducando ao término da sua pena, e é a partir dessa realidade que a Justiça Restaurativa entra em cena. A Justiça Restaurativa, novo modelo de justiça criminal, vem ganhando corpo nos últimos anos e tem se mostrado uma alternativa ao fracassado sistema tradicional. Na justiça restaurativa as partes participam de um processo de colaboração, assumindo responsabilidades e tratando dos danos, a fim de encontrar a melhor solução para o conflito. Embora se apresente como alternativa ao sistema tradicional, não significa o fim da pena privativa de liberdade, que por vezes pode se mostrar o único caminho viável, mas sempre com o enfoque na ressocialização. Assim, ainda que haja a aplicação de uma pena privativa de liberdade, os princípios da Justiça Restaurativa devem persistir, fazendo com que toda a comunidade envolvida, bem como as partes, prossigam no diálogo, para que os danos causados sejam efetivamente "tratados".

JUSTIÇA RESTAURATIVA, EXECUÇÃO PENAL, APAC

JUSTIÇA RESTAURATIVA: OS BENEFÍCIOS PARA O INFRATOR

ANA CAROLINA CAMILOTTI SEMCZECHEN
SABRINA KRACINSKI SCHON

O presente estudo refere-se ás reflexões sobre Justiça Restaurativa advindo do grupo de estudo “Justiça Restaurativa: Falsas Memórias e Crianças e Adolescentes”, tendo como objetivo aprofundar-se mais neste novo meio de resolução de conflitos. A metodologia a ser utilizada refere-se à pesquisa bibliográfica, embasando teoricamente em artigos científicos, teses, dissertações que estão relacionadas ao tema, tendo assim o presente estudo, base científica. A problematização da pesquisa é a seguinte: quais sãos os benefícios da Justiça Restaurativa para o infrator? Há reincidência para os infratores que utilizam da Justiça Restaurativa? O que poderia ser feito para que se evitasse a reincidência? Primeiramente analisaremos os benefícios para o infrator, visto que na Justiça Restaurativa é dado um enfoque muito maior à vítima. O infrator precisará ter bons motivos para encarar a vítima, o que é de fato muito difícil. Primeiro, o infrator ouvindo a vítima e se sensibilizado terá a oportunidade de se responsabilizar pelo dano a ela causado. Segundo, participa ativamente nos círculos podendo ser reconhecido dentro não só como “criminoso”, mas também como humano. Terceiro, o infrator tem que concordar com a decisão do que poderá ser feito para que ele restaure o dano causado. Obviamente nos casos em que foi aplicada a Justiça Restaurativa a reincidência não deixou de existir, mas diminuiu. Um exemplo disso é a Inglaterra que teve apenas 14% de reincidentes. Não houve aumentos da reincidência, mostrando assim, que a justiça Restaurativa pelo menos não causa mais reincidências. No entanto isso ainda é assunto de preocupação, devendo assim ser discutido o que mais poderia ser feito para que os infratores optem cada vez menos pelo caminho do crime. A Justiça Restaurativa é capaz de mudar a vida das pessoas, no sentido de que elas começam a pensar de forma diferente, visto que muitas vêm de famílias e meios de convívio sem estrutura. Nesse método de resolução de conflitos tanto as vítimas quanto os infratores sentem-se com mais importância, visto que lá em seu circulo são ouvidos e recebem apoio para que possam mudar o seu modo de pensar e consequentemente o seu modo de vida. Queremos cada vez mais encontrar formas de as partes, as famílias, as comunidades, resolverem os seus próprios conflitos, para que se sintam como sempre deveriam se sentir, humanas.

JUSTIÇA RESTAURATIVA, BENEFÍCIOS PARA O INFRATOR, REINCIDÊNCIA.

LEGALIDADE DA LEI MUNICIPAL 1.999 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011, QUE RESTRINGE A COMERCIALIZAÇÃO E O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

BRUNA MARCONATO
DIEGO CÉSAR LUIZ
LAUAN FERNANDO GOMES MENDES

O presente trabalho objetiva abordar e discutir importante tema no que tange a legalidade da Lei Municipal 1.999/2011, norma que restringe a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos logradouros públicos do município de Guarapuava-Pr. Mencionado dispositivo legal declara ser expressamente proibido qualquer ato ou fato, com propósito de venda ou consumo de bebidas alcoólicas em toda extensão municipal, assim, descreve tal atitude como sendo fato delituoso e ainda comina pena para a punição dos infratores, oportunizando também função aos órgãos responsáveis pela fiscalização e plena aplicação da regra. Neste contexto, foram explorados os diplomas legais do ordenamento pátrio brasileiro, assim como suas fundamentações teóricas baseadas em doutrinas e jurisprudência a fim de determinar um justo entendimento sobre os preceitos legais que englobam a aplicação de supracitada lei. São dispositivos legais e constitucionais todas as normas elaboradas com total observância dos preceitos do Poder Constituinte Originário e seus derivados, assim como a averiguação das medidas necessárias para a manutenção da ordem pública, convívio em sociedade e seus princípios norteadores. Ficando condicionado o Poder Público agir e interferir na vida social de seu cidadão somente em casos em que a própria lei autorize ou determine. Dessa forma, todos os atos administrativos devem respeitar a procedência da lei e sua atribuição legal, de tal maneira a coibir as más praticas e punir seus infratores. Porém, buscar-se-á o Direito penal ou o Princípio do Jus Puniendi somente depois que todos os âmbitos correlatos forem esgotados sem a condição de aplicabilidade e sem a restrição de direitos e garantias expressamente produzidos e declarados. Assim, taxamos que o Estado tem o direito de perseguir e punir seus cidadãos somente por força da última medida cautelar existente. Pois bem, vale lembrar que em um Estado Democrático de Direito o poder de condicionar a liberdade das pessoas através da edição de leis deve estar plenamente contidas em um parâmetro constitucional. Contudo, a propositura desta difícil tarefa de legislar e aplicar normas devem estar pautados em uma finalidade específica, na qual efetivamente seja produzido benefícios sociais sob pena de esta atividade ser tida como descabida.

CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, NORMA, APLICAÇÃO

LEI DO FEMINICÍDIO: DA NECESSIDADE À SIMBOLOGIA

ISABELLA PASA MORGAN
LUIZA CRISTINE SOLDAN PONCHON
PAMELA DE PARIS PROBST

Este trabalho tem por objetivo expor uma mudança específica do Código Penal: a previsão do delito de feminicídio, Sancionado em 09 de março de 2015, o feminicídio foi incluído no rol dos crimes hediondos, além de ser previsto como homicídio qualificado. O feminicídio configura-se pela a conduta descrita como assassinato por “razões da condição de sexo feminino”. Tendo este, obviamente, a mulher como sujeito passivo (mulher aqui descrita como condição, e não necessariamente gênero, no que diz respeito a fatores biológicos, correspondendo assim à fatores atinentes à condição de ser). Define a lei em seu parágrafo segundo que a “condição de sexo feminino” é concernente violência doméstica e/ou familiar, discriminação, submissão ou menosprezo a condição de mulher, podendo a pena ser aumentada de 1/3 até a metade se o crime for praticado na presença de ascendente ou descendente da vítima, durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto, se praticado contra menor de 14 (quatorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência, segundo o decreto presidencial. Geralmente praticada pelo parceiro, mesmo que em relações homoafetivas, desde que direcionado à mulher. Muitas foram as discussões a respeito da necessidade dessa mudança, todavia é questionável a prerrogativa do feminicídio, uma vez que ela poderia ser prevista, não de forma tão expressa, porém igualmente eficaz, no homicídio qualificado por motivo torpe, dispensando todos os requisitos típicos que essa nova norma possui, requisitos os quais abrem brechas para controvérsias deixando lacunas no texto da lei. No que tange à sua aprovação, não se pode evitar uma certa analogia com a lei Maria da Penha, uma vez que ambas tutelam a mulher. O que nos obriga a questionar se a severidade da sanção penal realmente resolve o problema, se uma lei própria e favor da mulher diminui a violência que a mesma sofre... Diante de tanta simbologia, o Estado mais uma vez falha no seu dever de proteção, o que nos leva a concluir que fatores enraizados de uma sociedade patriarcal ainda possuem voz ativa. E a pergunta que fica é: essa lei deveras simbólica veio para tornar mais evidente a ascensão que a mulher do século XXI tem conquistado ou evidencia a fragilidade que ainda incide sobre a mesma?

FEMINICÍDIO, HEDIONDEZ, LEI SIMBÓLICA

LEI PENAL NO TEMPO: A PROBLEMÁTICA DA VACATIO LEGIS

LAÍS SOLDAN SANTOS
RAFAEL VIEIRA MOREIRA DA SILVA

O presente trabalho objetiva explicar a aplicação ou não da lei mais benéfica durante a vacatio legis, portanto, pondera sobre como os doutrinadores interpretam sua aplicabilidade no mundo jurídico, com a exposição de duas correntes existentes. A vacatio legis é o intervalo entre a data da publicação e a entrada em vigor da lei. A problemática em questão é que em caso de conflito de leis, costuma-se aplicar a norma que mais favoreça o réu, surge então à dúvida em relação à vacatio, assim, será que a lei em período de vacância, poderá ser aplicada? Desdobrando-se as correntes estudadas, a primeira aponta que no momento em que é publicado o texto legal, esse passa a ter vida no âmbito jurídico e mostra novo entendimento do legislador com relação ao assunto que se trata, não fazendo sentido que após todos já conhecerem o conteúdo, não possam prestar obediência desde já, visto que por ser a retroatividade mais benéfica, mais cedo ou mais tarde o indivíduo vai gozar dela. Pondera sobre este questionamento o doutrinador Guilherme de Souza Nucci. A segunda corrente indica que no período de vacatio legis a lei penal não possui eficácia jurídica e nem social, devendo ser aplicada a lei que está vigente, pelo fato de a vacatio ainda não passar de mera expectativa de lei e talvez nunca entrar em vigor de maneira definitiva. Advogam essa opinião os autores Frederico Marques, Celso Delmanto e Damásio de Jesus. O artigo 5º, XL da Constituição Federal regulamenta que a lei penal pode retroagir se for para beneficiar o réu. Porém, a lei deve ser utilizada a partir do momento que passa a valer para toda a sociedade e não apenas para uma situação específica, ou seja, para aquele réu que estará de certo modo utilizando-se antecipadamente de um direito, visto ainda, a incerteza de que a norma entrará em vigor, podendo neste período de adaptação ser revogada.
VACATIO LEGIS, DESDOBRAMENTOS, VIGÊNCIA

LIBERDADE A CRÍTICA X ASPECTOS MORAIS DO AUTOR

ANNYE CRISTHYNNE MOREIRA STAINE
MAYRA LILIAN KRUTSCH
SOLANGE DE OLIVEIRA GOMES

A propriedade intelectual é aquela que advém de criações artísticas, cientificas, entre outras realizadas pelas pessoas, e a estas são resguardadas direitos sobre suas obras, impedindo sua utilização indevida ou sem autorização, gerando responsabilização a quem eventualmente viole esses direitos. Em decorrência da necessidade de se preservar a propriedade intelectual, dispositivos legais e doutrinadores trazem inovações, entre estas a aplicação do dano moral, que no âmbito do dano a propriedade intelectual pode ser exemplificado quando a obra de alguma pessoa é submetida a críticas excessivas que ultrapassam a liberdade de crítica aceitável e trazem danos ao autor e sua obra. Nesse sentido, a lei 9.609/98 - Dispõe sobre propriedade intelectual que é produção do intelecto resguardada como direito fundamental, um direito personalíssimo que independe de registro. O presente trabalho tem por objetivo abordar as questões atinentes à propriedade intelectual e do dano moral que eventualmente viole este direito. Sendo que as diversas relações entre seres humanos, atreladas as condições inerentes a esta podem causar danos, tais como morais, materiais, estéticos entre outros. E mensurar referidos danos dada a subjetividade destes é árdua tarefa tendo em vista a impossibilidade de se restituir o status quo ante ao dano. Num amplo aspecto busca-se proteger a invenção criada por alguém, que não sendo algo tangível, pode ser reproduzida de forma não autorizada ou ocultando sua autoria. Especificando a incidência desses crimes ocorre o típico exemplo do dano moral, onde o autor da obra depara-se com prejuízos em detrimento desta. Citando por exemplo, a utilização indevida ou sem autorização, a modificação da autoria onde o indivíduo utiliza a obra como se sua fosse, o conhecido plágio, e também comentários excessivamente críticos que depreciam a obra. Todas essas circunstâncias por evidente atingem diretamente o autor, que pode ter sua produção intelectual desvalorizada, ensejando reparação por danos morais.

PROPRIEDADE INTELECTUAL, DANO MORAL, RESPONSABILIZAÇÃO

LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO

ALISSON FERREIRA
AXEL MELNIK
FILIPE LUCAS FERREIRA DE SOUZA

O resumo versa sobre o Direito a Liberdade de Locomoção, ou também conhecida com Direito de ir, vir ou ficar o qual se encontra no inciso XV do artigo 5º, uma imediata manifestação de liberdade geral de ação das pessoas. A liberdade de locomoção é um direito fundamental de primeira geração de extrema importância para a vida harmônica das pessoas de ingressar, sair, permanecer e se locomover em todo território nacional. Este direito é de tanta importância que ninguém pode ser privado dele, exceto aquele que entre em conflito com a lei descumprindo-a ou deixando de fazer o que ela obriga mesmo assim ele não pode ser restringido de forma arbitrária pelo Estado, de forma que deve respeitar o devido processo legal para que haja esta privação, como todo direito fundamental, este não é absoluto e pode ser restringido em determinados casos, mas temos restrições previstas na Constituição Federal. Como qualquer outro direito fundamental,a liberdade de locomoção possui as características típicas dessa natureza de direito, tais como: universalidade, a indivisibilidade, a complementaridade, a interdependência e a imprescritibilidade. Convém salientar que a liberdade de locomoção pode colidir com outro direito nesses casos cabe ao magistrado fazer a harmonização dos direitos. Quando esta liberdade é violada podemos nos utilizar do Habeas Corpus, remédio jurídico constitucional utilizado para proteger o direito de ir e vir. Por meio do habeas corpus as pessoas têm como defender o seu direito de ir e vir. Se a pessoa está só ameaçada de perder a liberdade, aí cabe o habeas corpus preventivo, que previne a pessoa de ser presa ou proibida de ir e vir. Qualquer pessoa pode ser beneficiada por esse “remédio” constitucional e também pode impetrar o mesmo.

LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, HABEAS CORPUS

LIBERDADE DE PENSAMENTO E EXPRESSÃO

BIANKA NEIVERTH VORPAGEL

O Presente resumo abordara o direito a liberdade de pensamento e expressão, a liberdade de pensamento é essencial à mente humana e cada um tem o seu modo de expressá-la, faz parte da natureza do ser humano a comunicação e expressão como forma de interagir e socializar com todos, é normal que as pessoas exponham suas ideias com amigos e colegas em diversos assuntos. Quando uma pessoa expressa seu pensamento ela está automaticamente mencionando suas opiniões, como cada pessoa tem sua liberdade de escolha, é ela quem decide fazer algo ou não fazer, depende de sua própria vontade, no entanto, tal direito não é absoluto, afinal nenhum direito é absoluto, ou seja, a pessoa não pode fazer ou cometer o que bem entender, ele é livre apenas para fazer aquilo que não é proibido por lei. Por isso existem algumas limitações para os indivíduos como, por exemplo, o princípio da legalidade. A liberdade de pensamento está inserida na Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inciso IV, promovendo a todos os cidadãos o direito à livre manifestação do pensamento. O pensamento é uma reflexão interna e é também na verdade um juízo de valor, a possibilidade de pensar esta adquirida em todas as pessoas que possui as suas faculdades mentais corretas. É impossível punir o pensamento, por isso a pessoa é livre de pesar qualquer coisa, o pensamento é como se fosse um sonho, você pode sonhar que é um ladrão ou qualquer coisa do tipo, sem ser punido, tudo é livre e permitido pela legislação. A partir do momento em que o pensamento passa a ser escrito ou falado ou qualquer outra maneira de expressão, o direito passa a impor limites, por tanto cabe a cada um controlar aquilo que pretende expor com a conseqüente responsabilidade pelos seus atos. No direito civil a pessoa que foi ofendida ou lesada tem o direito de reclamar danos morais e materiais em decorrência à ofensa, mas existem também os chamados crimes, englobam a injuria e a difamação e calunia, sua pena será aplicada de acordo com o caso concreto e todo tem suas respectivas punições. Um tema muito importante é quando tentamos fazer com que outra pessoa adquira nossa maneira de expressão e como expomos nossa liberdade de pensamento, tentar convencer outras pessoas sobre a minha crença, essas manifestações devem ser protegidas ao mesmo tempo em que está impedida de prejudicar a sociedade.

LIBERDADE DE PENSAMENTO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DIREITO FUNDAMENTAL

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

BRUNA MARCONATO
DIEGO CÉSAR LUIZ
LAUAN FERNANDO GOMES MENDES

A Resolução Conama n° 237/97 define a licença ambiental como sendo: “ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras...” O licenciamento ambiental é um ato extremamente complexo cujas etapas devem ser precedidas de estudos técnicos científicos, os quais demonstram e transcrevem a viabilidade de sua aplicação. Um dos fundamentos do Estado brasileiro é a livre iniciativa, isto é, que todos têm o direito de perseguirem uma atividade econômica empreendedora. Este mesmo Estado que é reconhecedor que a dignidade da pessoa humana advém da manutenção de um meio ambiente saudável. Estes dois princípios, muitas vezes entram em conflito: quando tange a ideia de uma atividade econômica que na maioria das vezes é empreendida potencialmente poluidora e por outro lado a busca incansável por uma relação de harmonia entre homem e natureza. Assim, o licenciamento ambiental se apresenta como importante instrumento de gestão pública para o necessário controle sobre as atividades humanas que interferem nas condições naturais. Através deste dispositivo buscamos há conciliação entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais, de modo a assegurar uma equidade na relação homem-meio. Esta forma de licenciamento é uma exigência legalmente conferida por nosso ordenamento pátrio, perante o qual estão sujeitos todos os empreendimentos ou atividades que empregam recursos naturais ou que possam causar algum tipo de poluição ou degradação ao meio ambiente. Procedimento pelo qual se autorizada à localização, instalação e operação destes empreendimentos e/ou atividades. As bases legais do licenciamento ambiental estão traçadas, principalmente, na Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. O processo de licenciamento ambiental é subdividido em três etapas, sendo: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação, cada qual exercendo primordial destaque sobre a viabilidade do projeto. O órgão público ambiental poderá mediante decisão motivada modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida quando ocorrer violação ou inadequação de qualquer das normas legais.

DIREITO AMBIENTAL, LICENCIAMENTO AMBIENTAL, EQUIDADE

LICENCIAMENTO AMBIENTAL E AS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO

NATHALIA KARINA DE MATTOS
RICARDO RAI GUARAGNI

O meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental tutelado pela Constituição Federal de 1988, ao Poder Público cabe prever e regulamentar a forma pela qual se dará essa proteção. O licenciamento ambiental é um dos principais e mais efetivos instrumentos que detém o poder público para a proteger do meio ambiente. O presente trabalho tem como objetivo apresentar o instituto do licenciamento ambiental e as recentes mudanças na legislação atinentes à matéria. Para que uma obra ou atividade obtenha o licenciamento ambiental terá que se submeter a três etapas, quais sejam: a.) licença prévia; b.) licença de instalação; c.) licença de operação, tem-se portanto que o licenciamento ambiental não é apenas um ato administrativo que outorga poderes para realização de obras e atividades, mas sim um processo pelo qual toda e qualquer obra ou atividade com potencial poluidor deve obrigatoriamente se submeter. Apesar de sua importante função, o licenciamento ambiental tem sido muito discutido, por estar elencado no rol de competência comum dos entes federados, na pratica a atuação em comum dos entes federados emitindo atos de licenciamento vem ao longo do tempo trazendo grandes controvérsias, as quais nem mesmo a jurisprudência foi capaz de encontrar ponto pacificador. Como previsto na Constituição, lei complementar disciplinara a cooperação dos entes no que tange a competência comum, nesse viés foi elaborada a Lei Complementar nº 140 de 2011, que buscou elencar as competências relativas ao licenciamento ambiental. A nova lei foi muito criticada, pois na tentativa de cobrir as lacunas existentes estaria ferindo o princípio da competência comum elencando no Art. 23 da Constituição Federal de 1988. Apesar das diversas críticas, ainda movido pela necessidade de iniciar grandes obras de infraestrutura o governo federal promulgou o Decreto 8.437/2015. É notória a importância do instituto de licenciamento ambiental na tutela do meio ambiente, apesar da dificuldade de legislar a seu respeito, é importante que se mantenham as discussões acerca do tema, afim de não caracterizar o licenciamento ambiental como apenas um ponto conflituoso na legislação ambiental, mas sim o aprimorar para que se torne cada vez mais eficaz.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 140, MEIO AMBIENTE

LICENCIAMENTO DE FORNOS PARA PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL

ADRIANE ELMATOS
JOSIELE CORREIA GUIMARAES

O presente trabalho tem por objetivo evidenciar o licenciamento ambiental para produção de carvão vegetal, bem como enfatizar a importância da conscientização dos produtores para que estes realizem um trabalho dentro das normas legais. O licenciamento ambiental é exigido por órgãos competentes, quando se trata de empreendimentos que possam poluir/destruir o meio ambiente. Sendo determinado por lei, estabelece que os órgãos ambientais têm a obrigatoriedade de defender o meio ambiente para as próximas gerações, ecossistemas, por meio do cuidado de áreas representativas, arquitetar e fiscalizar o uso dos recursos ambientais, assegurar a qualidade dos recursos renováveis, controlar como é utilizado o solo, o subsolo, a água e o ar, bem como os cuidados das áreas ameaçadas de destruição. O Paraná é uma das regiões onde se concentram grande parte da produção do carvão vegetal, mas sabe-se também que essa produção ainda é feita de forma rudimentar em fornos de tijolos que são extremamente poluentes. Devido ao pouco conhecimento empregado as famílias que desenvolvem esse trabalho há várias fábricas irregulares. O não cumprimento dos requisitos está sujeito a multas e a perda dos fornos. Por isso é necessária a conscientização sobre os requisitos existentes para o licenciamento, quais sejam: Para propriedade com até 05 fornos de carvão será necessária uma Licença Ambiental Simplificada (LAS). A LAS foi criada para atender, de maneira mais rápida, as pessoas que exercem atividades de baixo rendimento. Já para propriedades com mais de 05 fornos a licença ambiental é mais complexa e comporta várias etapas, essa licença é chamada de licença prévia. Cumpre esclarecer, que a licença prévia deverá ser solicitada ainda na fase de planejamento da atividade que se pretende exercer. Essa licença aprovará a viabilidade ambiental da atividade, mas ainda não será possível o início dos trabalhos, vez que há necessidade de licença para instalação que aprovará os projetos para a execução da atividade. É ela que autoriza o início da obra da atividade e somente será fornecida após serem atendidas as condições da licença prévia. Por fim, é necessária a licença de operação que permite o início do funcionamento da atividade pretendida, que somente será concedida depois de preenchidas as condições da licença de instalação. Atendidos todos esses requisitos e as demais normas, a produção de carvão poderá ter seu início, gerando renda e colaborando para o crescimento do país.

LICENCIAMENTO., CARVÃO VEGETAL, CONSCIENTIZAÇÃO

LICITAÇÃO: PREGÃO E SUAS VANTAGENS

ANA CAROLINE CONTI
CARLA PERAO DO NASCIMENTO
LIANE CRISTINA FERREIRA CAMILO BELLONI

A licitação é um procedimento da Administração, o qual é necessário para a realização de contratos entre entidades públicas ou particulares, criando um vinculo de obrigações recíprocas entre as partes. Cabe ao Governo e as suas unidades a realização dos procedimentos licitatórios. Como qualquer ato da administração, as licitações também estão subordinadas a lei e aos princípios expressos no artigo 37 da Constituição, devendo ainda atender aos princípios do: procedimento formal, isonomia entre licitantes, publicidade, sigilo da proposta, vinculação de edital e adjudicação compulsória. A lei 8666/93 é a lei mais abrangente das normas gerais sobre licitação, criada para atender a todos esses preceitos citados, tendo ainda como complemento a lei 10.520/02 que traz a sexta modalidade de licitação. As modalidades de licitações previstas em lei são estabelecidas pelo valor e pelo objeto do futuro contrato podendo ser a modalidade por: Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Concurso, Leilão ou Pregão. Cada modalidade tem a sua característica, respeitando suas fases. O pregão se tornou uma tendência na administração, ele surge no intuito de simplificar o processo, gerando mais agilidade, eficiência, transparência nas negociações e igualdade entre os concorrentes causando mudanças na estrutura administrativa. Esta nova modalidade permite que a licitação ocorra por meios eletrônicos, o pregão ainda se caracteriza por sua inversão de fases procedimentais ganhando tempo na verificação dos documentos, analisando apenas a habilitação do vencedor, há também uma economia de tempo sobre o recurso do qual o concorrente devera manifestar seu desejo de recorrer por escrito em ata no final da decisão. A disputa por meio de lances ao vivo permite ao concorrente dar lances mais baixos beneficiando a administração, ainda se destaca a oportunidade que se da à micro pequenas empresas e ao sistema de registro de preços que possibilita a administração se organizarem melhor financeiramente. A sua exigência é que o serviço ou objeto da licitação sejam bens comuns não exigindo limites de valores. O pregão torna público seus atos de maneira mais acessível aos interessados, visto que no pregão eletrônico todos os atos podem ser acompanhados ao vivo pela internet. A nova modalidade de licitação já virou tendência e comprovou sua eficiência tornando os processos mais econômicos, transparentes, ágeis e acessíveis.

LICITAÇÃO, PREGÃO, MODALIDADES, PRINCÍPIOS

LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS SUSTENTÁVEIS

RAFFAEL CHIMBORSKI

Em 2010, houve alteração na Lei Geral das Licitações, acrescentando o desenvolvimento nacional sustentável como sendo um dos objetivos fundamentais a serem perseguidos pela República Federativa do Brasil nas aquisições públicas. O desenvolvimento sustentável é um processo evolutivo que se traduz no crescimento da economia, na melhoria da qualidade do ambiente e da sociedade para beneficio das gerações presente e futura. Tendo o Estado papel insubstituível de consumidor em âmbito nacional, os contratos e licitações publicas podem e devem ser utilizados como forma de atingir o desenvolvimento sustentável. Mediante o estudo da Constituição Federal de 1988, e na participação direta do Estado como órgão fomentador, analisar-se-á a eficiência do desenvolvimento sustentável nos contratos e licitações publicas. Legalmente definido, o desenvolvimento como objetivo a ser alcançado, dever e responsabilidade de todos, deve ser aplicado juntamente com a sustentabilidade, gerando uma cooperação mútua. Assim, como representante direto da sociedade, o Estado deve influenciar o desenvolvimento sustentável em todos os níveis, com o objetivo de alcançar um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Ainda como representante da coletividade e como responsável pela sociedade, o Estado deve atuar como órgão norteador e regulador do desenvolvimento (sustentável) nacional. Com a mudança na Lei 8.666/93 afastou-se a corrente defensora da ideia de que a inclusão de critérios ambientais, no máximo, poderia ser feita como quesito de pontuação para não frustrar a competitividade. Desse modo, exigir o respeito ao meio ambiente de um fornecedor não era considerado como mínimo necessário para a abertura do processo licitatório, tais requisitos eram considerados como algo a mais. A partir da modificação da legislação o objetivo visado passou a ser o desenvolvimento nacional sustentável. Reconhecendo o impacto e o poder de compra das aquisições governamentais, e identificando que o desenvolvimento sustentável configura um direito, não se admite a neutralidade do Estado no assunto, e assim, assumindo a responsabilidade de desenvolvimento de tais ações, estará defendendo à efetivação do bem comum e a concretização de interesses públicos, que são a finalidade da atividade administrativa pública.

DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE, LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: O CONFLITO ENTRE O PRINCÍPIO DO INTERESSE PÚBLICO E O MENOR PREÇO

TIAGO DE ALMEIDA BASSO
VALMIR DA COSTA MIRANDA DA SILVA
VINICIUS GONÇALVES

A intenção da presente pesquisa é confrontar interesses públicos e privados no que se refere às licitações mais precisamente nas questões do menor preço haja visto que esta é a principal característica das licitações. Tem também, o objetivo de procurar entender que se a Administração Pública optar pela sustentabilidade, não estará ferindo as regras das licitações devido ao interesse público. A metodologia utilizada refere-se a pesquisa bibliográfica embasando-se principalmente nos conhecimentos repassados pelos doutrinadores. Por fim, entender que quando a Administração Pública optar por produtos sustentáveis, além de encontrar amparo constitucional, estará defendendo os interesses da coletividade. A preocupação com a preservação do Meio Ambiente cresce à medida que os recursos naturais ficam cada vez mais escassos. O crescimento econômico é apontado como o principal responsável pela escassez desses recursos e principalmente, contribui diretamente com o aumento da poluição afetando a todos de uma forma geral. O Estado tem por objetivo o seu crescimento e dessa forma, incentiva o crescimento econômico, por outro lado, tem a obrigação de proteger o interesse público e preservar o Meio Ambiente. Dessa forma, para minimizar os ataques ao Meio Ambiente e preservá-lo, surgem, aí, as licitações sustentáveis em que o Estado, com seu poder de compra, busca incentivar a os particulares a preservar o meio ambiente. O Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal prevê a obrigatoriedade de se fazer licitações pela Administração Pública em seus contratos administrativos sejam eles referentes a compras, alienações, obras, serviços de publicidade entre outros que estejam no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal. Dessa forma, optando a Administração Pública em suas licitações por produtos ou serviços sustentáveis, estará cumprindo com o interesse público e atendendo ao disposto no Art. 225 da Constituição Federal.

LICITAÇÕES, SUSTENTABILIDADE, MENOR PREÇO, INTERESSE PÚBLICO

LICITUDE NA COMERCIALIZAÇÃO DE ANTIBIÓTICOS

ISABELA DAMBROSKI SOARES
KARINE RIBEIRO DE SOUZA
MYLLENA ANTONICHEN DANGUY DE PAULA

Veremos no decorrer da presente pesquisa, quais foram as causas que propiciaram o surgimento dos antibióticos,como a penicilina que foi o primeiro antibiótico a ser descoberto. Contudo o objetivo desta pesquisa não está na identificação biológica da descoberta, tendo seu enfoque nas leis que dela advieram para resguardar o direito à saúde como está previsto em nossa Constituição Federal e nas medidas tomadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medidas que tem por finalidade acabar com a venda imoderada e descriteriosa dos referidos medicamentos. De acordo com Resolução da Diretoria Colegiada (RDC 20/2011), a receita deve ser prescrita em receituário simples, em duas vias, de forma legível e sem rasuras, contendo o nome completo, idade e sexo do paciente, a substância prescrita, identificação do emitente e a data de sua emissão; garantindo o medicamento ao paciente e não acarretando qualquer prejuízo a sua saúde. Com o crescimento da distribuição de antibióticos indiscriminadamente, houve a necessidade de novas regras que normatizam a distribuição de medicamento, porém fez-se necessário a atualização da regulamentação referente ao uso que passou por resoluções e adaptações. Especialistas alertam para o risco de infecções cada vez mais graves decorrentes do uso indevido de antibióticos, tendo em vista que o consumo rotineiro de remédios vem aumentando a resistência de diversas bactérias. Com base nesses fatos, a legislação brasileira adotou restrições à venda descomedida de antibióticos como forma de segurança à saúde pública, o que estabeleceu parâmetros na prescrição e comercialização dos mesmos.

ANTIBIÓTICOS, LEIS, COMERCIALIZAÇÃO

MANDADO DE INJUNÇÃO

SCALARTY DE OLIVEIRA SILVA
VAGNER DEMENECH

O mandado de injunção é a ação constitucional que tem por finalidade, na falta de lei regulamentadora, implementar o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, ou seja, objetivo dessa ação é suprir a lacuna legislativa. O mandado de injunção é um instrumento de direito universal qual pode ser interposto por qualquer pessoa física ou jurídica, na busca de direitos garantidos pela Constituição Federal, mas que por falta ou omissão do poder legislativo não são usufruídos. O mandado de injunção produz efeitos para caso em específico, sem valor erga omnes, podendo se expandir para a coletividade, tratando da violação de direitos constitucionais pela ausência de norma que regulamente esses direitos. O remédio constitucional é uma inovação do sistema brasileiro, não havendo remédio parecido no direito estrangeiro, a semelhança esta no que diz respeito à finalidade, a prática do respeito na igualdade de direitos. O mandado de injunção tem como finalidade efetivar o exercício de direitos constitucionais, tendo como objetivo a satisfação concreta do direito subjetivo se tornando um remédio contra a lacuna que existe no sistema jurídico pela inexistência da norma regulamentadora. No mandado de injunção o juiz desempenha o juízo de equidade, com o objetivo de completar a ordem jurídica no caso concreto, realizando o direito abstrato pela falta da norma regulamentadora, no mandado de injunção não cabe o poder judiciário editar norma geral para o exercício do direito tutelado, mas sim suprir a lacuna no caso concreto. O mandado de injunção tem efeitos “inter partes” em relação ao caso concreto. Antes da decisão judicial, o direito individual não é exercido pela falta da norma, mas sim insuscetível de liminar, sendo criado com a sentença cuja sua efetividade é “ex nunc”, ou seja, não pode retroagir.

OMISSÃO LEGISLATIVA, INJUNÇÃO, IGUALDADE

MAUS TRATOS A ANIMAIS

JHENNIFER ADRIELI SOUZA BATISTA

Nos últimos anos as pessoas vêm se sensibilizando cada vez mais com os maus tratos e a crueldade feita contra animais domésticos e silvestres, induzindo a serem criadas leis de proteção mais rigorosas aos animais. A população vem se mobilizando contra alguns costumes como as “brigas de galo” e as “brigas de canário”, na qual os animais são obrigados a se enfrentar até não terem mais condições de continuar, podendo levar á morte. Na Espanha há o costume e tradição das Touradas, onde na maioria dos casos o animal também sofre maus tratos. De acordo com o Art. 3° do Decreto N° 24.645/34, é considerado maus tratos, o abandono efetivo, deixar o animal preso sem alimentação adequada e em locais com má higienização, falta de atendimento médico veterinário quando necessário, envenenamento, agressões físicas, expor o animal em shows ou situações na qual lhe cause pânico ou sofrimento, não dar morte rápida, livre de sofrimento prolongado. Ao presenciarmos casos de maus tratos devemos denunciar os autores para que medidas cabíveis sejam tomadas e que o número desses casos seja reduzido. Mas para combater e comprovar é preciso ter o máximo de informações, fotos e vídeos que demonstrem a situação do animal, e também é necessário saber nome, profissão, endereço residencial ou de trabalho do agressor, para facilitar a execução da punição legal. Animais domésticos e silvestres também devem ser amparados e protegidos, pois não temos direito de causar sofrimento desnecessário aos animais, afinal, tortura é crime. É necessário que, ao vermos casos de maus tratos, seja ele por agressão física ou psicológica, não tenhamos medo de denunciar, pois só seremos considerados testemunhas do caso.

MAUS TRATOS, ANIMAIS, PROTEÇÃO

MAUS-TRATOS A ANIMAIS: ATOS QUE VIOLAM SEUS DIREITOS

DIARLE LUCAS MEDEIROS
GUILHERME ZAIATS

A prática de maus-tratos a animais a qual muitos acreditam ser apenas um ato imoral, também é passível de punição com previsão legal, conforme prescreve a Lei 9.605/98 em seu art. 32, punindo com detenção de três meses a um ano e multa a quem descumprir essa norma. No Brasil algumas prática, como por exemplo rodeios de animais, rinhas de galo, adestramento de animais que atuam em circos, dentre outras, foram consideradas inconstitucionais, com exceção dos rodeios onde não haja crueldade aos animais. Outra atividade que gerou polemica foi o uso de animais nos experimentos científicos, onde o poder estatal defende que, devem ser usadas maneiras alternativas ao invés dos seres vivos, mas que os cientistas contrariam alegando que torna o desenvolvimento das ciências da vida mais ágil, tendo a Lei 11.794/08 regulamentado o inciso VII, do parágrafo 1º, do Art. 225 da Constituição Federal, apresentando que somente os estabelecimentos de educação profissional técnica de nível médio da área biomédica poderão usar os animais em experimentos. Outro fator que está relacionado ao assunto é o sacrifício de animais que, quando necessário deverá ser feito de maneira a não causar-lhe dor e nem provocar-lhe angustia, sendo portanto vedada a caça predatória ou praticada por puro prazer, podendo ser realizada a caça de controle, em que o bem maior é a proteção à agricultura e à saúde pública, caça científica, caça de subsistência, ou então, aquela que é concedida a licença pelo Poder Público federal e também quando for um ritual religioso, pois é assegurado constitucionalmente o livre exercício dos cultos religiosos, desde que, não cause sofrimento ao animal. Também importante citar a zoofilia, que é o ato de manter relações sexuais com animais, não se encontra explicitamente aludido em nosso sistema jurídico, que é punido somente com a mesma pena imposta aos maus-tratos, sendo aumentada de 1/3 a 1/6 caso resultar na morte do animal, mas que por meio do Projeto de Lei poderá ser agravado em mais 1/3 a 1/6 quando forem constatados atos de zoofilia no animal abusado. Faz-se necessário que, todos estes atos e quaisquer outros que venham a violar os direitos dos animais sejam regulamentados por Lei, pois esses são indefesos e não tem capacidade de correr atrás de seus direitos.

MAUS-TRATOS, ANIMAIS, DIREITOS DOS ANIMAIS

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO COMO MEIOS DE AUTOCOMPOSIÇÃO

ANDREIA LINS PEREIRA
GISELE DO BELEM ANDREKOWICZ
MARINA FERNADA RIBAS

O presente trabalho tem por objetivo versar sobre a autocomposição, trazendo um novo olhar sobre as formas de resolver um conflito entre indivíduos sem a imposição de um juiz por uma sentença. Estando em voga nos últimos anos, é estimulado pelo Direito essa nova forma e restabelecer as relações entre os indivíduos. Busca na vontade das partes a resolução de conflitos, sem sentença ou imposição de acordo, o mediador apenas promoverá a compreensão dos interesses em conflito (art. 165, par. 3º do NCPC). A mediação e conciliação são consideradas tipos de autocomposição, que segundo o novo Código de Processo Civil (Lei 13.105 de 16 de março de 2015, capítulo V), estabelece e incentiva a mediação e conciliação como métodos de solução consensual, devendo os juízes efetivar essas medidas já no início do processo. A principal diferença entre Conciliação e Mediação fica a cargo do procedimento, sendo que na Conciliação há busca de satisfação individuais das partes, enquanto na mediação há busca de satisfação para ambas as partes, restaurando vínculos sociais. Outra diferença encontra-se no que diz respeito ao Conciliador e Mediador, onde àquele busca resolução oferecendo a solução e propostas, enquanto nesta ocorre somente uma facilitação, vez que as partes decidem o curso da resolução. Ao incentivar e efetivar mecanismos de autocomposição, há grande chance de amenizar o sistema jurídico brasileiro, que atualmente encontra-se tomado por demandas. De acordo com Cintra, Pelegrini e Dinamarco (2014, p.46) “o conciliador procura obter uma transação entre as partes, ou a submissão de um à pretensão do outro, ou a desistência da pretensão”. A necessidade desses mecanismos de pacificação e solução de conflitos reafirmou a autocomposição por meio da conciliação e mediação os quais foram discorridos, mas estes também não são os únicos e cada vez mais se deve buscar meios alternativos para resolver conflitos.

AUTOCOMPOSIÇÃO, MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO

MEDICINA LEGAL E A PERÍCIA COMO MEIO DE PROVA

PALOMA MARIA TURKOT
PÂMELA PRIOR

O presente resumo busca apresentar a indiscutível importância da perícia para o judiciário, que pode contar com o apoio da medicina legal para a resolução de lides que estão submetidas ao julgamento, principalmente quando através deste ramos existe a possibilidade de produzir provas. A Medicina Legal, através de seus métodos científicos e constante aprofundamento nas pesquisas em que se buscam novas formas de apurar fatos e coisas, consegue através de seus métodos científicos passar uma maior segurança jurídica. Sabemos que em um processo penal, assim como em qualquer outro, a primazia é a busca da verdade, e a precisão, que na maioria das vezes somente as provas periciais conseguem, fazem desta uma importante arma na reconstituição dos fatos, da forma mais verdadeira possível. A perícia é, portanto, um meio de prova. Defini-se perícia como os procedimentos técnicos que objetivam o esclarecimento de fatos envolvidos na lide e que são de interesse da justiça. A sua finalidade principal, portanto, é a produção de prova para demonstrar os fatos. A perícia é um procedimento, e em casos onde se façam necessários a participação de um profissional – quer seja pela determinação legal, quer seja porque o juízo faz questão da presença de um técnico, o perito poderá ser oficial (atua na maioria dos casos), não-oficial (onde será nomeado para aquele caso específico), ou ainda assistente técnico, onde as partes da lide contratam um profissional para averiguar a veracidade da perícia realizada pelo perito oficial e não-oficial, a fim de buscar novas informações e levantar questões sobre a perícia anterior. O perito deverá ter formação profissional em grau superior e devidamente inscrito no órgão da classe, consoante disposição no artigo 145, parágrafo primeiro do CPC. As perícias se classificam em: judicial, quando é determinada de ofício pelo juízo ou a pedidas das partes litigantes; extrajudicial, quando é feita particularmente pelas partes litigantes; necessária, quando a lei obriga a perícia devido à natureza do fato a fim de provar a materialidade, e que na falta dela, pode ser passível de nulidade; facultativa, quando pode ser dispensada. A prova realizada por meio da perícia é destinada ao juiz para que este analise os elementos e conclusões dos documentos periciais para que chegue a uma convicção sobre os fatos. Na prova pericial não irá ser apontado culpa ou dolo das partes, e sim a tentativa de uma minuciosa reconstrução dos fatos geradores da lide.

MEDICINA LEGAL, DOCUMENTOS MÉDICO-LEGAIS, PERÍCIA

MEDIDA DE SEGURANÇA E SUA PROBLEMÁTICA DE SANÇÃO PENAL INCESSANTE

AMANDA RIBAS GELINSKI
JEAN LUCAS CALDAS

A medida de segurança é uma sanção penal imposta pelo Estado aos inimputáveis e semi-imputáveis que demonstraram potencialidade para novos danos, também chamada de periculosidade. A medida de segurança é possuidora de natureza exclusivamente preventiva, visando evitar que o sujeito perigoso venha a cometer novas infrações penais por meio de seu tratamento de função curativa. O Código Penal adota o sistema vicariante, cabendo assim aos semi-imputáveis a pena ou a medida de segurança e aos inimputáveis somente a medida de segurança, tornando inaplicáveis as duas sanções cumulativamente. Os pressupostos para a aplicação da medida de segurança são: A prática do crime e a periculosidade do sujeito. As espécies da medida de segurança podem ser detentiva, na qual o sujeito sofre internação em hospital de custodia e tratamento psiquiátrico, em crimes apenados com reclusão (Art. 96, I CP), ou restritiva em que se aplica a sujeição a tratamento ambulatorial, em crimes apenados com detenção (Art. 96, II CP). A desinternação será sempre condicional e reestabelecida se o agente demonstrar-se perigoso antes do decurso de um ano. O internado será recolhido a estabelecimento dotado de características hospitalares e submetido a tratamento (Art.99 CP), na falta de vaga a internação poderá ser em hospital comum ou particular. O prazo mínimo de internação deve ser estabelecido pelo Juiz que aplica a medida de segurança: Um a três anos, não possuindo estipulação para o prazo máximo (Art. 97, § 1º, do CP), contudo é certo que não pode ter caráter perpetuo de acordo com a Constituição Federal vigente e nem ultrapassar 30 anos, por ser pena privativa de liberdade, de acordo com o artigo 75 do Código Penal. Para a doutrina, o tempo máximo de internação não deve ser superior a pena máxima prevista no delito praticado. A função curativa de sanar ou ao menos amenizar as enfermidades do sujeito, inimputável ou semi-imputável, é usada muitas vezes como artefato para que o mesmo cumpra tal medida por um longo e indeterminado tempo, já que é cômodo para família e para a sociedade, deixando assim o apenado na condição indigna de não saber quando se dará a cessação desta sanção. Chega-se à conclusão de que a doutrina nos orienta a ponderar o tempo máximo de acordo com a pena prevista no artigo do crime cometido, trazendo assim o benefício ao réu, que não terá seus direitos fundamentais versados na Constituição à mercê da omissão dos legisladores, devendo, deste modo, ser aplicada.

SANÇÃO, PERICULOSIDADE, INTERNAÇÃO

MEDIDAS CAUTELARES E OPERAÇÃO LAVA JATO

ANA CAROLINE CONTI
CARLA PERAO DO NASCIMENTO
LIANE CRISTINA FERREIRA CAMILO BELLONI

O presente trabalho vem mostrar que o apelo popular e a vingança pública podem atrapalhar o devido processo legal. A Constituição brasileira, no art. 5º LVII, determina que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”, adotando assim o princípio da presunção da inocência. Ademais, no texto constitucional, há previsão que ninguém deve ser mantido preso se houver a possibilidade de liberdade provisória. Portanto, a liberdade deve ser a regra, e a prisão preventiva uma exceção, devendo o Juiz garantir a materialização dos princípios constitucionais e garantias. A Lei 12.403/11 modificou aspectos e estabeleceu medidas cautelares diversas da prisão a enfatizar, por conseguinte, a excepcionalidade da prisão durante a fase processual. Portanto, a privação da liberdade deve ser a “ultima ratio” no caso concreto, só devendo ser mantida em casos extremos, se comprovado ser a única medida a assegurar a aplicação da lei ou garantir a efetividade da instrução criminal, como destruição de provas, fuga ou coação de testemunhas. Com o desenrolar da operação intitulada “Lava Jato” houve a prisão de diversos suspeitos ainda na fase investigativa, talvez sem observar cuidadosamente sua necessidade. Tanto que o STF considerou irregular diversas prisões de envolvidos, por entender que somente a presunção de fuga não pode, por si só, fundamentar a prisão de alguém, devendo existir a observância quanto às hipóteses de “periculum libertatis” do artigo 312 do CPP (garantia da instrução processual penal e aplicação da lei penal), pois decisões calcadas na garantia da ordem pública e da ordem econômica se afastam do caráter instrumental (utilidade para a investigação ou instrução processual) das medidas cautelares, uma vez que a atenderem propósitos diversos como, por exemplo, o clamor popular ou a credibilidade da justiça se afastam do referido caráter instrumental.Desse modo, as medidas cautelares do artigo 319 do CPP e as prisões provisórias devem ser sempre excepcionais, e quando aplicadas devem auxiliar no eventual provimento final do processo penal.

LAVA-JATO, DEVIDO PROCESSO LEGAL, MEDIDAS CAUTELARES

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

FERNANDA MOREIRA PRESTES
JAMILE SANTINELLO
LUCIA DOVHAN FONSECA

O presente estudo refere-se às reflexões acerca das medidas socioeducativas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quando aplicada aos adolescentes que se encontram em conflito com a lei, tendo por objetivo aferir se a aplicação dessas medidas tem ou não atingido suas metas, ou seja, a reinserção do adolescente ao convívio social. A metodologia a ser utilizada refere-se à pesquisa bibliográfica, embasando teoricamente em artigos científicos, teses, dissertações que estão relacionadas ao tema, para que substancialmente, o estudo tenha base científica. A problematização da pesquisa é a seguinte: as medidas aplicadas atendem aos anseios que a população busca? Elas ressocializam o adolescente? Qual o perfil da família desse adolescente? Portanto, o ECA traz a medida socioeducativa com o objetivo de ressocializar o adolescente buscando, através dessas medidas, mostrar que a conduta praticada pelo adolescente, tem suas consequências e que mesmo tendo um caráter mais pedagógico, também possui caráter punitivo. As medidas socioeducativas são aplicáveis ao adolescente (entre 12 e 18 anos de idade) pela prática de atos infracionais equivalentes aos crimes e às contravenções penais. Tais medidas visam a necessária correção de rumos do adolescente, o qual deve ser convencido e orientado a abandonar a prática de atos infracionais, apresentando-se um caráter predominantemente educativo. É de competência do Juiz da Infância e Juventude proferir sentença, após análise da capacidade do adolescente de cumprir medidas, verificando-se as circunstâncias do fato e sua gravidade. A equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude orientar-se-á pela atuação junto ao adolescente em conflito com a lei, a partir de uma visão que o particularize, bem como permita reconhecer em cada um, heterogeneidade de situações e experiências que marcam a diversidade dos modos de inserção social. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, Art. 112 a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional. Tais medidas tendem a permitir uma adequação social perante análise de suas condutas e aplicação da medida cabível ao caso concreto.

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, ADOLESCENTE, RESSOCIALIZAÇÃO

MEIO AMBIENTE CULTURAL E TOMBAMENTO

GISELE DO BELEM ANDREKOWICZ
MARIA IZABEL CORREA
MARINA FERNADA RIBAS

O conceito de Meio Ambiente muitas vezes é relacionado somente ao Meio Ambiente Natural, ou seja, associado àproteção das florestas, fauna, flora, aquecimento global, entre outros, e de fato é um dos ramos do conceito de Meio Ambiente, entretanto não se limita somente aos aspectos citados. O conceito de meio ambiente é subdivido em: Meio Ambiente Natural, Meio Ambiente Artificial, Meio Ambiente do Trabalho e, o destacado no presente trabalho, o Meio Ambiente Cultural. O Meio Ambiente Cultural é uma das espécies do meio ambiente ecologicamente equilibrado, ou seja, a junção que permite o desenvolvimento equilibrado do homem. Este conceito está ligado ao conceito de Patrimônio Cultural, previsto no artigo 216 da Constituição Federal, e se considera um dos instrumentos que se presta a tutelar o patrimônio cultural. O patrimônio tombado é uma maneira de proteção do patrimônio cultural, arqueológico, histórico, natural e paisagístico. O tombamento ambiental é apresentado através da proteção de bens e tem o objetivo de preservar, por meio da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Entende-se como uma “restrição administrativa” que é realizada pelo Estado que tem o interesse de proteger patrimônios históricos e artísticos, contudo o patrimônio tombado proíbe a demolição e se exige que os reparos obedeçam a sua caracterização. Para que o bem seja respeitado, há imposição de penas de multa e penas de reclusão, a fim de que seja preservado e evitando modificações sem autorizações ou prejuízos posteriores. Em um processo de Tombamento o bem tem de possuir um valor relevante para a comunidade, que preserve a memória nacional, estadual e municipal. Pode ser executado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tanto para bens particulares quanto bens públicos. O Meio Ambiente Cultural é tão importante e merece atenção quanto à sua proteção, assim como nossa fauna e flora, pois tratam de nossas memórias, origens e história, aliado ao processo de Tombamento é uma forma de manter viva a cultura do país.

MEIO AMBIENTE, CONSTITUIÇÃO, TOMBAMENTO

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO: O SETOR RURAL

ANA CAROLINA CAMILOTTI SEMCZECHEN
SABRINA KRACINSKI SCHON

O presente estudo refere-se às reflexões sobre o Meio Ambiente do Trabalho no Setor Rural, tendo como objetivo aprofundar-se mais neste assunto. A metodologia a ser utilizada refere-se à pesquisa bibliográfica, embasando teoricamente em artigos científicos, teses, dissertações que estão relacionadas ao tema, tendo assim o presente estudo, base cientifica. A problematização da pesquisa é a seguinte: qual a preocupação do direito ambiental referente ao ambiente trabalho? Qual o impacto dos direitos e dos deveres que empregados e empregadores tem? Qual a importância da distinção entre os princípios da prevenção e da precaução? O Direito do Trabalho se preocupa com as relações jurídicas entre empregado e empregador. O Direito Ambiental busca a proteção à saúde do trabalhador, as formas de degradação e poluição do meio ambiente onde exerce o seu trabalho, que é essencial para sua qualidade de vida. Os deveres e os direitos de empregadores e de empregados, principalmente na área rural, que conforme estatísticas é onde ocorre grande parte dos acidentes de trabalho, e como os agrotóxicos causam grande impacto e riscos à saúde do trabalhador e o meio ambiente. A Lei entende como acidente de trabalho o que ocorre durante o trabalho a serviço de uma empresa, o que provoca lesão corporal, perturbações funcionais que cause a morte, a perda ou redução da capacidade do trabalho. O ordenamento Jurídico Ambiental brasileiro trás como pilares os princípios da prevenção e da precaução, havendo diferença entre estas, destacando-se que a prevenção tem o significado de antecipar os fatos. Sendo assim, esses dois princípios são instrumentos de todo o esquema lógico do direito ambiental não podendo ficar sem as observâncias desses dois princípios tão essenciais. O meio ambiente do trabalho é correlacionado diretamente na Constituição Federal sobre o qual incide o interesse da coletividade, a saúde humana. Pode-se concluir com este trabalho a importância de ter um ambiente de trabalho seguro, no qual os trabalhadores devem ter boas condições para com esse trabalho tirarem, de forma digna, o sustento para a sua família, e suprirem suas necessidade, mantendo-se sempre saldáveis e produtivos, sendo a cima de tudo tratados como ser humanos e tendo um trabalho com condições dignas, como deveria ocorrer.

CONSTITUIÇÃO, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA DO TRABALHO

MEIO AMBIENTE E PRESERVAÇÃO

LEONARDO FELLIPE DALA ROSA DA CRUZ
LEONARDO WESTEPHAL LOSSO

Nunca em toda a história, se teve tanta atenção voltada ao meio ambiente, isso porque atualmente é passou-se a notar a sua real importância, ou melhor, estamos sentindo os efeitos de nosso descaso para com o mesmo. Visando a proteção e continuidade do meio ambiente saudável, foram criadas as APA`s (áreas de proteção ambiental), as quais consistem em grandes áreas destinadas a proteger e conservar a biodiversidade ali presente. Quando falamos dessas áreas, não devemos entender como uma área desabitada, e sem qualquer atividade humana, mas sim, como áreas com atividade humana, de modo que essas são rigorosamente fiscalizadas e controladas, de modo a produzir um desenvolvimento e um vivência sustentável, onde a população poderá viver adequadamente e o meio ambiente também poderá se desenvolver de forma natural. Atualmente essas áreas são regidas pela Lei 9.985/00, pelo Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC),oficialmente essa unidade deve ser presidida por um órgão responsável pela sua administração, no caso de ser uma área federal será pelo ICMBio, caso for estadual ou municipal será por um órgão estadual, de modo que terá que ter integrantes dos órgãos públicos, da organização da sociedade e civil e também por integrantes da população local, conforme pedir o regulamento. As áreas de proteção ambiental vem se mostrando uma importante unidade de conservação, se tornando um grande modelo de planejamento de modo a conciliar a população e suas técnicas de manejo, ao desenvolvimento ambiental. Modo pelo qual, por esse instrumento, nota-se um novo modelo de desenvolvimento, este, mais benéfico ao meio ambiente.

AMBIENTE, RESERVAS, PRESERVAÇÃO

MEIO AMBIENTE: O EXTRAORDINÁRIO RECURSO FUNDAMENTAL PARA VIDA HUMANA

MARIO ADALBERTO ORDAKOWISKI FILHO

O art. 225 da constituição Federal de 1988 declara o seguinte: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. ”. O meio ambiente é de imensurável importância para subsistência do ser humano, sendo crucial para seu desenvolvimento, deve ser considerado o direito ao meio ambiente como legitima continuação dos direitos fundamentais, esses arrolados no art. 5º da CF/88, principalmente no que diz respeito a vida humana e por consequente a dignidade da pessoa humana, não há do que se se falar em vida ou vida digna se o meio ambiente não é sadio e tampouco é preservado para as futuras gerações, observando neste último caso a consagração deste direito como Inter geracional. O legislador não poderá limitar, modificar ou suprimir este direito, cabendo a esta resistência quanto as emendas legisladas. A declaração do meio ambiente de Estocolmo, como ficou conhecida a conferência das nações unidas em 1972, foi o evento pioneiro no que tange a preocupação das nações com o meio ambiente, ficaram convencionados vinte e seis princípios em caráter fundamentais, buscando trazer equilíbrio da afinidade do homem com o meio ambiente, sendo assim reconhecido o modo imprescindível de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, seguida desta declaração, em 1992 surgiu a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro onde como objetos de discussões principais estavam a redução de gases poluentes e a cooperação dos estados em amenizar o efeito estufa. O emprego inteligente dos recursos naturais, afirmando a infinidade dos mesmos, e pôr fim a responsabilidade sustentável, bem como a redução de emissões de gazes entre outros poluentes e degradação das florestas, incluindo a fauna e a flora, tem o Direito como aparelho instrumental regulador em função do bem-estar ecológico e vital, atuando assim o meio ambiente como síntese de direito do cidadão e dever do mesmo a sua preservação.

MEIO AMBIENTE, VIDA, DIREITO

MINISTÉRIO PÚBLICO E SUAS FUNÇÕES

MARIANARA CAETANO
ROBERT ANZOLIN

O Ministério Público é um órgão pertencente ao Estado que atua na defesa dos interesses sociais e individuais, de acordo com a Constituição Federal, sua atuação é essencial à função jurisdicional do Estado. O Ministério Público desenvolve suas atividades tanto no ramo do processo civil quanto no processo penal. No que diz respeito ao processo penal o Ministério Público possui a função de gerar a ação em caso de crime de ação publica, bem com a função de acusar se tratando de crime de mesma natureza. No processo civil suas atribuições irão se dar de acordo com o conflito existente, podendo o ministério público desempenhar suas atividades como parte ou fiscal da lei. Em relação a sua atuação como parte, seja como autor ou réu, o Ministério Público só poderá agir em situações expressamente autorizada por lei, com nas situações elencadas no artigo 82 do CPC. O artigo 83 do CPC traz a atuação no processo civil como fiscal da lei, o nosso código de processo civil não dispõem hipóteses as quais se faculta a intervenção do ministério Público assim não havendo a intervenção do ministério público, o processo será nulo. É importante frisar que quando o Ministério Público exerce o direito de ação estará sujeito as mesmas sanções que as quais implicam as partes, tal ponto não deve ser visto de forma absoluta pois o Ministério Público por exemplo, não está sujeito a custear as despesas processuais além de possuir alguns privilégios como o dobro do prazo para recorrer e o quádruplo para contestar. O Ministério Público dos estados é formado pelos promotores que atuam no primeiro grau de jurisdição, já o Ministério Público Federal é composto pelos procuradores os quais atuam de forma conjunta com e os juízes federais, para ingressar na carreira é necessário ser aprovado em concurso público legalmente realizado.

FISCAL DA LEI, MINISTÉRIO PÚBLICO, PARTE

MONITORAMENTO ELETRONICO

ANDRIELLY VON STEIN ANDRADE
CLEIDI TAIS DANGUI DE MORAES

O presente trabalho tem como objetivo tratar de um tema bastante relevante nos dias atuais dentre a população brasileira, juristas, advogados e doutrinadores, os quais debatem a utilização do Monitoramento Eletrônico por meio de tornozeleira. A utilização de meios alternativos de vigilância sobre infratores tem se revelado como uma forma alternativa para a fiscalização da execução de penas, gerando assim renovadas formas de controle sobre os indivíduos que infringem as normas penais. A tornozeleira surgiu no ano de 1981, baseado em uma história do personagem Homem Aranha em que o criminoso denominado “Vigilante” coloca no super-herói um bracelete eletrônico para monitorá-lo e controlá-lo. O juiz Jack Love, do Estado de Novo México, resolveu implantar a ideia de vigilância eletrônica nos presidiários. Este juntamente com a parceria de seu amigo Mike Gross, criou um protótipo de pulseira e a usou pelo prazo de 3 meses. Após esse tempo, determinou o monitoramento de cinco delinquentes através desse método. A utilização do monitoramento eletrônico pelo sistema penal brasileiro foi determinada no dia 15 de julho de 2010, pela Lei 12.258, especificando que, em casos de saída temporária no regime semiaberto de cumprimento de pena e na determinação de prisão domiciliar, o juiz poderá definir a “fiscalização” deste por meio de monitoração eletrônica, o qual só será válido quando autorizado pelos juízes das Varas de Execuções Penais e desde que o infrator aceite se submeter a isso. Diante do exposto, conclui-se que o monitoramento eletrônico dos presos passar a existir como um avanço nas alternativas penais. O monitoriamento afasta o preso das consequências do encarceramento, vez que o uso das tornozeleiras eletrônicas pode ser considerado como uma forma de amenizar a superlotação carcerária em nosso país, bem como a redução no custo do preso para o Estado, maior fiscalização do delinquente, celeridade no processo de ressocialização ou até mesmo impedir que este pratique novos atos ilícitos

MONITORAMENTO,, TORNOZELEIRA ELETRÔNICA,, FISCALIZAÇÃO

MOROSIDADE DO PODER JUDICIÁRIO X INOVAÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

ANNYE CRISTHYNNE MOREIRA STAINE
MAYRA LILIAN KRUTSCH
SOLANGE DE OLIVEIRA GOMES

É indubitável a existência de alterações no que concerne a vida em sociedade, cabendo ao direito regulamentar esse convívio, possibilitando um melhor desenvolvimento desta, neste contexto em março de 2016 entra em vigor o novo Código de Processo Civil para substituir o Código de 1976, que foi elaborado na égide de um regime autoritário, em contrapartida, o NCPC tem como marco principal a positivação de normas constitucionais, visando à participação mais ativa do cidadão que é o principal interessado na satisfação legislativa, não atuando apenas como expectador sujeito a decisão do Juiz, mas sim como sujeito apto a influenciar sua racio decidendi. O novo Código de Processo Civil vem despertando inúmeros debates no que consiste em suas principais e significativas alterações, pois embora seu conteúdo fosse amplo, já não correspondia a questões que norteiam o sistema jurídico contemporâneo. Ressalta-se o viés democrático desse novo projeto que propõe alternativas a prestação jurisdicional, estas que visam sua real efetividade. Muito se fala do papel meramente simbólico da Constituição Federal, da dificuldade da implantação de suas normas e princípios, nesse sentido o novo Código de Processo Civil é voltado ao crivo constitucional, buscando soluções aos conflitos de interesse que tenham respaldo em garantias e princípios constitucionais, com hermenêutica mais justa e adequada as mais diversas situações. A constitucionalização é uma premissa de sua existência, o fundamento de validade do novo Código de Processo Civil é a Constituição. Ante o exposto pode-se vislumbrar o modelo cooperativo de processo, para que a lide não seja um campo de batalha das partes, estas que tem o dever de mitigar o dano, tanto delas quanto da parte contrária,. O novo Código de Processo Civil inova ao dar maior ênfase aos precedentes, visando tornar o processo mais previsível, evitando soluções conflitantes diante de casos concretos semelhantes, propiciando maior estabilidade e integridade ao processo, entretanto, será permitido as partes litigarem contra os precedentes desde que comprovem a impossibilidade de sua aplicação devido as peculiaridades do caso concreto, posto que a base dos precedentes é a segurança jurídica. Tecidas essas considerações, frisa-se que é de grande importância o desenvolvimento da doutrina acerca do NCPC, concretizando suas melhorias e apontando suas eventuais falhas, possibilitando seu viés democrático que necessitará de uma implementação contínua.

SOCIEDADE, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, NORMAS CONSTITUCIONAIS

MUNICIPIOS NA FEDERAÇÃO

ANDRESSA CRISTINA DA LUZ BOESE
THIAGO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA

Desde a constituição de 1988, o estado é composto por Entes Federados, sendo a União, o Distrito Federal, os Estados Membros e os Municípios. Todos os Entes são Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno, dotados de autonomia política com competência de atuação na área de seu interesse. No texto, serão destacados os Municípios, bem como as suas capacidades e como ocorre a sua formação. Segundo Alexandre de Moraes (2014, p. 295), o único Estado soberano contemporâneo, em que o Município também faz parte possuindo uma autonomia política, sendo considerado ente federado, é o Brasil, em razão de expressa previsão na Constituição Federal Brasileira de 1988. Destaca-se que em nenhuma outra nação adota este sistema, tornando a federação Brasileira, uma federação imperfeita. O autor ainda fala que o Município assim como os Estados Membros, possui a tríplice-capacidade, sendo: auto-organização e normatização própria por meio das leis orgânicas municipais; autogoverno por meio de eleições diretas de prefeito, vice-prefeito e vereadores e auto-administração conferidas pela Constituição Federal para que possuam o exercício de competências administrativas, tributárias e legislativas. Segundo Pedro Lenza (2012, p. 320), é possível a formação de um novo Município, desde se cumpram os requisitos presentes na previsão constitucional no seu art. 18 §4º que estabelece regras para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Entre estas regras devem ser obedecidas as seguintes etapas: A existência de uma lei complementar federal que autoriza a criação de novos municípios; realização de estudo de viabilidade municipal, o qual deverá ser apresentado, publicado e divulgado demonstrando e comprovando que o município que pretende se formar tem capacidade de se manter financeiramente; plebiscito, realização de uma consulta às populações dos municípios envolvidos para que aprovem ou não esta formação; lei estadual, criação de uma lei ordinária estadual dentro do período definido pela Lei Complementar Federal. Por fim, conclui-se que os municípios fazendo parte dos entes federados, tornando a Federação Brasileira imperfeita, uma vez que existe somente no Brasil a possibilidade dos municípios também possuírem autonomia garantindo que eles possam se auto-organizar, autogovernar e auto administrar obedecendo aos parâmetros da constituição federal.

MUNICIPIOS, FEDERAÇÃO IMPERFEITA, ENTE FEDERADO

NATUREZA JURIDICA DA COSIP

ANDRESSA DO NASCIMENTO FIUZA
DURCIMÁRI DA FONSECA BENTO
LORRANE ROCETI BOTAN

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar as mudanças ocorridas na natureza jurídica da iluminação pública, ou seja a tão famosa COSIP. Com a evolução histórica, a iluminação pública sempre foi alvo de críticas em relação a sua natureza jurídica, se ela era um imposto ou taxa, porém, a ela não podia ser aplicada nenhuma dessas naturezas, pois a atividade não se encaixava nos requisitos que estes pedem, a contraprestação da iluminação pública não é feita diretamente pelo uso, ou seja, o usuário não é identificado. Para satisfazer o interesse geral, o Serviço Público ocorre de duas maneiras: Serviços Uti Singuli, que são aqueles que identificam o usuário, sendo uma contraprestação direta pelo uso e Uti Universi, os quais são prestados à coletividade, não sendo possível identificar o usuário. No que toca à cobrança de taxa sobre serviço de iluminação pública, hoje já está pacificado sua natureza jurídica, pois haviam muitas discussões a respeito se ela era considerada uma taxa, uma tarifa, ou um tributo e se o município poderia cobrar, devido estes questionamentos foi introduzido na Constituição Federal de 1988 pela emenda 39 o artigo 149-A, com o fim de esclarecer o que realmente estava sendo pago pela sociedade. Isto posto, conclui-se, mesmo que de forma genérica que o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa, pois não se trata de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte, a contraprestação não é feita diretamente pelo uso, sendo imposta indistintamente a todos os cidadãos, se tratando sim de um serviço Uti Universi, é uma espécie de tributo chamada contribuição, onde este pode ser definido como tributos destinados ao financiamento de gastos específicos. O Serviço Público é a tarefa que o Estado assume para satisfazer as necessidades coletivas da sociedade, de forma direta ou indireta, devendo este serviço ser adequado para determinado fim, e por mais que ainda existam questionamentos sobre a cobrança da contribuição da iluminação pública, ela não pode ser considerada inconstitucional, pois a emenda regulamentou sua cobrança através da contribuição, o que pode ser questionado é esta cobrança ser feita a todos, quando muitos não possuem a iluminação pública em suas casas.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA, TARIFA, TRIBUTOS, CONTRIBUIÇÃO

NEGÓCIO JURÍDICO INERENTE AO CARTÃO DE CRÉDITO

FRANCIELE LETICIA GOMES CARNEIRO
LARISSA OLIVEIRA AMARAL
MAURICIO SZEREMETA

O seguinte trabalho tem como principal objetivo mostrar a relação do cartão de credito e os contratos jurídicos. Aproveitamos também para nos aprofundarmos um pouco mais na historia do cartão de credito, como e onde surgiu e quem inventou. sendo assim, um dos nossos objetivos é trazer um pouco de conhecimento referente ao cartão,pois, sendo um objeto e seu uso tão comum são pouquíssimos os que algum dia pensaram, tiveram curiosidade e o interesse em conhecer a historia, evolução, contratos e as leis, regras e jurisprudência que o cerca. A relação entre o consumidor e o cartão de credito é regida por um contrato regulamentado pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor, que dispõe sobre as clausulas abusivas e a revisão contratual quando ocorre a onerosidade excessiva. Quando falamos de onerosidade nos referimos aos juros abusivos. As cláusulas contidas nos contratos resultam na onerosidade ao contratante, resultante dos juros abusivos que beneficiam as agências e prejudicam financeiramente o consumidor. Isso ocorre devido ao fato de que os juros seguem as regras de mercado, para que essa situação fosse controlada os juros deveriam ser limitados almejando a justiça social. A cada dia as relações jurídicas que surgem com a utilização do cartão bancário, seja ele de credito, debito ou outro, tem aumentado consideravelmente, graças a modernização do sistema financeiro que facilitando a vida do cliente faz com que as idas até as agencias sejam menos necessárias, porém, mesmo diante da facilidade que o consumidor possui ao utilizar o cartão de crédito, há em contrapartida, a onerosidade do mesmo, devendo ser analisada a utilização do cartão do credito sem que essa facilidade torne problema futuramente.

CARTÃO DE CREDITO, ONEROSIDADE, CONTRATOS

“NOVO” CÓDIGO FLORESTAL E A RESPONSABILIDADE CIVIL DE PESSOA FÍSICA: TEMAS EM DEBATE

FERNANDA MOREIRA PRESTES
JAMILE SANTINELLO
LUCIA DOVHAN FONSECA

O objetivo dessa discussão não é esgotar o assunto, mas fazer com que ocorram mais discussões sobre o “Novo” Código Florestal, bem como a Responsabilidade Civil da Pessoa Física no que tange aspectos nas quais são descritos sobre Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP). Tais reflexões dar-se-ão por meio de análises teóricas, isto é, pesquisa bibliográfica, com base em doutrinadores que questionam e argumentam sobre o assunto. Para o embasamento teórico inicial ao estudo, foram utilizadas as seguintes fundamentações: Lei 6938/81, Art. 225 da CF/88, Projeto de Lei 1.876/1999, Lei Federal 12.651/2012, e doutrinadores como Valera e Ellovicht (2014), Canzi (sd), Coutinho, et al (2013), e outros. Para tanto, problematiza-se neste estudo: Para uma Pessoa Física há responsabilidade civil delineada no “Novo” Código Florestal, e quais suas implicações mediante a responsabilidade ambiental para com a sociedade? Para a CF 88, há uma classificação extensionista do bem protegido, isto é, o meio ambiente, sendo: a) Lato sensu- causando dano a todo meio ambiente, em seu conceito amplo, b) Individual ou reflexo- dano do ricochete, o individuo é afetado de maneira reflexa ou ricochete, e pode ajuizar uma ação, como afeto ao trabalho, à saúde, à qualidade de vida, e, c) Extensão do dano- 1) patrimonial (deterioração dos bens da vítima) e, 2) moral ambiental (extrapatrimonial- atinge valores imateriais da vítima ou da comunidade). Sendo assim, é necessária a obrigatoriedade da reparação do dano ambiental, por medidas como: a) o Poluidor deve restaurar natural (in natura ou em espécie), e, b) a indenização em dinheiro (in pecúnia) por dano ambiental. Portanto, o Meio Ambiente é um assunto extremamente relevante para ser discutido na academia jurídica, estabelecendo-se reflexões críticas a partir de situações cotidianas, e fazendo-se com que os aspectos ambientais estejam envolvidos de normatizações para serem estabelecidas não apenas ordenamentos jurídicos, mas na aplicabilidade das responsabilidades civis, no sentido de assegurar as RL e APP segundo o Código Florestal de 2012, e principalmente pela lei maior brasileira, Constituição Federal do Brasil, de 88.

“NOVO” CÓDIGO FLORESTAL, RESPONSABILIDADE CIVIL DE PESSOA FÍSICA, CÓDIGO FLORESTAL E A RESPONSABILIDADE CIVIL

NULIDADE E ANULABILIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

PATRICIA SANTOS CAMARGO
VANESSA VALESKI

Buscando a melhor compreensão dos dois pontos que abordaremos no trabalho, que são eles nulidade e anulabilidade, fazemos uma breve e sucinta introdução do que é negocio jurídico invalido, pois é a partir do conhecimento amplo que podemos desenvolver e enforcar nos dois temas tratados. Um negócio jurídico que não siga os preceitos legais, que por ventura venha a ter defeito, vicio, objeto ilícito e/ou parta de uma pessoa absolutamente incapaz, consequentemente será considerado invalido. Essa invalidade incorpora e se divide em duas outras expressões, a nulidade e a anulabilidade, as duas só são aceitas se forem decretadas judicialmente. Pode-se dizer que o negócio é nulo quando ofende preceitos de ordem pública, que vem de interesse à sociedade, caso o negocio jurídico inclua objeto ilícito, impossível ou indeterminado será, por consequência, considerado nulo. Qualquer interessado pode alegar a nulidade, ante a sua gravidade, os atos que são sujeitos a nulidade estão previstos no artigo 166 em complemento o 167 do Código Civil. O negócio torna-se inexistente desde sua formação operando, assim, com efeito ex tunc. Já a incumbência para solicitar a anulação, ou não, do ato da anulabilidade, que é a nulidade relativa, cabe apenas às partes interessadas. Antes de ser declarado ineficaz, ele produzirá efeitos normalmente, pois anteriormente, era considerado válido, operando, consequentemente, por sentença de natureza ex nunc. O artigo 171 do Código Civil vem trazer os casos de anulabilidade. Diferente da nulidade, a anulabilidade pode ser ratificada. Os principais pontos em que ambas se diferem, dizem respeito a abrangência da gravidade de sua essência normativa. A primeira vem tratar de interesse público superior, decretada em beneficio do coletivo, já a anulabilidade vem atingir interesses particulares legalmente tutelados, restringido seus efeitos aos que a alegaram, não se opera em pleno direito, admitindo confirmação expressa ou tácita.

INVALIDADE, NULIDADE, ANULABILIDADE

O ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

CAMILA YUMI MATSUDA ROMARO
MICHELE DE MATOS KARNOSKI
TAINARA SOUZA

Com o presente estudo pretende-se estabelecer as linhas divisórias para a configuração do assédio sexual, crime tipificado no Código Penal e do assédio sexual da relação trabalhista, não tipificado como crime (no caso de verticalidade ascendente e horizontalidade), que terá consequências no âmbito trabalhista e cível, passível de demissão por justa causa e outras consequências. Isso porque inexistindo a hierarquia, não se enquadra na tipificação criminal. Portanto o assédio sexual foge da tipificação penal, uma vez que é inaceitável a hostilização sexual no ambiente de trabalho, mesmo que não proveniente do superior hierárquico. Pode-se dizer, que, recentemente a prática foi incluída como crime, há 14 anos especificamente, mesmo que a prática de assédio sexual ocorra desde os tempos mais remotos. Os alvos mais fáceis e vulneráveis, sempre foram as mulheres. As formas de assédio variam, e podem ser verbal, não verbal e física; através de olhares, gestos, cantadas, convites, telefonemas, toques, encurraladas, apertos, palmadas, dentre outras. O que dá direito ao ingresso de ação judicial por assédio sexual, é a recusa, o repúdio a oferta sexual pela vítima, o aceite e a concordância extinguem o direito de processar o agressor. O medo e a vergonha são os principais motivos que fazem a vítima esconder de todos as agressões sofridas, medo de serem consideradas culpadas pelo assédio, isso proveniente do machismo pairado na mentalidade pequena de alguns. Gera deste modo a imputação criminal, quando cometido por superior hierárquico e a indenização pelos danos morais sofridos pela vítima, além das demissões por justa causa e indireta quando praticada por inferioridade ou igualdade hierárquica. Portanto a vítima de assédio sexual, deve procurar uma delegacia para registro da ocorrência, bem como o sindicato dos trabalhadores e um advogado para assisti-la. Daí se destaca a importância das campanhas de prevenção que informam os trabalhadores, para que, defronte tais atitudes, saibam como reagir.

ASSÉDIO SEXUAL, PRECARIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO, AMBIENTE DE TRABALHO

O COMÉRCIO ELETRONICO E A ILICITUDE DE SEUS CONTRATOS

ANDRESSA GERI
FERNANDA SALVADOR
KAROLAYNE SILVA DE ROCCO

O comércio sempre existiu e é tido como o ato de comprar, vender ou trocar serviços e produtos. Inicialmente realizado apenas através de troca, passou por uma evolução e assumiu novas características através do crescimento tecnológico, chegando no que hoje se conhece como comércio eletrônico. O advindo do e-commerce facilitou as relações de consumo ao mesmo tempo que as tornou alvo de ilicitudes. O presente trabalho tem o intuito de apresentar as situações de vulnerabilidade em que as partes se expõem ao ceder seus dados pessoais de forma virtual nos contratos do comércio eletrônico, considerando a facilidade do ingresso por parte de um grande número de empresas que podem utilizar-se dessas informações de forma desonesta, causando prejuízos ao consumidor. Esse meio de negociação é uma alternativa de consumo com crescente número de adeptos, pois representa uma forma rápida e fácil de acessar produtos e serviços que satisfaçam as necessidades e desejos do consumidor, porém não existe legislação que trate de tais situações especificas, a não ser, o código civil, onde encontra-se dois artigos que constam a ilicitude ao utilizar de forma indevida ou sem previa autorização os dados pessoais de outrem, sendo caracterizado como abuso de liberdade.Decorrente de tais fatos deve-se tentar para a vulnerabilidade que os sites de compra e venda apresentam, sendo assim é necessário conhecer as origens dos mesmos antes de efetuar compras e fornecer dados, desta forma evitando a má fé por parte de seus administradores.

COMÉRCIO ELETRÔNICO, EXPOSIÇÃO, ILICITUDE CONTRATUAL

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NAS LEIS MUNICIPAIS

ROSIMERI GROCHEVICZ

O presente trabalho visa demonstrar que a Constituição Federal de um país é dotada de supremacia em relação à qualquer outra legislação, sendo fonte primária para elaboração destas e que a criação de leis municipais não são diretamente controladas pela União e necessitam de outros meios para não fugir do que a lei máxima determina. Para adquirir tais conhecimentos, foram analisados teóricos de referência e casos concretos. Constatou-se que Paulo Bonavides crê que, caso haja desacordo perante a lei magna, há meios que restauram a harmonia e, um dos meios de controle é o de constitucionalidade que consiste na verificação da compatibilidade entre uma lei ou qualquer ato normativo infraconstitucional e a Constituição. Segundo Dirley da Cunha Júnior, a averiguação pode ocorrer durante o processo de elaboração (controle preventivo: o poder judiciário poderá realizar esse controle, pois, tem a função de preservar a Constituição, geralmente age através de mandato de segurança) ou após a conclusão da elaboração (controle repressivo: realizado pelo poder legislativo). Quando se trata de leis municipais, não há um controle direto de inconstitucionalidade, apenas o difuso, que Gilmar Mendes expõe que tal modelo de controle difuso permite que qualquer juiz ou tribunal declare a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos, não havendo restrição quanto ao tipo de processo. Nesse sentido, o artigo 125, § 2 da Constituição Federal prevê que caso sejam constatadas irregularidades a lei municipal poderá sofrer ação direta de inconstitucionalidade ante o Tribunal de Justiça. Chega-se a conclusão de que o controle de constitucionalidade é um meio para corrigir e restabelecer o equilíbrio do ordenamento jurídico e que, quando não há tal equilíbrio a lei ou sua elaboração é invalida e não eficaz.

CONSTITUCIONALIDADE, CONTROLE, MUNICÍPIOS

O CRÉDITO TRABALHISTA NA FALÊNCIA

JULIANA PAZ DE MOURA
RENATO LAZZARETTI

O presente resumo baseia-se na análise dos Direitos Trabalhista na Recuperação Judicial e na Falência do Empregador. Estudo este baseado em artigos científicos e doutrinas relacionadas. A lei de falência e Recuperação de Empresa nª 11.101, 9 de Fevereiro de 2005, o art. 47 diz que “a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da crise econômica financeira do devedor” e também a manutenção de fonte produtora, do empregado e dos trabalhadores. Os créditos trabalhistas na recuperação judicial terão o prazo máximo de um ano para os pagamentos das dívidas trabalhistas, essa data será contada a partir da data do pedido de recuperação. No caput do art. 54 fala em direitos, sem qualquer restrição será tanto para verbas salariais como indenizatórias. Já o parágrafo único estabelece que os créditos trabalhistas em recuperação judicial deverão ser pagos em 30 dias. A Lei n. 9.841, de 05.10.1999, que disciplina as empresas nominadas, no seu art. 2º, a recuperação judicial de tais empresas só abrange os credores quirografários, ou seja aqueles que, na hierarquia dos créditos, não gozam de qualquer regalia. Os credores quirografários das empresas de pequeno porte são obrigados a não afetar os créditos trabalhista o que significa que no decorrer do processo de recuperação os salários devem ser pagos em conformidade com a legislação trabalhista. Tanto a falência, quanto a recuperação judicial ou extrajudicial, terá que ser respeitado os direitos trabalhistas, resgatados na forma da legislação falimentar vigente. Em conformidade com o art. 151, da Lei de Falências – “os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos três meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador, serão pagos tão logo haja disponibilidade em caixa.” O crédito do trabalhador deverá ser apurado na Justiça do Trabalho, incluindo os juros moratórios, a fim de que não se promova o enriquecimento sem causa da massa, ficando apenas a possibilidade de pagamento (capacidade da massa falida em pagar os juros, mediante disponibilidade patrimonial) sujeita à apreciação soberana do Juízo Universal, o que, ressalte-se não afeta a constituição do crédito no Juízo Trabalhista.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALENCIA, EMPRESA

O CRIME E O CONCURSO DE PESSOAS

ALYSSON JOSÉ MEDEIROS
MARIA FERNANDA BIDA
POLYANA SANTOS LUSTOZA CORDEIRO

Com o presente trabalho expõe-se como se dá o concurso de pessoas e em que condições ele pode existir, traçando todos os seus requisitos e aplicando os mesmos a um caso concreto específico. O Código Penal dispõe sobre esse tema no artigo 29 no qual está descrito o procedimento nesse caso, a medida para aplicação da pena bem como hipóteses de diminuição da mesma. Com base na pesquisa bibliográfica e o estudo de casos concretos, constata-se que ao tratar do concurso de pessoas têm-se duas ou mais pessoas que concorrem para a prática de um mesmo delito. Há a possibilidade de vários autores ou autores e partícipes e é necessário atender a todos os requisitos para que se considere a hipótese de concurso de pessoas. Tais requisitos se estendem desde a pluralidade de agentes, a relevância da conduta, o liame subjetivo até a identidade da infração penal sendo o liame subjetivo um dos requisitos essenciais. Observa-se também a existência de três teorias a respeito do tema: a teoria pluralista que defende que há uma pluralidade de crimes pois cada participante tem uma conduta própria independente do nível de colaboração para com os outros agentes; a teoria dualista cujo entendimento distingue o crime dos autores principais e dos partícipes e a teoria monista que prega que existe um único crime e mesmo que seja praticado por vários agentes permanece uno e indivisível, abordando também a questão da coautoria. Com o uso de exemplos simples e práticos será explicado esse conceito de forma mais clara, mostrando como se vê cada requisito e como cada uma das teorias distintas que existem a respeito entendem o concurso de pessoas. Por fim o trabalho visa explicar o tema e com a ajuda da parte teórica e legislativa ademais os exemplos como o concurso de pessoas se dá na realidade atual.

CRIME, MONISTA, CONCURSO

O DANO MORAL POR ABANDONO AFETIVO

GERSON SCHON SANTOS

Desde muito cedo, muitas meninas aprendem, por meio de brincadeiras de bonecas, o estímulo pelo valor de representar o “ser mamãe”. Por detrás deste, existe uma verdade que se reproduz pelo que se vive e, ao mesmo tempo, torna-se capaz de exteriorizar-se em realidade conforme nossa CF/88 que garante no art. 227 e art. 229 tal vontade humana. Assim, percebe-se que o desejo feminino, principalmente, é inato ao desenvolvimento social, amoroso pelo desejo de vivenciar o sentido de estrutura familiar, afinal, somos seres sociáveis por direito de natureza. Este estudo vem ao encontro de certos indícios do ramo do direito que levam algumas jovens mamães aos litígios por abandono de afetivo nos primeiros anos de convívio maternal. É notável que todo casal tenha seu sonho familiar estável, conforme menciona o art. 226, § 3º, da CF/88. Assim, não há como imaginar a figura da mãe decidir-se por abandonar seu companheiro e transformar seu futuro numa incógnita. A imaturidade maternal continua distante de uma aproximação maior na discussão em torno do campo jurídico e nos direitos fundamentais do menor abandonado, conforme traz o art. 1.566 do CC/02, o art. 227 e art. 229 da CF/88, e o art. 4 do ECA. Embora as mulheres estão engajadas na condição psíquico emocional de tornarem-se mães, mesmo que diante da existência de circunstâncias contrárias a essa realização, a exemplo da situação financeira insuficiente ou cultura familiar. Porém, a atitude de ingratidão dessas jovens mães abalam um recente casamento e criam motivos de dano moral de afetivo sem explicação aparente. O art. 186 do CC/02 aborda com maior precisão sobre quais seriam as consequências judiciais que levam ao abandono. Poderíamos apontar como o ato ilícito praticado com culpa, conforme art. 186 do CC/02, ou sem culpa, conforme o art. 187 do CC/02. Nesse sentido o desenvolvimento da pesquisa fica mais atraente por saber qual seria o maior motivo real desse problema. Não é objeto de discussão ou de diagnosticar dados reais através dessa pesquisa. Parte-se dessa temática, o que o direito nos reserva? Quais seriam então os procedimentos reparatórios que filhos podem obter? Ou apenas o perdão divino, pelo passar do tempo dessa família sem a presença de mãe para orientar e zelar dos filhos reflete no seguinte tema: O Dano Moral por abandono afetivo.

DIREITO, ABANDONO, AFETIVO, DANO, MATERNAL

O DIREITO À VIDA X O ABORTO DE FETO ANENCÉFALO

FRANICHELI PASTURCZAK TAUSCHER
LAÍS SOLDAN SANTOS
RAFAEL VIEIRA MOREIRA DA SILVA

O trabalho a seguir tem por objetivo analisar a cerca do tema direito à vida em relação ao aborto de feto anencéfalo. Ao que tange aos direitos fundamentais tutelados na Constituição Federal do Brasil, todos esses são relativamente iguais, porém sem o direito à vida, não existem os demais direitos. Encontram-se autores que são favoráveis à prática em pauta, e outros que não. Assim, Andrea Pacifico (2007, p.22-24), desdobra: “segundo as resoluções do Conselho Federal de Medicina, anencefalia é uma malformação no tubo neural que leva à ausência total ou parcial do cérebro. É inegável que a gestação transcorra e o feto venha a nascer, mas apenas 25% dos bebês anencéfalos apresentam algum sinal vital na semana subsequente ao parto”. Também, esta gestação pode acarretar consequências à saúde da mãe, como dificuldade para respirar e não obstante grave abalo psicológico. Doutrina contrária é a de William Pussi (2008, p.267): “muitos médicos e outros leigos, afirmam que uma criança anencéfala não pode ver nem ouvir, nem sentir dor, que ela é comparável a um vegetal. O cérebro é afetado em graus variados, de acordo com a criança; o tecido cerebral pode alcançar diferentes estágios de desenvolvimento. Algumas crianças são capazes de engolir, comer, chorar, ouvir, sentir vibrações, reagir a toques e mesmo a luz”. Concordando com a descriminalização do aborto de feto anencéfalo, diversos foram os casos em que juízes e tribunais decidiram de modo a conceder a prática do mesmo. Em virtude disto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CTNS) sugeriu Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF-8/Distrito Federal). Sendo em julgamento liminar posterior, que o Ministro Marco Aurélio, proferiu medida cautelar reconhecendo o direito constitucional da gestante de se submeter à operação terapêutica de parto de fetos anencefálicos. Ficado diligente, não ser conduta tipificada no Código Penal a proposição, por meio da ADPF 54/DF em 2012. Contudo o exposto, apesar de ser regulamentado como conduta atípica ao Código Penal o aborto de feto anencéfalo, o grupo acredita ser necessário manter os direitos do nascituro resguardados, desde a sua concepção, indiferente de possuir esse algum tipo de probabilidade de patologias, para que o direito à vida mantenha seu cunho legal, ao ponto que a regulamentação da antecipação terapêutica do parto de feto anencéfalo tomou viés a fim de resguardar a integridade física e psicológica da genitora.

DIREITO À VIDA, ABORTO, FETO ANENCÉFALO, DESDOBRAMENTOS

O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, FORMADOR DA CONSCIÊNCIA NACIONAL PARA UMA SOCIEDADE FRATERNA CONSTRUTORA DA PAZ NA JUSTIÇA

NERY REGIANI DE MACEDO

A história da humanidade é marcada por episódios onde se buscam os ideais de liberdade, justiça e paz. Utilizando de pesquisa bibliográfica, o trabalho tem o objetivo de mostrar que o Estado é formador da consciência nacional para uma sociedade fraterna construtora da paz na justiça. Em 1998 um líder mundial, dirigiu-se aos Chefes de Estado e à humanidade, pedindo uma incansável luta pela paz e justiça: “Da justiça de cada um, nasce a paz para todos”. Exortava aos Responsáveis das nações, a suprema vigilância do estado de direito nos respectivos países e que as regulamentações dos Estados, possa constituir, garantia de justiça e estímulo para o crescimento constante da consciência civil. Como atingir o ideal de justiça na paz? Segundo a filosofia do direito, no ensinamento de Maria Helena Diniz, “justiça é definida como virtude de que visa produzir a igualdade nas relações humanas e assegurar efetivamente o devido a cada um”. O filósofo grego Aristóteles falava da virtude como justa medida. A paz, segundo a filosofia geral é um valor ético-social. Segundo Agostinho de Hipona, paz é “tranquilidade na ordem”, para Hans Kelsen, “ausência de violência”. Aristóteles afirmou que o homem é um “animal político por natureza”, por ser incapaz de sobreviver isolado dos outros, e assim o Estado é constituído. Com a convivência e fatos sociais, nasce o Direito. No Brasil, ao promulgar a constituição de 1988, o Poder Constituinte quis “instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna... fundada na harmonia social ...com a solução pacífica das controvérsias”. Uma sociedade fraterna deve almejar o bem comum acima do individualismo. Para o jurista e filósofo holandês Hugo Grócio, a paz é uma “obrigação do Estado”. O Estado Democrático de Direito verdadeiro é aquele que prima pela “afirmação das garantias constitucionais e à realização concreta dos direitos fundamentais”, cabendo a ele, “produzir uma consciência nacional de que tais direitos são invioláveis”. O Professor Paulo Bonavides cita Konrad Hesse: “criar e manter os pressupostos elementares de uma vida na liberdade e na dignidade humana, eis aquilo que os direitos fundamentais almejam”. Conclui-se que o Estado, detentor do poder emanado do povo, deve ser o primeiro a assegurar a paz na justiça, respeitando as garantias e direitos fundamentais, despertando um espírito de fraternidade.

JUSTIÇA, PAZ, CONSCIÊNCIA NACIONAL, ESTADO

O IMPACTO DO CONSUMISMO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

FELIPE DE OLIVEIRA
JEAN GUILHERME MARQUETTI
ROMÃO GUILHERME DE SOUZA

Esse trabalho tem como objetivo estudar os aspectos ambientais na matéria do Desenvolvimento Sustentável relacionado ao consumismo. A demanda obrigou o homem a produzir muito, muitas coisas saíram do controle, não só pensando em compras, ou aquisições, mas nos gastos acentuados por parte de muitos em relação a itens de necessidade, o pior itens indispensáveis, porem, se tratando em consumo não estamos falando somente no poder aquisitivo, ou seja, o quanto estamos gastando para adquirir, ou consumir produtos sendo esses naturais ou não. Aqui citamos a energia elétrica, que em muitos lugares não é renovável e mesmo assim não existe a conscientização da população, o mesmo ocorre com os combustíveis de origem fóssil. Muito já foi feito em relação a proteção ambiental e relações de consumos, podemos trazer a RIO-92 como o pico da tentativa de parar o consumo e a destruição desenfreada, de cadeia não renováveis, como por exemplo nossas florestas e oceanos, protegendo assim toda uma gama de seres vivos, para que no fim os humanos não sejam afetados por um problema maior, causado por nós mesmos. Todo esse processo deve ser apoiado e incentivado pelos governos em todas as suas esferas, até por que é um principio a ser seguido. Quando se fala em Desenvolvimento sustentável, deve se ter uma postura seria, uma vez que temos o direito de ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado, porém no mundo em que vivemos temos dificuldade de conciliar o útil e o excesso, tal atitude vem trazendo cada vez mais danos ao planeta e a população de modo geral, sendo desse modo uma tentativa inútil de juntar o desenvolvimento e o consumo. O que está sendo produzido atualmente não é o suficiente para tal consumo desenfreado, precisaríamos de um novo planeta. O melhor mesmo é focar na mudança, estabelecer metas e multas, para controlar o bem mais importante que é o meio ambiente.

DIREITO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, CONSUMISMO, MEIO AMBIENTE

O INCÊNDIO NO EDIFÍCIO JOELMA: COMO INICIOU E SUAS CONSEQUÊNCIAS

JORGE LUIZ SZUMILO

Este trabalho mostra um pouco sobre a tragédia que aconteceu no edifício Joelma, no dia 01 de fevereiro 1974. Neste triste episódio, podemos perceber a fragilidade que pondera o poder público no que tange o cumprimento do seu papel. Dos 25 andares da edificação, 14 andares foram atingidos e destruídos pelas chamas começando pelo 12º andar. Os andares inferiores ao 12º serviam de estacionamento, local onde não foi atingido pelas chamas e graças à destreza do responsável pela área e dos manobristas, a tragédia não foi maior. Este feito histórico e comovente acabou por ceifar 188/191 vidas e, deixou também mais de 300 pessoas feridas, com ferimentos de grau leve a grau de alto risco à vida. Esse foi o estopim para novas conversas e convenções para mudar rapidamente os códigos de prevenção e combate a incêndio na cidade e no estado de São Paulo. As autoridades já tinham os esboços dos novos códigos, porém, vieram a ser implantados após esta tragédia. As pessoas envolvidas no processo de instalação e manutenção dos aparelhos de ar condicionado tiveram suas penalizações judiciais, devido a fatores como negligência, imprudência e imperícia. Houve mudanças nos tipos de materiais a serem usados nas construções dos edifícios, passou a serem cobrados e utilizados materiais aprovados por normas específicas e com características que retardam a propagação das chamas. Também mudou a legislação com relação à capacidade máxima de pessoas por pavimento e por ambiente, conforme o tipo de ocupação. Melhorou quanto à exigência da capacidade do reservatório de água para combate inicial às chamas. Foi necessário um desastre para impor uma normativa mais rígida de segurança, fato comum na seara jurídica.

INCÊNDIO EM EDIFÍCIO, VÍTIMAS, RESPONSABILIDADES, INDENIZAÇÕES, LEGISLAÇÃO

O MARCO CIVIL DA INTERNET E SEUS PONTOS NEGATIVOS QUANTO A PRÁTICA ILÍCITA

EVERTON ROGERIO DOS SANTOS ALMEIDA
FERNANDA REGINA DOS SANTOS KAILER
KEROLLEN FERNANDA MARTINS DOS SANTOS

O presente estudo tem objetivo de apresentar alguns aspectos da Lei 12.965/2014 em relação as atividades ilegais na web. Nesse contexto, são abordados alguns desencontros de ideias sobre posicionamentos anteriores a lei e entendimento dos legisladores. Para a pesquisa foram selecionados vários artigos e correlacionados com a lei supracitada, onde os autores defendem o advento da referida lei e outros que questionam que estaria havendo um retrocesso quanto as punições que a nova norma apresenta. Esta lei foi elaborada de forma colaborativa por meio de plataformas da Internet, e aprovada em 23 de abril de 2014. Considerada um modelo de lei específica para o mundo digital e um avanço na legislação brasileira. Fundamentada a partir dos pilares, liberdade, neutralidade e privacidade, o marco civil veio para mudar a realidade dos usuários da rede, protegendo e prevendo ações ilegais na web. No mundo virtual, muitas pessoas se utilizam da falsa sensação de anonimato para praticar atos ilícitos contra terceiros e, muitas vezes a única maneira de chegar até os responsáveis pelas ofensas, é através dos registros de acesso. No decorrer do trabalho fica evidenciado que antes da lei, o usuário tinha somente o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor como amparo judicial para sua defesa contra práticas ilícitas cometidas na rede. E agora com a lei em vigor constata-se alguns conflitos entre entendimentos de antes e depois da sua promulgação. O Marco Civil deixa algumas questões e pontos a serem esclarecidos. Mas, embora cheia de falhas deve ser elogiada, pois é através dela que se chegará à uma regulamentação mais próxima da realidade social.

LEGISLAÇÃO DA INTERNET., PRIVACIDADE., ATO ILÍCITO., PROVEDORES DE APLICAÇOES

O MEIO AMBIENTE COMO DIREITO FUNDAMENTAL

JESSICA CAROLINA PRZYGOCKI
JESSICA COSTA ROSA
THAISE VIOLA

O presente trabalho trata da questão ambiental através da visão constitucional, designadamente sobre o Direito Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado, e a proteção do meio ambiente. Para garantir a efetividade do direito de um meio ambiente equilibrado cabe ao poder público inúmeras ações as quais iremos discorrer e comentar sobre cada uma delas. Com isso, alcançaremos a abrangência da matéria acertada e a importância dela na qualidade de vida, sem esquecer que para ter um meio ambiente equilibrado precisa-se da colaboração de todos com as práticas de preservação, cuidando em primeiro lugar do meio em que vivemos não apoiando e nem ajudando na sua destruição e poluição. Cabe à sociedade atual edificar não apenas o seu mundo contemporâneo, mas também o mundo do amanhã; podemos dizer que uma sociedade sustentável é aquela que procura expandir sua capacidade de sustentação para suprir as necessidades de sua população e assegura-lhes o bem estar, portanto, para que ocorra o desenvolvimento sustentável é necessário que haja uma harmonização entre o desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente, a justiça social (acesso a serviços públicos de qualidade), a qualidade de vida e o uso racional dos recursos da natureza (principalmente a água). Entretanto, há requisitos mínimos para que o homem possa subsistir com mínima dignidade em um ambiente saudável, nesse sentido, não há qualidade de vida sem qualidade ambiental, assim é possível afirmar que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é pressuposto lógico e inafastável do direito à sadia qualidade de vida, por isso, ele pode ser exercido por todos coletivamente. Tudo isso com base na análise de doutrinas e do artigo 225 da Constituição Federal e seus incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, nota-se, nestes dentre outros incisos e doutrinas, que no quesito obrigatoriedade de restaurar processos ecológicos desfeitos, a Constituição Federal é taxativa e transferiu este ônus ao Poder Público, não afastando a responsabilidade da coletividade pela proteção.

MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO, QUALIDADE DE VIDA, DIREITO FUNDAMENTAL

O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO

ALINE PAULA MALHERBI
GISLAINE OLIVEIRA LIMA
LUANA RAESK DOS SANTOS

O presente estudo busca compreender o novo entendimento sobre o princípio do contraditório à luz do Novo Código de Processo Civil (NCPC). O NCPC destinou um capítulo para fundamentos e normas para a aplicação do Direito Privado, agregando princípios do direito processual que passam a ser expressamente previstos em lei, integrando assim Direito Civil e Direito Constitucional. Esta pesquisa é fundamentada em alicerces bibliográficos, como Reale (2005), Alvim (2015), Theodoro (2015), destacando conceitos de acordo com estes doutrinadores. Tem-se por objeto conceituar princípios como sendo as disposições que servem como fundamento e direção de todo ordenamento jurídico, especificadamente em uma categoria jurídica e desse modo direcionar decisões em casos práticos, ou seja, orientam ou direcionam as decisões em todo âmbito jurídico. Dessa forma busca-se compreender no decorrer desse estudo como o NCPC aborda o princípio do contraditório ao longo de alguns de seus artigos (art.7º, art. 8º, art. 9º e art. 10º, do NCPC) comparando a outros já previstos no Código de Processo Civil vigente (art. 125, inciso I e art. 797 do CPC), ressaltando que o princípio do contraditório é o que sustenta a relação processual – jurídica no intento de um julgamento solidificado e de equidade. É ele que permite a participação de todos os sujeitos envolvidos no caso concreto e assim fornece ao juízo instrumentos necessários para legitimar a sua decisão rejeitando ou acolhendo os anseios das partes, já que, constitucionalmente o princípio do contraditório tem aparato garantista conforme dispõe o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal. Assim sendo, o NCPC fundamenta e orienta o julgador a fim de promover e tutelar a relação processual por intermédio do contraditório.

CONCEITO, PRINCÍPIO, CONTRADITÓRIO, JULGAMENTO, EQUIDADE

O PODER DE POLICIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANA PRISCILA PILATTI CAVALHEIRO
NEWTON SAMUEL ALBACH JUNIOR

Para entender o que significa o Poder de Polícia da Administração Pública é preciso que o estudemos sobre os seguintes vocábulos, prerrogativas e sujeições, as primeiras, pertencem à Administração, para oferecer-lhe meios para assegurar o exercício de suas atividades, e as segundas como limites opostos à atuação administrativa em beneficio dos direitos dos cidadãos, dividindo-se em polícia administrativa e polícia judicial que se distinguem segundo LAZZARINI, em uma linha de diferenciação que está na ocorrência ou não de ilícito penal. Com efeito, quando atua na área do ilícito puramente administrativo (preventiva ou repressivamente), sendo então polícia administrativa. Quando o ilícito penal é praticado, é a polícia judiciária que age. Praticamente, todo o direito administrativo cuida de temas em que se colocam em tensão dois aspectos opostos: a autoridade da Administração Pública e a liberdade individual, sendo tema relativo ao poder de polícia aqueles que colocam em confronto, o lado do cidadão que quer exercer plenamente seus direitos e a Administração que por incumbência condiciona o exercício referentes aos direitos e bem estar coletivo, porem essa o faz usando do poder de polícia. O fundamento do poder de polícia é o princípio da predominância do interesse público sobre o particular, que dá à Administração posição de supremacia sobre os administrados. Assim, em realidade, quer se trate de obrigação negativa, ou de obrigação positiva, a pessoa que a cumpre está sofrendo uma limitação em sua liberdade, em benefício do interesse público. No direito brasileiro, encontra-se conceito legal de poder de policia no artigo 78 do Código Tributário Nacional: “considera-se poder de policia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinado direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos”. Em síntese, poder de polícia é toda atividade exercida pelo Estado (Administração Pública), que tem como objetivo limitar o exercício dos direitos individuais em benefício de um interesse público.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, LIMITAÇÃO AOS DIREITOS INDIVIDUAIS, INTERESSE PÚBLICO

O PRINCÍPIO DA CARTULARIDADE E OS TÍTULOS ELETRÔNICOS

ANDRESSA DO NASCIMENTO FIUZA
DURCIMÁRI DA FONSECA BENTO
LORRANE ROCETI BOTAN

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar as mudanças ocorridas no direito empresarial, e como as tecnologias inovaram nas formas com que os títulos de crédito passaram a ser emitidos eletronicamente. Observando a aplicação do princípio da cartularidade principalmente ao que se refere na sua relativização por meio dos títulos de crédito eletrônicos, verifica-se que com os avanços da informática a tendência é a desmaterialização dos títulos de crédito o que ocorreu com os chamados "títulos de crédito virtual", o que vem a cada dia invadindo as relações empresariais e substituindo os títulos de créditos emitidos por meio de cártulas. Analisando principalmente a relativização dos princípios aplicáveis aos títulos de créditos, com a evolução tecnológica e com o advento da internet, a sociedade começou a utilizar cada vez menos o papel, tornando tudo mais simples, o que gerou grandes mudanças nas práticas comerciais e consequentemente nas relações jurídicas. Tais mudanças geraram e ainda tem gerado grandes reflexos nas práticas empresarias, principalmente ao que se refere aos títulos de crédito, que deixaram de ser emitidos de forma material, passando a se dar de forma virtual, o que acabou por relativizar princípios aplicáveis aos títulos, principalmente ao que se refere ao princípio da cartularidade. E com isso o direito empresarial acabou sofrendo grandes mudanças no que concerne aos títulos de crédito, mudanças positivas aliás, afinal, buscará se demonstrar que tais mudanças não ferem o princípio da cartularidade, tendo em vista que cartularidade não se pode definir sendo apenas o título em sua forma material, além de que a lógica da existência dos títulos de credito está fundada em duas finalidades principais, a de promover e facilitar a circulação de créditos, e propiciar a segurança no que concerne a circulação desses valores, logo, pouco importa a forma com que esses créditos se disseminam, se materialmente ou eletronicamente. Outro ponto de grande valia dos créditos eletrônicos, é a agilidade nas transações e diminuições das "distâncias" entre credor e devedor, gerando economia tanto em dinheiro quanto em papel, o que acaba por trazer benefícios de ordem econômica e ambiental. Discussões da presente pesquisa, serão desenvolvidas por meio de pesquisa doutrinária e jurisprudencial.

PRINCÍPIO DA CARTULARIDADE, TÍTULOS DE CRÉDITO, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

O REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO (RDD) E A SUA INCONSTITUCIONALIDADE

ANGELITA ADRIANA GOMES DE PAULA
FELIPE CHAVES

O presente trabalho traz uma abordagem do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), e a sua inconstitucionalidade, tendo como objetivo, demonstrar que ele veio não somente como um instrumento de controle para quem comete falta grave e indisciplina no sistema carcerário, mas como uma inconstitucionalidade. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, contrapondo com artigos científicos que abordam o tema. A problemática da pesquisa se mostrou através da percepção do enfraquecimento do papel do Estado frente ao sistema prisional. Deste modo, discutir o RDD é algo relevante, pois o mesmo surgiu no Estado de São Paulo, em meados de 2001, em um momento delicado, onde o sistema carcerário estava sob o domínio da maior organização criminosa do Brasil, o Primeiro Comando da Capital (PCC). No entanto, só se torna lei em 2003, quando inserido na Lei de Execução Penal (LEP), através da LEI 10.792/03. Cabe expor, que ele veio para isolar e punir de forma mais rigorosa, presos brasileiros provisórios e condenados que cumprem pena por crimes dolosos, também podendo ser estendido a estrangeiros. A duração máxima é 360 dias, sem prejuízo de repetição por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de 1/6 da pena aplicada. Ao preso provisório, na falta de previsão legal, leva-se em conta a pena mínima de recolhimento em cela individual, as visitas semanais são de duas pessoas, sem contar crianças, com duração de duas horas, também com direito a sair da cela por duas horas para banho de sol. Mas somente pode ser aplicado a partir do requerimento circunstanciado e elaborado pelo diretor do estabelecimento ou autoridade administrativa, seguida do despacho fundamentado do juiz competente, de manifestação do Ministério Público e da defesa, pronunciada em um prazo de 15 dias. Todavia, o uso do RDD deve ser repensado pelo poder legislativo, Executivo e Judiciário, para que não ocorra um retrocesso no direito penal brasileiro, pois esse tipo de sanção atenta consta a inviolabilidade dos direitos e garantias individuais, atributos inerentes à pessoa humana. Enfim, esse tipo de regime evidencia uma inconstitucionalidade, por submeter à tortura, a tratamento desumano e degradante o indivíduo.

REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO (RDD), SISTEMA CARCERÁRIO, INCONSTITUCIONALIDADE

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAMILA GASPAR
FELIPE CAVALARO DE OLIVEIRA
JANE MARIA PILARSKI

Sem críticas históricas, políticas ou éticas, esse trabalho irá apenas analisar o que está efetivamente positivado no ordenamento jurídico, mais precisamente na Constituição Federal de 1988, em exercício de um Direito Constitucional, no qual existe um Estado, detentor de três elementos, quais sejam: soberania, povo, território. Pode-se afirmar que o Estado tem como finalidade a concessão de serviços públicos para o bem-estar de todos os administrados. A organização do Estado amolda-se em quatro entes federativos que são pessoas jurídicas de Direito Público Interno, sendo eles a União, os Estados-Membros, o Distrito Federal e os Municípios, sendo cada um dotado de autonomia própria, exercendo o poder de uma forma descentralizada, dentro do estado federal brasileiro. Em razão desta descentralização de poder, verifica-se que o Brasil adota a forma de Estado Federativo, não sendo possível alteração nesta forma de Estado enquanto perdurar a Constituição vigente, pois está prevista em uma cláusula pétrea, nem mesmo uma emenda Constitucional poderá abolida e ou modificada essa forma de Estado. A União no que diz respeito a competência legislativa estabelece normas gerais de abrangência nacional, enquanto aos Estados e Distrito Federal recebem atribuições para suplementar as normas gerais e editar leis destinadas a especificações de cada matéria, garantindo assim a aplicabilidade em âmbito regional. A União pode atuar dentro dos demais entes federados e os Estados dentro dos Municípios, conforme a competência designada e facultada a cada ente federado. Uma vez formadas as esferas de poder dentro da organização do Estado, a cada um deles lhes são conferidos a autonomia de auto-organização, auto legislação, autogoverno e autoadministração.

DIREITO CONSTITUCIONAL, FORMAÇÃO DE ESTADO, ENTES FEDERADOS

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

DAIANE BATISTA MIRANDA
VANDERLEIA DE FATIMA PEREIRA

Para a Constituição Federal a existência de um Estado necessita de certos elementos sendo eles povo, território e soberania. O Estado é considerado uma sociedade política e juridicamente organizada que preza o bem comum do povo. Cada Estado por si tem sua forma de governar podendo ser ela: unitária, federativa ou confederada. No Brasil se é adotada a forma federativa a qual consiste na autonomia dos estados membros. Conforme o art. 18° CF. os entes que compõe o nossa federação são a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal o mesmo possuindo a forma republicana de governo, porque este diz que o poder não pertence a uma só pessoa e sim a todos, O poder emana do povo, diferenciando-se da forma monarca, que depositava todo o poder a um único órgão, o rei, que detinha todo o poder estatal. E pelo fato de todo o poder emana do povo seu regime político é democrático, sendo ele exercido pelo povo de maneira indireta. Pode se dizer que a federação nada mais é que a união ou associação dos estados membros para a formação de um novo estado existindo a repartição de atributos para a autonomia de cada um, para a proteção da federação, segundo o art. 1° da CF, que garante que, nenhum estado membro poderá ser separado do distrito federal ou qualquer município da federação, conforme o principio da indissolubilidade do vínculo federativo. Um novo estado pode ser formado a partir alguns requisitos sendo eles, plebiscito, lei complementar, assembléia legislativa e lei federal especifica. Sendo ele criado de diferentes maneiras, sendo através de uma fusão ou cisão ou desmembramento por anexação e desmembramento formação.

ESTADO, ORGANIZAÇÃO, GOVERNO

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

BEATRIZ FERREIRA DE LIMA
SUELI APARECIDA DE OLIVEIRA DOS SANTOS

Estado é uma sociedade politicamente e juridicamente organizada, sobre um determinado território, composta por um povo detentor de um poder. A organização da República Federativa do Brasil está presente na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 18. O estado brasileiro conta com a União a qual possui interesse por todos os assuntos nacionais, 26 estados os quais cuidarão de interesse regional, o Distrito Federal interessado em assuntos regionais e local, e os municípios que contem interesse local, todos esses entes são dotados de bens (de uso comum, uso especial e dominicais) e de autonomia, associados com a finalidade de dar origem ao estado nacional brasileiro este sim dotado de soberania .Todo estado precisa de uma organização, governo e administração para cumprir seus objetivos, dentro desta organização comporta-se a forma de estado federado, a forma de governo republicano, o sistema de governo presidencialista e o regime político democrático.também fizeram parte da formação do estado brasileiro as autarquias territoriais regionais, as quais atualmente não existem mais no estado e são vinculadas a União, mais que podem vim a existir futuramente segundo o artigo 18 parágrafo 2º da constituição Federal. A federação brasileira é uma federação indissolúvel, ou seja nenhum ente a ela pode se retirar, não existe possibilidade de sucessão. O estado brasileiro comporta atualmente como sua capital, Brasília, onde também encontra-se a sede da República Federativa do Brasil. A legislação brasileira conta com a possibilidade de formação de novos estados quando cumpridos alguns requisitos através de fusão, cisão, desmembramento formação e desmembramento anexação, e a formação de novos municípios também quando cumpridos requisitos e através de criação, incorporação, fusão e desmembramento.

ORGANIZAÇÃO, SOCIEDADE, GOVERNO

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AMANDA BERTONCELLO
ANDIELLY GUTUBIR
GUILHERME FERREIRA

Este trabalho tem por pretensão apresentar a forma de ordenação da República Federativa do Brasil, sendo que ela possui como forma de Estado a Federação, considerado este uma sociedade onde estão vinculadas a autonomia política e a organização jurídica, existindo, portanto, uma separação de poderes entre os entes federados. A organização do Estado é realizada de forma política-administrativa, onde os entes federados que devem ser administrados são a União, os Estados, os municípios e o Distrito Federal. Os estados-membros possuem autonomia política para governar seus estados sem que seja necessário a interferência de outros estados em sua administração. A União sendo um ente federado que possui autonomia política para tratar sobre assuntos de interesses gerais ou nacionais, pode interferir nos Estados, municípios e no Distrito Federal, porém a União não pode tratar de assuntos de interesses internacionais por ser um ente da Federação. O direito de secessão no Brasil é proibido, sendo previsto no artigo 1° da Constituição Federal, pelo princípio da indissolubilidade, não podendo ocorrer a separação dos entes federados na federação brasileira, e em caso contrário poderá ocorrer uma intervenção federal. Os municípios e o Distrito Federal também possuem autonomia política, porém os municípios zelam por interesses locais e o Distrito Federal pelos interesses regionais e locais. Todos os entes federados possuem autonomia política, auto-organização, autogoverno e autoadministração. A autonomia política é o poder que cada ente possui para decidir o que é melhor para seu ente federado; a auto-organização são as normas criadas para ter uma organização melhor na sociedade; o autogoverno é a forma como cada ente federado organiza o poder legislativo, executivo e judiciário e autoadministração trata sobre assuntos de competências administrativas, legislativas e tributárias. É permitido a incorporação, a subdivisão e o desmembramento para a formação de Estados, previstos no artigo 18, parágrafo 3° da Constituição Federal, porém existem alguns requisitos que devem ser seguidos que são o plebiscito, a propositura de uma lei complementar no congresso nacional, a realização de uma oitiva na assembleia legislativa, devendo ocorrer também a publicação de uma lei Federal complementar específica. Os modos de formação de Estado são a fusão, cisão, desmembramento por formação ou anexação. Os modos de formação de municípios são criação, incorporação e desmembramento.

AUTONOMIA POLÍTICA, ENTES FEDERADOS, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, FORMAÇÃO.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS-MEMBROS

DIARLE LUCAS MEDEIROS
GUILHERME ZAIATS
TATIANA STADNIK

Os Estados-membros são entes federados da República Federativa do Brasil, dotados de autonomia política, para tratar de assuntos de interesse regional. A Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 18, §3º que, poderão ser criados novos Estados por meio dos modos nela estipulados que são: cisão, fusão, desmembramento anexação e desmembramento formação. Pelo fato de serem dotados de autonomia política, os Estados-membros possuem a tríplice capacidade de auto-organização e normatização própria, autogoverno e autoadministração; sendo a primeira capacidade aquela que o permite elaborar sua constituição estadual para organizar seu território e as demais leis estaduais quando necessário; a segunda diz respeito a organizar seu poder legislativo, executivo e judiciário; por fim, a terceira capacidade tem por objetivo atribuir aos Estados-membros de gerenciar suas competências administrativas, legislativas e tributárias, garantindo uma harmoniosa vida em sociedade. Assim como os demais entes federados, os Estados-membros têm competências tanto legislativas quanto administrativas; sendo atribuídas as competências reservadas, ou seja, aquelas que não foram expressas a nenhum outro ente pela Constituição; as competências concorrentes, onde os Estados-membros criam leis específicas para uma Lei geral elaborada pela União ou no caso de omissão desta, poderá criar leis gerais, porém se houver superveniência de Lei Federal, a Lei Estadual ficará suspensa naquilo que for contrária; e por fim, as competências comuns que cabem tanto à União, aos Estados-membros, Municípios e Distrito Federal. De acordo com o artigo 25, §3º da CF os Estados-membros poderão mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Por fim, assim como os demais entes federados, os Estados-membros possuem bens, sendo: bens de uso comum, que podem ser utilizados por todos; os bens de uso especial, que são repartições onde se encontram instaladas órgãos do Governo; por conseguinte, os bens dominicais, são aquele que provém de execução pelo não pagamento de impostos.

ESTADOS-MEMBROS, AUTONOMIA, BENS DO ESTADO

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

ROSEMARI ROCHA PADILHA

O presente trabalho pretende apresentar a organização dos poderes do estado brasileiro e sua formação e relativas funções, utilizado como métodos a pesquisa em livros e sites com assuntos relacionados, por meio dos mecanismos de freios e contrapesos há três poderes, são eles o Poder Legislativo que atua na criação de leis, sendo que o Congresso Nacional dispõe de atribuições deliberativas; de fiscalização e controle; de julgamento de crimes de responsabilidade; além de outras privativas de cada Casa, conforme disposto na Constituição Federal de 1988. Ressalta-se que o Congresso Nacional, representante do Legislativo em esfera federal, subdivide-se em Câmara dos Deputados, representantes do povo, e pelo Senado Federal, representante das Unidades da Federação. Paralelamente, o Poder Executivo em esfera federal é exercido pelo Presidente da República eleito juntamente com o vice-presidente, sendo auxiliado pelos ministros do estado. Ressalta-se que as suas funções diante do povo são chefiar o governo; administrar a coisa pública; aplicar as leis; iniciar o processo legislativo; vetar, total ou parcialmente projetos de lei; declarar guerra; prover e extinguir cargos públicos federais; e editar medidas provisórias com força de lei entre outras. Por fim, o Poder Judiciário tem como função aplicar as leis em casos concretos, este poder está fundamentado na divisão da competência entre os vários órgãos que o integram nos âmbito estadual e federais são órgãos do Poder Judiciário: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais. Conclui se que com a atuação correta de cada um dos poderes mantem-se a soberania do estado, a divisão entre os poderes limita o poder de cada um deles a divisão acontece para que nem um dos poderes não se sobressaia a outro.

PRESIDENTE DA REPUBLICA, PODERES, RESPONSABILIDADE

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: DIVISÃO DAS FUNÇÕES

ANA CAROLINA CAMILOTTI SEMCZECHEN
RICARDO RAI GUARAGNI
SABRINA KRACINSKI SCHON

O presente resumo refere-se a organização do Estados, tendo como objetivo dar uma visão geral sobre o assunto. A metodologia a ser utilizada refere-se à pesquisa bibliográfica, embasando teoricamente em artigos científicos, teses, dissertações que estão relacionadas ao tema, tendo assim o presente estudo, base científica. A problematização da pesquisa é a seguinte: o que é a organização do Estado? Como ela é dividida? Quem exerce as funções de tais poderes? A Constituição Federal de 1988 adotou o sistema de “pesos e contrapesos”, fazendo assim com que o os poderes sejam divididos em administrativo, legislativo e judiciário. Isso faz com que não haja nenhum tipo de abuso de poder, sendo assim, precisamos conhecer essas funções e quem é responsável por cada uma delas. O poder executivo, o qual cumpre a função de administração federal, é exercido pelo presidente da república, sendo auxiliado pelos Ministros de Estado. O Presidente tem algumas garantias, por exemplo, se ele cometer crime ele poderá ser processado se a Câmara dos Deputados autorizar que isso aconteça, e se o crime for comum, estando no código penal, então ele deverá ser processado pelo Supremo Tribunal Federal, se o crime for atentado contra a Constituição, caracterizando então crime de responsabilidade, então ele deverá ser processado pelo Senado. Com relação a outra função do Poder Legislativo, este é bicameral, sendo composto pelas Câmara dos Deputados e do Senado Federal, não havendo hierarquia entre elas. A função do poder legislativo, além de fazer leis, é também fiscalizar e controlar os atos do executivo, tendo o apoio do Tribunal de Contas. O Congresso nacional tem duas competências: competências legislativas e a competência deliberativa. No que se refere ao Poder Judiciário, esse poder autônomo tem a função de aplicação das leis e do direito para solucionar conflitos entre os particulares e entre os próprios poderes. Esse poder também tem garantias: a vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio. Mas é sempre bom nos lembrar que as decisões do Juízes não são irredutíveis, pois sempre há a possibilidade de revisão de sua decisão por órgão superior. Sendo assim concluímos que esses poderes a tripartição deles é muito importante para que um não exerça mais autoridade que o outro, mais importante ainda é nós como cidadão termos um conhecimento mais aprofundado sobre eles.

PODER EXECUTIVO, PODER LEGISLATIVO, PODER JUDICIÁRIO

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: HISTÓRICO CONSTITUCIONALIDADE

ALINE APARECIDA DE CHRISTO
ALINE CRISTIANE ALVES DE FRANÇA

Na organização dos poderes é usada a tripartição dos poderes que na verdade consiste em distribuir funções com a finalidade de descentralizar o poder. Essa distribuição de função foi verificada já por volta do século XVII. Há grandes nomes envolvidos em relação ao assunto, as concepções divergem quanto a quem foi o criador dessa modalidade de organização, mas todos eles tiveram sua parcela de contribuição para que se chegasse ao que se entende hoje pela organização de poderes, quem mais se aproximou da adequação dessa repartição de funções inclusive a mais semelhante a que se usa atualmente, foi Montesquieu. Houve vários motivos que davam incentivos para que se adotasse essa modalidade, Montesquieu argumentava que essa tripartição de poderes, era essencial para que se garantissem os direitos fundamentais, que também exerceriam uma função de pesos e contra pesos em que um poder fiscalizaria o outro, não se pode deixar de observar que teve outros grandes nomes que contribuíram, como Locke que temia pela ambição humana. Aristóteles por sua vez mostrou em uma de suas obras como poderiam ser as funções dos três pilares nas decisões do estado. Essa repartição de funções e sua organização vêm sendo prevista em varias constituições brasileiras, e permaneceram previstos no art. 2º da CF/88, sendo também um de seus princípios, esses três poderes se mostram na constituição intitulados de Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário. Na CF/88 também há alguns artigos que indicam como se organizam esses poderes, e como são exercidas essas funções. Fica claro que essa repartição de poderes, distribuição de funções e organização dos poderes é muito importante para que se mantenha a ordem no país, também assegura a integridade do território nacional, o Brasil é um país com território extenso e seria inviável que o poder centralizado assegurasse a integridade do território e a não violação dos direitos fundamentais. Essa tripartição de poderes possibilita que as funções e responsabilidades sejam atribuídas não somente a uma pessoa ou a um grupo determinado, portando analisando o território nacional, a cultura e tradição que varia a cada região ou local, vê-se que é necessário que cada ente se organize administrativamente e legalmente conforme suas necessidades e anseios, o judiciário tem sua repartição no mínimo em estadual, mas alcança os municípios de forma satisfatória e de acordo com as necessidades locais.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL., TRIPARTIÇÃO DE PODERES, FUNÇÕES DOS PODERES

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES NO BRASIL

ALESSANDRA SILVA ROSÁRIO
BEATRIZ DA SILVA LINS
SABRINA DE OLIVEIRA

O presente trabalho visa abordar a organização dos poderes no Brasil, onde desde a antiguidade muitos estudiosos, filósofos e pensadores discutiam essas questões. Foi quando Montesquieu desenvolveu a teoria da tripartição de poderes, que apresenta a divisão de poderes políticos e seus campos de atuação. O artigo 1° da Constituição Federal estabelece que a República Federativa do Brasil compõe-se de Estado democrático de Direito, no qual todo poder emana do povo através de suas escolhas, o poder é exercido pelos seus representantes eleitos ou diretamente. Assim, em relação á política de um Estado, sua estrutura e organização, existem três poderes políticos que norteiam suas ações, são eles: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Esses poderes são destinados a executar as resoluções públicas, produzir as leis e julgar os cidadãos. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República com o auxílio dos Ministros de Estado. Suas principais funções são: Chefiar o Estado, representando a nação e praticar atos de chefia de Governo e de Administração. O Presidente da República tem como atribuições sancionar, promulgar e fazer publicar as Leis, iniciar o processo legislativo quando se tratar da criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração, dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal e vetar projetos de Lei, total ou parcialmente. Atualmente o Poder Legislativo no Brasil é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara de Deputados e o Senado Federal. A Câmara é composta por 513 deputados eleitos por quatro anos, de acordo com a população de cada Estado, enquanto que o Senado é composto por 81 Senadores, eleitos por oito anos, a partir de sistema majoritário (3 para cada Estado). A organização do Legislativo em duas casas é chamada bicameralismo e serve para que uma casa aperfeiçoe o trabalho da outra. Ao poder Judiciário cabe julgar conflitos que surgem frente às Leis elaboradas pelo Legislativo. Dessa maneira, o objetivo central da divisão dos poderes no campo político é o de descentralizar o poder concentrado nas mãos de um pequeno grupo, favorecendo assim, um Estado mais justo, democrático e igualitário para todos os cidadãos.

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES, TRIPARTIÇÃO DE PODERES, ESTADO DEMOCRÁTICO

OS PROBLEMAS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A Reforma Agrária é uma reorganização da estrutura fundiária e sua proposta é promover a distribuição mais justa de terras, ela foi aplicada em 1988 na Constituição Federal. Porém ela é aplicada incorretamente no nosso país, pois há milhares de hectares, cerca de 150 milhões, sem produção, com poucos donos. Ocorre que há um milhão de pessoas que não tem onde produzir, essas participam de grupos sem terras (MST). Aonde vemos nos noticiários que há invasão de terras produtivas e estragam pesquisas de empresas, sendo que não podemos generalizar o grupo inteiro. Citados alguns exemplos: Destruição de plantios florestais na empresa Araupel, em Quedas de Iguaçu - PR. Em Itapetininga - SP, a interrupção de pesquisas com mudas transgênicas, ou no Centro-Oeste paulista em uma ocupação destruíram cinco mil pés de laranja. Isto está errado, porque pessoas dependem desses empregos para sobreviver. Ou seja: a economia da cidade pode girar em torno das empresas que sofreram esta invasão. Outros problemas acontecem na parte dos proprietários em relação à natureza, onde eles desmatam florestas e poluem rios; há também fazendas no Brasil que maltratam, não dão condições de trabalho e ``escravizam`` trabalhadores com dividas. Nessas partes poderiam ser aplicado à reforma agrária como está no ART. 186; I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Isso mostra que, se o dono estiver cumprido esses quatro papéis, não têm porque temer pela reforma verdadeira e sim apoiar o desenvolvimento dela. Precisamos de uma organização urgente do nosso governo para agir, pois se ela desse certo, cresceria o mercado de consumo interno, onde se formaria pequenos produtores que se desenvolveriam economicamente aquela região aplicada à reforma agrária. E não vai adiantar somente distribuir as terras, tem que fiscalizar depois, para ninguém agir de má fé e vender antes dos 10 anos, e nem deixar de produzi-las.

REFORMA AGRÁRIA, BRASIL, PROBLEMAS

O SUL É O MEU PAÍS: A INCONSTITUCIONALIDADE DA SEPARAÇÃO DOS ESTADOS-MEMBROS

AMANDA RIBAS GELINSKI
JEAN LUCAS CALDAS

"O Sul é o meu País" é um movimento separatista sulista que surgiu oficialmente em 1992, tendo como objetivo separar os Estados-membros Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina do restante do Estado brasileiro, com base no alto grau de desenvolvimento econômico destes, comparando-os com o restante do Brasil, viabilizando, portanto, a emancipação política e administrativa formando então um novo País. A forma de estado no Brasil é a federação, sendo assim, é caracterizada pela descentralização político-administrativa, a inexistência do direito de secessão, a soberania do Estado Federal, a autonomia dos entes federados, e a constituição rígida como base jurídica. Logo deve ser apreciado o prevalecimento do princípio constitucional da indissolubilidade, clausula pétrea prevista no artigo 1º caput da Constituição Federal, que visa a conservação da unidade federativa proibindo o direito de secessão, ou seja, é previsto a união indissolúvel dos entes federados vedando então a separação dos membros federativos, tendo em vista ser a Constituição Federal brasileira a lei maior do Estado soberano, devendo então ser respeitada. O movimento separatista sulista é considerado, dentro dos parâmetros constitucionais previstos, inconstitucional, por mais que a população interessada seja favorável ao ato, assim irrealizável desde 1891, quando foi consagrado pela constituição republicana, sendo vedada qualquer emenda que queira derrogar a forma de Estado, bem como prevendo intervenção federal se preciso com o fim de manter a integridade nacional.

INDISSOLUBILIDADE, SEPARATISTA, FEDERAÇÃO

O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

JAURY RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR
JORGE MARTINS
MARCUS LUCAS DE PAULA KRAMER

O presente trabalho visa um breve estudo acerca da origem e a evolução do trabalho escravo no Brasil, bem como, à afronta ao princípio da dignidade humana diante de casos que ainda subsistem nos dias atuais, de vestes camufladas e evidenciando que ainda somos um país onde os direitos humanos, fundamentais não são totalmente respeitados e garantidos a toda população como deveriam ser, tendo o Brasil no ano de 2003, sido obrigado a reconhecer tal condição, perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao assumir sua responsabilidade diante das vulnerações aos direitos humanos, no caso José Pereira, constatando-se que o Brasil tem um legado de escravidão que não atinge apenas os negros que foram por séculos desumanamente explorados, mas também, brancos, mulheres e crianças que trazem consigo a condição comum da extrema pobreza, e que são submetidos às mais variadas formas de exploração em todas as regiões do país, tanto no meio rural como urbano. Decorridos mais de cem anos de abolição da escravatura no Brasil, ainda ouvimos notícias veiculadas em todos os meios de comunicação, informando acerca da descoberta de focos de trabalho escravo em diversos pontos do país, tanto em regiões consideradas menos desenvolvidas, como naquelas que se localizam, as maiores metrópoles. Abordaremos os direitos humanos, fundamentais e a dignidade da pessoa humana, buscando apresentar as terminologias utilizadas pela mídia e por doutrinadores, bem como o que venha a ser o trabalho escravo nos dias atuais, descrevendo o modo como este ocorre no meio rural brasileiro, desde à cooptação dos trabalhadores até a sua liberação através das ações judiciais e extrajudiciais. Verificaremos que o combate à escravidão contemporânea vem-se tornando cada vez mais atuante e profícuo, conforme dados obtidos junto às instituições privadas e governamentais que se dedicam a erradicação do trabalho escravo, mas ainda as medidas são insuficientes para que se possa afirmar que estejamos próximos de encontrar a cura para essa grave enfermidade social.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O TRÁFICO DA DIGNIDADE

ALYSSON JOSÉ MEDEIROS
MARIA FERNANDA BIDA
POLYANA SANTOS LUSTOZA CORDEIRO

Com o presente trabalho pretende-se explanar o conceito do tráfico humano, também conhecido como tráfico de pessoas que é um dos crimes que vem sofrendo um aumento perceptível ao passar dos anos. O crime que consiste no recrutamento, transporte, transferência ou o acolhimento de pessoas se arquiteta usando a ameaça ou uso da força, bem como formas variadas de coação como a fraude, o engano, propostas falsas de emprego, abuso de autoridade ou tirar vantagem de uma situação de vulnerabilidade e até mesmo o rapto.Com base na pesquisa bibliográfica e leitura de reportagens constata-se que o tráfico de pessoas acontece em grande parte dos países do mundo: dentro de um mesmo país, entre países vizinhos e até entre diferentes continentes. Além de ser um crime de âmbito internacional ele desrespeita os princípios fundamentais que cada ser humano possui como o direito de ir e vir, a autonomia e ferindo principalmente a dignidade que é inerente a toda e qualquer pessoa desde sua concepção. O tráfico de pessoas retira da vítima a própria condição humana pois passa a tratá-la como uma mercadoria que pode ser vendida ou trocada e transportada. Existe também o tráfico de pessoas com o intuito de remoção de órgãos e por conseguinte sua comercialização sendo então um crime mais complexo e grave do que as outras formas, pois além da organização ilícita que se arquiteta nos bastidores envolve ainda profissionais que atuam em instituições de saúde clandestinas. O objetivo dessa prática normalmente gira em torno do trabalho forçado e até mesmo escravo como também da comercialização de órgãos e o nível de dificuldade nas investigações desses crimes é alto e facilita para os interessados e agenciadores dessa prática quaisquer sejam seus fins e objetivos. Por fim, busca-se analisar toda a questão do tráfico no que tangem os direitos humanos e de que forma ele acontece bem como o mesmo afeta os dias atuais.

TRÁFICO, DIGNIDADE, PESSOA

O TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E A CORRELAÇÃO ÉTICA E JURÍDICA COM BASE NA ILICITUDE

AUGUSTO CARLOS CARNEIRO NETO
GIOVANNI MAGATÃO
JOAO PEDRO LUY

O presente projeto tem como objetivo mostrar de maneira dinâmica, explicativa e histórica, o transplante de órgãos, a legislação que lhe é prevista, desde seus primórdios e assim acompanhar a sua evolução dentro da sociedade. A prática de transplantação de órgãos no mundo atual, ainda sofre vários impasses e discussões. O presente trabalho buscará entender a importância desta técnica médica e seus desdobramentos no âmbito jurídico e social. Até que ponto o homem pode ir para garantir o seu bem de maior valor, que seria a vida? A legislação colocada a prova aqui, tem seus efeitos para com os seus transgressores, da mesma maneira que qualquer outro crime e prevê uma maior segurança para os indivíduos poderem realizar algo relacionado a sua vida pessoal e ao seu corpo. Mesmo que algo possa dar errado, a lei deve respaldar completamente o individuo e dar todo o suporte possível. Com o grande avanço da tecnologia e, consequentemente, das técnicas cirúrgicas hoje existentes, amplia-se o leque de alternativas para procedimentos de transplante de órgãos. É importante frisar que todo ser humano em vida tem poder sobre o próprio corpo e para existir algo que vá além da vontade do indivíduo, é necessário que se estabeleça uma relação jurídica regulamentada entre quem irá se submeter a isso, e quem irá promovê-lo. Pode-se dizer que o transplante é uma atividade médica, a partir do momento que o paciente solicita ao médico a cirurgia. Isso forma entre eles uma relação obrigacional. Sendo assim, as regras se aplicam naturalmente para as partes, inclusive sendo mais importante ao médico que irá realizar a cirurgia, cabendo ao hospital uma responsabilidade objetiva, conforme legislação e conjuntos morais e éticos sociais.

TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS, LEGISLAÇÃO, CONSENTIMENTO

PERDA DO DIREITO POLÍTICO PELO DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE SER JURADO POR ESCUSA DE CONSCIÊNCIA

LUANA PIRES WEISSBÖCK

Este estudo de cunho bibliográfico aborda sobre a perda do direito político de votar e ser votado, por descumprimento da obrigação de ser jurado, em especial, por escusa de consciência, quer dizer, quando o cidadão por razões de crença religiosa, política ou filosófica, deixa de cumprir uma obrigação imposta legalmente. No Capítulo I da Constituição Federativa do Brasil de 1988, o qual trata sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, encontramos no Art. 5º, VIII, a garantia fundamental de que todo o brasileiro é portador de liberdade de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política. No entanto, no mesmo artigo e também no Art. 15, IV da Constituição Federal, encontramos o limite desse direito fundamental, quando afirmam que a escusa de consciência não poderá servir como justificativa para todas as obrigações legais, as quais nos são impostas como, por exemplo, a obrigatoriedade de ser jurado, podendo perder os direitos políticos de votar e ser votado, quando recusa-se a cumprir tal obrigatoriedade ou quando deixa de cumprir a prestação alternativa. Quanto à prestação alternativa, a Lei nº. 11.689 de Junho de 2008, que alterou dispositivos do Código Processual Penal, relativos ao Tribunal do Júri, apresenta em seu Art. 438, § 1°, § 2º que ao se recusar a ser jurado, utilizando como justificativa a escusa de consciência, caberá ao Juiz estipular serviço alternativo, os quais estarão devidamente de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, cabendo ao cidadão a obrigatoriedade de prestar tal serviço como, por exemplo, atividades administrativas no Ministério Público, na Defensoria Pública e no Poder Judiciário com atividades filantrópicas e assistencialistas, entre outras. Quanto ao restabelecimento de seus direitos políticos, somente ocorrerão após o devido cumprimento da prestação alternativa. Utilizamos como arcabouço teórico a Constituição Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº. 11.689 de Junho de 2008 e os autores SILVA (2005) e MORAES (2003), os quais debatem sobre o tema aqui abordado. Concluiu-se com esta pesquisa, que embora a Constituição Federal traga a garantia fundamental à liberdade de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, a mesma apresenta uma regra constitucional, que destitui o indivíduo de um direito fundamental.

ESCUSA DE CONSCIÊNCIA, PERDA DOS DIREITOS POLÍTICOS, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

PERDÃO JUDICIAL ANALISADO SOB A ÓTICA DO PROCESSO 70026729616 DO TJ-RS

THAISA VARGAS DE OLIVEIRA

O presente estudo é dirigido ao Perdão Judicial, com objetivo a análise sob a ótica do Processo 70026729616 do TJ-RS. O Perdão Judicial introduzido pelo art. 121 §5º do Código Penal dispõe: “na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária”. É aplicável exclusivamente ao homicídio culposo, causado pela ação ou omissão do agente. Conforme a Súmula 18 do STJ “a sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório”. Verifica-se que não se trata de um benefício legal a ser concedido indiscriminadamente em todos os casos de crime culposo de que a vítima seja parente próximo do agente, não basta conhecer a vítima, precisa existir uma relação de intimidade. O Processo do TJ-RS manteve a condenação do réu por homicídio culposo em acidente de trânsito que vitimou seu próprio filho de dois anos de idade. Segundo a corte havia provas de que o réu não mantinha relação próxima com a vítima e cometia abusos e agressões contra familiares. Ainda, o agente desrespeitou as regras de trânsito colidindo com um caminhão, com o choque a criança foi arremessada para fora do carro do pai. Para o desembargador do processo ficou claro que o réu agiu de forma culposa, não respeitou a sinalização e por colidir o automóvel veio a causar a morte do próprio filho, mas no caso específico não existia provas de que as consequências do fato tenham-no atingido de forma tão grave que possa justificar a concessão do perdão. Presume-se que quando o crime é cometido contra ascendente, descendente, cônjuge, companheiro ou irmão, o perdão judicial deve ser visto como um direito subjetivo do agente, pois se pressupõe a gravidade das consequências e a dor da perda; porém, depende da comprovação das questões subjetivas das pessoas envolvidas no caso. O sofrimento do réu, embora não possa ser medido, será analisando segundo o entendimento do juiz, que deve justificar sua decisão para que o ato não venha gerar impunidade ou ainda gerar uma eventual banalização do instituto do perdão. Conclui-se que, composto por todos os elementos do crime de homicídio culposo, o perdão judicial deve ser aplicado com prudência apenas em casos que a imposição da pena se torne seguramente desnecessária, garantindo assim ao réu que a aplicação da sentença aconteça de forma proporcional ao delito praticado.

PERDÃO JUDICIAL, HOMICIDIO CULPOSO, SANÇÃO PENAL

PERÍCIA NO ÂMBITO DA MEDICINA LEGAL

LAIS REGINA GOES

A medicina legal, é um campo que agrega conhecimentos de várias ciências, disponibilizando esses conhecimentos à justiça, com o objetivo de orientar nas decisões judiciais, bem como, servir de base para afirmar a existência ou inexistência de um fato. O presente trabalho visa abordar a importância da perícia médico-legal para o processo judicial, primeiramente, apresentando uma breve análise sobre o que é a medicina legal, e a importância da perícia médico-legal, por fim, demonstrando sua relevância como meio de prova para esclarecimentos de fatos em busca da verdade real no processo penal. Até o presente momento não há pacificação acerca do conceito de medicina legal, pois é uma área muito vasta, que engloba diversas ciências. Várias são as definições, entretanto, todas levam a crer que é um campo que detém conhecimentos de muitas matérias, colocando esse conjunto de conhecimentos à apreciação da justiça. Nesse sentindo, Croce Júnior apresenta que a "Medicina Legal é uma ciência e arte extrajurídica auxiliar alicerçada em um conjunto de conhecimentos médicos, paramédicos e biológicos destinados a defender os direitos e os interesses dos homens e da sociedade". Em relação à perícia, seguindo Croce Júnior, podemos dizer que é todo o procedimento médico, realizado por profissional qualificado na área, em cumprimento à determinação de autoridades competentes, objetivando esclarecer à Justiça os fatos de natureza específica. A natureza jurídica da perícia é um meio probatório, devendo os peritos apontar nos laudos periciais apenas questões pautadas nas normas jurídicas da área abordada, sendo estritamente proibida a realização da formação de juízo de valor. Os laudos periciais devem dar auxilio ao convencimento do Juiz, contudo, o resultado da perícia não vincula o magistrado a decidir conforme essa prova, podendo fundamentar sua discordância do resultado de uma perícia. É fato notório que a perícia é fundamental no auxílio à Justiça, haja vista que seu papel não é auxiliar nenhuma das partes, ou seja, não é acusar nem inocentar, é pautar-se na imparcialidade, de modo a atender os interesses da Justiça, prestando auxilio a livre convicção do julgador. Portanto, viu-se que a perícia, é um instrumento muito importante para o Direito, tendo em vista que possui um valor indiscutível para o desfecho do Processo Penal de forma justa.

MEDICINA LEGAL, PERÍCIA, PROVAS

PIRATARIA: PROPRIEDADE AUTORAL SOB A ÓPTICA DOS CDS E DVDS

CAROLINA PRETTO
GILSON JOSÉ BAHLS CARNEIRO

Novas ideias, novas criações, isso com certeza faz parte do desenvolvimento do Estado, mas nos dias atuais nos deparamos com questões preocupantes que colocam em risco esse desenvolvimento: a pirataria. Os principais alvos da pirataria são as grandes invenções da década de 70, quais sejam os CDs e DVDs. O ato de piratear tais produtos transgride o direito à propriedade autoral que os inventores possuem sobre as suas obras. Assim, tornou-se "típico" a realização da conduta pelo povo brasileiro, uma vez que para quem pratica, traz diversos lucros ilícitos e ilegais, pelo fato de serem deixadas de lado muitas formalidades que deveriam ser obedecidas perante o Estado. Os produtos pirateados, atualmente são de fácil acesso para todos, hodiernamente visualizamos camelôs, vendedores ambulantes, muambeiros que ganham a vida dessa forma, no entanto, podem até não saber que estão praticando um delito no âmbito penal, bem como no civil, uma vez que não presam o direito de propriedade do autor que originou aquele produto que está sendo revendido. Ao realizar a compra, fomenta ainda mais o comércio pirata, e desestimula os proprietários das mídias a produzirem novos trabalhos, pois, no que diz respeito aos direitos autorais, esses deveriam receber pela comercialização de suas obras, o que não acontece pelo caráter ilegal da atividade. A pirataria gera também uma quebra na arrecadação de impostos, prejudicando os investimentos na área pública, e nas pesquisas tecnológicas que poderiam resultar na descoberta de novas invenções. O direito autoral que é violado, tem grande relevância para a sociedade, pois dele provêm recursos para a administração pública e para o proprietário também, que trouxe a baila a sua grande ideia para o mundo, podendo com isso utilizá-la e fruí-la, gerando a própria atividade econômica. Tais recursos poderiam ser em um montante bem maior caso não houvesse a pirataria. Logo, o combate a essa conduta deve ser através de uma ação conjunta entre a administração pública e a sociedade, esta não fazendo uso de tais produtos, desestimulando o comércio ilegal e aquela fiscalizando de forma preventiva e repressiva, e ainda, estimulando o comércio legal.

PROPRIEDADE AUTORAL, PIRATARIA, QUEBRA DA ECONOMIA NACIONAL.

PLÁGIO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA INTERNET

GISLAINE APARECIDA OLIVEIRA PRESTES
LAIS CAROLINE GOMES

A propriedade é um instituto jurídico de fundamental importância, é o próprio direito sobre a coisa que pertence ao titular. Possui várias definições, dentre elas, o direito à propriedade intelectual, uma vez que surgiu a necessidade de proteção de bens de natureza imaterial ou incorpórea, passíveis de apropriação por terceiros. Sendo assim, têm-se os direitos autorais, regulados pela Lei 9.610/98, que asseguram os direitos resguardados ao autor e os que lhes são conexos, e não se limitam, podendo ser qualquer tipo de criação, seja no domínio literário, artístico, cientifico ou industrial, visto que é um conjunto das produções idealizadas pelo intelecto humano. Na ocorrência de violação desse direito, a lei garante a indenização por dano moral e material, pois se trata de uma expressão de sua personalidade, a qual contribui para o desenvolvimento social. O plágio é uma prática antiga, e se trata da reprodução total ou parcial de uma obra que não é de criação própria, sem destinar os devidos créditos ao verdadeiro autor e está previsto como crime no nosso ordenamento jurídico pelo Código Penal em seu artigo 184, com pena de três meses a um ano de detenção. Com a ampliação do uso da internet, há uma facilidade em disponibilizar diversos tipos de conteúdos, informações, e também, em reproduzir cópias dessas criações de outrem sem a devida autorização ou reconhecimento, pois se trata de uma rede que interliga milhões de computadores pelo mundo. O que muitos acreditam ser uma "terra sem lei", garante a proteção legal, ensejando indenizações aos seus autores e titulares, seja no campo moral, ou no campo patrimonial. Contudo, os direitos do autor são de extrema importância, fundamental no desenvolvimento social da humanidade. Pode se dizer ainda que, são direitos fundamentais, e sua proteção deve ser feita de forma equilibrada para que seu caráter público não seja anulado, ou seja, deve-se atribuir a devida autoria das obras intelectuais sem impedir o acesso da coletividade a essas fontes culturais. Por sua vez, se tratando de plágio, constitui uma insidiosa prática criminosa, que deve ser combatido com rigor assim que observado a sua ocorrência.

PROPRIEDADE INTELECTUAL, DIREITOS AUTORAIS, PLÁGIO

PLÁGIO SOBRE A PROPRIEDADE INTELECTUAL APLICADA A MÚSICA

MARCELA AGIBERT COPACK
TATIANE ANDRADE ALGAIER
THAIS CAMARGO GOES

O direito autoral é a união de garantias de cunho moral e patrimonial, decorrentes da concretização de ideias originais, sob forma artística, cientifica ou literária. É disciplinado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXVII. Este direito visa proteger o autor, e umas dessas proteções é contra o plagio. O plágio propriamente dito é a cópia da essência criadora sob veste ou forma diferente, não se prendendo apenas a cópia fiel e não autorizada da pessoa, se distinguindo em três modalidades, que são elas: O plágio integral, que é aquele que copia toda a obra sem dar a devida referencia, parcial; O plágio parcial, que é aquele que copia apenas uma parte da obra; E por fim o plágio conceitual, que é aquela que utiliza da essência da obra do autor de forma distinta da original. No mundo contemporâneo, com o advento da internet, um plágio muito comum é o musical, pois nesse meio fica difícil a limitação do alcance de sua obra pelo autor, apesar dele ter direito a referida delimitação. Mas com os diversos mecanismos de busca e websites especializados em download, tal direito se torna apenas uma mera expectativa e sua música pode ser facilmente plagiada. Alguns casos concretos de plágio repercutiram o mundo todo e causaram grande comoção social, sendo um deles a música “You Can’t Catch Me” dos Beatles, quando a gravadora de Chuck Berry acusou a banda de ter copiado a letra e a melodia da canção escrita por John Lennon, tendo a banda que firmar um acordo extrajudicial que permanece em sigilo. Outro caso muito famoso, foi a música “Wanna Be Starting Something” do Michael Jackson, da qual o astro teve que indenizar um cantor camaronês em US$ 200.000.00 por direitos autorais. E no Brasil, o caso mais famoso é o da música “O Careta” do Roberto Carlos, que teve que pagar R$ 2.6 milhões para o real autor da musica, dentre outros.

DIREITO CIVIL, DIREITO DE AUTOR, PLÁGIO SOBRE A PROPRIEDADE INTELECTUAL, PLAGIO MUSICAL

PLANO DE EXISTÊNCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO - ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

EDSON ADÃO RODRIGUES DE JESUS
LUCAS KACHUBA CORDEIRO
RODOLFO GABRIEL BOMFIM

Plano de existência é a origem do negócio jurídico, decorrente da incidência da norma jurídica (fato hipotético) sobre o fato social. O negócio jurídico consiste na manifestação de vontade enunciada em cumprimento aos pressupostos de existência, validade e eficácia e que procura produzir efeitos jurídicos pretendidos pelo agente, é por meio do negocio jurídico que se dá vida ás relações jurídicas tuteladas pelo direito. Para que o negócio jurídico venha a existir, ele precisa estar inserido no Plano de Existência e possuir elementos constitutivos indispensáveis para sua formação, sendo que após sua formação verifica-se a sua validade (Plano de Validade) e eficácia (Plano de Eficácia). Constituem elementos constitutivos do negócio jurídico: I) manifestação ou declaração de vontade, esta poderá ser expressa através da palavra escrita ou falada, gestos e sinais; tácita aquela que resulta de um comportamento do agente; e presumida é a declaração não realizada expressamente, mas que a lei deduz de certos comportamentos do agente, também se fala do silêncio que é fato gerador do negócio jurídico dependendo das circunstâncias e usos indicar um comportamento hábil para produzir efeitos jurídicos e não for necessária a declaração expressa de vontade; II) partes ou agente emissor da vontade, sem o sujeito, não poderá falar-se em ato, mas tão somente, em fato jurídico em sentido estrito, a participação do sujeito de direito é indispensável para a configuração existencial do negócio jurídico; III) objeto todo negócio jurídico pressupõe a existência de um objeto de utilidade física ou ideal, em razão da qual giram os interesses das partes; e IV) forma, meio pelo qual a declaração se exterioriza, ou seja, o tipo de manifestação através do qual a vontade chega ao mundo exterior. Nessa fase inicial não se leva em consideração a validade e eficácia do negócio jurídico, apenas a sua existência. Essa divisão é feita pela maioria dos doutrinadores, exceto para Maria Helena Diniz, a qual faz a separação dentro dos elementos constitutivos em: essenciais, naturais e acidentais, não considerando os planos já mencionados.

PLANO DE EXISTÊNCIA, NEGÓCIO JURÍDICO, ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

PLANO DE VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

JOÃO BATISTA DE ALMEIDA

Este trabalho tem o objetivo dar continuidade aos estudos da disciplina Teoria do Direito Civil II, do Curso de Direito, com o tema: Plano de Validade do Negócio Jurídico, que tem bastante relevância e importância para o curso ora em estudo, tendo em vista a sua abrangência. O conhecimento dos requisitos necessários para a validade do negócio jurídico, o que pode ser genérico e específico. Sendo que, para essa validade, há de se analisar os elementos essenciais que são: vontade, objeto e forma, cuja declaração da vontade deve ser livre e sem vícios, por um sujeito capaz e legitimado. Já o objeto deve ser lícito, possível, determinado ou determinável e a forma deve ser prescrita ou não defesa em lei. Dessa forma, é importante analisar A Lei 13.146 do Novo Código Civil a qual traz alterações nos artigos 3º e 4º com relação ao Agente Capaz, bem como analisar os pressupostos e requisitos do contrato no ordenamento jurídico brasileiro, por intermédio dos dispositivos legais do Código Civil, como também pela apresentação dos posicionamentos e conceitos doutrinários a cerca dos respectivos objetivos. Podemos considerar três planos como pilares do negócio Jurídico: da Existência, da Validade e da Eficácia, sendo que a forma pode ocorrer instantaneamente. O Pressuposto da Existência do Negócio Jurídico dentro do Plano de Validade, ou seja, um Negócio Jurídico inexiste ante a ausência de algum dos elementos constitutivos essenciais, que são: Manifestação ou Declaração de Vontade; Partes ou Agente Emissor da Vontade; Objeto e Forma. Os pressupostos são movidos por alguns elementos ou requisitos que tratam da validade do negócio jurídico que são: Genéricos e os específicos. Genéricos são considerados como os mais comuns e os específicos são aqueles que, como o próprio nome sugere, trata de um determinado negócio com caráter com requisitos específicos ou especiais.

VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO, GENERICO E ESPECIFICO, AGENTE CAPAZ, PRESSUPOSTO, EXISTÊNCIA, VALIDADE, EFICÁCIA

PLANO DE VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

ANDERSON LUIZ DOS SANTOS GODOY

O plano de validade do negócio jurídico e seus pressupostos, ambos os pólos precisam atender uma série de requisitos para a efetivação do negócio, sem estar impregnadas de malícia visando a boa fé. O agente emissor capaz e legitimado para o negócio, com manifestação de vontade espontânea, livre de ilicitude não basta apenas a manifestação de vontade, ela precisa ser livre, sem vícios, as partes ou agentes deverão ser capazes, bem como o objeto deve ser lícito, possível, determinado ou determinável e a forma prescrita ou não defesa em lei. E o atendimento a esses requisitos condição necessária, mas não suficiente, a validade do negócio jurídico. Não basta ser válido o negócio a presença dos requisitos de validade, um negócio que falte qualquer um deles, no entanto,e inválido. Em outros termos,como os defeitos do negócio jurídico, erro, dolo, coação também comprometem a sua validade, deve-se considerar a inexistência de vícios também como condição necessária. O negócio jurídico enquanto ato humano e voluntário implica sempre uma ou mais pessoas na sua feitura,cada autor do negócio representa uma vontade que é consubstanciada numa declaração, pelo que, sem essa partes não existiria o negócio jurídico. Requisitos ou pressupostos gerais de validade dos negócios jurídicos, a capacidade traduz num modo de ser ou qualidade do sujeito em si, capacidade jurídica negocial ou capacidade negocial de exercício. A capacidade negocial de gozo, a susceptibilidade de ser titular de direitos e obrigações derivados do negócio jurídico. Contrapõe-se-lhe a incapacidade negocial de gozo que representa um absoluto impedimento ou proibição da titularidade e tais relações e, como tal, é insuprível. A capacidade negocial de exercício,e a idoneidade para atuar juridicamente, exercendo ou adquirindo direitos, cumprindo ou assumindo obrigações, por atividade própria ou através de um representante voluntário. contrapõe-se-lhe a incapacidade negocial de exercício, que representa um impedimento ou proibição não absoluta da realização de negócios e, como tal é suprível pelos institutos da representação ou da assistência. A legitimidade é uma relação entre o sujeito e o conteúdo do ato a relação jurídica que esta em jogo no negócio. Contrapõe-se-lhe a ilegitimidade, ou seja a falta de tal modo que o sujeito não pode com sua vontade afetar esses direito ou essa obrigação.

VALIDADE, NEGÓCIO JURÍDICOS, PRESSUPOSTOS

PODER ADMINISTRATIVO: ABUSO DE PODER E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

GISELE SAPLAK
NYCOLE INES JACOMEL DE SOUZA

O Estado detém poderes especiais e indisponíveis os quais necessitam de importante observância legal bem como devem respeitar os princípios aplicáveis à administração pública. Devem os agentes que fazem uso do poder de que o estado é titular, estar dentro dos limites da sua competência, observar a finalidade dos atos praticados, objetivando o interesse público e estar em consonância com os princípios e normas legais que regem o uso do poder da administração pública. Ocorre que, por diversos momentos há uma quebra dos limites impostos, seja por desrespeito a um princípio, por desvio de finalidade do ato administrativo ou até mesmo pelo uso abusivo da competência que é dada aos agentes públicos. É nesses casos que percebemos o abuso do poder da administração pública, seja por forma omissiva ou abusiva. A principal consequência desse abuso de poder é os efeitos que geram diretamente na sociedade, pois ela é a principal interessada nas condutas realizadas pela administração pública. Assim, importante se faz refletir sobre o dever de probidade do Estado que deve atender diretamente os princípios morais e honestos da administração pública. Esse é o real sentido da palavra probidade, trata-se de algo moral, conjunto de regras que temos como certas de modo geral na sociedade, é ao discutir isso, deve-se considerar a lei 8.429/92, lei da improbidade administrativa. Os atos de improbidade administrativa são caracterizados de três formas: enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e a ofensa aos princípios administrativos. É possível notar que a lei de improbidade administrativa abraçou para si todo e qualquer ato que venha ofender ao interesse público, é a principal lei de defesa frente ao abuso do poder do Estado, a mencionada lei trouxe importante mecanismo de fiscalização e possibilidade de sanção. Diante disso é cediço que o Estado esta a todo momento atrelado a tudo aquilo que envolve o interesse público, o Estado detém de um dever, uma obrigação de atuar diretamente em benefício de seus interessados devendo respeitar toda e qualquer norma legal, observando sempre os princípios a ele imposto dentro de seus limites. Caso contrário o abuso do poder será visível, e de quem dele fizer parte será responsabilizado, devendo responder pelos atos prejudiciais e ofensas causadas ao interesse público.

INTERESSE PÚBLICO, PODER, IMPROBIDADE, ADMINISTRAÇÃOPÚBLICA

PODER NORMATIVO DA ADMINISTRAÇAO E SUA CORRELAÇÃO COM O HC 91.509 RN- RELATOR EROS GRAU

AMANDA HAUAGE NEVES
DANYELLY STAINE
RENATA KAVETSKEI MARQUETTI

A Administração Pública possui um conjunto métodos de ação conferidas pela Constituição com o objetivo de permitir que o Estado alcance seu fim atendendo sua verticalização que lhe garante uma posição distinta em relação as demais pessoas. Podemos definir este conjunto de modos de ação como Poderes Administrativos. Estes poderes denotam a supremacia instrumentalizada para prática dos atos da Administração Pública e são divididos em Vinculado, Discricionário, Hierárquico, Disciplinar, Normativo e de Polícia. O presente trabalho se destina a evidenciar o Poder Normativo e sua correlação com o HC 91.509 Rio Grande do Norte- Relator Ministro Eros Grau. O Poder Normativo é o poder que a Administração Pública tem de elaborar atos gerais e abstratos. Conforme estabelece o Art.84º IV da CF- “Compete privativamente ao Presidente da República: sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução. Como também o Art.5º II da CF: “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma senão em virtude da lei. E por fim o Art.87 § único, II da CF: Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei: Expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos. Seguindo os preceitos do poder normativo a lei é um ato normativo primário só ela pode inovar. O regulamento é um ato normativo secundário e não pode inovar a ordem jurídica. Segue-se assim os princípios da separação dos poderes e da legalidade. Porém existe uma releitura de tal poder buscando possibilitar que o Estado tenha maior intervenção no desenvolvimento do mercado. O ministro Eros Grau neste contexto trás outra forma de aplicar o poder normativo admitindo a edição de normas inovadoras no ordenamento jurídico através de poder normativo originário ou deslegalização expressa ou implícita, trazendo a necessidade de não confundir o Princípio da legalidade com o da Reserva Legal. Ao editar norma o poder executivo não fere o princípio da tripartição de poderes. Há matérias que somente podem ser tratadas por meio do processo legislativo, conforme CF. As demais devem ser tratadas por meio de regulamento. Mesmo sendo uma competência da Administração, para fins de controle jurisdicional, o poder normativo deverá possuir respaldo legal, efetivado com a existência dos espaços deixados na lei pelo legislador, para que esses possam, posteriormente, ser completados pelo administrador.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PODER NORMATIVO, EROS GRAU

POLUIÇÃO SONORA E O PRINCÍPIO DO LIIMITE

GABRIELA CAMARGO MACHADO
NATÁLIA DE SOUZA SANTOS
YOHANA DOS SANTOS RACHELLE

Entre as diversas espécies de poluição ao meio ambiente, existe a chamada poluição sonora. Muito presente no dia a dia, ela consiste na emissão de ruídos que ultrapassam os níveis legalmente preestabelecidos, de modo continuado e que ao longo do tempo causam prejuízos à saúde do homem e ao bem estar social, pois consistem na alteração das condições normais de audição no meio ambiente. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, descreve o meio ambiente como sendo um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, e assim sendo, impõe ao Poder Público o dever de assegurar a efetividade desse direito. Tal dispositivo caracteriza o Princípio do Limite, um dos Princípios Gerais do Direito Ambiental, o qual consiste na obrigatoriedade por parte da Administração Pública em impor limites na emissão de corpos estranhos, a fim de prestar suporte ao meio ambiente e impedir a propagação da poluição. Nesse sentido, observando o artigo 30 da Constituição Brasileira, o qual dispõe sobre a competência dos Municípios, verifica-se que a municipalidade deve controlar e fiscalizar os ruídos nocivos à saúde e conforto da população, tendo como norte a qualidade ambiental e a qualidade de vida dos cidadãos, exemplificando, portanto, o dever de atuação do Poder Público em obediência ao Princípio do Limite. A emissão de ruídos, sempre que exceder os limites impostos pela Lei, irá acarretar na responsabilização do agente poluidor, sendo este um agente público ou particular, devendo arcar com penalidades decorrentes da infração. Da mesma forma, o ente Público encarregado de estipular limites à emissão de poluentes, se houver a sua omissão diante de tal dever, pode ser responsabilizado. Busca-se, sempre, a concretização do dever de cuidado com o meio ambiente.

POLUIÇÃO SONORA, PRINCÍPIO DO LIMITE, MEIO AMBIENTE

PONDERAÇÃO: TÉCNICA PARA SOLUCIONAR A COLISÃO ENTRE PRINCÍPIOS

ANA PAULA CASAGRANDE
BRENDA BITTAR DE ALMEIDA

Princípios são juízos fundamentais, conforme explica Miguel Reale, segundo os quais, servem como alicerce para todo o ordenamento jurídico. Utilizados em todas as áreas do Direito, não seria diferente, no Direito Administrativo. Os expressos encontram-se previstos no “caput” do artigo 37 da Constituição Federal: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...].” Enquanto os implícitos estão, em sua maioria, dispostos em leis infraconstitucionais. Os princípios apresentam extrema importância para o Direito. Em especial, ao Direito Administrativo, Odete Medauar afirma tal relevância, pelo fato de ser um direito de elaboração recente e não codificado, os princípios auxiliam a compreensão e consolidação de seus institutos. Diante da existência de vários princípios aplicáveis ao caso concreto, é muito provável que em alguns casos, possa haver colisão entre eles. Para tanto, faz-se extremamente necessária a ponderação. No entanto, antes da aplicação da técnica da Ponderação, a qual fará prevalecer um princípio sobre o outro, deve-se tentar solucionar a colisão, por meio da harmonização entre os princípios envolvidos. Não sendo efetivada, parte-se então para a Ponderação. Luís Roberto Barroso afirma ser uma técnica de decisão jurídica, aplicável a casos difíceis, em relação aos quais a subsunção se mostrou insuficiente. Segundo Ana Paula Barcellos, a técnica de decisão jurídica será realizada em três etapas. Primeiramente, deve-se identificar os enunciados normativos aparentemente em conflito: afinal, esta é a circunstância que justifica o recurso à técnica da ponderação. A segunda etapa consiste na identificação de fatos relevantes, a qual permitirá ao intérprete apurar se existe alguma possibilidade fática de atender a todas as soluções em um nível ótimo. Por fim, a terceira e última etapa, é a fase da decisão. Luís Roberto Barroso afirma que os diferentes grupos de normas e repercussão dos fatos do caso concreto estarão sendo examinados de forma conjunta, de modo a apurar os pesos que devem ser atribuídos aos diversos elementos em disputa. Em seguida, é preciso ainda decidir quão intensamente esse grupo de normas-e a solução por ele indicada- deve prevalecer em detrimento dos demais. Todo este processo tem como fio condutor o princípio instrumental da proporcionalidade ou razoabilidade.

PRINCIPIOS, ORDENAMENTO JURIDICO, DIREITO ADMINISTRATIVO

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS DA PRESCRIÇÃO

NERY REGIANI DE MACEDO
OIARA GUANAIRA DE OLIVEIRA

Os institutos de Prescrição e Decadência têm papel fundamental para garantia do equilíbrio social, estabilidade e segurança nas relações jurídicas e o decurso do tempo exerce função primordial na conduta social. Dada a importância do assunto no âmbito do Direito, fundamentado nos enunciados dos artigos 189 a 201 e 207 a 211 do CC 2002 deu-se a pesquisa bibliográfica através dos Egrégios Doutrinadores a fim de pontuar a diferenciação entre referidos institutos para então compreensão do objeto deste estudo que são as Causas Impeditivas e Suspensivas da Prescrição. A Prescrição é uma forma organizar as relações jurídicas de modo que findando o prazo ao titular fica vedada a exigibilidade de reparação, pondo fim à pretensão de reparação do direito violado devido a inércia do titular no transcorrer do tempo previsto em lei.Todavia a decadência é a perda de um direito potestativo pelo não exercício no prazo determinado por lei ou acordado entre as partes. O prazo decadencial começa a correr desde o surgimento do direito, enquanto na prescrição o prazo começa a partir de um direito violado. Sendo o tempo como fato jurídico, há hipóteses em que os prazos podem sofrer alterações através de Causas Impeditivas, Suspensivas e Interruptivas, porém tais causas segundo alguns Doutrinadores ocorreriam somente no instituto da Prescrição. Entretanto verificou-se que o Código de Defesa do Consumidor admite causas obstativas do prazo decadencial. Quanto às causas, considera-se causas impeditivas aquelas que impedem o início do prazo prescricional e causas suspensivas, aquelas cujo prazo é suspenso temporariamente. Segundo o ordenamento, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição, salvo exceções legais.Diante o exposto,devido a relações de confiança e morais não corre prescrição entre cônjuges durante o matrimônio ou união estável, assim como não ocorre entre ascendentes e descendentes, tutores e tutelados, curadores e curatelados e aos absolutamente incapazes. Aqueles que envolvidos em serviço público ausentes do Brasil ou a serviços das forças armadas em tempo de guerra o prazo prescricional é suspenso a seu favor, isto é,caso seja devedor o prazo fluirá normalmente. Em suma,nas Causas Impeditivas o prazo prescricional não tem início, enquanto nas Causas Suspensivas o prazo em andamento paralisa temporariamente o curso da prescrição e à medida que cessa esta causa, o prazo volta a transcorrer computando o prazo anterior.

PRESCRIÇÃO., DECADÊNCIA., CAUSAS IMPEDITIVAS, CAUSAS SUSPENSIVAS

PRINCÍPIO DA BANDEIRA

GELSON ANDREY DIERK PEREIRA
JOBIANA FECHI
SANTILIO MATOSO JUNIOR

O principio da bandeira diz respeito às embarcações e aeronaves como sendo extensões do território (país) onde estão registradas. As embarcações e aeronaves públicas levam o território onde estiverem. Já as embarcações e aeronaves privadas, somente serão extensão do território se estiverem em alto mar ou espaço aéreo correspondente. Por exemplo, em uma aeronave de bandeira alemã onde um passageiro paraguaio mata um argentino, quando a aeronave esta em espaço aéreo correspondente ao alto mar (sem jurisdição), esse crime será julgado pela Alemanha, pela aeronave estar registrada naquele país.Uma aeronave ou embarcação oficial brasileira mesmo que em estado estrangeiro serão consideradas como parte do território nacional, se um crime for cometido dentro da embarcação ou aeronave será julgado pela legislação brasileira, o mesmo ocorre com embarcações e aeronaves oficiais de outros estados quando estiverem em espaço territorial brasileiro. Como cita o Art. 5º, §1º do código penal:ART 5,º § 1º Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto mar.Aplica-se esse princípio para que o crime não fique sem punição, por mais que o mesmo seja cometido em território livre(alto mar ou espaço aéreo correspondente) ele será punível, pois sera aplicado a legislação do país aonde esta registrado a embarcação ou aeronave.um exemplo pratico é o navio “Women on Waves” onde as mulheres podiam se deslocar até o navio e efetuar o aborto, o navio veio para o Brasil, onde o aborto é crime, porem o navio ficava em alto mar e o mesmo estava registrado na holanda onde o aborto é permitido.

PRINCÍPIO DA BANDEIRA, PRINCÍPIO DO PAVILHÃO, ABORTO

PRINCÍPIO DA INDISSOLUBILIDADE DO VÍNCULO FEDERATIVO

ALESSANDER PEREIRA DE SOUZA
DAISY MARCHINSKI
ISABELA CANTERI DO AMARAL

O princípio da indissolubilidade está expresso na Constituição Federal logo no seu primeiro artigo, que diz: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Direito Distrital, constituiu-se em Estado Democrático e tem como fundamentos...” Tendo como intuito manter a necessidade descentralizadora e a unidade nacional. Dessa forma é inaceitável o direito a secessão e é admissível somente a nacionalidade federal. Estando previsto na Constituição Federal em seu art. 34, que a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto nas hipóteses que coloquem em risco a integridade nacional. Ou seja, a simples tentativa de secessão permitirá a decretação de intervenção. No entanto, pode ocorrer o desmembramento das unidades federativas e até mesmo a união entre elas, desde que não deixem de fazer parte da federação. Complementando assim o artigo 18 da Constituição Federal que prevê “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. Ainda assim Nina Disconzi dispõe sobre o federalismo: “É importante a conceituação do que vem a ser um Estado Federal, na medida em que o princípio da indissolubilidade do vínculo federativo é uma das vigas mestras do sistema constitucional brasileiro, não podendo sequer ser alterado por emenda constitucional”. Portanto o princípio da indissolubilidade é expressamente assegurado pela constituição sendo de suma importância para o sistema constitucional não podendo ser quebrado, pois a federação é a junção de todos os entes federados.

INDISSOLUBILIDADE, FEDERATIVO, CONSTITUIÇÃO

PRINCÍPIO DE POLUIDOR-PAGADOR E DO USUÁRIO-PAGADOR

ADAUTO RODRIGUES DE LIMA
KEVIN ARIEL PEREIRA
VAGNER IZAIAS DOS SANTOS

Somente agora, praticamente no final do século XX e início do século XXI as pessoas do Brasil e do mundo começaram a se conscientizar do impacto que a poluição causa em nossas vidas e, não somente os indivíduos como também as empresas, de pequeno, médio e de grande porte. Sendo assim nesse caso, a lei entra em cena para regular o que não está certo, sendo que obviamente falaremos da lei brasileira, mais especificamente de um dos princípios de que esta se utiliza: o do poluidor pagador e usuário pagador. Podemos perceber que este principio se vincula mais com as empresas e suas atitudes quais tais poderão ferir ou não, normas relacionadas com o direito ambiental. A essência do princípio do poluidor pagador é que este ao ter de pagar por poluir, possa além de amenizar os danos causados, possa também criar estratégias de como produzir de forma mais limpa e ambientalmente mais sustentável, pesquisar e adequar tecnologias a fim de chegar nessa equação onde o impacto se reduza progressivamente e esse investimento nessas tecnologias e pesquisas viriam pelo próprio fato de não ser penalizado pela sua classificação de rico ambiental e por eventuais multas e acidentes advindos dessas atividades. No entanto, temos, no Brasil, desde 1934 o Código de Águas que já previa o princípio do poluidor-pagador, porém nunca foi aplicado. Foi definitivamente adotados pela Constituição Federal de 1988, nos §§ 1°, 2° e 3° do artigo 225 que preveem a aplicação de três de suas principais consequências, quais sejam: prevenção, reparação e repressão. A prevenção: que é mediante a exigência de estudo prévio de impacto ambiental para toda obra ou atividade potencialmente degradadora do meio ambiente; A Reparação se dá mediante a obrigação específica do explorador de recursos naturais de recuperar o meio ambiente degradado, e a genérica de qualquer pessoa física ou jurídica de reparar os danos causados ao meio ambiente, seja por ação ou omissão. A repressão é feita mediante a sujeição dos poluidores a sanções penais e administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Sendo que precisa-se, urgentemente, colocar em prática de forma definitiva o princípio do poluidor-pagador e do usuário-pagador, pois só assim poderemos conseguir que as gerações futuras tenham um meio ambiente adequado à sobrevivência.

PRINCÍPIO, DIREITO, AMBIENTAL

PRINCIPIO DO POLUIDOR PAGADOR E DO USUARIO-PAGADOR

ADAUTO RODRIGUES DE LIMA
KEVIN ARIEL PEREIRA
VAGNER IZAIAS DOS SANTOS

No presente ensaio irá ser observada a importância do suposto princípio no direito ambiental e suas consequências práticas. No direito ambiental o princípio do poluidor pagador é muito importante mas, por que ele é importante? Tal resposta é um tanto simples: baseando-se em um usuário de certo recurso que, quando faz um dano ou degrada e não toma as devidas precauções para evitar ou reparar, e também não paga por isso, está tendo um enriquecimento que não é lícito. Segundo o art. 170 da constituição todos devem ter uma existência considerada digna e para exemplificar isso destacamos as regiões sul e sudeste que dispõe de grande quantidade de água, enquanto em outra região, o nordeste brasileiro, muitos indivíduos necessitam ser atendidos por caminhões pipa devido à escassez do mesmo recurso. Deve ser frisado que o poluidor pagador pode ser pessoa física ou jurídica e também que a qualidade de vida tem valor. As empresas ao se instalarem em uma determinada localidade devem fazer um Estudo de Impacto Ambiental, mas em grande parte dos municípios, a exigência não é cumprida, pois outros fatores (econômicos e fiscais) se sobrepõem ao interesse ambiental. As empresas ao terem seu grau de risco ambiental fixado, são tributadas de forma progressiva, quanto maior o risco, maior essa tributação, que deverá agir como forma de compensação por parte do poluidor, possibilitando que o valor do tributo seja reinvestido pelo Estado em ações protetoras do Meio Ambiente. Infelizmente muitos desses empresários poluidores ao invés de procurar avançar em soluções ambientais para poluir menos e, consequentemente baixar essa tributação, sentem-se como se estivessem livres para poluir e simplesmente agregam as taxas e multas ambientais no valor de seu produto, sem ter nenhum tipo de consciência ambiental. A essência do princípio do poluidor pagador é que este ao ter de pagar por poluir, possa, além de amenizar os danos causados, também criar estratégias de como produzir de forma mais limpa e ambientalmente sustentável. Pesquisar e adequar tecnologias a fim de chegar nessa equação, onde o impacto se reduza progressivamente está aliado ao fato de não ser penalizado pela sua classificação de rico ambiental e por eventuais multas e acidentes advindos dessas atividades.

PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR, DIREITO AMBIENTAL, TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA

PRINCÍPIOS DO POLUIDOR-PAGADOR E PROTETOR-RECEBEDOR

AMANDA MOREIRA LIMA
ANDREIA LINS PEREIRA
KAWANNA GORETTH STACIAKI RAMOS

Este trabalho tem por objetivo versar sobre princípios ambientais estabelecidos por nossa Constituição Federal, o principio Poluidor-Pagador e Protetor-Recebedor, ambos encontram-se nas referidas leis n° 6.938/81 artigos 4°, VII que legisla sobre Poluidor-Pagador sendo aquele que explora o meio ambiente ou que o polui e este tem o dever de repará-la fazendo pagar pela degradação ambiental, bem como de embutir em seu custo, aqueles custos de prevenção do dano. No que tange o princípio Protetor-Recebedor segundo a lei n°12.727 artigos 1°, alínea a, parágrafo único, VI, vem definir esse novo conceito sobre a política de incentivo a ações de preservação ambiental, é a criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, ou seja, a possibilidade de compensação financeira aos autores sociais pelas práticas protecionistas realizadas em favor do meio ambiente, dessa forma incentivando condutas ambientalmente corretas por parte das pessoas tanto físicas como jurídicas. Uma das características do direito ambiental é sua autonomia, a qual lhe é assegurada pela existência de princípios próprios, expressos na Constituição Federal, assim também necessitando limitar a influência do homem ao meio ambiente, e se desrespeitado causa aos agentes sanções como é visto no art. 225 da Constituição Federal.O objetivo principal do princípio do poluidor pagador é de que ninguém pode infringir o direito de outrem de usufruir da natureza, ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado e pagar para cometer algum tipo de poluição contra o mesmo. Assim cada caso será tratado individualmente, havendo assim uma sanção e conseqüência para o autor da poluição. A natureza não tem custo, porém o prejuízo que a ausência dela pode causar para sociedade é incalculável.

POLUIDOR-PAGADOR, PROTETOR-RECEBEDOR, MEIO-AMBIENTE

PRISÃO TEMPORÁRIA: REQUISITOS

BRUNA MARCONATO
DIEGO CÉSAR LUIZ
LAUAN FERNANDO GOMES MENDES

Observando os motivos norteadores da aplicação da medida cautelar de prisão temporária, elenca-se que muitas vezes o criminoso quando em liberdade, coage a vítima, as testemunhas ou os agentes policiais, adultera provas, ou ainda por sua influência atrapalha a investigação prejudicando o esclarecimento dos fatos. A prisão temporária tem finalidade exclusiva de caráter investigatório, conforme dispõe o art. 1º inciso I da Lei nº 7.960 de 1989. Se de qualquer forma esta modalidade de prisão for ordenada fora dos parâmetros legais será imediatamente relaxada pelo remédio constitucional do “habeas corpus”. Assim, referida medida somente será adotada, quando se tratar de situação extremamente relevante, que deverá ser sustentada através de elementos pertinentes. Portanto, cada situação deve ser analisada de forma isolada, sempre pautada na legalidade e condições constitucionais prevista em nosso ordenamento jurídico. Ao contrário da prisão preventiva, a temporária não pode ser decretada de ofício pelo juiz, restando à autoridade policial o direito em fazer a representação formal desta medida, e ao juiz responder quanto à aceitabilidade ou não da prisão, devendo, nesta hipótese, sempre ser ouvido o Ministério Público. Quando a provocação da medida advier do próprio MP, esta deverá ser feita através de requerimento pela promotoria ao magistrado, cabendo ao juiz ponderar se referida prisão é indispensável para as investigações do inquérito policial. Decretada a prisão temporária pelo Poder Judiciário (reserva de jurisdição), este deverá determinar a expedição do mandado de prisão, cuja duração terá o prazo de 5 (cinco) dias, podendo ser prorrogada por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade. Decorrido o prazo de detenção, o preso deverá ser posto imediatamente em liberdade, salvo se já tiver sido requerida prisão preventiva. Dessa forma, presente trabalho apresenta a finalidade e os procedimentos adotados para que se faça legítima a aplicação desta medida cautelar. A prisão temporária implica na detenção do indivíduo pelo prazo previamente estabelecido em lei, observando sempre sua previsão legal, a qual deve estar pautada na imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial, visando permitir a autoridade policial que diante da prática de um crime (rol taxativo) permaneça com o investigado à sua disposição, com a intenção de proceder à coleta de elementos referentes à autoria e materialidade do fato.

PRISÃO TEMPORÁRIA, CAUTELARIDADE, REQUISITOS

PRISÕES FEMININAS: VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

FELIPE PEREIRA
SANDRO LUIZ MAINARDES FILHO

O presente trabalho visa inspirar uma reflexão sobre a situação carcerária feminina brasileira, buscando inflar a comunidade acadêmica a não entender como normal ou adequada a situação do "consumidor(a)" do Direito. É objetivo paralelo dessa pesquisa mostrar dados que comprovam a incapacidade estatal no exercício do jus puniendi. A metodologia a ser utilizada refere-se à pesquisa bibliográfica. Portanto a resposta jurisdicional, principalmente na esfera penal, onde a sensibilidade do Estado-Juíz é peça fundamental para se chegar a um resultado justo, tratando de prisões femininas a solidariedade estatal é primordial, Kant dizia, "as coisas têm preço, o ser humano dignidade". A Constituição de 1988 em seu artigo inciso XLIX, assegura aos presos o respeito à integridade física e moral, o que é letra morta, no livro "Presos que menstruam" de Nana Queiroz, vemos que a luta das encarceradas é por higiene e dignidade, onde o Estado esquece de individualizar a presa, pois o que se denota é um tratamento masculino para presos femininos. Agredindo também a Lei 7.210/84, art.82, §1°- A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal. O Estado na sua incapacidade de retribuir a pena com compromisso normativo, só degrada, tortura e expõe as detentas a uma nova pena, a estrutura que temos no Brasil, se mostra como um "bis in idem" junto à presa. Segundo o Livro "Presos que menstruam", a população carcerária feminina brasileira é de 36.135 mulheres, enquanto a capacidade do sistema é de receber 22.666 detentas, gerando uma superlotação de 13.469 pessoas. Rechaçando assim a Lei 7.210/84, art.40, VII, privando-as desinstalações higiênicas e arejadas; atendimento médico, farmacêutico e odontológico, tanto preventivo, quanto curativo. A situação prisional brasileira é um certificado da impossibilidade estatal em retribuir o fato delituoso, recuperação e a ressocialização que abrange a Unificadora da pena, é puramente abstrata, e de aplicação possível num ambiente saudável onde a reclusa pode desenvolver suas capacidades profissionais, diminuindo assim a reincidência criminal e a exclusão social pós cumprimento de pena. A ausência de compromisso normativo, a desídia administrativa estatal perante a quem ele se comprometeu em punir e recuperar é discrepante, hoje a sociedade brasileira incita o punir, mas não sabe e nem busca compreender, o como punir.

CUSTÓDIA, PRESAS, INCAPACIDADE ESTATAL

PRIVATIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS NO BRASIL

DEBORAH VOLANIN TOLEDO
NATHALIA KARINA DE MATTOS
ORNELLA BRANDELERO

O presente trabalho visa a reflexão quanto à tranferência do poder estatal no sistema penitenciário brasileiro, tendo em vista os benefícios trazidos com a sua privatização. A inquestionável ineficácia do sistema prisional brasileiro, as condições precárias em que é desenvolvida a pena no cárcere, configuram ofensa a um dos principais direitos do homem que não é atingido pela condenação, à dignidade da pessoa humana. A proposta de privatização dos estabelecimentos prisionais anuncia uma melhoria na qualidade dos serviços ofertados não somente aos presos, como também a sociedade como um todo. O ambiente altamente insalubre dos presídios, abusos físicos, morais e sexuais perpetrados contra os encarcerados são uma constante. Atingir a meta da ressocialização de um condenado parece um contexto bem distante de nossa realidade. Diante disso, buscando exemplos de penitenciárias privatizadas no país, podemos observar a agilidade na prestação de serviços essenciais aos presos como saúde, higiene e alimentação, bem como na manutenção das instalações. O excesso de lotação das penitenciárias, presídios e até cadeias de distritos policiais contribuem para piorar a situação do sistema carcerário. A superlotação causa o aparecimento de doenças graves e outras mazelas entre os detentos. O cárcere, sabidamente, não reintegra nem ressocializa o apenado à sociedade. A primeira penitenciária de gestão compartilhada inserida no país foi na cidade de Guarapuava/PR em 1999. A unidade foi projetada visando a ressocialização do interno, proporcionando trabalho e profissionalização, bem como o benefício da redução da pena. O índice de reincidência criminal dos egressos do presídio de Guarapuava chega a ínfimos 6%, comparados com a média nacional que é de 70%. A situação do sistema penitenciário brasileiro é, notoriamente, caótica. A ressocialização do apenado não passa de mera utopia. Por outro lado, as experiências em gestão compartilhada, mostram que o quadro de abandono pelo qual passa o sistema prisional brasileiro, pode ser revertido. O sistema de co-gestão adotado pela penitenciária de Guarapuava no Paraná, comprova que o índice de reincidência diminuiu drasticamente. A implantação do sistema de PPP na gestão de estabelecimentos prisionais enseja aspectos profundamente positivos, atenuando a grave crise que se encontra o sistema penitenciário atualmente, garantindo, sobretudo, a dignidade humana do encarcerado.

SISTEMA PENITENCIÁRIO, PRIVATIZAÇÃO, BENEFÍCIOS

PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL DAS OBRIGAÇÕES DE DAR E FAZER

GRAZIELA PILATI DE LIMA
INGRID CHRISTINE RODRIGUES
PATRICIA MARCHECK BRIZOLA

Para a execução de um título, é necessário que haja inadimplemento do devedor e existência de um título executivo, sob pena de tornar-se nulo. Inadimplente é aquele que deixa de cumprir obrigação certa, liquida e exigível estabelecida por meio do título executivo. Os títulos extrajudiciais estão expressos em rol taxativo no Código de Processo Civil e são os convencionados pelas partes, exclusivamente. Os processos de execução de títulos extrajudiciais geram obrigações para as partes ou para uma delas, como de dar coisa certa ou incerta ou de fazer e não fazer. Na obrigação de dar coisa certa, o credor aciona o poder jurisdicional através de petição inicial, então o devedor será citado e poderá depositar a coisa ao invés de entregá-la ao credor. Contudo, se o devedor permanecer inerte, o juiz determinará medidas em prol do credor, se bem móvel busca e apreensão, se bem imóvel a imissão na posse, além da aplicação de multa. Se a coisa não for encontrada ou estiver deteriorada poderá o credor exigir indenização e perdas e danos. A obrigação de dar coisa incerta pouco difere da de entrega de coisa certa, nesse caso, o objeto é identificado por gênero e quantidade e precisará ser individualizado no momento da concentração de obrigação, a escolha da coisa não poderá ser a melhor e nem a pior, passível de impugnação. Para o cumprimento de obrigação de fazer será dividido em fungível (poderá ser cumprido por outrem) ou infungível, caso que apenas o devedor poderá cumprir. Necessita-se verificar se o cumprimento da obrigação teve o mesmo resultado que teria se o cumprimento fosse realizado de forma voluntária ou converter-se-á em perdas e danos. Nas obrigações de fazer fungíveis, o credor poderá designar terceiros para o cumprimento da obrigação com custas pagas pelo devedor ou poderá solicitar indenização por perdas e danos, aí o processo segue pelo rito de execução por quantia certa, que consiste em expropriar bens patrimoniais do devedor para saldar seus débitos, através de penhora. A obrigação de não fazer poderá ser de duas formas: contínua ou permanente, porém, nessa forma de cumprimento de obrigação caberá ao credor apenas a indenização por perdas e danos e deverá ser proposta por petição inicial. As modalidades de cumprimento de obrigações com fundamentação em títulos executivos deverão ser acompanhadas do próprio título que é a garantia que o credor tem para que o débito seja sanado, para comprovar o seu direito e a veracidade dos fatos por ele alegados.

TÍTULO EXECUTIVO, EXECUÇÃO, EXTRAJUDICIAL, OBRIGAÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA

DORIANE DE LARA

Este trabalho busca estudar a que se destinam o processo administrativo disciplinar e sindicância na esfera pública. O processo administrativo disciplinar é o meio de apuração e punição de faltas graves dos servidores públicos, enquanto que a sindicância é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço para a então instauração de processo e punição ao infrator. A princípio a sindicância caracteriza-se como peça preliminar e informativa do processo administrativo disciplinar, quando os fatos não definirem ou faltar elementos indicativos da autoria, trata-se de um meio de apuração prévia. Não se instaura contra um servidor, pois visa apurar possíveis fatos irregulares e autor. Outra seria a sindicância de caráter processual, pois se destina a apurar a responsabilidade de servidor identificado, por falta leve, podendo resultar em aplicação de pena, é um processo administrativo disciplinar sumário. A sindicância administrativa poderá resultar em: arquivamento do processo; aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até trinta dias; ou instauração de processo administrativo disciplinar. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período. Após as apurações deve a administração pública concluir se instaura ou não o processo administrativo disciplinar, abrindo prazo para defesa do acusado, sob pena de nulidade do processo. Desde a CF/88, não mais se admite a aplicação de sanção disciplinar pelo critério da verdade sabida. Pois o art. 5º, LV, assegura aos acusados, o contraditório e ampla defesa. A instauração de PAD será sempre necessária para a aplicação das penalidades de caráter grave e suspensão superior a 30 dias. Em regra os estatutos preveem as seguintes fases do processo administrativo disciplinar: instauração, instrução, defesa, relatório e julgamento. A instauração do processo administrativo disciplinar tem início com a publicação da portaria que constituiu a comissão processante, composta de três servidores ocupantes de cargo efetivo. A designação de agente público para integrar comissão de processo administrativo disciplinar constitui encargo de natureza obrigatória, exceto nos casos de suspeições e impedimentos legalmente admitidos no Código de Processo Penal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO, DISCIPLINAR, SINDICÂNCIA, PENALIDADES

PROCESSO E PROCEDIMENTO NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (AIJ)

JEANE TUROK
JULIA GABRIELA SANDRIN TEIXEIRA
UBIRATAN BENHUR DE RAMOS

Este trabalho é o resultado de um estudo sobre o processo e procedimento na audiência de instrução e julgamento, sendo abordado o processo penal. O processo judicial inicia-se com o direito de ação, ela prevê a possibilidade de a parte provocar a atividade jurisdicional. O Poder Judiciário só atua se for provocado e deve buscar a concretização e a eficácia da lei para obter êxito na solução de conflits. O processo se inicia com a denúncia/queixa,devendo o juiz receber ou rejeitar liminarmente a acusação. Ao recebê-la deve ordenar a citação do réu para que exerça seu direito de resposta, onde irá alegar fatos úteis à sua defesa. Após a resposta, o juiz pode absolver o acusado sumariamente, caso não seja possível, o juiz designará dia e hora para audiência de instrução e julgamento. O critério diferenciador de processo e procedimentos é o da gravidade da infração, com base na pena máxima estabelecida ao delito. No que diz respeito ao processo entende-se que este é a relação jurídica que se estabelece entre os sujeitos protagonistas do processo (autor, juiz e réu), através de um procedimento, portanto, os procedimentos são em espécie a continuação do mesmo até que se chegue à sentença final. A audiência de instrução e julgamento é onde se apura a produção e coleta de provas, sendo proferida a sentença pelo juiz. Será ouvido primeiro o ofendido, logo após as testemunhas de acusação e de defesa, eventuais esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhecimento de pessoas e coisas, sendo finalizados com o interrogatório. Não pode haver inversão, trata-se de nulidade por ato processual defeituoso. Deverá ser garantido o contraditório quando nova prova seja juntada ao processo. No interrogatório é obrigatória a presença de um defensor. Quanto aos memoriais ou alegações finais orais, é nesse momento que se fará a última manifestação no processo. Em virtude do que foi mencionado, entende-se que o processo só inicia com a provocação, passando por procedimentos até que se chegue à sentença transitada em julgado. Quanto à execução, esta é uma continuação do processo, por tratar-se de uma imposição ao réu. Dado o exposto, percebe-se que o Direito Processual é ramo do Direito Público, rodeado por um elenco de princípios e de norma legal que tem por objetivo regular os procedimentos, a relação jurisdicional através da efetividade da lei, se concretizando a busca da solução de conflitos através do direito e dever, aplicando nos casos específicos sanção cabível.

PROCESSO, PROCEDIMENTO, SENTENÇA

PROGRESSÃO DO REGIME PRISIONAL E A (DES)OBRIGATORIEDADE DO EXAME CRIMINOLÓGICO

ANNE CAROLINE FARIA BRUNETTI
LEONARDO BELIN
LETÍCIA LOHANA FARIA BRUNETTI

O exame criminológico atualmente é obrigatório para introduzir-se no início do regime prisional fechado, tendo por objetivo a individualização da pena a fim de definir seus traços de personalidade, suas condutas sociais e antecedentes.É realizado pela Comissão Técnica de Classificações, constituída basicamente por assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras e está estabelecido no art. 8º da LEP. Até 2004, antes do advento da Lei n. 10.792/2003, o exame era considerado obrigatório para a progressão de regime. O referido exame visava periciar o preso para ver se o mesmo não voltará a delinquir durante o período em que estiver solto (período diurno).A partir da edição da Lei n. 10.792/2003, o exame é considerado facultativo para a progressão do regime. Dessa forma, apenas o atestado de bom comportamento carcerário é o requisito subjetivo para a concessão da progressão, aliado ao requisito objetivo do cumprimento de 1/6 da pena em crimes comuns, e 2/5 em crimes hediondos, ou equiparados de réu não reincidentes. A partir do momento em que ele se torna facultativo pode vir a dificultar o papel do Magistrado quanto dos especialistas da Comissão Técnica, uma vez que eles são especializados para alegar se o indivíduo está ou não apto a ser transferido de regime, porém, poderá o Juiz responsável - no qual não possuí qualificações necessárias para avaliar os comportamentos dos indivíduos nesse quesito - decretar a progressão do apenado, mesmo a Comissão afirmando que ele não está apto, vindo este muitas vezes voltar a delinquir.Por essa razão, muitos juízes mesmo não sendo obrigatório, requisitam um parecer da Comissão Técnica de Classificações para progressão de regimes, principalmente em crimes hediondos e equiparados, no qual possui certas peculiaridades nos casos.E foi com base nisso, que o STJ vinculou a súmula 439, no qual “admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada.” Desta forma, constata que é de suma importância a realização deste, visto que ele dirige o melhoramento do sistema carcerário prisional, uma vez que pode distinguir os padrões necessários para cada delinquente, evitando até a superlotação das celas, como também, evitar que se ocorra “injustiças” fundamentadas pela lei, ao permitir que um indivíduo altamente perigoso ganhe em certos períodos, a liberdade, podendo este, não estar apto para tal benefício, vindo em alguns casos, colocar em risco a segurança e ordem social novamente.

EXAME CRIMINOLÓGICO, PROGRESSÃO DE REGIME, DELINQUENTE

PROPRIEDADE INDUSTRIAL: DIREITOS DO INVENTOR

GISELE SAPLAK
NYCOLE INES JACOMEL DE SOUZA

As grandes invenções são bens da humanidade. Com essas invenções evoluímos muito, sem algumas delas não nos imaginamos viver hoje, como por exemplo, a criação da lâmpada em 1879, por Thomas Alva Edison, foi um marco na história da humanidade, e já naquela época o inventor pode registrar a sua invenção, atrelar o seu nome aquela inovação e assim ser lembrado até hoje. Tudo isso por conta do direito à propriedade industrial, que garante ao inventor a possibilidade de dar o nome e ter a propriedade sobre seu invento, pois depois essa criação passará a ser de todos. O direito a propriedade industrial é um ramo de estudo da propriedade intelectual e está assegurado no artigo 5º, XXIX da Constituição Federal e na Lei 9.279/96 que é a lei de Propriedade Industrial. Esta garante ao inventor a propriedade temporária sobre sua invenção, ou seja, ele pode gozar, explorar seu invento exclusivamente por algum tempo garantido o registro de sua invenção como sendo sua. Essa propriedade se da através da patente, que é o título por meio do qual o Estado reconhece esse direito. Inicialmente o inventor detém pleno direito sobre sua invenção e tudo aquilo que sobre ela flui, tanto de forma lucrativa quanto na forma de sua repercussão geral. O uso exclusivo da patente é temporário, vai vigorar por 20 anos, como prevê o artigo 40 da lei de Propriedade industrial. Ainda, para que a invenção possa ser patenteada é necessário que ela atenda os requisitos propostos pelo artigo 8º da lei, que são: Primeiro, aplicação industrial, ou seja, é preciso que ela possa ser utilizada pelo mercado da indústria. Segundo, o requisito da novidade, deve ser uma criação nova, desconhecida cientificamente, tecnicamente e industrialmente. Ainda, deve ser uma atividade inventiva que proporcione o progresso e o avanço. E por último, o não impedimento, não podem ser patenteadas e registradas as invenções que afrontem a moral, os bons costumes, a segurança, a ordem e a saúde pública. A propriedade industrial é uma proteção visando à conquista de mercados consumidores, adquirindo novos conhecimentos e novas tecnologias. Além de uma proteção jurídica serviu para o desenvolvimento econômico, nunca se esquecendo da função social da propriedade para que não se ultrapasse o bem estar comum e público e da sociedade.

DIREITO, PROPRIEDADE INDUSTRIAL, INVENTOR, PATENTE

PROPRIEDADE INTELECTUAL E A COBRANÇA DE ROYALTIES

AMANDA HUDEMA
DENILSON NASCIMENTO DOS SANTOS
EDERSON LUIZ BUHRER

O direito a propriedade intelectual, que compreende a propriedade industrial e os direitos de autor, está previsto na Constituição Federal, sendo assegurado aos autores o direito exclusivo de utilização de suas obras, bem como privilégios temporários aos autores de inventos industriais para sua utilização. A propriedade intelectual engloba os direitos autorais, que faz parte do Direito Civil, e a propriedade industrial que faz parte do Direito Comercial. Propriedade industrial são as invenções e modelos de utilidade que atendam aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. Sem a concessão de propriedade industrial do objeto pelo INPI ninguém pode reivindicar o direito de exploração econômica com exclusividade, devendo portanto requerer a concessão junto ao INPI. O direito a exploração da propriedade industrial é temporário, variando de 15 a 20 anos contados do depósito do pedido de patente, caindo em domínio público. É tratado como crime o ato de fabricar ou usar indevidamente produtos patenteados. Um dos direitos conferidos ao proprietário de produtos patenteados é a possibilidade de licenciar seu uso a um terceiro. No contrato são estipulados as condições de remuneração e demais condições que sejam necessárias para a sua definição, fazendo as indicações à identificação da patente ou pedido cedido A lei não condicionou a licença voluntária à verificação prévia da inexistência de consequências de ordem tributária ou tutelada por outro ramo do direito. Nos casos de abuso do poder econômico ou pelo desuso do invento o Estado pode conceder a licença compulsória do invento para terceiros, desde que o mesmo remunere o inventor privilegiado. O requerente que obtiver a licença compulsória deve iniciar a exploração do objeto dentro dos próximos doze meses, não podendo interromper a exploração pelo ano seguinte, enquanto que o proprietário do invento pode fiscalizá-lo. Essa remuneração é chamada de royalties, termo que quem origem inglesa, primeiramente significando os valores pagos ao rei na antiguidade e atualmente sendo utilizado para designar a remuneração de terceiros que utilizam o invento concedem ao proprietário do invento. Apesar de o contrato de licença de uso ser entre dois particulares a lei, acertadamente, previu a hipótese de licença compulsória nos casos de abuso de poder por parte do proprietário, tanto na elaboração do contrato, que deve obedecer o principio da razoabilidade, quanto nos casos de o invento estar em desuso.

PROPRIEDADE INTELECTUAL, ROYALTIES, PROPRIEDADE INDUSTRIAL

PROPRIEDADE INTELECTUAL É PROPRIEDADE PRIVADA?

ANA PAULA CASAGRANDE
SOLON GABRIEL BEUREN CORDOVA
YOHANA ROCHA

Propriedade trata-se de um direito real com previsão no art. 1.228 do Código Civil, que “assegura ao proprietário o direito de usar, gozar, dispor de seus bens e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente o possua”. Enquanto propriedade intelectual é conceituada em linhas gerais por Rodrigues como “a proteção econômica ao interesse do autor”. Assim, surgem as primeiras divergências no que diz respeito ao caráter privado da propriedade intelectual, esta não se restringe a coisa corpórea, além de que os três elementos, usar, gozar e dispor nem sempre são possíveis na propriedade intelectual, uma vez que usar diz respeito a utilizar a coisa conforme a vontade do proprietário e por vezes excluir os demais desse mesmo uso; gozar, está relacionado ao aproveitamento dos frutos naturais e civis da coisa, exploração econômica, e aproveitamento do produto; e, dispor, é a capacidade de alienar a coisa; os três conforme os anseios do proprietário. Entretanto, a propriedade intelectual é produto de uma sociedade, embora seja criação de um único indivíduo não podem ser excluídas as contribuições sociais para a criação. Portanto, ainda que ao proprietário caiba o direito de explorar a “coisa” - entenda-se aqui coisa, como resultado da criação, produção do proprietário – ele não pode privar os demais de usar e por vezes gozar da coisa. Assim, propriedade intelectual não se limita aos desígnios do proprietário, ainda, que ele possa usar, gozar e dispor da “coisa”, deve atender também os anseios da sociedade.

PROPRIEDADE, PROPRIEDADE INTELECTUAL, DIREITO CIVIL

PROTEÇÃO À FAUNA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

FRANCELIZ GALVAN CARDOSO
SCALARTY DE OLIVEIRA SILVA
VAGNER DEMENECH

O presente resumo tem por característica, apresentar de forma superficial a evolução do conceito de proteção à fauna no ordenamento jurídico brasileiro, da criação dos Códigos de Caça e Pesca em 1934 à Constituição Federal de 1988. O conceito de proteção aos animais inicialmente estava ligado à atividade econômica, com o Código de Caça e o da Pesca, evoluindo para lei 5.197 de 1967 que veio dispor sobre a proteção da fauna, uma postura diferenciada que vem de acordo com a Constituição de 1988. Na constituição de 1934 a União deteve competência exclusiva para legislar sobre a caça e a pesca, não tinha uma visão voltada à preservação, mas sim de controle da captura com fins econômicos, regular as sociedades de tiros, criação de parques de refúgio e a licença de empresas e comércios. Um novo comportamento em relação à proteção ambiental se da com a revogação dos códigos de caça e pesca e com a incorporação do conceito de fauna com a lei 5.197/67 junto à constituição de 1988 qual traz como competência concorrente entre os membros da Federação a responsabilidade de legislar sobre o assunto, não mais como exclusiva da União. As politicas de proteção à fauna não são definitivas, tendo em vista as mudanças ambientais que exigem adaptação das normas, algumas ações são orientadas pelas resoluções CONAMA e portarias do IBAMA. As proposições voltadas à preservação e conservação consistem na proibição da perseguição, caça ou apanha de animais silvestres. Assim como o controle da comercialização de animais silvestres bem como de produtos oriundos dos mesmos. A constituição de 1988 refere-se aos animais como sendo propriedade do Estado, não Estado-membro da Federação, mas Estado Brasileiro. Na medida em que temos a fauna brasileira representando o país, ao Estado Brasileiro cabe a responsabilidade de protegê-la, pois a mesma representa um bem nacional, por mais que não foi incluída como bem da União. Sendo assim a fauna silvestre mesmo estando em território privado pertence ao Estado e o poder público nesse caso se sobrepõe ao particular por que é o interesse de todos á preservação da fauna brasileira buscando evitar possíveis danos ao patrimônio brasileiro.

PROTEÇÃO FAUNA, CAÇA, CONSTITUIÇÃO

PROTEÇAO A FLORA BRASILEIRA

BEATRIZ FERREIRA DE LIMA
SUELI APARECIDA DE OLIVEIRA DOS SANTOS

Todos os seres vivos necessitam de um meio ambiente equilibrado para continuar sua existência e desenvolvimento social, econômico, cultural, tecnológico ou industrial, Por Flora entende-se o conjunto de plantas, florestas, as matas ciliares, os cerrados, o manguezal, a vegetação e flores que estão agrupadas em uma determinada região, sob a proteção constitucional. O Brasil, é dono de uma das biodiversidades mais ricas do mundo, possui as maiores reservas de água doce e uma grande parte de florestas tropicais, pois é dela que decorre a qualidade de vida das presentes e futuras gerações. É importante proteger a flora como forma de garantir um ecossistema sustentável, essencial para a qualidade de vida e para isso é fundamental que sejam traçados alguns aspectos essenciais ao estudo buscando enriquecer sua explanação fazendo referências aos problemas ambientais e à importância do cuidado com a flora brasileira. O Brasil é um dos países mais rico em belezas naturais, possui uma grande área em florestas, e diversas espécies de flora e vegetação espalhada pelo país, garantindo a exploração de vários recursos naturais, gerando empregos e melhor desenvolvimento do país, é bastante visitado por pessoas de todo o mundo durante o ano todo, originando serviços no comércio e turismo brasileiro. Atualmente vem sofrendo muitas agressões causando a destruição do meio ambiente, causando a extinção de várias espécies de flora. O Brasil é referência em riquezas naturais, protegê-las é de responsabilidade mundial, pois nossa vegetação atua diretamente nos ciclos naturais,e a legislação ambiental tem por obrigação limitar as ações humanas no ambiente com o objetivo de garantir o bom desenvolvimento da humanidade, a qual ajuda muito no combate às práticas abusivas contra os recursos naturais.

FLORA, MEIO AMBIENTE, VIDA

PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO - PROVAS EM ESPÉCIE

ANA CAROLINA PACHECO DOS PRAZERES
FELIPE HAAS KRENCHINSKI
JULIANA RODRIGUES BORYÇA

Celebrado por sujeitos de direito capazes, o negócio jurídico, baseia-se na autonomia privada e na manifestação de vontade das partes, objetiva-se através dele, modificar, conservar ou extinguir direitos, obedecendo aos pressupostos de existência, validade e eficácia.As provas jurídicas são a garantia do cumprimento de um negócio jurídico. São divididas em dois grandes grupos, as solenes quando a lei exige uma forma específica para ser validada, a prova desses negócios far-se-á pela própria forma já estabelecida, provadas com a exibição do instrumento compatível com o atendimento exigido por lei, tem-se como exemplo o testamento ou a compra de imóveis, ou não solenes, quando trabalhadas em livre disposição são aquelas que, não havendo exigência, qualquer prova legal servirá, como estabelecido no art. 332 do CPC, ‘‘todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados nesse código são hábeis para provar a verdade dos fatos’’. O Código Civil de 2002, em seu artigo 212, aponta alguns tipos de provas, que podem ser utilizadas em juízo para averiguar a veracidade dos negócios. Tem seus títulos divididos em: confissão, documento, testemunho, presunção e perícia, os quais são trabalhados pela doutrina e virão a ser expostos neste trabalho, produzido na consulta às obras de renomados autores de direito civil.Importante ressaltar que a lei se reconhece pouco flexível diante das mudanças e evoluções sociais, por isso, com exceção dos negócios jurídicos de grande valor e complexidade, as provas não estão sujeitas a um método taxativo, podendo ser trabalhadas em livre disposição respeitando a admissibilidade, não proibidas pelo ordenamento jurídico; pertinentes, possuir relação direta com a discussão; e por fim, serem concludentes, devem ser dirigidas a conclusão do fato em questão.

PROVAS, NEGÓCIO, JURÍDICO

PROVAS INADMISSÍVEIS

JULIANA PAZ DE MOURA
RENATO LAZZARETTI

O ordenamento jurídico impõe limitações quanto à produção das provas que são as chamadas provas ilegais, provas proibidas ou provas inadmissíveis. Assim, as provas proibidas podem ser entendidas como aquelas que são defesas ou vedadas pelo direito, em decorrência de violação de uma norma de direito material ou de direito processual. Tais provas se dividem-se em provas ilícitas e provas ilegítimas. Nada impede, como ensina a Professora Ada Pellegrini Grinover, que a prova produzida seja, simultaneamente, ilícita e ilegítima, bastando para tanto que ofenda, ao mesmo tempo, norma de direito material e norma de direito processual. Contudo, a doutrina e principalmente os tribunais nacionais vem atenuando o rigorismo do disposto no Texto Constitucional passando a adotar a Teoria da Proporcionalidade de origem alemã. Tal teoria assevera que norteando a atuação do juiz aceita o sacrifício de direitos individuais para garantir a realização da justiça penal. Assim, toda vez que numa mesma situação fática conflitarem-se dois interesses relevantes antagônicos e que ao Estado caiba tuteá-los a solução resultará do exame de conclusão sobre qual interesse é o preponderante naquela circunstância em si considerada seja defesa de um princípio constitucional seja a necessidade de perseguir um criminoso. A verdade é que tanto a doutrina quanto a jurisprudência vêm admitindo a adoção da teoria em questão somente quando for para beneficiar a defesa e por uma razão muito simples é melhor ver um direito constitucional violado do que ceifar a liberdade inocente. Essa ideia também é defendida por alguns doutrinadores para quem em última análise a teoria em questão não deixa de ser manifestação do princípio da proporcionalidade que reconhece a possibilidade de utilização no processo penal da prova favorável ao acusado ainda que obtida com infringência a direitos fundamentais seus ou de terceiros. Assim, saliente-se a regra no nosso ordenamento jurídico é da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos, que só excepcionalmente deverão ser admitidas em juízo, quando favorecerem a defesa vale dizer quando forem “pro reo”. Pode-se, portanto, afirmar que o direito pátrio adota a Teoria da Proporcionalidade como forma de abrandamento do rigorismo constitucional, apenas quando a prova maculada favorecer o réu.

PROVA, ILÍCITA, ILEGAL, PROIBIDA, LIMITAÇAO

RDD E AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

CARLOS AUGUSTO GARCIA PACHECO

O regime disciplinar diferenciado (RDD) é um modo de sanção disciplinar, incluído na Lei de Execução Penal, a partir da Lei nº 10.792/2013. Todavia, sua origem no Estado de São Paulo, pela Resolução SAP-26, de 04/05/2001 após uma onda de rebeliões nos presídios paulistas, ocasionado pela organização criminosa PCC, no ano de 2001. A Lei Federal só foi aprovada, depois do assassinato de dois juízes de Execução Penal em SP e ES, a mando de organizações criminosas. É sabido que as organizações criminosas se aproveitaram do caos carcerário brasileiro, para desenvolveram-se ao ponto de dominar o mundo do crime, mesmo atrás dos muros dos presídios. Deste modo, o RDD surgiu como uma forma de diminuir o poder das organizações criminosas, através do isolamento de seus líderes e membros. Em leitura do artigo 52.§2º da LEP, o RDD poderá ser aplicado tanto em presos provisórios, bem como os condenados quando haja fundada suspeita que participem de organizações criminosas, o qual deve ser cumprido conforme o disposto na LEP. Muito se fala quanto à inconstitucionalidade do regime disciplinar diferenciado nesta hipótese, com o argumento de que estaria sendo aplicado o Direito Penal de autor e não de fato. Em contrapartida, verifica-se que tal dispositivo é constitucional se analisarmos os seguintes aspectos: o primeiro se refere ao ponto, de que nenhuma pessoa é obrigada a integrar uma organização criminosa, além disso, com esse assunto é tão comentando na mídia não se pode acreditar que uma pessoa não saiba do que se trata de uma organização, bem como do potencial de periculosidade de seus membros. Outro fato é que os direitos e garantias fundamentais não podem servir como “proteção” para o cometimento de delitos que causem perigos ou danos em concreto à segurança e ordem dos estabelecimentos criminais e a sociedade em geral. Somado a isto, como o RDD é decretado somente por decisão judicial devidamente fundamentada, o magistrado em questão fará a avaliação dos elementos investigativos colhidos durante a investigação ou das provas durante o processo, a fim de verificar a participação do agente em organização criminosa. Conclui-se que o RDD é uma medida constitucional ao que se refere a membros de organização criminosa, devendo ser utilizado para a garantia da segurança dos estabelecimentos penais e da sociedade em geral.

EXECUÇÃO PENAL, RDD, CONSTITUCIONALIDADE, ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS NO BRASIL

ARTHUR DOS SANTOS FIEBRANTZ
BRUNO ARALDI
FELIPE CHIQUITO XAVIER

Esta pesquisa se concentra no no Direito Falimentar, que é um ramo do direito Empresarial que, de forma especificada, ressalta a empresa como portadora de prerrogativas quando se trata de Recuperação judicial, afinal, a lei 11101 de 2005, tem característica relevante na condução de um procedimento recuperacional que possibilite a continuidade da atividade empresarial, sua função social e o estímulo à atividade econômica. Uma vez que o empresário se encontra inadimplente frente aos credores, é possível a instauração de um procedimento específico com requisitos próprios, visando assim uma futura recuperação judicial ou extrajudicial da empresa, com o intuito de restituí-la ao mercado, vez que esta tem um papel fundamental na sociedade. Na abordagem do tema, serão expostas as positividades e negatividades da utilização do procedimento de recuperação, pois o que ocorre na prática, é que nem todas empresas possuem condições de recuperação, tendo em vista ser este procedimento custoso, arcado pela própria sociedade. Sendo assim, há que se analisar a viabilidade da empresa, ou seja, verificar se aquela empresa à ser recuperada, irá de alguma forma ou outra, retornar o sacrifício realizado para recuperá-la, verificando se a alternativa mais viável à sociedade é a recuperação ou a falência. As fases do procedimento recuperacional também serão verificadas pela pesquisa, sendo elas, a postulatória, a deliberativa e a executória, pois o processo é célere e encerra-se com o cumprimento do plano de recuperação no prazo de dois anos. Para condução do tema, será utilizada pesquisa legislativa, procedimental e jurisprudencial sobre casos de recuperação no Brasil.

EMPRESARIAL, FALENCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL,

REDES SOCIAIS NA PROVA DE SUSPEIÇÃO DO JUIZ

ANA CAROLINA CHAS CAMARGO
ESTEVON VOLFF
RENATA TONIAL

Em um mundo cada vez mais tecnológico, que as pessoas interagem por mídias sociais, havendo uma verdadeira miscigenação entre povos, classes sociais e profissões, com os magistrados não é diferente. Há uma causa de suspeição prevista no artigo 135, I do Código de Processo Civil, o qual dispõe que esta suspeição se dará quando o juiz for amigo íntimo, ou inimigo capital de qualquer das partes. Tal suspeição trata-se do afastamento do juiz de seu cargo jurisdicional envolvendo matéria de ordem moral de alta relevância. Com base nisso, a problematização está no momento em que "as redes sociais entram no processo", podendo ser demonstrada partindo da seguinte indagação: poderia uma "amizade" (nomenclatura utilizada pela rede social Facebook para caracterizar aqueles adicionados na rede de contatos) entre um juiz e uma das partes, provinda unicamente de uma rede social, ser motivo relevante para caracterizar-se suspeição? Porventura, tal "amizade" seria considerada uma amizade íntima? Conclui-se que o fato de estar apenas adicionado na lista de "amigos" do Facebook não é prova suficiente para provar o grau de intimidade exigido pela lei, pois é impossível atribuir amizade a todos os seus "amigos virtuais". Portanto, evidencia-se que uma "amizade virtual" pode ser um indício para se alegar uma possível causa de suspeição, mas não é prova suficiente para provar o grau de intimidade exigido pela lei. Por exemplo, apenas constatar, com "print screen" autenticado em cartório como prova, não pode ser considerado prova suficiente para suspeição, é expressamente necessário que fique efetivamente demonstrado o animus, ou seja, um certo grau de intimidade e relacionamento para com uma das partes do processo, sob pena de não ser acolhida a contradita pelo Julgador. Ainda, vale ressaltar que diante de uma sociedade extremamente virtual, seria desumano afastar os juízes de tais redes sociais, pois merecem incentivos e não reprimendas devido o cargo exercido.

SUSPEIÇÃO, MAGISTRADO, REDES SOCIAIS

REDUÇÃO DA MENORIDADE PENAL: PROBLEMA OU SOLUÇÃO?

LUCAS RIBEIRO

Poucos temas nos trazem tanta preocupação como a violência em nossa sociedade. Ela atinge todos os níveis sociais, raças e credos, fazendo todos sofrerem com o aumento da violência no País. Crimes praticados por jovens são cada vez mais frequentes e comuns, porém, não são apenas pelos jovens sem perspectiva de crescimento, pois, muitos desses crimes são praticados dentro de escolas. Na tentativa de barrar o avanço da criminalidade uma das alternativas encontradas é a tese da redução da maioridade penal, que foi aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, de 18 para 16 anos no caso de crimes hediondos (estupro, sequestro, latrocínio, homicídio qualificado e outros), homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte; ficando de fora outros crimes da ementa original que foi rejeitada como roubo qualificado, tortura tráfico de drogas e lesão corporal grave. Perante essa tese, opiniões diversas surgem entre a população. Para o ECA, deve-se adotar uma política educacional e não punitiva para o menor infrator, pois o problema é social e não jurídico. No outro lado estão os defensores da redução da maioridade penal, que afirmam que menores são completamente conscientes de seus atos, e que a Lei em vigor ignora sua capacidade de responder sobre as consequências de suas atitudes, e é essa impunidade que causa o aumento da violência. Este trabalho pretende discutir os argumentos a favor e contra a redução da maioridade penal, apresentando resultados de pesquisa, sobre a opinião pública de diferentes faixa etárias e graus de ensino.

ECA, UNANIMIDADE, REPRIMIR

REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO

MARCIO DA SILVA KAMINSKI FILOH

O regime disciplinar diferenciado é uma modalidade de sanção disciplinar e está elencado no artigo 52 da Lei de Execuções Penais, e dispõe que o preso pode ser conduzido a ele se, praticar falta grave consistente em fato previsto na lei como crime doloso, sendo que a referida conduta deve causar subversão da ordem ou da disciplina interna, se o preso apresentar alto risco para a ordem ou segurança do sistema prisional ou da sociedade ou, se recair fundadas suspeitas de que o preso participa ou está envolvido com quadrilhas, organizações criminosas ou bando. Possui duração máxima de 360 dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada. Neste período o preso é recolhido em cela individual e tem direito a visitas semanais de duas pessoas. O regime poderá ser aplicado tanto ao preso condenado quanto ao provisório, bastando que se enquadre em uma das condições previstas no artigo 52 caput e §§ 1º e 2º da LEP. Quem tem legitimidade para requerer a inclusão do preso no regime de exceção é a autoridade administrativa diretora do estabelecimento ou um de seus superiores. O que mais se deve levar em conta na lei é o grau de periculosidade deste preso e o risco que ele oferece a sociedade, em conformidade com o princípio da Segurança da coletividade. Se o preso está agindo de forma desigual e desproporcional a conduta normal de outros presos, o Estado deve tratá-lo de forma diferenciada em razão ao Princípio da Igualdade. Porém, o grande problema deste Regime é a precariedade do Sistema Prisional Brasileiro, pois dentro de uma das condições do regime é o recolhimento do preso em uma cela individual, sendo que o nosso maior problema hoje é a superlotação nos presídios.

REGIME, DISCIPLINAR, DIFERENCIADO, FALTA, GRAVE

REGRAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ADOTADAS NO BRASIL

BRUNA MACIEL DINIZ
ELAINE CHAIA KULIQUE
HELOISA STANKIEWICZ BARBOSA

Este resumo tem como objetivo o estudo do Controle de Constitucionalidade no Brasil, temos duas espécies preventivo e repressivo. Trata-se de uma garantia de supremacia dos direitos e garantias fundamentais previsto na constituição. Para o direito constitucional foi adotado o controle repressivo jurídico pode ser o próprio poder judiciário que verifica o controle da lei e do ato normativo. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros ou órgão especial, extirpará a lei ou ato normativo, já editados e contrários a constituição federal, controle repressivo, o difuso, aberto ou via de exceção ou defesa, o qual atribuiu a qualquer tribunal realizar, somente para o caso concreto em processo, a possibilidade de verificar a constitucionalidade de lei envolvida na lide, está ação de inconstitucionalidade é necessária para o julgamento do mérito. Outro sistema de controle repressivo que será abordado é o concentrado ou via de ação direta, previsto por Emenda nº16, de 1965, atribuindo a um único órgão a competência para processar e julgar originariamente a representação de inconstitucionalidade de lei ou ato, federal ou estadual. O Supremo Tribunal Federal possui a legitimidade para o controle, sendo o objeto principal da ação e independentemente de um caso concreto, incide em terceiros, tornando a lei ineficaz em todo o ordenamento jurídico. Na ceara do poder legislativo é exercido pelas comissões de constituição e justiça. No âmbito do poder executivo, o controle preventivo poderá ocorrer por meio do veto jurídico oposto pelo Presidente da República, por de Governador ou por Prefeito a um projeto de lei inconstitucional. O poder judiciário é uma espécie controle poderá atuar em apenas uma hipótese, é quando uma proposta de emenda tente abolir uma Cláusula Pétrea, prevista no artigo 60° § 4°da Constituição Federal. Na modalidade de controle repressiva "é exercido após a conclusão definitiva de um processo legislativo, com a finalidade de assegurar a supremacia constitucional. No que concerne o poder legislativo poderá atuar no controle repressivo em três hipóteses: delegação legislativa, medida provisória e tribunal de conta. O poder executivo o de Estado poderá abster-se do cumprimento de lei considerado inconstitucional. No que tange o poder judiciário é o principal responsável pelo controle constitucional. o controle de constitucionalidade existepara a proteção do princípio da supremacia constitucional.

REGRA, CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, SUPREMACIA

REMIÇÃO POR LEITURA

SHEILIANDRY STHEPHANNIE LOUREIRO

O presente trabalho refere-se a analise da remição da pena, pelo trabalho e pelo estudo, dando enfoque principal na remição por leitura. Remição é um direito que o condenado tem para remir sua pena através de dias trabalhados ou estudados. Tal direito é pertinente no regime fechado, semiaberto e aberto. A remição serve para beneficiar o condenado, tendo como componente primordial a recuperação e reeducação dele através do trabalho. O trabalho é um direito e um dever do sentenciado, entretanto, se não houver trabalho no estabelecimento, entende-se que o réu não tem direito à remição. Assim, se este vier a sofrer um acidente de trabalho e se impossibilitar de trabalhar, poderá continuar recebendo sua remuneração e continuar remindo (art. 126, § 2º, LEP). Caso o apenado pratique uma falta grave perderá um terço dos dias remidos (art. 50, da LEP). Ressalva-se que, a cada três dias trabalhados com carga horária de 6 a 8 horas, e descanso aos domingos e feriados, o é abatido um dia de pena (art.126, § 1º, II). No art.126 caput e § 1º, I, LEP, assegura o direito à remição por estudo. Portanto, a cada doze horas de estudo, divididas em três dias, o detento diminui um dia de pena. Referente a remição por leitura, cada preso tem o prazo de 30 dias para ler uma obra literária e fazer uma resenha (ensino médio) ou relatório (ensino fundamental), o qual deverá apresentado para uma comissão formada no sistema prisional. Para ter validade não pode haver plágio e a nota máxima para aprovação é de 6,0 pontos. Cada detento tem direito de ler apenas um livro por mês, cada livro lido é menos quatro dias de pena. Esta chance de remir os dias de pena através da leitura é aceita apenas em alguns Estados brasileiros, pois gera grande repercussão no âmbito social, devido à vantagem concedida ao réu. A remição por leitura pode ser considerada como um método para diminuir a superlotação das penitenciárias. Psicólogos afirmam que este método torna os presos cultos, garantindo uma mudança significativa no dia-a-dia deles. A preferência dos presos, geralmente, é por livros na área de Penal. Segundo pesquisas, a remição por leitura diminui a reincidência, pois o condenado dedica-se aos livros e constrói uma visão ampla do mundo, de modo a distinguir o certo do errado. Portanto, a remição por leitura é excelente, pois propicia uma visão diferente ao réu, com a possibilidade de viajar em obras literárias e assim mudar seus pensamentos para que possa ter uma ressocialização adequada.

REMIÇÃO, LEITURA, RÉU

REQUISITOS DA PRISÃO TEMPORÁRIA

DORIANE DE LARA
GILMAR GARCIA DE ALMEIDA

A prisão temporária é uma espécie de prisão cautelar decretada durante a investigação criminal, tendo como finalidade assegurar a eficácia da investigação. Esta modalidade de prisão é prevista pela Lei 7960/1989 e tem seus requisitos dispostos nos incisos I, II e III do art. 1º. De acordo com o inciso I, a prisão temporária será cabível quando imprescindível para o andamento das investigações do inquérito policial. O inciso II indica que a prisão temporária será possível quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade. A prisão temporária deve ser embasada em motivos idôneos, e somente deve ser imposta como medida imprescindível, não sendo admitida meras presunções ou conclusões infundadas quanto a liberdade do indiciado. O inciso III enumera, em rol taxativo, os delitos nos quais é passível a decretação de prisão temporária, podendo, conforme previsão legal, ser decretada quando houver razões fundadas de autoria ou participação nos crimes previstos neste inciso. Para garantir a segurança jurídica e da defesa do direito de liberdade individual, o rol do inciso III, como dito, é taxativo, não admitindo em nenhuma hipótese sua ampliação. A prisão temporária não pode ser decretada com fundamento apenas em um dos incisos, podendo existir a combinação, ao menos dos incisos I e III ou II e III e I, II e III. Quanto à iniciativa, o pedido de prisão temporária deve ser a requerimento do Ministério Público ou representação de Autoridade Policial, devendo a decisão do juiz (cláusula de reserva de jurisdição) ser precedida da oitiva do Ministério Publico (art. 2º, §1º, da Lei 7960/1989). No tocante ao prazo, a prisão temporária tem prazo de duração de até 5 dias, podendo ser prorrogado por mais 5 dias, desde que seja em hipóteses de extrema e comprovada necessidade. Quando se tratar de crime hediondo o prazo da prisão temporária será de 30 dias, prorrogáveis por igual período, desde, também, que comprovada a necessidade (art. 2º, §4º, Lei 8072/1990). Decorridos os prazos, o preso deverá ser solto imediatamente, independente de alvará de soltura expedido pela autoridade judiciária, salvo se tiver sido decretada prisão preventiva em desfavor do preso.

PRISÃO, TEMPORÁRIA, REQUISITOS

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL ESFERA PENAL

DAIANE MUSSATO
JOSLAINE DE FÁTIMA DE SOUZA SILVA
KARINY MARTINS

O meio ambientel na atualidade tem relevância na Constituição Federal de 1988 consagrado no art. 225. Para manter um meio ambiente ecologicamente equilibrado com qualidade de vida é necessário a conscientização de todos é a defesa de um dever coletivo como do Poder Público. Abordando três esferas a administrativa, civil e penal. O ramo da tutela jurídica do meio ambiente penal é um instrumento jurídico apto nos dias de hoje importante para proteção, manutenção e preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado. A responsabilidade ambiental representa destinar a alguém um ônus da prova pelo resultado de ações que lesem ou venham lesar o meio ambiente, imputar as consequências ao infrator das transgressões à legislação ambiental e causador de um dano causado tecnicamente irreparável. A responsabilidade na esfera administrativa, civil e a penal busca a finalidade a restituição, reparação e o ressarcimento aos danos prejudiciais causados ao meio ambiente, mesmo havendo um desiquilíbrio, os danos gerados muitas das vezes serão irreparáveis ou irreversíveis. Em relação ao polo ativo dos crimes ambientais podem ser responsabilizadas tanto a pessoa física quanto a jurídica, a inclusão de responsabilizar pessoas jurídicas veio estar estabelecida na lei nº 9.605/98, em seu art. 3º, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências em forma de penas restritivas de direitos, pena de multa e prestações de serviço. As responsabilidades na esfera penal têm como objetivo, conscientizar a sociedade em relação as atividades prejudiciais ao meio ambiente que podem gerar danos irreparáveis e abrir o conhecimento sobre as normas coercitivas aplicadas. Esclarecendo ser um dever e defesa do coletivo assim também como do Poder Público. Há muitas dificuldades de nos danos ambientais em restituir-se, sendo passível a não recuperação dos danos causados apenas a reparação através de meios processuais, então o critério o instrumento mais adequado por esta razão de aplicabilidade é a prevenção e precaução para a proteção do meio ambiente.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, ESFERA PENAL, REPARAÇÃO

RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL

MARCOS PEREIRA
ROSICLEIA DE FATIMA CASTRO
ROZEMARA VIEIRA DA ROZA UTRI

Este trabalho tratara sobre Responsabilidade Civil e obrigação Propter Rem. Com a mudança do estilo de vida e a crescente aquisição e ocupação de imóveis, vemos uma evolução na ideia da responsabilidade que segue a coisa. O proprietário ou usufrutuário se responsabilizara e não poderá isentar-se de indenizar pelo dano ambiental, assumindo as obrigações presas à coisa. O novo proprietário não tem conhecimento dessa responsabilidade e que essa segue o direito de propriedade, mais tarde poderá entrar com ação regressiva. O devedor titular fica sujeito a cumprir a prestação que existe entre o devedor e a coisa. Visando um maior cuidado com esses bens que ainda dispomos, tanto a Constituição e o Código Civil regularizam expedientes com a finalidade de uma preservação e uma reparação desses recursos. A Constituição declara que o meio ambiente e um bem de uso comum e não poderá ser apropriado individualmente. Caso ocorra essa apropriação indevida do meio ambiente, poderá configurar a ocorrência de dano ambiental. Com essas limitações, a propriedade adquire uma função de caráter ambiental que exige do proprietário a obediência das medidas necessárias à preservação do direito ao meio ambiente ecologicamente preservado. O Direito Ambiental incentiva o uso consciente, mediante a preservação e recuperação do meio sob seu domínio. Tem-se falado da manutenção das áreas de preservação, cobertas ou não por vegetação nativa, havendo aqui, uma responsabilização legal imposta ao proprietário de preservar e/ou recompor as áreas de preservação permanente, independentemente de ter sido ele o responsável ou não, mesmo que não tenha existido vegetação na área. Observando o princípio da função social e ambiental da propriedade e a obrigação Propter Rem que se prende ao titular do direito do imóvel não importando as considerações de que o atual proprietário do imóvel não é responsável pela ocorrência do dano ambiental. Havendo aqui uma grande necessidade de respeitar as áreas de preservação permanente, com as adaptações necessárias, impondo a averbação da reserva legal como determina a lei regional. É necessária a conscientização de que a preservação do meio ambiente é condição à sobrevivência das espécies nativas. Quando o proprietário utiliza de meios conscientes na sua propriedade, haverá a preservação ambiental dessa área restrita, mas também a preservação do meio ambiente regional em que ele esta inserido.

RESPONSABILIDADE CIVIL, PROPTER REM, MEIO AMBIENTE

RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL

AMANDA SANTOS CORREIA
ELISSON JOSÉ DOS SANTOS

Este trabalho tem como objetivo principal a compreensão da legislação brasileira no que se refere à tutela civil no meio ambiente, mais especificamente a responsabilidade civil por danos ambientais. No que diz respeito à responsabilidade civil, ela é materializada no cumprimento de uma obrigação de fazer ou não fazer, com isso a natureza dessa responsabilidade no ordenamento jurídico brasileiro é o princípio da responsabilidade objetiva, onde basta existir o dano e nexo para haver o dano ambiental. O atual Código Civil admite tanto a responsabilidade objetiva quanto a teoria do risco integral no parágrafo único de seu art. 927 CC-2002. Dessa forma, o indivíduo que provocar prejuízo ambiental ou terceiro terá o dever de compensá-lo mesmo que a ação seja com culpa ou dolo tenha sido exercida por terceiro. Paulo de Bessa Antunes afirma que dano ambiental é toda lesão ao meio ambiente provocada por operação econômica com potencial de causar poluição, por ação comissiva ou omissiva realizada por qualquer pessoa. O atual Código Civil comporta também tanto a responsabilidade objetiva quanto a teoria do risco integral que de acordo com art. 927 CC-2002 parágrafo único, diz que o indivíduo que provocar prejuízo ambiental ou terceiro terá o dever de compensá-lo mesmo que a ação seja com culpa ou dolo exercida por terceiro. Com isso determina-se o responsável pelo dano ambiental por meio do estudo do impacto ambiental, onde é realizado por equipe habilitada que irá apresentar resultados de determinado projeto que poderá acarretar em um futuro dano ambiental. Em relação as cláusulas excludentes, ou seja, aquelas que excluiriam o indivíduo de qualquer obrigação de reparação do dano ecológico, são cláusulas em grande discussão, pois a doutrina não aceita essas clássicas excludentes de obrigação, onde o causador de um dano ao meio ambiente terá o dever independentemente da culpa do agente, a repara o dano causado por sua atividade normal e lícita. Em matéria ambiental verifica que adoção da teoria objetiva representa um grande avanço para a proteção do meio ambiente no campo do direito civil, pois, a responsabilidade objetiva facilitou a aquisição da prova da responsabilidade, sem a necessidade da culpa para assim conferir maior tutela aos bens ambientais dos quais a danificação causará efeitos negativos para as gerações presentes e futuras.

RESPONSABILIDADE CIVIL, RESPONSABILIDADE OBJETIVA, MEIO AMBIENTE

RESPONSABILIDADE CIVIL E DANO AMBIENTAL

DAIANA BASSANZE DE FREITAS
EVELIN ADRIELE ANDRADE
THAIS CRISTINA DE ALMEIDA

Todos nós somos responsáveis pelos nossos atos, mas quando esses atos causam consequências negativas a terceiros, surge o dever de reparação ou de ressarcimento pelos danos causados. Esta responsabilidade será um dever jurídico do agente que vier a causar o dano. O dano ambiental é uma agressão ao meio ambiente causada, principalmente, por atividades econômicas potencialmente poluentes, seja por ato omissivo ou comissivo. Contudo, nem sempre a reparação poderá ser feita. Neste caso, será fixada uma indenização, com caráter ressarcitório, a ser paga pelo agente. O princípio do poluidor-pagador, previsto no artigo 225, § 3º da Constituição Federal, impõe ao causador do dano ambiental o dever de reparar, por meio de indenização pecuniária, o dano causado. Como regra, há um processo judicial como meio próprio de apuração da antijuricidade para fins de aplicação da sanção, em que há o exercício do direito constitucional de ação e de todas as demais garantias constitucionais para atuar em juízo, mediante prestação jurisdicional. Assim, quando do trânsito em julgado, estar-se-á diante de uma sanção civil ou penal. A sanção civil representa, como regra, um ressarcimento e uma punição de caráter patrimonial. Na responsabilidade civil subjetiva, é necessário comprovar a culpa do agente causador do dano, além da conduta inicial omissiva ou comissiva, do dano e do nexo causal. culpa poderá ser observada através da imprudência, imperícia ou negligencia. Já na responsabilidade civil objetiva, o agente responderá independentemente de culpa. Esta espécie de responsabilidade tem sido subdivida em: pura, que é resultante de ato lícito ou fato jurídico e, ainda assim, o agente deve indenizar o prejuízo decorrente de sua ação; e impura, a qual se verifica quando o agente é obrigado a indenizar por culpa de outrem, como no caso de empregador que responde pelo ato ilícito de seu empregado. A responsabilidade civil objetiva em matéria ambiental garante a proteção dos direitos da vítima no caso de danos ambientais ao individuo ou à sociedade. Aquele que exerça uma atividade potencialmente poluidora ou que impõe risco a terceiros, assumirá a responsabilidade pelos danos causados. Ademais, uma vez que na responsabilidade civil ambiental não se analisa a vontade do agente, mas somente a relação entre o dano e a causalidade, não sendo possível sequer o agente se valer das excludentes de responsabilidade civil, fica mais fácil a responsabilização do agente pelo dano ambiental.

DANOS AMBIENTAIS, RESPONSABILIDADE CIVIL, PROTEÇÃO AMBIENTAL, REPARAÇÃO CIVIL

RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO AMBIENTAL

MAYARA NEDOPETALSKI BRANDALISE
PATRICIA KRUPEK
VANESSA FAUST CORDEIRO

O presente trabalho tem como objetivo analisar e demonstrar como um sujeito pode vir a ser responsabilizado no âmbito cível por atos danosos ao meio ambiente, independentemente do nível do dano. Destaca-se que o direito ambiental passou a ser regulamentado após a promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo destacado em seu artigo 225, e considerado um direito fundamental de terceira geração, estando inerente ao direito fundamental saúde e direito a vida, pois além de ter vida, deve haver qualidade desta. Um dos modos de responsabilização civil para crimes ambientais é a restituição do dano. No rol de direitos de todos está inserido o direito ambiental, direito de terceira geração, de competência de direito público, ora impondo limites ou induzindo comportamentos para a preservação às presentes e futuras gerações, caso contrário impõe-se responsabilização no âmbito administrativo, cível e penal. A responsabilidade civil no direito ambiental é objetiva, independe da comprovação de culpa. Sua objetivação na esfera ambiental deu-se por intermédio da Lei nº 6.928/81, por disposição na Constituição Federal em seu artigo 225 e ainda no artigo 927 do Código Civil. O que causa a degradação ao meio ambiente é uma singela atividade, podendo ser ação ou omissão, lícita ou ilícita. O dano ecológico, a princípio, não reflete diretamente sobre nenhum indivíduo nem sobre os seus bens, mesmo assim é suscetível de reparação. A Lei nº 6.938, em seu art. 14, § 1º, dispõe que, o poluidor tem o dever de reparar o dano causado, ao meio ambiente e a terceiros, livre de culpa. Analisando tal artigo, é possível dizer que a vítima do dano é tanto o meio ambiente quanto uma pessoa. Se o dano causado afetar diretamente uma pessoa, será ela a beneficiária do ressarcimento, se, porém, o dano for ao meio ambiente, o beneficiário será a coletividade. Conclui-se então que no direito ambiental a pessoa que obter ganhos financeiros ou materiais com alguma atividade que seja resultado do meio ambiente obrigatoriamente, responderá pelos detrimentos que der causa e pelos riscos desta conduta. A deficiência do componente culpa ou ainda mesmo a legitimidade da atividade não abduz a obrigação de ressarcir.

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO ECOLÓGICO, REPARAÇÃO DE DANO AMBIENTAL, RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA

RESPONSABILIDADE DOS AGENTES POLÍTICOS POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

DEBORAH VOLANIN TOLEDO
NATHALIA KARINA DE MATTOS
ORNELLA BRANDELERO

O presente trabalho visa examinar o regime de responsabilidade que o ordenamento pátrio dedica aos agentes políticos, quando da prática dos chamados atos de improbidade administrativa. A Constituição Federal, no art. 85, enuncia que são crimes de responsabilidade aqueles atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal e contra a existência da União, o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos poderes constitucionais das unidades da Federação, o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, a segurança interna do país, a probidade na administração, a lei orçamentária e o cumprimento das leis e das decisões judiciais. Os crimes de responsabilidade dos agentes políticos estão previstos na Lei nº 1.079/1950, no entanto a publicação da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) que ocorreu num momento em que a sociedade brasileira clamava pela instituição de medidas efetivas de moralização e ética no setor público, causou discordâncias sobre qual regime de responsabilização deveria ser aplicado aos agentes políticos. O Supremo Tribunal Federal, posiciona-se de maneira polêmica, pela não permissão de duplo regime de responsabilização, considerando apenas o disposto constitucional e não admitindo o enquadramento dos agentes políticos na lei infra constitucional que regulamenta o art. 37 §4, lei da improbidade administrativa (Lei 8.429/92). No entanto, o Superior Tribunal de Justiça tem posicionamento contrário o da Corte Suprema, e julga admissível o ajuizamento de ação de improbidade administrativa contra os agentes políticos, excluindo-se apenas o Presidente da Republica pelo exposto no art.85, V, considerando que há plena compatibilização entre os regimes de responsabilização especial e o trazido pela lei de improbidade administrativa, devendo apenas serem observadas as restrições em relação ao órgão julgador competente quando houver prerrogativa de foro consoante com a Constituição Federal ou Estadual ou a possibilidade da autoridade investigada perder o cargo ou mandato. Assim, concluísse que apesar de divergências acerca da forma pela qual serão responsabilizados os agentes políticos, as decisões tem se firmado no sentido de aumentar a possibilidade da responsabilização desses agentes, visto ser este um problema crônico na estrutura política de nosso pais, e deste modo se efetivar um dos princípios básicos da Administração Pública, a moralidade.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, RESPONSABILIDADE DOS AGENTES POLÍTICOS, LEI Nº 8.429/92.

REVISTA VEXATÓRIA

MARCOS PEREIRA
ROSICLEIA DE FATIMA CASTRO
ROSMEARA VIEIRA DA ROZA UTRI

O tema do trabalho será a Revista Vexatória e o modo degradante com que as vítimas são tratadas quando da verificação da sua entrada nos estabelecimentos prisionais. A revista íntima é inconstitucional, vez que fere o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, previsto no art. 1º, III da CF. A revista é um procedimento pelo qual são sujeitadas as pessoas que pretendem visitar um familiar na prisão. Essa prática é conhecida como revista vexatória, exatamente pelo seu caráter humilhante e abusivo. Os familiares são ordenados a ficarem nus, as mulheres têm que agachar diversas vezes, muitas vezes têm seus órgãos genitais inspecionados. Essa é a dura realidade que aproximadamente meio milhão de pessoas passa semanalmente no Brasil. Nos presídios ou em cadeias públicas, as visitas são submetidas a seções de torturas psicológicas, além da submissão a horas em filassem saber ao certo o que podem ou não podem levar para o preso. Há relatos de mulheres que foram impedidas de entrar para a visita, por estarem com roupas consideradas adequadas às normas do presídio. Há um grande descaso com as famílias, que muitas vezes viajam quilômetros para no dia serem barradas por alguma coisa que naquele dia não dava para entrar. Uma alternativa menos invasiva e mais segura seria o uso da tecnologia conhecida como escâner corporal, ou body scanner. O aparelho é capaz de detectar objetos escondidos no corpo e até pequenas quantidades de substâncias ilícitas. As imagens são detalhistas e o tempo gasto neste procedimento não ultrapassaria segundos. O Estado tendo o dever de cumprir com sua obrigação de garantir a ordem pública e não de transmitir a pena do condenado a seus familiares, objetivando evitar práticas de atos arbitrários que atentam contra a liberdade e garantias individuais, a citar a dignidade humana, podendo a revista manual ser realizada apenas em casos de excepcional suspeita do Estado, desde que em local apropriado e/ou com os equipamentos adequados.

DIGNIDADE HUMANA, TRANSMISSIBILIDADE DE PENA, REVISTA INTIMA

SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO PARA CONCRETIZAR A IGUALDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA – PARANÁ

EVERTOM LICOVISKI
FERNANDA LEDESMA
RENATO JASINSKI

A Constituição Federal de 1998 dispõe em seu artigo 7º, inciso IV, que o salário mínimo fixado em lei deve suprir as necessidades vitais básicas de uma família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Busca-se, através dele, assegurar aos indivíduos os direitos fundamentais para uma vida digna, através da concretização da igualdade social, preceito que configura um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Ainda, apesar de anterior à Constituição Federal, a regulamentação do Decreto Lei nº 399 de 1938 estabelece que o salário mínimo brasileiro venha a ser a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, capaz de satisfazer às necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, ponderando estes cinco itens até chegar à soma total de 100%. Tal decreto também determina que a parcela do salário mínimo correspondente aos gastos com alimentação não pode ser inferior ao custo da cesta básica. Assim, fundamentado na Constituição Federal de 1988 e no Decreto Lei nº 399, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) desenvolveu uma pesquisa acerca do valor da cesta básica nas capitais brasileiras e o gasto mensal que um trabalhador teria para adquiri-las, calculando o salário mínimo necessário com base no custo mensal desembolsado com a alimentação. No tocante a tal, estudo semelhante foi desenvolvido pela Universidade Estadual do Centro Oeste Paraná junto ao Departamento de Ciências Econômicas, na cidade de Guarapuava. O último levantamento, realizado em julho de 2015, trouxe como resultado que o salário mínimo necessário para satisfazer a vida digna e garantir os direitos sociais de uma família com quatro integrantes (dois adultos e duas crianças), em Guarapuava, seria de R$ 2.613,73, bem aquém do mínimo nacional de R$ 788,00, quando, apesar da soma salarial das duas pessoas adultas, o rendimento seria insuficiente para suprir as necessidades individuais básicas. Destarte, cabe ao Estado através de políticas públicas equiparar o salário vigente no país ao até então dito como necessário, melhorando as condições de vida da população e buscando concretizar a igualdade social entre os indivíduos.

IGUALDADE SOCIAL, SALÁRIO MÍNIMO, DIREITOS SOCIAIS

SEGURIDADE SOCIAL E PREVIDÊNCIA

GISELE DO BELEM ANDREKOWICZ
MARIA IZABEL CORREA
MARINA FERNANDA RIBAS

A Ordem Social está baseada no primado do trabalho, e visa o bem estar e a justiça social, presente constitucionalmente no Título VIII e a seguridade social, em específico, nos artigos 194 a 204 CF/88. A Seguridade Social é um dos ramos da Ordem social, podendo ser compreendida por um conjunto de ações de iniciativa integrados pelos Poderes Públicos e sociedade. Sua divisão se dá por meio de normas sobre a saúde, previdência social e assistência social e possui sete princípios que a norteiam, presentes no artigo 194 da CF/88 caput. O financiamento da seguridade social, segundo o artigo 195 CF/88 é realizado por toda a sociedade, de forma direta e indireta, estes providos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além de contribuições sociais. Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 201 e Emendas Constitucionais, a previdência social é organizada conforme a forma de regime geral, possuindo caráter contributivo com filiação obrigatória, buscando preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, ou seja, na busca de bem - estar e justiça social, garantindo pagamento de prestações em forma de benefícios, que substituem a renda do segurado afastado. Vai atender segundo a vigência da lei na cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada, proteção à gestante, proteção ao trabalhador na situação de desemprego involuntário, pensão da morte do assegurado para a família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de renda baixa. Sendo vedados, casos de concessão diferenciados os beneficiários da previdência social, salvo casos excepcionais que violem integridade física ou saúde. Existem três regimes de previdência: regime geral de previdência social, regime previdenciário dos servidores públicos e regime próprio dos militares. Para que se possa adquirir a aposentadoria, o segurado deve obedecer alguns requisitos, visando a padronização de idades, tempo de contribuição e casos específicos, tais como trabalhadores rurais e professores, por exemplo, sendo eles: regra geral de aposentadora, regra de transição de aposentadoria voluntária integral e proporcional, regra de transição para professor e, regra de previdência privada de caráter complementar. O benefício da previdência social é ameaçado quando não respeitado pelos Poderes Públicos vez que, o aumento do desemprego, fraudes econômicas, má organização de contas públicas e, até mesmo envelhecimento da população, podem acatar diretamente ou indiretamente em sua implantação.

SEGURIDADE SOCIAL, CONSTITUIÇÃO, PREVIDÊNCIA

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E EMPRESAS PÚBLICAS: REGIME JURÍDICO DAS ESTATAIS EXPLORADORAS DE ATIVIDADE ECONÔMICA

JULIANI SPITZNER JUSTINO
MARCIA BELASQUE

O presente trabalho busca mencionar alguns aspectos constitucionais, os quais impõem sujeições às sociedades empresárias estatais que explorem atividade econômica em sentido estrito, tornando proibida a tais entidades quaisquer privilégios às empresas do setor privado. A metodologia a ser utilizada refere-se à pesquisa bibliográfica, e artigos jurídicos. A problematização da pesquisa é a seguinte: Seriam regime exclusivamente privado aplicável a elas? Existem alguns conflitos quando deparados com o artigo 173 § 1º, II da Constituição Federal, pois na sua interpretação pode se dizer que as empresas exploradoras de atividade econômica estariam sujeitas tão somente a regimes jurídicos das empresas privadas. Porém o referido artigo busca garantir que tais empresas estatais não se beneficiem da posição privilegiada quando atuam no setor econômico. Assim sendo, sociedades que exerçam atividades econômicas em sentido estrito devem seguir o regime jurídico das empresas privadas, com exceção das normas de direito público decorrentes de determinação constitucional. Já as empresas estatais prestadoras de serviço público sujeitam-se a um regime diferenciado. Concluindo assim, que o serviço público está para o estado, e a atividade econômica em sentido estrito esta para a iniciativa privada. Através de uma interpretação constitucional pode-se enfatizar que as empresas estatais têm um regime jurídico diferente das empresas privadas, o que pode ser denominado “híbrido”, regido pelo direito público e pelo direito privado.

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA; EMPRESAS PÚBLICAS; REGIME JURÍDICO

SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA NA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AUTOMÓVEL

BEATRIZ CANAN
ELAINE LOPES MUSIKA
MARIELLE RIBEIRO GOMES MATECOSKI

Este trabalho tem por objetivo uma breve análise da decisão jurisprudencial da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao negar recurso à instituição financeira credora fiduciária, que pedia pela responsabilidade do pagamento do IPVA única e exclusivamente do devedor fiduciário; e sua consequência. A alienação fiduciária em garantia consiste em um contrato entre credor fiduciário e devedor fiduciário, onde o primeiro recebe do segundo, a propriedade resolúvel e a posse indireta do bem alienado como uma garantia do adimplemento do contrato, conforme estabelece o artigo 1.361 e seus parágrafos, do Código Civil Brasileiro. Nestes termos, a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça considerou o credor fiduciário responsável solidário do pagamento de imposto incidido no bem alienado, in casu¸ o Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor, até a resolução do contrato, onde resolve-se também, a propriedade do credor. Analisando um recurso impetrado pela instituição financeira credora fiduciária, pedindo que o devedor fiduciário seja único responsável pelo pagamento do tributo IPVA, coube ao Relator, o Ministro Humberto Martins, negar seu provimento. Consequentemente, tornaram-se obrigado solidário a instituição financeira e o devedor fiduciário para que o IPVA seja pago até o cumprimento integral do o contrato firmado entre ambos. É inerente aos contratos com alienação fiduciária em garantia o desdobramento da posse (direta e indireta) e a possibilidade de busca e apreensão do bem, logo, o fiduciante, que é a financiadora, “no ato do financiamento, adquire a propriedade do bem, cuja posse direta passa ao comprador fiduciário, conservando a posse indireta (IHERING) e restando essa posse como resolúvel por todo o tempo, até que o financiamento seja pago.” (REsp 844.098/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Rel. p/ Acórdão Min. Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 6/11/2008, DJe 6/4/2009). A incidência do tributo IPVA recai sobre os proprietários dos veículos automotores, sendo assim, aquele que apenas os possuir não será responsável pelo pagamento. Na alienação fiduciária em garantia o devedor transfere não apenas a posse indireta do bem alienado, mas também a propriedade do bem enquanto o contrato não for cumprido. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é pela solidariedade entre credor e devedor no pagamento do IPVA enquanto ambos forem proprietários do bem até o pagamento integral do contrato.

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA, IPVA

SUSPEIÇÃO DE TESTEMUNHA QUE LITIGA CONTRA O MESMO EMPREGADOR E A SÚMULA 357 DO TST

LORRANE ROCETI BOTAN
MAHIELLY RIBEIRO
NICOLE APARECIDA FOLDA

O presente trabalho tem o escopo de analisar a súmula 357 do TST, que admite como testemunha a pessoa que litigou ou litiga contra o mesmo empregador que está no polo passivo da ação trabalhista em que vai depor, com pedidos iguais, parcial ou totalmente. Procura estudar a possível parcialidade da testemunha, uma vez que tem interesse na resolução da lide, pois se os pedidos da parte autora forem julgados procedentes ela será beneficiada, ainda que de maneira indireta. Tal benefício pode mudar a visão que a testemunha tem a respeito dos fatos, sendo que pode não transparecer a verdade real dos fatos, mesmo sem má-fé da testemunha. No processo do trabalho, a prova mais utilizada e mais importante é a testemunhal, sendo usada para chegar o mais perto possível da verdade dos fatos reais ao em vez dos fatos documentados, seguindo o princípio da primazia da realidade. Apesar de ser a prova mais usada, é também a mais contraditória e insegura de todas, pois é extremamente subjetiva. Na prova testemunhal se colhe o depoimento da testemunha conforme o que ela presenciou sobre os fatos, ela irá apresentar sua versão sobre o que aconteceu e apesar de prestar compromisso legal para falar a verdade o seu depoimento pode ser influenciado por seus sentimentos, o que altera um tanto a visão do que aconteceu. Por tal razão, a pessoa que testemunhar no processo não poderá ter interesse na causa, para que não seja prejudicada a busca da verdade real pretendido no processo trabalhista. Isso faz com que a aceitação de testemunhas para a produção da prova seja feita com extrema cautela, podendo o advogado da parte contrária contraditar a testemunha que achar suspeita. Em conclusão, a testemunha que litiga ou litigou contra o mesmo empregador e tem pedidos iguais, ainda que parcialmente, aos pedidos do autor da ação em que irá testemunhar, mesmo que devidamente compromissada, não será abrangida pelas disposições da Súmula 357 do TST, pois o enunciado da súmula não atende a peculiaridade da testemunha que tem pedidos iguais ao da parte autora. Deve ser a testemunha contraditada e o pedido ser aceito pelo Juiz, uma vez que o indeferimento da contradita fere o art. 405, § 3º, IV do Código de Processo Civil, pois é inegável o interessa da testemunha da resolução da lide. Deve-se, então, buscar a flexibilidade no entendimento da súmula, analisando cada caso concreto, para que o meio de prova mais comum e utilizado não acabe sendo ineficaz.

TESTEMUNHA, SUSPEIÇÃO, SÚMULA 357

SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO: LEGITIMIDADE E DEVIDO PROCESSO LEGAL

ANNE CAROLINE FARIA BRUNETTI
LEONARDO BELIN
LETÍCIA LOHANA FARIA BRUNETTI

A suspensão condicional do processo ou sursis processual é um instituto previsto no art.89 da Lei 9.099/95, o qual poderá ser ofertado pelo Representante do Ministério Público quando do oferecimento da denúncia. Sua proposição está a depender de algumas hipóteses previstas no referido artigo (89), quais sejam: pena mínima in abstrato igual ou inferior a 1 (um) ano; não estar sendo o acusado processado ou ter sido condenado definitivamente e, por fim, estarem previstas as hipóteses do art.77 do Código Penal. Uma vez aceita a proposta, o processo fica suspenso (período de prova) pelo lapso temporal de dois a quatro anos, no qual o beneficiário deve cumprir as condições previstas em lei ou também estabelecidas pelo juiz. Ademais, embora sem previsão legal, é aceitável pela doutrina e jurisprudência a proposta de suspensão também em ação penal de iniciativa privada. Não obstante a previsão do referido instituto processual, a problematização concerne em duas vertentes quais sejam: a ausência da proposta de suspensão pelos legitimados Ministério Público e Ofendido, quando presentes as hipóteses para esta; e a afronta à garantia constitucional do devido processo legal. Quanto à primeira (ausência de proposta) a solução se dá pela aplicação analógica do art. 28 do Código de Processo Penal. Já a segunda apresenta-se na aceitação da referida proposta sem a observância do devido processo legal, pois com a aceitação da proposta pelo acusado e o estabelecimento de condições a serem cumpridas (reparação do dano, por exemplo) se estaria, de certa forma cumprindo "pena" sem o atendimento ao devido processo legal, num autêntico julgamento sumário. Desse modo, o que se observa é, por um lado, a extensão do benefício aos crimes de iniciativa privada e, em contrapartida, a perseverança quanto ao à aplicação de "penas" (condições ao período de prova) independente do devido processo legal.

SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO, SURSIS PROCESSUAL, LEGITIMIDADE, DEVIDO PROCESSO LEGAL

TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA

JIAN DAGOSTINI
LETICIA MARAFIGO DE LIMA

Apresenta-se aqui um breve conceito sobre a teoria da imputação objetiva dentro do aspecto penal, que tem por finalidade analisar a teoria do crime. Teoria essa que não é assegurada no ordenamento jurídico, pois é feita a apreciação pelos doutrinadores, os quais optam por aderir ou não à imputação objetiva, verificando a conduta e se o resultado foi realizado pelo próprio autor dos fatos, uma vez que ao agente apenas poderá imputar-se-á responsabilidade dos seus atos. Deve-se observar especificamente a relação de causalidade, para assim saber se o resultado poderá ser objetivamente imputado ao agente que tenha criado a um bem jurídico uma situação de risco juridicamente proibido e que seja concretizado por um resultado típico. O agente só será responsabilizado criminalmente quando a sua conduta ocasionar riscos além do permitido, observando que tal risco seja atinente ao resultado e que também esteja entendido no âmbito do tipo penal. Contudo, é essencial a análise de requisitos como: que a conduta do agente tenha criado um risco socialmente inadequado, ou seja, acima do permitido; que esse risco tenha sido a causa do resultado danoso e tal conduta tenha abrangência de seu resultado pelo tipo penal. Esses requisitos são exigidos para os delitos materiais, enquanto, nos delitos formais e de mera conduta, basta que a atuação tenha criado um risco acima do permitido, mesmo na ausência do resultado naturalístico. A Teoria da Imputação Objetiva caminha de acordo com o que se refere o §2º do art. 13 do código penal, ou seja, que prevê o dever de evitar o resultado imposto ao agente que criou uma situação de risco ao bem jurídico. Como a aplicação da teoria da imputação objetiva seria uma analogia in bonam partem nada impede que seja utilizada para evitar a responsabilidade do réu. Diante disso, conclui-se que teoria da imputação objetiva funciona como um filtro da responsabilidade penal, excluindo a mesma quando presentes os seus requisitos.

IMPUTAÇÃO, OBJETIVA, CAUSALIDADE

TEORIA DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES DO ESTADO

MICHELE MAGIER
SIMONE GONÇALVES
WAGNER HENRIQUE DOS SANTOS

O presente artigo trata sobre a Teoria Organização dos Poderes, bem como a sua trajetória histórica desde a antiguidade até os dias atuas, bem como se da à aplicação desta teoria. Mas para discorrer sobre assunto, primeiramente é preciso compreender o que seria o poder, basicamente o poder político e como que ele pode interferir na vida da sociedade, uma vez que este se caracteriza como um poder político soberano, uno, indivisível e indelegável. Mas o que vem a ser a divisão de poderes sendo que o poder do estado contém tais características? Bem aqui não se trata realmente de uma divisão de poderes, mas sim uma "divisão de tarefas estatais, de atividades entre distintos órgãos autônomos" (MORAES). Contudo, abordando o princípio da tripartição de funções Legislativa, Executiva e Judiciária, enfatizando seus objetivos e competências, previstos na Constituição Federal, mais especificamente no art. 2˚. As funções do Poder Legislativo dividem se em funções típicas e atípicas, onde nesta primeira compete ao poder legislativo legislar e fiscalizar, desta maneira a Constituição determina que o Congresso Nacional elabore leis e normas, mas da mesma forma coloca que pertence a ele a função de fiscalizar determinadas áreas. Já as funções atípicas, é administrar e julgar, onde o poder legislativo tem a tarefa de organização e operacionalidade interna, e também compete ao legislativo o dever de julgar determinados casos. O Poder Executivo tem de duas funções distintas, a de Chefia do Estado e a de Chefia de Governo, como a Constituição adotou o presidencialismo, ha uma união das funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo, uma vez que estas são realizadas pelo Presidente da Republica, sendo que o Chefe de Estado representa a Republica federativa do Brasil em âmbito externo (internacional), já o Chefe de Governo representa a união, sendo responsável pelas operações e negócios internos, estas relações estão previstas no art. 84 da Constituição Federal (MORAES, 2011). Segundo Moraes, o Poder Judiciário não tem apenas a função de administrar a justiça, mas sim da de preservar os princípios da legalidade e da igualdade. Neste mesmo ponto de vista José Afonso da Silva coloca que a "função jurisdicional tem por objetivo aplicar direito aos casos concretos a fim de dirimir conflitos de interesse" uma vez que o principal ponto seria a amenização de conflitos na sociedade, por meio de um Poder Judiciário autônomo e independente.

PODER POLITICO, SEPARAÇÃO DOS PODERES, ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

TEORIA FINALISTA DA AÇÃO

DAISY MARCHINSKI
ISABELA CANTERI DO AMARAL
LEONARDO REMI BIANCHI

O trabalho versará sobre a teoria finalista da ação elaborada por Hans Welzel. O direito penal possui a função de selecionar os comportamentos mais graves contrários à coletividade, descrevendo-os como infrações penais e cominando-lhes as respectivas sanções. Não há crime sem conduta em oposição à lei penal - nullum crimen sine actione. Baseado no neokantismo, em Aristóteles (Ética de Nicômaco) e em São Tomás de Aquino e Hegel, WELZEL vai de frente ao causalismo, onde a vontade humana era desconsiderada na apreciação do fato típico. A Consequência do finalismo é o reconhecimento de que toda conduta é um acontecimento final. WELZEL sustenta que toda ação é o exercício da atividade finalista. Enquanto o causalismo ignorava a finalidade, o finalismo a analisa como fundamental. Nesse passo, a conduta é a ação ou omissão, voluntária e consciente, implicando um comando de movimentação ou inércia do corpo humano, voltado a uma finalidade. Toda conduta, portanto, tem uma finalidade. O Código Penal, após a reforma de 1984, adotou essa orientação, fundindo a vontade e finalidade na conduta; com efeito, em seu art. 18, I e II deixou evidente que inexiste crime em que não haja dolo ou culpa. São exemplos ainda da inclusão do dolo na estrutura do tipo legal seus artigos 20 caput; art. 21 caput e art. 29, §2º. Cumpre ressaltar que nos crimes culposos esta teoria se aplica integralmente, mormente porque há conduta consciente e voluntária, não impede o resultado não coincidir com a finalidade visada diante da quebra do dever de cuidado imposto a todos. Críticas não têm faltado, ante a afirmação de que nem toda conduta é direcionada a um fim previamente delineado na mente do agente, como na culpa inconsciente, nos atos reflexos e nos atos inconscientes. Acrescente-se, por último, que para os finalistas, a conduta compõe-se de: a) um ato de vontade dirigido a um fim; b) manifestação dessa vontade no mundo exterior por uma atuação positiva ou negativa. O resultado não está inserido nesse conceito; pois, é resultante dela.

FINALISTA, CONDUTA, AÇÃO

TERRAS DEVOLUTAS – CONCEITO E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA

ALISSON FERREIRA
AXEL MELNIK

As terras devolutas integram o conceito de terras públicas, das quais, portanto, são espécie, sendo classificadas como bens públicos dominicais. Foram disciplinadas pela primeira vez no ordenamento jurídico pátrio na Lei nº 601/1850 (Lei de Terras), em seu artigo 3º. Nesse primeiro momento histórico, o legislador imperial as definiu por meio de um conceito por exclusão, de modo que devolutas seriam as terras desocupadas, sem destinação e que não integrassem o patrimônio privado ou não fossem de uso público. Nesse contexto, pode-se afirmar que a partir de 1850, a expressão “terras devolutas” passou a designar as terras do território brasileiro que não tivessem título de domínio ou de uso reconhecido pelo Estado. Inicialmente as terras devolutas eram pertencentes ao domínio do Império. Todavia, com o advento da nossa primeira Constituição republicana de 1891 passaram para o domínio dos Estados, permanecendo no domínio da União apenas as terras destinadas à defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro e os terrenos de marinha (artigo 64). As Constituições posteriores, de 1934 e 1937, não trataram especificamente do tema, tendo apenas estabelecido ser do domínio da União os bens que a estas pertencessem nos termos das leis à época em vigor. Na sequência, a Constituição de 1946 estabeleceu que se incluem entre os bens da União a porção de terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, às fortificações, construções militares e estradas de ferro (artigo 34, inciso II). A Constituição de 1967 e a Emenda nº 01/1969 incluíram entre os bens da União a porção de terras devolutas indispensáveis à defesa do território nacional ou essenciais ao seu desenvolvimento econômico. Finalmente, a Constituição de 1988 incluiu como bens da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei, cabendo aos Estados o restante. Determina a Constituição vigente que a destinação de terras públicas e devolutas deverá ser compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária, além de declarar indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, que sejam necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

TERRAS DEVOLUTAS, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, BENS PÚBLICOS

TOMBAMENTO E O DIREITO DE PROPRIEDADE

CARIZE DE FATIMA MORAES DE OLIVEIRA
VANESSA RIBAS DOS SANTOS

A questão da propriedade privada é um do temas mais relevantes dentro do ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista que trata-se de uma garantia ampla, absoluta, perpetua e exclusiva do proprietário da coisa. O tombamento e o direito de propriedade a partir de seu reconhecimento, tem por objetivo, estabelecer a relação existente entre o direito administrativo e o direito civil, qual seja, a intervenção do Estado na propriedade privada por meio do instituto do tombamento, demonstrando que ambos ensejam diversas restrições ao imóvel. Assim, tem-se por escopo demonstrar que a atuação do poder público está intimamente ligada ao direito civil, mais especificamente com relação ao Direito Real de Propriedade, considerando sua principal característica, qual seja, ser a única forma de intervenção jurídica no direito de propriedade autorreferente, tendo em vista que seu interesse é o respaldo e a conservação do bem, enquanto as outras formas de intervenções têm como escopo resguardar o interesse público. Ademais, no decorrer da pesquisa serão apontados direitos e deveres do titular do imóvel tombado pelo poder Estatal, com a finalidade de ressaltar a importância do ato administrativo acima mencionado frente aos direitos reais de propriedade, verificam-se também que as restrições resultantes da aplicabilidade do tombamento ao proprietário decorrem do interesse da preservação do Princípio do Interesse Publico sobre o Interesse Privado como preservação da cultura e de outros diversos interesses da sociedade.

DIREITO CIVIL REAL, DIREITO DE PROPRIEDADE, TOMBAMENTO, RESTRIÇÕES

TÓPICOS SOBRE OS TÍTULOS DE CRÉDITO ELETRÔNICOS

NASSER VINICIUS LIMA ZANOVELLI
RAPHAEL DE PAULA RIBAS

O avanço tecnológico e as mudanças na estrutura econômica e social têm revolucionado as relações comerciais das pessoas e das empresas, propondo desafios aos conceitos tradicionais do Direito Comercial e à sua normatização. Com o desenvolvimento da informática, cada vez mais, os títulos de crédito têm se encaminhado para os ambientes virtuais, impondo o processo de desmaterialização como consequência natural do desenvolvimento do comércio eletrônico, mitigando e minimizando a necessidade de sua apresentação em meio de papel. A presente pesquisa visa compreender o desafio da descartularização do título, que se apresenta em dois momentos: na desmaterialização da circulação e na desmaterialização do próprio título de crédito. O Código Civil de 2002 recepcionou, em seu artigo 889, § 3º, a modalidade eletrônica dos títulos de crédito, prevendo expressamente que, desde que observados os requisitos mínimos, poderão ser emitidos títulos de crédito a partir de caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente, e que constem da escrituração do emitente. Outro ponto a ser abordado permeia a crítica à virtualização do título eletrônico, que reside no fato de, ao se realizar o endosso no título de crédito eletrônico, o documento transmitido conservar-se idêntico ao original, dificultando a identificação da sucessão de seus endossantes, restando prejudicada a segurança jurídica título. Por meio de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, conclui-se que é inegável o fato de que, hodiernamente, o mundo vive uma revolução econômica, social e tecnológica, e que essas transformações afetam sobremaneira as atividades comerciais e por consequência o Direito Comercial, sendo inviável subordinar as práticas de mercado ao rigor gramatical da norma, cabendo aos operadores do direito realizar uma interpretação teleológica e histórica da norma para garantir sua correta aplicação.Também é certo que a utilização de meios informatizados vai de encontro aos interesses empresariais e sua utilização tende a aumentar, expandindo sua aplicação a outros institutos jurídicos, os quais deverão se adaptar à nova cultura comercial.

TÍTULOS DE CRÉDITO, DESMATERIALIZAÇÃO, AVANÇO TECNOLÓGICO

TRABALHO A DISTÂNCIA: EMPREGADO EM DOMICÍLIO E TELETRABALHADOR

ANNYE CRISTHYNNE MOREIRA STAINE
MAYRA LILIAN KRUTSCH
SOLANGE DE OLIVEIRA GOMES

O mundo do trabalho sofreu muitas transformações, desde o tempo em que o trabalho tinha uma visão negativa, era visto como castigo, trabalho escravo, até o trabalho por vocação e o trabalho por alienação. Em que pese predominar na esfera industrial, principalmente no setor têxtil, do couro, do papel, do papelão, dentre outros, a contratação convencional de trabalhadores, nos últimos anos, tem se estendido sobre os setores de serviços, em atividades como a preparação de publicidade, mecanografia, tradução de textos etc., uma nova forma de contratação, qual seja o trabalho à distância. Com o passar do tempo as relações de trabalho foram se modificando, e com o avanço da tecnologia, passaram a ter mais versatilidade, principalmente com a publicação da Lei nº 12.551/2011,que reconheceu o trabalho à distância como gênero, do qual são espécies o teletrabalho e o trabalho em domicilio. O teletrabalho e o trabalho em domicilio são formas de trabalho deslocado da fonte de produção, no entanto, o trabalho mesmo que a distância terá que preencher todos os requisitos da relação de trabalho, ou seja, trabalho realizado por pessoa física; pessoalidade; habitualidade; onerosidade e subordinação. O contrato em domicílio não tem forma especial, por isso pode ser tácito ou expresso, verbal ou escrito. Teletrabalhador trata-se, de trabalho realizado fora do estabelecimento do empregador com a utilização dos meios telemáticos, que permite ao empregador realizar o controle do trabalhador através destes meios de comunicação modernos, caracterizando-se a subordinação jurídica. A figura do teletrabalhador não guarda relação direta com o desempenho da atividade nas dependências da residência do obreiro, circunstância esta que originariamente marcou o trabalho em domicílio. Conclui-se, portanto, que mesmo sendo espécies de trabalho a distância, possuem relevantes diferenças. O teletrabalho com as inovações tecnológicas tende a se expandir cada vez mais, sendo a forma mais predominante de trabalho a distância. Logo o trabalho em domicílio apresenta vantagens tanto para o profissional como para a empresa, pois o deslocamento até a empresa e o retorno para casa consome boa parte do tempo do trabalhador gerando um estresse físico e mental comprometendo a qualidade de vida e consequente na produtividade e na qualidade do trabalho, tempo esse que poderia ser empregado na execução, caso o trabalhador não tivesse que se deslocar até a empresa.

RELAÇÃO DE TRABALHO, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, TRABALHO A DISTÂNCIA

TRABALHO ANALOGO A ESCRAVO NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

JAMILSON DANIEL
MARCUS VINICIUS GUERRA
THIAGO NOGUEIRA DE GODOI

O termo escravidão moderna é uma terminologia recente que traduz a realidade de muitos empregados frente a algumas empresas brasileiras, que precarizam o trabalho e a mão-de-obra. A constituição garante a todos o direito à Dignidade da pessoa Humana juntamente com os valores sociais do trabalho, sendo que para preservar tais direitos o direito brasileiro impõe penalidades e sansões para quem os infrinja. No Brasil a escravização figura-se de forma moderna, mas com os mesmos propósitos e efeitos do passado não tão distante, onde a empresa através de artimanhas consegue aprisionar o trabalhador e fazer com que vire seu escravo, impondo-lhe metas impossíveis de serem cumpridas, tarefas incabíveis, falta de saneamento básico, condições precárias de trabalho e uma remuneração ínfima chegando ao ponto de o empregado ficar devendo dinheiro ao final do mês para o patrão. Com o desenvolvimento das indústrias, nos dias atuais, e a fomentação do mercado nacional e internacional há uma concorrência acirrada, e é comum observarmos a prática do lucro em cima da mão-de-obra urbana barata, degradante ou escravizada. Hoje, não só no cenário têxtil nacional e mundial, mas também em outros segmentos, como: os da construção civil e do agrário, que anteriormente era mais evidenciado; é possível encontrar várias situações onde há a presença de trabalho escravo em condições degradantes. No Brasil, essa prática, geralmente, é exercida sobre os trabalhadores clandestinos, e na sua maioria os imigrantes. O aliciamento desses trabalhadores para serviços em condições análogas à escravidão fere as leis da Constituição Federal e os Direitos Humanos.

ESCRAVIDAO, DIREITO DO TRABALHO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO ANTIGO VS TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

HANDREY GIOVAN PETERS
JURANDHY BARROZO
MARCIO MARTINS MARQUES

O trabalho é sobre diferença entre trabalho escravo e trabalho escravo contemporâneo, em que o trabalho escravo antigo que era voltado ao tráfico negreiro, os portugueses que superlotavam os porões de seus navios de negros africanos, colocando-os a venda de forma desumana e cruel era essa a forma que os negros eram tratados, ou seja como mercadorias, e que resultavam em uma comercialização entre os traficantes e os senhores que após serem comprados eram levados para as fazendas e trabalhavam sem as mínimas condições humanas, sendo assim os senhores donos dos escravos obtinham lucros explorando o próximo. O trabalho escravo contemporâneo, não teve grandes mudanças mesmo após a abolição dos escravos a exploração do trabalho continuo, pois, o trabalho forçado que envolve restrições à liberdade do trabalhador, onde ele é obrigado a prestar um serviço, sem receber um pagamento ou receber um valor insuficiente para suas necessidades e as relações de trabalho costumam ser ilegais. Diante destas condições, as pessoas não conseguem se desvincular do trabalho. A maioria é forçada a trabalhar para quitar dívidas, uma das grandes alterações foi com relação a não distinção por raça ou cor, como era antigamente em que os negros eram o alvo e desta forma a condição de miséria que se encontram, de certa forma é igual as que os escravos antigos se encontravam. Hoje em dia o Ministério do Trabalho vem buscando a prevenção através de mecanismos de fiscalização das relações empregatícias, com o fim de resguardar a legislação trabalhista e a dignidade do trabalhador que é um direito constitucional amparado pela nossa carta magna de 1988.

ESCRAVIDÃO, TRABALHO, CONTEMPORÂNEO

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

BRUNA DE SOUZA LIMA NEVES

A escravidão contemporânea é um tema socialmente relevante, e por este motivo anseia atenção do poder judiciário e legislativo, para que coíba a prática da forma mais eficaz. Por se tratar de violação direta a direitos e garantias fundamentais é que o assunto passa a ser não mais um problema unicamente social, mas também jurídico, e por esta razão se faz necessário o estudo de como o Direito Trabalhista Brasileiro vem enfrentando e compreendendo o assunto. Quando se aborda o assunto de trabalho escravo a ideia que se apresenta primeiramente é pré-histórica. Ponderoso lembrar da época do Brasil Colônia e Império onde a escravidão era permitida, demonstrando o grau de riqueza daqueles que mais possuíam quantidade de escravos. A escravidão antiga não visava lucro, pois dispunham de gastos com a manutenção dos escravos, em troca da mão-de-obra, que na época, era escassa. A diferença étnica era extremamente importante para designar quem seria escravizado, e as relações de escravidão, que duravam um longo período, eram mantidas principalmente por ameaças e agressões físicas.A escravidão que se apresenta hoje é diametralmente oposta a esta apresentada. Quem faz qualquer relação da escravidão contemporânea com correntes e chibatas engana-se diante de um mercado de trabalho forçado camuflado pelo esquecimento das garantias fundamentais. A vantagem dessa nova escravidão se pauta pelo crescimento de lucros dos “patrões” que antigamente tinham gastos com a manutenção dos escravos e a dificuldade de trazer mão-de-obra pro Brasil, atualmente, em que pese ser proibido a propriedade sobre pessoas, é exercida a privação de liberdade e dos direitos fundamentais dos trabalhadores que se submetem a situações semelhantes a da escravidão antiga e apresentam caráter descartável, uma vez que um trabalhador é facilmente substituído por outro, não havendo custo com a manutenção dessas pessoas pelos empregadores, ao contrário, há lucro, pois sobre a manutenção há a extorsão dos trabalhadores que se veem obrigados a adquirir tudo que precisam dos seus “senhores” da modernidade.

TRABALHO ESCRAVO, CONTEMPORANEO, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

GRAZIELA PILATI DE LIMA
INGRID CHRISTINE RODRIGUES
PATRICIA MARCHECK BRIZOLA

A dignidade do trabalho decorre de duas fontes: da pessoa que trabalha e das características do próprio trabalho humano, devendo ser garantido ao trabalhador maior satisfação ao desempenhar suas tarefas, e ainda dar a eles condições adequadas de trabalho, e jamais desrespeitar seus direitos. A desvalorização da mão de obra não qualificada, tem aumentado os índices de desemprego ou ainda expondo os trabalhadores à condição análoga à de escravo. Mão de obra qualificada, aquela adquirida em razão de formação, seja ela técnica ou grau superior, a qual gera certo déficit de demanda pela mão de obra não qualificada que muitas vezes é substituída até mesmo pela tecnologia, permitindo que um trabalhador que possui conhecimento em algum oficio, mas que não tem formação no mesmo, seja sujeitado a submeter-se a trabalhos em condições análogas à de escravidão, aceitando qualquer tipo de pagamento, seja em salário menor que o salário mínimo no país ou apenas sestas básicas. As formas de exploração introduzidas pelo capitalismo contemporâneo e pelo capital humano, ao somarem-se à tradicional exploração do trabalho pelo capital, reforçam ainda mais a tendência inerente de geração de desigualdades pelo sistema econômico capitalista. Diferenciais de preparação adquiridos em circunstâncias marcadas por desigualdades de oportunidades são social e eticamente indesejáveis, porém no mercado de trabalho se fazem necessários desigualar em decorrência do investimento e especialização do trabalhador, ou seja, importância normalmente dada à educação e à experiência. A resposta do governo para o crescimento da desigualdade é pura e simplesmente cursos de qualificação profissional e democratizar a educação. Não que essas medidas não sejam necessárias, mas não são, necessariamente, suficientes. Desta nova visão da desigualdade, não como resultado principalmente de diferenças produtivas e de diferentes investimentos em capital humano, mas como resultado natural de um mercado de trabalho capitalista estruturado de forma inerente a gerar desigualdade, torna-se necessário uma reorientação das políticas públicas de combate à desigualdade, tornando efetivo os direitos trabalhistas e fundamentas já reservados a todo e qualquer cidadão, de forma a não precarizar um sistema que deveria tonar a vida e o trabalho satisfatório.

ESCRAVIDÃO, DESEMPREGO, DIREITO DO TRABALHO

TRANSPORTE COLETIVO E OS DIREITOS DO CIDADÃO

ANA CAROLINA CHAS CAMARGO
ESTEVON VOLFF
RENATA TONIAL

Movimentos sociais, ou até mesmo em comentários cotidianos, se vê a insatisfação coletiva com a superlotação e precariedades no transporte público, situações que os usuários já estão habituados, mas que desrespeitam os seus direitos. Porém, poucos sabem que este transporte provém de Serviço Público delegado do Município ao particular, sendo regulamentado pelo artigo 30, inciso V da Constituição Federal, o qual dispõe sobre a competência aos municípios para prestação do serviço, realizado por meio de concessão (art. 2, II/ Lei 8.987/95), os quais são obrigados a licitar (art. 175/ Lei 8.666/93), na modalidade de concorrência. Para a administração, tal serviço enquadra-se como natureza de serviços públicos essenciais, bem como, o objeto é fundado nos motivos de conveniência, e por fim, a execução ocorre de forma indireta, sendo a prestação realizada por terceiros. Quanto as responsabilidades geradas, vale ressaltar, que ao concessionário cabe a responsabilidade objetiva de reparar os prejuízos causados ao poder público, aos usuários ou a terceiros. Ao Município, cabe a prestação deste serviço de forma eficiente e adequada, visando facilitar a vida da coletividade, cabendo ao Poder Público o dever de fiscalização e de intervenção. Quanto a obrigação da concessionária para com a coletividade, é gerida por meio de princípios, sendo estes a permanência; generalidade; eficiência; modicidade (exige tarifas razoáveis), e o da cortesia. Portanto, é inadmissível que os serviços sejam prestados de forma desidiosa, os usuários não devem ser fadados a tratar com habitualidade situações precárias. O Poder Público deve usufruir de suas prerrogativas e fazer com que os concessionários prestem um serviço de qualidade ou, então, extinguir a delegação por interesse público. Todavia, a Lei garante ao próprio cidadão (art. 7º Lei 8.987/95) o poder para fiscalizar, pois a aquele que não receber o serviço adequado pode exigir judicialmente seu cumprimento. Portanto, sabe-se que os cidadãos têm direito à qualidade do transporte coletivo, devendo exigir do Poder Público o cumprimento do assegurado na CF, tomando medidas necessárias para a efetiva defesa dos interesses dos administrados.

CONCESSÃO, TRANSPORTE PÚBLICO, MUNICÍPIO, RESPONSABILIDADES

TUTELA JURÍDICA DOS RECURSOS HÍDRICOS

AMANDA RIBAS GELINSKI
JEAN LUCAS CALDAS

O presente trabalho expõe uma breve ideia sobre a tutela jurídica dos recursos hídricos, prevista no próprio ordenamento jurídico brasileiro exatamente para a defesa da água como bem esgotável dotado de valor econômico, imprescindível para vida humana e para o desenvolvimento social, apresentando legislações e entendimentos aplicáveis a esse recurso. A metodologia utilizada foi a pesquisa de obras, artigos e legislações pertinentes ao assunto. Assim que ficou evidente que os recursos hídricos estariam à mercê do esgotamento, países de todo o mundo começaram a se preocupar em mantê-los para as presentes e futuras gerações, tornando-o assim um recurso Intergeracional. No Brasil a primeira preocupação com a água se deu em 1934, com do decreto de Lei nº 24.643 que possuía a finalidade de controlar o uso de tal recurso. No ano de 1977 entrou em vigor a Lei das águas nº 9.433 motivada pela preocupação com a escassez aquífera, promovendo a sistematização, organização e proteção dos recursos hídricos brasileiros. No decorrer dos anos foram publicadas outras legislações pertinentes ao assunto, até que em 1988 a Constituição federal, por meio de seu artigo 225, passou assegurar o meio ambiente como vital para a qualidade de vida, e em seu artigo 21 inciso XIX instituiu o sistema nacional de gerenciamento e recursos hídricos. A tutela jurídica da água se dá, não apenas como insumo no processo produtivo, mas principalmente pela relação dela com o homem, pois é elemento crucial para sua subsistência. Com a probabilidade de seu esgotamento tornou-se imperativo a criação de legislação sobre uso e consumo deste recurso, tendo em vista a grande proliferação de atividades relacionadas com sua exploração. Cabe deste modo a outorga de direitos de uso de recursos hídricos, dentro dos instrumentos de politica nacional, que tem como objeto assegurar o controle quantitativo e qualitativo bem como o direito de acesso a água.

ÁGUA, RECURSOS HÍDRICOS, TUTELA

VIOLAÇÕES DAS GARANTIAS E DIREITOS DA PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE

DANIELLE DE QUEIROZ
SHIRLEY ADAIHAME SOUZA

O presente trabalho irá abordar a questão de direitos e garantias que o apenado possui enquanto ser humano, e destacar as principais violações que o mesmo é submetido no sistema carcerário brasileiro. A metodologia a ser utilizada refere-se à pesquisa bibliográfica, embasando teoricamente em artigos científicos, relacionadas ao tema abordado, para que assim, o estudo tenha base científica. O designo da pesquisa é a analisar a situação do indivíduo que por estar vivenciando o momento de privação de liberdade é submetido a tratamento desumano e degradante por não ter conhecimento a respeito da lei que garante seus direitos. Uma vez que a falta desse conhecimento de uma forma geral, acarreta na origem de um sistema penitenciário com dificuldades em fazer com que a pena destinada ao mesmo, seja cumprida de forma digna. As garantias da pessoa privada de liberdade devem estar presentes no exato momento de ser efetuada a prisão, visto que o réu deve ser informado da ação ilícita que cometeu, tal direito encontra-se presente nas Convenções Europeia e Americana nos arts. 5º, § 2º e 7º, §4º. A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária de acordo com a Constituição Federal, art. 5º, LXV. Sendo assim, no momento em que o sujeito tem sua liberdade privada, o Estado passa a ser o responsável pelo mesmo, deve então garantir que os direitos do apenado sejam cumpridos, dando oportunidade para que o indivíduo seja de fato ressocializado e posso vir a ser inserido novamente na sociedade, evitando a reincidência. O Brasil encarcera mais pessoas do que qualquer outro país da América Latina e infelizmente os problemas desse imenso sistema requerem proporções de soluções correspondentes. Tal ausência do estado Democrático de Direito no processo de garantia dos direitos e deveres da pessoa privada de liberdade, contribui para que ocorra o fenômeno de reincidência.

PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE, VIOLAÇÃO, DIREITOS FUNDAMENTAIS

VISÕES CONTROVERSAS ACERCA DA DELAÇÃO PREMIADA NO DIREITO BRASILEIRO

DAYANE ALFLEN BLUM
FABYO ALEXANDHER WESTPHAL MIRANDA

O presente trabalho refere-se à delação premiada, e tem como pretensão compreender tanto seu uso na persecução penal quanto as críticas à sua utilização, tendo como referência a pesquisa bibliográfica em artigos e livros voltados ao tema. Num contexto onde as organizações criminosas mostram-se complexas, combatidas ineficazmente pelo sistema legal, a delação premiada se apresenta como alternativa para desmantelá-las. Disto surgem alguns questionamentos: Em que consiste esse instituto? No que se fundamenta seu uso? Quais as críticas a aplicação? A delação premiada tem como cerne fomentar que integrante de organização criminosa confesse sua participação e delate os demais envolvidos, revelando peculiaridades do delito que contribuam para desarticular o crime e punir os responsáveis, mediante a possibilidade de auferir vantagens, tais como a redução da pena ou até o perdão judicial. Entre os que a condenam, há os que argumentam que ela afronta regras e princípios constitucionais consubstanciados na ética e na moral, pois sua essência é a traição. Apontam que não há garantias de que o depoimento do delator corrobore com a veracidade dos fatos, podendo incorrer injustiças, e que a negociação entre infrator e Estado reafirma sobre este o fracasso frente ao crime, restando necessário que ele próprio associe-se ao criminoso para combatê-lo. Diz-se, também, que o delator tem violada sua dignidade humana, pois a verdade lhe é extorquida, ferindo a integridade e a legitimidade do processo penal, pois ao confessar decai do direito ao silêncio e à ampla defesa. Para os que a defendem, a delação está fundamentada na promoção da segurança pública, valor a ser preservado irrestritamente pelo Estado, que não deve preocupar-se com a traição de um criminoso para com outro, favorecendo a impunidade dos que facilmente matariam para defender interesse próprio, mas em promover a pacificação da sociedade. Apontam a delação como meio hábil à repressão e desmantelamento do crime organizado e rechaçam as críticas de ordem ética e moral defendendo que o crime em si é avesso a esses valores, ao passo que a delação mostra-se obrigação do sujeito, que ao delatar corrobora para o bem comum. Concluiu-se que o tema suscita o debate e a ponderação entre questões morais e interpretações constitucionais por um lado e o interesse público por outro, sendo que o Estado tem optado por privilegiar este último.

DELAÇÃO PREMIADA, CRIME ORGANIZADO, SEGURANÇA PÚBLICA

ENFERMAGEM

ALEITAMENTO MATERNO E A IMPORTÂNCIA NA ENFERMAGEM: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

LUCIANO PANKEVICZ
SOLANA RAGUGNETTI

O aleitamento materno é uma pratica indispensável na vida materna, porque é responsável pela qualidade de vida de mãe e filho, há décadas se fala sobre o assunto, o incentivo a mulher para amamentar seu filho. A sistematização de enfermagem é de grande importância para orientações durante o aleitamento materno, pois é através desta que consegue identificar os fatores que levam a muitas mães a não conseguirem amamentar, com esta pratica, se pode criar técnicas para facilitar o processo. O aleitamento materno é muito complexo porque envolve sentimentos, biológicos, emocionais e psicológicos. O leite materno é o alimento ideal para o bebe, é recomendado ate os seis meses de vida, este é responsável pela nutrição, formação psicológica e imunológica, pra mãe as vantagens são perda de peso, involução uterina após parto, proteção contra anemia, menor chance de câncer de mama, ovário etc. o aleitamento é uma opção econômica a família, portanto a promoção ao aleitamento materno é uma prioridade na área da saúde, para qualidade de vida, e envolve conscientização das mães. Este trabalho teve como objetivo pesquisar sobre o aleitamento materno e a importância do profissional da saúde e ficou em destaque a importância do leite materno em expor o tempo da amamentação; Período para que ocorra desmame; Promoção da saúde para solucionar problemas com a pratica e a Importância da sistematização de enfermagem. A metodologia foi realizada por meio da biblioteca virtual scielo e bireme, através de revisão bibliográfica, com artigos científicos entre os anos de 2000 a 2013, com conteúdo referente ao aleitamento materno. Com isso concluímos que o aleitamento materno é a prática mais saudável e segura que o recém- nascido pode receber nos primeiros anos de vida, e profissionais da saúde devem acompanhar as mães desde o inicio da gestação, prestando orientações, tirando suas duvidas e medos. Com aleitamento é possível reduzir várias ameaças ao organismo do recém- nato, e bom desenvolvimento mental devido a segurança que a mãe passa para seu filho através do seu contato intimo, é considerado um dos métodos mais lindo da humanidade o momento em que a mãe alimenta seu filho com um produto próprio dela rico em nutrientes e amor. Através dessas informações vale ressaltar que o preparo das equipes de saúde sobre o assunto é de extrema importância.

ALEITAMENTO, SISTEMATIZAÇÃO, ENFERMAGEM

A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NOS CUIDADOS PALIATIVOS

EMANUELLY DE LIMA
THAINA FERNANDA DE ALMEIDA

Os cuidados paliativos são os que se aplicam aos pacientes que tenham uma doença fora de possibilidades de cura, visando melhor qualidade de vida, conforto ao paciente, e alívio do sofrimento e da dor diante a doença, e a enfermagem exerce um papel de extrema importância nesse cuidado. Os Cuidados Paliativos foram definidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1990, e atualizados em 2002, como sendo uma abordagem que promove a qualidade de vida, dos pacientes e famílias que enfrentam problemas associados com doenças, através da prevenção e alívio do sofrimento, por meio de identificação precoce, avaliação correta e tratamento da dor, e outros problemas de natureza física, psicossocial e espiritual. Suas diretrizes incluem: dar apoio aos familiares para que possa enfrentar o período de luto, propiciar ao paciente alívio da dor e de outros sintomas, considerar a morte como um processo natural. A equipe de enfermagem deve agir fazendo um elo entre o paciente, a família e a equipe multidisciplinar, buscando recursos para a melhor qualidade de vida do seu cliente a fim de ter uma morte digna e sem sofrimentos. Mas as ações do enfermeiro no cuidar do paciente terminal não representam uma atividade fácil, como pontos negativos, aparecem as dificuldades, a não aceitação da família e do paciente com sua doença terminal, e outros. A prática de enfermagem sempre esteve ligada com o cuidado e com o alívio do sofrimento humano, assim podendo ser relacionada aos cuidados paliativos, pois enfermeiro é o profissional que passa mais tempo com o doente. Segundo “Matos e Moraes (2006)” a enfermagem pode ser definida como sendo a arte e a ciência de se assistir o doente nas suas necessidades básicas e, se tratando de cuidados paliativos, pode-se acrescentar que busca contribuir para proporcionar uma sobrevida mais digna e uma morte tranquila.

CUIDADOS PALIATIVOS, ENFERMAGEM EM CUIDADOS PALIATIVOS, ENFERMAGEM

A IMPORTÂNCIA DA CCIH NA INFECÇÃO HOSPITALAR : REVISÃO DA LITERATURA

ANA PAULA MARQUES
FERNANDA DOS SANTOS

A infecção hospitalar pode ser contraída após a admissão do paciente e que se manifesta durante a internação ou após a alta, quando puder ser relacionada com a internação ou procedimentos hospitalares, além de trazer vários problemas de saúde pública. O ministério de saúde, através de Normativas, Resoluções, Portarias e Programas de controle trazem regulamentações com medidas e prevenção que visam controlar a infecção hospitalar em todos os hospitais, independente de sua natureza jurídica. Em 1997, através da Lei Federal 9.431, todos os hospitais brasileiros foram obrigados a construir uma comissão de controle de infecção hospitalar (CCIH), com o objetivo de reduzir a incidência e gravidade de infecção hospitalares. Sabe-se que a prevenção e o controle da infecção hospitalar é uma ação de todos os trabalhadores na comunidade hospitalar, e não apenas das CCIH. Assim busca-se fazer uma discussão literária sobre o assunto apontando os riscos da infecção hospitalar e a importância da CCIH. Objetivou-se identificar através da literatura os riscos da infecção hospitalar e a importância da CCIH.O trabalho foi realizado através da revisão bibliográfica em artigos selecionados na base de dados SCIELO, entre os anos de 1997 a 2010. Língua portuguesa, gratuito, utilizando como termos de buscas as palavras chaves: saúde, infecção e CCIH. Onde foi feito uma revisão em 6 artigos referentes ao assunto. A infecção hospitalar ou infecção relacionada à assistência à saúde (IRAS), é um grave problema que os hospitais enfrentam, que pode contribuir para o aumento da morbidade, da letalidade, do tempo de internação, dos custos, além das ameaças constante da disseminação de bactérias resistentes aos antibióticos. Concluiu-se através dessa pesquisa que a infecção hospitalar é um importante problema de saúde pública, que deve ser discutida e repensada, buscando a maior segurança e proteção a sociedade. Assim cabe ao estado buscar respostas e soluções. Portanto a CCIH é importante para o controle da infecção hospitalar, tem o poder constituído por lei para desenvolver ações voltadas a prevenção e o controle da infecção hospitalar. Sendo o trabalho de equipe o que faz o diferencial para que as políticas de prevenção e cuidados sejam efetivadas de fato.

SAÚDE, INFECÇÃO, CCIH, ENFEMAGEM

A GRAVIDADE DAS LESÕES CAUSADAS PELO ESFORÇO E O COMPROMETIMENTO DOS PACIENTES COM LER: LESÃO POR ESFORÇO REPETITIVO

JOCIEL FRANCO

Lesões por Esforços Repetitivos ou LER não é uma doença nova resultante do trabalho, onde foi em grande escala na Revolução Industrial devido a situação e o trabalho excessivo dos operários, postura inadequada, móveis e instrumentos ergonomicamente inadequados e os movimentos repetitivos. Entretanto pode-se considerar, teoricamente, a LER como um fenômeno desencadeado por uma gama de fatores os quais contribuem para a manifestação da doença. As causas Uso de força em excesso, Postura inadequada, Móveis e instrumentos ergonomicamente inadequados, Os movimentos repetitivos. Impactos a gravidade da doença e o seu reflexo na vida profissional e física dos portadores, indicando o comprometimento dos membros dos pacientes os quais podem ser definitivo ou temporário, As principais limitações da LER são atribuídas a diminuição da destreza das mãos, evidenciada na digitação, escrita, dificuldade na pega, manuseio de pequenos objetos. Objetivo Intensão do trabalho é de mostrar a gravidade das lesões causadas pelo esforço e o comprometimento doa pacientes com LER, e as mudanças ocorrerão em seu dia a dia, as quais levarão consequentemente, a uma diminuição em sua qualidade de vida, bem como no auto reconhecimento da doença comprometem a vida profissional do trabalhador. Matérias e métodos estudo foi desenvolvido mediante Pesquisa documental complementado com a Pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica, iniciada com a pesquisa documental, prolongou-se durante agosto e setembro do ano de 2015, sendo consultado o sistema de comutação da Faculdade Campo Real, abrangendo periódicos integrados ao SCIELO, onde foi encontrado artigos no arquivo PDF. Resultados e discussão após obter uma destas lesões, realiza-se tratamento com medicamentos e fisioterapia. É preciso entender que estas lesões não aparecem de um dia para o outro, o tratamento leva tempo, muitas vezes meses e até anos. É difícil se estabelecer com certeza quais são as profissões que podem ser classificadas como sendo de risco para o surgimento das LER, visto que é também possível adquiri-las mesmo nos momentos de lazer.

LER, LESÃO, MOVIMENTOS REPETITIVOS, ESFORÇO FÍSICO, ENFERMAGEM

A DESCOBERTA DA VACINA HPV E SEUS BENEFÍCIOS

BERNADETE CUCHENERI

A infecção é por vírus sexualmente transmissível de maior incidência e prevalência no mundo, sendo atualmente considerada como uma lesão pré-neoplásica, que afeta a cavidade oral, órgãos genitais e anal. Muitos são assintomáticos, dentre os principais sintomas destacam-se o prurido anal e a presença de lesões, leva de dois a oito meses após o contagio para se manifestar. A principal forma de transmissão é pela via sexual, pode ocorrer mesmo na ausência de penetração vaginal ou anal. O principal fator de prevenção é a vacina, tendo como objetivo evitar a infecção, a infecção do HPV que é maior causador dessa neoplasia. A vacina funciona estimulando a produção de anticorpos específicos para cada tipo de HPV por isso deve ser administrada antes de ter entrado em contato com o vírus para a prevenção, a proteção contra a infecção vai depender da quantidade de anticorpos produzidos pelo indivíduo vacinado, a presença destes anticorpos no local da infecção e a sua persistência durante um longo período de tempo. Segundo dados estatísticos do ministério da saúde no ano de 2014 foram vacinadas aproximadamente 5 milhões de meninas contra o HPV, e a cada ano no Brasil surgem 15 mil novos casos e 5 mil mulheres morrem. O presente estudo teve como objetivo identificar o conhecimento, atitude e prática na prevenção do câncer de colo uterino e infecção pelo HPV na população adolescente e avaliar as situações que as tornam vulneráveis. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo com abordagem qualitativa, com coleta de dados bibliográficos e baseado na experiência vivenciada pelos autores por ocasião da realização de uma revisão bibliográfica. Os critérios de inclusão definidos para seleção de artigos submetidos à análise de dados coletados de artigos dos sites do LILACS, SCIELO, Ministério da Saúde. Analise de dados: Observou-se com a descoberta da vacina é um processo valioso para reduzir os altos índices de contagio e mortes causadas pela doença. O início da vida sexual cada vez mais cedo propicia alta vulnerabilidade da adolescente a problemas da esfera sexual/reprodutiva, incluindo o câncer de colo uterino e a infecção pelo vírus. Conclui-se que a vacina foi criada com o objetivo de prevenir a infecção, dessa forma, reduzir o número de pacientes que venham a desenvolver câncer de colo de útero. Com a finalidade de demonstrar os principais motivos pelos quais ainda hoje há um número alarmante de pessoa que contraem o câncer do colo do útero através do vírus.

PREVENÇÃO, ADOLESCENTES, BENEFÍCIOS, HPV, VACINA

A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA PARA A LAVAGEM DAS MÃOS NO CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

BERNADETE CUCHENERI

A higienização das mãos esta reconhecida mundialmente como uma medida primaria, mais importante no controle de infecção hospitalar, a lavagem das mãos é uma das maneiras mais eficientes e econômicas para prevenção de infecções. A utilização de água e sabão para a lavagem correta reduz o numero de morte por infecção cruzada no ambiente hospitalar, pois o foco de transmissão esta relacionado com as mãos dos profissionais da saúde que não realizam a lavagem corretamente, e que estão nas atividades diárias constantemente em contato com ambiente infectado. As mãos constituem a principal via de transmissão de microrganismos durante a assistência prestada aos pacientes, pois a pele é um possível reservatório de diversos microrganismos, que podem se transferir de uma superfície para outra, por meio de contato direto (pele com pele), ou indireto, através do contato com objetos e superfícies contaminados. Dessa forma o objetivo do estudo e identificar os aspectos importantes relacionado à lavagem correta das mãos com água e sabão no domínio de infecção hospitalar, com o apoio dos profissionais da saúde. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo com abordagem quantitativo, com coleta de dados bibliográficos e baseado na experiência vivenciada pelos autores por ocasião da realização de uma revisão bibliográfica. Os critérios de inclusão definidos para seleção de artigos submetidos á analise de dados coletados de artigos do sites do lilacs, scielo, ministério da saúde e ANVISA. Analise de dados: Observou-se que o uso da lavagem das mãos é uma prática bem segura e dinâmica, basta ser feita corretamente e no momento certo, deve ser uma rotina diariamente para os profissionais da saúde, mas ainda há resistência pelos profissionais. Notou-se que a maioria das contaminações hospitalares é veiculada pelas mãos dos profissionais sendo necessária uma educação contínua para uma sensibilização pelos profissionais de que a lavagem das mãos é método mais eficaz no controle de infecção hospitalar. Conclui-se que e a higienização das mãos é uma ação importante no controle de infecção na área da saúde, mas ainda falta adesão e treinamentos e conscientização dos profissionais da área quanto á importância da realização correta da higienização com água e sabão que deve ser um hábito entre os profissionais da saúde.

LAVAGEM DAS MÃOS, ÁGUA E SABÃO, CONTROLE DE INFECÇÕES

A CONSULTA DE ENFERMAGEM NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO

BERNADETE CUCHENERI

A população idosa são as que mais apresentam incidências de enfermidades crônicas, com isso pode–se esperar um numero intenso de cuidados e hospitalização, todas elas com baixo grau de letalidade e alto grau de incapacidade, gerando mais gastos para saúde. A política nacional do idoso reconhece a importância da parceria entre os profissionais de saúde, apontando que a parceria possibilita a sistematização das tarefas a serem realizadas pelo idoso, muito das vezes evitam uma possível internamento. A consulta de enfermagem para idoso procura detectar os riscos em estágio inicial oferecendo orientações para manter o equilíbrio das necessidades básicas, e o momento de integração entre enfermeiro-paciente em que há trocas constantes de informações. Assim consideramos que o enfermeiro, deve assistir ao idoso de maneira individualizada, levando em consideração as suas limitações físicas, psíquicas. Dessa forma o objetivo do estudo e identificar os aspectos importantes relacionados à consulta de enfermagem na promoção da qualidade de vida do idoso. Trata-se de uma pesquisa de descritiva com abordagem quantitativo, com coleta de dados bibliográficos e baseado na experiência vivenciada pelos autores por ocasião da realização de uma revisão bibliográfica. Os critérios de inclusão definidos para seleção de artigos submetidos á analise de dados coletados de artigos dos sites do LILACS, SCIELO, Ministério da Saúde e ANVISA. Analise de dados diz que o aumento da população idosa, o que vem ocorrendo rápida e progressiva, exige que os profissionais da saúde, estejam capacitados para atender as especificidades desta etapa da vida, melhorando a assistência prestada, a prevenção, recuperação e a reabilitação da saúde do idoso. Conclui-se que o enfermeiro é o profissional com competência técnica e cientifica capaz de ouvir, ensinar, estimular o autocuidado ao idoso na busca de uma melhor qualidade de vida com a consulta de enfermagem como instrumento de pesquisa e de fortalecimento da profissão. Podem ser realizado atendimento em hospitais, clinica, centro medico ambulatórios e domicílios, suas principais características diretas do paciente e seus familiares, o idoso não pode ser avaliado somente por um medico, mas sim deve ser acompanhado por toda uma equipe de saúde, pois se entende que vários problemas de saúde não são apenas de relevância medica. Muitas das alterações são fisiológicas e inevitáveis e, se não tiverem uma atenção especial, podem se tornar patológicas.

QUALIDADE DE VIDA, IDOSO, ENFERMAGEM, AUTO-CUIDADO

A CATETERIZAÇÃO VENOSA COMO FATOR CONTRIBUINTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFECÇÃO HOSPITALAR

JOCELMA SOUZA DE OLIVEIRA
MARIZA CARDOSO

A Infecção Hospitalar atualmente conhecido como Infecção Relacionada à Assistência à saúde (IRAS) se refere a qualquer processo infeccioso adquirido no ambiente hospitalar que se manifeste durante ou após 48 horas de internação. Relacionado principalmente com os procedimentos invasivos, considerando que agentes infecciosos poderão ser veiculados no momento de sua realização ou durante sua permanência. Caracterizando dessa forma, a punção venosa, uma das principais modalidades de tratamento utilizado na assistência à saúde e de ampla aceitação e pratica dos profissionais, como fator contribuinte do processo. Tendo em vista que, ao submeter o paciente à inserção de um dispositivo vascular, certos microrganismos poderão penetrar na corrente sanguínea, resultando de acordo com seu grau de patogenicidade em complicações infecciosas, desde uma supuração local à infecção sistêmica. Diante dessas considerações, justifica-se esse estudo pela predominância da venopunção em pacientes hospitalizados e a busca de informações de como esse procedimento contribui no desenvolvimento de infecção hospitalar, com objetivo de identificar fatores contribuintes na inoculação dos agentes patogênicos na corrente sanguínea. O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada através de livros do acervo da Faculdade Campo Real, artigos científicos, guidelines e informativos da ANVISA, com critério de inclusão, publicações disponíveis em textos completos, de caráter nacional que norteiem o tema proposto. Acreditando dessa forma, na disseminação de informações como fator primordial no controle de infecção, prevenção e o uso racional do cateter venoso.

INFECÇÃO HOSPITALAR, PUNÇÃO VENOSA, PREVENÇÃO.

A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PRÉ-NATAL À GESTANTE ADOLESCENTE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

ELOIZA ROCHA DE SIQUEIRA
JOSIMAR PRUENÇA

INTRODUÇÃO: A adolescência se caracteriza por uma transição gradativa de um organismo infantil para um organismo adulto com reflexos somáticos e psíquicos, principalmente aqueles que dizem respeito à maturação sexual. O objetivo deste estudo foi investigar as transições recorrentes da adolescência, a gestação precoce e a assistência de enfermagem oferecida às gestantes na realização do pré-natal. METODOLOGIA: Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura referente a gestação precoce e transições recorrentes durante a adolescência, obtidas a partir das bases SCIELO e BIREME. RESULTADOS: A assistência pré-natal é de fundamental importância para o preparo da maternidade. Não deve ser encarada como uma simples assistência médica e sim como um trabalho de prevenção de intercorrências clínico-obstétricas e assistência emocional, ressaltando que a redução das taxas de morbidade e mortalidade materna e perinatal dependem significativamente de um acompanhamento de qualidade durante a assistência pré-natal. O atendimento pré-natal à gestante adolescente além de identificar as ações desenvolvidas pelos enfermeiros do Programa Saúde da Família (PSF) durante a assistência pré-natal também descreve a consulta de enfermagem prestada à gestante. CONCLUSÃO: A enfermagem desempenha um papel importante na fase pré-natal, onde a jovem necessita de orientação, amparo, apoio e segurança do profissional de enfermagem para o acompanhamento integral que o movimento gestacional exige da futura mãe.

ADOLESCENCIA, SEXUALIDADE, GRAVIDEZ PRECOCE

A IMPORTANCIA DA PRESCRICAO NOS CUIDADOS AO IDOSO HOSPITALIZADO

AMBROSIO ZABLOSKI
KATIA TOLEDO DOS SANTOS
VANESSA VIEIRA FERNANDES

Tendo como evidências diagnósticas relacionadas ao auto cuidado, ressaltam-se as síndromes da fragilidade com risco para depressão correlacionado ao ambiente hospitalar. Risco para infecção devido os procedimento invasivos. A mobilidade diminuída causada pelo envelhecimento do sistema osteo muscular. A fraqueza relacionada às patologias. O declínio físico funcional do corpo causado pelo processo de envelhecimento onde afetam as capacidades funcionais essenciais do corpo humano principalmente para as pessoas adultas, o qual precisa de todas as funções do corpo atuando saudavelmente, para que possua a reprodução e a conservação da espécie humana. Com isso identifica-se a relevância que tem a prescrição de enfermagem na saúde do idoso, por ambas as classes serem responsáveis pela assistência relacionada ao conforto e bem estar de pacientes hospitalizados, conforme DECRETO de Nº 94.406/87 descrito no código de ética da enfermagem. Tendo a prescrição de enfermagem como documentação inserida no prontuário do paciente, sendo importante como fonte de ensino e pesquisa, servindo na auditoria, à avaliação do cuidado e nas questões éticas legais, o que determina a necessidade de conhecimento dos deveres e obrigações dos profissionais de enfermagem. Na falta dos diagnósticos e prescrições relacionada à assistência do idoso identifica-se um gasto maior para o município tendo que investir financeiramente mais nas hospitalizações cujo, passam a ser responsável pela recuperação e reabilitação dos idosos hospitalizados pois na maioria das vezes não tem sido possível executar essas responsabilidades nas unidades hospitalares por estarem sobrecarregadas devido o numero de funcionários reduzido e por assumir responsabilidades privativas da atenção primaria de saúde,deixando de executar uma assistência a saúde de qualidade e os direitos dos idosos conforme descrito no Estatuto do idoso com base na LEI 10.741/2003,e no DEC 6.214/2007.O Processo de Enfermagem, frequentemente chamado de Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) no Brasil, é a metodologia utilizada por enfermeiras para desenvolver o cuidado individualizado e humanizado na unidade hospitalar. Essa se desenvolve por uma ferramenta chamada processo de enfermagem contemplando diagnósticos de enfermagem.

IDOSO, ENFERMAGEM, PRESCRISAO, CUIDADO, HOSPITAL

A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇAO DA CARDIOPATIA ISQUEMICA

ADRIANA CAROLINE PASCHOAL COSTA
THAÍSA DE ARAGÃO FARIA

INTRODUÇÃO: A cardiopatia isquêmica, (CI), também chamada de doença arterial coronariana, é o termo usado para definir o estreitamento das artérias coronárias. Objetivo: Caracterizar a importância da prevenção da cardiopatia isquêmica. METODOLOGIA: Este estudo se caracteriza como pesquisa descritiva bibliográfica, do tipo qualitativa exploratória, utilizando a base de dados LILACS e SCIELO. RESULTADOS: O estreitamento das artérias coronárias é causado por aterosclerose, que é o processo de envelhecimento das artérias, onde ocorre a formação de placas de ateroma (gordura) no seu interior. Com estas placas o vaso vai reduzindo seu diâmetro interno, ocasionando dificuldade para a passagem de sangue e causando a redução do fluxo de sangue ao coração, a isquemia. O alto risco de morbimortalidade subsequente à manifestação da CI torna imprescindível o uso de métodos preventivos efetivos, como parte do manejo geral de pacientes coronariopatas. A CI é uma doença silenciosa e que, em quase metade dos casos, na primeira manifestação da doença é a morte súbita ou infarto agudo do miocárdio. Por esta razão são importantes os check-ups e exames preventivos, para que a doença seja detectada e tratada antes de causar danos irreversíveis. As chamadas medidas preventivas, podem ser primárias e secundárias, isto é, medidas aplicadas em uma população sem a doença, mas presentes os fatores de risco (prevenção primária), e medidas aplicadas em uma população já com doença isquêmica mas sem manifestação clínica (prevenção secundária). O que se tem tido e visto, até hoje, são as medidas de prevenção terciárias, onde todos os esforços são feitos para cura ou estabilização de uma doença isquêmica já estabelecida e com manifestações clínicas. É o momento, diante dos conhecimentos atuais, de investir fortemente na saúde, ou seja, na prevenção primária ou mesmo na prevenção secundária. Isto proporcionará um benefício muito mais abrangente em termos do número de pessoas que irá se beneficiar, um custo muito menor com um enorme resultado na relação custo/benefício, um prolongamento do período de vida sadia e uma melhor qualidade de vida, resultando no final, na redução do período de doença. CONCLUSÃO: É de extrema importância que os profissionais da saúde conscientizem-se sobre as medidas de relevância da prevenção do câncer e que, com os conhecimentos atuais, a prevenção possa ser realizada com eficiência e eficácia.

CARDIOPATIA, ISQUEMIA CARDÍACA, PREVENÇÃO, ENFERMAGEM

A IMPORTÂNCIA DA VACINA PAPILOMAVIRUS HUMANO

EDINA ALMEIDA PEREIRA DE SOUZA
WILSON JOSE DOS SANTOS

O condiloma acuminado, conhecido também como verruga genital, crista de galo, figueira ou cavalo de crista, é uma DST causada pelo Papiloma Vírus Humano(HPV). Atualmente, existem mais de 100 tipos de HPV, alguns deles podendo causar câncer, principalmente no colo do útero e no ânus. Entretanto, a infecção pelo HPV é muito comum e nem sempre resulta em câncer. O exame de prevenção do câncer ginecológico, o Papanicolau, pode detectar alterações precoces no colo do útero e deve ser feito de rotina por todas as mulheres. Não se conhece o tempo em que o HPV pode permanecer sem sintomas e quais são os fatores responsáveis pelo desenvolvimento de lesões. Por esse motivo é recomendável procurar serviços de saúde para consultas periodicamente. A palavra condiloma originou-se do idioma grego e significa tumor redondo e acuminado. Portanto, condiloma acuminado é um tumor arredondado e pontudo. Durante mais de um século e meio estudiosos procuraram, sem sucesso, determinar o agente causador do câncer do colo útero, doença reconhecidamente ligada a atividade sexual. Foi somente no final dos anos 70 do século passado que inúmeras pesquisas, entre as quais se sobressaíram às realizadas por Harald zur Hausen, vencedor por este motivo do premio Nobel de medicina em 2009, conseguiram caracterizar o papiloma vírus humano (HPV) como elemento essencial na gênese desta importante e frequente neoplasia. O estudo foi desenvolvido mediante Pesquisa documental complementado com a Pesquisa bibliográfica. A pesquisa documental iniciou-se em julho de 2015. Estas coletas documentais prolongaram-se durante o ano de 2015 em curso no referido ano. A pesquisa bibliográfica, iniciada com a pesquisa documental, prolongou-se durante todo o ano de 2015, sendo consultado o sistema de comutação da Faculdade Campo Real, abrangendo periódicos integrados ao SCIELO, LILACS e MEDLINE e, para acessá-los, usamos como indexadores as palavras enfermagem, mulher, prevenção, se fazendo restrição aos idiomas de espanhol e inglês. De posse dos artigos, mediante a revisão desta literatura e da pesquisa documental efetuada, conseguimos identificar um breve perfil dos acidentes com crianças o qual esboçamos nos contextos mundial, nacional e local.

MULHER, ENFERMAGEM, PREVENÇAO

A IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO DESDE A PRIMEIRA HORA DE VIDA ATÉ OS 6 MESES DE IDADE

CAMILA FERNANDES ALVES DA SILVA
MILEIDY APARECIDA MILCZWSKI
THAINA FERNANDA DE ALMEIDA

O leite materno além de ser forte e nutritivo, tem um papel fundamental para a vida o bebe, além de ser um processo fisiológico natural que traz inúmeras vantagens para as mães, como por exemplo, ajuda o útero voltar ao tamanho normal; reduz o risco de hemorragia e anemia após o parto; reduz a incidência de câncer de mama; torna mãe e filho mais próximo. E para o bebê traz vantagens como redução do número de internações hospitalares; contribui no desenvolvimento cerebral do bebê; ajuda na redução da incidência de diabetes; reduz a incidência de doenças alérgicas como alergias alimentares e asmas; também reduz a ocorrência de diarreia; e reduz a ocorrência de infecções respiratórias. As recomendações da OMS referentes a amamentação são as seguintes, as crianças devem fazer aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de idade, ou seja, até essa idade o bebê deve tomar exclusivamente o leite materno e não deve dar-se nenhum outro alimento complementar ou bebida; a partir dos 6 meses de idade todas as crianças devem receber alimentos complementares e manter o aleitamento materno; as crianças devem continuar sendo amamentadas pelo menos até completarem 2 anos de idade. São poucas as ocasiões em que leite materno é conta indicado, como por exemplo, quando a mãe é portadora do vírus HIV. Desta forma, o objetivo do estudo é informar e orientar as mães sobre a importância do aleitamento materno desde a primeira hora de vida do bebê até completar 6 meses de idade. Trata-se de uma pesquisa de caráter informativo, e para realizamos a pesquisa bibliográfica foram coletados artigos dos sites lilacs, scielo, ministério da saúde. Observou-se que quanto mais for orientado e estimulado que as mães adotem o aleitamento materno como uma forma de cuidado com o seu bebê e com ela mesma, maior será a chance de ambos terem uma melhor qualidade de vida. Notou-se que a maioria das mães que não aderem ao aleitamento materno, que tiram seus filhos do peito antes da hora, ou as mães que incluem outros alimentos complementares e bebidas na alimentação do seu bebê, é porque não tem acesso a tais informações, ou até mesmo não são estimuladas a dar o peito. Por falta de conhecimento e até mesmo falta de orientação. Conclui-se que o leite materno é o melhor e mais saudável para o bebê, e que ele não precisa de nenhum alimento complementar até completar 6 meses de idade. Pois o leite contém todos os nutrientes e vitaminas que o bebê precisa nesta fase.

ALEITAMENTO MATERNO, AMAMENTAÇÃO, BENEFÍCIOS DA AMAMENTAÇÃO, SAÚDE DA CRIANÇA

A IMPORTANCIA DO ALEITAMENTO MATERNO NOS PRIMEIROS SEIS MESES DE VIDA

LUCIANE BAHLS NASCIMENTO
NOELI APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS

A importância do leite humano é um fato conhecido por seu valor nutricional, bem como imunológico, para o recém-nascido. Além dos benefícios nutricionais e imunológicos, o aleitamento materno também traz benefícios psicológicos para o binômio mãe-filho, contribuindo grandemente para o desenvolvimento do elo afetivo. A amamentação é o primeiro contato que a mãe tem com o seu filho e que durante os primeiros seis meses de vida são de extrema importância para o desenvolvimento da criança em todos os aspectos, devido às vantagens nutricionais e promover o crescimento e desenvolvimento do mesmo, traz diversos benefícios, tanto para o bebê como para a mãe pois fornece todos os nutrientes, proteção, desenvolve estruturas ósseas, psicológicas e neurológicas, não só para hoje como também para seu desenvolvimento. O mesmo ocorre com a lactante que, ao amamentar seu filho, produz benefícios futuros para ela e seu bebê. Amamentar representa um encaixe perfeito entre mãe e filho, cumprindo uma função de cordão umbilical externo. No primeiro ano de vida, o crescimento é muito sensível à nutrição e outras influências do meio ambiente, por isso a alimentação adequada é necessária não só para prover nutrientes e energia para o crescimento, mas, também, para o amadurecimento e manutenção das funções corpóreas, bem como a formação de reservas, constituindo um elemento fundamental na prevenção de algumas doenças e determina, em parte, seu crescimento e desenvolvimento neuromotor do bebê. Aleitamento materno exclusivo quando a criança recebe somente leite materno, direto da mama ou ordenhado, ou leite humano de outra fonte, sem outros líquidos ou sólidos, com exceção de gotas ou xaropes contendo vitaminas, sais de reidratarão oral, suplemento minerais ou medicamentos. Aleitamento materno predominante- quando a criança recebe, além do leite materno, água ou bebidas à base de água (água adocicada, chás, infusões), sucos de frutas e fluidos rituais.

LEITE MATERNO, CRIANÇA, NUTRIÇÃO, MAE, IMPORTANCIA

A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO DOMICILIAR AO IDOSO PORTADOR DE INFECÇÕES DO TRATO URINÁRIO (ITU): UMA REVISÃO DE LITERATURA

CELMA ELIETE DE QUADROS
LIGIA FRANCOSO GASPARETO

A maior parte da população atendida por empresas de assistência domiciliar (AD) é constituída por idosos. As infecções do trato urinário (ITU) são as infecções bacterianas mais comuns em populações idosas. Ocorrem como resultado da interação entre virulência bacteriana e fatores biológicos e comportamentais do hospedeiro. O local mais comum de ter a infecção é a bexiga (cistite), também pode ser afetada a uretra (uretrite), assim como a próstata (prostatite) e o rim (pielofrite). As bactérias podem invadir o trato urinário por via ascendente, hematogênica e linfática. A via ascendente é a mais importante e a que explica a maior incidência de ITU em mulheres, em virtude de a sua uretra ser mais curta que a do homem e mais próxima da área vulvar e perianal, tornando a contaminação mais provável. Na mulher, o enfraquecimento do assoalho pélvico, a redução da capacidade vesical, a secreção vaginal, a contaminação fecal e as alterações tróficas do epitélio pela queda dos níveis hormonais facilitam sobremaneira a ITU e devem receber atenção dos médicos. Este estudo tem como objetivo descrever a atuação do enfermeiro na prevenção da Infecção do Trato Urinário (ITU) em idosos no atendimento domiciliar e conhecer a importância do atendimento domiciliar e criar um vínculo entre o paciente e a equipe de saúde. Justifica-se a escolha desse tema para analisar o atendimento domiciliar com pacientes idosos acometidos por infecção do trato urinário. A metodologia eleita para este estudo foi à pesquisa descritiva bibliográfica. A coleta de dados baseou-se nas bases de dados on-line SCIELO, estes dados foram acessados por meio de biblioteca virtual em saúde. Conclui-se a assistência domiciliar consiste na oferta de serviços que visam à individualização da assistência prestada pelas instituições de saúde, bem como a autonomia da pessoa dependente e seus familiares quanto ao planejamento e execução dos cuidados necessários. A privacidade do domicílio, como também o apoio, a atenção e o carinho dos familiares são vantagens proporcionadas pela assistência domiciliar, favorecendo a recuperação do estado de saúde da pessoa dependente. Para o paciente é receber um tratamento personalizado em seu domicilio, com a participação de seus familiares, o que diminui o tempo de tratamento, evitando complicações e possibilitando uma precoce autonomia quanto aos cuidados necessários melhorando sua rotina diária.

ATENDIMENTO DOMICILIAR, IDOSO, INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO, ENFERMAGEM

AMENIZAÇÃO DO SOFRIMENTO CAUSADO PELA HOSPITALIZAÇÃO: PEDIATRIA, UTI NEONATAL E UTI GERAL

PALOMA MICUSKA
SARA CHAIA

A Psicologia Hospitalar é uma área que busca compreender os conflitos psicológicos suscitados aos indivíduos no processo de adoecimento, sendo dever do psicólogo hospitalar orientá-los no processo de enfrentamento e minimização da angústia provocada pela hospitalização. A temática deste projeto visa trabalhar com o sofrimento do enfermo e também de seu acompanhante, pois a doença e a internação de uma pessoa é vivida de forma grupal, visto que a família e os acompanhantes se sentem preocupados, confusos, desamparados e impotentes diante da situação, precisando modificar seus hábitos de vida diária para uma readaptação juntamente ao hospital (LAUTERT; ECHER; UNICOVSKY, 1998). Para a realização deste trabalho foram feitas pesquisas bibliográficas e observações comportamentais no campo de estágio, definindo as intervenções que seriam realizadas com objetivo de amenizar o sofrimento causado pela hospitalização nos setores de Pediatria, UTI Neonatal e UTI Geral do Hospital São Vicente de Paulo de Guarapuava/PR. Em cada setor foi desenvolvido um plano de intervenção único, intitulados “Cartas para os Anjos”, incentivando a escrita de cartas por mulheres que estavam com seus bebês hospitalizados na UTI Neonatal ou Médio Risco, onde poderiam expressar seus sentimentos para seus filhos ou para outras mães que vivenciavam a mesma situação; “A Hora da História”, proporcionando um momento lúdico para a criança e seu acompanhante contando histórias infantis, inserindo-a na história, deixando livre para criar suas próprias falas; “Relaxamento e Informação”, exercício de meditação seguido pela apresentação de fotos da UTI, fornecendo informações pertinentes sobre o ambiente, juntamente com as precauções e regras estabelecidas para o momento da visita. Concluiu-se que, por meio das observações e intervenções realizadas é de extrema importância a presença do psicólogo no âmbito hospitalar, haja vista a quantidade e qualidade das habilidades e conhecimentos adquiridos pelo profissional ao longo de sua trajetória que o preparam para enfrentar as dificuldades deste contexto. Além disso, o estágio possibilitou o aprofundamento teórico dentro do campo da Psicologia Hospitalar, bem como o desenvolvimento das habilidades da prática profissional, especialmente no manejo clínico e na escuta do sujeito hospitalizado.

PSICOLOGIA HOSPITALAR, UTI, PEDIATRIA

ANALISANDO A PERCEPÇÃO DAS MULHERES FRENTE À ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PUERPÉRIO

LIGIA FRANCOSO GASPARETO

INTRODUÇÃO: A gravidez é um período que ocorre intensas alterações na vida da gestante, com mudanças físicas e hormonais no corpo para acomodar o feto. Justifica-se a escolha deste tema para determinar-se se é realmente feita esta assistência com qualidade. O objetivo deste estudo foi analisar a assistência de enfermagem prestada às mulheres no período puerperal. METODOLOGIA: trata de um estudo com abordagem qualitativa, de caráter descritivo, do tipo pesquisa integrativa da literatura. A coleta de dados foi feita nas bases de dados SCIELO e BIREME. RESULTADOS: As mudanças físicas e hormonais podem apresentar alterações de sentimentos como dúvidas, insegurança, fragilidade, ansiedade e também o medo da mudança da imagem corporal e a existência da possibilidade de um recém-nascido com problemas de saúde. O puerpério inicia logo depois do parto e termina quando o organismo da mulher volta às suas condições normais. Nesse período ocorrem adaptações fisiológicas, onde a mulher terá que amamentar e enquanto a mulher estiver amamentando seus ciclos menstruais não retornarão completamente ao normal. Muitas vezes podem ocorrer interferências como depressão pós-parto, e outras patologias adquiridas que pode ocorrer durante o puerpério. Durante a fase puerperal a mulher depara-se com situações adversas ao seu bem estar. Visto isso, requer intervenção profissional, na perspectiva de evitar possíveis complicações do quadro vivenciado. Nesse sentido, a consulta de enfermagem é reconhecida como um espaço de acolhimento, pois favorece o diálogo permitindo a livre expressão de dúvidas, de sentimentos e de experiências. Nos primeiros dias após o parto é importante estimular a deambulação precoce e prover orientações à puérpera em relação ao cuidados higiênicos, dietas, cuidados com as mamas, com membros inferiores, micção e função intestinal. CONCLUSÃO: Conclui-se que esse período é considerado uma fase de repouso e a revisão pós-parto é um meio de detectar-se anormalidades e adquirir conhecimentos sobre o período puerperal.

GRAVIDEZ, PUERPÉRIO, ENFERMAGEM

A OTIMIZAÇÃO DA VIDA DO PACIENTE COM DOENÇA DE ALZHEIMER ATRAVÉS DE TERAPIAS ALTERNATIVAS

DAISY TEREZINHA VAZ

A Doença de Alzheimer (DA) é a causa mais comum de demência entre os idosos afetando cerca de 5% dos indivíduos com mais de 65 anos e 20% daqueles com mais de 80 anos. Inicialmente a doença acomete uma pequena área do cérebro, o hipocampo – região responsável pelo armazenamento de memória, principalmente as de longo prazo. Com o progresso da doença outras áreas do cérebro também vão sendo afetadas, em especial o córtex cerebral. Concomitante a isto surgem os primeiros sinais clínicos da doença marcado principalmente pela deficiência de memória recente, e com o avanço da doença incidem dificuldade de raciocínio, linguagem e concentração, mudança de personalidade, alucinações, disfunções sexuais, coordenação diminuída, e até mesmo perda do sentido do olfato. Desta forma o objetivo do presente trabalho é explanar sobre a Doença de Alzheimer (DA), com enfoque nas terapias alternativas utilizadas em conjunto com o tratamento farmacológico, na otimização da vida do paciente. Para os idosos a boa qualidade de vida, é entendida como a percepção de sentir-se melhor, e desemprenhar de forma satisfatória suas atividades de vida diária para que desta forma possa viver mais independentemente. E para que isso ocorra algumas terapias podem ser utilizadas para auxiliar o tratamento da DA como a atividade física, nutrição, zooterapia e terapia da boneca. A coleta de dados foi feita de maneira integrativa através de pesquisa bibliográfica e online. Foram utilizados 22 artigos e 3 livros. As palavras chave utilizadas foram: Alzheimer, demência, idoso, qualidade de vida e terapia. Sendo assim conclui-se que é de extrema importância que esses meios de tratamento sejam inseridos no âmbito da saúde pública, e utilizados em conjunto com as terapias farmacológicas para que assim, demonstre um melhor resultado frente as dificuldades do paciente e melhora significativa na qualidade de vida.

ALZHEIMER, DEMENCIA, IDOSO, QUALIDADE DE VIDA, TERAPIAS

A PREVALÊNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E O PAPEL DO ENFERMEIRO

ANA PAULA GALVÃO DOS ANJOS
JOSIANE DE FATIMA FERNANDES

A prevalência da violência sexual infantil e o papel do enfermeiro é um dos grandes problemas atuais, cujo este é considerado uma questão de saúde pública, o qual está diretamente relacionado ao alto índice de ocorrências epidemiológicas e aos danos que acabam afetando o desenvolvimento das vítimas. Há muito tempo em que os direitos da infância tornaram-se um fator preocupante, porém só no século XX é que foi instituída as Declarações que protegem os direitos e promovem os cuidados necessários para sua boa sobrevivência. O objetivo deste trabalho é mostrar a importância do papel do enfermeiro ao saber identificar e agir perante uma criança vitima de violência sexual. Mostrar a porcentagem de vitimas e quão pouco é denunciado tal abuso. O estudo foi do tipo analítico, descritivo, exploratório, bibliográfico com analise da literatura disponível na biblioteca virtual BRASIL-SCIELO (Scientific Eletronic Library Online). Os resultados da analise dos dados colhidos de 13 artigos indicam um perfil sociodemográfico, predominantemente no sexo feminino, sendo que a menor incidência de violência sexual infantil é do sexo masculino e que há uma grande dificuldade em relatar os casos de abuso, porém mostra que as mães são as que mais relatam. Conclui-se que é importante a implantação de um ensino de qualidade nas instituições de saúde, promovendo assim uma melhor aprendizagem para o enfermeiro, o qual facilitara na identificação dos inúmeros casos de violência sexual infantil permitira assim que a mesma saia do anonimato diminuindo o alto índice de abuso sexual infantil.

INFÂNCIA,PAPELDOENFERMEIRO,VIOLÊNCIASEXUALINFANTIL,PREVALÊNCIADOABUSOSEXUALINFANTIL,DENUNCIAS

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA

ADONIS JOSÉ DOS SANTOS
PATRICIA DE LIMA

No Brasil a HAS afeta 24,5% da população adulta quase um quarto dos brasileiros tende a enfrentar a hipertensão. E apenas metade dos pacientes sabem que possuem essa doença, devido ela ser assintomática e só se manifestar quando ocorre uma complicação que ela causa, e geralmente essas pessoas que não sabem da existência da doença levam uma qualidade de vida que as vezes proporciona ainda mais para o agravamento da hipertensão. A hipertensão arterial sistêmica por ser uma doença crônica, ou seja sem cura, possui apenas tratamento, e o sucesso deste tratamento depende muitos dos profissionais de saúde implicando com o paciente em atenção e educação a respeito do autocuidado e o enfermeiro é o principal profissional social responsável pelo Programa de Controle da HAS. . O objetivo do presente trabalho é demonstrar a assistência que a equipe de enfermagem presta frente ao paciente hipertenso demonstrando os aspectos de prevenção e tratamento por meio de orientações e programas da saúde pública e os malefícios que ela traz quando não tratada e controlada. O estudo foi desenvolvido no ano de 2015 mediante pesquisa bibliográfica revisando 5 artigos selecionados na base de dados da Scielo, Revista Eletrônica de Enfermagem, Revista Baiana de Saúde Pública, Revista Esc. Enfer. USP entre os anos de 2006 à 2013 de acesso gratuito disponíveis online na língua portuguesa. O controle da HAS está totalmente interligado a mudanças de hábitos como redução do Sódio (sal de cozinha), alimentação adequada, abandono de bebidas alcoólicas, tabaco, interagir com exercícios físicos hábitos que se adquiridos pelos pacientes hipertensos com certeza trarão uma qualidade de vida saudável podendo conviver com a doença porem sem ela provocar malefício algum ao paciente E para esse controle obter sucesso o enfermeiro deve seguir algumas metas a respeito da doença como a compreensão do processo patológico; do tratamento e incentivo ao a participação de programas de autocuidado. Conclui-se então que a assistência de enfermagem tem total responsabilidade quando se fala a respeito de hipertensão pois serão estes profissionais que indicaram aos pacientes hipertenso todos os métodos de tratamento para uma vida mais saudável implicando na sua alimentação e qualidade de vida, e que apesar dessa doença não possuir cura é possível uma vida tranquila e saudável quando está controlada.

HIPERTENSÃO, ASSISTÊNCIA, PACIENTE, ENFERMAGEM, QUALIDADE DE VIDA

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM IDOSAS

TANIA MARA SOARES SOUZA
TASSIA NATHALIA DO PRADO

A incontinência urinária é um problema que atinge muitas mulheres idosas, e além de uma doença pode ser considerado um problema também social, pois compromete a qualidade de vida das idosas. A incontinência urinária (IU) pode ser definida de várias formas. Tais distúrbios acabam por afetar diversos aspectos da vida, físico, social, psicológico, ocupacional, doméstico e sexual. Muitos idosos acabam mudando sua rotina de vida diária e isolando-se. Objetivos: O presente estudo teve com objetivo verificar quais são as condutas de enfermagem às idosas com incontinência urinária. Metodologia: O estudo se desenvolveu utilizando a metodologia de revisão de literatura, buscando por meio de a bibliografia existente responder aos objetivos deste estudo. Resultados obtidos: Para a assistência de enfermagem ao idoso são apontados os exercícios físicos, terapia comportamental, mudanças de estilo de vida, para assim diminuir os fatores de riscos ao que tange à incontinência urinária. Alguns estudos sugerem a ingesta hídrica para a redução de urina, no entanto pode torná-la mais concentrada e causar infecções. O exame físico e o registro do prontuário são fundamentais na assistência de enfermagem: primeiro caracterize o problema; indique a conduta para a idosa a fim de desenvolva o controle urinário; e ao mesmo tempo traçar os resultados que espera alcançar. Discussão: A enfermagem pode contribuir na qualidade de vida da idosa que apresente incontinência urinária desde o auxílio no diagnóstico e controle da incontinência, com exames simples, identificação de fatores de risco, anamnese e perguntas. Conclusão: verifica-se que a enfermagem tem atuação decisiva desde a verificação dos sintomas até o tratamento, pois é quem vai acompanhar a paciente idosa durante todo o processo.

IDOSAS, INCONTINÊNCIA URINÁRIA, ENFERMAGEM

ATENDIMENTO AS GESTANTES; ASSISTENCIA PERINATAL

MARIA ISABELLE DAMBROSKI

Na Saúde pública a atenção materno – infantil tem sido considerado uma área prioritária principalmente no que diz respeito aos cuidados a mulher durante a gestação. Visando maior qualidade e humanização desta atenção, o Ministério estabeleceu o principal objetivo da atenção pré-natal e puerperal e acolher a mulher desde o início da gravidez assegurando no fim da gestação, o nascimento de uma criança saudável, com garantia do bem-estar materno e neonatal. O número de consultas pré-natal realizadas durante a gravidez e crescente ano a ano, ainda assim a um número mínimo de consultas de pré-natal está longe de alcançar a totalidade das gestantes e a taxa de mortalidade materna permanece elevada. O Ministério da Saúde por meio de Humanização no pré-natal e nascimento(PHPN), confirmou ao Enfermeiro como profissional da equipe de saúde habilitado para o atendimento direto as gestantes em pré-natal de baixo risco, endossando a Lei do Exercício Profissional Enfermagem – Decreto n°94.406/87 diretrizes para adequada atenção pré-natal: início do acompanhamento pré-natal no primeiro trimestre; meta de, no mínimo, 6 consultas de pré-natal; consultas distribuídas durante a gravidez, sendo no mínimo uma no primeiro trimestre, duas no segundo trimestre e três no terceiro trimestre; solicitação de exames complementares obrigatório. Na consulta de enfermagem, devem ser valorizadas as queixas referidas, ou seja, a escuta à gestante, visto que possibilitam a criação de ambiente de apoio por parte do profissional e de confiança pela mulher. A maioria das questões apresentadas pela gestante, embora pareça elementar para quem escuta, pode ter um grande significado para quem fala. Assim, respostas diretas e seguras são significativas para o bem-estar da mulher e sua família.

ENFERMAGEM, GESTAÇÃO, PRÉ NATAL, ASSISTENCIA, ATENDIMENTO

ATENDIMENTO DOMICILIAR AO IDOSO - HOME CARE

ADRIANA CAROLINE PASCHOAL COSTA
THAÍSA DE ARAGÃO FARIA

O atendimento domiciliar, também chamado de Home Care abrange vários serviços que vão desde cuidados pessoais que fazem parte da vida diária (higiene íntima, alimentação, banho, locomoção e vestuário), cuidados com medicação, realização de curativos de ferimentos, cuidados com escaras e ostomias, até o uso de alta tecnologia hospitalar como nutrição enteral/parenteral, diálise, transfusão de hemoderivados, quimioterapia e antibioticoterapia, com serviço médico e de enfermagem 24 horas/dia, e uma rede de apoio para diagnóstico e para outras medidas terapêuticas. Também estão incluídos neste conceito o chamado suporte comunitário (voluntários, serviços de associações comunitárias, transporte) e realização de tarefas externas, como ida a um banco ou a uma farmácia, passeios e compromissos variados. O atendimento domiciliar ou Home Care, tem como objetivos: contribuir para a otimização dos leitos hospitalares e do atendimento ambulatorial, visando a redução de custos; reintegração do paciente em seu núcleo familiar e de apoio; proporcionar assistência humanizada e integral, por meio de uma maior aproximação da equipe de saúde com a família; estimular uma maior participação do paciente e de sua família no tratamento proposto; promover educação em saúde. Este estudo justifica-se através da comprovação de que os pacientes, que eram tratados basicamente nos hospitais, são agora transferidos o mais rapidamente possível para seus domicílios, onde continuarão seus tratamentos, com programas de reabilitação, de recuperação ou de cuidados paliativos.
A metodologia eleita para este estudo foi a pesquisa descritiva bibliográfica, LILACS, SCIELO. Sendo assim, conclui-se que os potenciais benefícios do atendimento domiciliar seriam: a diminuição das reinternações e dos custos hospitalares; a redução do risco de infecção hospitalar; a manutenção do paciente no núcleo familiar e o aumento da qualidade de vida deste e de seus familiares.

HOME CARE, SAÚDE DO IDOSO, CUIDADOS, ATENDIMENTO DOMICILIAR

AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO: FAMÍLIA-IDOSO

AMBROSIO ZABLOSKI
ANA PAULA SOPKO
KATIA TOLEDO DOS SANTOS

Idoso e aquela pessoa que possui igual ou superior a 60 anos.Pessoas comidade superior a 60 que são cuidadas pela família tem uma segurança e conforto, e também a uma troca de experiências. Estes laços são construído no decorrer da convivência entre pais filhos futuros cuidadores de seus pais. A população idosa representa 7,4% segundo dados do IBGE, em crescimento crescente. O idoso possui um basto conhecimento e experiência, mas seus conhecimentos são ignorados. Os mesmos sobrem com baixos salários de aposentadorias insuficientes para seu conforto, adquiridos por anos de trabalho. Metade dos aposentados vivem com esposa ou filhos, idoso solteiros geralmente são cuidados pelos irmãos. As famílias apresentam dificuldades em cuidar de seus idosos; com dificuldade financeira estrutura e falta de conhecimentos de cuidados saudáveis. Tendo como objetivos avaliação da relação da família com idoso, verificar e conhecer a população com idade igual superior a 60 anos,analisar o ambiente familiar e sua interação com a família.Foram pesquisados artigos e coletados dados disponíveis on-lane.,SCIELO e BIEREME, publicados em português ouve busca no arsevo da CAMPO REAL, publicados em português e gratuitos. Foi constato que a população idosa esta em crescimento, o estudo apresenta que a família que cuida de seus filhos com carinho e respeito, tem se retorno na velhice dos filhos retribuindo o carinho e respeito. Nota-se que muitas famílias não estão preparadas para cuidar de seus idosos, apresentam dificuldades e proporcionar cuidar aos idosos.

FAMILIA, IDOSO, CUIDADOS

CÂNCER DE MAMA E O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO E CUIDADOS DO CÂNCER DE MAMA

REGIANE VERHAGEN
SOLANA RAGUGNETTI

O câncer de mama, como os demais cânceres é uma doença de origem celular o qual acontece uma multiplicação muito grande de células anormais desorganizadas e rapidamente que formam os inchaços provocando assim o tumor, conforme o aumento maior a agressividade para o organismo. O enfermeiro deve e pode atuar diretamente junto aos pacientes e a comunidade na procura por precaução falando e participando sobre todos e quaisquer níveis de prevenção Este trabalho teve como objetivo sistematizar através de busca e evidencias cientifica, o conhecimento acerca da assistência da enfermagem à mulher com câncer de mama. As buscas de bibliografias foram na base dos dados: lilacs, scielo e birene, foram utilizados somente artigos publicados. Após a análise foram eleitas as seguintes categorias: (Câncer de mama e Família, como enfrentar o problema, a mulher após receber o diagnóstico e o cuidado da enfermagem). A partir das referências encontradas ficou em destaque o Papel do Enfermeiro em cuidar da mulher com enfoque na família orientando os cuidados para prevenção e detecção precoce do câncer de mama, além de cuidar também durante o tratamento de reabilitação. A forma com que o câncer acontece é um assunto pouco abordado. Quando a busca trata especificamente das ações da enfermagem há um ângulo maior. A metodologia foi realizada através de leituras sobre o câncer de mama, de livros, revistas, canais científicos e sites governamentais. Conseguimos concluir nosso trabalho, abrangendo o conhecimento sobre o que é o câncer de mama e envolvendo prevenção, diagnóstico e até a obtenção da cura. A mulher em si tem pesquisado mais, visto que a doença é grave e ela tem corrido atrás do diagnóstico sabendo que as chances de cura se tratado precocemente é grande.

CANCER DE MAMA, PREVENÇÃO, PAPEL DO ENFERMEIRO

CÂNCER DE MAMA: O IMPACTO AO RECEBER O DIAGNÓSTICO

LUCIANE ANTUNES

INTRODUÇÃO: O câncer da mama é uma das doenças que mais amedronta as mulheres, pelos efeitos que físicos e psicológicos que causam. A necessidade de uma melhor qualidade de vida para as pessoas portadoras do câncer de mama que ao receber o diagnostico ficam abaladas física e psicologicamente. Devido ao número considerável de pessoas que enfrentam a doença, surgiu á necessidade de saber mais sobre a realidade de pessoas que receberam o diagnóstico da doença, enfrentaram e superam momentos de angústia, tensão e de dor. Objetivo: Investigar o impacto na paciente ao receber o diagnóstico do câncer de mama. METODOLOGIA: Este é um estudo do tipo pesquisa integrativa onde foram consultadas as bases BIREME e SCIELO. RESULTADOS: Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a incidência de casos da doença é crescente a cada ano que passa e segundo estatísticas está sendo uma das principais causas de morte em pacientes no Brasil. Sabendo que os pacientes com câncer de mama são submetidos a tratamentos dolorosos e uma das principais sequelas é a queda de cabelos, isso para mulher é muito desagradável perder os cabelos. O câncer de mama é temido pelas mulheres devido o alto índice de mortalidade, sobre tudo pelo efeito psicológico, que afeta a própria imagem pessoal da paciente. Diante disso, no intuito de ajudar pacientes e familiares a descobrir e redescobrir maneiras de melhorar a qualidade de vida, assim surgiu a necessidade de formar um grupo de apoio voluntário através da lei 9.608 de 18 de fevereiro de 1998. A lei brasileira preconiza que o voluntariado deve ser uma atividade não remunerada, prestada a entidades sem fins lucrativos, que tenha caráter cívico, cultural, científico, educacional, assistencial e recreativo visando sempre a reabilitação. CONCLUSÃO: Após a percepção da necessidade de algo que ajudasse a melhorar a qualidade de vida e de orientar a cerca do auto exame e a mamografia, foi aprovada a Lei 11.664/08, que garante o direito a paciente de realização da mamografia através da assistência gratuíta a partir dos 40 anos de idade.

ENFERMAGEM, CÂNCER DE MAMA, MAMOGRAFIA

CÂNCER DE PRÓSTATA, UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

LUCIANO PANKEVICZ
ROMARIO OLIVEIRA DA COSTA

Na atualidade com todas as doenças que vivenciamos, o câncer de próstata, é o tipo de câncer mais incidente entre homens no mundo, e o quinto em taxa de mortalidade. No Brasil essa morbidade se caracteriza como a segunda doença que mais causa óbitos. A dificuldade no rastreamento deve-se ao fato dos exames em que os clientes são submetidos não demostrarem de modo especifico com qual tipo da doença estamos lidando, sendo assim também não saberemos quais serão os próximos passos da doença, dessa forma o rastreamento não apresenta vantagens por que apresenta resultados falso –positivo e assim expõem homens sadios a riscos decorrentes dos tratamentos desnecessários. Porém homens que desejarem de espontânea vontade fazerem o rastreamento sejam esclarecidos sobre seus riscos e a provável ausência de benefícios. O objetivo deste presente trabalho foi verificar as causas do câncer de próstata como um problema da atualidade. Na elaboração deste trabalho foi realizada uma revisão bibliográficas em artigos abrangendo periódicos integrados ao SCIELO, LILACS e MEDLINE, Onde foram utilizadas palavras de busca como: Câncer de próstata, mortalidade, atualidade, evolução, enfermagem. A alta taxa de mortalidade por câncer de próstata tem chamado a atenção mundial, a respeito das estratégias de controle, que continuam sendo um desafio e um campo de interesses conflitantes, na medida em que não é possível determinar com precisão qual será a evolução dos casos detectados no rastreamento. Obteve-se grandes avanços, mas não o necessário para cessar a grande taxa de mortalidade que o câncer de próstata vem desmembrando. Com isso concluímos que o câncer de próstata se dispõem em índice elevado por que é uma doença assintomática, que se manifesta em indivíduos com idade mais avançada o qual o rastreamento não traz benefícios.

CÂNCER DE PRÓSTATA, MORTALIDADE, ATUALIDADE, ENFERMAGEM, EVOLUÇÃO

CÂNCER INFANTIL E AS PERSPECTIVAS DA FAMÍLIA FRENTE A DOENÇA

IVONE PEREIRA VILARINO
JULIANE DE CAMPOS

O diagnóstico de câncer infantil representa desafios para pacientes, familiares e profissionais de saúde. Diante deste contexto, percebe-se a necessidade de conhecer as perspectivas dos pais frente a um câncer pediátrico para subsidiar a compreensão de sua vivência e proporcionar intervenções psicossociais eficientes, onde familiares tem seu papel estendido durante o tratamento. Esta pesquisa foi desenvolvida através dos recursos metodológicos da pesquisa bibliográfica, utilizando a revisão integrativa de literatura. Conclui-se que o diagnóstico de câncer infantil provoca nos pais sentimentos intensos, aparecendo em primeiro momento o choque e o impacto da notícia. A religião, o apoio familiar, o acolhimento e a informação de dados pela equipe hospitalar e demais profissionais da saúde onde família precisa se adaptar à nova situação, que envolve longos períodos de hospitalização, terapêutica agressiva, perdas diversas, alterações de relacionamentos familiares o que podem dificultar o cumprimento de tarefas próprias do desenvolvimento, percebe-se também que ser pai e mãe de criança com câncer é uma experiência difícil, que afeta o estado emocional, trazendo dificuldades na esfera cognitiva, no bem-estar geral, no controle das emoções e na volição. A insegurança em relação ao futuro da criança faz parte das relações pais/filhos.Diante do exposto, a escuta individual e a criação de grupos de acolhimento para este público-alvo são fundamentais para facilitar a expressão da emoção e a relação familiar com profissionais capacitados para atender este público que se torna em números cada vez maior.

NEOPLASIAS, CRIANÇAS, ENFERMAGEM

CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO CUIDADO HUMANIZADO COM PACIENTES DA TERCEIRA IDADE

JOÃO GOARACI MENON FILHO
MAURICÉIA DA LUZ

Em nosso país estamos vendo gradativamente o aumento da população idosa, com isso também cresce o número de abandono e angustias a cerca de vários fatores envolvendo a terceira idade. Para isso vem sendo trabalhado dentro da saúde coletiva programas que visam o bem estar físico e psicológico desses pacientes, tendo um olhar atento tanto para a parte de estruturas físicas, quanto para a parte emocional, uma vez que quando se chega a esta idade, o abandono é o maior de seus medos, por isso também a importância da qualificação da equipe que irá trabalhar neste programa, a capacidade de se colocar no lugar deles deve ser uma característica da equipe, como também conhecimento geral sobre os fatores que causam as falhas no bom atendimento prestado ao idoso. Justifica-se assim que todo o profissional tem direito a capacitação e estrutura adequada para desempenhar seu papel frente aos cuidados de qualidade com o idoso. Objetivo geral avaliar por meios de artigos científicos a importâncias capacitação de profissionais da saúde no cuidado humanizado com o paciente da terceira idade. O estudo foi desenvolvido mediante pesquisa documental complementado com Pesquisa Bibliográfica, sendo consultado artigos científicos integrados ao SCIELO, para acessá-los, usamos como indexadores as palavras, idoso, humanização, capacitação e saúde coletiva, de posse dos artigos, mediante revisão desta literatura e da pesquisa documental efetuada, conseguimos identificar um breve perfil sobre o assunto, o qual esboçamos no contexto local. Frente a esta responsabilidade estão os profissionais da área de saúde e seus campos de atuações, buscando sempre informações que levem toda a sua equipe a se envolver não só como profissionais nesta causa mas também como pessoas que um dia necessitaram dos mesmos cuidados.

IDOSO, HUMANIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO, SAUDE COLETIVA

COMPETÊNCIAS REQUERIDAS DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO PARA DESENVOLVER UM SERVIÇO DE QUALIDADE COM PACIENTES PORTADORES DE DST`S

MARIA GORETE HUDYMA

Doenças venéreas ou comumente chamadas de doenças sexualmente transmissíveis abrangem um conjunto de infecções distintas, que têm em comum o fato de serem transmitidas pelo contato sexual. Requerem estratégias específicas de prevenção, diagnóstico e tratamento, pois cada uma das diferentes entidades clínicas que compõe o grupo das DST's apresenta sintomatologia, prognóstico e curso próprio. São causados por vários tipos de agentes, e geralmente se manifestam por meio de corrimentos, bolhas, verrugas ou feridas. Determinadas DST's são de fácil tratamento e de rápida resolução, outras apesar da sensação de melhora podem persistir ativas com tratamento mais difícil. Embora os meios de contágio das DST's já sejam identificados, a sociedade continua a evitar o indivíduo infectado como se o simples contato social fosse capaz de transmitir o vírus. Devido ao impacto que pode causar o diagnóstico positivo, algumas pessoas escondem seu estado de saúde dentro da família temendo uma reação negativa por parte da mesma. Famílias bem informadas sabem que a transmissão não ocorre através de ações comuns do dia a dia. O presente trabalho tem por objetivo Determinar as competências requeridas do profissional Enfermeiro que se dispõem a atuar no setor de DST`s. Este estudo é de cunho descritivo bibliográfico. A coleta dos dados baseou-se na consulta em artigos científicos disponíveis na internet (SCIELO, BIREME e LILACS e Ministério da Saúde). Foram analisados artigos publicados entre os anos de 1985 a 2015. Na área da saúde, atitudes discriminatórias ainda persistem nos ambiente de trabalho. É importante que os profissionais de saúde realizem um atendimento mais humano, com postura adequada ao se reportarem aos portadores de DST's, nessas circunstâncias, torna-se prioritário fomentar novos programas educativos e intensificar a disseminação dos já existentes, visando orientar e esclarecer aos profissionais de saúde quão grande a importância de realizar um trabalho mais humanizado. O profissional que se dispõe a cuidar do outro, independente de raça, religião, condições econômicas e estilos de vida deve respeitar a pessoa na sua integridade, com sua história. Com isso, o profissional assume uma postura ética, cabendo-lhe o discernimento, a reflexão em relação as atitudes, crenças e valores fundados no agir livre, consciente e responsável, garantindo a segurança e apoio para o ser cuidado.

ENFERMAGEM, DST'S, HUMANIZAÇÃO, SIGILO PROFISSIONAL, ÉTICA

CONHECENDO AS POSSÍVEIS COMPLICAÇÕES CIRURGICAS EM IDOSOS: REVISÃO DE LITERATURA

GÉSSICA DRABETSKI
NATALIA OLEINIK VIEGANDT

Tem sido uma grande preocupação para os profissionais da área da saúde, no qual a população acima de 60-65 anos tem crescido rapidamente, e cada vez mais essa população precisa passar por uma intervenção cirúrgica. O centro cirúrgico é uma área crítica dentro de um hospital, onde pode ocorrer uma série de repercussões ao indivíduo, em especial, o idoso. O envelhecimento pode influenciar negativamente na recuperação cirúrgica de um idoso. As pessoas idosas são mais propensas às complicações pós-operatórias. Embora haja mais complicações após o procedimento cirúrgico, as complicações respiratórias responsáveis por aproximadamente 40% dos óbitos, relacionados aos procedimentos cirúrgicos e anestesias. Os hábitos de vida também influenciam os riscos do procedimento cirúrgico, o tabagismo, por exemplo, leva a complicações no sistema respiratório. Desta forma o objetivo visa ressaltar as possíveis complicações cirúrgicas em pacientes idosos, o papel do enfermeiro diante essas complicações, e analisar quais são as complicações cirúrgicas mais evidenciadas em pacientes idosos. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo com abordagem quantitativo, com coleta de dados bibliográficos, artigos e livros publicados. Os critérios de inclusão definidos para seleção de artigos submetidos á analise de dados coletados de artigos dos sites da Scielo e ministério da saúde. Notou-se então que a probabilidade de um idoso sofrer complicações durante e após procedimentos cirúrgicos é maior devido suas alterações fisiológicas decorrentes do envelhecimento. Conclui-se, que devido à fragilidade dos indivíduos da terceira idade, o ato operatório deverá ser cercado de cuidados, com um completo exame clinico, junto com uma avaliação dos possíveis riscos cirúrgicos sempre visando o bem-estar do paciente. O aparecimento de complicações é frequente em pacientes idosos, mas toda a equipe deverá estar preparada.

IDOSOS, COMPLICAÇÕES, CIRURGIAS

CONHECENDO O DESENVOLVIMENTO DA TUBERCULOSE NOS DIAS ATUAIS: REVISÃO DA LITERATURA

JOCIEL FRANCO
ROMARIO OLIVEIRA DA COSTA

A tuberculose é considerada uma das doenças mais antigas, das quais de semeiam no nosso planeta, a relatos que ela já atormentava a raça humana há mais de 3.400 anos antes de cristo, seu agente causador é o Mycobacterium tuberculosis, o qual foi descoberto primeiramente pelo Robert Koch em 1882. Apesar de termos encontrado o tratamento para a tuberculose os dados apontam que ainda estamos longe de ter o controle, Pois ela é a doença infecciosa que mais mata no mundo. O Brasil é um dos 22 países de alta carga da doença, com cerca de 70.000 novos casos anualmente e, por isso, é considerado um país prioritário para o controle da doença pela Organização Mundial da Saúde. Levando em consideração os avanços e as estratégias no combate à tuberculose esse trabalho teve como objetivo investigar, por que a tuberculose sendo uma morbidade que se apresenta desde os primórdios da humanidade, e de tratamento fácil, se manifesta de forma tão trágica entre nós. Na elaboração deste trabalho foi realizada uma revisão em artigos abrangendo periódicos integrados ao SCIELO, LILACS e MEDLINE, Onde foram utilizadas palavras de busca como: tuberculose, mortalidade, atualidade, evolução, enfermagem. O tratamento da tuberculose é eficaz em mais de 95% dos casos, porém é um tratamento, longo sendo ele de seis meses e deve ser feito com uma associação de quatro fármacos, rifampicina, isoniazida, pirazinamida, e etambutol, sendo eles oferecidos gratuitamente pelo SUS. A tuberculose está longe de ser exterminada, porém estamos no caminho certo, pois o número de óbitos já não é o mesmo de antes, o tratamento é eficaz em 95% dos casos, sendo oferecido pelo SUS gratuitamente. Se você apresenta tosse insistente e contínua por duas ou três semanas procure a ajuda médica pois você pode estar com tuberculose, além de evitar a proliferação da doença estará fazendo o bem a si mesmo.

TUBERCULOSE, MORTALIDADE, ATUALIDADE, EVOLUÇÃO, ENFERMAGEM

CONHECER AS AÇÕES DO ENFERMEIRO NA ESF PARA O DIAGNÓSTICO PRECOCE DE CÂNCER DE COLO DE ÚTERO

DAIANE MIERZWA
DÉBORA ALINE KLETIKOSKI

INTRODUÇÃO: O perfil epidemiológico do Brasil vem mudando significantemente com o problema do câncer. Esse tema é destaque em todas as esferas do governo. Esse estudo justifica-se pela extrema importância do conhecimento das ações do enfermeiro na Estratégia Saúde da Família (ESF) e soluções, afim de obter um diagnóstico precoce do câncer do colo do útero (CCU), apresentadas para população feminina que ainda é muito acometida. Portanto, o objetivo deste estudo foi conhecer as ações do enfermeiro na ESF para o diagnóstico precoce de câncer de colo de útero. METODOLOGIA: trata de um estudo com abordagem qualitativa, de caráter descritivo, do tipo pesquisa bibliográfica, desenvolvido a partir do confronto teórico de autores, catalogado na base de dados do SCIELO, LILACS e BIREME no período entre os meses de Julho e Setembro do ano de 2015. Os critérios de seleção constaram de cinco publicações em portugês que abordaram o exame preventivo do câncer de colo de útero, detecção precoce e o papel do enfermeiro na Estratégia Saúde da Família, a busca em portugues e o número de artigos, caracterizam as limitações do estudo. RESULTADOS: Para o ano de 2014, no Brasil, eram esperados 15.590 casos novos de CCU, com um risco estimado de 15,33 casos a cada 100 mil mulheres. A vacina contra o HPV é uma promissora ferramenta para o combate ao câncer do colo do útero. Em 2014 foram vacinadas 5 milhões de meninas nessa faixa etária citada acima, e a meta para 2015 é abranger ainda mais. Com o compromisso de Educação em Saúde, o enfermeiro organiza atividades educativas sobre o procedimento e sua importância. Também tem a garantia que as mulheres que vão se submeter ao exame de papanicolau estejam bem orientadas. O teste citopatológico ou Papanicolau é a principal estratégia de programas de rastreamento do câncer do colo do útero (CCU) no mundo. CONCLUSÃO: Considerando as limitações do estudo, conclui-se que o enfermeiro tem o papel fundamental sobre as ações educativas nas comunidades, colaborando para a sensibilização das mulheres sobre a importância da realização do exame Papanicolau, potencializando assim a melhor adesão ao exame preventivo do público feminino. Esse trabalho serviu de conhecimento para crescimento profissional, bem como a importância do trabalho em equipe que se desenvolve no ESF para a prevenção do CCU.

AÇÕES DA ENFERMAGEM, ENFERMAGEM, CÂNCER DO COLO DO ÚTERO, ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, HPV

CONHECIMENTO ECONOMICO ENVOLVIDO NO TRATAMENTO DE ULCERA POR PRESSÃO NA TERCEIRA IDADE

JOSNI TAUFFER

O seguinte estudo consiste em uma abordagem teórica sobre a problemática dos custos econômicos no tratamento de ulceras por pressão na terceira idade. Tem como parte o conceito do surgimento de ulcera por pressão em uma analise dos estudos já publicados, e em seguida apresentar resultados de estudos de prevalência e geração de custos, os quais foram delimitados a partir de analise em uma base de dados constituídas pelo sistema de saúde TABWIN-PR e TABNET Tabela Unificada de Procedimentos, com a finalidade de subsidiar um impacto econômico com fundamentos para a pesquisa em questão. O objetivo deste trabalho é o de refletir sobre os impactos econômicos associados a problemática exposta, considerando a percussão financeira em que se encontra o sistema de saúde, dentro da população evidenciada no trabalho, para que se tenha uma base teórica na prestação de cuidados com a população da terceira idade, onde se encontra muitas das vezes debilitados devido as condições que acarretam o envelhecimento nas suas limitações funcionais, psicossociais e familiares. Aborda dentro do mesmo contexto o conhecimento econômico e o conhecimento sobre a problemática por parte da equipe de saúde que presta esses cuidados, pois dentro desses dois contextos, levasse em consideração a questão fundamental de promoção e prevenção na saúde. Com tudo expressar a importância de se ter um conhecimento dentro da prevenção para que se tenha a promoção de saúde e cortes de custos envolvidos nos tratamentos de ulcera por pressão.

ULCERA POR PRESSÃO, CUSTOS, TERCEIRA IDADE

CONHECIMENTO E DIFICULDADES DA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA PERANTE A VISÃO DOS HOMENS COM IDADE DE 45 A 75 ANOS

ADRIALDO DE ALMEIDA CONRADO
CANDIDA LUCY PENTEADO DE CARVALHO

A próstata é uma glândula masculina que se localiza abaixo do colo da bexiga ela circunda a uretra e é atravessada pelo ducto ejaculatório, sendo que a sua principal função é a produção de 40 a 50 % dos fluído que sob os aspectos químico e fisiológico constitui o sêmen ou esperma, adequado para as necessidades dos espermatozóides em sua passagem a partir dos testículos. O câncer se desenvolve a partir do crescimento desordenado de células, mudando as de aparência e de comportamento. Nos estágios iniciais raramente produz sintomas, acontecendo tardiamente na doença a partir da obstrução urinária, pode gerar metástase para os ossos e linfonodos. Existem estudos que nos trazem que uma dieta rica em frutas, verduras, ajuda a diminuir o risco de desenvolver a doença, para auxiliar no diagnóstico realiza-se os seguintes exames: PSA (antígeno prostático especifico), toque retal e ultrassonografia transretal.O tratamento baseia-se no estágio da doença, idade e sintomas, podendo ser: Cirúrgico, radioterapia, terapia hormonal, quimioterapia. Este trabalho tem por objetivo levantar o grau de conhecimento dos homens de meia idade referente ao câncer de próstata, a metodologia a ser utilizada é descritiva, exploratória e quantitativa, será aplicado questionário sobre o conhecimento da doença a homens de 45 a 75 anos de idade de forma aleatória em uma das principais ruas da cidade de Guarapuava-Pr, os resultados serão apresentados em um segundo momento após a aprovação do comitê de ética da Faculdade Campo Real.

CÂNCER, PRÓSTATA, PREVENÇÃO

CUIDADOS COM A SAÚDE INTIMA DA MULHER NA PREVENÇÃO DA TRICOMONIASE

CAMILA FERNANDES ALVES DA SILVA
MILEIDY APARECIDA MILCZWSKI

Este trabalho teve como objetivo reunir informações acerca da transmissão e importância do Trichomonas vaginalis, por meio de uma revisão bibliográfica. Trichomonas vaginalis é um parasita que vive exclusivamente no trato urogenital humano, tem o homem como seu hospedeiro único e definitivo, possui a habilidade de ser um organismo anaeróbio facultativo ou seja cresce perfeitamente sem a presença de oxigênio, porém não sobrevive em qualquer ambiente, o pH precisa variar entre 5 e 7,5 com temperaturas entre 20 e 40°C, utiliza como alimento nutrientes do local onde encontra-se instalado. A transmissão se dá através de relação sexual e também durante o parto. Recentemente descobriu que o Trichomonas vaginalis promove a transmissão de várias outras doenças como: HIV, é causa de baixo peso em bebês prematuros, predispõe mulheres a doenças inflamatórias pélvicas, câncer cervical e infertilidade. Os sinais e sintomas variam de acordo com o sexo do indivíduo infectado, nas mulheres a tricomoniase causa vaginite, as principais características são: corrimento de cor amarelo-esverdeado, bolhoso de odor fétido, mais frequente no período menstrual, a mulher também apresenta dor no baixo ventre, disúria, poliúria. No homem tende a ser assintomática ou apresenta como uma uretrite com fluxo leitoso ou purulento,desconforto ao urinar .O diagnóstico não deve ser feito somente por meio clínico, o correto é que se colha amostras laboratoriais ,pois pode ser facilmente confundida com outras doenças sexualmente transmissíveis .O tratamento é feito via medicação oral na maioria dos casos, exceto as gestantes que devem fazer uso dos medicamento em formatos de géis, geléias ou óvulos .A tricomoniase é a DST não viral mais comum no mundo com 170 milhões de novos casos a cada ano .

TRICOMONIASE, PARASITA, DST

CUIDADOS DO PACIENTE IDOSO PORTADOR DA DOENÇA DE ALZHEIMER E O PAPEL DO CUIDADOR

EMANUELLY DE LIMA
THAINA FERNANDA DE ALMEIDA

A doença de Alzheimer é a causa mais comum de respostas cognitivas desadaptadas. Além de prejudicar a memória, também irá afetar a linguagem, a orientação, a atenção, capacidade para resolver problemas e habilidades para desempenhar as atividades da vida diária. O dano é progressivo e variável, podendo caracterizar os estágios do processo de demência em leve, moderado e severo, mesmo considerando as diferenças individuais que possam existir. O principal compromisso que o cuidador assume é ter uma relação de troca, sem a garantia de retribuição da outra pessoa. O profissional é testado diariamente psicologicamente, e pela sua postura de enfrentamento diante a vida. Este estudo tem como objetivo trazer um breve histórico sobre a doença de Alzheimer e o papel do cuidador, o estudo foi desenvolvido mediante pesquisa documental complementado com a pesquisa bibliográfica. A pesquisa documental iniciou-se em julho de 2015, época em que as autoras coletavam dados para contextualizar a dimensão do histórico do Alzheimer, visando a construção de um projeto que seria submetido à apresentação no evento “Iniciação Científica” em enfermagem da Faculdade Campo Real. A pesquisa bibliográfica, iniciada com a pesquisa documental, prolongou-se durante o ano de 2015, sendo consultado o sistema de comutação da Faculdade Campo Real, abrangendo periódicos integrados ao SCIELO, BIREME e MEDLINE e, para acessá-los, foram utilizados como indexadores as palavras; doença de Alzheimer, saúde do idoso, cuidadores. Buscou-se com a realização desse trabalho ressaltar e alertar a importância do diagnóstico e dos cuidados com portadores da doença de Alzheimer.

DOENÇA DE ALZHEIMER, SAÚDE DO IDOSO, CUIDADOR, ENFERMAGEM

A IMPORTÂNCIA DA AMAMENTAÇÃO E OS CUIDADOS DE ENFERMAGEM PARA A PREVENÇÃO DOS PROBLEMAS QUE LEVAM AO DESMAME PRECOCE

Lactação é um fenômeno fisiológico, responsável pela produção de leite materno pela puérpera nos pós parto, ocorre devido a ação hormonal, esteja a mãe amamentando ou não. Este trabalho visa descrever a importância da amamentação e os cuidados de enfermagem para a prevenção dos problemas que levam ao desmame precoce. Para realizar este estudo, optar-se-á pela pesquisa do tipo exploratória, descritiva, buscando desenvolver tal estudo mediante pesquisa documental complementando com pesquisa bibliográfica procurando demonstrar a importância da amamentação e os cuidados de enfermagem para a prevenção dos problemas que levam ao desmame precoce, esclarecendo as dúvidas e trabalhando para diminuição de complicações relacionadas à amamentação. Para tal processo foi utilizado como base de dados periódicos eletrônicos SCIELO e BIREME, num total de 13 artigos pesquisados. Também utilizado o acervo da Faculdade Campo Real, que dispunha de diversos livros do referido tema, abordando os cuidados e as complicações decorrentes do desmame precoce. Os benefícios da amamentação são inúmeros, pois, vai além de apenas nutrir a criança, também contribuindo no estado emocional do bebê, auxiliando consideravelmente para a saúde física e mental deste, além de ser muito nutritivo e completo para suas necessidades, devendo ser exclusivo até os seis meses de idade e até os dois anos ou mais devendo ser complementado com outros alimentos gradativamente. Os problemas mamários comuns relacionados com a lactação são ingurgitamento mamário, mastite, fissura ou rachadura, além de produção insuficiente de leite ou hipogalactia, se tais problemas enfrentados pelas nutrizes durante o aleitamento materno, não forem precocemente identificados e tratados, podem fazer com que haja a interrupção da lactação e consequente desmame precoce. O aleitamento materno é de fundamental importância, desde as primeiras horas de vida, mas para haver uma boa amamentação é necessário que se faça uma avaliação das mamas e se tome alguns cuidados essenciais, como banhos de sol e evitar o uso de produtos nas mamas. Crianças que passam pelo desmame precoce têm um risco maior de adquirir doenças ligadas ao sistema imunológico, como o aparecimento de alergias alimentares, diarreias, doenças respiratórias e diferentes infecções, por essa razão a equipe de enfermagem deve prestar um atendimento de qualidade, prestando todas as orientações necessárias e acompanhamento da puérpera, a fim de evitar tais complicações.

AMAMENTAÇÃO, DESMAME PRECOCE, LACTAÇÃO, DOENÇAS, ENFERMAGEM

DOENÇAS MENTAIS TRANSTORNO DO PÂNICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

LUCIELI MAIZEN
TATIANE DA ROSA ROSOLEN, LUCIELI MAIZEN

Após ser extinto o termo “neurose” ouve uma reclassificação dos transtornos de ansiedade, os ataques recorrentes de ansiedade (ataques de pânico), associados ou não a agorafobia, passaram a ter uma nova classificação que se caracteriza por Transtorno de Pânico (TP). O diagnóstico do TP é baseado na existência de três síndromes clínicas importantes: o ataque de pânico, a ansiedade antecipatória e a esquiva ou evitação fóbica. De uma forma geral o TP parece ter uma prevalência ao longo da vida de aproximadamente 1,5 a 2% da população, estando associada a maior morbidez psiquiátrica. Para o individuo com TP torna-se comum uma serie de exames e consultas com diferentes médicos especialistas, pois a pessoa associa seu transtorno com um mal físico e não psicológico. Justifica-se este trabalho pela relevância de pessoas acometidas pelo TP, e como objetivo demostrar a importância de uma avaliação mais critica e menos curativa, pois perante o mundo moderno cada vez mais o numero de pessoas diagnosticadas com doenças mentais vem aumentando. Para este trabalho foram utilizados dados, referenciados de artigos científicos, reproduzidos como referencial simples de literatura das bibliotecas online da SCIELO, BIREME, num total foram utilizados cinco artigos científicos, publicados entre o ano de 2013. Pelas observações dos aspectos analisados, conclui-se que os intensos sintomas fisiológicos do TP e a estigmatização dos transtornos mentais contribuem para que muitos indivíduos selecionem seu foco de atenção em um ou mais sintomas físicos, como dores no peito, tontura e taquicardia, e os apresentem ao clínico geral, minimizando ou negando outros sintomas de ansiedade. Por outro lado, a ansiedade grave pode causar também alterações psicofisiológicas, tais como diarreia, náusea, dor epigástrica ou exacerbação de uma doença pré-existente como asma brônquica, o ataque de pânico se caracterizado por uma ansiedade súbita, definida como um período de intenso medo ou desconforto, no qual quatro ou mais sintomas se desenvolve abruptamente com duração de 10 a 30 minutos de forma posterior ao seu retorno de funcionamento normal, sendo assim, Falta de ar (dispneia) ou sensação de asfixia, vertigem, sentimentos de instabilidade ou sensação de desmaio, palpitações ou ritmo cardíaco acelerado (taquicardia), tremor ou abalos, sudorese, sufocamento, náusea ou desconforto abdominal, anestesia ou formigamento (parestesias).

DOENÇAS MENTAIS, TRANSTORNO DO PÂNICO (TP), ENFERMAGEM

ENDOMETRIOSE UMA AVALIAÇÃO DOS FATORES DA DOENÇA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

EULA PAULA VIDAL
ROSILDA APARECIDA DE ANDRADE

A endometriose é uma doença que afeta a classe feminina em idade reprodutiva, com o qual ocorre um implante de tecido endometrial fora do útero se observou o aparecimento da doença em 5 a 10% das pacientes que fizeram laparotomia ginecológica; 20 a 50% com infertilidade, e 60 a 70% portadoras de dor pélvica, essa doença pode apresentar-se assintomática ou com dor intensa levando a lesão em órgãos não reprodutivos e a infertilidade. Justifico a relevância sobre o conhecimento da manifestação da doença, para melhor identificação e orientação das pacientes que sofrerem deste distúrbio. Objetivo geral: descrever e avaliar fatores que levam a endometriose, através de uma revisão bibliográfica. Metodologia de pesquisa Trabalho realizado por método de revisão bibliográficos, foram realizados avaliação de periódicos no: banco de dados scielo, bireme e lilacs, através de palavras: endometriose; causas; doença; tratamento, publicados nas revistas de: medicina; ginecologia e obstetrícia e de reprodução humana, entre os anos 2002 a 2015, totalizando 5 artigos, destacando a importância na identificação dos sinais e sintomas da patologia. A formação de tecido endometrial com função semelhante ao endométrio fora da cavidade uterina, aparece mais no: peritônio pélvico; ovários; e septo retovaginal, é raro ocorrer no sistema nervoso; pericárdio e pleura, a probabilidade de existência da doença é de 20% em mulheres com idade reprodutiva e 30 a 50% em inférteis. A teoria de Sampson em 1927 descreveu a endometriose, que origina-se com a migração do tecido pelas trompas de falopio durante a menstruação ocorrendo o crescimento deste no peritônio e ovário. Os sinais de infertilidade e dor pélvica estão muito relacionado com a endometriose, devido as queixas de mulheres em ter dificuldade de engravidar considerando que 20 a 50% são acometidas e destas 70% tem dor pélvica crônica, com as alterações da pelve; endócrinas; peritoneais e hormonais dificultando a esterilidade. Deve-se investir em processo de saúde, para que mulheres tenham mais acesso as informações de doenças que podem acometê-las por isso é preciso que profissionais com programas de saúde da mulher fiquem atentos aos sintomas da doença e possam prevenir o aparecimento delas como exemplo a endometriose com o atraso do diagnostico da doença dificulta o tratamento.

ENDOMETRIOSE, DOENÇA, FATORES DA DOENÇA

ESQUIZOFRENIA- ATENDIMENTO EM DOMICÍLIO

CAROLINE IASTREMSKI MENDES DOS SANTOS
ERALDO SEBASTIÃO DO ESPÍRITO SANTO

A esquizofrenia é uma doença heterogênea no que se refere a sua etiologia, sintomatologia, gravidade, duração, curso e resposta ao tratamento. Seus sintomas mais comuns, apesar das diferenças dos padrões de personalidade prévia, caracterizam-se principalmente pela mania de perseguição e por alucinações visuais e auditivas, o que a caracteriza como um distúrbio grave e persistente que resulta em comportamento psicótico, deterioração do pensamento concreto e dificuldades no processamento das informações, nos relacionamentos interpessoais e na resolução de problemas. Um dos fatores que tornam a esquizofrenia uma doença de alto impacto sobre o indivíduo é seu aparecimento precoce, sendo as manifestações clínicas mais frequentes na adolescência e início da vida adulta. O objetivo deste estudo foi apresentar uma revisão bibliográfica sobre transtornos mental esquizofrenia. Examinar o conhecimento sobre a esquizofrenia e o primeiro surto em esquizofrenia. Examinar o conhecimento sobre a intervenção no primeiro surto de esquizofrenia e sua eficácia. Examinar o conhecimento da enfermagem sobre o primeiro surto em esquizofrenia, destacando a contribuição da profissão nesta área. Este estudo tem o caráter descritivo, de natureza qualitativa do tipo revisão bibliográfica, A pesquisa foi realizada na base de dados da Bibliografia Brasileira de Enfermagem e no portal eletrônico do Scielo. A esquizofrenia é um transtorno causado por diversos fatores biopsicossociais que interagem, criando situações, as quais podem ser favoráveis ou não ao aparecimento do transtorno. Os resultados permitem afirmar a importância do serviço de Internação Domiciliar como estratégia para a desospitalização e humanização do cuidado. A esquizofrenia é uma doença antiga, que atinge milhares de pessoas, podendo apresentar diversas formas de manifestações e sem causa ainda definida. Cabe ao de enfermeiro fazer as orientações para ajudar os pacientes e os familiares a identificar e a manejar os sintomas para estimular o autocuidado, diminuir o número e a gravidade das recaídas, orientar sobre os medicamentos, a importância de fazer o tratamento e as atividades que os serviços da rede dispõem para fazer as projeções para o futuro, baseado no presente proporcionando uma vida mais digna e respeitada.

FAMILIA, ENFERMEIRO, CUIDADOS, DOENÇA, SAUDE

ESTRESSE OCUPACIONAL ENTRE PROFISSIONAIS DA SAÚDE

CAMILLA RIBEIRO
TATIANE SAPLAK

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar possíveis indicadores de estresse entre os profissionais da área da saúde, observados durante o período de Estágio Básico Supervisionado de Práticas Integrativas III. O estudo fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e o resultado da observação comportamental desenvolvida ndurante a prática do estágio onde foi possível constatar que o estresse é uma condição dinâmica na qual o indivíduo é confrontado com uma oportunidade, limitação ou demanda em relação a alguma coisa que ele deseja e cujo resultado é percebido, simultaneamente, como importante e incerto, que apresenta riscos para o equilíbrio emocional do ser humano. Os profissionais da saúde são fortemente afetados pelo estresse ocupacional, por serem submetidos a pressão do ambiente de trabalho gerado pela inserção num contexto adverso: o confronto com a doença ou a morte e a luta pela vida. Embora o trabalho possa ser fonte de satisfação, crescimento e realização pessoal no segmento da saúde isto requer profissionais motivados e satisfeitos com a escolha profissional realizada porque o ambiente profissional costuma ser tenso e acarretar insatisfação, desinteresse e frustração que desencadeiam diversos problemas de saúde devido ao alto grau de estresse que enfrentam. Conclui-se: Que as exigências da vida moderna e do mercado de trabalho nas últimas décadas vêm consumindo a energia física e mental dos trabalhadores contaminando seu comprometimento e sua motivação, tornando-os descrentes quanto às suas possibilidades de vencer e obter sucesso no trabalho. Que perante essa realidade aumentam as chances do profissional tornar-se negligente, comprometendo a qualidade da assistência prestada e causar danos a pessoa assistida. Que se faz necessário investir em ações preventivas com o objetivo de diminuir os problemas decorrentes das condições de vida no ambiente de trabalho e proporcionar a melhoria da qualidade da assistência prestada ao indivíduo no contexto profissional.

PROFISSIONAIS DE SAÚDE, ESTRESSE, QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, PREVENÇÃO

FATORES CONTRIBUINTES PARA HIPERTENSÃO ARTERIAL NO PERÍODO DA ADOLESCÊNCIA

ADONIS JOSÉ DOS SANTOS
PATRÍCIA DE LIMA

A Hipertensão arterial Sistêmica (HAS) atinge todas as faixas etárias, conhecida no mundo todo por ser uma doença crônica devido aumento da pressão arterial sistólica e/ou diastólica, não transmissível, de fácil diagnóstico porém ao mesmo tempo difícil, por ser assintomática, não possui cura apenas controle. Na adolescência a hipertensão está apresentando altos índices prejudicando a vida dos jovens na fase adulta. Com prevenção e cuidado integral dos agravos relacionado a alimentação, pode se prevenir as doenças crônicas não transmissíveis, tais como a doença falciforme, hipertensão diabetes, câncer, doença celíaca, entre outras e contemplar as necessidade alimentares, ou seja, apenas com uma alimentação saudável pode-se controlar e prevenir muitas doenças. O objetivo do presente trabalho é demonstrar os fatores contribuintes para o desenvolvimento da hipertensão arterial no período da adolescência dos jovens de hoje. O estudo foi desenvolvido no ano de 2015 mediante pesquisa bibliográfica revisando artigos selecionados na base de dados SCIELO, REBEn, Jornal Pediatra e Ministério da saúde, complementado com a Pesquisa bibliográfica da Faculdade Campo Real. Como resultado desta pesquisa notamos que que a maioria dos jovens hipertensos possui a doença devido sedentarismo por não se alimentar adequadamente ingerindo os fast food deixam de ingerir os nutrientes necessários para o funcionamento adequado do organismo. Os índices da hipertensão vai continuar aumentando a cada ano se os jovens não praticarem esportes e ter uma qualidade de vida mais saudável. Com este trabalho conclui-se que a hipertensão é um dos maiores problemas que enfrentamos na saúde pública onde a meta é sempre reduzir o índice de novos casos da doença onde é possível com palestras nas escolas infantis e até mesmo nas escolas nas fundamental e médio onde a criança absorverá os temas abordados e saberá o que é melhor para sua saúde, nelas serão explicados os meios de evitar a hipertensão e os problemas futuros.

HIPERTENSÃO, ADOLESCENTE, SAÚDE, QUALIDADE DE VIDA, SEDENTARISMO

FATORES DE RISCOS PARA PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM APRESENTAREM A SÍNDROME DE BURNOUT

GRAZIELLE APARECIDA SCHEEL

A Síndrome de Bournout foi descrita pela primeira vez como sentimento de fracasso e exaustão causado por um excessivo desgaste de energia, força e recursos, descrevendo como um “incêndio Interno” resultante da tensão produzida pela vida moderna, afetando negativamente a relação subjetiva com o trabalho. O desenvolvimento dessa síndrome decorre de um processo gradual de desgaste no humor e desmotivação acompanhado de sintomas físicos e psíquicos. O trabalhador perde o sentido da sua relação com o trabalho e faz com que as coisas já não tenham mais importância.Por isso é importante identificar os principais fatores de riscos que levam os profissionais de enfermagem a apresentarem a síndrome de burnout e suas consequências na vida do profissional.Nesta pesquisa abordada a metodologia do tipo descritiva, documental e bibliográfica, com o intuito de compreender os principais fatores de riscos que leva profissionais da área de enfermagem a depressão e a forma de seu tratamento. Para a coleta de dados será realizada a pesquisa exploratória bibliográfica, de artigos publicados em revistas, fontes de internet e realizada leitura de livros sobre o assunto abordado. Comparando os fatores preditores dos enfermeiros que atuam em setores fechados de hospitais com os enfermeiros que atuma na atenção básica de saúde, conforme avaliado pelo questionário, apenas uma correlação foi significativa. 90% dos profissionais que atuam em hospitais afirmam que as atividades que desempenham exige mais tempo do que podem fazer em um dia de trabalho, enquanto que na unidade de atenção básica somente 40% afirmam o mesmo. Neste contexto, a produção do conhecimento pode proporcionar melhoria na reflexão sobre a qualidade de vida dos enfermeiros na sua atividade labora á medida que tenham informação quanto ás características e suas consequências, a fim de estabelecer medidas preventivas para síndrome de burnout.

SÍNDROME DE BURNOUT, FATORES DE RISCO, ENFERMAGEM, ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM, PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE

FATORES QUE INFLUENCIAM NO TIPO DE ESCOLHA PELA GESTANTE, SE PARTO OU CESÁREA

TYLA VALENTINA DE OLIVEIRA LESNIESKI

INTRODUÇÃO: A escolha do tipo de parto, normal ou cesariana, é assunto complexo e polêmico e está relacionada ao modo de que como as informações sobre este assunto estão disponibilizadas e acessíveis por elas. Assim, o objetivo deste relato foi analisar os fatores que influenciam no tipo de escolha pela gestante, se parto normal ou cesárea. METODOLOGIA: Estudo caracterizado como revisão integrativa da literatura, do tipo descritivo e com base nos sistemas de buscas SCIELO E BIREME. RESULTADOS: A cesariana é indicada em situações de risco de vida para a gestante ou ao bebê. É, nos dias de hoje, um procedimento cirúrgico na maioria das vezes programado, sem a identificação médica de nenhum risco de vida. A escolha é frequentemente decidida pela gestante. Com a institucionalização do parto, juntamente com os avanços tecnológicos ocorridos em todo o mundo na parte da saúde, foi proporcionado melhor controle dos riscos materno-fetais, ocorrendo uma incorporação de grande números de intervenções durantes os partos que não eram necessários, como o gosto das gestantes pela cesárea, que muitas vezes poderiam ocorrer de forma normal, ou também conhecido como parto normal. A escolha pelo tipo de parto por parte das gestantes está relacionada ao modo de que como as informações sobre este assunto estão disponibilizadas e acessíveis por elas. Durante o pré-natal que deve ser também um instrumento educativo de alto potencial, e conhecido como plano de parto, é ainda pouco desenvolvido em nosso meio. Durante o pré-natal deve ser feito um planejamento, para determinar onde e por quem o parto será realizado e conhecer as alternativas possíveis na assistência, em situações normais e no caso de surgirem complicações. O parto normal é aquele em que o bebê nasce por via vaginal. Este é, muitas vezes, a melhor opção de parto tanto para a mãe como para o bebê, com ou sem anestesia, pois ele acontece de forma natural e possui um menor risco de infecção. Entretanto, há contra-indicações para o parto normal, como a ausência de dilatação, e que devem ser bem avaliadas pelo médico. A decisão entre parto normal ou cesariana deveria ocorrer com o trabalho de parto iniciado. A cesariana é uma técnica que salva vidas todos os dias e seu desenvolvimento foi uma grande conquista da medicina. CONCLUSÃO: A cesárea deverá ser indicada apenas em situações delicadas, onde o risco para a mãe ou bebê não permitisse deixar a natureza agir por si.

PRÉ-NATAL, CESÁRIA, PARTO

FATORES QUE INTERFEREM NA SEXUALIDADE DE IDOSOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

DANKARLA ALVES BAIL
JOELMA LEA SOARES
RAFAELI MARIA KLEMPOVUS

O envelhecimento é um processo indutivo de várias mudanças no individuo, nomeadamente ao nível físico, mental e social. Essas mudanças tendem a afetar a expressão da sexualidade na medida em que se torna necessário para a pessoa idosa redefinir objetivos, ou seja, reconhecer que está numa nova fase do ciclo vital, e que tal como as anteriores, está associada a determinados “acontecimentos padrão”, crises de desenvolvimentos próprias da fase em questão. A possibilidade de um idoso ser infectado pelo HIV parece invisível aos olhos da sociedade, e também dos próprios idosos, que não tem a cultura do uso do preservativo. Temos como objetivos Identificar os fatores que influenciam na sexualidade do idoso, observar o impacto da não sexualidade na vida do idoso, analisar o impacto emocional que essa experiência acarreta no cotidiano do idoso. Para realização desta pesquisa utilizamos um estudo desenvolvido mediante pesquisa documental complementado com pesquisa bibliográfica entre os anos de 2000 a 2014. Para tal processo utilizamos como base de dados periódicos elétricos SCIELO, BIREME E LILACS. E para acessá-los utilizamos ainda os indexadores, enfermagem, Idoso, sexualidade, assistência a idosos. A prática de atividades físicas é capaz de proporcionar melhoras físicas, essas implicarão num melhor bem-estar pessoal fazendo com que o idoso não se sinta frustrado por sua situação física, ocasionando uma vida sexual mais ativa. Segundo Parreno (1984) “só é velho aquele que quiser selo”. Toda pratica de exercícios deve surgir de vontade própria do indivíduo, qual deverá determinar seu ritmo e nível. A adoção de políticas de saúde pública que concentrem suas atividades voltadas para o atendimento de pessoas com 60 anos ou mais deve estar atenta as questões de sexualidade no envelhecimento, onde será necessário quebrar tabus. A sexualidade nesta faixa etária não é discutida e, em alguns casos, é até ignorada. Os idosos devem ser vistos como indivíduos que possuem desejos, necessidades sexuais e fazem projetos para o futuro. A pós o término da pesquisa pode-se perceber que as emoções dos idosos não envelhecem, eles necessitam de carinho, atenção, relações sexuais e outras formas que lhe causam prazer. Por isso é preciso quebrar tabus entro de cada um individualmente, e só assim toda a sociedade terá mudado seus conceitos sobre os que estão na terceira idade.

IDOSO, SEXUALIDADE, ENFERMAGEM, ASSISTÊNCIA A IDOSOS

HOME CARE: EXPANSÃO DO CAMPO DE TRABALHO PARA A ENFERMAGEM, UMA MODALIDADE DE ATENDIMENTO EM CONSTANTE CRESCIMENTO

EDER MARLON SCHWAB
JOSIANE KOSOWSKI
MARIA GORETE HUDYMA

A internação domiciliar foi instituída em seu artigo 1°, através da Portaria n° 2.529 de 19 de Outubro de 2006, no âmbito do Sistema Único de Saúde- SUS. Em seu artigo 2º, define como Internação Domiciliar, o conjunto de atividades prestadas no domicílio a pessoas clinicamente estáveis que exijam intensidade de cuidados acima das modalidades ambulatoriais, mas que possam ser mantidas em casa, por equipe exclusiva para este fim. O primeiro sistema de ADS (Atendimento Domiciliar a Saúde) no Brasil foi criado em 1967 em São Paulo no Hospital do Servidor Público Estadual, com o objetivo principal de reduzir o número de leitos ocupados. Nos dias de hoje, tem havido um crescimento no número de empresas privadas do sistema de ADS, passando de cinco empresas, em 1994, para uma marca superior a cento e oitenta empresas em 1999. A ADS no Brasil divide-se em um grupo de atendimento segmentar, com cuidados exclusivos de enfermagem ou de fisioterapia, e outro com um atendimento multiprofissional, propiciando atenção ao paciente como um todo. Ambos podem estar contidos em serviços públicos ou privados. Assim sendo, poucos serviços semelhantes no mundo podem ser comparados aos nossos em eficiência, criatividade e segurança. O objetivo da pesquisa é apresentar a modalidade de atendimento domiciliar que vem ganhando força, abrindo mais um campo de trabalho para a enfermagem. Este estudo é de cunho descritivo bibliográfico. A coleta dos dados baseou-se na consulta em artigos científicos disponíveis na internet SCIELO, BIREME e LILACS e Ministério da Saúde. Foram analisados artigos publicados entre os anos de 2006 a 2015. A Enfermagem em Domicílio busca proporcionar conforto e segurança para o paciente no domicilio, e tranquilidade para seus familiares. O Home Care requer dos profissionais um perfil específico, pois este tem o papel de facilitador do processo de ajudar o indivíduo e sua família a se determinarem para o cuidado de si por meio de inúmeras estratégias, incluindo a educação, o advogar e o gerenciar. Ser educadora no cuidado domiciliar envolve tanto o ensino do paciente quando dos familiares, sendo uma das mais significativas ações atribuídas a enfermagem no domicílio. Necessitando do enfermeiro conhecimento científico-tecnológico, extrema habilidade no relacionamento interpessoal, competência e perfil próprio, boa comunicação e ética.

ENFERMAGEM, HOME CARE, INTERNAÇÃO DOMICILIAR

HUMANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO CUIDADO DO IDOSO

SANDRA MARIA DOS SANTOS
SILVANA NAVROSKI

Com o aumento da população idosa, torna-se cada vez mais frequente a hospitalização dos idosos nos serviços de saúde. A enfermagem é um campo profissional apto a desenvolver atitudes efetivas e de impacto na atenção à saúde do idoso, podendo o enfermeiro atuar em diversos campos. A presente pesquisa teve como objetivo analisar a humanização na assistência de enfermagem ao cuidado do idoso considerando os problemas enfrentados pelos profissionais de saúde que dificultam o bom atendimento da população idosa, gerando um impacto marcante nos serviços de saúde, que não possuí estrutura suficiente para atender a esta demanda, necessitando de novo planejamento dos serviços voltados para assistência ao idoso. Neste estudo de abordagem qualitativa, os dados foram obtidos através de pesquisa bibliográfica descritiva através de artigos pesquisados na internet frente essa temática, e em estudos realizados anteriormente destacou-se que 87% dos idosos estão satisfeitos com assistência de enfermagem. Este fato interfere diretamente na análise da assistência humanizada. Pois grande é os desafios que os profissionais de enfermagem enfrentam na realização da assistência ao idoso desde da falta de estrutura como no controle emocional que os profissionais devem ter com o idoso exercendo a pratica com muita paciência, respeitando os limites físicos e fisiológicos da pessoa idosa. Sendo assim conclui-se que a humanização deve ser trabalhada, como um desafio a ser superado, aonde os profissionais devem ter mais qualificação à assistência ao idoso uma pratica ainda pouco exercida nos dias de hoje.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM. HUMANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA. IDOSO,

IDENTIFICANDO AS CAUSAS DO SUICÍDIO EM IDOSO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

ROSEMERY RAMOS DE FREITAS
TATIANA MARCONATO POSSEBAM

No Brasil a expectativa de vida está aumentando, isto quer dizer que temos convívio cada dia mais com mais pessoas idosas. Pessoas estas as quais necessitam de mais cuidados e atenção. Nesta fase da vida as pessoas muitas vezes se sentem excluídas pela sociedade e familiares pelo fato de se julgarem inúteis. Quando alcançam a terceira idade, é importante que as pessoas possam conviver melhor consigo mesmas e com os outros, interagindo com as limitações fisiológicas próprias do envelhecimento, as mudanças conforme a tecnologia e os modos de relacionar-se com familiares e comunidade. Essas mudanças podem ser positivas ou negativas de acordo com a interpretação que cada idoso atribuirá aos eventos em sua vida, os quais são influenciados por fatores psicológicos, emocionais, sociais e culturais, cujo dedução pode ser, para a maioria dos idosos, a ideação suicida ou a tentativa de suicídio. O suicídio como todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima que sabia que se produziria esse resultado. A tentativa de suicídio compreende-se aos atos realizados por indivíduos que pretendem se matar, estando relacionado com a impossibilidade emocional do indivíduo identificar alternativas para a solução de seus conflitos e sofrimentos, optando pela morte com resposta. Tendo como objetivo informatizar quanto a importância de existir a presença de familiares em momentos como consulta, datas especiais, para que o mesmo não se sinta sozinho.O estudo foi desenvolvido mediante Pesquisa documental complementado com a Pesquisa bibliográfica, sendo consultado o sistema de comutação da Faculdade Campo Real, abrangendo periódicos integrados ao SCIELO, LILACS e MEDLINE. Levando em consideração que a depressão é uma doença de transtorno do humor, que acomete pessoas de todas as faixas etárias de idade, mas que se faz presente frequentemente na terceira idade. Essa doença tem tratamento, e se diagnosticada precocemente seu tratamento é eficaz prevenindo complicações graves, como o suicídio.

SUICÍDIO, IDOSO, ENFERMAGEM

IDENTIFICANDO OS IMPACTOS DA GRAVIDEZ NÃO PLANEJADA NA ADOLESCÊNCIA: REVISÃO DA LITERATURA

JOÃO GOARACI MENON FILHO
MAURICÉIA DA LUZ

Quando se fala em adolescência, logo vem à mente um período de mudanças de comportamento e de auto descobrimento, o que acaba gerando momentos de conflitos entre o adolescente e a sociedade. Em nosso país a adolescência está dividida em vários aspectos onde a classe social influencia muito nesta fase da vida e acaba em consequências emocionais, econômicas e sociais já que é a passagem de uma fase da vida, sem as responsabilidades de um adulto. Em se tratando também de um período onde tanto mudanças físicas quanto psicológicas acontecem, tudo o que está ao redor acabainterferindo no comportamento sexual, podendo ocorrer uma gravidez indesejada dando um outro rumo ao ciclo natural da vida, pois independente das informações que tem a respeito desse assunto, ele ainda é algo que gera consequências em longo prazo. O objetivo do presente trabalho foi baseado na pesquisa bibliográfica de artigos buscando informações de forma simples, que venham aumentar o conhecimento sobre os fatores de risco para a gravidez na adolescência da importância do conhecimento sobre o assunto e avaliar fatores que leva a adolescente a enfrentar uma gravidez antes da fase adulta. Podemos perceber que a perda de princípios do adolescente é grande em relação à família e a falta do diálogo entre pais e filhos sobre a sexualidade acaba fazendo com que busque informações fora do ambiente familiar e não tem conhecimentos de que existem outras formas de amparos para eles e acabam se perdendo em meio as suas dúvidas. Para não dizer que este é apenas um problema a ser resolvido dentro de casa outros órgãos como escolas, instituições de saúde e a própria comunidade pode contribuir nas informações que o adolescente necessita para que ela não seja interrompida, e que a presença de um filho seja algo que lhe traga satisfação e alegria quando já estiver em um momento de estabilidade na vida adulta.

GRAVIDEZ, ADOLESCENCIA, ENFERMAGEM, FATORES PSICOLOGICOS, PREVENÇÃO

IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM : NO PÓS OPERATÓRIO DE CIRURGIA CARDIACA

CRISTIANE APARECIDA KUCZKOSKI DE ARAUJO

O presente trabalho relata a importância da assistência de enfermagem em paciente cardiopata pós cirurgia cardíaca. A atuação do enfermeiro no pós-operatório corresponde a importantes cuidados, justificando um olhar sistematizado para evitar agravos, na perspectiva da integralidade da atenção. A importância deste estudo se da a responsabilidade do enfermeiro no gerenciamento de sua equipe e assistência prestada ao seu paciente.O objetivo será conhecer através da leitura de artigos a assistência de enfermagem prestada a pacientes no pós operatório de cirurgia cardíaca dando ênfase as necessidades do paciente durante esta fase. METODOLOGIA: Para executar este estudo foram realizadas leituras em livros, sites e artigos acadêmicos, sendo consultado o sistema abrangendo periódicos integrados ao SCIELO e LILACS, para acessa-los foi usado como indexadores palavras chaves. De posse deste material foi realizada a leitura criteriosa que possibilitaram a síntese e analise do conhecimento cientifico desse estudo. Obtivemos como resultado a Verificação de que com o presente estudo que a equipe de enfermagem permanece durante muito tempo com o paciente, o que lhe permite realizar a observação direta e identificação de possíveis alterações ou evoluções no seu quadro clinico. CONCLUSÃO: Conclui-se que é de extrema importância o papel do enfermeiro na liderança de sua equipe, gerenciando e planejando cuidados sistematizados na assistência de enfermagem, voltada ao atendimento a pacientes submetidos a cirurgia cardíaca, pois com a atuação conjunta é possível identificar e prevenir complicações, promovendo assim a recuperação do paciente.

CIRURGIA, CARDIACA, ASSISTÊNCIA, ENFERMAGEM, POS-OPRATÓRIO

IMPORTÂNCIA DO GRUPO DE GESTANTE COMO AÇÕES EDUCATIVAS

DÉBORA KOSTIM
KELLEN VIVIANE MARQUES SIQUEIRA

Segundo o Ministério de Saúde, as atividades de educação em saúde dentro das políticas nacionais de humanização, esses recursos permitem a aproximação entre os profissionais e receptores do cuidado, além de contribuírem para uma assistência humanizada. Dessa forma, o desenvolvimento de ações educativas com gestantes, e familiares juntos visa promoção, manutenção e recuperação da saúde. A gestação é uma fase de transição biologicamente determinado, porem também ocorrem mudanças metabólicas, psicossociais e requer adaptações interpessoais. Assim sendo, tais manifestações emocionais refletem organicamente, através de náuseas, vômitos, excesso de apetite, ganho de peso, quais são notadas na fase gestacional. Dessa maneira é visível a necessidade de ações de saúde. O trabalho grupal deve ser utilizado como estratégia do processo educativo, a construção deste ocorrer a partir das interações entre seres humanos de forma dinâmica e reflexiva. A técnica de trabalho com grupo promove o fortalecimento das potencialidades individuais e grupais, a valorização da saúde e utilização dos recursos disponíveis, além do exercício da cidadania.O trabalho educativo, após estudos nos mostra que não é uma tarefa simples, na saúde uma vez que não se limita a transmissão de informações aos clientes em relação ao cuidado de si e de sua família, é uma pratica compartilhada de troca de saberes a serem desenvolvidos no cotidiano do trabalho em saúde. O grupo de gestante tem o intuito de favorecer a participação das usuárias e a troca de experiências entre elas.Este trabalho teve como objetivo verificar a importância de grupo de gestante como ações educativas.Foi desenvolvida uma revisão bibliográfica, mediante levantamento de artigos nacionais disponíveis nos bandos de dados LILACS E SCIELO. Selecionados artigos que estavam disponíveis na integra.A educação em saúde é um dos principais elementos para a promoção da saúde, e uma maneira de cuidar que contribuiu para que os usuários possam cuidar melhor de si. O grupo de gestante é a troca de experiências, saberes e vivencias o que leva a construção e a reconstrução do conhecimento. Assim sendo, o grupo de gestante é uma forma de complementar um pré-natal de qualidade e acompanhar a gestante de uma forma mais direta e criar um vínculo ainda maior. Isso auxilia na preparação da mulher na fase da gestação, parto e puerpério, é um trabalho complexo e que trás grandes resultados positivos.

GESTANTE, GESTAÇÃO, EDUCAÇÃO EM SAUDE

´

INDICAÇÕES DE PARTO CESARIANO: UMA REVISAO BIBLIOGRÁFICA

SOLANGE DE FATIMA KELLER
THAISE LIA DA ROCHA

O Brasil apresenta elevada taxa de partos cesarianos nas últimas décadas, isso leva a um questionamento sobre a real necessidade e indicações de uma cesária. Justifica-se a escolha do tema deste trabalho devido a relevância de conhecer as reais indicações e também vantagens e desvantagens do parto cesariano, buscando analisar o impacto da epidemia cesariana e seus riscos. O estudo foi desenvolvido mediante a pesquisa bibliográfica. A pesquisa iniciou-se em 2015, foram utilizados os seguintes indexadores: indicações de cesariana, parto e enfermagem, sendo consultado o sistema de computação da Faculdade Campo Real abrangendo os artigos dispostos nos periódicos google acadêmico e scielo, elucidando que são várias as indicações de cesariana, como doenças sexualmente transmissíveis, descolamento precipitado da placenta, anomalias pélvicas, placenta prévia, diabetes gestacional, hipertensão arterial entre outras complicações que possam vim interferir no bom andamento do parto. No entanto as cesarianas sem indicação médica estão associadas a um maior risco de infecção puerperal, mortalidade e morbidade materna, prematuridade, mortalidade neonatal e consequente elevação de gastos para o sistema de saúde. O ministério da saúde vem desenvolvendo trabalhos sobre parto humanizados e melhoria no pré-natal para diminuir custo e reduzir tais índices que vem só aumentando. Conclui desta forma, que é necessário conhecer claramente as indicações de cesária e considerar cada gestação em sua individualidade, estabelecendo assim o plano de parto ideal.

PARTO, CESÁRIA, ENFERMAGEM

INDICE DE DEPRESSÃO POPULAÇÃO IDOSA UMA REVISÃO DA LITERATURA

ANA JULIA CALDAS
LUCIMARA ALVES PRINCIVAL

A depressão é uma doença psiquiátrica, que esta mais frequente em idosos devido a dificuldade em se estabelecer o diagnostico e tratamento, afetando a qualidade de vida, pois os depressivos sentem-se insatisfeitos com o que é proposto em suas vidas. Estudos evidenciam que a prevalência da Estudos evidenciam que a prevalência da depressão em idosos é de 1 a 16% vivendo em comunidades, e 45% que estão com doenças coronarianas apresentam sintomas depressivos graves, visto que esta doença somente é reconhecido pelo paciente e profissional.Objetivo GeralConhecer os impactos sobre a depressão na desenvolvida maior idade. Objetivo Especifico Conhecer os índices da depressão em idosos; Analisar os fatores que contribuem para manifestação da doença; Destacar os principais sinais e sintomas; Identificar as principais dificuldades na realização do cuidado em enfermagem. O estudo foi desenvolvido mediante Pesquisa documental complementado com a Pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica, iniciada com a pesquisa documental, prolongou-se durante todo o ano de 2015, sendo consultado o sistema de comutação da Faculdade Campo Real, abrangendo periódicos integrados ao SCIELO, LILACS e MEDLINE e, para acessá-los, usamos como indexadores: Depressão, Idoso, Profissional da Saúde, não se fazendo restrição aos idiomas de espanhol e inglês. Deste modo, recebemos artigos provenientes da Austrália, Canadá, Cuba, Dinamarca, Índia, Inglaterra, entre outros. De posse dos artigos, mediante a revisão desta literatura e da pesquisa documental efetuada, conseguimos identificar um breve a dimensão da depressão apresentada em idosos. A depressão é um dos grandes problemas de saúde de publica devido seu alto índice de morbidade e mortalidade sua incidência atinge 17% dapopulação mundial, com sinais como perda de peso, sentimento de culpa, suicídio, hipocondria, queixas de dores, e psicose, estes são mais comuns em idosos do que em jovens acarretando problemas cardiorrespiratórios, apesar de ter hoje no mercado uma variedade de antidepressivos, são poucos que responde ao tratamento somente 35%, para ter um bom resultado é necessário conciliar outros meios. A prevalência da depressão em idosos é alta na pratica clinica isso ocorre para prevenir e reduzir os fatores, a depressão esta associada a idade, estado civil, classe social e condições sociais, ela afeta pessoas em qualquer fase da vida, mas se torna serio quando atinge fisicamente e psicologicamente.

DEPRESSÃO, IDOSO, INDICE, ENFERMAGEM, ASSISTENCIA

INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO

TYLA VALENTINA DE OLIVEIRA LESNIESKI

A infecção do trato urinário (ITU) é a infecção ou colonização do trato urinário (uretra, bexiga, ureter e rins) por micro-organismos. A infecção pode ser causada por vírus ou fungos, mas na grande maioria dos casos a infecção é causada por bactérias, principalmente as Gram negativas. Embora a urina contenha uma variedade de fluidos, sais e produtos que o metabolismo excreta, ela geralmente não possui bactérias. Quando bactérias entram na bexiga urinária ou rins e se multiplicam na urina, elas causam ITU. O tipo mais comum de ITU é a infecção da bexiga urinária, também conhecida como cistite. Outro tipo de ITU é a infecção do centro do rim, conhecida como pielonefrite, que é muito mais grave. Embora elas causem desconforto, as infecções do trato urinário geralmente são tratadas rapidamente e facilmente com tratamento médico adequado.Os sintomas mais comuns são a dor ao urinar, aumento na vontade de urinar e coceira. É infecção comum na população geral e a mais prevalente em hospitais.Infecção urinária ou infeção de urina são nomes usados como sinônimo de infecção do trato urinário.A ITU é causada por bactérias, fungos e outros microorganismos que infectam o trato urinário (Rim, ureter, bexiga e uretra). Os principais microorganismos envolvidos são as bactérias Gram negativas, com a Escherichia coli sendo a mais prevalente tanto em indivíduos saudáveis como em pacientes com algum fator de risco como sonda vesical ou em idosos. Essas bactérias estão normalmente presentes na flora intestinal. O sexo feminino normalmente é mais afetado devido à proximidade da uretra com o ânus e por ela ser muito mais curta que a uretra masculina. Quando não tratada adequadamente a infecção pode causar complicações, levando a infecção dos rins e das vias urinárias superiores, passando a ser denominada de pielonefrite. Outros gram negativos importantes são a Klebsiella, Acinetobacter sp e Pseudomonas sp.No homem, normalmente a infecção do trato urinário está associada com o aumento da próstata, como na hiperplasia prostática benigna. Um dos mecanismos de defesa do sistema urinário seria o fluxo constante de urina ou clereance de urina, responsável pela “limpeza” constante de bactérias que enventualmente caiam ali. Com a obstrução ou diminuição desse fluxo, como no aumento da próstata, as bactérias teriam mais tempo para se estabelecer e proliferar.

TRATO URINARIO, BACTERIAS, RINS, CISTITE, PIELONEFRITE

INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO (ITU)

ANA CLAUDIA DE LARA
ANDRESSA CAROLINE MARTINS DA SILVA
FLAVIA FERNANDA DUBIELA

A Infecção do Trato Urinário (ITU), conhecida popularmente como infecção urinária, é um quadro infeccioso que pode ocorrer em qualquer parte do sistema urinário, como rins, bexiga, uretra e ureteres. Esse tipo de infecção é mais comum na parte inferior do trato urinário, do qual fazem parte a bexiga e a uretra. A infecção urinária ocorre quando uma bactéria entra no sistema urinário por meio da uretra e começa a se multiplicar na bexiga. O trato urinário costuma expelir esses organismos estranhos do corpo, mas algumas vezes essas defesas falham e a bactéria em questão passa a crescer dentro do trato urinário, dando início a uma infecção. As causas variam de acordo com o local onde há infecção. Os tipos mais comuns de infecção urinária são a cistite e a uretrite, que acometem a bexiga e a uretra, respectivamente. Nem sempre uma pessoa com infecção urinária apresenta sintomas, mas quando surgem, os mais comuns são: Ardência forte ao urinar Forte necessidade de urinar, mesmo tendo acabado de voltar do banheiro, Urina escura Urina acompanhada de sangue Urina com cheiro muito forte Dor pélvica Dor no reto Aumento da frequência de micções. Os sintomas variam de acordo com o tipo de infecção. Tratamento de infecções urinárias varia muito de acordo com o tipo de cada infecção e sua gravidade também. Geralmente, o tratamento é feito à base de antibióticos. Mas o médico também poderá receitar um analgésico para aliviar a dor e a ardência ao urinar. Os exames que podem feitos para diagnosticar infecções urinárias são: Exame de urina: é o método mais frequente usado para realizar o diagnóstico. A urina é analisada a procura de leucócitos e traços de sangue, sinais de infecção. Fica pronto em torno de duas horas; Cultura de urina: Uma análise de urina feita em laboratório geralmente é seguida de uma cultura de urina, em que o médico usará a amostra do paciente para cultivar a bactéria causadora em laboratório. Esse exame ajuda a identificar a bactéria e quais medicamentos são mais eficazes na ação contra ela. Este é o melhor exame para identificar a infecção e a bactéria causadora dela, no entanto, os resultados demoras de três a sete dias para ficarem prontos; Exames de imagem: o médico também poderá optar por realizar uma tomografia ou um ultrassom para identificar possíveis anormalidades em seu trato urinário. Também para esse fim, o especialista pode solicitar o exame com utilização de contraste para destacar as partes do sistema urinário que apresentam problemas.

ITU, INFECÇÃO URINÁRIA, TRATO URINÁRIO

INFECÇÃO POR CATETER VENOSO PERIFÉRICO E OS CUIDADOS DE ENFERMAGEM

CAROLINE IASTREMSKI MENDES DOS SANTOS
ERALDO SEBASTIÃO DO ESPÍRITO SANTO

INTRODUÇÃO: O uso do cateter venoso periférico (CVP) é um procedimento bastante frequente na enfermagem e indispensável no contexto hospitalar. O objetivo deste estudo foi caracterizar a infecção pelo cateter venoso periférico e os cuidados de enfermagem neste tipo de infecção. METODOLOGIA: Este estudo é descritivo, de natureza qualitativa, do tipo revisão sistemática nas bases SCIELO E BIREME. RESULTADOS: O uso do CVP representa um dos procedimentos mais utilizados na assistência clínica moderna. Nos hospitais, a introdução do CVP é um ato terapêutico nas situações que requerem acesso venoso para a administração de fluidos, fármacos, nutrientes, sangue ou obtenção de sangue e seus derivados e para monitorização hemodinâmica. Como se trata de um procedimento invasivo no qual é introduzido um cateter manufaturado em silicone ou poliuretano, constituído de lúmen único ou múltiplo que pode ser semi ou totalmente implantáveis nas veias dos pacientes hospitalizados. A introdução do CVP trás inúmeras complicações relacionadas ao seu implante, manipulação e manutenção. Entre as complicações mais frequentes tem-se a infecção que, por sua vez, é uma complicação de grande morbidade. Clinicamente, essa infecção é caracterizada por flebite (mecânica ou por manipulação inadequada), infiltração (acúmulo de fluído infundido nos tecidos ao redor da veia) e extravasamento (escape das drogas do vaso sanguíneo para os tecidos circunjacentes). A infecção decorre da quebra de barreiras microbiológicas e a exposição de tecidos a microorganismos que invadem a corrente sanguínea. CONCLUSÃO: Para evitar o surgimento e agravamento da infecção de CVP é necessário que os profissionais de enfermagem tenham conhecimento sobre as medidas profiláticas, habilidade e conhecimento técnico-cientifico e atualização profissional para que possa prestar cuidados adequados e eficazes.

CATETER, INFECÇÃO, VEIA, FLEBITE, HOSPITALAR

INSUFICIENCIA RESPIRATORIA

LUCIANE ANTUNES
MEIRY LARISSA DE OLIVEIRA SILVESTRE

O presente trabalho buscou descrever quais as complicações da insuficiência respiratória (IR) e como pode ser definidacomo a condição clínica na qual o sistema respiratórionão consegue manter os valores da pressão arterial de oxigênio (PaO2) e/ou da pressão arterial degás carbônico (PaCO2) dentro dos limites da normalidade,para determinada demanda metabólica. De acordo com Oliveira et al (2009) a prevenção e o controle das doenças e Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) representam um grande desafio a ser superado por todos os profissionais envolvidos na assistência ao paciente, desde aqueles que administram os serviços de saúde até os prestadores de cuidados assistenciais. Comoa definição de IR está relacionada à incapacidade do sistema respiratório em manter níveis adequados de oxigenação e gás carbônico. A IR pode ser classificada quanto à velocidade de instalação, em aguda e crônica. Na IR aguda, a rápida deterioração da função respiratória leva ao surgimento de manifestações clínicas mais intensas, e as alterações gasométricas do equilíbrio ácido-base, alcalose ou acidose respiratória, são comuns.(OLIVEIRA et al, 2009). .Nessas situações,as manifestações clínicas podem ser mais sutis e asalterações gasométricas do equilíbrio ácido-base, ausentes.Exemplos de tal condição são a doença pulmonar,obstrutiva, crônica (DPOC), avançada. Valesalientar que quadros de IR aguda podem instalar-setanto em indivíduos previamente sadios como, também,sobrepor-se à IR crônica, em pacientes com processosde longa data. Nessa última situação, o uso dotermo IR crônica, agudizada é aceitável. O tratamento da IR deve ser individualizado, emfunção das causas desencadeantes e dos mecanismosfisiopatológicos, envolvidos. Broncodilatadores,corticosteróides, diuréticos, antibióticos e procedimentoscirúrgicos poderão ser de maior ou menor valia,em função das condições de base. Apesar disso, algunsprincípios gerais se aplicam à maioria dos casos.

ENFERMAGEM, QUALIDADE DE VIDA, SISTEMA RESPIRATORIO, DPOC, ENFISEMA PULMONAR

INTERAÇÃO E CUIDADOS PRESTADOS EM ASILOS (ILPI'S) COM PACIENTES IDOSOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

BERNADETE CUCHENERI

Envelhecimento é um acontecimento natural na vida das pessoas, envolvendo fatores psicológicos, físicos, e ambiental. No envelhecimento ocorre muitas mudanças, envolvendo a diminuição progressiva da capacidade de manutenção da vida. Ao conhecermos o idoso doente, saudável ou incapacitaste, é possível conhecer sua historia familiar, em questão ao amparo e cuidados prestados a ele. A questão sobre a instituição asilar tem se tornado cada vez mais delicado tratar sobre este assunto, porque é necessário classificar o idoso que vive uma velhice bem sucedida, daqueles que precisam da assistência de outros, para programar uma forma de suporte mais avançado, por isso os asilos de hoje são chamados de instituição de longa permanência, no Brasil as vagas não são suficiente, devido estarem superlotados por vários tipos de idosos sendo o que precisa de cuidado especializado. Dessa forma o objetivo do estudo e Conhecer a prestação de assistência e cuidado ao idoso nas casas de assistência. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, com coleta de dados de artigos submetidos á analise de dados coletados de artigos dos bibliográficos e baseado na experiência vivenciada pelos autores por ocasião da realização de uma revisão bibliográfica. Os critérios de inclusão definidos para seleção sites do SCIELO, Ministério da Saúde. entre os anos de 2004 a 2013. Analise de dados diz que o envelhecimento é um acontecimento natural, desde que este mantenha a saúde da pessoa que esta entrando nesta fase da vida. A Organização Mundial de Saúde estima que em 2025, existiram 1,2 bilhões de pessoas acima de 60, 80 ou mais anos, no Brasil poderá chegar em 34 milhões de idosos, estas projeções estão ligadas a taxa de mortalidade e fecundidade, juntamente com melhorias aos estados do Nordeste podendo aumentar esses números, porem o idoso esta trazendo grandes preocupações em questões de custos econômicos, sociais e na saúde publica. Conclui que o aparecimento dos asilos foi uma grande conquista para população idosa, principalmente para os que a não tem atenção de seus familiares, a assistência e o convívio com diferentes experiências trazem bons resultados para a população idosa, e as pessoas que trabalham nos estabelecimentos dedicam o seu tempo para cuidar de outras vidas, ate mesmo os próprios "velhinhos" fazem suas caridades atendendo de seus companheiros, para muitos esse cuidado se torna uma satisfação ao ajudar outros.

IDOSO, AUTO-CUIDADO, ENFERMAGEM, ENVELHECIMENTO, ASILOS

MAOS LIMPAS SAO MAIS SEGURAS

EDINA ALMEIDA PEREIRA DE SOUZA
WILSON JOSE DOS SANTOS

INTRODUÇÃO: A higienização das mãos (HM) é um fator de suma importância na cadeia de transmissão das infecções em ambientes onde há necessidade de cuidar de pacientes como clínicas e hospitais. Assim, o objetivo deste relato foi relatar a técnica das mãos limpas são mais seguras, utilizada para a higienização das mãos pelos profissionais da enfermagem. METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão integradora da literatura, realizada em periódícos brasileiros e publicados nas bases SCIELO desde 2010. Foram considerados como critérios de inclusão artigos que descreviam a prática de higienização das mãos, bem como apontavm vantagens, desvantagens e fragilidade e limitações das técnicas utilizadas. RESULTADOS: a técnica de higienização das mãos compreende qualquer atividade exercida pelo profissional da saúde com o objetivo de limpá-las, pelo uso da água e sabão ou de soluções que contenham alcool a 70%. A Organização Mundial da Saúde, OMS, recomenda que a HM aconteça antes de contacto com o paciente, após o contacto com fluídos corporais do paciente, após o contacto com qualquer superficie ou objetos, após a exposição ou contacto com patógenos ou superficie que pode estar contaminada. Os efeitos da higienização diminuem as taxas de contaminação. Contudo, muitos profissionais da saúde são passivos diante do problema e adotam formas pouco originais e criativas para a HM. O processo de conversão do conhecimento pode facilitar a adesão da equipe multiprofissional aos cinco momentos de HM, preconizados pela OMS: Fazer movimentos de rotação das mãos; esfregar ambas as palmas e entrelaçar os dedos para cobrir toda superfície; friccionar os espaços interdigitais, as unhas e as pontas dos dedos, enxaguar as mãos em água corrente e secar com papel toalha. Ela deve ser executada antes e após os atendimentos aos pacientes. CONCLUSÃO: É fundamental a conscientização, treinamento e adesão dos profissionais da saúde à práticas profissionais seguras no atendimento aos pacientes pela aderência a prática da HM, pois, mãos limpas são mais seguras.

ENFERMAGEM, HIGIENIZAÇAO, CONTROLE, INFECÇAO

MORTE RELACIONADA A PREMATURIDADE

VANESSA TEREZINHA OLIVEIRA

Na atualidade a principal causa de mortalidade neonatal está relacionado a fatores perinatais como a prematuridade, passando a ser um problema de saúde global. A prematuridade abrange todo recém nascido (RN) vivo com menos de 37 semanas de gestação completa (<259 dias), a partir do primeiro dia após a data da ultima menstruação (DUM) e com peso inferior a 2.500g. Os óbitos neonatais representam 36% do total de morte em menores de 5 anos, enquanto que na taxa de mortalidade neonatal precoce e tardia 75% estão relacionados a prematuridade. De 70 a 82% das mortes neonatais que ocorreram no período precoce, ou seja, na primeira semana de vida (até 7 dias) e de 35 a 42% que aconteceram nas primeiras 24 horas, 8,4% eram prematuros. Justifica-se a revisão do tema morte ralacionada a prematuridade, devido a importância da orientção e assistência da equipe de enfermagem na redução dos fatores de risco da prematuridade do RN, gerando complicações para o mesmo podendo regredir ao óbito. O objetivo do presente trabalho foi realizar uma revisão bibliográfica sobre a morte relacionada a prematuridade. Para este trabalho foi realizada uma revisão de oito artigos, selecionados na base de dados SCIELO, entre os anos de 1997 a 2013, utilizando termos como: prematuridade, óbitos neonatais, fatores para a prematuridade e morte relacionada a prematuridade. Os fatores da prematuridade que desencadeiam o óbito do neonato podem estar relacionados a: ruptura das membranas, anomalias congênitas, desnutrição, tabagismo, obesidade, infecções no trato urinário, sangramento vaginal (2º trimestre), redução no número de consultas do pré-natal, gestação gamelar e gravidez na adolescência. As taxas de mortalidade neonatal são um coeficiente de indicador de saúde que reflete a qualidade de serviço da saúde. O óbito infantil é algo que não deve ocorrer se o sistema de saúde atuar adequadamente, portanto, ele reflete a situação da equipe de saúde, assim se existir um óbito neonatal deve haver uma investigação das consultas e exames do pré-natal da mãe. Conclui-se que a orientação quanto aos cuidados durante a gestação, a estrutura material e da equipe de enfermagem é essencial para diminuir os índices de morte neonatal prematuro, e podem prevenir partos prematuros e reduzir as taxas de mortes relacionadas a complicações da prematuridade.

PREMATURIDADE, RECÉM NASCIDO, MORTE, ENFERMAGEM

OBESIDADE INFANTIL: CAUSAS, E PROPORÇÃO DE CRIANÇAS COM DISTÚRBIO UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

ANA PAULA MARQUES
FERNANDA DOS SANTOS

Um dos grandes fatores que simboliza é o excesso de peso, devido á preocupação das pessoas com a imagem corporal, pois um corpo magro e esbelto e mais valorizado, trazendo grandes sentimentos de raiva e culpa para quem esta fora de forma, porém o alto índice de obesidade tem atingido crianças e adolescente, e se expandido, visto que este fator esta contribuindo para o aparecimento de muitas doenças como: hipertensão, diabetes tipo II, problemas de coluna e nas articulações. Em busca de solucionar este problema país tem procurado ajuda médica, mas não tem sido uma tarefa fácil, porque muitos hábitos estão enraizados á tempos, pesquisas mostram que o melhor a ser feito é buscar ajuda de equipes multiprofissionais, porque a doença afeta o estado psicológico. Que teve o objetivo de pesquisar sobre o índice de obesidade infantil. Pesquisa realizada através de método científico com auxilio da internet com a biblioteca virtual, Bireme, e Scielo, feita pela revisão de artigos científicos e projeto de conclusão de curso, sobre o assunto: obesidade infantil, buscando informações mais recentes sobre a doença. Justificando a influencia dos pais quanto a alimentação dos filhos e escolha de alimentos influencia muito no ganho de peso infantil, porque estes são maiores gestores para uma educação alimentar, com auxílio da família o tratamento para emagrecer tem se tornado um método muito eficaz comparado a outras alternativas, a obesidade se difere em quatro tipos sendo: tipo I, II, III, e IV, com o passar dos anos a mídia contribuiu para uma alimentação saudável, mas alguns cuidados devem ser tomados principalmente quando envolve crianças, porque não se deve restringir as dietas alimentares, o que faz com que os pais se instruam para adotar praticas para alimentação correta, o que ajuda todos fazerem as refeições juntos. Concluindo-se que é necessário que as crianças sejam informadas sobre os riscos que o excesso de peso ira trazer a eles, através da promoção da saúde podemos aplicar praticas a contribuir com: uma alimentação saudável, e exercício físico este ao ser realizado 3 vezes ao dia trará mais disposição, bom desempenho mental, e saciedade, os pais devem estar atentos com a saúde de seus filhos, para que futuramente a obesidade não transforme suas vidas, porque com a vida adulta fica mais difícil a reeducação. Palavras-chaves: obesidade; crianças; pais;reeducação.

OBESIDADE, CRIANÇAS, PAIS, REEDUCAÇÃO

O CONHECIMENTO DA PACIENTE COM CÂNCER DE MAMA SOBRE A PATOLOGIA E O REGIME DE TRATAMENTO NA CIDADE DE GUARAPUAVA - PR

CAROLINE IASTREMSKI MENDES DOS SANTOS
ERALDO SEBASTIÃO DO ESPÍRITO SANTO

INTRODUÇÃO: O câncer é um processo patológico que tem início quando uma célula anormal é transformada por mutação genética do DNA celular. O objetivo deste estudo foi identificar o conhecimento das mulheres diagnosticadas com o câncer de mama quanto à patologia e o seu respectivo tratamento. METODOLOGIA: Trata-se de uma pesquisa integrativa da literatura onde o propósito é descrever, explorar, classificar e interpretar aspectos de fatos ou fenômenos relatados nas fontes de dados SCIELO e BIREME. RESULTADOS: A célula anormal começa a proliferar-se de maneira inadequada, entrando em desacordo com os sinais de regulação do crescimento no ambiente ao redor da célula. Existem muitos tipos de câncer, dentre eles o mais temido pelas mulheres é o câncer de mama, devido a sua alta frequência e o efeito psicológico que causa, principalmente por afetar a imagem pessoal e a sexualidade. É o segundo tipo de câncer que mais causa mortes no mundo, sendo que no Brasil a incidência de mortes é maior do que em outras regiões. O câncer de mama é a neoplasia mais freqüente entre as mulheres. A incidência de câncer de mama apresentou um crescimento continuo na ultima década, o que pode ser resultado de mudanças sociodemográficas e pela maior acessibilidade aos serviços de saúde. Observou-se que há necessidade de esclarecimento quanto a freqüência e importância do procedimento de auto-exame, uma vez que, embora algumas o tenham realizado e conhecem, a maioria nunca o realizou ou não tem informações sobre ele. Detectou-se que a inúmeras gestantes caracterizam-se por estruturarem-se em núcleos familiares sem renda ou emprego fixos, o que caracteriza o baixo nível sócio-econômico das mesmas, além de possuirem pouca escolaridade ou são analfabetas. Tal situação demonstra que esse método de detecção de problemas, apesar de simples, ainda está longe de alcançar toda população e requer, além de mudança de hábito, maior informação e elucidação sobre sua finalidade. Nesse sentido, relatos apontam que a responsabilidade da prevenção do mama é de todos os profissionais da saúde, independentemente da situação em que atendam a mulher. CONCLUSÃO: Nem todas as pacientes conseguiram demonstrar conhecimento que permita a compreensão dos aspectos inerentes a saúde em decorrência do câncer de mama.

CANCER DE MAMA, CONHECIMENTO, TRATAMENTO

O CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS ENFERMEIROS SOBRE A COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DE LIBRAS

ANA CLAUDIA DE LARA

De acordo com o Código de Ética do Profissional Enfermeiro, em seu artigo segundo, é direito do enfermeiro aprimorar seus conhecimentos técnicos, científicos e culturais que dão sustentação a sua prática profissional. E no artigo quinze, o enfermeiro tem o dever de ofertar uma assistência livre de preconceito de qualquer natureza. Portanto, apoiado por este código de ética e pela Lei Federal 10.436, o profissional da enfermagem tem o direito e o dever de realizar um curso de formação em LIBRAS a fim de prestar uma assistência de qualidade aos Deficientes Auditivos.Objetivo Geral Identificar o conhecimento dos profissionais Enfermeiros sobre a comunicação através de Libras. A deficiência auditiva é o segundo maior tipo de deficiência presente na população brasileira, ficando atrás apenas da deficiência visual. A população com deficiência auditiva necessita de assistência à saúde, sendo que a Língua dos Sinais é o canal que os surdos utilizam para facilitar a comunicação. A comunicação não ocorre somente por mímicas e gestos, e sim uma língua de modalidade visual-espacial, considerada como um sistema linguístico legítimo, apresentando estruturas gramaticais próprias, alcançando a complexidade existente em qualquer língua falada. Trata-se de uma pesquisa descritiva quantitativa. A abordagem quantitativa prevê a mensuração de variáveis preestabelecidas para “verificar e explicar sua influência sobre outras mediante a análise da frequência de incidências e correlações estatísticas”.As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relação entre variáveis.

LIBRAS, ENFERMAGEM, LIBRAS NA ENFERMAGEM, COMUNICAÇÃO

O ENFERMEIRO E O CUIDAR EM ONCOLOGIA PEDIÁTRICA

ANA ANGÉLICA DENIZ
BRUNA RAIRA PATKO

Introdução: Os avanços terapêuticos e o tratamento do câncer tem progredido nas últimas décadas, atingindo 70% das crianças com a doença. Contudo, mesmo com os processos, o câncer já representa a segunda causa de mortalidade infantil. Os tratamentos são vários, incluem a quimioterapia e radioterapia, a cirurgia, imunoterapia e hormonioterapia, transplante e terapia gênica. O cuidado á criança, requer além da inclusão as terapias curativas, o manejo da dor. Inclui o apoio á família, a qual sofre com o diagnóstico da doença, causando desespero aos pais que acreditam ser uma doença incurável. A rotina familiar se desestrutura impondo sofrimento á vida dos pais e da criança. A equipe de enfermagem deverá ser bem estruturada e orientada para cuidar dos pacientes oncológicos. Justificativa: buscar a melhoria da qualidade de vida da criança, com alívio da dor e outros sintomas físicos. Estabelecer uma relação para ajudar a família e ao paciente, através da afetividade conforto ao sofrimento frente á morte. Metodologia: com o intuito de entender os fenômenos da prática de enfermagem em oncologia pediátrica. A pesquisa foi realizada nos artigos referente ao assunto. Os desafios enfrentados pelos profissionais os quais ressaltam a obtenção de conhecimento na área. O estudo foi realizado com pesquisa bibliografica, que possibilitará a interpretação das diversas maneiras que os profissionais de saúde vivenciam e adquirem experiências com crianças em processo de saúde e doenças. Objetivos: identificar as percepções e sentimentos que permeiam a prática de enfermagem com pacientes oncológicos. Conhecer os cuidados destinados ás crianças, internadas com câncer. Conclusão: dentre os artigos pesquisados pode se observar o avanço da doença, principalmente em crianças, considerando as especificidades da doença e o processo de morte. Ressaltando os cuidados da equipe de enfermagem, o equilíbrio emocional e o conhecimento das particularidades que atinge a vida da criança e o convívio familiar.

ENFERMAGEM, ONCOLOGIA, PEDIATRIA, PROCESSO DE CUIDAR

O IMPACTO DA DEPRESSÃO NA TERCEIRA IDADE: UMA REVISÃO DA LITERATURA

LUANA DE FATIMA ROMÃO VIANA

A população acima dos 60 anos de idade tem aumentado significativamente no Brasil. Em 1980, havia 7 milhões de pessoas idosas; atualmente, há em torno de 15 milhões, correspondendo a 8,6 % da população total. No idoso, a depressão tem sido caracterizada como uma síndrome que envolve inúmeros aspectos clínicos, etiopatogênicos e de tratamento. Quando de início tardio, frequentemente associa-se a doenças clínicas gerais e a anormalidades estruturais e funcionais do cérebro. Se não tratada, a depressão aumenta o risco de morbidade clínica e de mortalidade, principalmente em idosos hospitalizados com enfermidades gerais. Enfermidades crônicas e incapacitantes constituem fatores de risco para depressão. Sentimentos de frustração perante os anseios de vida não realizados e a própria história do sujeito marcada por perdas progressivas do companheiro, dos laços afetivos e da capacidade de trabalho bem como o abandono, o isolamento social, a incapacidade de reengajamento na atividade produtiva, a ausência de retorno social do investimento escolar, a aposentadoria que mina os recursos mínimos de sobrevivência, são fatores que comprometem a qualidade de vida e predispõem o idoso ao desenvolvimento de depressão. As competências do profissional de enfermagem que são do cuidado guiado onde estão direcionadas para a avaliação multidimensional domiciliar, habilidades de comunicação, coordenação e transição do cuidado, uso de estratégias motivacionais, educação em saúde e uso das tecnologias da informação. O presente trabalho foi realizado como revisão da literatura e tem por objetivo Identificar os sintomas de depressão nos pacientes idosos, conhecer como é realizada a avaliação da depressão no paciente da melhor idade e analisar o tratamento adequado para amenizar os sinais da doença . A analise de dados coletados originou-se da consulta ao sistema de comutação da Faculdade Campo Real, abrangendo periódicos integrados ao SCIELO e LILACS. Conclui-se que a depressão é uma patologia que afeta todas as faixas etárias principalmente aquelas pessoas que passam por algum episodio de sofrimento em sua vida, desse modo sem auxilio o paciente acaba passando por estágios de solidão, desanimo, afetando suas tarefas diárias comprometendo sua qualidade de vida. O acompanhamento do cliente com depressão é essencial para que ele obtenha um cuidado especial através das estratégias do profissional de enfermagem.

DEPRESSÃO, TERCEIRA IDADE, SINDROME, ENFERMAGEM

O PAPEL DA ENFERMAGEM NA ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE GESTANTES

AKXELI SCHULTZ DE PAULA

A mulher quando descobre que está grávida passa por muitas emoções, sendo essa uma experiência incrível, que envolve a família como um todo. Para tal estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, através de artigos do portal Scielo e web artigos, materiais do Ministério da Saúde e livros do acervo da Faculdade Campo real, tendo como objetivo identificar o papel da enfermagem na orientação e no acompanhamento de gestantes, durante o período gestacional que completo equivale a 40 semanas ou 280 dias. Sendo o ideal, iniciar esse acompanhamento, que corresponde ao pré-natal o quando antes, pois inúmeros são os exames, bem como as dicas e orientações de hábitos saudáveis relacionados principalmente a alimentação, que a gestante deverá colocar em prática, diminuindo assim, as chances da mesma, desenvolver complicações ao longo da gestação, tais como doença hipertensiva específica da gestante, diabetes gestacional, anemia e infecção do trato urinário, sendo ainda essencial a gestante estar em dia com as vacinas, para evitar o aparecimento do tétano e coqueluche no recém nascido, bem como esclarecer todas as dúvidas voltadas para a escolha do parto, que muitas vezes a mulher se deixa influenciar pela mídia e por pessoas próximas e se esquece de pensar em primeiro lugar no que é o melhor para ela e para o bebê, salientando dessa forma os benefícios do parto normal e os riscos relacionados a uma cesariana sem necessidade, cabe ao enfermeiro também, orientar sobre a importância do aleitamento materno, o qual deverá ser exclusivo até o sexto mês de vida do bebê e como complemento até os dois anos, garantindo a ele imunidade contra inúmeras doenças, bem como preveni complicações dentárias e respiratórias e fortalece a relação afetiva com a mãe, a qual quando amamenta também possui benefícios, o seu útero volta mais rápido a sua normalidade, as chances de hemorragia e anemia são mínimas, reduz o seu peso mais rápido, é uma prevenção a mais contra o câncer de mama, devendo-se apenas tomar o cuidado para que o bebê faça a pega correta evitando assim fissuras. Considerando dessa forma essencial o acompanhamento e todas as orientações ministradas pelo enfermeiro, como forma de prevenir ou ainda, intervir precocemente no aparecimento de complicações, diminuindo seus agravos, contribuindo para que a gestação ocorra da forma mais tranquila possível.

GESTAÇÃO, PRÉ-NATAL, COMPLICAÇÕES GESTACIONAIS, ALEITAMENTO MATERNO, ENFERMAGEM

O PAPEL DA ENFERMAGEM NA SOBREVIDA DO PACIENTE RENAL CRÔNICO

ADRIANA LEAL

A Insuficiência Renal Crônica (IRC), geralmente, desenvolve-se após a injúria renal, seguida de perda lenta, progressiva e irreversível da função dos rins. O diagnóstico baseia-se na identificação dos grupos de risco, presença de microalbumina, proteinúria, hematúria e na redução do ritmo de filtração glomerular, avaliado por um teste laboratorial chamado clearance de creatinina. A hemodiálise surge como uma opção de tratamento que permite remover as toxinas e o excesso de água do seu organismo. Nesta técnica depurativa, uma membrana artificial é o elemento principal de um dispositivo designado dialisador, conhecido por “rim artificial”, contudo, podem ocorrer efeitos secundários durante o tratamento, tais como náuseas, vômitos, cefaleias, hipotensão, cãibras, hematomas e sangramentos via FAV (Fistula artério venosa). Esses problemas fazem com que haja uma não adesão ao tratamento, levando a faltas e diminuição do tempo nas sessões de hemodiálise, o que torna o paciente extremamente vulnerável a maiores complicações e mesmo ao óbito. É nesse sentido que o papel da equipe de enfermagem é fundamental, instruindo, monitorando e intervindo quando necessário em intercorrências, bem como esclarecendo ao paciente a importância do tratamento. O objetivo deste estudo visa conhecer a forma como se dá o relacionamento enfermeiro-paciente e como isso influencia na sobrevida do renal crônico e identificar em que ponto relacionamento interpessoal enfermeiro-paciente, favorece o estabelecimento do vínculo terapêutico, bem como as intervenções pertinentes para auxiliar no enfrentamento da patologia e na sobrevida de pacientes renais crônicos.Foi delineada uma pesquisa descritiva bibliográfica. A coleta de dados foi feita a partir de dados online de sites de pesquisa como LILACS, SCIELO e BIREME. O tipo de estudo escolhido foi de temática descritiva bibliográfica, com enfoque na pesquisa qualitativa.

HEMODIÁLISE, PACIENTE, DOENÇA DOENÇA RENAL CRÔNICA, RELACIONAMENTO, ENFERMAGEM

O PAPEL DA EQUIPE DE ENFERMAGEM EM RELAÇÃO AO DESMAME PRECOCE

CAMILA LUCACHEVISKI

O leite materno é um complemento mais importante, nele estão contidos todas as proteínas, vitaminas, gorduras, água contribuindo para que haja um crescimento saudável, este contém ainda substâncias tais como anticorpos e glóbulos brancos, essências para proteger o bebê contra doenças. Desde o início da gravidez, a mulher passa a se preparar psicologicamente para receber o seu bebê e ter uma maternidade sadia. Ao mesmo tempo, a amamentação passa a ser um dos cuidados mais relevantes para a mulher-mãe e seu bebê promovendo um desenvolvimento emocional para ambos transmitindo-lhe segurança e carinho, de modo de facilitar mais tarde, um relacionamento interpessoal contribuindo também para o desenvolvimento psicomotor e ainda, estimula o padrão respiratório nasal do bebê.Devido à modernidade dos dias atuais, a mulher passou a apresentar o quadro de desmame cada vez mais precoce devido a necessidade de voltar aos seus postos de trabalho, introduzindo outros tipos de alimentos cada vez mais cedo na alimentação do bebê. Então a equipe de enfermagem entra em ação para atua na promoção da importância da amamentação e os benefícios para ambos tendo que trabalhar em conjunto com a sociedade com uma educação continua concedendo treinamentos com amamentação desde do pré-natal sendo o papel principal do Programa de Saúde da Família tendo a intenção de prevenir agravos e doenças para mãe e o bebê. O profissional da saúde enfrenta uma demanda bastante diversificada, e para isto, deve estar preparado para orientação da mulher no pós-parto, mostrando a existência de momentos oportunos de educação relacionados a amamentação, comprometendo-se não penas em repassar conhecimentos científicos, mas principalmente pela arte e sensibilidade que pode desenvolver no outro os sentimentos, vontades e que induzem ao aleitamento materno

ENFERMAGEM, DESMAME PRECOCE, BEBÊ, ALEITAMENTO MATERNO

OS BENEFÍCIOS DO PARTO NATURAL EM RELAÇÃO AO PARTO CESAREA

ANA ANGÉLICA DENIZ
BRUNA RAIRA PATKO

O parto natural tem a recuperação mais rápida, tendo assim um menor tempo de internação ocorrendo menos riscos de infecções e também oferecendo uma melhor produção de do leite materno. Muitas mulheres multíparas optam por ter o parto normal por já conhecer os seus benefícios. Para o bebê a certeza que está no tempo certo de nascer, facilita a respiração devido a compressão do tórax, expelindo os líquidos que estão dentro dos pulmões. Ele nasce mais calmo indo direto para o peito da mãe, criando um vínculo mais rápido de mãe e filho. Levando em consideração o contato com as bactérias do canal vaginal, estimulando o sistema imunológico evitando doenças futuras como: Asma e doenças auto imunes, diminuindo o risco de hemorragias pós parto devido a contração uterina que ocorre durante e após o parto, que se faz necessário para o corpo da mulher entender que ela já deu a luz e que agora é preciso retornar ao seu normal e se recuperar das mudanças fisiológicas que o seu corpo sofreu. O objetivo deste estudo é trazer para discussão os benefícios do parto natural em relação ao parto cesárea comparando-o um ao outro, é um trabalho voltado para obtenção de conhecimento para profissionais da área da saúde e da comunidade. A metodologia escolhida foi referencial teórico, no qual houve pesquisa em quatro artigos dos sites: SCIELO, e Ministério da Saúde disponíveis on-line, gratuito. Nos artigos utilizados para o desenvolvimento do trabalho observamos que todos os autores concordam que o parto natural é mais benéfico tanto para mãe quanto para o bebê. O parto por cesariana é menos sofrido mais por outro lado traz mais riscos de hemorragia ou até óbitos dependendo do caso. Portanto cabe ao profissional da saúde saber orientar sobre as dificuldades enfrentadas de ambos os partos, e saber instruir a mulher do que é melhor para ela e o seu filho.

PARTO, CESÁREA, NATURAL, BENEFÍCIOS, ENFERMAGEM

PAPEL DO ENFERMEIRO NA ONCOLOGIA PEDIÁTRICA EM QUIMIOTERAPIA

KETLEN CHAIANE JOSE DA LUZ
SARAH JENIFFER MORAES

A quimioterapia é um tratamento que tem como função em tratar um paciente oncológico que esta com seu quadro de saúde avançado, conservando o seu estado normal, prevenindo possíveis complicações decorrentes. Ela é feita de acordo com o tipo de tumor e varia em cada caso, somente assim o médico indicara o final do tratamento. Ela não causa dor, algumas vezes os remédios pode causar sensações de desconforto. O paciente pode manter suas atividades de trabalho normais, a cada volta o enfermeiro ou o médico deve ser informado sobre tudo que o paciente sentiu depois que recebeu a quimioterapia. O enfermeiro precisa ter o cuidado com o paciente oncológico ocorrendo de forma interacional, havendo troca de ideias, emoções e sentimentos. Para os profissionais a ação requer compreensão, atendimento humanizado e formação de vinculo entre equipe, pacientes e familiares. Cabe ao enfermeiro a orientar a família nos cuidados domiciliares, cuidados e higienes, alimentação, medicamentos e visitas ao médico, a sobrecarga sofridas pelo cuidador durante a doença é intensa e há consequências físicas, psíquicas e sociais, o comprometimento físico e emocional da família é afetado de modo intenso, pois é o papel do enfermeiro cabe ajuda-ló também dando a ele suporte emocional. A pratica do cuidador em relação a oncologia pediátrica é desafiante, uma equipe de enfermagem que atenda as necessidades infantis. Na oncologia não se pode ter preconceito algum perante a doença seja vindo do paciente ao enfermeiro ou vice-versa. Teve como objetivo identificar o papel do enfermeiro na oncologia pediátrica em quimioterapia. A Metodologia foi feita uma revisão bibliográfica através de pesquisas, pra achar artigo relacionados com o assunto, usamos as palavras QUIMIOTERAPIA, ONCOLOGIA, ENFERMEIRO E PEDIATRIA, que teve como resultados 13 artigos que foram utilizando três artigos entre o ano de 2002 a 2012, resultados da revista SCIELO, Revista Usp e Senaaires e como base a esses resultados, foi utilizado a palavra ENFERMAGEM e demais artigos relacionados com quimioterapia. Este artigos você encontra online e gratuitos nesses sites citados e são encontrados em português.Diante disso podemos concluir que a nítida e total entendimento sobre os cuidados do enfermeiro, do hospital, da equipe de enfermagem e da família cientizando de que o paciente venha chegar a óbito ou evolução do seu quadro, os cuidadores cuidam de fato, da vida.

ONCOLOGIA, PEDIATRIA, ENFERMAGEM, QUIMIOTERAPIA

PERCEPÇÃO DO ENFERMEIRO NO USO DO PROTOCOLO DE MANCHESTER NA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO EM UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTOS

KATIA TOLEDO DOS SANTOS
NOELI APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS

O Enfermeiro possui conhecimentos e habilidades específicos para definição de prioridades de atendimento, e administra o fluxo de oferta e demanda dos usuários nos serviços de urgência do serviço, contribuindo para a diminuição da morbimortalidade, melhorando a qualidade do atendimento aos usuários dessas unidades .Realizou-se uma revisão bibliográfica, nas bases de dados: SCIELO e LILACS, com coleta de dados qualitativos . Foram selecionados 6 artigos que atenderam os critérios de inclusão. O estudo objetivou descrever a percepção do enfermeiro na classificação de risco na triagem dos serviços de urgência e emergência e identificando os protocolos utilizados no respectivo setor. Os resultados encontrados foram que dentre estes, 50% estão vinculadas às atuações do enfermeiro no Acolhimento com Classificação de Risco e 50% aos protocolos utilizados por eles nos setores de triagem. Conclui-se que há necessidade na elaboração de novos estudos relacionados à utilização de protocolos de urgência e emergência por enfermeiros, que no Brasil há pouco incentivo público para utilização desses protocolos, o enfermeiro é peça principal da classificação de risco das unidades de pronto atendimento, detectando os riscos para os paciente e utilizando protocolo de forma adequada e coerente. Não basta apenas ter instalado o protocolo, mas instalar de forma que beneficie a população, agilizando o atendimento de quem necessita ser atendido rapidamente, complementando uma assistência de qualidade e humanizada.

ENFERMEIRO; TRIAGEM; ACOLHIMENTO; URGÊNCIA; EMERGÊ, TRIAGEM, ACOLHIMENTO, URGENCIA, EMERGENCIA

PERCEPÇÃO SOBRE OS FATORES RELACIONADOS AO ATRASO DO DIAGNOSTICO NO CÂNCER DE MAMA

CAMILA FERNANDES ALVES DA SILVA
MILEIDY APARECIDA MILCZWSKI

O câncer de mama é um tumor maligno que acomete a maior parte das mulheres atualmente, e na maioria das vezes nem elas mesmo sabem sobre a doença, pois a maioria dos tumores da mama quando estão no estagio inicial não apresentam sintomas. Os principais fatores relacionados a esta doença são históricos familiar; menstruação precoce; obesidade; idade; menopausa tardia; ausência de gravidez e reposição hormonal. Por isso é muito importante fazer os exames preventivos na idade adequada, ou seja, antes do aparecimento de qualquer sintoma. Outro ponto importante, é ficar atento a alguns sinais como vermelhidão na pele; alterações no formato dos mamilos e nas mamas; secreção escura saindo pelo mamilo; pele enrugada como casca de laranja; nódulos nas axilas. O ministério da saúde recomenda realizar exames clínico anual e mamografia em caso de resultado alterado do exame para mulheres de 40 a 49 anos, e para as de 50 a 69 anos realizar mamografia a cada dois anos e exame clínico uma vez ao ano. Quanto mais demora houver no diagnostico da doença, mais tardio será o tratamento, fazendo com que as células cancerosas se multipliquem descontroladamente, tornando o câncer cada vez maior. Desta forma, o objetivo do estudo é descrever a importância do diagnostico precoce do câncer de mama, pois quanto mais rápido se iniciar o tratamento, há mais chances de cura para a paciente. Para a concretização deste estudo, foi realizado uma pesquisa de caráter informativo, utilizando-se de artigos da scielo, da Revista brasileira de cancerologia, de alguns dados do Ministério da saúde e alguns dados do Instituto nacional de câncer. O presente trabalho trouxe a percepção da grande importância que tem o diagnóstico precoce de câncer de mama, e também a importância do tratamento. Pois se não diagnosticado o câncer certamente vai evoluir, causando assim mais danos à saúde da paciente, sendo preciso retirar a mama completa, e se diagnosticado precocemente iniciando o tratamento o mais rápido possível pode acontecer de a mama ser retirada parcialmente. Conclui-se assim um trabalho voltado para a conscientização das mulheres a realizar mamografia e exames clínicos regularmente conforme orientação médica, e até mesmo realizar o auto exame sempre que possível, pois é prático, rápido, e pode ser realizado durante o banho, porem o auto exame não elimina o exame clinico feito por um profissional de saúde.

CÂNCER DE MAMA, SAÚDE DA MULHER, DIAGNOSTICO TARDIO

PREVALÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE FRENTE À SEGREGAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM SERVIÇOS DE SAÚDE

KATIA TOLEDO DOS SANTOS
VANESSA VIEIRA FERNANDES

A falta de gerenciamento dos resíduos sólidos de saúde vem se tornando uma problemática para os administradores públicos dos municípios brasileiros. O acúmulo inadequado desses resíduos sólidos dos serviços de saúde vem aumentando constantemente, pois, são jogadas toneladas de lixo, diariamente, nos aterros sanitários conhecidos como lixões, esses resíduos de saúde receberam ênfase legal no início da década de 90, quando foi aprovada a Resolução CONAMA n° 006 de 19/09/1991 onde isentou a incineração dos resíduos sólidos originários dos estabelecimentos de saúde. Em virtude disso, a presente pesquisa pretende avaliar o gerenciamento dos resíduos sólidos de saúde em um hospital geral de pequeno porte do município de Guarapuava. Especificamente, buscar mostrar a importância dos profissionais de saúde frente à segregação de resíduos sólidos do serviço de saúde abordando problemas ambientais e sociais; apresentando novas perspectivas de gerenciamento dos resíduos sólidos para o município em destaque. Para a realização desta pesquisa optar-se –a pelo tipo de pesquisa bibliográfica, quantitativa por meio da seleção de artigos pesquisados na internet, os dados quantitativos serão coletados por intermédio da aplicação de um questionário com perguntas fechadas, após analisados e tabulados serão inseridos em gráficos e tabelas. Frente essa temática acredita-se que os profissionais em especial os de saúde, devem ter preparo técnico e teórico na realização da segregação dos resíduos hospitalares.

PROFISSIONAIS, SAÚDE, MEIO AMBIENTE, RECICLAGEM, TRATAMENTO DE LIXO

PREVENÇÃO DE INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM GESTANTES:UMA VISÃO DA LITERATURA

DAIANE MIERZWA
DÉBORA ALINE KLETIKOSKI

Pelo fato de que a infecção do trato urinário é mais comum em mulheres e pode ocorrer em todas as idades, na gravidez é um estado que predispõe a infecção urinaria, devido às mudanças hormonais e mecânicas que ocorrem nesse período, podendo ser afetado parte do trato urinário, sendo que as mulheres possuem a uretra mais curta permitindo que as bactérias tenham acesso mais fácil a bexiga. As Infecções do trato urinário, são classificadas de acordo com a localização, pode ser no trato urinário inferior, (bexiga e estruturas abaixo da bexiga) e no trato urinário superior, (rins e ureteres). As Infecções de trato urinário durante a gravidez pode acarretar algumas complicações, no trabalho de parto pré-termo, recém-nascidos de baixo peso, rotura prematura de membranas, restrição de crescimento intrauterino entre outras complicações. Esse estudo tem como principal objetivo abordar as principais condutas do enfermeiro na abordagem da paciente na prevenção dos casos de infecção do trato urinário durante a gravidez, o enfermeiro deve orientar a gestante na anamnese no pré natal e reconhecer as gestantes que predispõe a patologia. O estudo foi desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica, iniciada com a pesquisa documental, prolongou-se durante todo o ano de 2015, sendo consultado o sistema de comutação da Faculdade Campo Real, abrangendo periódicos integrados ao SCIELO, LILACS e MEDLINE e, para acessá-los, usamos como indexadores as palavras infecção urinaria infecções em gestantes, prevenção de infecção de trato urinário, não se fazendo restrição aos idiomas de espanhol e inglês. De posse dos artigos, mediante a revisão desta literatura e da pesquisa documental efetuada, conseguimos identificar um breve perfil da prevenção de infecção na gestação nos contextos mundial, nacional e local.

INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO, ENFERMAGEM, GESTANTES, PREVENÇÃO

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES A EQUIPE DE ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA AO IDOSO COM AIDS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

MILENA MARINSKI DOS SANTOS
THAYS OLIVEIRA DO AMARAL

A aids é causada pelo Vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) pertencente a classe dos retrovírus. No organismo humano pode ficar silencioso por muitos anos e a pessoa não apresentar nenhum sintoma, a manifestação deste dependerá do estado de saúde do indivíduo. O paciente idoso portador do vírus do HIV apresenta particularidades inerentes ao envelhecimento do organismo, ou seja, ele tem manifestações mais rápidas e severas por conta das doenças oportunistas devido ao declínio fisiológico e imunológico que este apresenta relacionado a idade. O preconceito com a AIDS ainda se mantem vivo nos dias de hoje, cobrando das pessoas idosas portadoras do vírus um preço muito alto em termos de sofrimento, isolamento e solidão, sobretudo por que a discriminação advém principalmente da família e de pessoas próximas, submetendo assim o paciente a um enfretamento negativo da doença. O profissional enfermeiro juntamente com sua equipe do ESF/UBS devem ser a porta de entrada para a assistência da saúde para o paciente e sua família, analisando assim todos os problemas relacionados e buscando resolve-los, proporcionando uma qualidade melhor de vida para esse paciente. O enfermeiro deve ainda desenvolver ações de prevenção das DST e a AIDS para as pessoas da terceira idade, estimulando o uso do preservativo, optando em ter uma vida sexual segura e, também realizando atividades que aumentem a procura pelo teste do HIV, diminuindo assim o diagnostico tardio, proporcionando um tratamento ágil e consequentemente uma melhor qualidade de vida. Elaboramos o presente estudo por perceber que as campanhas de prevenção são voltadas principalmente para o público mais jovem, esquecendo que o idoso é humano, ou seja, quando este adoece busca-se todos os diagnósticos possíveis, menos o da AIDS, pois nunca passa na cabeça que um vô, bisavô possa ter, esquecendo que eles podem ter ainda uma vida sexual normal ou até mesmo podem terem contraído o vírus a muitos anos atrás, pois este pode ficar silencioso no organismo por muito tempo. Para tanto foi consultado o sistema de comutação da Faculdade Campo Real, abrangendo periódicos integrados ao SCIELO e para acessa-los usamos como indexadores as palavras HIV, aids, idoso, enfermagem, campanhas de prevenção. Concluindo assim um trabalho voltado para a conscientização do enfermeiro da importância de sua assistência ao idoso portador da aids e mostrando a todos que a aids não escolhe idade, quem não se previne está vulnerável a ter o vírus.

HIV, AIDS, IDOSO, ENFERMAGEM, CAMPANHAS DE PREVENÇÃO

PRINCIPAIS CUIDADOS DE ENFERMAGEM RELACIONADA AS CRIANÇAS COM CANCER

JECI DE PAULA

O objetivo desse estudo é analisar o cuidado especial que se deve ter com a criança oncológica, promovendo um tratamento holístico envolvendo a família e visando diminuir a ansiedade e o medo que o diagnóstico trás a criança. Essa fase gera mudanças e adaptações fazendo com que a criança tenha grande impacto nos sentimentos. Sendo assim é de grande importância que a equipe de enfermagem desenvolva métodos para reduzir os danos gerados no processo de tratamento, e amenizar toda a situação que vivencia a família e a criança oncológica. Na pediatria a enfermagem usa seus meios de aplicação de conhecimentos, compreensão e técnicas especificas, trabalhando com a promoção, promovendo conforto e o bem estar. O profissional de saúde deve estar ligado à particularidade e a singularidade da criança oncológica e aos demais envolvidos e que estão sob este cuidado, para assim agir de forma reflexiva prestando o melhor cuidado e dando atendimento as necessidades. A neoplasia pode causar danos drásticos quando descoberta, pois junto com a patologia, vem não somente o sofrimento individual da criança, mas sim de seus familiares e profissionais de saúde envolvidos. No cuidado com a criança terminal o apoio emocional e da dor são de grande importância para a criança que está morrendo. Toda a equipe envolvida necessita desenvolver um método mais adequado para responder as perguntas feitas pela criança. A criança com câncer no ambiente hospitalar exige que o profissional de enfermagem aja com intuição, esforço intelectual e muscular. Para isso é necessário que a equipe desenvolva uma sensibilidade mais apurada para que identifique os detalhes mais sensíveis. O estudo revela que o cuidado de enfermagem à criança com câncer é uma ação social complexa permeada por incertezas e por uma relação dialógica vida e morte, ordem e desordem. Trata-se de um cuidado onde o conhecimento técnico e científico e o apoio psicológico para controle das emoções e possivelmente para o alivio do sofrimento revelam-se como necessários aos enfermeiros e sua equipe para uma prática humanizada e qualificada.

CRIANÇA ONCOLOGICA, FAMILIA, CANCER, ENFERMAGEM PEDIATRICA, ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM

PRÓ-ABORTO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA PELA VISÃO DA ENFERMAGEM

SOLANGE DE FATIMA KELLER
THAISE LIA DA ROCHA

A questão do aborto vem requerendo debate de extrema urgência no Brasil considerando o grande número de abortos clandestinos malsucedidos. O presente estudo busca elucidar os pontos principais na discussão deste tema, levando em consideração pontos de vista diversos, e os impactos que tais pontos apresentam nas vidas de mulheres que se expõe à experiência. A pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica através de periódicos, valorizando opiniões legais e de saúde e mostra que não existe um consenso no país Brasil em relação a este assunto. Além da ótica social e religiosa, traz considerações biológicas e do Ministério da saúde, também da Organização Mundial da Saúde e, caracteriza o aborto como questão de saúde pública. Questionando o papel da enfermagem frente a uma situação de abortamento, trazendo à discussão a alegação de objeção de consciência e traçando um perfil da mulher que aborta, desconstruindo preconceitos de imoralidade acerca disso. Logo, constata-se o tema ainda é pouco abordado em razão de questões culturais e a falta de informação faz com que os profissionais de saúde armem-se com percepções baseadas em crenças, o que traz prejuízos ao atendimento em saúde resultando no objetivo contrário de prestar assistência. Conclui-se ainda, que é necessária uma definição e padronização da conduta da equipe de saúde, bem como a orientação da população a respeito manejo da vida sexual e reprodutiva elucidando, dialogando, preferencialmente prevenindo, mas também prestando assistência sobre o aborto.

ABORTO, REPRODUÇÃO, ENFERMAGEM

PROBLEMAS ENFRENTADOS PELA TERCEIRA IDADE FRENTE A SEXUALIDADE

EVA JULIA GRITTEM
JAMYLE DE OLIVEIRA

O envelhecimento é inevitável, fazendo com que todas as pessoas venham presenciar esse período. A mesma possui suas peculiaridades e uma forma única, na qual acontecem varias mudanças atingindo o individuo idoso como um todo, bem como físico, emocional e intelectual e fisiológico, tornando-se necessário que cuidador venha à adaptar-se ao estilo de vida do mesmo, pois este precisa de cuidados especiais. Um dos grandes problemas enfrentado pelos profissionais de saúde é que o alto índice da população idosa tendo uma vida sexual ativa, aumentando assim as taxas de contaminação por doenças transmissíveis. Tem por objetivo mostrar os problemas enfrentados pela população idosa frente a temática da sexualidade. Este estudo é uma revisão bibliográfico com analise da literatura disponível na biblioteca virtual BRASIL-SCIELO (Scientific Eletronic Library Online), artigos disponíveis na íntegra on-line, utilizados na coleta de dados 10 artigos que foram analisados para a pesquisa. Os resultados foram coletados dos dados de sete artigos acadêmicos já publicados, tornando-se possível analisar que a população idosa está cada vez mais se expandido e que segundo expectativas a tendência é aumentar ainda mais, especialmente no Brasil que a estimativa esperada para o ano de 2020 é de 33 milhões, correspondendo portanto a 1,4%de toda a população nacional. Conclui-se que provavelmente daqui a algum tempo a maioria do grupo populacional será formada por idosos. Mostrando assim o quão é importante o papel do cuidador para uma melhor qualidade de vida deste individuo. E que esta fase é marcada por muitos problemas, principalmente quando trata-se de sexualidade, que gera muito preconceito, fazendo com que o idoso se prive de uma vida sexual ativa.

POPULAÇÃO IDOSA, SEXUALIDADE, CONTAMINAÇÃO POR DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEI, PROBLEMAS ENFRENTADOS PELA TERCEIRA IDADE, PREVALÊNCIA DA POPULAÇÃO IDOSA

SEXUALIDADE E ENVELHECIMENTO

FRANCIELE VOLOCHEN OPUCHKEVITCH

Ate recentemente ainda se acreditava que por volta dos cinquenta anos o declínio da função sexual era inevitável em face de menopausa feminina e a instalação progressiva das disfunções da ereção masculina. Além disso a atividade sexual perdia fatalmente seu objetivo e, portanto sua justificativa social. Segundo Freud (1905/1969) o prazer como objetivo da sexualidade humana liberou-a da obrigação de resultado pela reprodução e veio a ser confirmada com a recente emergência do conceito de saúde sexual e a sua dissociação progressiva do conceito de reprodução, o que coloca em evidencia a autonomização da vida sexual e sua importância para a realização e o bem estar durante toda a vida. A saúde física tendo como fato que a doença pode reduzir ou impedir o interesse pela sexualidade em qualquer idade, preconceitos sociais onde e caracterizado por mudanças fisiológicas psicológicas e nos papeis sociais, o autoestima leva as mulheres a aposentar-se no terreno sexual, no qual a iniciativa representa um risco importante de desapontamento e frustração (Leidlum, 1990). Ter conhecimento sobre a sexualidade, onde muitas mulheres deixam de ter relações e se tornam impotentes porque não compreendem as mudanças fisiológicas ligadas ao processo de envelhecimento, interpretam-nas como sintomas de impotência (Johnson, 1970). Status conjugal leva em relevância a limitação das oportunidades de relações sexualizadas, particularmente para as mulheres, à falta de um parceiro disponível pode explicar o abandono de relações sexuais, mas ao mesmo tempo não explica a renuncia a interesses sexuais. Com o passar do tempo, estes fatores passam a pesar ainda mais sobre o individuo envelhecido, restringindo a amplitude das escolhas pessoais. Diante de todos esses fatores podemos nos perguntar: Qual será fator maior que leva as mulheres no envelhecimento a perder a libido. O desapontamento afetivo ou a pratica de uma vida saudável?. A geração que ultrapassou os cinquenta anos de idade marca o inicio de alterações biopsicossociais caracterizando o envelhecimento, com isso confronta-se com um conflito entre os estereótipos e os valores ligados a sexualidade internalizada ao longo da vida e a oferta de recursos que permitem assumir as inclinações pessoais realmente percebidas. A atividade sexual pode continuar durante um longo período após a menopausa, sem que haja dificuldade mecânica ou ausência de lubrificação vaginal. Sendo assim cabe a ao enfermeiro fazer a orientação.

ENFERMAGEM, CAMPO, REAL, FRANCIELE, OPUCHKEVITCH

SÍNDROME METABÓLICA ENTRE OS TRABALHADORES

IVONE PEREIRA VILARINO
JULIANE DE CAMPOS

A síndrome metabólica é um transtorno complexo que pode ser representado por um conjunto de fatores de risco cardiovascular, relacionados à deposição central de gordura e a resistência à insulina, ou seja, é um conjunto de distúrbios que inclui a obesidade abdominal, resistência a insulina, níveis de triglicerídeos altos, HDL baixo e hipertensão arterial. A Federação Internacional de Diabetes possui alguns critérios (são os mais utilizados) que consideram a síndrome metabólica somente quando o paciente apresentar três ou mais características dentre as apresentadas. Sendo assim, a pessoa está com a síndrome e precisa iniciar o tratamento. Glicemia ≥ 100 mg/dl ou diagnóstico prévio de diabetes mellitus tipo 2; pressão sistólica ≥ 130 ou diastólica ≥ 85 mmHg ou uso de anti-hipertensivos. Triglicerídeos ≥ 150 mdl ou tratamento específico. Foram utilizados dez artigos na base de dados bireme e scielo. Todos online e gratuitos. Buscar evidências na literatura em artigos relacionados sobre a síndrome metabólica e os trabalhadores . Nos artigos observa-se a associação entre síndrome metabólica e o profissional da saúde, motoristas de caminhão (carga)e trabalhadores noturnos. Os fatores que favorecem o aparecimento da síndrome metabólica nessas categorias de trabalhadores são basicamente: Estresse, sedentarismo, alimentação inadequada, jornadas exaustivas e sobrepeso. A alguns artigos que chegam a dizer que a obesidade e a síndrome metabólica estão se tornando casos de saúde pública .Os profissionais da área da saúde devem estar atentos para orientar os pacientes quanto a necessidade de uma alimentação saudável, da pratica de atividades físicas na prevenção da síndrome metabólica. Concluímos que o ambiente de trabalho pode ser um fator que contribui para o aparecimento de doenças. Como por exemplo, os trabalhadores da área de saúde estão expostos ao estresse e até mesmo a privação de sono quando precisam fazer trabalhos noturnos, devido ao impacto que a qualidade e a duração do sono podem ter sobre a função endócrina alterando assim, a glicose. Devido ao estilo de vida e ao auto cuidado possuem mais risco a desenvolver características da síndrome metabólica, obesidade central, hipertensão arterial e resistência a insulina.

ENFERMAGEM, SINDROME METABOLICA, TRABALHADORES, TURNO, DOENCA

TIPOS DE RISCOS DE ACIDENTES DE TRABALHO EM AMBIENTES DE SAÚDE

MARIA GORETE HUDYMA

INTRODUÇÃO: Historicamente, os trabalhadores da área de saúde nunca foram considerados uma categoria profissional de alto risco para acidentes de trabalho. O risco com agentes infecciosos é conhecido desde os anos 40 do século XX. O objetivo deste estudo foi identificar os tipos de riscos de acidentes de trabalho em ambientes de saúde. METODOLOGIA: Estudo de cunho descritivo bibliográfico. A coleta de dados baseou-se na consulta em 13 artigos na base SCIELO, BIREME e LILACS, publicados entre 2000-15. RESULTADOS: As medidas profiláticas e o acompanhamento clínico laboratorial, de trabalhadores expostos aos patógenos de transmissão sanguínea, só foram desenvolvidos e implementados a partir da epidemia de infecção pelo HIV/aids, no inicio dos anos 80. As doenças profissionais e os acidentes de trabalho constituem um importante problema de saúde publica em todo o mundo. O ambiente de trabalho hospitalar é considerado insalubre ao agrupar pacientes portadores de diversas enfermidades infectocontagiosas, além de procedimentos que oferecem riscos de acidentes e doenças aos trabalhadores da saúde. Os riscos neste ambiente são classificados em cinco tipos, conforme a Port. nº 3.214, do MSB, de 1978. 1 - Riscos biológicos como as bactérias, vírus, fungos, parasitos, entre outros; 2 - Riscos químicos, substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo do trabalhador pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos gases, neblinas, névoas ou vapores; 3 - Riscos ergonômicos, como o levantamento de peso, ritmo excessivo de trabalho, monotonia, repetitividade, postura inadequada de trabalho; 4 - Riscos físicos: ruído, calor, frio, pressão, umidade, radiações ionizantes e não-ionizantes, vibração e, 5 - Risco de acidentes, como qualquer fator que coloque o trabalhador em situação vulnerável por exemplo, as máquinas e equipamentos sem proteção, riscos de incêndio e explosão, arranjo físico inadequado, armazenamento inadequado. Ainda, as principais causas de acidente são: descuido, imprudência, cansaço físico, corre-corre nos plantões, trabalhar em três ou quatro empregos, falta de esclarecimento sobre biossegurança aos profissionais, estresse emocional e falta de condições ideais de trabalho como equipamentos e recursos humanos. CONCLUSÃO: A inclusão de profissionais da enfermagem habilitados em saúde ocupacional ou em gestão de segurança auxiliará na detecção e análise dos riscos ocupacionais em ambientes de saúde.

ENFERMAGEM, ACIDENTES DE TRABALHO, TIPOS DE ACIDENTES

ÚLCERA POR PRESSÃO NOS MEMBROS INFERIORES: MANEJO E TRATAMENTO

ALISON FABIO DE ALMEIDA
RAQUEL SIQUEIRA CORREIA

O trabalho à ser apresentado busca caracterizar de que forma se manifesta a úlcera dos membros inferiores, quais os principais sintomas, como agir quando eles surgirem e qual o tratamento adequado. As úlceras de membros inferiores, segundo Paladino (2007) são complicações freqüentes em adultos com doença falciforme. Cerca de 8% a 10% dos pacientes homozigotos sofrem com essa patologia, mas em áreas tropicais, há relatos de incidência maior que 50%. A variabilidade ocorre por diferenças genéticas e condições ambientais. São mais comuns em homens acima dos 10 anos de idade. Quanto às úlceras crônicas dos membros inferiores, estas afetam até 5% da população adulta dos países ocidentais, o que acaba se configurando um problema de saúde pública. Sua etiologia está associada a diversos fatores como: doença venosa crônica, doença arterial periférica, neuropatias, hipertensão arterial, trauma físico, anemia falciforme, infecções cutâneas, doenças inflamatórias, neoplasias e alterações nutricionais. O presente trabalho visa apontar quais as medidas necessárias de prevenção São indispensáveis para o cuidado adequado com a úlcera dos membros inferiores. Busca também destacar, por meio de teorias já publicadas, os efeitos e implicações do cuidado tardio desta patologia. Obteve-se como conclusão a importância da execução de um procedimento correto. Um diagnósticos clínicos e laboratoriais adequados são indispensáveis para o sucesso de uma intervenção terapêutica e pra manutenção da saúde do paciente.

ÚLCERA,, FERIDAS, TRATAMENTO., ÚLCERA POR PRESSÃO

VANTAGENS E DESVANTAGENS DO PARTO NORMAL E CESAEA: CONTRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM

JOSIANE KOSOWSKI

O experimento da gestação sempre resultou em um dos momentos mais importantes da vida das mulheres, envolvendo seu parceiro e toda a família, tornando-se único e especial. Um acontecimento que faz parte da vida reprodutiva e consiste numa experiência humana das mais significativas, com forte potencial positivo e enriquecedor.Passaram-se os anos e a obstetrícia evoluiu muito, modificando assim o atendimento a gestante, onde o ato de gestar e parir que eram vistos como fenômenos naturais e fisiológicos, passaram a ser vivenciados como um momento de intenso sofrimento físico e moral. Alterando sua essência original de evento existencial para mãe e filho em acontecimento social. A mão do homem, a grande forma de medicalização e a hospitalização estão intervindo cada vez mais e a mulher está perdendo sua autonomia e até mesmo deixando de ser protagonista na cena do próprio parto.Foi após a Segunda Guerra Mundial que novos conhecimentos e habilidades nos campos da cirurgia, anestesia, assepsia, hemoterapia e antibioticoterapia foram sendo incorporados pelos médicos, em nome da redução da mortalidade infantil e materna. Contudo houve a incorporação de grande número de intervenções desnecessárias, ocorrendo a desvalorização dos conhecimentos e potenciais da mulher.Para que exista a humanização no parto é preciso respeitar a individualidade da parturiente, saber ver e escutar suas necessidades para adequar uma melhor forma de assistência. Visto assim, que aspectos sociais tais como nível econômico, acesso à educação, a informação, bem como aos serviços de saúde, entre outros, e vinculando-se a estes, os fatores culturais entendidos como o complexo dos padrões de comportamento, das crenças e valores transmitidos coletivamente, que se modificam entre cada sociedade e com o decorrer do tempo, interferem e talvez até mesmo determinem a afinidade que a mulher terá em relação ao parto normal e a cesariana.

PARTOS, PARTO NORMAL, PARTO CESARÉA

ENGENHARIA AGRONÔMICA

UTILIZAÇÃO DE GENÓTIPOS RÚSTICOS DE SORGO FORRAGEIRO NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL

ANTONIO REGINALDO DOS SANTOS
MARCELA DAVASSI

Resumo: A cultura do sorgo vem ganhando grande importância no sistema de produção de bovinocultura. Isto se deve ao fato da silagem do sorgo exibir uma alta qualidade nutricional, apta a atender as necessidades dos animais. Os genótipos de sorgo forrageiro possuem condições de adaptação a situações de déficit hídrico e condições de baixa fertilidade do solo, obtendo um rápido crescimento e emissão de perfilhos, e é cultivado em regiões de média temperatura superiores a 20°C. Assim, esta revisão de literatura objetivou compilar informações existentes sobre características dos genótipos rústicos existentes e o comportamento do animal ao alimentar-se desta planta. A silagem do sorgo exibe uma alta qualidade nutricional, apta a atender as necessidades dos animais. O sorgo é uma gramínea que proporciona uma alta digestibilidade, além de ser uma cultura bastante energética, sendo muito utilizada para silagem ou corte verde e para pastejo. A qualidade das pastagens está diretamente ligada ás características da organização estrutural. Os microrganismos que habitam o rúmen possuem a capacidade de digerir a celulose e não a lignina. Como a estrutura destes genótipos contém tanto celulose como lignina, diferenças na proporção de tecidos com lignina influenciam na qualidade das forragens. O melhoramento de plantas desta cultura como o exemplo a EMBRAPA, desenvolveu um híbrido com maior qualidade nutricional, que exibe uma pigmentação amarronzada na nervura das folhas e na medula do caule. Tal característica deste genótipo confere as plantas um menor teor de lignina, o que confere melhor digestibilidade e conversão alimentar, resultando em maior produção de carne e leite. Assim, por meio das pesquisas realizadas, a verificação que genótipos mais rústico de sorgo com maior teor de celulose e menor teor de lignina, possibilitam um melhor aproveitamento animal, resultando em maior produtividade.

SORGHUM BICOLOR (L.) MOEENCH, CELULOSE, LIGNINA, DIGESTIBILIDADE, PRODUTIVIDADE

UTILIZAÇÃO DE CAMA DE AVIÁRIO NA ADUBAÇÃO DA CULTURA DA RÚCULA

ADILSON OPUCHKEVICH
JULIANO RODRIGUES
RENATO PADILHA

A Eruca sativa conhecida popularmente como rúcula é uma planta herbácea anual, pertencente à família Brassicaceae, sua origem é do mediterrâneo, e foi introduzida no Brasil através de imigrantes italianos que apreciavam o sabor picante característico desta planta. Seu cultivo é dado pela demanda de suas folhas, podendo ser consumidas como saladas, refogadas, cozidas e como ingrediente de vários pratos, atualmente seu maior mercado produtor e consumidor esta localizado no estado de São Paulo, cultivada principalmente por pequenos agricultores. Na última década tem crescido muito a técnica empregada nessa área, principalmente pelo cultivo protegido e hidropônico, pelo alto valor agregado ao produto. O trabalho desenvolvido tem o propósito de testar no cultivo da rúcula sob diferentes doses de composto a base de cama de aviário, com o objetivo de estabelecer a melhor dose a ser utilizada. O experimento foi implantado na Fazenda experimental da Faculdade Campo Real, Guarapuava/PR. O delineamento utilizado foi o de blocos ao acaso, com 4 repetições e 5 tratamentos, sendo T1 (Testemunha); T2 (0,25kg); T3 (0,50 kga); T4 (1kg) e T5 (2kg) por metro quadrado. Até o presente momento a cultura encontra-se com 45 dias, e será avaliada aos 55, a fim de verificar a altura de planta, número de folhas e produtividade. Resultados parciais indicam que, visualmente, não há diferença significativa entre os tratamentos, contudo os dados ainda serão analisados por meio do teste de Duncan, desta forma será determinado se houve ou não diferença entre os tratamentos.

ERUCA SATIVA, FERTILIDADE, ADUBAÇÃO ALTERNATIVA

USO DE REGULADOR DE CRESCIMENTO VEGETAL EM PIMENTÃO

LUCAS BASILIO SLOMINSKI
LUCAS ROMANO ZANLORENSE

O pimentão (Capsicum annuum) da família das solanáceas é muito apreciado na culinária por ser consumido de várias maneiras, desde crus em saladas, como também assados ou refogados. Apresenta substâncias e compostos interessantes ao mercado consumidor e indústria, como a capsaicina, que confere o sabor picante e traz alguns benefícios a saúde do homem. Contém também as vitaminas A e C, e ainda baixo valor calórico. É uma espécie de fácil acesso e de boa produtividade, mas com manejo mais caro e difícil se comparado a outras olerícolas. Este trabalho tem como objetivo avaliar o efeito do estimulante de crescimento vegetal (Stimulate), composto a base de Cinetina, Acido Giberélico e Ácido 4-Indol-3-Ilbutirico, sobre o pimentão em diferentes intervalos de aplicação, via foliar. A primeira aplicação foi efetuada 14 dias após o transplantio das mudas. O trabalho foi conduzido a campo na Fazenda Experimental da Faculdade de Campo Real no município de Guarapuava – PR. O delineamento utilizado foi de blocos ao acaso, com 4 tratamentos (testemunha, intervalo de 15 dias, intervalo de 30 dias e intervalo de 45 dias por aplicação), e 5 repetições. A dose utilizada do produto foi de 0,5 l/ha em cada aplicação. Aos 60 dias após a instalação do experimento avaliou-se a altura de planta e número de folhas após 2 aplicações do produto. Resultados parciais indicam que não houve resultado significativo para os diferentes tratamentos realizados. Posteriormente outros levantamentos serão realizados como a produção tanto em frutos como em Kg por planta, tendo mais tempo para que o produto mostre ou não seus benefícios a cultura.

CAPSICUM ANNUUM, STIMULATE, REGULADOR DE CRESCIMENTO VEGETAL

TOMILHO

GABRIEL PENTEADO DE SOUZA

Seu nome cientifico é Thymus vulgaris, originário do Mar Mediterrâneo, pertence a família Lamiaceae, de porte pequeno de até 15cm de altura. Conhecido pelos povos da região mediterrânea já por volta de 2.000 a.C., o tomilho começou a ser introduzido lentamente em outras partes do mundo somente na Idade Média. A França é a principal adepta do tomilho, utilizando-o praticamente em todo tipo de alimento. O Tomilho é uma erva extremamente aromática e contém um óleo essencial chamado timol, que possui ação antibacteriana e desinfetante. Sendo assim, o tomilho é um conservante natural. Existem muitas espécies de tomilho originárias de uma área que abrange desde a Europa até o norte da África. São elas o tomilho-silvestre, tomilho-laranja, tomilho- limão, tomilho da Cóserga, tomilho da Sardenha e tomilho-alcarávia. As mais utilizadas na gastronomia são as oriundas do sul da Europa e do Mediterrâneo. Têm como propriedades a ação antiespasmódica, anti-séptica, anti-helmíntica e antitérmica. O tomilho serve para ajudar no tratamento de asma, bronquite, catarro, gripe, resfriado, pneumonia, flatulência, sensação de enfartamento, reumatismo, inchaço, luxação e acne. É contra indicado durante a gravidez e lactação, assim como em crianças com menos de 6 anos de idade e paciente com insuficiência cardíaca e enterocolite. Os efeitos colaterais do tomilho incluem reações alérgicas, convulsões, problemas no fígado e sangue na urina, quando consumido em excesso. Portanto, é uma planta com propriedades condimentares, aromáticas e medicinais. Deve-se tomar com cautela em uso de chás devido aos seus vários efeitos colaterais em dosagens elevadas.

AROMÁTICA, MEDICINAL, TIMOL, CONDIMENTAR

SILAGEM DE CULTURAS DE INVERNO

FLAVIA SMULEK
GUSTAVO RICKLI
MARIANA CORADASSI

A produção de alimentos no inverno pode ser uma grande alternativa para os agropecuaristas suprirem as possíveis faltas de alimentos nos períodos mais críticos do ano, como por exemplo o outono, onde torna-se possível a utilização das áreas no período de verão para grãos como soja e milho, e no período de inverno como produção de forragem para os animais. Dentre as possíveis culturas utilizadas para produção de silagens encontramos o azevém, aveia, centeio, triticale, entre outros. A utilização destas culturas são influenciadas em função dos estádios de maturação das plantas, as quais variam conforme a cultura e o objetivo da utilização do produto: se for para engorda, necessita-se de uma quantidade de amido em maior escala, então usa-se a cevada, aveia, trigo; quando necessita-se de uma maior quantidade de proteína, usa-se o azevém ou a aveia em ponto vegetativo, em torno de 30 cm de altura antes do espigamento. Para termos um bom resultado, cuidados devem ser tomados em relação à estocagem, pois são produtos que exigem precisão e rapidez durante o processo de ensilagem devido às instabilidades climáticas e também as características dos produtos desde o recolhimento, secagem e compactação. Podem ser utilizados na ensilagem das culturas de inverno os silos aéreos, trincheira e plastificados. A qualidade do produto está ligada diretamente à coleta do material, principalmente em relação ao período de corte e estocagem mantendo as qualidades do produto final a ser ofertado aos animais. Em se tratando de mais uma opção de alimentação para animais, torna-se uma excelente alternativa para que não interfira na utilização das áreas de verão.

SILAGEM, CULTURAS DE INVERNO, ALIMENTAÇÃO ANIMAL

SALSINHA

DOUGLAS MARTINS CAMPELLO
LUIZ CARLOS SLUZALA JÚNIOR

A salsinha possui nome científico Petroselinum crispume e pertence à família Apiaceae. Seus nomes populares são salsa, salsa-de-cheiro, salsa-das-hortas, salsinha e entre outros. Possui vitaminas A, B1, B2, C e D e E, sais minerais e é rica em cálcio, enxofre, fósforo, magnésio e potássio. A cada 100 gramas de salsinha temos cerca de 40 calorias. Possui propriedades condimentares, usada na culinária no mundo inteiro; aromática, através da extração de óleo das sementes, sendo utilizada para aromatizar alimentos e perfumes e; uso medicinal, sendo diurética, abortiva, sedativa, emoliente e antiparasitária, empregada nos casos de bronquite crônica, asma brônquica, digestão difícil, evita mal hálito e reduz gases. Suas raízes e sementes são utilizadas para problemas menstruais, cistite, edemas, pedras nos rins, prostatite, cólicas, indigestão, anorexia, reumatismo e atrites. Deve-se tomar uma xícara de chá, a partir da fervura de raízes, pela manhã em jejum e outra a tarde, para eliminar cálculos renais, tratar inchaço, reumatismo, gota e também é diurético, por isso utilizado em dietas. É recomendado para regularizar o fluxo menstrual tomar um cálice duas vezes ao dia do vinho de salsa, preparado juntando-se com duas colheres de sua semente a uma garrafa de vinho branco, macerar e deixar descansar por 10 dias. É também utilizada para tratar abscessos, feridas, úlceras, chagas, picadas de insetos e para aumentar a lactação emprega-se cataplasma, preparado amassado em pilão e três colheres de sopa de folhas e hastes frescas picadas, juntamente com uma colher de mel, até formar uma pasta. Deve-se passar com uma gaze e colocar 3 vezes ao dia. O mal uso em bebidas podem causar inflamação do nervos, aborto, danos no fígado e hemorragia intestinal e as sementes não devem se utilizadas por grávidas e a paciente com problema renais. Foi visto nesta pesquisa que a salsinha além de tempero culinário, possui várias propriedades curativas, assim como também vitaminas e minerais necessários ao nosso organismo. Como todos alimentos, se ingerido incorretamente pode causar danos a saúde.

SAÚDE, ALIMENTAÇÃO, PROPRIEDADES MEDICINAIS, CONDIMENTARES

QUANTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE AMIDO DE DIFERENTES CULTIVARES DE BATATA DOCE

ISIS DA SILVA MACHADO
RONIELTON FERNANDO ROSA
VINICIUS GUISSO JIACOMELLI

A batata-doce é uma hortaliça tuberosa da família botânica Convolvulaceae, gênero e espécie Ipomoea batatas. Originaria da América Tropical. Seu potencial de produção é alto por ser capaz de produzir mais energia por unidade de área e tempo. E utilizadas na alimentação humana, animal e como matéria-prima nas indústrias de alimento, tecido, papel, cosméticos, na preparação de adesivos e álcool carburante. O amido é a maior reserva de energia em todas as plantas, sendo abundante em sementes, raízes e tubérculos. Polissacarídeo produzido em forma de pequenos agregados denominados grânulos sua biossíntese ocorre numa organela especializada denominada amiloplasto. E utilizado de muitas formas pelo homem, além de fonte de energia biológica ainda na indústria utilizam o amido e derivados para alterar ou controlar textura, aparência, umidade, consistência e estabilidade, expandir ou adensar; clarear ou tornar opaco; reter umidade ou inibi-la; produzir textura curta ou fibrosa; textura lisa ou polposa; coberturas leves ou crocantes. Também serve para estabilizar emulsões para formar filmes resistentes ao óleo, auxiliar em processos e na composição de embalagens na lubrificação ou equilíbrio do teor de umidade. O presente trabalho tem como objetivo quantificar e caracterizar o amido de diferentes variedades de batata doce. Foram utilizadas quatro variedades de batatas, uma de casca rosada e polpa amarela; casca escura polpa branca; casca branca polpa branca; casca roxa polpa creme. Utilizando quinhentos gramas de cada variedade, picado e triturado em liquidificador por um minuto, coado em um pano de louça e decantado em uma bacia por vinte minutos, depois de extraído o suco foi, raspado o amido em um vidro de relógio pesado e secado em estufa a 36º C, medindo o peso de 6 em 6 horas ate atingirem a mesma medida observado em três repetição do mesmo peso. Depois moído este amido a uma amostra em uma lamina adicionou-se uma gota de lugol a 1% para caracterizar o amido. Obteve-se 10,2 % de amido da de casca rosada e polpa amarela; 7,4% da casca escura e polpa branca; 6,4% da casca branca e polpa branca e 4,1% da casca roxa polpa creme. Conclui-se assim que a melhor variedade para cultivo objetivando a extração de amido seria a variedade de casca rosada e polpa amarela popularmente conhecida como batata abóbora por apresentar maior percentual de amido por unidade de kilo grama

IPOMOEA BATATA, VARIEDADES, CARACTERIZAÇÃO, EXTRAÇÃO DE AMIDO, BATATA ABOBORA

ORÉGANO

DEBORA MASCHIO
KARINE DE PAULA

Origanum vulgare L. da família Lamiaceae, a palavra “Orégano” tem origem na Grécia Antiga e significa “alegria da montanha”. É nativa de regiões montanhosas e pedregosas do sul da Europa e cultivada no Sul e Sudeste do Brasil. Seu óleo é usado na composição de aromatizantes de alimento e de perfume. A literatura atribui a esta planta propriedades medicinais estimulantes do sistema nervoso, forte ação analgésica, espasmolítica, sudorífica, estimulante da digestão e da atividade uterina, expectorante brando, gripes e resfriados, indigestão, flatulência, distúrbios estomacais, cólicas menstruais, bronquite, asma, artrite, dores musculares. Suas sementes podem ser plantadas diretamente no local definitivo da horta, ou podem ser plantadas em sementeiras e depois transplantadas, quando possuírem 4 pares de folhas definitivas. A germinação das sementes geralmente ocorre em duas semanas. A colheita é feita da parte aérea e pode iniciar quando a planta estiver com pelo menos 20 cm de altura. O sabor das folhas é mais forte quando estão secas, e esta é geralmente a maneira em que são usadas. As folhas frescas podem ser deixadas para secar em um local escuro, quente, seco, e que seja bem ventilado. Na Itália existe o hábito popular de usar compressa feita com uma bolsa cheia de suas inflorescências frescas e brevemente aquecidas para aliviar as dores de torcicolo e seu óleo essencial tem demonstrado boa atividade bactericida e fungicida contra diferentes patógenos. Conclui-se que o orégano é uma planta que além de ser um tempero muito usado por conta de seu gosto característico e gostoso, apresenta as mais diversas propriedades medicinais.

OREGANO, MEDICINAL, CONDIMENTAR, AROMÁTICA

MELISSA OFFICINALIS L

ADRIANA LUSTOSA BERLING
CAROLINA RODRIGUES NIECKARZ

A melissa (Melissa officinalis L.) conhecida como melissa, melissa-romana, melissa-verdadeira, salva-do-Brasil, bálsamo-doce, pertencente à Família Lamiaceae. O nome provém do grego “mel de abelha” por ser uma planta atrativa para as abelhas. É uma erva medicinal, aromática e condimentar, perene, arbustiva, herbácea, ereta, podendo atingir de 30 a 100 cm de altura, caule de secção quadrangular, aromático. Mede de 5 a 8 cm, flores brancas, amarelas ou roxa e seu odor é semelhante ao do limão. É originaria do Sul da Europa, se desenvolvendo bem em temperaturas ideal entre 15°C e 20°C, mas pode ser cultivada entre 4°C e 25°C, a planta é sensível a temperaturas muito baixas e a geadas. Tem preferências a solos bem-drenados, exposição solar, locais quentes parcialmente sombreados e é tolerante a solos secos. O plantio é feito por meio de sementes, divisão de touceiras ou estacas. A colheita de folhas deve ser feita pouco antes da floração. As partes utilizadas são folhas, flores e caule. A melissa possui componentes químicos importantes extraídos das folhas como óleo essencial contendo citral, limoneno, taninos, ácido caféico, clorogênico, entre outros. O óleo essencial atua no ssistema nervoso autônomo e protege o cérebro de receber estímulos externos excessivos. Tem efeitos calmante, antiviral, antibacteriano, antidepressivo, antiemético, antiespasmódico, carminativo, digestivo, febrífugo, sedativo, tónico, hipertiroidismo, insônia e dores de cabeça. Externamente, é usada para tratar herpes, picadas de insetos, gota e dores. Também é utilizada como condimentar ´por exemplonem carnes, saladas e licores. O chá é feito de folhas verdes por infusão. A variação de quantidade de folhas para cada 1 litro de água pode variar de acordo com o gosto e necessidade de cada pessoa. A erva-cidreira é considerada segura, inclusive para crianças, contudo, pode abaixar a função tireóide, o que pode ser benéfico para algumas pessoas, mas pode prejudicar outras.

MEDICINAL, CONDIMENTAR, AROMÁTICA

MANJERICÃO

ANNA BETINA STEMMER
BRUNO EHMS MISS

O nome científico do manjericão é Ocium Basilicum Varo Crispum e ocorre anual ou bianualmente segundo as condições do ambiente. Têm folhas rugosas, finamente dentadas e ovaladas, seu caule é ereto e ramificado e a planta pode medir até 50 cm. Na parte superior apresenta flores brancas ou mais menos comumente roxas. Popularmente é chamado de Alfavaca, Alfavaca-cheirosa, Alfavaca-de-jardim, Alfavaca-doce. As propriedades medicinais dessa planta combate o cansaço, depressão, enxaqueca e insônia É antiespasmódico, digestivo, diurético e carminativo. Combate à falta de apetite, parasitas intestinais e dispepsias nervosas, pode aumentar a secreção de leite em mulheres grávidas e diminuir estados febris e para irritações cutâneas. Para isso são utilizados de diferentes formas como por infusões, pomadas, cozimentos, cataplasmas, tinturas, loções, xaropes, bálsamos, em pó, sabões, cremes, seco ou fresco (uso externo), ou como condimento em saladas, comida vegetariana, sopas, carnes, macarronadas, molhos e ensopados. Pode-se consumi-lo com azeite de oliva ou alho picado para todos os alimentos. Uma vantagem para essa planta é que não necessita de demasiado espaço para ter alguns ramos. O manjericão cresce abundantemente em vasos ou com plantio em solo se você dispõe de uma horta ou jardim, é importante que a planta receba sol sempre (6 – 8 horas de luz por dia), por isso é mais suscetível a crescimento no verão, apesar de poder-se colher folhas de manjericão durante todo o período que o tenha em cultivo. É importante mantê-lo “abrigado” de temperaturas mais baixas durante o inverno. É uma planta de fácil cultivo, pode-se semeá-la diretamente em solo naturalmente fertilizado. Um dos segredos pra manter a planta saudável é sempre cortar as flores para prevenir que as mesmas o deixem crescer. O uso mais popular é na culinária, mas pode-se observar que pode ser amplamente utilizada na área medicinal.

MANJERICÃO, PLANTA MEDICINAL, CONDIMENTAR

EFEITOS DE DIFERENTES TIPOS DE COBERTURA DE CANTEIROS SOBRE A PRODUÇÃO DE COUVE MANTEIGA

JOÃO HENRIQUE IURKIW
MATHEUS DO NASCIMENTO
RAFAEL MOREIRA ZENI

A couve manteiga (Brassica oleracea var. acephala) é originária da Costa do Mediterrâneo e apresenta grande importância econômica por apresentar facilidade no cultivo. É bastante atrativa, pois quando cultivada em pequenas propriedades, na forma tradicional, proporciona colheitas semanais, quando bem conduzidas. A utilização de cobertura de solo para a produção de hortaliças, é utilizada para diminuir a desagregação do solo, aumento do número de plantas invasoras, e mantém a umidade e temperatura do solo em níveis adequados para a produção de plantas. O experimento foi conduzido na Fazenda Experimental da Faculdade Campo Real, localizada no município de Guarapuava-PR, com o objetivo de avaliar os efeitos de diferentes tipos de cobertura de canteiros sobre a produção da couve manteiga. O delineamento experimental utilizado foi de blocos ao acaso, com quatro tratamentos e cinco repetições. Serão utilizados os seguintes tipos de cobertura morta: T1: testemunha (solo sem cobertura); T2: serragem de madeira, T3: aveia-preta e T4: composto de serragem de madeira mais aveia-preta. Quarenta e dois dias após o transplantio das mudas foi avaliado o número de folhas e a altura de plantas. Os resultados foram submetidos a análise de variância e suas médias analisadas com o teste de Duncan a 1% de probabilidade do erro. Dessa forma, resultados parciais indicam que para todos os tratamentos não houve diferença significativa entre a altura de plantas, com altura de plantas variando de 12,2 cm a 13,02 cm. Para o número de folhas, o T3 composto de aveia preta como cobertura, apresentou ser o mais eficiente estatisticamente, quando comparado com os demais. Ao final do ciclo da cultura ainda será avaliado a massa verde das folhas, o índice de área foliar e a massa verde das raízes.

BRASSICA OLERACEA, MATÉRIA ORGÂNICA, PLANTA DANINHA

EFEITO DE DIFERENTES APLICAÇÕES PARA O CONTROLE DE MOLÉSTIAS NA CULTURA DO TOMATE

CIELI BERARDI RENCZECZEN
NOEL FOREKEVICZ
WALDICK ROZANSKI

O tomate (Lycopersicum esculentum) é uma cultura de grande importância nutricional e econômica onde ocupa o segundo lugar entre as culturas oleáceas, por ordem de importância econômica podendo ser consumido de forma in natura, manipulado ou industrializado. É uma cultura de alta exigência nutricional e muito suscetível à doenças e pragas, o que eleva seu custo de produção. Tendo como objetivo estudar o desempenho de diferentes controles de doenças no tomate com a utilização de aplicações de silício, calda bordalesa e o uso do controle agroquímico recomendado para a cultura, obtendo assim resultados das diferentes aplicações. O trabalho foi instalado na Fazenda experimental da Faculdade Campo Real, localizada no município de Guarapuava, PR. O delineamento utilizado foi o de blocos ao acaso com 4 tratamentos e 5 repetições. Os tratamentos utilizados foram: testemunha (sem controle das doenças); controle com agroquímico recomendado (dose recomendada); calda bordalesa (dose recomendada) e silício (dose recomendada). O presente trabalho ainda está em fase de avaliações, não apresentando resultados parciais, pois não ocorreu incidência de doenças até o momento. Com isso, ao final do ciclo da cultura serão avaliados parâmetros de desenvolvimento e de crescimento ativo paramétricos e não destrutivos, como o número de brotações, o índice de área foliar, incidência de pragas, incidência de doenças, altura de planta, produtividade, diâmetro de fruto e percentual de planta sadia. Ainda assim, visualmente, através de visitas ao campo experimental, resultados parciais indicam que há uma série deficiência de magnésio, pelas plantas apresentarem sintomas clássicos dessa deficiência como o amarelecimento das folhas e uma rede verde espessa das nervuras.

SILÍCIO, CALDA BORDALESA., CONTROLE.

DIFERENTES FONTES DE NITROGÊNIO NA CULTURA DO TOMATEIRO E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DA PLANTA

DIELLE BRAZ DE SOUZA
EDERSON LUCAS MEDEIRO
JOSÉ DE CARVALHO JÚNIOR

Dentre as hortaliças, o tomate (Solanum lycopersicum L.) é a cultura com maior importância econômica no Brasil e uma das mais significativas no mundo. A cultura é considerada uma das espécies mais exigentes em adubação, sendo que as exigências nutricionais do tomateiro é de suma importância. O uso eficiente de fertilizantes exige uma diagnose correta de possíveis problemas de fertilidade do solo e nutrição da planta, antes e após as adubações. Este trabalho tem por objetivo avaliar a influência de diferentes fontes de nitrogênio na cultura do tomateiro. O experimento foi conduzido na fazenda experimental da Faculdade Campo Real, Guarapuava, PR. Foi utilizado o delineamento em blocos casualizados, quatro tratamentos (fontes de nitrogênio) e 5 repetições. Os tratamentos são: T1: sulfato de amônio; T2: nitrato de cálcio; T3: uréia e T4: composto orgânico de ovinos. Em todos os tratamentos, a dose de nitrogênio foi mantida para que apenas a variável fonte de N pudesse ser analisada. As variáveis analisadas, 15 dias após transplantio, foram o diâmetro do caule e a altura de planta. Os resultados foram submetidos a análise de variância e suas médias comparadas com o teste de Duncan a 1% de probabilidade de erro. Resultados parciais indicam que não houve diferença entre as fontes de nitrogênio em relação à altura de planta. Já em relação ao diâmetro do caule, o tratamento com Nitrato de Cálcio foi o que resultou em menor diâmetro em comparação às demais fontes utilizadas. Isso indica que possivelmente a fonte utilizada do fertilizante pode ocasionar diferenças no desenvolvimento e produtividade das plantas.

SOLANUM LYCOPERSICUM, ADUBAÇÃO NITROGENADA, FONTES DE NITROGÊNIO

DESEMPENHO AGRONÔMICO DA CHICÓRIA EM FUNÇÃO DA ADUBAÇÃO QUÍMICA E ORGÂNICA

JEFERSON IASUNIKI TOMEN
JOEL HARTIU
MATEUS NEIVERT

A Chicória (Cichorium sp) ainda é uma espécie pouco consumida quando comparada com outras espécies de sua família, porém apresenta propriedades importantes na alimentação, é uma espécie de fácil acesso, relativo índice produtivo, bem como, ciclo vegetativo curto e de fácil manejo. Objetiva-se no presente trabalho, avaliar o efeito da adubação (a lanço) sobre a produtividade da cultura. O trabalho foi conduzido a campo na fazenda experimental da Faculdade Campo Real no município de Guarapuava-PR, segundo delineamento de blocos ao acaso, com 03 tratamentos (T1: testemunha; T2: 1800 kg/ ha de N, PO2O5, K2O na concentração 4:14:8 respectivamente, acrescido de 8000 kg/ ha de fertilizante orgânico de cama de aviário e, T3: com 3600kg/ ha em N, PO2O5, K2O na concentração 4:14:8, acrescido de 160kg de fertilizante orgânico de cama de aviário) com 10 repetições. Os resultados foram submetidos a análise de variância e suas médias comparadas ao testes de Duncan a 1% de probabilidade do erro. Foi avaliado altura das plantas e número de folhas onde os resultados parciais após 45 dias do transplante indicam que inexiste diferença estatística, contudo, especialmente nos primeiros dias após o transplante, observou-se visualmente que alguns indivíduos apresentaram dificuldades em pegamento, fator este, que pode estar relacionado ao possível estresse nutricional, os índices referentes a taxa de mortalidade podem ser constatados através dos dados de levantamento de campo que indicam 0,67% para T1, 6% para T2 e 30% para T3.

MANEJO, CICHORIUM SP, PRODUTIVIDADE

DESEMPENHO AGRONOMICO DA CENOURA EM DIFERENTES NÍVEIS DE COMPACTAÇÃO DO SOLO

CICERO WICHINIESKI
JEAN ROZANSKI
MAIKON DIONATAN TRAUTHMAN

A cenoura é originária da Ásia, é muito apreciada na culinária devido à sua digestibilidade e pelas muitas propriedades benéficas à saúde. É utilizada como matéria prima por muitas indústrias processadoras de alimentos. O objetivo do presente trabalho consistiu em avaliar o desempenho agronômico da cultura (cultivar Alvorada), em solos com diferentes níveis de compactação. O experimento foi conduzido a campo na fazenda experimental da Faculdade Campo Real, Guarapuava, PR. A adubação de base foi realizada baseada em análise de solo sendo aplicado adubação química na formulação NPK 2-20-18 (750 kg/ha). O delineamento experimental utilizado foi o de blocos ao acaso composto por quatro tratamentos, sendo T1: testemunha (solo escarificado); T2: levemente compactado; T3: mediamente compactado e T4 altamente compactado, com cinco repetições, totalizando 20 unidades experimentais. Ao final do ciclo da cultura será avaliado o comprimento das raízes, diâmetro das raízes, peso das raízes e altura da parte aérea da planta. Os resultados serão submetidos a análise de variância e ao teste de Barttlet para verificar a homogeneidade e suas médias comparadas ao teste de Duncan a 1% de probabilidade do erro. A cultura encontra-se em meio de ciclo, não sendo possível a avaliação dos parâmetros de produtividade, contudo, resultados parciais indicam que sobre o solo altamente compactado a cultivar teve um menor crescimento em altura comparado aos outros tratamentos, proporcionando uma proporcionalidade entre compactação e baixa estatura de planta o que pode vir a resultar em perdas de produtividade.

DAUCUS CAROTA, PRODUTIVIDADE, COMPACTAÇÃO

CRESCIMENTO E PRODUÇÃO DE REPOLHO EM FUNÇÃO DE DOSES DE NITROGÊNIO

ALEXSANDRO BRAGAGNOLO
GIAN RICARDO GRECHINSKI
GILVAN SAMUEL MAZON

O repolho (Brassica oleracea) é originário da costa do mediterrâneo. As plantas são herbáceas, anuais, de baixo porte, folhas de tamanho médio a grande, arredondadas e cerosas. É um dos vegetais mais utilizados pois pode ser usado em diversas formas de preparo. O nitrogênio é um nutriente essencial para o desenvolvimento das plantas e muito requerido para aumentar o desenvolvimento vegetativo das mesmas. Neste trabalho objetivou-se avaliar a resposta das plantas em função da aplicação de diferentes níveis de nitrogênio. O experimento está sendo conduzido em área da fazenda experimental da Faculdade Campo Real, em Guarapuava-PR. O espaçamento utilizado foi de 35 x 35 cm entre plantas e entre linhas, o delineamento utilizado foi o de blocos inteiramente ao acaso, contendo 4 tratamentos e 5 repetições, sendo: Tratamento 1; 300 kg/ha de N, tratamento 2; 200 kg/ha de N, tratamento 3; 50 kg/ha de N, tratamento 4; 00 kg/ha de N. Aos 41 dias após o plantio foi avaliado o número de folhas produzidas por planta. Os resultados foram submetidos a análise de variância e suas médias comparadas com teste de Duncan (1%). Resultados parciais indicam que não há diferença significativa entre os tratamentos. Isso significa que que no estádio inicial de desenvolvimento da cultura do repolho, diferentes doses de nitrogênio podem não ter influência no número de folhas formadas. No entanto, outros resultados serão obtidos ao final do ciclo da cultura, o que pode auxiliar em um melhor entendimento sobre a resposta da cultura à adubação nitrogenada.

BRASSICA OLERACEA, PRODUTIVIDADE, ADUBAÇÃO NITROGENADA

CONSORCIAÇÃO ENTRE COUVE MANTEIGA E MANJERICÃO NO CONTROLE DE INSETOS PRAGA

JOÃO THIAGO KRYVYI
LEONARDO ZANETTI
SÉRGIO SHON STEFANSKI

A couve (Brassica oleracea) é uma olerícola muito apreciada, sendo suas folhas consumidas in natura ou em várias formas de preparo. A couve é uma planta muito atacada por pragas como os pulgões (Brevicoryne brassicae) e lagartas (Pieris brassicae L), que danificam suas folhas, o que leva à perda de qualidade do produto. O manejricão (Ocimum basilicum) é uma planta bastante utilizada como tempero e também conhecido por seu aroma característico. Alguns trabalhos mostram que o manjericão possui efeito repelente para alguns tipos de insetos. Baseando-se nisso objetivou-se no presente trabalho verificar a interação da couve manteiga com o manjericão, com intuito da diminuição da ocorrência de pragas e, com isso, evitar a utilização de produtos químicos. O experimento está sendo conduzido na Fazenda Experimental da Faculdade Campo Real, em Guarapuava/PR, com o uso do delineamento de blocos ao acaso. O experimento é constituído de 3 tratamentos e 7 repetições, sendo T1 (testemunha/couve), T2 (testemunha/manjericão), T3 (manjericão/couve). Desde o plantio até o dia da avaliação foram realizadas 2 aplicações de uréia em dose equivalente a 100 kg/ha e uma capina manual para eliminar plantas daninhas. Aos 45 dias foi avaliada a altura, número de folhas e incidência de pragas. Os resultados foram submetidos à análise de variância sendo suas médias comparadas pelo teste de Duncan (1%). Resultados parciais indicam que os tratamentos não influenciaram significativamente nas alturas, na quantidade de folhas e ramificações de ambas as plantas.

BRASSICA OLERACEA, OCIMUM BASILICUM, BREVICORYNE BRASSICAE

CAVALINHA- EQUISETUM GIGANTEUM L

GABRIEL LENON NEVES MACHADO
GABRIEL NETO CHEMERES

Equisetum giganteum L., a cavalinha, é conhecida como cavalinha-gigante, cauda-de-cavalo, cauda-de-rapousa (SC), cauda-equina, pinheirinho, rabo-de-cavalo, cola-de-cavalo, milho de cobra, rabo de cobra, rabo de rato, erva canudo, erva carnuda, lixa vegetal e cana de jacaré. É um subarbusto ereto, perene, com haste de cor verde, oca e monopodial, com numerosos ramos que partem dos nós dos verticilos, de textura áspera ao tato pela presença de silício em sua epiderme, de 80-160 cm de altura. As folhas são verticiladas e reduzidas a pecíolos soldados que formam uma bainha membranácea. A haste fértil tem no ápice uma espiga oblonga e escura que contém grande quantidade de esporos. Multiplica-se tanto por rizoma como por esporos. É nativo de áreas pantanosas de quase todo brasil, sendo frequentemente cultivado com fins ornamentais em lagos, e áreas brejosas, mas por ser agressivo e persistente, deve ser contido para evitar que escape e se transforme numa planta daninha. É considerado tóxico ao gado, devido a presença de grande quantidade de sílicas em seus tecidos (até 13%). Esta espécie é amplamente utilizada na medicina caseira, as hastes estéreis são usadas na forma de chá como adstringentes, diuréticas e estípticas, sendo usadas no tratamento de infecções dos rins e bexiga. Na composição química dessa espécie tem sido registradas a presença dos alcalóides piridínicos, nicotina e palustrina, dos flavononoides glicosilados da aspigenina, quercetina, entre outros. O amplo emprego dessa planta nas práticas caseiras da medicina popular e na indústria de fitoterápicos é o motivo suficiente para sua escolha como tema de estudo químicos, farmacocólogicos e clínicos, inclusive teses, visando completar sua validação como medicamento eficaz e seguro. A cavalinha trás muitos benefícios, sendo ela um ingrediente ativo de vários produtos farmacocólogicos que temos no mercado, onde qualquer pessoa pode utilizar e te-la no seu quintal.

CHÁS, ORNAMENTAÇÃO, MEDICINAL

BOLDO-BRASILEIRO

JACKSON ELIVELTON BORGES

O boldo brasileiro, Plectranthus barbatus Andrews é muito conhecido em todo o mundo. Ele pertence à família Lamiaceae, se adapta bem em clima tropical, é uma planta herbácea e perene, com flores hermafroditas. Ele tornou-se uma planta medicinal muito famosa na década de 1970 devido à descoberta do composto forskolin (forskolina ou forscolina) no extrato da planta. O composto isolado é conhecido por possuir vários efeitos benéficos e pesquisas realizadas sugeriram que a substância forskolina é um medicamento muito potente e que pode ser empregado no tratamento de várias desordens, incluindo glaucoma, insuficiência cardíaca e asma brônquica. Ela pode libertar ácidos graxos a partir de tecido adiposo, o que resulta em aumento da termogênese (geração de calor no corpo), resultando na perda de gordura corporal e, teoricamente, a massa corporal magra aumentada. No Brasil, o boldo-brasileiro é muito utilizado para o tratamento de problemas no fígado e digestão. Não há registros de origens toxicológicas. A planta se adapta bem a solos argilo-arenosos, ácidos e ricos em matéria orgânica. São cultivadas em sulcos ou covas distantes a 80 cm, espaçamento de 60 cm, através de propagação por estacas, retirada do ápice dos ramos e a colheita é realizada após 1 ano. O boldo é utilizado como chá caseiro, podendo ser fervido em água quente e posteriormente abafado ou apenas esmagado e colocado água fria. Assim, essa planta medicinal proporciona o alívio de sintomas de intolerâncias alimentares e infecções intestinais, vômitos e mal-estar, além disso, as cólicas abdominais diminuem devido ao efeito calmante do boldo sobre a flora intestinal, e por essa razão é tão popularmente conhecido e apreciado.

BOLDO, CHÁ, SISTEMA DIGESTRÓRIO, PLANTA

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA COUVE-FOLHA COM DIFERENTES TIPOS DE ADUBAÇÃO

DAIANE MEDEIROS
LUIZ FELIPPE DE COL
TALITA ROBERTA SCHEIFFER

A couve folha é uma cultura anual e produtiva, pertencente à família das brássicas. É amplamente utilizada na culinária, e ainda apresenta propriedades terapêuticas. A principal parte utilizada é a folha e para melhorar a sua produção existem fontes alternativas de adubação que podem melhorar o desempenho da cultura. Objetivou-se no presente trabalho avaliar diferentes fontes de adubação orgânica em comparação a adubação química visando o aumento no desenvolvimento da cultura e diminuição de custos de produção para o produtor. O presente trabalho foi desenvolvido na Fazenda experimental da Faculdade Campo Real, segundo o delineamento de blocos ao acaso, com quatro tratamentos sendo eles a testemunha (T1), adubação com esterco de ovinos e caprinos (T2), esterco de aves (T3) e adubação química com NPK 02-20-18 (T4) com cinco repetições cada, totalizando 20 unidades experimentais. Aos 45 dias após o transplante foi avaliado a altura de planta e o número de folhas. Os resultados foram submetidos á análise de variância tendo suas médias analisadas com o teste de Duncan a 1% de probabilidade de erro. Resultados parciais indicam que a testemunha teve um melhor desenvolvimento em relação a altura de planta ficando com 25,20 cm, sendo que as plantas submetidas a adubação com esterco de ovino/caprino teve uma média de altura de 24,17 cm, já as parcelas que receberem a adubação com esterco de aves apresentou plantas com 18,55 cm e as parcelas com adubação química ficaram com 21 cm de altura. Com relação ao número de folhas por planta as plantas T1 obtiveram 9,89 folhas/planta em média, já as plantas T2 apresentaram a média de 9,55 folhas/planta, já as plantas T3 obtiveram um melhor resultado, sendo 11,41 folhas/planta e o tratamento T4 foi o que teve menor significância ficando com 8,24 folhas/planta. Conclui-se dessa forma que as plantas que se submeteram ao tratamento com esterco de aves apresentaram uma menor altura de planta, porém com um maior numero de folhas por planta, o que é mais interessante para o produtor e mercado consumidor.

PRODUTIVIDADE, BRASSICAS, ADUBAÇÃO ORGANICA

AVALIAÇÃO DO COMPRIMENTO DE FOLHAS DE RÚCULA (ERUCA SATIVA L.) CULTIVADAS SOB DIFERENTES DOSES DE NITROGÊNIO

ADILSON PAGNO
CLEVERSON STADLER SENIMBU
VALMIR RIBAS

A rúcula é uma hortaliça originária da região do Mediterrâneo que pertence à família das Brassicaceas. De rápido crescimento e fácil cultivo, a melhor época para a semeadura é de março a julho. Apresenta diversas propriedades medicinais de interesse econômico, contudo é muito consumida na forma de salada, sendo apreciada pelo sabor forte característico e qualidade nutricional. Este estudo teve como objetivo avaliar o comprimento longitudinal do limbo foliar e o número de folhas de rúcula submetida a quatro tratamentos com nitrogênio. O Experimento foi realizado na Fazenda Experimental da Faculdade Campo Real, em Guarapuava, PR. O delineamento experimental foi em blocos ao acaso, com quatro tratamentos e cinco repetições. As mudas foram transplantadas em canteiros, com espaçamento de 0,30m entre linhas e 0,20cm entre plantas. Os tratamentos utilizados foram: T1 = 0 Kg ha-1; T2 = 100 Kg ha-1; T3 = 200 Kg ha-1 e T4 = 400 Kg ha-1 de nitrogênio, na forma de uréia contendo 45% de nitrogênio. Ao final do ciclo, 45 dias, serão avaliadas a altura de planta, número de folhas, comprimento de folhas, índice de área foliar e produtividade (massa verde). Os resultados serão submetidos a análise de variância tendo suas médias comparadas pelo teste de Duncan a 1% de probabilidade do erro. Até o presente momento não foi possível proceder a avaliação da cultura. Infere-se apenas que, visualmente, a cultura está se desenvolvendo adequadamente sem alteração morfológicas aparentes e tão pouco intercorrências em seu ciclo vegetativo.

ADUBAÇÃO NITROGENADA, HORTALIÇA, BRASICACEA

AVALIAÇÃO DE PRODUÇÃO DE ALFACE AMERICANA COM DIFERENTES DOSES DE BIOESTIMULANTES

CLEITON LUIS RIBEIRO LEITE
EVERTON MORMUL
LUCAS KREDENS DE OLIVEIRA

A cultura da alface (Lactuca sativa) possui grande adaptabilidade às mais diversas condições climáticas, com várias possibilidades de cultivos sucessivos no mesmo ano, a baixa suscetibilidade a doenças e pragas. É uma planta herbácea, anual, originária de clima temperado, destaca-se entre as hortaliças folhosas mais consumidas no mundo na forma de salada, tanto pelo seu sabor e qualidade nutricional quanto pelo seu baixo custo, sendo amplamente cultivada no Brasil. O objetivo deste trabalho foi de avaliar diferentes produtos e doses de bioestimulantes via emulsão de raiz no cultivo de alface americana em condições de campo. O Experimento foi realizado na Fazenda Experimental da Faculdade Campo Real, em Guarapuava, PR. Utilizou-se o delineamento de blocos ao acaso (DBC) com cinco tratamentos sendo T1: (dose 0), T2: (Booster (1ml/L), T3: (Booster (1ml/L) + Supa Moly (0,4ml/L), T4: (Booster (1ml/L) + Supa Moly (0,4ml/L) + Cal Super (2ml/L)) e T5: (Booster (1ml/L) + Supa Moly (0,4ml/L) + Cal Super (2ml/L) + Reforce (2ml/L) e quatro repetições, totalizando 20 unidades experimentais. Ao final do ciclo serão avaliadas as seguintes características agronômicas: tamanho de raiz, parte aérea (número e comprimento de folhas), incidência de doença e sobrevivência. Até o presente momento não foi possível a avaliação de nenhum parâmetro acima citado, já que a cultura encontra-se em fase inicial de desenvolvimento.

EMULSAO DE RAIZ, REGULADORES VEGETAIS, LACTUCA SATIVA

ARRUDA

MATHEUS ROCHA MARCONDES DA SILVA
RICARDO DE FREITAS GUIMARAES

A arruda pertence à família Rutaceae, Ruta graveolens L. É uma planta subarbustiva muito popular por suas propriedades aromáticas e medicinais. Tem nomes populares como Arruda, Arruda-doméstica, Arruda-dos-jardins, Arruda-fedorenta, Ruda e Ruta-de-cheiro-forte. É uma planta de fácil cultivo, no entanto é uma planta tóxica. Pode ser propagada por sementes, por divisão de touceiras de plantas bem desenvolvidas ou por estaquia. As sementes podem ser semeadas no local definitivo ou em sementeiras, a uma profundidade de 0,5 cm no solo. A germinação leva de 1 a 3 semanas. Se semeadas em sementeiras, as mudas são transplantadas quando estiverem com cerca de 10 cm de altura. Essa planta normalmente é ramificada a partir da base e tem altura medindo no máximo um metro. Sua estrutura também é dotada de caule lenhoso e folhas carnudas. Suas flores têm pequeno porte com a cor amarela e seu fruto é como uma cápsula, aberta em sua parte superior, de forma a dar origem a quatro ou cinco valvas, quando estão maduras. Pode ser cultivada em vasos e jardineiras grandes. A Planta usada em grandes quantidades pode ser tóxica, causando abortos, fotossensibilização à luz, dor aguda intestinal, riscos de problemas ao fígado e rins e também não deve ser consumida por crianças menores de seis anos. O uso da arruda ainda se relaciona com o envolvimento de crendices e saberes populares, onde se destina o uso da planta em rezas que visam espantar espíritos ruins quando colocado em ambientes ou para combater o mau olhado quando colocado atrás da orelha. Sua utilização no preparo de chás também é um dos modos mais comuns de se aplicar a arruda, onde, além de atuar no controle e dores menstruais. Portanto a arruda é uma planta fácil de se cultivar, porém, deve ser usada com muito cuidado devido sua toxicidade.

ARRUDA, MEDICINAL, TÓXICA

APLICAÇÃO DE CAB 105 E DIÓXIDO DE CLORO NA ALFACE AMERICANA

EDMUNDO JOSE KOWALICZYK CIESLAK
EVANDRO SANTANA DE SOUZA
FELIPE VALENTIN PAES

A alface (Lactuca sativa) é uma das hortaliças mais presentes na mesa dos brasileiros, sendo cultivada em todo o território nacional. No Brasil, a alface está entre as dez hortaliças mais apreciadas para consumo in natura e, entre as folhosas, é a de maior aceitação pelo consumidor. O objetivo deste trabalho é realizar a avaliação de pré e pós-colheita na cultura da alface americana variedade Lucy Brown com produtos CAB 105 (Nutriplant), dióxido de cloro estabilizado a 7% (Suprafertilizantes) para obter resultado sobre o uso dos produtos para aumentar a vida útil dos alimentos na prateleira. O experimento foi realizado na fazenda experimental da Faculdade Campo Real, PR 170, Km 9 no município de Guarapuava, PR. O delineamento foi de blocos ao acaso (DBA) com 4 tratamentos com CAB 105 sendo: T 1 testemunha(0 ml/100 L); T 2(50 ml/100 L); T 3 150 ml/100 L; T 4(300 ml/100 L). Com 5 repetições totalizando 20 unidades experimentais. A adubação de base (N, P, K) aplicada foi 02-20-18 na dose de 750 Kg/ha. 21 dias após o tratamento e 3 aplicações dos referidos tratamentos, avaliou se o diâmetro das cabeças e a sanidade das plantas. Resultados indicam que a aplicação de CAB 105 nas repetições com tratamentos T4 (300 ml/100 L) apresentou maior desenvolvimento e crescimento do que outros tratamentos, tanto em diâmetro de cabeça (10 a 22 centímetros) e em peso de massa fresca (60 gramas). Conclui se que a aplicação com o dobro da dosagem normal (150 ml/100 L) favoreceu um maior desenvolvimento da alface, além do que diminui a incidência de ataque de pragas agrícolas.

LACTUCA SATIVA, PRE E POS-COLHEITA, MASSA VERDE

A IMPORTANCIA DA COBERTURA DE SOLO ADEQUADA PARA PRODUÇÃO DE PIMENTÃO

CLEBERSON JOSÉ NOGUEIRA
IVAN GUSTAVO GERHARDT
VALDEMIR FELIPE POTOTSKI

O pimentão (Capsicum annuum L.), pertencente à família das Solanáceas, gênero Capsicum, é tipicamente de origem americana, ocorrendo formas silvestres desde o sul dos Estados Unidos da América até o norte do Chile. O cultivo de pimentão no brasil tem alta rentabilidade ao produtor quando é utilizado as técnicas de manejo apropriada para a cultura, tendo um grande diferencial na produtividade quando utilizado o hibrido correto. O experimento foi conduzido na horta da faculdade campo real, sendo implantado no dia 05/09/2015 onde ofereceu todas as condições ideais para o cultivo da cultura, facilitando assim o bom andamento das atividades. Este trabalho teve como principal objetivo avaliar diferentes coberturas de solo que melhor se adapta ao cultivar Magali, visando assim incremento de produtividade e alta qualidade dos frutos. Foi utilizado espaçamento de 50 x 80 cm, em um esquema de 4 x 5 (tratamentos e repetições). Os tratamentos utilizados foram testemunha (sem cobertura de solo) (T1), cobertura de solo com serragem (T2), cobertura de solo com plástico (T3) e cobertura de solo com palhada de aveia preta (T4), sendo utilizado delineamento de blocos ao acaso. Foi avaliado a altura de planta e o numero de folhas. Os resultados foram submetidos a análise de variância e as médias analisadas a 1% de probabilidade do erro com o teste de ducan, onde resultados parciais indicaram que as plantas do tratamento 2, sofreram maior influencia negativa no seu desenvolvimento, já nos tratamentos 3 e 4 pode se observar um melhor desenvolvimento das plantas devido ao solo reter mais umidade, no tratamento 1 as plantas tiveram seu desenvolvimento normal, sofrendo apenas influencia de planas daninhas.

CAPSICUM ANNUUM L., PIMENTÃO, HIBRIDO

AFLATOXINAS: OCORRÊNCIA EM GRÃOS DE MILHO E INTOXICAÇÃO ALIMENTAR

ADILSON OPUCHKEVICH
LORENA CANTERI DA SILVA
SABRINA DEZEBOTA OPUCHKEVICH

As micotoxinas são metabólitos secundários, derivados da decomposição de fungos filamentosos em alimentos. Estas, quando ingeridas, são prejudiciais à saúde humana e animal, ocasionando diversos tipos de doenças e síndromes clínicas. Constantemente, as micotoxinas estão associadas a grãos, como no caso do milho e soja, comprometendo sua qualidade, destacando-se as aflatoxinas, produzidas por cepas de Aspergillus, além das ocratoxinas e fusariotoxinas. As quatro aflatoxinas naturalmente encontradas são: B1 (AFB1), B2 (AFB2), G1 (AFG1) e G2 (AFG2), sendo a AFB1 a de maior toxicidade. Em sua ação crônica, o risco da população se deve aos seus efeitos carcinogênicos, mutagênicos, de má formação congênita e hepatotóxicos, ocasionando distúrbios neurológicos e imunológicos. Diante da importância do assunto e da escassa quantidade de estudos sobre o tema, este estudo visa colaborar para um melhor conhecimento acerca do mesmo, discutindo técnicas para identificação da presença das aflatoxinas em grãos de milho e indicando maneiras de prevenção de intoxicação alimentícia e de estocagem. Dentre os artigos encontrados, um estudo realizado em Mato Grosso, avaliando 84 amostras de milho, constatou que 21,4% estavam contaminadas com esse tipo de micotoxina. Outro, realizado no Laboratório de Micotoxinas do Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal, com 366 amostras de vários tipos de alimentos, teve no milho em grão a maior incidência de contaminação, correspondendo a 60% das amostras analisadas. No norte do Paraná, amostras de diversos produtos de milho apresentaram baixa incidência de aflatoxinas e em Maringá, em um estudo semelhante com 121 amostras, 5 foram positivas, sendo 3 do tipo AFB1 e 2 do tipo AFB2. Para que tais micro-organismos se desenvolvam, são necessárias condições favoráveis de umidade, temperatura e teor de água do substrato. Considerando-se as condições influenciadoras do crescimento de fungos produtores de aflatoxinas no milho, bem como o consumo de seus produtos, o que gera riscos à saúde da população brasileira, além das patologias relacionadas, a qualidade deve ser priorizada, com controle rígido desde colheita e transporte até o armazenamento, através da implantação de um programa de monitoramento (discutido neste estudo), ocasionando melhoria sanitária, física e nutricional dos grãos e seus derivados.

AFLATOXINA, ASPERGILLUS, FUNGOS, MICOTOXINAS

UTILIZAÇÃO DE ELETRODO DE SACRIFÍCIO CONTRA A CORROSÃO DE METAIS

DJAVAN DE LIMA SANTOS
GISLAINE VICTOR
JUCIELI DE OLIVEIRA BATISTA

A corrosão é um termo dado a destruição gradativa dos metais, ela pode causar grandes prejuízos econômicos e até certos perigos para a sociedade. O metal ferro, por exemplo, em contato com o oxigênio do ar, se oxida, isto é, perde elétrons, e o oxigênio do ar, que sofreu redução, ganha esses elétrons, formando assim a ferrugem, mas a corrosão prossegue até que o material fique todo deteriorado. A química de corrosão do metal ferro ainda não está totalmente esclarecida, mas é certo que envolve oxidação de algum agente oxidante. Assim, cientistas desenvolveram métodos de proteção para materiais como o ferro, e outros metais, e um desses métodos é o eletrodo de sacrifício. Este método conhecido como eletrodo de sacrifício ou metal de sacrifício, se baseia apenas em colocar um metal com potencial de oxidação maior que a do ferro, para sofrer a oxidação em seu lugar, fornecendo elétrons para íons Fe^{2+} que se formarem, voltando a ser ferro metálico. No presente trabalho foi realizado um estudo de proteção de amostras de ferro com três diferentes metais, a saber: zinco, cobre e uma liga de alumínio. A fim de se determinar qualitativamente a eficiência do eletrodo de sacrifício foi utilizado um indicador de íons ferro, que se forma quando o metal é oxidado e um indicador de grupos hidroxila que se forma pela oxidação da água. Os resultados mostraram que o metal de sacrifício mais eficiente na proteção do metal ferro contra o processo de corrosão a que foi submetido foi o metal zinco.

CORROSÃO, PROTEÇÃO ANÓDICA, FERRO

RELAÇÕES ENTRE MANUTENÇÃO E ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

GABRIEL JOSÉ MARKOVICZ
LUCAS DZIURZA MARTINEZ SILVEIRA
WILLIAN OLIVEIRA BELTRÃO

O seguinte trabalho propõe debater as ligações entre a gestão da manutenção e as melhorias na produção. Até recentemente, a manutenção era vista como um mal necessário para a organização. Não havia métodos para que o homem conseguisse programar suas atividades, e com isso, os serviços não tinham qualidade adequada. Com avanços tecnológicos, os equipamentos passaram a ser mais preservados; Com isso, novos padrões de qualidade e produtividade foram estabelecidos. Deve haver um planejamento empresarial e, por consequência, gestão do sistema de manutenção para que haja retorno de investimentos,garantia de reposição e competitividade. A administração racional dos equipamentos procura evitar: vibrações excessivas, desgastes por atritos, falhas, quebras e geração excessiva de resíduos. A área de manutenção ainda recebe pouca atenção e algumas equipes de manutenção se tornam trocadoras de peças, sem ao mesmo questionarem as causas das falhas ocorridas nos componentes. É importante planejar, mas isso não é muito frequente nesta área. Alguns dos planos mais sugeridos são lubrificação, inspeções e trocas periódicas de alguns equipamentos. A manutenção pode ser um processo caro e intensivo, mas o nível de sua eficiência está relacionado aos recursos colocados à disposição dos mecânicos. Um plano de manutenção bem elaborado deve passar pelas seguintes etapas: estudo das condições do equipamento; análise de falhas e defeitos; análise do padrão dos lubrificantes utilizados; definição do estoque mínimo de peças para reposição; estudo das ferramentas necessárias para manutenção; análise de possíveis modificações nas instalações; e mudanças no layout. Ao implementar gradativamente um plano de manutenção preventiva, pode-se diminuir os gastos. São necessárias informações confiáveis sobre os pontos críticos da manutenção para diminuir as despesas e aumentar o rendimento. É necessário que haja uma mudança no padrão gerencial para que as empresas não percam a competitividade e, com isso, surge um novo modelo quanto à forma de competição, onde se destaca a transformação da necessidade de mercado em oportunidades de trabalho.

MANUTENÇÃO, PRODUÇÃO, EQUIPAMENTOS, GESTÃO

LIDERANÇA E NARCISISMO

JOÃO ROMILDO MALHERBI KLUBER
JUNIOR DOS SANTOS NICOLAU
LEANDRO GUSTAVO CRESPÃO ROMAN

A problemática da liderança e das características de personalidade dos líderes, não obstante o grande número de pesquisas realizadas, parece não estar ainda suficientemente explorada. Segundo os autores deste artigo, o que parece haver em comum entre a maioria dos lideres é a capacidade de despertar emoções primitivas, tais como: fortes identificações ou rejeições, amor e ódio, facilitando ou impedindo a tarefa administrativa. O grau de narcisismo da personalidade dos líderes e a origem desse mesmo narcisismo são os elementos primordiais diferenciadores dos diversos estilos de liderança.Reencontramos as teorias dos grandes homens, as teorias relativas aos traços do caráter, as teorias ambientais, as teorias pessoa-situação, as teorias interação-expectativa e as teorias perceptuais e cognitivas. Por causa dessa confusão, alguns especialistas abandonaram completamente o assunto; eles concentram-se em problemas mais específicos, tais como o poder ou a motivação. Entretanto, outros pesquisadores são menos pessimistas, antecipando que a abundância dos resultados lança as bases de uma teoria pertinente de liderança.O que a maioria dos líderes parece ter em comum é a capacidade de despertar emoções primitivas naqueles que os seguem. Os líderes, principalmente os carismáticos, são mestres na arte de manipular certos símbolos. Os seguidores, quando estão “sob o charme” de certos tipos de líderes, sentem-se, muitas vezes, fortes e orgulhosos, ou então impotentes e profundamente dependentes. O presente trabalho foi realizado com base em pesquisas bibliográficas.

LIDERANÇA, NARCISISMO, PERSONALIDADE, BANDAS

GESTÃO DO CONHECIMENTO, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E ANÁLISE DE FALHAS

LEANDRO DIAS MENDES NASCIMENTO

O desempenho das empresas em ambientes concorrenciais encontra-se cada vez mais relacionado com a capacidade das empresas em produzir, armazenar e disseminar conhecimento em vários níveis. Essa importância é intensificada quando o conhecimento é usado para a análise de falhas, com o objetivo de evitar a ocorrência de problemas e aumentar a confiabilidade dos sistemas. O presente trabalho tem como propósito o processo de análise de falhas em uma empresa distribuidora de energia elétrica, utilizando para isto um modelo para mapeamento de falhas e um modelo de sistema de informação. Desta forma, a análise das falhas representou, em muitos casos, a garantia de sobrevivência das empresas, tamanha é a vigilância e a cobrança da sociedade nesse setor. Ainda nesse sentido, Dikmen et al (2004) salientam que o sucesso de uma organização depende principalmente de como ela utiliza seus recursos para satisfazer os clientes. Para utilizar os recursos, tanto humanos como técnicos, adequadamente, é necessário primeiramente identificar e analisar os problemas, ou seja, as falhas que existem em determinado bem ou serviço. Mais especificamente, para buscar a solução da conseqüência indesejada é necessário atuar a partir de seus fatores causadores.Esse modelo de sistema de informação é o software de mapeamento de falhas, permite que a organização armazene todo o conhecimento gerado na análise da gênese da falha. Da mesma forma o gestor deve ter acesso a um conjunto de informações para tomada de decisões.

DESEMPENHO, GESTÃO, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, FALHAS, CONHECIMENTO

DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE UM SOFTWARE PARA OTIMIZAÇÃO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE CARDÁPIOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

GUSTAVO KRAUCZUK

A elaboração de cardápios é uma tarefa que faz parte do cotidiano do nutricionista que atua na rede municipal de ensino. Tratando-se de um processo manual, este demanda tempo e, por vezes, gera erros devidos à grande quantidade de cálculos envolvidos. Tendo isso em vista, foi desenvolvido este trabalho, que tem por objetivo encontrar soluções para a otimização desse processo. Uma das medidas propostas foi o desenvolvimento e implantação de um software computacional específico para elaboração dos cardápios. Após um estudo de caso do contexto e com base nas necessidades elencadas pelo nutricionista, iniciou-se o desenvolvimento do software utilizando a linguagem de programação PHP, que é, segundo PHP (2005), uma linguagem de desenvolvimento open source, simples, leve e compatível com a maioria dos servidores web e navegadores atuais. Em conjunto com o PHP foi escolhido, também, o MySQL, que é um servidor de banco de dados Structured Query Language (SQL), que, conforme SEER (2013), oferece velocidade e simplicidade de uso, relacionando-se perfeitamente com a linguagem PHP. Após o desenvolvimento do software, o mesmo foi implantado e colocado à disposição do nutricionista. Foi, então, realizado um novo estudo de caso e analisados os resultados obtidos após a implantação do software no processo. Com a utilização do mesmo, constatou-se que o tempo dedicado à elaboração de cardápios foi reduzido, em média, em 35% comparado ao processo manual. Notou-se também que houve redução de custos com a compra de alimentos, pois o software conseguiu fornecer mais precisamente a quantidade de alimentos necessária para compras futuras. Isso mostra que a otimização dos processos de produção, em um mundo que exige cada vez mais agilidade e qualidade nos serviços, é fundamental dentro das organizações. Desde que bem avaliadas, medidas simples e de baixo custo podem trazer benefícios a estes processos. No caso deste trabalho, a utilização do software no processo de elaboração dos cardápios gerou redução de custos e de tempo dedicado ao mesmo.

OTIMIZAÇÃO, PROCESSOS, REDUÇÃO DE ERROS, TEMPO, SOLUÇÕES

CONSÓRCIO MODULAR, UMA NOVA DINÂMICA DE PRODUÇÃO: O CASO DA VOLKSWAGEN CAMINHÕES

DANIEL MARCON
LEANDRO GUSTAVO CRESPÃO ROMAN

No início dos anos 90 a Volkswagen fabricava caminhões no brasil de forma singela, sem grande participação no mercad e foi somente após a extinção da joint-venture com a Ford em 1994 que ela decidiu se reestruturar e começou a desenvolver sua nova fábrica em Resende-RJI. A marca que não possuía grande tradição no mercado de veículos comercias e nem tecnologia para os componentes principais, decidiu apostar no consórcio modular, uma ideia inovadora que nunca havia sido utilizada no mercado automobilístico. O consórcio modular consiste em dividir a montagem do veiculo em módulos e então entregar a outras empresas a responsabilidade da montagem, compartilhando responsabilidades e os lucros . Com isso a Volkswagen pode se dedicar a outras áreas, como a de engenharia, pós-vendas, expansão da marca, entre outras. O processo traz varias vantagens para os dois lados: a montadora encarrega outras empresas pela montagem de seus veículos, conseguindo assim uma produção enxuta e reduzindo custos, o que reflete no preço competitivo dos caminhões da marca. Entretanto cabe a montadora organizar questões de compartilhamento de informações e de organizar todo o processo dentro da fábrica. Para isso a Volkswagen dividiu em 7 módulos a fabricação dos veículos, reduzindo o número de fornecedores e criando relações mais próximas e de longo prazo com os poucos fornecedores, entretanto os modulistas como são chamadas as empresas parceiras, são em alguns casos joint-ventures entre empresas concorrentes no mercado como o caso da Powertrain uma junção entre MWM e CUMMINS responsáveis pela fabricação e montagem do conjunto motor-transmissão. Hoje a fabrica da Volkswagen é dinâmica e flexivel, produzindo um total de 23 tipos de caminhões e mais de 10 tipos de ônibus, a montadora é lider de vendas de caminhões e vice-líder nos ônibus. o que prova que a aposta no consórcio modular foi um sucesso além disso a Volkswagen ainda consegue um percentual de produtividade de 211% melhor que a segunda colocada no mercado de caminhões a Mercedes-Bens .

CONSÓRCIO MODULAR, VOLKSWAGEN, PESQUISA OPERACIONAL

ANÁLISE DE COMPLEXIDADE, ESTRATÉGIAS E APRENDIZAGEM EM PROJETOS DE MELHORIA CONTÍNUA: ESTUDOS DE CASO EM EMPRESAS BRASILEIRAS

EDDY WILLIAM MERKL SCHUAIGERT
JEAN MATHEUS PALM
LUCAS LOURES

Este trabalho tem como objetivo apresentar um resumo do artigo científico " Análise de complexidade e aprendizagem em projetos de melhoria contínua: estudos de caso em empresas brasileiras", dos autores Pedro Carlos Oprime, Rafael Monsanto e Júlio Cesar Donadone, ambos da Universidade Federal de São Carlos e publicação na revista do departamento de Engenharia de Produção "Gestão e Produção", v.17, n°4, páginas 669-682 em agosto de 2010. De acordo com os autores, o fato das empresas estarem melhorando seus produtos finais, não somente em qualidade, mas também em relação ao que concernem as mudanças de percepção de valor atribuído aos clientes vem trazendo cada vez mais competitividade entre elas. Começando pela priorização do ganho de produtividade dado pela competitividade de empresas, pode-se notar que a melhoria contínua ocupa espaço significativo na gestão das empresas. Em evolução, a inovação contínua propõe mudanças mais radicais pela introdução de novas tecnologias, novos procedimentos, métodos, formas de gestão administrativas e processos aos padrões das empresas atuais. Em função da busca de novas tendências de gestão de qualidade, buscou-se relacionar as atuais práticas de MC (Melhoria Contínua) com as estratégias e o aprendizado organizacional. A MC tem ajudado empresas no quesito estratégico, trazendo inovações e novos métodos de aprendizado para a organização. Tem-se como principal análise neste trabalho, as empresas que utilizam métodos/programa ou alguma abordagem referente a melhoria contínua, focado em TPM (Total Productive Mintenance) e TQM (Total Quality Management). Podem-se obter duas conclusões sobre a análise, as muitas empresas que aplicam esta metodologia não se tem um foco sobre os objetivos do projeto, quer dizer, para ganhos em qualidade ou produtividade e a segunda, diz a respeito da relação entre complexidade do projeto e seu objetivo, que normalmente não possui evidências de que projetos focados na melhoria da qualidade sejam mais complexos do que projetos focados em perdas de tempo de produção. Outro ponto que também deve-se levar em consideração é que o foco em redução de tempo tem gerado mais resultados do que o foco nos ganhos de qualidade.

ANÁLISE, TQM, TPM, MELHORIA CONTÍNUA, ARTIGO CIENTÍFICO

ANALISE DE ESTUDO DA IMPLEMENTAÇAO DO SISTEMA LEAN

FERNANDA POCZYNEK
JESSICA DA CRUZ FIGUEIREDO GOMES
LUIZ PAULO BRAUN DE FREITAS

Este trabalho abordar o sistema lean de produção, a partir de um artigo retirado da revista eletrônica Scielo, que fala a respeito da implementação do sistema lean e o impacto da produção enxuta em uma empresa agroindustrial. Primeiramente, deve-se obter a definição do que é o sistema LEAN ou Desenvolvimento Enxuto. É uma das técnicas usadas por muitas empresas para retirar o excesso de sua produção. De acordo com Munro (2001), o Lean Desing ou Desenvolvimento Enxuto, é responsável por retirar do produto e do processo toda a estrutura que pode ser definida como "excesso". Para compreender mais sobre o Desenvolvimento enxuto é necessário ter definido o conceito de excesso. De acordo com o mesmo autor o "excesso" são as partes no projeto que não agregam valor ao produto, como movimentações desnecessárias no processo, uso de ferramentas especiais e movimentos que não atendem às boas práticas de ergonomia. A fim de obter bom resultados do desenvolvimento enxuto é fundamental a aplicação dos princípios enxutos que segundo Womack& Jones (2003), para se conduzir ao estado livre de excesso, é necessário que seja aplicado cinco princípios, chamados de princípios enxutos. O desenvolvimento enxuto também apresenta o LPPP, ou o trinômio P. Os 3P`s é uma maneira de explicar os elementos importantes deste tipo de lean, no desenvolvimento de produto, eles significam: pessoas, processos e produtos propriamente dito. (RODAVIDA, 2010). A Partir dessa breve introdução sobre o sistema, inicia-se a analise de estudo do artigo, que se refere sobre o modo de reestruturação organizacional, que é realizada nas empresas que buscam um melhor desempenho operacional. À medida que avança entendimento sobre as aplicações do sistema lean na produção, percebe-se que uma fábrica lean depende também do desenvolvimento lean (de produtos, processos, fornecedores, etc.). O objetivo desta analise do artigo e identificar e mostrar o impacto da aplicação dos conceitos de produção enxuta na área de engenharia de uma empresa do setor agroindustrial. Serão apresentados os conceitos utilizados no processo de implantação do sistema de desenvolvimento lean. As práticas adotadas na empresa permitindo, sobretudo, a redução no ciclo do desenvolvimento do produto, redução de custos transacionais e o aumento da capacidade de gerar inovações e, consequentemente, o aumento do ciclo de vida útil do produto.

IMPLEMENTAÇAO, SISTEMA, DESENVOLVIMENTO, PRODUÇAO, ANALISE

PRODUTIVIDADE DO CAPIM TIFTON 85 EM FUNÇÃO DE ADUBAÇÃO MINERAL E ORGANOMINERAL

IVAN JOSE BALABA
MAELI CONRADO

O capim-tifton 85 (Cynodon spp) apresenta características forrageiras como capacidade para produzir elevada quantidade de matéria seca, além da alta digestibilidade e palatabilidade. Para obter altos índices de produtividade, tanto na produção de matéria fresca quanto no valor nutricional, entre outros fatores, é preciso adotar boas práticas de adubação. Fertilizantes orgânicos auxiliam não somente no fator econômico e na produção, como na qualidade química e física do solo. Diante disso objetivou-se avaliar a produção de matéria fresca do capim tifton 85 sob duas fontes de adubação, mineral e organomineral. O experimento está sendo conduzido em área pertencente ao Sitio São Pedro, localizado no Município de Palmital, Paraná (PR). O delineamento experimental utilizado foi o de blocos ao acaso, com doze repetições, cada uma com 300 m² de área. Os tratamentos consistiram de duas fontes de adubação, o formulado NPK 08-20-20 da marca comercial Yara, para o tratamento mineral e o fertilizante Minorgan Milho Plus da marca comercial Minorgan, contendo a formulação NPK 05-08-08 + 33,60% de matéria orgânica para o tratamento organomineral. A implantação do experimento se deu no dia 02 de setembro de 2015, quando se aplicou 8,3 kg de fertilizante por parcela, o correspondente a 278 kg por hectare. A diferença na dose se deve à recomendação dos fertilizantes, uma vez que no fertilizante organomineral teria maior liberação de nutrientes ao longo do tempo. No dia 03 de outubro de 2015 foi realizada uma aplicação de nitrogênio na forma de uréia na dose de 8,3 kg por parcela (45-00-00) para o tratamento mineral e 8,3 kg por parcela do Minorgan super N (18-02-02) para o tratamento organomineral. Ao final do experimento, os resultados serão submetidos à analise de variância e suas médias comparadas ao teste de Duncan (1%). Contudo, aos 50 dias após a instalação, resultados parciais indicam que, visualmente, a adubação mineral está proporcionando um maior crescimento da planta, e por consequência maiores índices de massa verde. Resultados finais ainda serão avaliados.

PASTAGEM, CYNODON SPP, ADUBAÇÃO ORGÂNICA

ADENITE EQUINA

IARA DE FATIMA DE SOUZA

A criação de equinos no Brasil é uma atividade em constante crescimento no Brasil. O elevado número de animais, associado à necessidade de produção crescente, leva a um aumento na ocorrência de enfermidades e dos prejuízos econômicos associados à atividade. Dentre as enfermidades que afetam equinos, o segundo grupo com maior prevalência são as associadas ao trato respiratório, como a adenite equina, responsável por aproximadamente 30% das notificações de enfermidades em equinos em todo o mundo. A Adenite Equina mais comumente conhecida como Garrotilho, é uma doença altamente contagiosa causada pela bactéria Streptococcus equi, Subespécie equi, que ataca o trato respiratório superior dos equinos de todas as idades, porem se manifesta com mais frequência em animais jovens entre,6 meses a 5 anos de idade. Este agente infeccioso produz uma variedade de virulência que auxilia na sua patogenia, entre estas esta a produção da proteína "M "com capacidade antifagocitica e também outras proteínas auxiliadoras da aderência ás células alvo o que é um passo essencial para desenvolvimento da doença. A Adenite Equina (garrotilho) é uma enfermidade de distribuição mundial e o maior número de casos é registrado nas regiões mais frias, pois a baixa temperatura e umidades facilitam a multiplicação do Streptococcus equi, sendo uma das doenças mais importantes de equinos nos países desenvolvidos, não só pelo número de mortes causado, mas principalmente pelos prejuízos comerciais nas criações desses animais, além do tempo de recuperação dos animais acometidos. O objetivo desse trabalho foi informar a população e as pessoas leigas no assunto, através de pesquisa e revisão de literatura sobre a importância desta enfermidade no país, os principais sintomas causados pela doença, epidemiologia, diagnóstico, formas de transmissão, controle e profilaxia, tratamento, e as sequelas que a doença pode causar se não for feito um tratamento adequado, a fim de melhorar o diagnóstico presuntivo da doença. Portanto é essencial que seja tomada medidas de prevenção quanto a animais introduzidos nos rebanhos, cuidados com manejo, vacinação e identificação da fonte de infecção, a bem de prevenir livrar propriedades de surtos de garrotilho. Considerando que o Brasil possui o maior rebanho de equinos da América Latina e o terceiro maior do mundo, assim a criação e comercialização desses animais são responsáveis por 3,2 milhões de empregos diretos ou indiretos em nosso país.

STREPTOCOCCUS EQUI, ADENITE, EQUINOS, GARROTILHO

A AMEAÇA DA RINOTRAQUEÍTE INFECCIOSA BOVINA

IARA DE FATIMA DE SOUZA

A Rinotraqueite Infecciosa Bovina (IBR) é uma doença altamente contagiosa causada pelo Herpes Vírus Bovino tipo 1 (HBV-1), este vírus pertence a família Herpesviridae, subfamília Alphaherpesvirinae, pode ser subdividido em três subtipos: HBV-1.1a, HBV-1.2a e HBV-1.2b, e ataca principalmente o trato respiratório e o sistema reprodutor dos bovinos. O HBV-1.1a, está associado com todas as formas de manifestações clínicas relacionadas com o agente infeccioso seja, respiratório reprodutivo ou ocular, enquanto que o HBV-1.2a e 1.2b, estão relacionados somente com o sistema reprodutivo, e o animal quando infectado passa a ser portador do vírus por toda vida. O objetivo deste trabalho foi informar a população através de pesquisa e revisão de literatura sobre as principais sintomas causados pela doença, bem como diagnóstico, epidemiologia, formas de transmissão, controle, profilaxia, e os principais fatores que vêm contribuindo para a difusão do agente no país a fim de melhorar o diagnóstico presuntivo da doença. A IBR é uma doença de distribuição mundial e de grande importância econômica relacionada a regiões com grande manejo reprodutivo de bovinos, se tratando do Brasil que é um país com grande extensão territorial e de diferentes tipos de criações. Levantamentos realizados em diversas regiões brasileiras revelam que há variações de 8 a 82% dos rebanhos estaduais têm pelo menos um animal infectado, diante destas afirmações acredita-se que apenas uma parcela muito pequena do rebanho nacional esteja livre do HBV-1. Embora seja praticamente impossível a erradicação do vírus, por se tratar de um vírus com capacidade de latência, há medidas de controle que auxiliam na prevenção da doença como: exigências sanitárias necessárias quanto à introdução de rebanhos de importações ou oriundos de leilões; a crescente utilização de confinamentos de animais para engorda, fazer se tornar obrigatório o controle virológico para a comercialização de sêmen no país; a obrigatoriedade da vacinação contra a IBR. É de suma importância a disseminação de informações por parte das autoridades competentes e médicos veterinários sobre a prevenção e tratamento de viroses como esta, com o intuito de contribuir com resultados significativos quanto ao controle da IBR no Brasil.

IBR, INFECCIOSA, REPRODUTOR, RESPIRATÓRIO

ANÁLISE DE PARÂMETROS FÍSICOS-QUÍMICOS DO LEITE DE DIFERENTES PROPRIEDADES DO MUNICÍPIO DE PINHÃO-PR

MARIA NICOLLY BANACH
WAGNER RIBEIRO
YANA FONSECA GALVÃO

O leite é considerado um dos alimentos mais completos nutricionalmente, contendo proteínas, carboidratos, gorduras, vitaminas e sais minerais em quantidades facilmente assimiláveis, sendo, portanto de grande importância na dieta humana (GUERREIRO et al., 2005). A acidez é um dos parâmetros utilizados para a determinação indireta da qualidade microbiológica do leite, visto que a ação das enzimas de origem microbiana provoca a hidrólise da lactose com formação de ácido lático e consequente redução do pH, tornando o produto inadequado para a industrialização e consumo (SANTOS & FONSECA, 2001). A avaliação da contaminação microbiológica de alimentos é um dos parâmetros importantes para determinar sua vida útil e também para que os mesmos não ofereçam riscos à saúde dos consumidores. Portanto, o presente trabalho objetivou avaliar as características microbiológicas e físico-químicos de leite in natura, UHT e pasteurizado tipo C. Onde utilizou-se 3 métodos de análise: Determinação da acidez pelo Método do Alizarol: A alizarina, quando em solução de álcool 72%, apresenta a propriedade de mudar de cor, de acordo com a acidez do leite. Além de ser indicadora de acidez do leite, serve também para verificar a estabilidade de coagulação do leite. Na rotina das plataformas de recepção, utiliza-se o dosador (acidímetro de Salut) do alizarol por sua praticidade. Prova do álcool: Fundamenta-se na precipitação das proteínas do leite, pelo álcool a 68%, quando a acidez é elevada. Determinação da acidez pelo Método Dornic (Acidez Titulável): Fundamenta-se na neutralização da acidez titulável, até o ponto de equivalência, pelo hidróxido de sódio (NaOH), na presença de indicador fenolftaleína. Portanto pode-se verificar diferentes métodos de análise do leite onde observou-se uma boa qualidade das diferentes amostras analisadas.

LEITE, PARÂMETRO FÍSICO-QUÍMICO, ACIDEZ TITULÁVEL, TESTE DO ALCOOL, ALIZAROL

ANIMAIS SELVAGENS TORNAM-SE BICHOS DE ESTIMAÇÃO

APARECIDA ANSELMO BUGAI
FERNNANDA PAMELA LIMA ALMEIDA
JESSICA MAIRA DERHON

Foi realizada uma revisão bibliográfica para analisar a transição do lobo para cão domestico, segundo teoria apresentada por Robert Wayne professor de biologia evolutiva da universidade da Califórnia, junto a outros 36 cientistas presentes no estudo. Tal teoria levantada por eles foi que os ancestrais dos cães surgiram no oriente trazendo a domesticação junto a ascensão da civilização humana na região, pois os lobos iam se aproximando dos humanos trocando companhia por alimento no momento que iniciou-se a vida agrária. O estudo foi baseado na comparação genética entre mais de novecentos cachorros que representavam oitenta e cinco raças, foram utilizadas técnicas de genética molecular para examinar mais de quarenta e nove mil traços do DNA e encontrar semelhanças com o lobo que segundo Denise Andrade foi evoluindo por mutação do DNA por adaptação. Essa domesticação causou consequências para esses animais, que tornaram-se dependentes da intervenção do homem em sua vida, isso acarretou doenças pela mudança significativa que sofreram. Pode se citar como alguns exemplos as diabetes - gerada pela falta de uma dieta balanceada que esses animais teriam em seu habitat natural, pelo excesso de comida industrializada que não estava em seu cardápio, outra doença é a obesidade gerada pela falta de exercício físico, pois não encontram mais obstáculos para conseguir alimento, podemos citar ainda a dermatite doença de pele causada pelo excesso de banho que tira a proteção natural da pele do animal ficando exposto a fungos, bactérias e demais. Portanto foi percebido que de lobo selvagens a cão domestico foi uma transformação sofrida com o passar do tempo, o animal dócil e dependente do ser humano já teve e ainda tem ancestrais agressivos e com instinto de caça.

ANIMAIS, DOMESTICAÇÃO, DNA, CONSEQUENCIAS, ANCESTRAIS

BRUCELOSE BOVINA PREJUÍZOS E CONTROLE

PÂMELA SOUZA KARAM
VANESSA HERDT MORETO

A brucelose é uma doença de caráter infeccioso causada por bactérias do gênero Brucella spp, sendo capaz de acometer várias espécies de animais domésticos e silvestres, além do homem. Apresenta-se como uma enfermidade de grande impacto na saúde pública e no setor econômico, capaz de gerar problemas significativos no comércio internacional de animais, abortos e baixa fertilidade nas propriedades rurais, altos custos com programas de controle e erradicação e principalmente por comprometer os produtos de origem animal tornando-os vulneráveis as barreiras sanitárias. As consequências da brucelose nos animais são inúmeras e a maior preocupação é o efeito que ela causa no sistema reprodutivo. Os abortos podem ocorrer com frequência e na maioria das vezes, podem ser acompanhados de retenção de placenta, metrites, repetição de cios, diminuição do número de partos e um maior intervalo entre partos. Neste contexto, objetivou-se realizar uma revisão de literatura sobre a Brucelose Bovina tendo como objetivo o esclarecimento e conhecimento bem como os prejuízos causados pela mesma e sua forma de controle. No Brasil, a brucelose é endêmica, porém apresenta dados bastante diferenciados face à dimensão territorial e às características próprias de cada região. O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal (PNCEBT) instituído pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) busca uma redução na prevalência e na incidência da brucelose e tuberculose, através da vacinação obrigatória de fêmeas, com idade entre três a oito meses, contra a brucelose e a certificação de propriedades livres ou monitoradas para as doenças, trazendo assim, benefícios sanitários e econômicos, diminuindo o impacto negativo dessas zoonoses na saúde humana e animal, além de promover a competitividade da pecuária nacional, diminuição do impacto negativo dessas zoonoses na saúde humana e animal e maior credibilidade sanitária dos produtos de origem animal (BRASIL, 2006). Podemos concluir que a brucelose é uma doença infecciosa de caráter crônico, caracterizada por processos inflamatórios específicos, de grande importância por ser uma zoonose. Conclui-se ainda que a brucelose bovina seja endêmica em todo o território nacional e existe heterogeneidade entre as regiões quanto à sua frequência. O histórico brasileiro mostra que as atividades de vacinação e diagnóstico devem merecer especial atenção no programa de controle e erradicação dessa doença.

BRUCELLA SPP, ZOONOSE, PNCEBT, BRUCELOSE BOVINA

COMPARAÇÃO DE EXAMES CLÍNICOS PARA DIAGNOSTICO DE PARASITOSE GASTROINTESTINAL PROVOCADA POR H . CONTORTOS EM OVINOS

BRUNO GUILHERME MONTEIRO SILVA
HELEN CRISTINA BARBOSA DA SILVA
POLIANA PANATTO

Haemonchus contortus – sugador de sangue é parasita de abomaso (estômago verdadeiro ou coagulador) que se alimenta de sangue, causando anemia, edema submandibular (“papeira”), emagrecimento, e morte. É mais comum durante o verão e outono. Além de ser o mais perigoso dos parasitas, pois pode levar o animal à morte, é o que está mais resistente aos vermífugos nas propriedades do Paraná. O primeiro exame clinico e Método Famacha que consiste na avaliação da coloração da mucosa ocular, e a partir de seu tom de cor se realiza a administração da dosagem correta. O mesmo exame pode ser feito laboratorialmente que é o OPG que consiste na contagem de ovos por gramas de fezes, esse exame é feito a partir da retirada de fezes do animal e posteriormente sua contagem microscopicamente. O método Famacha foi utilizado em 11 cordeiros da raça Hampshire Dow. Após a verificação da coloração da conjuntiva ocular foi retirado fezes do reto animal para realizar o exame clinico de OPG, colocado as fezes em sacos plásticos esterilizados para posterior armazenagem entre 8° e 0°C, passado isso foi feito o método de flutuação de ovos, utilizando 60ml solução salina a 7% e deixado 1 grama de fezes em repouso por 25 minutos após isso foi centrifugado por 1 minuto a 1500 rpm para decantação de partículas solidas onde se encontra os ovos de H.contortus, sendo assim prossegue a contagem microscópica dos ovos em câmara de Neubauer seguindo os cálculos posterior a contagem de uma parcela de solução de fezes liquidas diluída. os resultado do exame clinico de OPG deu-se como o esperado, que quanto menor a tonalidade da coloração da mucosa ocular de ovinos maior é a infestação por parasitas podendo variar de 400 a 13,000 ovos por gramas de fezes (OPG).

HAEMONCHUS CONTORTUS, MÉTODO FAMACHA®, OPG - OVOS POR GRAMA DE FEZES, EXAMES CLINICOS, OVINOS

DOENÇA DE LYME: ALERTA AOS CARRAPATOS

MÁRCIA APARECIDA DA SILVA
RENATE FASSBINDER

A doença de Lyme é uma infecção bacteriana transmitida por carrapatos, muito comum na América do Norte e na Europa. bem como o sudeste da Escandinávia e ao norte do Mediterrâneo, em países como Itália, Espanha e Grécia. Pessoas que viajam para esses locais e passam muito tempo em áreas arborizadas e gramadas estão sob maior risco de contrair a doença. Pessoas com ocupações ao ar livre também são mais propensas a desenvolver este problema. Nestes país existem vacinas contra a doença de Lyme, no entanto, no Brasil, a única forma de prevenção ainda é o controle dos carrapatos. Pelo fato de um dos principais sintomas serem inchaço e dor nas articulações, acreditava se que era artrite. Porém, como os casos eram agudos (os sintomas desapareciam) e afetavam apenas adolescentes, os pacientes foram estudados, e a doença de Lyme foi descoberta. O objetivo deste trabalho é uma revisão de literatura sobre o referido tema, considerando os aspectos principais da doença. Para tal a pesquisa usou de livros e artigos sobre o assunto. Esta doença tem sido descrita em humanos, bovinos, eqüinos, cães, e também foi relatada em ovinos. Diagnosticada no Brasil pela primeira vez, em 1992, a doença de Lyme é causada pela Borrelia burgdorferi, uma bactéria transmitida ao homem e animais pela picada de carrapatos da espécie Ixodes ricinus quando infectados. Apesar de pouco conhecida no país, já foram detectados casos em São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Norte. A doença de Lyme tem cura quando o tratamento envolve o uso de antibióticos, é feito corretamente. No entanto caso o tratamento não seja feito, podem surgir complicações como a artrite, meningite ou problemas no coração.

BORRELIA BURGDORFERI, CARRAPATOS, BRASIL

IDENTIFICAÇÃO DE AGENTES CAUSADORES DE MASTITE SUBCLINICA EM BOVINOS

IGOR EMANUEL OURIQUE PASKO
LUCAS ISRAEL FIUZA
MILENA HAMMEL

A mastite é uma doença que causa inflamação nas glândulas mamárias e pode ser causada tanto por fungos como por bactérias. A patologia pode se apresentar de duas formas: mastite clínica que demonstra sintomas como inchaço, vermelhidão, presença de grumos e/ou pus no leite, aumento de temperatura e endurecimento da glândula mamária ou mastite subclínica que se apresenta de forma assintomática podendo ser diagnosticada através do California Mastitis Test (CMT). Devido à característica de assintomático a doença se prolifera rapidamente no rebanho, podendo causar aumento na contagem de células somáticas (CCS), sendo ela a responsável por cerca de 90 a 95% dos casos da patologia. Foram realizados testes de CMT em dez vacas em lactação de uma propriedade na região de Guarapuava, onde os animais identificados por brinco 02, 05, 15 e 20 apresentaram-se positivo no primeiro teste e foram selecionados para o experimento. Foram realizados mais dois testes nesses quatro animais, com intervalos de 15 e 35 dias. Em todos os testes foram coletadas amostras de leite de cada quarto mamário em frascos separados e identificados. Para realização dessa etapa os tetos foram devidamente esterilizados com algodão banhado em álcool 70% e descartados os três primeiros jatos de leite, para a obtenção da amostra. As amostras foram enviadas para o laboratório onde se realizou esgotamento em ágar nutriente e ágar sabouraud e foram incubadas por aproximadamente 24 horas. Após o desenvolvimento dos micro-organismos pôde-se observar proliferação de colônias bacterianas e fúngicas. Foi realizado repique das colônias bacterianas em ágar sangue, meio de crescimento mais específico para bactérias, e foi observado um crescimento significativamente superior das colônias bacterianas. As placas permaneceram incubadas por mais de 72 horas e observou-se a prevalência de bactérias nas placas amostradas do leite infectado com mastite subclínica. O presente artigo foi realizado com o objetivo de identificar e tipificar os agentes patológicos que estavam causando mastite subclínica em animais de uma propriedade leiteira na região de Guarapuava-PR.

MASTITE BOVINA, MASTITE SUBCLÍNICA, CALIFORNIA MASTITS TEST

ISOLAMENTO DE FUNGOS PRODUTORES DE MICOTOXINAS ENCONTRADOS NO AZEVÉM EM FORMA FENADA

BRUNA OLIVEIRA
JOCIELMA MAIER

O Azevém anual (Lolium multiflorum lam.), é uma planta muito utilizada por produtores, adequada ao clima subtropical-temperado, com boa produção de forragem, boa rebrotação, resistência ao pastejo, elevados teores de proteína e digestibilidade, bastante aceita pelos animais. No entanto já foram relatados fungos patogênicos como contaminantes do feno (Aspergillus niger e A. flavus). Considerando a possibilidade de uma variedade maior de contaminantes estar presente neste alimento, este trabalho teve o objetivo de identificar os fungos presentes no feno de azevém, classifica-los e determinar quais as micotoxinas produzidas por estes e suas respectivas consequências para os animais que o consomem. Metodologicamente o trabalho foi exploratório, realizado no laboratório de Microbiologia da Faculdade Campo Real, município de Guarapuava-PR, no ano de 2015. Para coleta das espécies de fungos, 6 Kg de feno de azevém foram obtidos em um estabelecimento comercial da região. O material foi divido em 25 amostras analisadas individualmente. As amostras foram umidificadas, e mantidas em sacos plásticos fechados por uma semana em temperatura ambiente, isso permitiu que os fungos germinassem e reproduzissem. Para o isolamento, foi utilizado o método de semeadura em placas de Petri contendo meio de cultura Agar Fubá. As placas permaneceram em uma estufa por mais uma semana a uma temperatura de 37ºC. Foram confeccionadas lâminas de microcultivo, coradas com Cotton Blue e observadas em um microscópio ótico na objetiva de 40x. Os resultados revelaram a presença do Gênero Aspergillus, considerado de grande importância na área da Medicina Veterinária devido ao seu elevado nível de produção de micotoxinas, ligada a patologia animal. Além disso, os Aspergillus são encontrados na superfície de grãos, estando assim envolvido na deterioração dos alimentos, diminuindo seu valor nutricional, levando-o ao descarte. Na identificação como espécie foi encontrado A. flavus e A. niger em dominância. Ambas produzem micotoxinas prejudiciais aos animais. Uma dessas micotoxinas é a Aflatoxina, substância mutagênica, carcinogênica, teratogênica e altamente tóxicas. A Ocratoxina é a principal micotoxina produzida pelos Arpergillus. Está toxina é de grande importância pois possui efeito nefrotóxico, cancerígena e até mesmo letal. Nossos dados permitem concluir que o feno de azevém apresenta contaminantes produtores de micotoxinas e que umidificados são perigosos para o consumo animal.

MICOTOXINAS, MEIO DE CULTURA, SEMEADURA, AFLATOXINA, OCRATOXINA

RANGELIOSE: PESTE DE SANGUE QUE AFETA CÃES

JADY LARISSA GUIMARÃES
SIMONE FERNANDA SOPCHUK
THALITA CATHARINA CEBULSKI

A Rangeliose é uma doença causada por um protozoário, conhecida popularmente como “peste de sangue”, também chamada na língua Tupi de Nambiuvu (orelha que sangra). O objetivo deste trabalho é informar a comunidade sobre a Rangeliose, doença causada por um protozoário do filo Apicomplexa, classe Sporozoasida, ordem Piroplasmorida da espécie Rangelia vitalli, transmitida principalmente pelos carrapatos Ixodideos, sendo eles Amblyomma aerolatum (principalmente na zona rural) e Rhipcephalus sanguineus (predominantes em zonas periurbanas). A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica com base em artigos científicos e livros, visando informações úteis para conhecimento do público geral, ressaltando a importância dessa doença e o controle do seu transmissor. Trata-se de uma enfermidade que, ao longo dos anos, tem sido descrita apenas no Brasil e apesar da primeira descrição do parasitismo por R. vitalli ter sido datada no início do século passado, há poucos estudos a respeito desse protozoário. Causa anemia, icterícia, febre, esplenomegalia, linfadenomegalia, hemorragias no trato gastrointestinal e sangramento persistente pelas bordas e face externa das orelhas, narinas e cavidade oral e leva o animal a morte se não houver tratamento. Acomete principalmente cães jovens, que entram em contato periodicamente com locais infestados por carrapatos. A doença ocorre durante todo o ano, no entanto no verão há uma maior ocorrência devido a maior proliferação dos vetores. Alguns estudos relatam que animais silvestres atuam como hospedeiros reservatórios do agente, como exemplo o gambá, a capivara, o quati, o rato silvestre entre outros. A Rangeliose é uma doença grave que acomete muitos cães no Brasil, principalmente nos locais de perímetro periurbano. A principal forma de profilaxia da doença é o controle dos carrapatos, além de evitar que os cães entrem em contato com áreas infestadas.

RANGELIOSE, RANGELIA VITALLI, PESTE DE SANGUE, CÃES, CARRAPATOS

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE LISTERIOSE E SEUS ASPECTOS SOCIOECÔNOMICOS

LUIZ FRANCISCO AGNER SEGUNDO

A listeriose é uma doença causada por uma bactéria gram positiva denominada.Listeria monocytogenes, que causa injuria em animais de diversas espécies, principalmente os ruminantes onde os ovinos são os animais mais afetados, seguidos dos caprinos e bovinos. Em certas situações a listeriose pode se manifestar sob forma de surtos, como por exemplo, aborto em massa, doenças nervosas, afetando significativamente uma parcela grande do rebanho, ocasionando ao proprietário um prejuízo muito grande. A principal forma de infecção dos animais se dá pelo fornecimento de silagem inadequadamente processada, a bactéria se manifesta quando ocorre à fermentação parcial do alimento, o que facilmente ocorre em silagens mal armazenadas. O diagnóstico geralmente é feito por exames laboratoriais acompanhado do histórico clinico do animal, quando se trata da forma nervosa da doença observasse grande aumento da quantidade de proteínas e células inflamatórias no liquor e raramente a presença da bactéria. Pode também ser realizado histopatologia, imunohistoquímica, sorologia e inoculação em cobaias. Outra técnica laboratorial que pode ser utilizada é o isolamento do agente a partir de fetos abortados, leite, fezes, urina, secreções vaginais até duas semanas após o aborto, placenta, líquor, sangue e outros tecidos acometidos. O tratamento é feito com uso de antibióticos como as tetraciclinas e penicilinas, hidratação, água, sombra e isolamento dos animais doentes também fazem parte do tratamento. A profilaxia é feita evitando o fornecimento de dietas exclusivamente compostas de silagem, e evitando a compra de silagens de armazenamentos duvidosos, fazendo uma adaptação com os animais que serão alimentados com silagem durante a época de seca, através de um aumento gradual da quantidade oferecida.

LISTERIOSE, BOVINA, PERDAS, DOENÇA, OVINOS

TRATAMENTOS ALTERNATIVOS PARA MASTITE BOVINA: UMA REVISÃO

DJULIA WEBER
GEICY EURICH
NILVA BORTOLUZZI

Os tratamentos alternativos contra mastite bovina são cada vez mais freqüentes na literatura cientifica. Esses métodos servem para evitar a resistência bacteriana, causada pelo uso indiscriminado de antibióticos. O objetivo deste trabalho foi levantar a produção brasileira nos últimos 10 anos sobre o tema. O buscador utilizado, foi o Google acadêmico, este buscador utiliza outros banco de dados (PUBMED, SCIELO, LILACS) e artigos open access, aumentando o espectro de busca. Para a busca foram usadas as relações: mastite- tratamento; mastite-farmacoguinosia; mastite-fitoterápicos.Nossos resultados demonstraram que nove artigos sobre o tema foram publicados neste período. O artigo 1 apresenta o gás ozônio como opção de tratamento. No entanto seus dados são inconclusivos quanto à eficiência, necessitando ser aprofundado, pois o mecanismo de ação não foi totalmente esclarecidos. Foi relatado no artigo 2 que o alho tem potencial para o controle da mastite do tipo subclínica. A Caesalpiniaférrea, artigo 3, foi testada in vitro controlando a proliferação de bactérias. O óleo essencial de Murta, artigo 4, demonstrou resultados de atividade bactericida e bacteriostática. A Jurema preta (Mimosa tenuiflora), artigo 5, foi testada em in vitro em amostras de Staphylococcus aureus isoladas de leite de vacas com histórico de mastite clínica e subclínica.Demonstrou ação anti-microbiana sobre esse e outros microorganismos relacionados a doença. O extrato bruto das raízes da Salvinha auriculata, artigo 6, apresentou bons resultados contra cepas de Staphylococcus aureus isoladas de mastite bovina. A atividade antibacteriana in vitro do óleo essencial das folhas e dos frutos de Schinus terebinthifolius (aroeira), artigo 7, demonstrou eficácia no controle das bactérias Gram positivas. A aplicação de Tagetes minuta, artigo 8, na antissepsia de tetos de vacas pós-ordenha foram tão eficazes quanto o controle, demonstrando o potencial de uso desses extratos. Psidium guajava (folhas de goiabeira), artigo 9, apresentou ação antimicrobiana in vitro contra Staphylococcus aureus isolados de leite mastítico.Conclui-se então, que existem pesquisas nacionais sobre tratamentos alternativos na forma de fitoterápica e farmacoguinosia para diversos quadros de mastite como apresentados nas pesquisas citadas anteriormente. No entanto este tema vem sendo pouco explorando e merece mais atenção dos pesquisadores brasileiros.

MASTITE, TRATAMENTO, BACTÉRIA, FITOTERÁPICO, FARMACOGUINOSIA

USO DE DERIVADOS ANIMAIS NA CICATRIZAÇÃO: UMA REVISÃO

PABLO RONIEL SANTI
RHAMONA KARINA DE PAULA MOTTA

A cicatrização se inicia a partir da perda de integridade da pele. O processo inflamatório é iniciado pela migração de neutrófilos, que são responsáveis pela destruição de bactérias. Em seguida, são atraídos para a ferida os linfócitos e os macrófagos os quais secretam enzimas que desbridam a ferida, além de fatores de crescimento. Os fibroblastos migram a partir das margens da ferida e a matriz extracelular começa a ser substituída por um tecido conjuntivo mais forte e elástico. O tecido de granulação é enriquecido por mais fibras de colágeno, passando a adquirir aparência de massa fibrótica característica da cicatriz. O leite bovino apresenta enzimas, fatores de crescimento, hormônios, citrinas, proteínas e é muito rico em minerais. em um dos artigos aqui referenciados O leite bovino cru foi aplicado em cima do ferimento, o mesmo procedimento foi feito em um grupo de controle. Após o acompanhamento pode-se concluir que houve rápida recuperação da pelagem nos ratos tratados com leite bovino cru em relação ao grupo controle. O mel foi usado em outro estudo, segundo os autores, ele contém aminoácidos, vitaminas, enzimas, minerais que são excelentes fontes de nutrientes. No tratamento de feridas pode atuar como barreira viscosa que impede a entrada de substancias. Coelhos tratados com mel apresentaram cicatrização corneal mais eficiente que o controle. Após o tratamento, as feridas tratadas com o mel apresentaram contração em 91,7% dos animais, observou-se menor diâmetro das feridas tratadas com o mel e no controle houve uma porcentagem de contração de 79,06%. O plasma é a porção líquida do sangue que atua como um transportador de células e forma o coágulo. Contém grânulos que liberam os fatores de crescimento que estimulam a cascata inflamatória. O plasma rico em plaquetas (PRP) é um poderoso agente adesivo e hemostático, pode ainda ser utilizado em feridas e nos ossos, possuindo também propriedades antimicrobianas, promovendo aceleração e aumento da cicatrização. Experimentos mostram que o PRP injetado sob a ferida melhora em 36%, a integração do enxerto de pele em pacientes com feridas crônicas, melhora a evolução dos enxertos de pele, diminuindo a perda do enxerto. O uso de derivados do metabolismo animal como leite bovino cru, mel e PRP tem ação cicatrizante comprovada, e os resultados permitiram presumir também que a pasteurização influencia o mecanismo de ação das substancias contidas no leite.

CICATRIZAÇÃO, DERIVADOS ANIMAIS, PLASMA RICO EM PLAQUETAS

NUTRIÇÃO

ADESÃO DOS PACIENTES A TERAPIA NUTRICIONAL NAS DOENÇAS CRÔNICAS

ANDRESSA PAULINE DOS SANTOS
NATALY DE PAULA LOURENÇO

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) são atualmente a maior causa morbimortalidade. Foram criadas estratégias com o objetivo de promover intervenção e controle das DCNT, promovendo ações de conscientização sobre o tabagismo, a inatividade física, a alimentação inadequada e uso prejudicial de álcool como fatores de risco para as estas patologias. Assim, a Nutrição em Saúde Pública é uma estratégia de Saúde Pública que preocupa-se especialmente com os aspectos da alimentação e nutrição relacionados ao bem-estar de saúde das populações buscando promover e restabelecer a saúde. A grande barreira que dificultam as ações na Saúde Pública é a adesão dos indivíduos aos tratamentos propostos, onde, segundo estudos, as taxas de adesão aos tratamentos propostos variam de 17% a 86% para o tratamento medicamentoso, 62% a 71% para o plano alimentar e de 47% a 80% para atividade física. Esta realidade é evidenciada especialmente nos serviços de atenção básica, nos serviços oferecidos pelo sistema de saúde. Esta baixa adesão pode ser entendida como uma dificuldade desses pacientes em mudar hábitos trazidos consegue no decorrer da vida, especialmente pelo fato da população acometida por tais patologias estar acima dos 50 anos. Muitos pacientes, mesmo em risco de morbidades, acabam ganhando peso justamente quando necessitam perder, o que evidencia a baixa adesão ao plano alimentar. Cabe, portanto as esferas governamentais a promoção de maiores ações que busquem além de intervenção por meio dos tratamentos, promover um conhecimento e a conscientização dessas populações quanto à adoção de um estilo de vida saudável para uma melhor qualidade de vida e uma melhor condição de saúde, uma vez que, é crescente a demanda devido à realidade de transição nutricional enfrentada atualmente e o número de profissionais inseridos nessas ações ainda é pequeno.

DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS, NUTRIÇÃO, AÇÕES DE SAÚDE, TERAPIA NUTRICIONAL, ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

ACEITAÇÃO DO BRIGADEIRO DE BIOMASSA DE BANANA VERDE POR TRABALHADORES DE UMA FABRICA DE PAPEL EM GUARAPUAVA – PR

MARIA ALICE MAURINA
PÂMELLA PRISCILA WALECKI

A biomassa de banana verde é um purê de banana verde que atua como poderoso espessante. É capaz de multiplicar alimentos com uma vantagem, pois por se tratar da fruta verde, não possui gosto e, portanto, não altera o sabor dos pratos em que está sendo adicionada, apenas aumenta o volume com a singularidade de acrescentar vitaminas e sais minerais. A biomassa é considerada um alimento funcional pois, quando cozida, apresenta um teor excelente de amido resistente, que tem ação semelhante a das fibras. Por ser resistente, ele não é digerido e nem absorvido. No intestino, a biomassa é utilizada pelas bactérias benéficas do nosso organismo, as chamadas probióticas. Este amido é usado pelas bactérias como uma fonte de energia, mantendo assim a integridade da mucosa intestinal, que é responsável pela absorção dos nutrientes e barreira entre o meio externo e meio interno. Além de auxiliar no funcionamento intestinal, agindo na prevenção e tratamento de quadros como diarreia, constipação, prevenção de doenças como câncer, obesidade, colesterol e triglicerídeos alterados e diabetes a biomassa é rica em vitaminas como A, B1, B2 e minerais essenciais como fósforo, magnésio, potássio e sódio. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi verificar a aceitação de um brigadeiro feito a partir da biomassa de banana verde por trabalhadores de uma fabrica de papel. Foi realizado análise sensorial com 184 comensais que concordaram em participar da pesquisa, onde os mesmos degustaram o brigadeiro e marcaram com um círculo em uma das opções de notas. As opções eram “detestei”, “não gostei”, “indiferente”, “gostei” e “adorei”, ao final os dados foram tabulados com auxilio do programa Excel ®. O brigadeiro foi preparado com a biomassa de banana verde, açúcar orgânico, cacau em pó, leite em pó e manteiga sem sal. Os resultados obtidos foram 0% (n=0) de detestei, 1,0 % de não gostei (n=2), 3,20 % de indiferentes (n=6), 64,6 % de gostei (n=119) e 30,9 % de adorei (n=57). Sendo assim, é possível concluir que, o brigadeiro de biomassa de banana verde foi bem aceito pela maior parte da amostra, sendo possível adicionar a mistura e substituir o leite condensado da preparação por essa opção mais saudável, onde a maior parte das pessoas relataram não sentir o gosto da banana presente durante a degustação.

BIOMASSA DE BANANA VERDE, ANÁLISE SENSORIAL, NUTRIÇÃO FUNCIONAL

A ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (UAN)

KAMILA DE OLIVEIRA MUNHOZ
ZENILDA MANCHUR

Uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) consiste em um serviço organizado, compreendendo uma sequência de ações destinadas a oferecer refeições balanceadas, obedecendo padrões dietéticos e higiênicos sob o ponto de vista sanitário. Assim, faz-se necessária a presença de um profissional nutricionista, pois só ele será capaz de determinar e analisar todos os fatores capazes de interferir no padrão das refeições (ABREU; SPINELLI; PINTO, 2011). Para que as atividades ocorram de forma correta, é necessário que se tenha um planejamento físico e deve seguir um layout que deve ser adequado e higiênico, a fim de facilitar a distribuição e o fluxo das atividades da cozinha em seu espaço físico ou área de movimentação. As operações devem seguir uma sequência e um ritmo constantes, evitando-se interferências ou cruzamentos desnecessários que possam prejudicar o andamento eficiente dos serviços, nesse contexto, prefere-se que os fluxos operacionais sigam o sentido horário dentro do espaço destinado ao preparo, à cocção e ao acabamento dos pratos (CÂNDIDO; ZANELLA, 2002; MARTINEZ-TOMÉ et al., 2000; OLIVEIRA; PINTO, 2003; REGO; TEIXEIRA, 2006). O estudo foi em um embasamento referencial de livros e artigos científicos encontrados no banco de dados Scielo no mês de outubro de 2015, onde foram encontrados seis artigos relacionados ao tema. Segundo Arruda (2002), torna-se muito importante a participação de profissionais qualificados na etapa do planejamento físico de uma UAN, como o nutricionista pelo fato de possuir experiências na operacionalização das atividades de um restaurante, bem como na área administrativa. A análise da estrutura funcional e física de uma UAN é de extrema importância para que seja possível a determinação de ações a serem tomadas evitando eventuais desperdícios e problemas operacionais (TEIXEIRA; OLIVEIRA; REGO, 2003; GUIMARAES, 2006). Lucia e Sant'Ana (2012) referem que o objetivo de uma UAN é satisfazer o cliente com o serviço oferecido, relacionando sob esse aspecto, a estrutura física também oferecida aos clientes. Conclui-se que, para a estruturação física e funcional, deve-se considerar as particularidades e a organização do serviço de cada UAN, além de ser necessária a demanda de um estudo individualizado, por um profissional capacitado a fim de trazer benefícios à produção, controle higiênico-sanitário dos alimentos e agilidade nos processos.

UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO, PLANEJAMENTO, NUTRICIONISTA

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NAS ESCOLAS PARA A FORMAÇÃO DE HÁBITOS SAUDÁVEIS

NATALY DE PAULA LOURENÇO

A intervenção sobre educação alimentar nas escolas é uma maneira de incentivo aos alunos para hábitos alimentares saudáveis desde a fase pré-escolar e a própria idade escolar, que inicia entre sete e dez anos de idade. Esta corresponde ao período de crescimento com maiores exigências nutricionais, o que torna esse ciclo propício para a avaliação nutricional da população infanto-juvenil. Intervenções antes dos dez anos de idade reduzem a gravidade das doenças causadas pelos maus hábitos alimentares de maneira mais eficiente do que as mesmas intervenções na fase adulta. A escola é um ambiente propício para destacar a alimentação saudável, o que ocorre através dos seguintes programas: Programa Saúde na Escola (PSE), com objetivo de contribuir para a formação dos estudantes por meio de ações relacionadas à prevenção, atenção e promoção à saúde, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como objetivo a formação de hábitos alimentares saudáveis aos alunos. A intervenção de educação nutricional nas escolas é essencial para o incentivo de uma alimentação adequada, com introdução de alimentos in natura. Sendo estes, alimentos que correspondem às orientações da pirâmide alimentar, visando fornecer energia e os nutrientes essenciais ao organismo. Os grupos alimentares a serem trabalhados são os carboidratos e frutas, hortaliças, lipídios e proteínas, auxiliando as crianças nas escolhas dos alimentos através da educação nutricional, assim auxiliando para a redução de consumo de frituras e dos alimentos industrializados vendidos nas cantinas, que trazem risco à saúde, podendo provocar algumas patologias, tais como obesidade, hipertensão, diabetes mellitus e doenças cardiovasculares. A educação nutricional nas escolas ajuda na redução da obesidade, que é um fator de risco para a saúde. Sendo um incentivo para os alunos saberem o quanto é importante ter uma boa alimentação, que forneça os nutrientes necessários, para ter um bom desenvolvimento e rendimento escolar.

HABITOS SAUDAVEIS, EDUCAÇÃO NUTRICIONAL, ESCOLARES

A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL EM HIPERTENSOS

JANAINA CRISTINA IENSEN GASPARETO

A hipertensão arterial é considerada um problema de saúde pública por sua magnitude, risco e dificuldades no seu controle. É também reconhecida como um dos mais importantes fatores de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares. O objetivo deste estudo foi analisar a importância, a efetividade e as limitações de estratégias de educação em saúde, relacionadas às orientações dietéticas, no enfrentamento da problemática da adesão ao tratamento da HAS. Para isso, este estudo vem relatando a história clínica de uma paciente hipertensa que não tem controle de sua pressão arterial, devido à idade, não mantém hábitos alimentares corretos, não pratica nenhuma atividade física. Sendo assim, o presente estudo avaliou o estado nutricional da paciente E.R.R. 59 anos, estatura de 1,55 metros, pesando 78,5 kg, dona de casa, moradora da cidade de Guarapuava, paciente hipertensa, com excesso de peso, relata ter artrose e arritmia cardíaca, e desconforto estomacal, sendo identificado que a paciente faz uso de medicamentos tais como losartana, clonozepam, omeprazol, loratadina, espirolactona.Este trabalho foi realizado na RealClin com a utilização de equipamentos tais como: Balança mecânica antropométrica;Adipômetro;Fita métrica;Esfigmomanômetro.Também foram utilizados alguns métodos de avaliação nutricional: Recordatório 24horas; Lista de substituição; Cardápio adequado às necessidades da paciente. A pressão arterial na primeira consulta da paciente (tabela 1) se classifica como Hipertensão Estagio 3. Na ultima consulta realizada foi aferida a PA e se classificou como normal. Segundo o quadro de classificação de HA da VI diretrizes brasileiras de hipertensão arterial (2010). Em conclusão, o controle não-farmacológico da HA é importante e necessário, embora se mostre de difícil execução. A prevenção primária ou secundária desse fator de risco no paciente deve ser iniciada o mais precocemente possível, com orientação sobre a necessidade de atividade física adequada à idade, a importância da alimentação saudável, a eficácia do abandono do tabagismo e a necessidade de um melhor manuseio do estresse. É importante que, na abordagem terapêutica do paciente hipertenso, tenhamos sempre em mente a necessidade de estimular a mudança de estilo de vida, através de modificações dietético-comportamentais, que contribuirão, em muito, para o melhor controle da pressão arterial.

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, HIPERTENSÃO, OBESIDADE, REEDUCAÇÃO ALIMENTAR, DOENÇAS CARDIOVASCULARES

A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR PARA SAÚDE DOS PACIENTES ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA REALCLIN

ANDRESSA PAULINE DOS SANTOS
NATALY DE PAULA LOURENÇO

O atendimento interdisciplinar é de grande importância na área de saúde por parte dos profissionais do atendimento e suas relações com os outros profissionais da área e com seus respectivos pacientes envolvidos, em função de um atendimento completo envolvendo os vários profissionais da saúde. Isto requer uma visão clara e ampla a respeito da ética das profissões de saúde no trabalho e dos padrões de conduta no exercício e desenvolvimento de suas profissões, de acordo com cada profissão tem suas responsabilidades, refletindo o bom atendimento. O entendimento por meio de diálogo, da interação e do questionamento recíproco, permita um agir comunicativo quando vários especialistas de diversas profissões estão trabalhando juntos, com um objetivo interdisciplinar. Com o intuito de promover um atendimento mais amplo e que visa o paciente como um todo, a RealClin iniciou essa modalidade de atendimento em 2015. Até o final do mês de outubro, 28 pacientes foram atendidos nessa modalidade, incluindo várias faixas etárias e ambos os gêneros. As intervenções dos atendimentos interdisciplinares são determinadas caso a caso após a discussão clinica com a participação dos profissionais de cada área, para determinar e resolver da melhor forma. Um atendimento cooperativo, participativo, com diálogo aberto e igualitário, confirmando uma das características da prática interdisciplinar as ações desenvolvidas e o envolvimento dos profissionais na construção de uma assistência de melhor qualidade demonstra o potencial desta experiência na mudança da prática em saúde em nossa sociedade.

ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR, SAÚDE, PACIENTES, PROFISSIONAIS DA SAÚDE

A IMPORTÂNCIA DO CONSUMO DE FRUTAS COM VITAMINAS ANTIOXIDANTES

ARIANE PACHECO
BRENA LETICIA DE SOUZA

De acordo com a OMS, deve-se ingerir de 3 a 5 porções de frutas por dia na dieta, sempre alterando, uma vez que fornecem água, vitaminas, minerais, fibras e dispõe de flavonoides (compostos químicos naturais) presentes nos frutos, que desempenham funções de proteção característicos contra agentes oxidantes. Esses agentes agem na busca de equilibrar elétrons desemparedo aos átomos danificando células e tecidos. Para diminuir esses danos existem substâncias chamadas antioxidantes que impedem a proliferação de radicais livres (RL). Nas frutas os principais antioxidantes presentes são as vitaminas A, E e C. Nesse contexto o artigo teve o objetivo de expor os benefícios do consumo de frutas ricas em antioxidantes para a diminuição de riscos tais como envelhecimento precoce. Foi realizada uma pesquisa através de artigos científicos e documentos oficiais. A vitamina A na forma percussora como betacaroteno, possui em sua composição carotenoides que reagem com os radicais livres como peróxidos e oxigênio, exercendo função de antioxidante na fase lipídica, agindo na membrana lipoproteica das células. Tem importância para a pele (evitando a pele seca, escamosa e enrugada) e cabelos (ajuda na prevenção da descamação do couro cabeludo-caspas). Presentes em frutas de cor amarela, laranjadas e vermelhas. Vitamina E juntamente com a vitamina A, combate radicais livres, atua no aumento da absorção da vitamina A se tornando antioxidante onde faz os músculos trabalharem consumindo menos oxigênio, impedindo a formação de RL. Vitamina C atua como coenzima no metabolismo de aminoácidos, produz e mantem o colágeno, é estável em oxidação, é importante, pois previne o acúmulo de radicais livres. Principal fonte em frutas cítricas. Uma dieta rica em antioxidantes é uma forma natural e saudável de prevenção aos efeitos noviços dos radicais livres, prevenção de doenças mantendo a saúde da pele, exerce efeitos importantes no retardo do envelhecimento, corrigindo perdas estruturais, funcionais, relacionados à regeneração da epiderme possui efeito fotoprotetor na mesma.

AGENTES OXIDANTES, FRUTAS, BENEFICIOS, PREVENÇÃO

A INTRODUÇÃO ALIMENTAR EM CRIANÇAS FREQUENTADORAS DOS CMEIS

ANDRESSA PAULINE DOS SANTOS
KEILA TAMARA DIAS

Os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) desempenham importante papel na formação dos hábitos alimentares da criança, oferecendo em média quatro refeições diárias. É recomendo que o aleitamento materno seja de maneira exclusiva até os seis meses. Após esse período deve-se iniciar a introdução alimentar com cereais, tubérculos, carnes, leguminosas, frutas e legumes e os alimentos industrializados devem ser evitados por prejudicarem a formação de hábitos alimentares da criança. Dados foram obtidos por meio de observação sobre a introdução alimentar dos alunos atualmente matriculados. Observou-se que, somente uma criança ainda não esta em introdução alimentar. Quanto aos alimentos oferecidos, notou-se serem industrializados e frutas. Sobre a prática do aleitamento materno, somente duas crianças ainda são amamentadas pelas mães, as demais consomem formulas lácteas. Outro fator contribuinte para a duração do aleitamento materno é a condição de a mãe cuidar da criança em tempo integral ou trabalhar fora influencia no tempo da duração do aleitamento materno. Dados como estes demonstram que a alimentação complementar é iniciada de maneira precoce e muitas vezes da maneira inadequada às recomendações, sendo que o Ministério da Saúde recomenda que doces sejam evitados nos primeiros anos de vida e segundo a pesquisa que realizamos neste CEI indica o açúcar como um dos primeiros alimentos oferecidos à criança. Vale salientar que a introdução alimentar adequada associada ao aleitamento materno evita o aparecimento de doenças futuras e desenvolvimento da obesidade.

ALIMENTANÇÃO COMPLEMENTAR, ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO, INTRODUÇÃO PRECOCE, DESMAME PRECOCE, ALIMENTAÇÃO DO LACTENTE

ALIMENTAÇÃO NA GESTAÇÃO

FRANCIELE CATIUSE CORREIA
MÍLARY ELLEN DE O. ANTUNES

A partir do momento que a mulher entra na fase da gravidez, é importante ter alguns cuidados com a alimentação e aumentar a ingestão de alguns nutrientes que serão necessários para atender as necessidades do corpo da mãe e o desenvolvimento do bebê. O objetivo desse trabalho é informar a importância dos cuidados nutricionais que se deve ter na gestação. É recomendado refeições mais pensadas e equilibradas, e uma alimentação variada no dia-a-dia. Mas não é necessário fazer dieta durante a gestação, pois pode prejudicar o bebê e a mãe. O ganho de peso é algo que acontece naturalmente com o passar dos meses da gravidez e o ideal é evoluir com alimentos saudáveis e sem pensar em “comer por dois” no caso comer melhor não é comer mais. Muito importante nessa fase a ingestão de proteínas, ferro (fabrica glóbulos vermelhos), vitamina A (desenvolvimento celular e dos olhos), vitamina B6 (ajuda desenvolver o sistema nervoso e ajuda a mulher ter menos enjoo), vitamina C (essencial para reparação de tecidos), vitamina D (ajuda formara ossos e dentes), tiamina (essencial para o desenvolvimento do cérebro), zinco (ajuda a formar órgãos), ácido fólico (encontrado em verduras escuras e também auxilia na função cerebral), potássio (auxilia na atividade muscular e contrações), magnésio (formação de ossos e dentes fortes). Lembrar de tomar água sempre, deixando de lado bebidas que contém cafeína ou fazer um consumo moderado do mesmo. A ideia é que esses hábitos alimentares não se tornem um modelo padrão, mas sim apenas atender as necessidades nutricionais da gestante para que a gestação seja tranquila e até mesmo após o parto tenha um resultado satisfatório desde a saúde do bebê até a amamentação e produção do leite materno.

GESTAÇÃO, SAÚDE, ALIMENTAÇÃO

ALIMENTAÇÃO NA TERMINALIDADE: QUAIS SÃO AS IMPLICAÇÕES ÉTICAS

CAMILA SILVESTRI
GABRIELLA AUGUSTO
MARINA MACHADO GONZALES

A Nutrição e a Hidratação são consideradas, uma terapia que satisfaz as necessidades básicas de vida, associado ao conforto e alívio do sofrimento, fazendo parte de cuidados paliativos em ciências da saúde e sendo um aliado do tratamento clínico e nutricional. A Bioética pode auxiliar na reflexão sobre essas condutas. O objetivo desse estudo foi avaliar as implicações éticas da alimentação na terminalidade da vida. Foram utilizadas pesquisas em artigos científicos, feitas pelo SCIELO, LILACS, Google Acadêmico, e também utilizada pesquisas em Livros Literários. As condutas que abrangem a alimentação são três: oral, enteral e parenteral, todas elas têm suas indicações e contraindicações. A oral é a maneira mais fisiológica de alimentação, sendo a melhor forma de se alimentar, porém geralmente em pacientes críticos e/ou em doença avançado estágio terminal, esta via pode estar debilitada, causando desconforto. A Terapia Nutricional Enteral, mesmo sendo um processo simples, em pacientes debilitados pode causar mais desconforto, não só em relação aos aspectos físicos, mas também aos emocionais e sociais, um dos cuidados paliativos, é aproximar o paciente ao máximo à normalidade nutricional. Na Terapia Nutricional Parenteral, o paciente muitas vezes consegue atingir a administração de todos macros e micronutrientes, na sua forma mais simples, é a via menos utilizada. A suspensão de alimentação pode ser adequada nos cuidados paliativos, mesmo em pacientes extremamente desnutridos, pois pode não trazer benefícios ao paciente, considerando todas as consequências e circunstancias de uma alimentação artificial e sua qualidade de vida. Essa não pode se constituir como um parâmetro absoluto, geralmente será um parâmetro relativo, que serve para valorizar a melhora ou piora do paciente, portanto deve-se levar em consideração não somente a inserção de alimentos/nutrientes mas sim a vontade e o bem estar geral do paciente. A decisão em instituir ou não suporte nutricional no estágio final de vida pode ser influenciada pela associação de emoção e experiências pessoais, religiosas e éticas. O paciente deve ser respeitado de acordo com todos os princípios da bioética e, principalmente, deve ter sua autonomia respeitada, e, nesse sentido, os profissionais devem deixa-lo seguro de que não será descuidado.

ÉTICA, NUTRIÇÃO, CUIDADO PALIATIVO, TERMINALIDADE, ALIMENTAÇÃO

ALIMENTOS CONTENDO COLÁGENOS QUE RETARDAM O ENVELHECIMENTO CUTÂNEO

BARBARA VERISSIMO BATISTA
DENISE HEINZEN PIACESKI
PATRICIA SOUZA

A preocupação com a qualidade de vida tem levado o consumidor a procurar e consumir produtos saudáveis, que possam melhorar as condições de saúde e promover o bem estar. A melhoria dos hábitos alimentares, a preocupação com a estética e a prevenção do surgimento precoce de doenças degenerativas por meio da ingestão de alimentos saudáveis contribuíram para aumentar as pesquisas de caracterização de alimentos e/ou ingredientes que possuem propriedades terapêuticas, além das funções nutricionais normais. Os alimentos funcionais podem conter um ou mais ingredientes com propriedades terapêuticas. O colágeno é um desses ingredientes com características funcionais, é uma proteína de origem animal, cuja função no organismo é contribuir com a integridade estrutural dos tecidos em que está presente. O colágeno é encontrado nos tecidos conjuntivos do corpo, tais como os ossos, tendões, cartilagens, veias, pele, dentes, bem como nos músculos e na camada córnea dos olhos. Porém, com o início da fase adulta, a deficiência de colágeno começa a ser notada, pois o organismo diminui sua produção, sendo necessária a sua suplementação. Em vista disso, houve um aumento no interesse pela aplicação industrial de colágeno em suplementos alimentares e em produtos alimentícios, como iogurtes, embutidos (salsicha e presunto), chás, sucos e em sobremesas de fácil preparo, tais como gelatina, pudins e maria-mole. Esses alimentos adicionados de colágeno podem ser utilizados em tratamentos para melhorar a elasticidade e firmeza da pele e prevenção de doenças, como a osteoartrite, osteoporose, hipertensão e úlcera gástrica. O colágeno pode ser obtido de diversas espécies animais (bovinos, suínos, peixes, etc.). No Brasil, a maior parte do colágeno é proveniente dos subprodutos da indústria de carne, em função da elevada produção brasileira de carne para exportação. Nesse contexto, o presente trabalho realizado através de pesquisas e referências bibliográficas sobre o colágeno visa mostrar informações disponíveis e conhecimento atual sobre a formação do colágeno, os efeitos benéficos ao organismo, às propriedades funcionais e as aplicações em alimentos. Portanto até o momento, as pesquisas mostraram os potenciais efeitos benefícios para a saúde e que a suplementação de colágeno em alimentos tem demonstrado resultados promissores, com melhoria das características tecnológicas.

PROPRIEDADE FUNCIONAL, COLÁGENO, ENVELHECIMENTO CUTÂNEO, SUPLEMENTO ALIMENTAR

ANÁLISE DE TEMPERATURAS DE COCÇÃO DOS ALIMENTOS DA REFEIÇÃO DO ALMOÇO DA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (UAN) DE UM HOSPITAL DA CIDADE DE GUARAPUAVA, PR

JAQUELINE FERREIRA
NATALY DE PAULO LOURENÇO
THAIZ LETICIA CUBICA CAETANO

Uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) hospitalar tem como finalidade fornecer refeições balanceadas nutricionalmente, priorizando e atendendo as normas dietéticas e higiênico-sanitárias e as necessidades nutricionais de cada tipo de patologia que os pacientes apresentam, levando em consideração as normas e padrões da empresa (VIANA, 2014). Para precaver contaminantes nos alimentos produzidos no ambiente hospitalar, há uma legislação específica e normas técnicas conhecidas por Boas Práticas (BP) que são agregados em produtos, processos, serviços e edificações, apontando à promoção e a certificação da qualidade e da segurança do alimento. Um dos fatores que pode antecipar alguns problemas de saúde é a temperatura do alimento, que concebe o mais importante dentre os fatores que podem implicar no crescimento dos microrganismos. A temperatura é um mecanismo importante para que se possa obter um produto com segurança e qualidade satisfatória (BASSO, 2008). A distribuição dos alimentos e as preparações quentes devem ser conservadas a temperatura maior que 70ºC por no máximo 6 horas e as preparações frias devem ser mantidas até 10ºC por no máximo 4 horas (ABERC, 2003). O presente trabalho teve como objetivo averiguar a temperatura da refeição pronta para ser distribuída nos departamentos do SUS (Sistema Único de Saúde), para o consumo dos pacientes que estão dentro da unidade hospitalar. O setor de alimentação é dotado de um refeitório e disponibiliza o café-da-manhã, almoço e jantar para pacientes do SUS, com uma média de 500 refeições diárias tendo como padrão de cardápio considerado médio e sua clientela são os pacientes e acompanhantes do hospital. Foram aferidas durante dois dias as temperaturas das oito preparações servidas diariamente e verificou-se que as temperaturas em sua maioria se encontravam dentro do padrão, segundo o preconizado pela Resolução RDC n°216 de 15 de setembro de 2004, sendo considerados adequados quando em temperatura superior a 60°C para preparações quentes e abaixo de 10°C para alimentos refrigerados (ANVISA, 2004). No entanto, duas preparações quentes estavam com temperatura abaixo do recomendado (53ºC – quibe, 54ºC – espinafre refogado). Com isso, pode-se concluir que a maioria das temperaturas estão adequadas, garantindo que a produção e distribuição da refeição objetiva manter a qualidade higiênico-sanitária, para evitar contaminações alimentares, no que diz respeito à temperatura adequada.

ANÁLISE DE TEMPERATURA, TEMPERATURA DOS ALIMENTOS, UAN HOSPITALAR

ANÁLISE E COMPARAÇÃO DA INGESTÃO DE NUTRIENTES POR MEIO DE INQUÉRITOS ALIMENTARES DE PACIENTES ATENDIDOS NA CLÍNICA REALCLIN DE GUARAPUAVA-PR

KAMILA DE OLIVEIRA MUNHOZ
ZENILDA MANCHUR

A alimentação da população brasileira em geral deve conter macro e micronutrientes de forma adequada, a fim de favorecer a saúde dos indivíduos. As Fibras Alimentares (FA) possuem propriedades físico-químicas que produzem diferentes efeitos fisiológicos no organismo regularizando o funcionamento intestinal, o que é importante para a saúde da população e inclusive para o tratamento dietético de várias patologias. O cálcio participa da formação e manutenção dos ossos e dentes, é fundamental para o crescimento, atua na contração e relaxamento muscular, na transmissão de impulsos nervosos e tem atuação no ritmo cardíaco. Diante a tantas funções, esse mineral torna-se indispensável na alimentação diária, desde infância até a terceira idade. O objetivo do estudo foi verificar o consumo de fibras alimentares e Cálcio na dieta de pacientes atendidos pela clínica RealClin de Guarapuava-PR e compará-los com a recomendação de ingestão pelas DRI's. Foram analisados 177 Recordatórios 24 horas e Registros alimentares de pacientes atendidos no ambulatório de Nutrição e feito a média do consumo dos nutrientes já citados. Dentre os dados obtidos mostra-se que a média de consumo de fibras desses pacientes é 14,1g por pessoa, sendo que o recomendado é de 20 a 30 g por indivíduo. As FA são classificadas em dois tipos de acordo com a solubilidade de seus componentes em agua e estas são as Fibras Solúveis (FS) que são responsáveis pelo aumento da viscosidade do conteúdo intestinal e redução do colesterol plasmático e as Fibras Insolúveis (FI) que têm função de aumentar o volume do bolo fecal reduzindo o tempo de trânsito no intestino grosso, tornando a eliminação fecal mais fácil e rápida. E quanto ao cálcio o consumo está em média de 494,4 mg por pessoa sendo que o recomendado está em torno de 1000 a 1200mg por indivíduo dependendo de gênero e idade. A importância do cálcio no organismo é de extrema relevância, pois participa do crescimento e saúde dos ossos. Conclui-se que a média de fibras presente na ingestão diária dos pacientes encontra-se abaixo do recomendado bem como a ingestão de cálcio. Torna-se necessário a orientação nutricional frente aos pacientes para demostrar a importância da ingestão adequada dos nutrientes necessários para que o organismo como um todo se mantenha ou permanece saudável.

NUTRIENTES, ALIMENTAÇÃO, INQUÉRITOS ALIMENTARES

A PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL NA POPULAÇÃO EM GERAL

DIANA CATTELAN DENGO
NATALY DE PAULO LOURENÇO

A hipertensão é uma doença que se define pelo aumento dos níveis tensionais no sangue, quando a artéria sofre algum tipo de resistência perdendo a capacidade de contrair e dilatar, exigindo uma velocidade maior do bombeamento sanguíneo. Em alguns casos a doença não apresenta sintomas e por isto a hipertensão apresenta-se como um grande problema na saúde pública, atingindo todas as faixas etárias e elevando o desenvolvimento de doenças cardiovasculares. O presente estudo foi realizado por meio de um levantamento bibliográfico mediante consulta às bases de dados de 20 artigos científicos, sendo utilizados somente 12 destes, com objetivo de descrever os casos de hipertensão arterial e os motivos que levam a população à negligenciar tratamento e prevenção, uma vez que o atendimento e o tratamento pela rede pública é gratuito e eficaz. A hipertensão geralmente apresenta associação com doenças como o diabetes, a obesidade, dislipidemias, entre outras. Em alguns casos mais sérios, contribui para a elevação de casos como infarto agudo do miocárdio e de acidente vascular cerebral (AVC), podendo ser seguido de outras complicações e até mesmo a morte. O diagnóstico somente poderá ser realizado por um médico. Os cuidados com a saúde devem ser diários e os portadores da doença precisam aferir até duas vezes por dia, como medida de controle. O Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial é 26 de abril. Segundo dados do Ministério da Saúde 23,1% da população brasileira é acometida por esta patologia. Até mesmo no público infantil a hipertensão tem se tornado cada vez mais frequente, tornando-se um fato muito preocupante, pois estas alterações metabólicas, associadas a obesidade, são fatores de risco ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares e estão relacionados principalmente aos maus hábitos de vida e hábitos alimentares inadequados. É fundamental manter a pressão arterial regular, aliando cuidados e medicamentos, também mudanças no estilo de vida da população em geral, assim como a diminuição do consumo de sódio (especialmente no sal do cozinha), a prática de atividade física (sempre supervisionada por profissional responsável), o mantimento do peso dentro dos padrões aceitáveis e um maior consumo de frutas e verduras que são fontes de fibras, que auxiliam no controle por atrapalharem a absorção. Campanhas nacionais com foco na prevenção devem ser mais efetivas, a fim de retardar o surgimento de doenças crônicas na população.

HIPERTENSÃO ARTERIAL, POPULAÇÃO, DOENÇA CARDIOVASCULAR

ATENDIMENTO A GRUPOS ESPECÍFICOS COM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO NUTRICIONAL DENTRO DA SAÚDE PÚBLICA EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) DE GUARAPUAVA-PR

DAIANA PASA
EMANOELE KEKIS

Entendendo a realidade de atendimento de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e a atuação da profissional nutricionista diante à saúde pública, é possível perceber a importância de orientações voltadas a cada grupo de população específica, relacionando atividades como formas de assimilação, contudo há a dificuldade em formar esses grupos, já que no decorrer do estágio dentro da UBS Boqueirão em Guarapuava-PR houve essa tentativa, porém, não obtendo sucesso. Como forma de colocarmos as atividades previstas no cronograma de estágio em prática, assim como colaborar com a sociedade através dos conhecimentos adquiridos durante a graduação foi fechada uma parceria com o CRAS Boqueirão, que também funciona como um equipamento social do local. Foram atendidos vários grupos já formados dentro do CRAS como de gestantes, idosos, crianças e adolescentes e famílias. Para cada grupo foram desenvolvidas mini palestras com temas de interesse como a importância da amamentação exclusiva até os seis meses, alimentação na infância, alimentação na adolescência, formas de prevenir patologias que rodeiam a terceira idade, a importância da higiene pessoal, do ambiente e dos alimentos, reaproveitamento integral dos alimentos, entre outros, sendo forma de orientação voltada a uma alimentação saudável e hábitos de vida. Como maneira de assimilação foram realizadas dinâmicas, cada uma se adequando a faixa etária do grupo específico atendido como: jogo de tabuleiro, sendo uma forma divertida e educativa, a dinâmica da batata-quente, pensando-se em uma forma mais ativa; a dinâmica da caixinha, pensando em uma forma diferenciada, também havendo entrosamento com o grupo, entre outras atividades, sendo estas todas voltadas a nutrição. Após as atividades sempre eram desenvolvidos lanches saudáveis como: brigadeiro de banana e aveia, bolo de laranja com cenoura e açúcar mascavo, beijinho de arroz, canapés de ricota com talos de beterraba, entre outros, com a finalidade de mostrar que é possível procurar por opções saudáveis, visando também o reaproveitamento de alimentos. Como conclusão das atividades desenvolvidas dentro da saúde pública, é um trabalho satisfatório com grandes resultados já que pode se contribuir com atividades voltadas a grupos específicos direcionadas a alimentação saudável associando a teoria adquirida no decorrer da graduação com as práticas que podem ser desenvolvidas, colaborando com os grupos específicos através da nutrição.

UBS, EDUCAÇÃO NUTRICIONAL, ATIVIDADES

ATLETAS DE ALTO NÍVEL E A CAFEÍNA

DENISE PALUSKI CARNEIRO
LUANA ANDRADE DOS SANTOS
MARIANA STORER DOS SANTOS

A cafeína é uma droga absolutamente eficiente quando se trata de aceleração do metabolismo. Por isso vem sendo constantemente utilizada em produtos emagrecedores. Além de atuar no emagrecimento, ela também atua no aumento de energia, pelos triacilglicerois que são catabolizados em ácidos graxos e glicerói. A cafeína auxilia na performance de exercícios aeróbicos e anaeróbicos. Um dos mais notáveis resultados da droga, é a diminuição da fadiga durante as atividades físicas e consequentemente a resistência. Outro resultado é a melhoria da atenção na hora de praticar exercícios que exigem uma alta concentração. A cafeína é um diurético e um vasodilatador natural, proporcionando um aumento de energia e a excreção de líquidos que estão em excesso no organismo. É também um estimulante para a aceleração do metabolismo que resulta em emagrecimento. A cafeína quando consumida de maneira errônea pode trazer vários danos a saúde, como por exemplo as ulceras. Se o seu consumo for interrompido de forma drástica pode causar fortes dores de cabeça ou em casos mais avançados a depressão. Esse trabalho foi realizado através de pesquisa e revisão bibliográfica de artigos e periódicos. Portanto a cafeína se utilizada de forma consciente pode trazer aos atletas de alto nível uma performance considerável em seus treinos. Porém o seu consumo não pode ser continuo, pois pode causar dependência. A cafeína não é indicada para atletas de academia, pois seu organismo não depende dessa ação estimulante.

CAFEÍNA, METABOLISMO, ATLETAS, SAÚDE

AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA DE CRIANÇAS DE UMA FAIXA ETÁRIA ENTRE 0 A 2 ANOS DE IDADE DE UMA SALA DE BERÇÁRIO DE UM CMEI DE GUARAPUAVA

DAIANA PASA
EMANOELE KEKIS

Durante estágio de Saúde Pública em um CMEI de Guarapuava foi possível realizar a avaliação antropométrica das crianças que permanecem nesse local. Realizou-se a avaliação com um total de 18 crianças. A partir dos índices peso, altura e idade, sendo o peso realizado a partir de uma balança digital portátil, a altura aferida por uma fita inelástica acoplada a parede e a idade relatada pela supervisora do CMEI. Após os dados coletados possibilitou-nos o diagnóstico através das curvas para meninos e meninas da OMS, traçado através da faixa etária estudada do berçário que foi de 0 a 2 anos, levando em consideração IMC para idade, peso para idade e peso para estatura. Os resultados obtidos foram: do diagnóstico do IMC para idade 4 crianças (22,2%), apresentam risco de sobrepeso; 7 (38,9%) eutrofia; 3 (16,6%) sobrepeso; 2 (11,1%) apresentam obesidade, tendo resultado igual para magreza. O resultado do peso para idade teve como resultados 88,8% ou 16 crianças com peso adequado para a idade, e 11,1% ou 2 crianças com peso elevado para idade. Para o peso por comprimento os resultados obtidos foram: Risco de sobrepeso 5 crianças ou 27,8%, tendo 7 crianças em eutrofia ou 38,9%, sobrepeso totalizaram 5 crianças ou 27,8% também, e, para magreza houve apenas 1 ocorrência ou 5,5%. Fazendo uma relação com o diagnóstico obtido através das curvas tem-se que 2 das crianças avaliadas ou 11,1% teve diagnostico do IMC para idade e peso por comprimento com risco de sobrepeso tendo seu peso para idade adequado, 5 dessas crianças ou 27,8% avaliadas apresentam o IMC para idade e peso por comprimento de eutrofia com peso adequado para idade. Crianças com o IMC para idade assim como peso por comprimento com diagnóstico de sobrepeso somaram 3 crianças ou 16,6%, com o peso adequado para a idade. O diagnóstico do IMC e peso por comprimento de magreza foi de 1 ou 5,5% também, tendo o peso adequado para a idade. Resultados controversos a isso obtiveram resultados insignificantes se comparados aos outros diagnósticos. Levando em consideração os resultados obtidos tem-se as relações dos diagnósticos IMC para idade, peso para idade e peso por comprimento levando um resultado a outro compatível ao primeiro. A ocorrência de resultados opostos foi insignificante dentro do todo. A conclusão que se chega é que ao mesmo tempo em que a criança é diagnosticada com IMC de eutrofia, seu peso se encontra adequado a sua idade, assim como seu comprimento para a idade se encontrará adequado também.

CMEI, AVALIAÇÃO, IMC

AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DO BAIRRO INDUSTRIAL DE GUARAPUAVA-PR

KARINA LEITE
LAIS DENEZ ZALEWSKI
SIMONE MARQUES TEIXEIRA

A avaliação do estado nutricional é essencial no diagnóstico nutricional, podendo estabelecer situações de risco, planejamento de ações de promoção à saúde e prevenção de doenças futuras. O peso e o comprimento são dados imprescindíveis na avaliação do crescimento. As curvas de crescimento são instrumentos utilizados para estabelecer referências de crescimento. Elas permitem uma avaliação seriada do peso e da estatura através do tempo, proporcionando uma visão mais fidedigna do estado nutricional das crianças do que as medidas antropométricas isoladas. Com objetivo de avaliar e classificar o estado nutricional de crianças matriculadas em uma escola pública da cidade de Guarapuava-PR, foi utilizado uma balança elétrica e uma fita métrica inelástica fixada na parede onde as crianças descalças com o mínimo de roupas possíveis foram posicionadas no centro do equipamento eretas e para altura elas encostaram-se à parede com os pés unidos, com os braços estendidos ao longo do corpo, com a cabeça livre de adereços e com o olhar para o horizonte. Os dados obtidos na avaliação foram tabulados com auxilio do software Excel 2010 e analisados através das curvas da OMS 2007 segundo o critério escore-z adotadas pelo Ministério da Saúde do Brasil. As crianças de 5 a 10 anos foram avaliadas a Estatura para Idade, Peso para Idade e IMC para Idade e para adolescentes de 10 a 13 anos foi avaliados Estatura para Idade e IMC para Idade. Foi traçado o diagnóstico nutricional de 272 crianças com idades entre 5 a 13 anos de idade. Os resultados obtido foram 2,20% (n 6) apresentam magreza, 72,42% (n 197) eutroficas, 15,07% (n 41) sobrepeso e 10,29% (n 28) obesidade. A condição socioeconômica das crianças deve ser ressaltada, pois em sua maioria vive no bairro carente da cidade, onde se situa a escola. Com essa pesquisa pode-se concluir que as mesmas precisam de incentivos a alimentação saudável e orientações às famílias sobre aproveitamento e escolhas adequadas, pois é nessa fase que as crianças irão desenvolver seus hábitos alimentares futuros e que ditam a sua saúde.

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, ESCOLA MUNICIPAL, CRIANÇAS

AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA EM CRIANÇAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM UMA UNIDADE DE SAÚDE NA CIDADE DE GUARAPUAVA-PR

KARINA LEITE
LAIS DENEZ ZALEWSKI
SIMONE MARQUES TEIXEIRA

O Programa Bolsa Família é um programa que beneficia famílias em situação de risco e extrema pobreza e que articula três dimensões fundamentais à superação da fome: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; e coordenação de programas complementares, que têm por finalidade o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do programa consigam superar a situação de vulnerabilidade e miséria (BRASIL, 2010). O objetivo do presente estudo foi verificar o estado nutricional das crianças participantes do programa Bolsa Família em uma unidade de saúde na cidade de Guarapuava- PR. Diante disso os dados obtidos na avaliação nutricional das crianças foram tabulados com o auxílio do software Excel® 2013. Para as crianças menores de 5 anos obtendo-se os indicadores Peso por Estatura, Peso por Idade, Estatura por Idade e IMC por Idade, já no caso das crianças maiores de cinco anos não foi avaliado o indicador Peso por Estatura, uma vez que este não é preconizado para esta faixa etária, segundo a Organização Mundial da Saúde. Estes índices foram interpretados segundo o critério escore-z, de acordo com os pontos de corte preconizados pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 2006; WHO, 2007) e adotados pelo Ministério da Saúde (WHO, 2008) de acordo com o sexo e a faixa etária. Foram avaliadas 71 crianças sendo que 67,60% (n=48) foram classificadas como eutróficas, 26,76% (n=19) foram classificadas como peso elevado e 5,63% (n=4) foram classificadas como baixo peso. De acordo com os resultados obtidos sugere-se incentivo à orientações nutricionais, para que esta faixa etária tenha um estado nutricional mais adequado e um desenvolvimento saudável.

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, BOLSA FAMILIA, CRIANÇAS

AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CARDÁPIO EM UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO INDUSTRIAL DE GUARAPUAVA – PR

MARIA ALICE MAURINA
PÂMELLA PRISCILA WALECKI

INTRODUÇÃO:O mercado de alimentação é dividido em alimentação comercial e alimentação coletiva. Os estabelecimentos que trabalham com produção e distribuição para coletividades recebem o nome de Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN), ou unidades produtoras de refeições, e abrangem as empresas fornecedoras de serviços de alimentação coletiva, serviços de alimentação autogestão, restaurantes comerciais e similares, lanchonetes, hotelaria, serviços de buffet. A satisfação do cliente pode ser definida como um estado afetivo gerado pela reação emocional à experiência com um produto ou serviço, função da importância da satisfação do consumidor para as empresas epara a qualidade de vida. OBJETIVO:Verificar a aceitação do cardápio proposto pela empresa responsável pela alimentação de trabalhadores de uma indústria. METODOLOGIA: Com o intuito de verificar a aceitação, foram utilizados dados de um quadro eletrônico presente na UAN, onde os comensais dão a sua opinião. As opções variam entre ótimo, bom, regular e ruim. O estudo foi realizado durante 15 dias no mês de setembro de 2015. RESULTADOS:De maneira geral, o nível de satisfação dos clientes foi positivo durante o período (30% ótimo e 59% para bom,e em media 20,7 otimo e 48 para bom), havendo apenas dois dias onde ocorreu 13% de notas classificadas como ruins, sendo esse índice elevado comparado com os demais dias. Sendo assim, pode-se considerar que o cardápio deste dia poderia ser revisto para trazer maior melhoria para a aceitação do publico. CONCLUSÃO:Os resultados apontam alta aceitabilidade do cardápio pelos comensais da UAN. No entanto, é necessário que se tenha maior proximidade com os clientes, para que se possa avaliar o que não está sendo aceito dentro do cardápio a fim de reduzir essa porcentagem de notas ruins no quadro de aceitação. Estes dados permitiram concluir que a prevalência de satisfação com o cardápio da UAN corrobora com outros estudos, no qual está destacada a importância cada vez maior da inserção do nutricionista dentro de nichos que oferecem alimentação coletiva.

UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, ALIMENTAÇÃO, ACEITAÇÃO

AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE ANTIOXIDANTES POR MEIO DO MÉTODO RECORDATÓRIO DE 24 HORAS E A DIFERENÇA DE CONSUMO ENTRE OS GÊNEROS

MARIA ALICE MAURINA
PÂMELLA PRISCILA WALECKI

Os antioxidantes podem ser definidos como “qualquer substância que, presente em baixas concentrações quando comparada a do substrato oxidável atrasa ou inibe a oxidação deste substrato”. Os alimentos, principalmente as frutas, verduras e legumes, contêm agentes antioxidantes, tais como as vitaminas C, E e A que são capazes de restringir a propagação das reações em cadeia e as lesões induzidas pelos radicais livres. As vitaminas C, E e A, são consideradas excelentes antioxidantes, capazes de sequestrar os radicais livres com grande eficiência.. Foram avaliados 171 recordatórios de 24 horas realizados durante o período de 2015, sendo 48 homens e 123 mulheres adultas a avaliação dos nutrientes foram feitas com o auxílio do programa Avanutri® para realizar a média de consumo destes nutrientes, e a média obtida foi comparada com as DRIs. Os resultados encontrados para homens foram que 72,9% estavam inadequados para vitamina A sendo a média de 278,99 μg/d, ficando abaixo do valor recomendado pelas DRIs de 900 μg/d e 27,0% estavam adequados, 60,5% inadequados para vitamina C sendo em média o consumo de 85,19 mg/dia estando acima do recomendado de 75 mg/dia com 39,5% de adequados, bem como 58,4% inadequados para vitamina E com consumo médio de 11,72 mg/dia ficando também a baixo do recomendado de 15 mg/dia, e com 41,6% de adequação. Já para mulheres, os resultados encontrados foram de 80,4% de inadequação para vitamina A, com uma média de consumo de 482 μg/d, sendo que o recomendado para mulheres pelas DRIs é de 700 μg/d sendo assim, ficando a baixo do recomendado, apenas 19,6% das mulheres tiveram esse consumo adequado. Para vitamina C e E o consumo recomendado é respectivo ao dos homens, sendo que a média de consumo de vitamina C foi de 81,9 mg/dia acima do recomendado e de Vitamina E 11,5 mg/d, onde 62,6% estavam inadequadas para vitamina C e 90,2% inadequadas para vitamina E, com 37,3% e 9,8% adequados para as mesmas, respectivamente. Sendo assim é possível concluir que a maior parte da amostra teve inadequação em todos os nutrientes considerados antioxidantes. A adequação dietética desses nutrientes, importantes antioxidantes da dieta, pode contribuir para a prevenção de doenças, evidencia-se, dessa forma, a necessidade de orientações especificas para o consumo de alimentos fontes destes nutrientes com intuito de prevenir essas doenças.

ANTIOXIDANTES, RADICAIS LIVRES, VITAMINAS

AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE VITAMINA D E CÁLCIO POR MEIO DO MÉTODO RECORDATÓRIO DE 24 HORAS

MARIA ALICE MAURINA
PÂMELLA PRISCILA WALECKI

O cálcio é um elemento fundamental ao organismo, porém não é produzido endogenamente e somente é adquirido através da ingestão diária de alimentos que o contém, o cálcio é necessário para o crescimento e desenvolvimento dos ossos e dentes. A grande maioria da população não ingere quantidades adequadas deste elemento. A vitamina D, embora disponha de uma via endógena de formação (pele), tem em seu aporte exógeno um importante fator para a manutenção de níveis ideais às necessidades orgânicas. As doses diárias recomendadas são difíceis de serem obtidas na alimentação normal, pela pequena quantidade contida nos alimentos, a não ser naqueles enriquecidos com esta vitamina essa vitamina regula a absorção e excreção de cálcio, sobretudo quando a ingestão de cálcio é baixa. Sendo assim, o objetivo desse estudo foi avaliar o consumo de cálcio e vitamina D em pacientes de uma clinica de saúde e nutrição. Foram avaliados 171 recordatórios de 24 horas realizados durante o período de 2015, sendo 48 homens e 123 mulheres adultas, e a avaliação dos nutrientes foram feitas com o auxílio do programa Avanutri® para realizar a média de consumo destes nutrientes, a média obtida foi comparada com as DRIs. Os resultados encontrados para homens relacionados ao cálcio, foram de 79,1% estavam em inadequação e 20,9% em adequação, com a média de 500 miligramas por dia, sendo que o paciente que consumiu menos foi 81 miligramas e o que consumiu mais foi 1140 miligramas, ficando abaixo do valor recomendado pelas DRIs de 1000 miligramas por dia. Já para mulheres os resultados foram de 84% de inadequados e 15% de adequadas com a média de 504,82 miligramas por dia também estando abaixo do recomendado de 1000 miligramas por dia pelas DRIs, já para vitamina D, os resultados foram de 16,6% de adequados e 83,4% de inadequados para homens e 9,85% de adequados para mulheres e 90,1% de inadequação com uma média de consumo de 7,28 mcg/dia para homens e 7,5 mcg/dia para mulheres sendo a média acima do recomendado de 5 mcg/dia para ambos os sexos. Sendo assim é possível concluir que a maior parte da amostra teve inadequação nos dois nutrientes. A adequação dietética desses nutrientes pode contribuir para a prevenção de doenças, evidencia–se, dessa forma, a necessidade de orientações especificas para o consumo de alimentos fontes destes nutrientes com intuito de prevenir essas posteriores doenças.

CÁLCIO, VITAMINA D, INGESTAO DIETETICA, SAUDE, NUTRICAO

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL SEGUNDO O IMC (ÍNDICE DE MASSA CORPORAL)

CLEONI VENICE KUNZLER

O estado nutricional de uma pessoa, diz muito sobre ela com apenas algumas medidas e tem um papel muito importante na Nutrição em Saúde Pública, como em grupos específicos de programas implantados nos postos de saúde, sendo um deles o Hiperdia (Hipertensão e Diabetes). No entanto a maioria dos participantes deste grupo vai até o posto de saúde para buscar os medicamentos, afere pressão sanguínea e glicose, mas não tem um suporte maior da área da nutrição. O estudo teve como objetivo avaliar um grupo de pessoas participantes do grupo Hiperdia do Posto sede de Fernandes Pinheiro que compareceram ao unidade de saúde no dia 23/09 para controle das patologias e busca dos medicamentos, verificando o seu estado nutricional (EN). Foram aferidos altura, com fita inelástica acoplada na parede e peso com balança portátil, após foi realizado o cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) para indicação do EN. Dentre as 13 pessoas avaliadas neste dia, oito eram adultos, classificados pelo IMC segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e cinco idosos classificados pelo IMC segundo Opas. Os resultados obtidos foram que 75% dos adultos apresentaram-se em classificação de pré-obesidade e 25% estavam em Obesidade I. Quanto aos idosos, 60% foram classificados em Obesidade e 40% em EN de peso normal. Estes resultados deixam claro que o excesso de peso está diretamente relacionado a hipertensão e diabetes, sendo necessário um aporte maior na área da nutrição para os participantes do grupo. Estas patologias quando agravadas também podem evoluir para doenças cardiovasculares se não controladas e a alimentação e responsável por grande parte deste controle.

HIPERTENSÃO, DIABETES, SAÚDE PÚBLICA, IMC

AVALIAÇÃO FÍSICA E SENSORIAL DE HAMBÚRGUERES SUPLEMENTADOS DE GERGELIM, PSÍLLIO E FARINHA DE LINHAÇA DOURADA

JANAINA CRISTINA IENSEN GASPARETO
MAYARA FRANCINI KOLITSKI
THAYLIZA ZWIERZYKOWSKI

Atualmente com a correria do dia-a-dia a população vem procurando formas mais práticas e rápidas para realizarem suas refeições, na maioria das vezes optando por comerem fora de casa em restaurantes e lanchonetes, e muitas acabam aderindo ao fast food por ser mais prático e proporcionar saciedade.Com isso, no intuito de atender a atual demanda de alimentos de fácil e rápido preparo, mas que também venha cumprir e suprir o papel nutricional, o presente estudo buscou desenvolver e avaliar a qualidade nutricional e funcional de um produto cárneo tipo hambúrguer. Para isso uma formulação de hambúrguer foi desenvolvida sendo acrescentado em sua composição, gergelim, psíllium e farinha de linhaça dourada.As sementes de linhaça são uteis na prevenção e tratamento de doenças como diabetes tipo 2, doenças no fígado, pressão alta, artrite reumatoide, embolias, auxiliam na redução de riscos de doenças cardiovasculares, aterosclerose e prevenção de certos tipos de câncer.A casca da semente de psílium é uma fibra viscosa solúvel que se tem mostrado eficaz na redução de lipídeos séricos.Hábito de comer gergelim pode trazer benefícios à saúde humana, auxiliando na prevenção de várias doenças, tais como: depressão, osteoporose, colesterol e arteriosclerose.Objetivou-se neste estudo o desenvolvimento de um alimento com propriedades funcionais, assim os hambúrgueres foram suplementados com farinha de linhaça dourada, gergelim e psillium.Os hambúrgueres foram avaliados por 50 estudantes não treinados da Faculdade campo Real. O teste foi realizado nas Cabine de Análise Sensorial do laboratório de Técnica e Dietética da Faculdade Campo Real. Realizaram-se testes de escala hedônica para os atributos: cor, textura, com escala verbal de 9 pontos.Verificou-se bom nível de aprovação dos atributos “aparência” e “aroma” nos dois hambúrgueres. A textura, aroma e sabor do hambúrguer suplementado obteve o mesmo resultado da ficha de aceitação, ponto oito “gostei muito” por 90% dos provadores. Já na questão da cor ficou com o a pontuação 6, “gostei ligeiramente. 80% dos 50 provadores relataram que o sabor do hambúrguer suplementado é mais marcante e que estava bem temperado em relação ao Hambúrguer tradicional. Os resultados deste estudo indicaram que os hambúrgueres elaborados tiveram uma boa aceitação pelos consumidores, que foi demonstrada pelo elevado índice de intenção de compra.

FAST FOOD, SUPLEMENTAÇÃO, PSÍLLIO, GERGELIM, LINHAÇA

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

JULIANE GOMES
KEILA TAMARA DIAS

O Programa Bolsa Família (PBF) foi implantado pelo governo federal em outubro de 2003 para combater a pobreza e a fome e promover inovações no padrão histórico de intervenção pública na área social. Visa a articulação da transferência direta de renda ao cumprimento de condicionalidades pelas famílias beneficiárias e à oferta de programas complementares, como geração de emprego e de renda, cursos profissionalizantes, apoio às iniciativas de economia solidária. É voltado ao público inscrito no Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal, desde que caracterizado em situação de extrema pobreza ou de pobreza, segundo os níveis de renda familiar per capta de até R$120,00 e R$ 60,00. Este programa tem como contrapartida, o cumprimento de algumas condições pelas famílias beneficiadas, como a atualização do calendário vacinal e o acompanhamento mensal do crescimento para crianças menores de 7 anos, assim como o cumprimento da frequência escolar para criança e adolescentes de 6 a 17 anos. Para isso, é importante que a equipe de saúde local, responsável pela atenção básica à saúde auxilie na busca de possibilidades de melhorá-la, naquelas famílias que mais precisam. Para elaboração desta pesquisa foi realizado o acompanhamento de crianças que estão cadastradas no PBF, que compareceram em uma UBS na cidade de Guarapuava-PR para a pesagem realizada mensalmente para acompanhamento do desenvolvimento e crescimento. O total de crianças avaliadas foi de 39 com idade entre 0 a 6 anos. As crianças foram avaliadas de acordo com os índices antropométricos propostos pela OMS, sendo esses IMC/Idade, Peso/Idade, Estatura/Idade e Peso/Estatura. No IMC/idade, 30 crianças foram diagnosticadas com eutrofia,4 crianças se encontram em grau de magreza e 5 estão com sobrepeso. Nas curvas de peso/idade 3 crianças estão com baixo peso, 5 crianças se encontram com sobrepeso, 31 crianças foram diagnosticadas com eutrofia. Nas curvas de estatura/idade, quatro crianças estão com baixa estatura e trinta e cinco crianças diagnosticadas com eutrofia. Nos parâmetros de peso/estatura, 5 crianças estão com sobrepeso,1 criança com estado de magreza e 33 crianças eutróficas. Conclui-se que a maioria dos avaliados estão com crescimento e desenvolvimento conforme recomendado pelos parâmetros de avaliação nutricional, porém, são necessárias ações de educação nutricional que visem a prevenção da obesidade e desnutrição infantil nas crianças atendidas por esse benefício social.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, CRIANÇAS, AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, BENEFÍCIO SOCIAL, POBREZA

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS EM CRECHE DA CIDADE DE FERNANDES PINHEIRO/PR

CLEONI VENICE KUNZLER

Estudos realizados no século passado apontavam grande número de crianças desnutridas. Nos estudos realizados nos últimos anos a situação se inverteu apontando um crescimento no índice de obesidade infantil, a chamada transição nutricional. Podendo ser resultado da grande oferta de produtos industrializados, gordurosos e açucarados que atualmente é mais frequente no cardápio. Foram avaliadas crianças de uma creche no município de Fernandes Pinheiro/PR realizada entre os dias 19/10/15 e 20/10/15 com idade entre de 0 a 5 anos mensurando-se peso com balança pediátrica até 15 kg e de adultos para crianças acima de 15 kg. Também foi mensurado estatura com fita inelástica fixada na parede para crianças menores de um metro no dia 19/10/15 e estadiômetro pediátrico no dia 20/10/15, para as crianças maiores de um metro foi utilizado o estadiômetro próprio da balança acima de 15 kg. Das 42 crianças avaliadas, nenhuma apresentou desnutrição ou risco de desnutrição. No entanto 4,76% apresentaram Obesidade, 11,9% apresentaram Sobrepeso, 11,9% risco de sobrepeso e 71,42% em eutrofia. Os resultados encontrados levam para o conceito da transição nutricional. A nutrição tem um papel muito importante na identificação das crianças obesas e em risco, para orientar os pais e evitar que se tornem adultos obesos, trabalhando na prevenção, com atividades de educação nutricional, tanto com as crianças, professores, merendeiras e familiares que por vezes não possuem conhecimento adequado sobre a alimentação ideal e de como agir com as crianças.

CRIANÇAS, AVALIAÇÃO, TRANSIÇÃO NUTRICIONA

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE GUARAPUVA: OBESIDADE INFANTIL E CONSUMO DA MERENDA ESCOLAR

THAIS ROTH

A obesidade infantil ocorre quando uma criança está acima do peso normal para sua idade e altura. De acordo com o IBGE (2015), uma em cada três crianças no Brasil está pesando mais do que deveria. Os quilos extras podem causar complicações para as crianças até a sua vida adulta, mesmo que a obesidade seja revertida nesse tempo.A obesidade na infância pode ser resultante da ação de fatores ambientais, hábitos alimentares, atividade física e condição psicológica sobre indivíduos predispostos geneticamente a apresentar excesso de tecido adiposo. A alimentação escolar desempenha papel de relevância social, uma vez que, em muitos casos, é considerada como a refeição principal do dia e a única garantia de alimentação da criança. Nesse contexto, o trabalho objetivou avaliar nutricionalmente as crianças da escola, e o percentual do consumo das mesmas na merenda escolar. O estudo foi realizado em uma escola municipal de Guarapuava-Paraná, com 25 crianças entre 8 e 12 anos, ambos os sexos. Foi avaliado o de consumo da merenda escolar, por meio de um questionário. As crianças foram pesadas e medidas, no qual o resultado foi diagnosticado pelas curvas de crescimento (OMS 2007). A estatística foi realizada descritivamente. Segundo o resultado dos estudos, as 100% avaliadas, das quais 32% estavam obesas, 4% sobrepeso, 56% eutróficas, 8% magreza. A alimentação da criança e a quantidade de exercício que ela pratica são fatores determinantes para o aparecimento da obesidade infantil, ainda que exista histórico familiar do problema. Ficar atento a esses hábitos pode ajudar a prevenir a doença pela vida toda.Observou-se que a merenda escolar é bem aceita. 48% consomem diariamente, 4% consomem 4 vezes na semana, 12% consomem 3 vezes na semana, 12% consomem 2 vezes na semana, 4% consomem 1 vez na semana, as vezes 8% consomem e 12% não consomem. A alimentação escolar visa a fornecer aporte energético e nutricional, além de contribuir para o crescimento biopsicossocial e o pleno exercício das aptidões dos educandos, considerando-se o processo ensino-aprendizagem durante o período de permanência na instituição educacional. Conforme os resultados obtidos, foi possível concluir que a obesidade infantil ainda é um problema mundial e também municipal. O tratamento e acompanhamento das crianças com excesso de peso envolvem vários aspectos e é, sobretudo comportamental, enfocando educação nutricional e mudanças no estilo de vida.

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, OBESIDADE INFANTIL, MERENDA ESCOLAR, HÁBITOS ALIMENTARES

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS MENORES QUE 5 ANOS EM UM CMEI NO MUNICIPIO DE GUARAPUAVA- PR

JAQUELINE FERREIRA
THAIZ LETICIA CUBICA CAETANO
ZEDINEIA MONTANI

As creches têm o intuito de livrar bebês e crianças pequenas da morte, através de fornecimento de abrigo, alimentação e algum atendimento em higiene e saúde, pois se entendia que suas famílias de trabalhadores não podiam proporcionar-lhes esses cuidados básicos. Devem oferecer condições adequadas para o desenvolvimento integral da criança, estimulando-as nas esferas biológica, psicossocial, cognitiva. A pesquisa foi realizada com uma turma de crianças na faixa etária de 3 a 4 anos, em um CMEI de um bairro do município de Guarapuava-PR, onde 19 crianças participaram, nelas foi avaliado a circunferência cefálica, circunferência torácica, peso e altura. A medida da circunferência cefálica e torácica é realizada até os cinco anos de idade, reflete o crescimento cerebral. Para a aferição dessa medida, utilizamos uma fita métrica flexível e inelástica, posicionada na parte anterior, as bordas supraorbitárias, e, na parte posterior, a proeminência occipital em seu ponto mais saliente. O Perímetro Torácico deve ser medido com a criança deitada e a fita métrica deve permanecer ao nível dos mamilos. A relação PT/PC quando igual a 1 (= 1) é indicativo de eutrofia e quando menor que 1 (< 1) é indicativo de desnutrição energético-proteica. O Peso e a altura são medidas usadas para avaliar e diagnosticar se o crescimento está de acordo com a idade. Analisando os resultados verificamos dados satisfatórios, pois a maioria encontravam-se adequados para a idade, sendo dos 19 apenas 2 com estado nutricional inadequado.

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, PERIMETRO NUTRICIONAL, CRIANÇAS MENORES QUE 5 ANOS

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL EM ESCOLARES COM INTERVENÇÃO JUNTO AOS PAIS

DIANA CATTELAN DENGO
JULIANE GOMES

Atualmente as referências nutricionais estão ganhando novos resultados no Brasil. Antes era mais comum observar crianças com baixo peso e déficit de crescimento e desenvolvimento, hoje a ocorrência é maior em casos de sobrepeso e obesidade que está relacionado principalmente ao consumo de alimentos industrializados, sedentarismo e excesso de calorias ingeridas. O objetivo deste estudo é avaliar o estado nutricional por meio de avaliação antropométrica e registro alimentar de crianças, com faixa etária de 5 a 14 anos de uma Escola Municipal situada no Bairro Industrial, na Cidade de Guarapuava, Paraná. O estudo foi realizado de agosto a setembro de 2015, durante o período de estágio de Saúde Pública em Nutrição. A amostragem foi constituída por 111 alunos matriculados na Escola, do 1º ao 5º ano. Durante a avaliação foram aferidos peso e estatura e na sequencia estes dados foram classificados de acordo com as tabelas da OMS. Após a avaliação Nutricional, as crianças responderam a um registro alimentar, que tinha como finalidade o reconhecimento dos seu hábitos alimentares, preferências e rejeições. A maioria das crianças encontravam-se eutróficas, com peso e estatura adequados para a idade, contudo 14,41% apresentaram obesidade, 7,20% sobrepeso e 1,80% demostraram magreza. O diagnóstico para obesidade deu-se após análise de todos os dados e índices utilizados como referência, sendo que estes mostraram-se mais propensos ao excesso de peso. Os pais foram convidados pelas estagiárias a comparecer à escola para receberem os resultados, esclarecimentos e as devidas orientações quanto a forma de agir na formação de hábitos alimentares saudáveis ao desenvolvimento e crescimento, mas infelizmente a participação total de pais não foi significativa diante da importância que estes atos terão na prevenção doenças crônicas futuras destas crianças e da qualidade de vida geral das famílias. Conclui-se que o excesso de peso se mostrou significativos nos alunos desta escola. Que a escola tem papel importante no desenvolvimento de hábitos saudáveis nos escolares, mas que a participação e acompanhamento das famílias é fundamental a formação efetiva neste aspecto.

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, ESCOLARES, INTERVENÇÃO

CIRCUNFERÊNCIA DA CINTURA E RISCO CARDIOVASCULAR

JESSICA REIS DUTRA
JULIANE GOMES
KEILA TAMARA DIAS

As Doenças Cardiovasculares acometem principalmente adultos e idosos e hoje são a maior causa de mortes no mundo[1]. A alta incidência desses acometimentos, contudo, é lamentável, pois ainda que fatores de risco (FR) não modificáveis como sexo, idade e genética exerçam influência, cerca de 80% dos casos poderiam ser evitados por meio de mudanças no estilo de vida da população. A avaliação do estado nutricional é imprescindível na identificação dos FR (fator de risco) cardiovascular, uma vez que o índice de massa corporal (IMC) e, principalmente, a circunferência da cintura (CC) estão relacionados com a elevação do risco de mortalidade. A CC é utilizada como um indicador de obesidade, sendo que valores acima de 80 cm para mulheres e 94 cm para homens caracterizam fator de risco para doenças endócrinas, metabólicas e cardiovasculares, mesmo quando o IMC está dentro dos limites da normalidade. O objetivo do trabalho foi analisar a circunferência da cintura e relacionar com o risco cardiovascular. Em analise realizada com 71 pacientes adultos atendidos na Clínica Escola RealClin, dentre estes 26 (36,62%) eram do gênero masculino, entre eles 11 (15,49%)não apresentaram risco de doenças cardiovasculares (DCV), 4 (5,64%) em risco elevado para DVC e 11 (15,49%) risco muito elevado para DVC. Também foram avaliados 45 (63,38%) mulheres onde 11 (15,49%) não apresentaram risco, 13 (18,31%) risco elevado e 21 (29,57%) risco muito elevado para DVC. A partir dos resultados encontrados recomenda-se estratégias para reverter e prevenir esse diagnóstico, através da promoção e incentivo de hábitos alimentares saudáveis já que não é necessário estar com excesso de peso para que ocorra risco cardiovascular nesse grupo.

DOENÇAS CARDIOVASCULARES, CIRCUNFERENCIA DA CINTURA, ADULTOS, IDOSOS, INCIDENCIAS

COCÇÃO A POCHÊ: FATORES QUE AFETAM A QUALIDADE DE PREPARAÇÕES À BASE DE OVOS

ALANA BINKOSKI
LARISSA ANATOLIA STASIU KOSOUSKI

É notável a importância da qualidade das refeições servidas em uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN). Para que seja possível obter-se a qualidade desejável, é necessário que haja um planejamento adequado e um conhecimento dos processos utilizados, com o objetivo de se uniformizar a qualidade dos processos na produção das refeições. A aplicação de diferentes métodos (cocção à pochê), e temperaturas de cozimento influenciam na perda ou ganho de massa e na textura do produto final. O experimento teve como objetivo identificar qual dos ingredientes (vinagre, sal, ou ausência destes) influenciaram no processo de cocção do ovo pochê. O estudo foi realizado no Laboratório de Técnica e Dietética da Faculdade Campo Real, durante a aula prática de “Ovos” na disciplina de técnica e Dietética. Foram realizados três métodos de preparo. Inicialmente, em uma frigideira funda colocou-se 3 cm de água fervente. Quebrou-se o ovo na água, baixou o fogo imediatamente para não permitir a fervura. Em fogo brando, o ovo foi cozido por 6 minutos, sendo retirado em seguida e colocado em um recipiente. Nos experimentos seguintes, o método foi repetido, acrescentando-se sal e vinagre na água em ebulição, respectivamente. Após a realização do experimento, houve a formação de franjas nos ovos. Com a adição do sal houve mudança na aparência. Não houve alteração com a adição do vinagre. É válido ressaltar que se observou a influência do efeito do frescor dos ovos nas preparações do ovo pochê, visto que os ovos frescos apresentaram menor quantidade de franjas. Após o teste de aceitabilidade foi notável a boa aceitação, bem como a aparência deste método de preparo foi próxima ao ovo frito, todavia com a redução considerável de calorias em virtude da eliminação do óleo.Os resultados obtidos permitem concluir que o melhor método de preparo do ovo pochê foi sem adição de produtos, contribuindo ainda para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, visto que elimina gordura durante o preparo.

COCÇÃO, UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, TÉCNICA DIETÉTICA

COMPARAÇÃO ENERGÉTICA E DE MICRONUTRIENTES ENTRE DIETAS ENTERAIS FORNECIDAS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

MARIA ALICE MAURINA

A nutrição enteral (NE) é considerada todo alimento para fins especiais, com a ingestão controlada de nutrientes, na forma isolada ou combinada, de composição definida, formulada e elaborada para uso por sondas ou via oral, industrializado ou não, utilizada exclusiva ou parcialmente para substituir ou complementar a alimentação oral em pacientes desnutridos ou não, conforme suas necessidades nutricionais, em regime hospitalar, ou domiciliar (BRASIL, 2000). OBJETIVO: Analisar os rótulos de alimentos utilizados para TNE comparando energia, micronutrientes entre dietas alimentares especiais fornecidas pelo Sistema Único de Saúde de Guarapuava, Paraná. METODOLOGIA: A pesquisa foi realizada na Secretaria de Saúde do município de Guarapuava Paraná, e foi analisada 15 rótulos de embalagens de fórmulas enterais que são oferecidas pelo SUS. Sendo assim analisada a composição energética e micronutriente dos alimentos utilizados para TNE de indivíduos que a necessita. Foram analisados os valores de energia, macronutrientes (carboidratos, proteína e lipídios) além de vitaminas (A, C e B12) e minerais (cálcio e ferro). A padronização dos nutrientes de acordo com 100 gramas do produto e também no total diário, de acordo com o fabricante, 6 refeições ao dia, cerca de 35g do produto reconstituído em água. RESULTADOS: Foram avaliados 15 produtos de TN fornecidos pelo SUS no município de Guarapuava- Paraná. Desses, 6 (40%) eram fórmulas completas, e somente uma (6,7%) era especializada, sendo para distúrbios renais. Ainda, observa-se que a frequência maior de produtos era de módulos (46,7%). Quanto ao custo notou-se que a diferença entre o mínimo e máximo é de 50,00 para cada produto. Quando há comparação entre as fórmulas enterais a respeito às vitaminas e minerais obtém-se diferença estatística entre todos os micronutrientes avaliados, a vitamina A a media foi de 490,70, já a vitamina C 51,27, a vitamina B12 a media foi 1,52, já o ferro foi 7,63, e por fim o cálcio com a media 418,25.Quando consideradas apenas as fórmulas completas, a média de calorias diárias foi diferente entre as fórmulas analisadas (867,23±270,50 Kcal) ($p<0,05$). O mesmo ocorreu com os Macronutrientes (CHO, PTN e LIP) ($p<0,05$).CONCLUSÃO: Pode se observar que poucas conseguem suprir as necessidades de um paciente que necessita de dieta especializada e com valores alterados de calorias diárias, sendo assim necessário a buscar por terapia nutricional mais energética e com melhoria de nutrientes.

TERAPIA NUTRICIONAL ENTERAL, COMPARAÇÃO ENERGETICA, DIETAS ENTERAIS, SUS

DETERMINAÇÃO DE MODIFICAÇÕES DAS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS DO LEITE INTEGRAL APÓS PROCESSO DE COCÇÃO

DAIANE TEREZINHA DE OLIVEIRA
DANIELE REMES ALVES
EMANUELLE VESTEMBERG SOUZA

O leite é definido como um produto íntegro, não alterado ou adulterado e sem colostro, higienicamente ordenhado, de procedência regular, completa de glândula mamária de fêmeas. O leite mais usado na alimentação humana é o leite de vaca, seguindo-se o leite de cabra. O presente trabalho busca comparar o efeito da cocção de diferentes tipos de leite integral. O estudo foi realizado no laboratório de técnica dietética da Faculdade Campo Real durante a aula prática de “Leite e derivados” da disciplina Técnica e Dietética. A modificação do leite na cocção ocorreu da seguinte maneira: tanto para o leite pasteurizado integral quanto para o leite integral UHT utilizou-se 200 ml, dividido em duas partes iguais de 100 ml para cada um. Foi colocado 100 ml de cada leite para ferver separado após esfriar foi feito o teste de aceitabilidade, avaliando as seguintes características: sabor,odor, cor, textura e aparência. Diante dos resultados, as características organolépticas do leite ao ser fervido sofreram algumas alterações. Conforme o teste de aceitabilidade para o leite integral pasteurizado “de pacote”, o sabor permaneceu igual, a cor escureceu, não houve alteração do odor, a consistência ficou mais gordurosa e aceitabilidade pelos alunos da disciplina foi de `` gostei``. Para o leite longa vida integral “ de caixinha”, o sabor foi mais fraco, a cor e odor permaneceram igual, consistência ficou mais gordurosa e aceitabilidade foi de `` não gostei``. Assim, com o experimento notou que o leite mais aceito pelos alunos foi o pasteurizado integral.

LEITE PSTEURIZADO, LEITE UHT, COCÇÃO, TÉCNICA, DIETÉTICA

EDUCAÇÃO NUTRICIONAL DE ESCOLARES

CIRLENE LAVEZZO DE JESUS
LETICE NOGUEIRA MACHADO PERON

Nos primeiros anos de vida é que são formados nossos primeiros hábitos alimentares. Estudos já realizados sugerem que as crianças não são naturalmente dotadas da capacidade de escolherem alimentos saudáveis levando em conta o seu valor nutricional. Sendo assim, faz-se necessário que a família e a escola assumem o grande desafio em oferecer um aprendizado a respeito de uma alimentação saudável. A educação nutricional aplicada na infância é de extrema importância pois contribui para a formação de hábitos alimentares saudáveis que irão influenciar durante toda a vida adulta, principalmente evitando doenças nutricionais como obesidade e doenças crônicas não transmissíveis. A escola cumpre um papel de promotora na educação nutricional, implementando programas que estimule bons hábitos alimentares. Desta forma faz se necessário a inserção do profissional nutricionista no ambiente escolar, pois segundo CFN - Conselho Federal de Nutrição é atribuição desse profissional dar treinamento e ministrar a educação nutricional. É muito importante que a metodologia seja lúdica, dinâmica e que explore a criatividade das crianças. Durante o estágio foi realizado uma atividade de educação nutricional com aventais em TNT, um vermelho para os alimentos saudáveis e outro preto para os não saudáveis, ilustrações de frutas, verduras e legumes recortados em EVA e outro com recortes de alimentos industrializados, doces, salgadinhos e as crianças deveriam identificar os alimentos saudáveis e os não saudáveis e colar nos respectivos aventais. As crianças que participaram da atividade tinham de 4 e 5 anos e notou-se uma mudança positiva quando comparado com a escolha de alimentos anterior à atividade de educação nutricional. Nos dias posteriores à atividade os alunos optaram por alimentos saudáveis reconhecendo assim o valor nutricional desses alimentos apesar do pouco tempo de educação nutricional. Fica assim evidente que ações de educação nutricional devem fazer parte do cronograma escolar. Notou-se também a necessidade da integração entre a escola, família e do nutricionista na formação de hábitos alimentares saudáveis. Devido aos bons resultados observados fica evidente a importância investir na educação nutricional como forma de preparar as crianças para escolha de alimentação saudável.

ESCOLARES, NUTRICAO, EDUCACAO NUTRICIONAL

ERVA-MATE: HISTÓRICO E BENEFÍCIOS NUTRICIONAIS

FABIOLA ERICA AGUSTINI

A erva-mate, conhecida cientificamente por Ilex Paraguariensis, é originária da Mata Atlântica e pode ser encontrada nas florestas dos três estados do sul do Brasil, no norte da Argentina, Paraguai e Uruguai. A erva-mate é conhecida por suas propriedades estimulantes e digestivas, sendo que o mate pode ser considerado o chá oficial do Brasil, uma vez que além do uso tradicional sob forma de chimarrão ou tererê, o mate também é consumido como chá quente ou chá mate gelado no verão. Por ser uma planta capaz de combater doenças, como anemia, diabetes e depressão, e possuir um grande valor nutricional, a erva mate era considerada desde a época dos indígenas como um néctar dos deuses. O mate contém vários nutrientes e é capaz de estimular a atividade física e mental. Estudos mostram que estão presentes na erva vitaminas como as do complexo B, C, D e E, e sais minerais, como cálcio, manganês e potássio. O chá mate, além de auxiliar na digestão e na hidratação, é um estimulante oferecendo mais ânimo e disposição. Entretanto, o consumo deste produto deve ser dosado caso o usuário sofra de insônia ou irritabilidade. As pessoas agitadas, nervosas ou que têm insônia devem evitar o consumo do chá mate a noite. Pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina, investigaram a atuação da erva mate em nosso organismo. A pesquisa contou com 200 pessoas, que consumiram o chá de mate após as principais refeições. Os resultados mostraram que a bebida ajuda a reduzir, e muito, os níveis de colesterol no sangue. Os voluntários que já tomavam remédio para o colesterol tiveram um resultado ainda maior. Nesses casos, o chá potencializou os efeitos da medicação. A pesquisa também constatou que o chá mate também reduz as taxas de açúcar no sangue. Assim, a bebida colabora para reduzir os sintomas do diabetes e outros problemas relacionados à doença. Alguns voluntários também perceberam que após algum tempo de consumo do chá haviam perdido peso. A explicação para o emagrecimento está na redução dos níveis de açúcar e gordura. A erva mate dificulta a absorção dessas substâncias pelo organismo, durante o processo digestivo. Por isso, além de melhorar o colesterol alto e o diabetes, a erva também é interessante para quem precisa emagrecer.

ERVA MATE, NUTRIÇÃO FUNCIONAL, PREVENÇÃO DE DOENÇAS

ESTRESSE OXIDATIVO

FILIPE LIMA
LEONARDO PEREIRA
WELLINTON LANDEGRAFI

O Estresse oxidativo está associado à uma alta produção de espécies reativas de oxigênio (ROS). Estas, por sua vez, possuem elevada reatividade com lipídeos insaturados nas membranas, nas proteínas e nos ácidos nucléicos, alterando significativamente a função celular, desencadeando inúmeros fatores como: o estresse emocional, a alta ingestão de ácidos graxos trans e de frituras, a contaminação por metais tóxicos como o mercúrio (Hg), o chumbo (Pb), o alumínio (Al) e cádmio (Cd) presentes na fumaça do cigarro, juntamente com o alto consumo de bebidas alcoólicas, a prática desregrada de exercícios físicos, o consumo exagerado de medicamentos, entre outros. Além desses fatores, a defesa antioxidante estará mais comprometida pela baixa ingestão dos nutrientes e compostos bioativos presentes em diversos alimentos como os cereais integrais, as oleaginosas, as frutas e as hortaliças. Os danos que o estresse oxidativo ocasiona nas moléculas de lipídios, de proteínas e do DNA são irreparáveis. Alguns alimentos têm a função de auxílio na diminuição dessas oxidações ocorrentes no organismo humano. Como exemplo, tem-se descrito abaixo, alguns alimentos com esta função e seu respectivo consumo diário recomendado: Couve de Bruxelas – 300 g /dia durante uma semana; Chá verde – 300 mL / dia durante uma semana; Tomate – cerca de 7 mg de licopeno (25 g de tomate puro) juntamente com 150 g de espinafre e 10 g de azeite de oliva durante 3 semanas.O objetivo deste trabalho foi o de facilitar e de informar sobre a retirada de toxinas e impurezas que acumulamos em nosso organismo através de nossa alimentação e da exposição ao meio ambiente e às suas poluições de maneira geral. Portanto conclui-se que estudos mostraram a necessidade de se conscientizar cada vez mais a população para que a mesma adéqüe à sua alimentação diária quanto ao aumento no consumo de frutas, verduras e hortaliças, fazendo a substituição de cereias refinados por cereais integrais.

OXIDATIOS, ESTRESSE, ALIMENTOS

FITOTERÁPICOS PARA O CONTROLE E TRATAMENTO DA OBESIDADE

JULIANE SCARPIN
THAIS CORREIA DRUCIAK

Esse trabalho tem o objetivo de investigar a importância de plantas medicinais para pacientes com obesidade que utilizam ou utilizaram remédios caseiros no tratamento desta doença. Os fitoterápicos são produtos que se originam de plantas medicinais ou de seus derivados. O uso de medicamentos sintéticos, como: orlistat, lorcaserin, sibutramina, fentermina, dietilpropiona ou fluoxetina, são o que existem de mais arrojado no tratamento de obesidade. Porém os efeitos colaterais dessas drogas, na grande maioria dos casos, são maiores que os benefícios, como por exemplo, o ganho de peso, após a cessação do uso de drogas. Para reverter esta situação, o estudo e desenvolvimento de novos tipos de tratamento antiobesidade que não ocasionem estes efeitos colaterais a longo prazo é o mais importante. O uso de plantas medicinais no tratamento e prevenção de enfermidades é tão antigo quanto a espécie humana. Sendo que, a utilização da flora medicinal no tratamento de várias patologias ocorre há séculos. Dentre as plantas medicinais e fitoterápicos catalogados, destacam-se no tratamento à obesidade cinco espécies, sendo elas: Cassia angustifólia (sene), Quassia amara L. (pau-tenente), Camellia sinensis (L.) Kuntze (chá verde), Cordia Ecalyculata Vell (pholia magra) e Baccharistrimera (carqueja), sendo que esta última está entre as 71 plantas medicinais de interesse para o Sistema Único de Saúde. Utilizando bancos de dados Science Direct, PubMed, Bireme e Scielo, buscou-se identificar estudos referentes às espécies citadas anteriormente no tratamento à obesidade. Verificou-se através dos resultados das pesquisas e estudos realizados com as ervas citadas que foi obtido bom desempenho destes fitoterápicos na redução de peso, podendo ser considerados satisfatórios a este tipo de tratamento. Porém, o tema é bastante controverso, necessitando ainda de muita pesquisa sobre as formas de utilização, a eficácia, a toxidade, dentre outros dados pertinentes ao uso destes produtos para este fim.

PLANTAS MEDICINAIS, OBESIDADE, TRATAMENTO, FITOTERÁPICOS.

FORO DE PRERROGATIVA DE FUNÇÃO E O PRINCÍPIO DA ISONOMIA

ANNE CAROLINE FARIA BRUNETTI
LEONARDO BELIN
LETÍCIA LOHANA FARIA BRUNETTI

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a prerrogativa de função no ordenamento brasileiro, cuja própria denominação é discutível. Para tanto, será brevemente exposta sua conceituação doutrinária para, então, problematizar sua aplicabilidade comparando-se ao princípio da igualdade. Caracterizado como uma das Imunidades Parlamentares qualifica-se em um benefício que os ocupantes de determinados cargos possuem de serem processados e julgados por órgãos jurisdicionais superiores. Possuindo sujeitos ativos e passivos, sejam eles respectivamente a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, e as pessoas físicas ou jurídicas, que se dizem ofendidas pelos parlamentares. Com base nisso, a Constituição Federal de 1988 consagrou diversas competências por prerrogativa de função, constituídas no artigo 53, caput, e no §1º. Tal imunidade só protege os parlamentares nos atos, palavras, opiniões e votos proferidos no exercício da profissão congressual, sendo sujeitos de tutela jurídica, apenas os comportamentos parlamentares cuja prática possa ser imputável ao exercício do mandato. Alguns doutrinadores que defendem a existência da prerrogativa de função, afirmam que ela protege a função e atividade de determinado cargo, ou seja, é de interesse público e o intuito não é dar privilégio a determinada pessoa que ocupa o cargo. Sobre o assunto, Fernando Capez dispõe que: “Quando a Constituição proíbe o ‘foro privilegiado’, ela está vedando o privilégio em razão das qualidades pessoais, atributos de nascimento.” Ante o exposto, conclui-se que esse princípio é mal interpretado por falta de conhecimento e informações verdadeiras, onde muitos da população julgam a prerrogativa de função em forma de privilegiar a pessoa em si. Infelizmente o que é muito comum acontecer em nossa política, é o abuso de poder, no qual os parlamentares que possuem a imunidade se aproveitam para utilizar tal benefício de forma particular, e por isso o grande questionamento e revolta dos cidadãos contra a prerrogativa. O correto seria que as regras e normas fossem mais rígidas desde a filiação aos partidos políticos até a inscrição como candidatos a cargos eletivos, e muito mais transparência dos atos políticos.

FORO PRIVILEGIADO, IMUNIDADE PARLAMENTAR, PARLAMENTARES

GORDURAS TRANS

ANA MARIA CAROLINA MEKETEN
FERNANDA OLGA BUREI

As gorduras trans derivam esse nome por serem gorduras que passam por um processo de hidrogenação. Essas gorduras são responsáveis por diversos fatores benéficos a indústrias de alimentos encontra-se nos mais variados e consumidos produtos, no entanto é considerada uma das principais causas de múltiplas doenças e complicações. Com isso o objetivo desse trabalho é levar informação à comunidade visando destacar o importante problema que a ingestão de alimentos contendo gorduras trans pode acarretar a saúde. Essas gorduras não possuem valor diário de ingestão, são declarados valores somente em gramas. Este valor é extremamente baixo devido aos diversos efeitos negativos que o consumo destas gorduras pode causar ao organismo como o aumento do risco cardiovascular, aumento dos níveis de LDL, redução dos níveis de HDL, elevação do colesterol total, desenvolvimento de aterosclerose e até ascensão do risco de pré-eclâmpsia transferida ao feto através da placenta ou ainda por meio da amamentação comprometendo a criança. O lipídio passa pelo processo de hidrogenação para tornar-se uma gordura trans e ela é responsável por diversos fatores nos alimentos melhorando características físicas e aumentando sua vida de prateleira. Os produtos que a contém tornam-se mais baratos, disponíveis e de fácil manuseio, entre os tantos consumidos estão sorvetes, batatas-fritas, salgadinhos de pacote, entre outros; bem como margarinas e os alimentos preparados com estes ingredientes sendo conhecidos como industrializados, e em forma natural é encontrada em leites e gorduras de animais. Desta forma é possível concluir que a redução do consumo destas gorduras pode prevenir possíveis doenças e complicações a saúde; para que haja uma redução significativa deve-se dar atenção aos alimentos que possuem ou não um destaque da ausência desta na parte frontal da embalagem e verificar o valor elevado de gorduras trans em seu rótulo, entretanto á muitos que não apresentam na rotulagem e que se encontram na descrição dos ingredientes onde vão mostrar-se como gordura hidrogenada, parcialmente hidrogenada ou interesterificadas, ou ainda óleos hidrogenados. Além disso, o cuidado com a manipulação, conservação, temperatura elevada em frituras escolhas mais saudáveis evitando o consumo de produtos industrializados, caso consumir preferir os que contêm menos teor da gordura citada.

HIDROGENAÇÃO, ACIDOS GRAXOS, SAUDE

IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE SOLO NA AGRICULTURA

ANA CAROLINA KESSLER DE ASSIS

A agricultura é o setor econômico de maior importância para o país, que se destaca como um grande produtor e também exportador. A utilização indiscriminada de insumos proporciona um desequilíbrio no sistema de produção além de aumentar os custos com fertilizantes. A análise de solo é uma ferramenta fundamental, que vem ganhando espaço ao longo dos anos, pois através deste método é que se tem conhecimento da dinâmica de nutrientes nos solos, aplicando o resultado no correto manejo na área de cultivo.Um dos principais objetivos da análise de solo é expressar através de métodos laboratoriais, as características físicas e químicas dos solos e, com isso, caracterizá-lo estruturalmente, além de determinar os teores de macro e micronutrientes disponíveis para absorção pelas culturas. Com o auxílio dessas análises, consegue-se avaliar quais as melhores estratégias de manejo de adubação a fim de não reduzir a fertilidade e produtividade do solo e também utilizar racionalmente os fertilizantes. A análise de solo e o acompanhamento em relação à qualidade do mesmo devem ser realizados com o intuito de identificar tendências de mudanças que podem ser detectadas a médio e longo prazo. A recomendação de fertilizantes pode ser realizada de modo empírico, com o conhecimento da extração de nutrientes pela cultura de interesse, ou de forma mais aprofundada, com o auxílio das análises laboratoriais, o que acaba por dar maior embasamento técnico à recomendação. Contudo, o ideal é que haja uma interação entre as formas empírica e técnica, buscando obter resultados positivos em relação à sustentabilidade e a produtividade biológica, sem comprometer o ambiente. A tecnologia disponível ao produtor, quando bem aplicada, oferece vários benefícios quando se conhece a região em que se está trabalhando, suas características e necessidades, fazendo com que possa haver uma tomada de decisão em um período menor de tempo e com mais eficiência, proporcionando um bom planejamento utilizando de técnicas mais eficazes, otimizando a utilização de insumos e, consequentemente, proporcionando a maximização dos lucros.

USO DE FERTILIZANTES, MACRONUTRIENTES, QUALIDADE DO SOLO

INFLUENCIA DO BINOMIO TEMPO X TEPERATURA NA COCÇAO DE OVOS ADQUIRIDOS EM COMERCIO VAREJISTA NA CIDADE DE GUARAPUAVA – PR

ELIANE VALUS
SANDRA MARIA MARCONATO MENEGHINI
TATIELE MARIA MATTOS

O ovo é definido como um corpo unicelular formado no ovário dos animais, composto por protoplasma, vesículas germinativas e envoltórios. No Brasil, a maioria dos ovos consumidos são de galinha e, mais raramente os mais exóticos como, o de pata, de codorna, de galinha d' angola, de gansa, de tartaruga, de peixe, de avestruz e de crocodilo. O experimento teve como objetivo identificar qual dos métodos de cocção de ovos consiste no mais adequado. O estudo foi realizado no laboratório de Técnica Dietética da Faculdade Campo Real, durante a aula prática de "Ovos" na disciplina de Técnica Dietética. Quanto as técnicas de preparo: foram usados 6 ovos e cada um cozidos por tempos diferentes. Foi colocado água em uma panela média para ferver. Após o inicio da ebulição, foi adicionado os seis ovos inteiros e foi marcado o tempo de cocção de cada ovo. O 1º ovo: três minutos de fervura. O 2º ovo: quatro minutos de fervura. O 3º ovo: cinco minutos de fervura. O 4º ovo: seis minutos de fervura. O 5º ovo: 7 minutos de fervura. E o 6º ovo: dez minutos de fervura. Ao retirar os ovos foi passado em água corrente fria, cortados ao meio e observado os estágios de cocção, e o nível de coagulação da clara e da gema relacionando-os com as temperaturas teóricas. A partir do tempo previsto no protocolo observou-se que os ovos que ficaram por 3, 4, 5 e 6 minutos apresentara gema totalmente imprópria para o consumo visto que parte encontra-se líquida. No ovo de 7 minutos a gema estava quase coagulada. E o de 10 minutos estava próprio para o consumo e visivelmente cozido. Assim, é notável a importância da qualidade das refeições servidas numa UAN (Unidade de Alimentação e Nutrição) para que seja possível obter-se a qualidade desejável é necessário que haja um planejamento adequado dos processos na produção das refeições a aplicação de diferentes métodos e temperaturas de cozimento de ovos.

OVOS, COCÇÃO, TEMPERATURA, UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, TECNICA DIETICA

INGESTÃO DE MACRONUTRIENTES EM FUNÇÃO DA INGESTÃO NUTRICIONAL ADEQUADA DE PACIENTES ATENDIDOS EM UMA CLÍNICA ESCOLA

CIRLENE LAVEZZO DE JESUS
DIANA CATTELAN DENGO
LETICE NOGUEIRA MACHADO PERON

Os macronutrientes são responsáveis por 100% do fornecimento de energia através de nutrientes essenciais, que quando ingeridos com equilíbrio mantém as funções metabólicas do organismo. São divididos em três classes: Carboidratos, que são os açucares, os lipídios que são os ácidos graxos e glicerol e as proteínas que são os aminoácidos. Os carboidratos são considerados as principais fontes alimentares para a produção de energia, além de exercer inúmeras funções metabólicas e estruturais no organismo. Os lipídios são de origem vegetal ou animal e quando consumidos em excesso podem provocar problemas cardiovasculares. As proteínas são responsáveis pela parte estrutural do organismo, a partir da soma de vinte aminoácidos distintos. A adequação dos macronutrientes em um cardápio e importante para a manutenção da qualidade de vida e saúde dos pacientes. Dessa forma, o objetivo do estudo foi verificar se a ingestão de macronutrientes está adequada as necessidades propostas. Foram analisados um total de 201 pacientes, que foram acompanhados durante o ano de 2015 pelas estagiárias do curso de nutrição da Faculdade Campo Real na clínica escola RealClin. Destes, avaliou-se a ingestão de macronutrientes em função de sua adequação nutricional. Os dados obtidos foram fornecidos através de tabelas desenvolvidas pelas estagiarias que realizaram uma media para obtenção dos resultados. Segundo a DRI (2002/2005) o consumo ideal de carboidratos fica entre 45 e 65% do Gasto Energético Total (GET) diário de cada paciente. O valor médio encontrado (47,27%) está de acordo com o que indica a recomendação. Os lipídios devem fornecer de 25 a 35% das energias totais e entre os pacientes o valor (22,44%) também encontram-se dentro da normalidade. Já as proteínas a indicação e de 10 a 35% e igualmente estão dentro dos padrões desejáveis, pois correspondem a 17,79%. Conclui-se que a ingestão de macronutrientes pelo pacientes da Clínica RealClin estão em conformidade às recomendações estabelecidas como ideais para a população.

MACRONUTRIENTES, NUTRIÇÃO, NUTRIENTES ESSENCIAIS, AVALIAÇÃO, INGESTAO ADEQUADA

INGESTÃO DE NUTRIENTES ANTIOXIDANTES

JAQUELINE FERREIRA
THAIZ LETICIA CUBICA CAETANO
ZEDINÉIA MONTANI

Os antioxidantes são nutrientes e compostos naturais que atuam no nosso corpo a ação de neutralizar os radicais livres que produzimos durante os nossos processos metabólicos. Uma dieta rica no consumo de antioxidantes colabora para a redução da situação de estresse oxidativo desequilíbrio entre os níveis de radicais livres e antioxidantes. O acúmulo de radicais livres é responsável por acelerar o processo de envelhecimento e o aparecimento de várias doenças degenerativas. Os principais antioxidantes que conhecemos são: vitamina C, vitamina E, zinco, manganês, cobre, encontrado em alimentos como: Frutas, verduras, hortaliças, oleaginosas e grãos integrais. A pesquisa foi realizada na clínica escola RealClin, da Faculdade Campo Real, onde foram coletados dados dos recordatórios de 24 horas, de 87 pacientes que fazem acompanhamento nutricional. Através destes dados, foi elaborado uma planilha no software Excel e analisado o consumo de nutrientes antioxidantes. Foi verificado que os pacientes ingerem em média 9,64mg de Vitamina E, sendo recomendado pela DRIS 15mg; ingestão de zinco de 5,85mg, sendo o recomendado pelas DRIS de 11mg; Manganês ingestão média de 20,47mg e o recomendado é de 2,3mg; Cobre de 1,03mg, e o recomendado pelas DRIS é de 900mg e vitamina C foi ingerido 56,28mg, e o recomendado é 90mg. Podemos verificar que o consumo de todos os antioxidantes estão abaixo do recomendado, exceto o manganês. Sendo assim necessário uma dieta equilibrada a fim de suprir as necessidades nutricionais de cada paciente.

ANTIOXIDANTES, RADICAIS LIVRES, NUTRIENTES

INGREDIENTES SECOS SEM NIVELAR X MEDIÇÃO DE INGREDIENTES: TÉCNICAS PARA PESAGEM E MEDIÇÃO DE ALIMENTOS

ALESSANDRA DALZOTO FERREIRA
ALINNY ALVES SALES
DIANA MIRNADA

Introdução:Os alimentos secos sólidos se diferem quanto à forma física, necessitando de cuidados especiais no momento da pesagem e medição, alimentos secos não devem ser pressionados e caso estejam encaroçados, deve-se utilizar uma colher para desmanchar os grupos. Para a pesagem deve-se necessitar com colocados no utensílio de medida. Objetivos: avaliar o peso da colher de sopa de diferentes produtos (farinha de trigo, amido de milho e açúcar refinado), aplicando a técnica para pesagem de ingredientes secos sem nivelação. Metodologia: o estudo foi realizado no Laboratório de Técnica e Dietética da Faculdade Campo Real, durante a aula prática de “Porcionamento, rendimento, pesos, medidas e indicadores no preparo do alimento” da disciplina de Técnica e Dietética. Inicialmente o procedimento para a pesagem foi realizado com o nivelamento e a tara da balança. Na seqüência, foi peneirado os ingredientes. Posteriormente os ingredientes foram colocados e medidos separadamente. Assim, os resultados obtidos após a pesagem em triplicata da colher de sopa de farinha de trigo foram de : 14,15 e 16 gramas; amido de milho: 15,14 e 13 gramas; e o açúcar refinado de 19,20 e 21 gramas. Conclusão: o peso médio da colher de farinha de trigo foi de 15 gramas, amido de milho de 13,5 gramas e o açúcar refinado de 19,75 gramas. Conclusão: Desta forma as técnicas de pesagem contribuíram para a padronização de ingredientes secos e sua conversam em medidas caseiras, contribuindo para uma um melhor planejamento per capita para preparações.

PESO SECO, INGREDIENTES, TECNICA DIETETICA

INVESTIGAR OS ASPECTOS INFLUENCIADORES DA OBESIDADE NA INFÂNCIA

CELMA ELIETE DE QUADROS

INTRODUÇÃO: Nos últimos 20 anos houve uma aumento de crianças obesas no Brasil, alcançando índices preocupantes e, sua consequência na população brasileira, tem grande significância na área da saúde devido, principalmente, ao impacto que causa na vida das crianças, trazendo consequências físicas, sociais, econômicas e psicológicas. Objetivo: Investigar os aspectos influenciadores da obesidade na infância. METODOLOGIA: Trata-se de uma pesquisa integrativa da literatura através da base de dados SCIELO e BIREME. RESULTADOS: A obesidade infantil está associada a diversas consequências negativas, como o aumento dos fatores de risco das doenças cardiovasculares, o aumento da resistência à insulina, a esteatose hepática, a apneia do sono e os problemas ortopédicos, hormonais e psicossociais. Ainda mais preocupantes são as consequências a longo termo, pois existe uma grande probabilidade de crianças obesas se tornarem adultos obesos. Ainda, a depressão, ansiedade e competência social, estão entre os múltiplos fatores que afetam a obesidade infantil, conforme Gonçalves, e al 2005). O aumento tão rápido das taxas de prevalência de obesidade indica que os fatores genéticos não são a única causa desta alteração. Os fatores ambientais, designadamente alterações na dieta e no estilo de vida decorrentes da industrialização, urbanização, desenvolvimento econômico e globalização do mercado têm levado ao aumento da ingestão energética aliada à diminuição do dispêndio energético consequente de um estilo de vida sedentário. O visionamento de jogos, são um dos fatores preditivos do aumento de peso corporal devido o aumento da ingestão energética total relacionada com a elevada exposição à publicidade alimentar, que contribuem para o elevado sedentarismo. A OMS considera o marketing de alimentos de elevada densidade enérgetica dirigido a crianças e de estabelecimentos de fast-food como um dos elementos concorrentes para a obesidade infantil. Por este motivo, nos últimos anos, o marketing de gêneros alimentícios tem sido alvo de intenso debate internacional, especialmente no que diz respeito as criança. CONCLUSÃO: Os atuais meios de diversão das crianças são o videogame, computador e celulares sofisticados. Uma alternativa é a difusão nas escolas fundamentais da prática de esportes e atividades fsaudáveis para a vida das crianças está sendo esquecidas, e o problema vai crescendo de forma acelerada na vida das crianças.

CRIANÇAS, SEDENTARISMO, OBESIDADE

NEUROFISIOLOGIA ALIMENTAR

CARLA LUCIANE BLUM VESTENA
MARIA DE LURDES DZIECINNY
SILMARA CORDEIRO KERNISKI

A alimentação é um processo natural e fundamental de sobrevivência humana. Em psicologia existem inúmeros estudos sobre comportamento alimentar. O objetivo do presente trabalho foi investigar a fisiologia envolvida no processo alimentar, em uma tentativa de ir associar o comportamento alimentar e os aspectos fisiológicos. A partir desta perspetiva de associação entre o psicológico e o biológico ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento dos transtornos alimentares. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de revisão sistemática de literatura, utilizando livros clássicos de fisiologia e comportamento alimentar, bem como artios indexados em revistas do portal Scielo e Bireme. Os resultados demostraram que o organismo possui uma tendência inata de manutenção das reservas energéticas corporais. O hipotálamo age como centro regulador do comportamento alimentar. Existem substâncias especializadas que exercem a função de comunicar ao sistema nervoso central sobre os processos envolvidos no balanço energético. Uma dessas substâncias é a leptina que indica a quantidade de gordura corporal e atua inibindo o comportamento alimentar. Os peptídeos α-MSH e CART apresentam respostas idênticas as da leptina enquanto que os peptídeos NPY e AgRP agem estimulando o comportamento alimentar. Outra substância fundamental envolvida no processo alimentar é a grelina que produz a sensação de saciedade. Pode-se concluir que a compreensão sobre essas substâncias e sua relação com o comportamento alimentar pode auxiliar no entendimento sobre transtornos alimentares como a compulsão alimentar. Nesse contexto, tal informação permite uma ampliação do conhecimento sobre os processos envolvidos no desenvolvimento de um transtorno alimentar.

FISIOLOGIA, TRANSTORNO ALIMENTAR, COMPORTAMENTO ALIMENTAR

NUTRICOSMÉTICOS E A FITOTERAPIA COMO GRANDES INVENÇÕES NO CAMPO DE NUTRIÇÃO E ESTÉTICA: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA

KAMILA DE OLIVEIRA MUNHOZ
ZENILDA MANCHUR

O Brasil é um país de grande biodiversidade vegetal. Nesse contexto, inúmeras plantas medicinais são utilizadas na forma de fitoterápicos ou nutracêuticos. A fitoterapia consiste no uso de extratos vegetais ou, de uma mistura de vários compostos quantificados química e farmacologicamente (BRASIL, 1999). Em busca de melhor qualidade de vida, o consumidor tem buscado estes produtos, sendo estes comercializados sob a forma de cápsulas, soluções, géis, licores, pós e granulados. Segundo Zeisel (1999), os nutracêuticos são suplementos alimentares que proporcionam uma forma concentrada de um componente bioativo do alimento em uma matriz não alimentícia. Eles são utilizados com a finalidade de promoção da saúde em doses superiores às obtidas a partir da alimentação diária. Recentemente, com o advento da medicina “anti-aging”, que objetiva retardar o envelhecimento das células, para preservar suas funções vitais e atender aos padrões estéticos, tem surgido no mercado um novo termo; um termo mercadológico que vem sendo aplicado como sinônimo de nutracêutico. Trata-se do termo “nutricosmético” que, embora esteja associado à geração de efeitos biológicos benéficos, é direcionado aos alvos clínicos da Indústria Cosmética, tais como pele, unhas e cabelo (PEIXOTO et al., 2013). O presente trabalho é uma revisão teórica com o objetivo de reunir informações com base na literatura, foram nove artigos referentes ao tema publicados e indexados às fontes de dados Lilacs e Scielo. Através da revisão percebe-se que, os nutricosméticos provém da combinação do alimento, fármaco e cosmético, considerados suplementos alimentares oferecidos na forma de cápsulas, comprimidos ou alimentos que visam prover deficiências de nutrientes essenciais para a saúde e beleza, sendo a última tendência da indústria da beleza. Diversos estudos têm sido conduzidos para avaliar a eficácia de compostos bioativos como possíveis matérias-primas para nutricosméticos, porém são necessárias mais pesquisas científicas para avaliar quais são as doses e o tempo de tratamento ideais para os diferentes compostos ativos destes suplementos.

NUTRIÇÃO, NUTRICOSMÉTICOS, ESTETICA

O EFEITO DOS TERATOGENOS DURANTE A GESTAÇÃO

JOSIELE ZERUTH
ROSINEI KULIK MENEGACIO
TAINARA BAGIO

Foi principalmente a partir da segunda metade do século 20 que se instalou uma preocupação crescente quanto ao possível efeito sobre o embrião ou feto em desenvolvimento de substâncias ou organismos a que uma mulher grávida pudesse estar exposta. Teratologia é um termo que se refere ao ramo da ciência médica preocupado com o estudo da contribuição ambiental ao desenvolvimento pré-natal alterado. Um agente teratogênico é definido como qualquer substância, organismo, agente físico ou estado de deficiência que, estando presente durante a vida embrionária ou fetal, produz uma alteração na estrutura ou função da descendência. A toxidade fetal pode ocorrer em qualquer fase da gravidez e não apenas no primeiro trimestre. O Aparecimento de certas anomalias por teratógenos deve-se ao período e ao agente em que foi exposto. Podendo ocorrer anomalias cromossômicas, más formações estruturais, retardo do crescimento intrauterino anomalias comportamentais entre outras. O desenvolvimento deste trabalho foi feito através de pesquisas e revisões bibliográficas de artigos que abordam as consequências que os teratógenos podem causar durante o desenvolvimento embrionário até após o nascimento. O objetivo do trabalho e orientar e alertar as pessoas, sobre os efeitos irreversíveis dos teratógenos durante o período gestacional. Foi analisado que independente do grau de instrução da população, de características social ou econômica, ainda assim há uma alta incidência de partos prematuros e más formações causadas por teratógenos. É importante salientar que algumas substâncias podem ser excretadas no leite materno, logo o bebê corre o risco de desenvolver alterações após o nascimento. Portanto foi verificado que a automedicação é um agravante para esse problema que passa a ser de abordagem epidemiológica. Outro agravante é que muitas mulheres descobrem que estão grávidas somente depois do primeiro mês a três meses depois. E algumas mulheres acabam omitindo informações de que ingeriram algum tipo de medicamento, álcool ou droga no início da gestação, deixando o desenvolvimento embrionário à deriva da sorte.

TERATOGENOS, GESTAÇÃO, DEFEITOS CONGENITOS, MALFORMAÇÕES

O EXCESSO DO SÓDIO NO ORGANISMO

KEITY RAMOS CORTES
THAIS FÁTIMA MIRANDA

O sódio é um mineral essencial para a regulação dos fluídos intra e extracelular, atuando na manutenção da pressão sanguínea, é o principal componente do sal de cozinha (cloreto de sódio) que contém 40% de sódio em sua composição, evidências atuais sugerem que o consumo seja menor que 1,7g de sódio por dia (5g de cloreto de sódio por dia) pode contribuir para a redução da pressão arterial. A maior parte dos indivíduos, mesmo as crianças consomem níveis desse mineral acima de suas necessidades. Além de fonte de sódio, o sal de cozinha é a principal fonte de iodo na alimentação do brasileiro. Nas últimas décadas o consumo de sal na maioria dos países tem sido excessivo, variando de 9 a 12g por pessoa por dia. Bem diferente do recomendado pela OMS, que é de 5g por dia por pessoa adulta, onde para crianças e adolescentes esse valor é bem menor, por esses serem mais vulneráveis. A redução do consumo nessa faze fara com que sejam adultos com menor risco de doenças cardíacas. Na gravidez isso também se torna preocupante, pois se a gestante consome em excesso a tendência é de bebê se tornar um adulto com preferência por sódio assim a atenção a gestantes deve ser redobrada.Esse trabalho tem como objetivo verificar através de revisão bibliográfica os principais problemas causados pelo consumo excessivo de sódio na alimentação e suas principais consequências decorrentes ao seu uso demasiado. Por tanto pode-se concluir que o monitoramento contínuo do conteúdo de sódio dos alimentos é extremamente importante, a fim de se avaliar o progresso em direção à otimização dos problemas com saúde pública decorrentes do aumento da incidência de hipertensão arterial na população em geral. Além disso, representa uma da ferramenta para conscientização quanto ao consumo adequado de sódio que é a rotulagem adequada dos produtos alimentícios.

SÓDIO, HIPERTENSÃO, DOENÇAS CORONARIANAS, DOENÇAS CARDIOVASCULARES

O USO ABUSIVO DE MEDICAMENTOS DE EMAGRECIMENTO EM MULHERES ATENDIDAS EM UMA CLÍNICA ESCOLA DE GUARAPUAVA-PR

ANDRESSA CRISTINA GELESKI
MARIANE ROSETI MACEDO
RAYANNE SANTOS FLORIANO

Nos tempos atuais, por conta da mídia, a luta pelo corpo perfeito vem tomando as mulheres de maneira drástica, na qual estão à disposição de qualquer coisa para ter tal conquista. Com isso, para que não ocorra o aumento de peso, adotam medidas drásticas como a diminuição calórica sem acompanhamento nutricional e ingestão de medicamentos inibidores de apetite ou com alguma relação à perda de peso. A procura de medicamentos utilizados para o emagrecimento é alta, pois a população, principalmente as mulheres, que possuem maior preocupação com a beleza, ficam atraídas com a facilidade para perda de peso mostrada nas publicidades. O Brasil é o País com maior índice de vendas de medicamentos relacionados ao emagrecimento, segundo a Comissão Internacional de Controle de Narcóticos (CICN), o que se torna um motivo de alerta para medidas drásticas em relação a este consumo desenfreado de inibidores de apetite. O objetivo deste trabalho consiste em avaliar a quantidade de mulheres atendidas pela Realclin, clínica ambulatorial da Faculdade Campo Real de Guarapuava-PR, que já ingeriram ou ingerem medicamentos específicos para o emagrecimento facilitado. Através de banco de dados alimentado por informações obtidas nas consultas de Nutrição realizadas na Clínica RealClin da Faculdade Campo Real, verificou-se quantos pacientes do sexo feminino responderam na anamnese terem feito uso de medicamentos para tratamento de obesidade. Dos dados analisados, constatou-se que 18,9% (n=10) pacientes relataram já ter feito uso de medicamentos para emagrecimento, enquanto 81,1% (n=43) declararam nunca terem usado. De acordo com a literatura, Sibutramina, Anfepramona, Femproporex, Orlistat e Fluoxetina são os medicamentos mais usados na tentativa de emagrecimento, sendo que a maioria das mulheres não teriam necessidade de utilização desses medicamentos. Boca seca, dor de cabeça, irritabilidade, insônia e taquicardia são os efeitos adversos mais frequentes devido ao uso. Concluiu-se que cada vez mais é frequente o uso de medicamentos numa busca incessante pelo corpo idealizado como o ideal, muitas vezes sem necessidade e conhecimento dos possíveis efeitos desses medicamentos, sendo importante o papel do nutricionista na conscientização da utilização de medicamentos bem como no risco do uso indiscriminado destes para a perda de peso.

EMAGRECIMENTO, PERDA DE PESO, MEDICAMENTOS

PADRONIZAÇÃO DE PESOS E MEDIDAS DE ALIMENTOS SECOS: CONTRIBUIÇÕES PARA AS UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (UAN`S)

ADRIELE RIBEIRO PASQUAL
FABIOLA ERICA AGUSTINI
NEIDI APARECIDA LISBOA DA LUZ

INTRODUÇÃO: Os alimentos sólidos se diferem quanto à forma física, como por exemplo: tabletes, grãos, pedaços, necessitando de cuidados especiais no momento da pesagem e medição. Alimentos secos como farinha, açúcar, aveia, grãos entre outros, não devem ser pressionados, caso estejam encaroçados, deve-se utilizar uma colher para desmanchar os grumos. OBJETIVO: Padronizar as medidas caseiras, bem como calcular o peso médio de ingrediente secos. METODOLOGIA: O Estudo foi realizado no Laboratório de Técnica Dietética da Faculdade Campo Real. Foram realizadas as pesagens em triplicata dos seguintes ingredientes: Farinha de trigo, Farinha de milho, farinha de mandioca, açúcar refinado, açúcar cristal, polvilho doce, amido de milho, chocolate em pó, fermento químico em pó e sal. Em medidas de xícara de chá, colher de sopa, colher de sobremesa e colher de chá. RESULTADOS: Após a realização do experimento, encontrou-se os seguintes resultados: farinha de trigo – xícara de chá 133g, colher de sopa 9g, colher de sobremesa 5,6g e colher de chá 1,6g; farinha de milho – xicara de chá 52,6g, colher de sopa 0,1g, colher de sobremesa 1,3, colher de chá 1,2g; farinha de mandioca – xícara de chá 129g, colher de sopa 6,6g, colher de sobremesa 5g, colher de chá 1,5g; açúcar refinado – xícara de chá 1,79g, colher de sopa 6,9g, colher de sobremesa 5,05, colher de chá 1,5; açúcar cristal - xícara de chá 196g, colher de sopa 9g, colher de sobremesa 8g, colher de chá 2,5g; polvilho doce - xícara de chá 112g, colher de sopa 6,5g, colher de sobremesa 3,8g, colher de chá 0,5g; amido de milho - xícara de chá 132g, colher de sopa 6,5g, colher de sobremesa 3,3g, colher de chá 0,8g; chocolate em pó – xícara de chá 344g, colher de sopa 7,2g, colher de sobremesa 7,6g, colher de chá 2,3; fermento químico em pó – colher de sopa 6,5g, colher de sobremesa 5,1g, colher de chá 1,8g; sal – colher de sopa 8,3g, colher de sobremesa 4,8g, colher de chá 1,5. CONCLUSÃO: De certa forma, é inegável a variação entre as padronizações de alimentos secos, onde é preciso atentar para as diferenças principalmente na hora da aquisição em estabelecimento de alimentação e nutrição para a compra e planejamento de per capta.

INGREDIENTE SECO, PADRONIZAÇÃO, PESO MÉDIO, TÉCNICA DIETÉTICA, MEDIDA CASEIRA

PERCENTUAL DO RESTO INGESTA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO INFANTIL – CMEI DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA - PR

KAMILA DE OLIVEIRA MUNHOZ
PÂMELLA PRISCILA WALECKI
ZENILDA MANCHUR

A nutrição humana é de suma importância do ponto de vista da saúde e do bem estar. Os primeiros anos de vida das crianças são fundamentais ao seu bom desenvolvimento, nesta fase a quantidade e qualidade dos alimentos ingeridos tem papel fundamental, e acarreta repercussões nas práticas alimentares ao longo da vida. O desperdício proveniente de sobras de alimentos engloba dois aspectos, a sobra limpa que é composta pelos alimentos preparados e não distribuídos, e o resto que é aquilo que foi distribuído e não foi consumido. O desperdício alimentar, que pode ser controlado pela avaliação quantitativa das sobras pode ser causado pela produção elevada ou resíduos deixados pelos comensais. Pode-se considerar que além do incentivo do educador nas creches ao consumo alimentar, existem diversos fatores que influenciam essa situação: a frequência das refeições e os intervalos entre elas, o respeito à individualização de cada criança quando ao tempo para alimentar-se, a forma de preparação dos alimentos e a própria falta de apetite decorrente do estado de saúde. O objetivo desse estudo foi avaliar durante três dias o porcionamento dos alimentos, o consumo médio e o desperdício em uma instituição de ensino pública no município de Guarapuava- Pr. O Centro Municipal de Educação Infantil onde o estudo foi realizado conta com 93 crianças, com idade de um ano e seis meses a quatro anos. A pesquisa foi realizada no mês de março de 2015. Foi pesado o resto ingesta do almoço com auxílio de uma balança de alimentos cedida pela própria cozinha do CMEI, também foram pesados pratos a serem servidos para calcular a média de quanto é a refeição total distribuída. O consumo alimentar do almoço variou entre 0,121Kg a 0,136Kg por criança. A porcentagem de sobras variou entre 16% a 25%, podendo se concluir que o porcionamento variou de acordo com o funcionário e o apetite da criança. Há necessidade de se promover projetos de educação nutricional de modo a aumentar o consumo de uma alimentação mais saudável e adequada diminuindo assim a porcentagem de restos ingesta.

NUTRIÇÃO, CRIANÇAS, ALIMENTOS

PERFIL DOS PAECIENTES ATENDIDOS EM AMBULATÓRIO EM GUARAPUAVA/PR E MOTIVAÇÃO PARA TRATAMENTO NUTRICIONAL

CLEONI VENICE KUNZLER
DAIANA PASA
EMANOELE KEKIS

Nos dias atuais vem crescendo a procura por tratamentos relacionados com a nutrição, seja para emagrecimento de fins estéticos ou doenças relacionadas com a alimentação. Para verificar as razões que levam à procura pela nutrição, este estudo teve como objetivos identificar o perfil dos pacientes atendidos pelo ambulatório de uma clínica escola da cidade Guarapuava. Foram utilizados dados dos prontuários dos pacientes atendidos no ano de 2015 como, número de pacientes, idade, gênero, escolaridade, renda, motivo procura pela área da nutrição. Analisando os dados, os resultados obtidos foram um total de 98 pacientes atendidos, porém 7 foram excluídos por falta de alguns dos dados nos prontuário, sendo considerados 91 pacientes para o estudo. A média de idade foi de de 30 anos, sendo, 7,69% com escolaridade de Ensino médio incompleto, 19,78% fundamental incompleto, 29,67% superior completo, 12,09% fundamental completo, 15,38% ensino médio completo, 1,09% aluno da APAE, 3,30% pós graduados, 10,99% superior incompleto. Sendo 73,63% dos pacientes do gênero feminino e 26,37% do gênero masculino. A média de renda per capita ficou em R$ 484,48. Quanto ao motivo da procura do tratamento 17,58% procuraram para tratar alguma doença associada com a alimentação. 12,09% não havia motivo claro no prontuário, 13,19% para reeducação alimentar, 57,14%, a maioria, por motivação estética, ganho de massa magra e procura espontânea. Conclui-se que a maioria das pessoas que procuram tratamento através da nutrição são as mulheres e por motivação estética.

NUTRIÇÃO, TRATAMENTO, PERFIL, AMBULATÓRIO

PERÍODO GESTACIONAL: ATENÇÃO NUTRICIONAL REALIZADA EM NASF DE GUARAPUAVA

EVA IVALDINA SCHAUS RIBEIRO
THALINY DOS SANTOS

A fase gestacional é a fase que necessita demanda de ácido fólico e ferro para que reservas sejam aumentadas e possam suprir todas as necessidades no desenvolvimento do feto, mas nem todas as gestações são planejadas e a introdução destes suplementos se faz necessária logo que descoberta a gestação. O objetivo desse estudo foi mostrar a importância do controle de peso antes e durante uma gestação, além de fazer o controle de peso das gestantes que estão muito mais suscetíveisa probabilidade de aumento da pressão arterial que pode causar a eclampsia ou pré-eclâmpsia, a diabetes gestacional e também pode ser causa de anomalias congênitas. E estar atento ao peso procurando reduzir o mesmo quando se está acima do desejado faz parte de um bom planejamento de uma gestação.A pesquisa foi realizada com uma pequena amostra de gestantes que realizam seu pré-natal em uma NASF.Estudo realizado com 16 gestantes, onde através do sistema de primeira consulta realizada no local foram obtidas informações relacionadas a peso, altura, número de gestações, pressão arterial, IMC, tempo de gestação data da realização da consulta, DUM, DPP, e uso de suplementação de ácido fólico. Os materiais utilizados para realizar a coleta de dados foram os cadernos das gestantes, e para a complementação das informações além do sistema contendo todas as informações das gestantes.A maioria das gestantes analisadas encontravam-se em peso adequado na primeira consulta realizada, com analise através dos registros de IMC da ficha da individual da paciente. Em segundo lugar apresentou-se os casos onde se encontravam no peso muito acima do desejado, na colocação seguinte veio o sobrepeso e por último uma única gestante estava abaixo de peso esperado para a fase da gestação onde se encontrava.Conclui-se que as gestantes devem ter um cuidado maior durante a gestação para não colocarem em risco a saúde de seus bebes, mantendo uma alimentação saudável e tendo cuidados com a saúde como controle da pressão arterial, controlando seu peso, para não desenvolver uma obesidade na gestação e colocar em risco a sua saudade e do seu feto.Com o peso sob controle a gestação irá ocorrer de maneira tranqüila e saudável, sem preocupações com os riscos, tanto na gestação quanto na hora do parto.

GESTANTES, AVALIAÇÃO, IMC

PUERICULTURA: AÇÕES QUE PERMEIAM O ATENDIMENTO

CIRLENE LAVEZZO DE JESUS
LETICE NOGUEIRA MACHADO PERON

A criança é um ser vulnerável que necessita de cuidados permanentes, que é possível pela consulta de puericultura que tem por objetivos garantir o desenvolvimento adequado, orientações sobre amamentação, imunização, estado nutricional e detectar doenças para prevenir a mortalidade nos primeiros meses de vida. Esse acompanhamento faz parte dos muitos serviços disponíveis na rede pública. Ressalta-se que dentro de uma Estratégia de Saúde da Família - ESF a prioridade é monitorar o maior número de crianças da sua área de abrangência, principalmente crianças que nasceram com baixo peso, desnutridas e com a carteira de vacinação incompleta. Esse atendimento é realizado nas ESFs por uma equipe multidisciplinar e em casos onde algum problema é detectado na puericultura a criança é encaminhada ao pediatra para cuidados específicos. Sendo assim, o presente estudo tem por objetivo compreender as ações que permeiam o atendimento as consultas de puericultura de crianças atendidas em uma ESF na cidade de Guarapuava, PR. A consulta é realizada na sala de enfermagem em uma maca onde a criança deve estar com o mínimo de roupa para a pesagem, é utilizado também um estadiômetro para verificar os centímetros da criança e fita métrica para medir a circunferência cefálica e torácica, esse acompanhamento permite analisar se a criança teve desenvolvimento satisfatório. Destaca-se que os dados são anotados na carteira de vacinação da criança, para acompanhamento. Durante a consulta de puericultura as mães demonstram interesse na saúde e no desenvolvimento do filho, fazem perguntas, sendo um elo importante entre a equipe multidisciplinar e família para a promoção e manutenção da saúde da criança. Com esse estudo conclui-se que as ESFs tem um papel fundamental na promoção e manutenção da saúde da criança especialmente nos anos mais vulneráveis. O acompanhamento realizado por uma equipe multidisciplinar se faz necessário para atender famílias nas mais diversas realidades sociais e propiciando diagnósticos precisos e encaminhamentos quando necessários. Nota-se que o trabalho de atenção primária realizada pela ESF de Guarapuava atua de maneira eficaz no atendimento nos primeiros anos de vida da criança. Contudo, há a necessidade de estimular ainda mais os pais e responsáveis a levar as crianças para acompanhamento contínuo nas ESF.

PUERICULTURA, CRIANÇA, AVALIAÇÃO

QUALIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA A COLETIVIDADES EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (UAN)

KAMILA DE OLIVEIRA MUNHOZ
ZENILDA MANCHUR

Uma das divisões do mercado de alimentos compreende a alimentação coletiva, atualmente conhecida por Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN). Três aspectos fundamentais devem ser considerados para se obter uma boa qualidade na manipulação de alimentos: definição de situações básicas, que envolve a preparação de alimentos; técnicas de preparo que são necessárias a cada tipo de alimento e um treinamento teórico-prático. O estudo teve por objetivo destacar a influência da qualidade na produção da alimentação coletiva bem como a importância das práticas de higiene e manipulação por parte de funcionários atuantes na área. O presente trabalho é constituído de uma revisão de referencial teórico na qual foram pesquisados no mês de outubro 20 artigos referentes ao tema, presentes em revistas e periódicos que correspondem ao ano de 2006 a 2012, todos nacionais, publicados e indexados às fontes de dados Lilacs e Scielo. A qualidade do alimento produzido passou a ser fundamental na produção e comercialização do mercado alimentício. Para que isso aconteça, mantendo um alto padrão de qualidade, é necessário que haja a implantação das Boas Práticas de Manipulação. A Resolução RDC 216, de 15 de setembro de 2004, contempla o Regulamento Técnico de Boas Práticas, objetivando estabelecer procedimentos corretos com a finalidade de assegurar as condições higiênico-sanitárias dos alimentos preparados. Sabendo que a implantação das Boas Práticas de Manipulação tem por objetivo principal a máxima redução de riscos, a fim de proporcionar alimentos de qualidade é indiscutível o valor das medidas preventivas a serem tomadas junto aos manipuladores de alimentos, sendo elas na forma de treinamentos ou capacitações, os quais buscam o conhecimento e a melhora constante em serviços do tipo. Visto que o mercado de alimentação demonstra progressivo crescimento, cabe às empresas do ramo, superarem seus desafios e buscar sempre oferecer alimentação de qualidade em todos seus aspectos.

ALIMENTAÇÃO COLETIVA, QUALIDADE, HIGIENE ALIMENTAR, UAN`S

RISCOS DA OBESIDADE NA GESTAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: ESTUDO DE CASO

EVA IVALDINA SCHAUS RIBEIRO
THALINY DOS SANTOS

O período gestacional é marcado por um aumento do metabolismo basal e das reservas energéticas e intenso crescimento fetal. Esses fatores aumentam a demanda nutricional de proteínas, lipídios e carboidratos. Por ter uma pré-disposição para alguns tipos de doenças que são relacionadas ao excesso de peso, uma paciente gestante, de 25 anos, procurou a clínica escola RealClin com o objetivo de preservar sua saúde e consequentemente a saúde do feto e evitar hipertensão arterial e diabetes gestacional. Para aferir o peso foi utilizado balança digital e para medida de estatura foi utilizado o estadiômetro, paciente com peso pré gestacional de 74,0 Kg, 1,61 Cm de altura, peso atual de 78,5 Kg, idade gestacional de 15 semanas, primeira gestação. Possui antecedentes familiares de hipertensão, diabetes e obesidade. Na avaliação de consumo alimentar foi constatado o excesso no consumo de pães e doces e baixa ingestão de água, frutas e legumes, deixando sua alimentação pobre em macro, micronutrientes e vitaminas necessários para o desenvolvimento adequado da gestação e desenvolvimento do bebe. Após a avaliação nutricional foi realizada a orientação para evitar o ganho excessivo de peso. O plano alimentar foi desenvolvido com redução de calorias, hipossódico, maior consumo de frutas e verduras para garantir a ingestão necessária de vitaminas e sais minerais necessários ao bom desenvolvimento da gestação, sem acarretar problemas para o feto e maior consumo de água. A reeducação sugerida é direcionada ao consumo de alimentos que possuam ácido fólico, ferro entre outros macro e micronutrientes necessários ao bom desenvolvimento do feto e a manutenção da saúde da gestante que já se encontra com a pressão arterial levemente alterada e com constipação pela falta de fibras e água em sua atual forma de alimentação.

ALIMENTAÇÃO SAUDAVEL, GESTAÇÃO, OBESIDADE

TERAPIA NUTRICIONAL NO CÂNCER GÁSTRICO: IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO

EDIRLEIA DE FATIMA KLOSTER
JOSIELI MARIA KOSAK

Atualmente observa-se grande incidência de câncer gástrico na população. Esta neoplasia é uma das mais frequentemente diagnosticadas e uma das maiores causas de morte por doença maligna no mundo. De acordo com dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA, 2014), os tumores do estômago apresentam-se geralmente em três tipos histológicos, mais o de maior incidência é o adenocarcinoma, responsável por 95% dos tumores. Ainda de acordo com o INCA, no Brasil, esses tumores aparecem em terceiro lugar na incidência entre homens e em quinto entre as mulheres. Contudo, se diagnosticado nas fases iniciais os resultados do tratamento são encorajadores, porém a maioria dos pacientes apresenta-se com a doença já bem avançada no momento do diagnóstico. Neste contexto, a alimentação atua como um dos principais agentes, podendo ser causador quanto preventivo para este tipo de neoplasia, levando em consideração o tipo de alimentação, a composição química e nutricional dos alimentos, preparo e conservação. Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo apresentar a importância da alimentação no processo de prevenção e tratamento desse tipo de neoplasia. O estudo foi realizado por meio de revisão da literatura, de artigos científicos referentes ao tema. Algumas substâncias, como nitrosaminas, que são geralmente encontradas em alimentos provenientes de solos ricos em nitratos, bebidas alcoólicas, carnes em conserva, podem vir a desencadear o processo carcinogênico. Pois, no processo de digestão o ácido acaba variando de 2 a 3 o seu pH, ocasionando lesões no estomago (FIGUEIREDO, 2008). Em contrapartida, uma alimentação adequada trás benefícios no tratamento dessa neoplasia, a ingestão adequada de frutas, verduras e legumes são grandes aliados para os mecanismos de proteção contra o câncer, a ingestão dietética de micronutrientes como as vitaminas C e E estão diretamente relacionadas à proteção, devido a ações antioxidantes, tendo como função à vitamina C de neutralizar substâncias carcinogênicas, inibição e redução das lesões celulares e a vitamina E, de proteção às células (FERRAZ et al, 2010). Dessa forma, conclui-se que é de grande importância à assistência nutricional aos indivíduos portadores de carcinoma gástrico, pois, a partir de avaliações e prescrições dietéticas, o nutricionista pode auxiliar no suprimento das necessidades nutricionais, buscando um aumento da resposta do paciente ao tratamento e a redução dos efeitos colaterais das terapias empregadas.

CÂNCER GASTRICO, TERAPIA NUTRICIONAL, ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

TRUFAS PROTEICAS: APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA DOS ALIMENTOS

MARINA MACHADO GONZALES
PATRICIA GONSALVES DE DEUS

Com o passar dos anos, a busca pelo corpo perfeito, tem sido crescente. O uso de suplementos nutricionais consequentemente vem crescendo, tendo a intenção de melhorar o condicionamento físico do atleta, hoje esses produtos são de fácil acesso. Nas últimas décadas, numerosas pesquisas vêm demonstrando as qualidades nutricionais das proteínas solúveis do soro do leite, também conhecidas como whey protein. Muitos estudos indicam que a ingesta de proteínas traz vantagens para a força e desenvolvimento muscular. O tipo de proteína consumida pode influenciar os resultados de um treino de força, devido à variação da velocidade na absorção, no perfil de aminoácidos, na resposta hormonal, e nos efeitos antioxidantes (Campbell, 2007). A proteína é um dos suplementos mais comuns utilizados, com o principal objetivo de ganho de massa muscular. Dessa forma, o desenvolvimento da Trufa Proteica, tem o intuito de modificar a forma de uso desse suplemento. A trufa proteica foi desenvolvida de acordo com a receita padrão acrescida de proteínas do soro do leite, e após foi realizado análise sensorial, na qual, 30 provadores não treinados realizaram os testes, utilizando-se da escala hedônica. Esses indivíduos provaram as amostras e respondem as perguntas, dando as suas notas conforme as opções que são dadas: cor, aparência, textura, odor e sabor, e a aceitação no mercado de vendas. Os resultados foram muito satisfatórios, a aceitabilidade em geral desse produto foi de 67% para vendas e consumo, ou seja, os indivíduos que realizaram a análise gostaram, disseram ter um sabor bom, não é enjoativo e tem um gosto muito bom! Ao pensarmos em consumo suplementar, é preciso ter em mente que este somente é justificável quando, por algum fator de ingestão alimentar não conseguimos alcançar a ingestão daquele nutriente, ou por algum objetivo específico (Carvalho, 2008). Indivíduos que são atletas, e precisam de suplementação para atingir a ingestão desse macronutriente, por um meio prático e saboroso, saindo da rotina de apenas tomar a suplementação, com as trufas poderá ingerir o que necessita de uma forma mais prazerosa. Ou seja, os atletas, independente da modalidade que praticam, terão fácil acesso a essa fonte de proteína, e modificando a forma que vai usar essa suplementação. Assim poderão continuar a busca pelo objetivo, seja ela da falta de proteína, aumento de massa magra ou manutenção da saúde.

PROTEINA, WHEY PROTEIN, TECNOLOGIA DOS ALIMENTOS, NUTRIÇÃO, SUPLEMNTO

VEGETARIANISMO: UM ELO ENTRE A ÉTICA E A FILOSOFIA

EDIRLEIA DE FATIMA KLOSTER
JOSIELI MARIA KOSAK

O ativismo alimentar é apontado como um dos movimentos contemporâneos mais dinâmicos e heterogêneos, que discute questões ambientais, sociais, econômicas, éticas e culturais. O vegetarianismo se encaixa nesta perspectiva, incorporando dimensões polêmicas analisadas com entusiasmo científico desde a década de 1990. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi associar o vegetarianismo como uma estratégia de ética e filosofia. Foi realizada busca na literatura científica. O termo vegetarianismo, de acordo com o senso comum, é utilizado para se referir a uma dieta isenta de carnes. O vegetarianismo restrito (veganismo) exclui completamente os produtos animais sendo a dieta baseada no consumo de cereais, leguminosas, frutas, verduras e oleaginosas. Os ovolactovegetarianos complementam a dieta com ovos, leite e derivados. O vegetarianismo vem crescendo e ganhando mais adeptos (AZEVEDO, 2013). De acordo com Marly Winc Kler o vegetarianismo vai além de um regime alimentar, tornando uma postura ética e filosófica diante da vida, é voltado a pessoas preocupadas com um mundo melhor, pois quando entram em contato com o vegetarianismo, percebem que este tem impacto positivo sobre o meio ambiente. Por vez, há também a questão dos animais em si, assume-se uma postura ética de não aprovar tantos maus tratos com eles durante a criação. A perspectiva cultural não permite padronizar as opções alimentares e acaba por polemizar valores morais e éticos, a opção pelo habito alimentar vegetariano implica decisões muito íntimas que não devem ser julgadas, imposta ou padronizada, apesar de que as repercussões dessas práticas serem bastante abrangentes e superarem o espaço individual. Mesmo que a pratica vegetariana sustente intenções de civilidade, proteção aos animais, o que não pode ser esquecido é o respeito à diversidade do pensamento e das ações humanas, não podendo ser usado para provocar discriminação ou isolamento. Sem ter a intenção de dissolver os conflitos nem de defender um ponto de vista específico, acredita ser possível diminuir as divergências entre a ética e os desafios culturais e socioambientais implícitos na proposta do vegetarianismo. A mudança pode ser oriunda de associação entre sistemas agropastoris sustentáveis e valores do bem-estar e cuidado com os animais. Atitudes como estas implicam uma postura de responsabilidade socioambiental e de civilidade com repercussões positivas sobre a saúde humana e a saúde do planeta.
VEGETARIANISMO, ÉTICA, REGIME ALIMENTAR

VITAMINA D: FUNÇÕES E CARACTERÍSTICAS QUE A TORNAM IMPORTANTE AO CONSUMO HUMANO

ANA MARIA CAROLINA MEKETEN
BARBARA CRISTINA BARÃO HADDAD
FERNANDA OLGA BUREI

A vitamina D também é conhecida como a vitamina da luz solar, podendo ser definida como um pré hormônio esteroide, que é ativado pelo lipídeo 7-dehidrocolesterol, sendo uma vitamina fundamental ao organismo humano. O objetivo desta pesquisa é apresentar as características e funções desta vitamina através de pesquisa bibliográfica. Dentre as funções desta vitamina encontram-se listadas as principais, sendo elas: funciona primariamente como um hormônio esteroide; além de manter as concentrações plasmáticas de cálcio, aplicando esta função de 3 maneiras, através do aumento da absorção intestinal de cálcio, pela redução da excreção de cálcio através do estímulo da reabsorção nos túbulos renais distais, e pela mobilização de mineral ósseo; é utilizada também na secreção de insulina; síntese e secreção de hormônios paratireóideos; na inibição da produção de interleucina pelos linfócitos T ativados e da imunoglobulina pelos linfócitos B ativados; diferenciação das células precursoras de monócitos; modulação da proliferação celular; crescimento de ossos e dentes, músculos e nervos. Sua carência pode causar dois problemas, o raquitismo e a osteomalácia. No idoso também é comum pelo fato da exposição solar diminuir nesta época e também existem evidências que a capacidade de originar o 7-dehidrocolesterol diminui devido ao envelhecimento. No entanto, o excesso desta vitamina também é prejudicial, podendo causar hipercalcemia, depósito de cálcio no rim, calcinose. As principais fontes alimentares são os produtos de origem animal, óleos de fígado de peixe, manteiga, nata, gema de ovo e leite. No entanto, é necessário lembrar que não basta ingerir a fonte da vitamina D se não a ativar através da exposição à luz solar. Sendo o recomendado que a exposição ocorra antes das 10 da manhã e após as 16 horas, e as áreas que devem ser apresentadas ao sol são as palmas das mãos e as solas dos pés para amplificar a absorção.
VITAMINA D, CARENCIA, EXCESSO, FUNÇÃO, FONTES ALIMENTARES

PSICOLOGIA

VULNERABILIDADE MASCULINA

MIRIAN MARIA KOSAK

As representações sociais desde cedo vão interferindo na construção da identidade do indivíduo, vão ditando como o homem e a mulher devem ser e o que eles devem fazer. Ainda hoje, vê-se claramente em nossa sociedade a herança do patriarcado, onde o homem é considerado o chefe da casa, o mesmo é visto como símbolo de força e poder. O papel que a sociedade impõe ao homem, de machismo e virilidade, pode ser muito mutiladora para o homem. A ideia de que o homem nunca pode ser visto combalido e hesitante foi responsável pelo massacre psicológico, emocional e espiritual de homens e mulheres. O peso da tradição e da cultura, e o processo de socialização e educação obriga homens e mulheres a adotarem comportamentos que os representam socialmente. Junto aos resquícios desta herança patriarcal, vêm se percebendo também uma posição contraditória em que exige-se dos homens maior abertura, demonstração de sentimentos, maior vulnerabilidade e flexibilidade, principalmente nos relacionamentos amorosos. Exige-se dos homens que se mostrem vulneráveis, mas não tão vulneráveis assim, pois precisam mostrar-se fortes e no controle das situações. Estas exigências fazem com que as solicitações sejam contraditórias. Diante disso, o objetivo da pesquisa é desvelar como os homens lidam com esse pedido paradoxal. Se são eles adeptos da visão de que o homem deve sempre estar no controle ou acreditam que os homens possuem o direito de mostrarem-se vulneráveis e impotentes. Também descobrir o que os homens entendem por expressão de sentimentos, e se os mesmos pensam que isso lhes é exigido pela sociedade. Pesquisas que abordem o tema da vulnerabilidade emocional masculina, são quase inexistentes. Apesar de toda a produção teórica na atualidade, percebe-se que ainda existem muitos temas a serem abordados no que se refere ao conceito de vulnerabilidade masculina. A metodologia utilizada será de cunho qualitativo e como ferramenta será empregada a entrevista aberta. A amostra consistirá em 10 homens de classe média do município de Guarapuava, Paraná, com idades de 20 a 50 anos. Como resultados espera-se entender como os homens veem esta suposta exigência social de sempre estarem no controle de si mesmo e das situações, mostrando-se invulneráveis.
VULNERAILIDADE, PÓS-MODERNIDADE, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, PAPEIS

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E POLÍTICAS DE ATENDIMENTO

LUCIANE DE AZEVEDO
MARISSE FERREIRA GOMES

Neste estudo buscou-se abordar a temática do serviço de proteção social realizado pelos Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS e pelo Centro de Referência de Assistência Social- CRAS nos municípios de Pinhão e Rio Bonito do Iguaçu, tendo como base a atuação de psicólogos e profissionais especializados no atendimento à crianças e adolescentes vítima de violência sexual. A violência sexual pode manifestar-se de diversas formas, sendo as de maior ocorrência, o abuso sexual dentro da própria família e a exploração sexual para fins comerciais, como a prostituição, a pornografia e o tráfico. No intuito de captar uma análise histórica, social e contextual das políticas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil, esse estudo foi desenvolvido por meio de pesquisas bibliográficas, entrevistas nas instituições (CRAS-CREAS), pelos quais foram levantados dados referentes a metodologia de trabalho da Psicologia no âmbito da Política de Assistência Social. A partir dos dados obtidos compreendeu-se a sequência dos procedimentos diante da denúncia de violência sexual: o registro do Boletim de Ocorrência (B.O.) na companhia do Conselho Tutelar e dos pais do menor; o exame do IML; o Conselho Tutelar faz o encaminhamento dessa família ao CREAS que faz o acompanhamento social da família; a vítima recebe o acompanhamento psicológico para superação da violência. Em relação ao enfrentamento da violência existe o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil que teve origem na articulação dos trabalhos em redes de proteção e defesa de direitos da população infanto-juvenil brasileira, unindo a sociedade civil e as três esferas do governo (federal, estadual e municipal) e os organismos internacionais da área, visando estabelecer um Estado de Direitos para a proteção integral de crianças e adolescentes em situação de Violência Sexual, além disso também conta com os serviços das redes de proteção CRAS e CREAS que atuam na prevenção e no enfrentamento de situações de risco ou vulnerabilidade social, incluindo a Campanha 18 de Maio, instituído como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Com base no estudo realizado e diante da temática em questão compreende-se a necessidade de um olhar ampliado sobre a complexidade do fenômeno da violência, bem como a relevância do papel do psicólogo tanto na prevenção quanto no atendimento à crianças e adolescentes vítimas da violência sexual.

PSICOLOGIA, VIOLÊNCIA SEXUAL, POLITICAS DE ENFRENTAMENTO

UTILIZAÇÃO DE SIMULARES VIRTUAIS NO TRATAMENTO DE MEDO E FOBIA DE DIREÇÃO

FLAVIA APARECIDA MIZERSKI DE OLIVEIRA
TAYNARA CASSIMIRO DALA ROSA

O medo é uma emoção natural do ser humano, caracteriza-se por uma resposta fisiológica à um estimulo percebido pelo indivíduo como perigoso ao organismo. A fobia por sua vez é uma espécie de medo elevado e excessivo que surge diante de um objeto ou evento, causando ansiedade em um grau elevado. Ambos podem ser encontrados em indivíduos que tem uma resistência à direção, pode atingir indivíduos que ainda não possuem CNH (Carteira Nacional de Habilitação) até mesmo indivíduos que já possuem. Deste modo, a psicologia vem utilizando simuladores virtuais que auxiliam no tratamento de medo e fobia de dirigir, estes simuladores recriam uma Realidade Virtual (RV) possibilitando que o indivíduo interaja com o mesmo. Atualmente existem alguns tipos de simuladores que recriam a RV dentre os mais utilizados estão o DriVR, Cave Lab Driving Rehabilitation Project, STISIM Drive. Verificar a utilização de simuladores virtuais como facilitadores do psicólogo no setting terapêutico cognitivo. O método utilizado foi pesquisa bibliográfica. Foram realizadas leituras de artigos de 2007 a 2015 da Pepsic e da Scielo. O DriVR é um sistema computacional criado para tratamento de fobias que utiliza um software gerador de cenários 3D conectado a controles de direção e um óculos de Realidade Virtual. O Cave Lab Driving Rehabilitation Project utiliza um sistema no qual um carro real é conectado a um programa computacional, que gera um ambiente virtual no qual uma rota é percorrida pelo paciente. O STISIM Drive é um sistema de simulação de trânsito construído para representar atividades cognitivas e tarefas comuns do trânsito. A utilização de simulares virtuais mostrou um grande avanço no tratamento de pessoas com medo ou fobia de dirigir, pois permite simular cenários realísticos onde o cliente fica frente a frente à cenas e situações que lhe causam medo. A exposição está presente de um modo bem particular diante de uma hierarquia de estímulos aversivos (públicos ou privados), sendo uma exposição protegida feita em pequenos passos, mantendo o paciente relaxado. Através da exposição gradual e frequente ocorre a dessensibilização sistemática do medo ou fobia, sendo uma ferramente interessante de melhora do quadro apresentado pelo paciente.

SIMULADORES VIRTUAIS, TRATAMENTO, MEDO E FOBIA DE DIREÇÃO

UTILIZAÇÃO DE SIMULADORES VIRTUAIS NO TRATAMENTO DE FOBIAS ESPECÍFICAS

FLAVIA APARECIDA MIZERSKI DE OLIVEIRA
TAYNARA CASSIMIRO DALA ROSA

Os simuladores tem por objetivo reproduzir situações específicas ocorridas no cotidiano. Em um primeiro momento foi desenvolvido na área da tecnologia e entretenimento. No entanto, áreas da saúde como a psicologia tem utilizado este recurso como tratamento de fobias específicas. Deste modo, indivíduos que possuem medo ou fobias de dirigir, viajar de avião, altura, lugares fechados, ambientes escuros, falar em público, entre outros, são expostos a uma realidade virtual que através de um programa de computador recria um ambiente permitindo que o indivíduo interaja com o mesmo. A realidade virtual é criada através da utilização de óculos tridimensionais conectados a um computador central, que em conjunto com fones de ouvido coloca o indivíduo em uma situação virtual exatamente igual a uma realidade concreta. Tem como objetivo verificar a utilização de simuladores virtuais como facilitadores do psicólogo no setting terapêutico cognitivo; O método utilizado foi pesquisa bibliográfica. Foram realizadas leituras de artigos de 2008 a 2015 da Scielo, Bireme e pesquisas da UEL (Universidade Estadual de Londrina). A exposição gradual e frequente aos simuladores permitem que as reações de medo ou fobia diminuam significativamente facilitando o tratamento. No entanto, não substitui a exposição à realidade. O fato do indivíduo ser exposto a cenários virtuais possibilitam mais segurança, e diminuem as possibilidades de exposição pública durante o momento que lhe causa constrangimento. Os simuladores podem ser parados se o indivíduo apresentar alguma reação de medo durante o uso. Outra vantagem do simulador é o apoio de um terapeuta que auxilia o cliente durante a intervenção. Á medida que a pessoa enfrenta os cenários virtuais ocorre uma dessensibilização sistemática que tem o objetivo de diminuir a resposta ao estressor apresentado. Portanto, é um método válido e auxilia na adesão e sucesso do trabalho psicoterapêutico.

SIMULADORES VIRTUAIS, TRATAMENTO DE FOBIAS, SETTING TERAPÊUTICO COGNITIVO

TERAPIA ABA NO TRATAMENTO DO AUTISMO

JÉSSICA RIÉLLY KATCHOROVSKI
MARIA FERNANDA KLUBER BROJAN

O autismo é um transtorno de desenvolvimento que geralmente aparece nos primeiros anos de vida e compromete as habilidades de comunicação e interação social. A criança tem dificuldades na área do contato social, esse comportamento aparecerá de modo ritualístico, podendo ocorrer resistência à mudança. A partir do momento que a família descobre o diagnostico, começam a enfrentar novos desafios, se encontram em uma nova situação, tendo que adaptar-se as novas mudanças de atividades diárias. Existem várias maneiras da família tentar reduzir os sintomas relacionados pelo impacto da noticia do autismo, entre elas estão: Terapias, grupo de apoio,"A eficácia de um tratamento depende da experiência e do conhecimento dos profissionais sobre o autismo e principalmente, de sua habilidade de trabalhar em equipe e com a família" (BOSA,2006). Uma boa intervenção consegue diminuir os comportamentos inadequados e minimizar os prejuízos nas áreas de desenvolvimento. Dentre as terapias disponíveis para tratar o autismo, o Ensino Baseado em Análise do Comportamento Aplicada (ou Terapia ABA) apresenta os resultados mais promissores. Lovaas em 1987,mostrou que 47% das crianças que realizaram Terapia ABA por 40 hr semanais durante dois anos deixaram de apresentar os comportamentos típicos do autismo, enquanto apenas 2% das crianças que não realizaram a terapia obtiveram ganhos semelhantes. A Terapia ABA é embasada pela análise do comportamento aplicada (Applied Behavior Analysis), uma ciência e tecnologia cujo objetivo final é compreender o comportamento e, a partir disso, criar estratégias socialmente valorizadas para melhorar a qualidade de vida humana. A Terapia ABA é a forma de tratamento que possui mais investigações científicas e relatos de sucesso dentre as terapias que lidam com indivíduos diagnosticados com autismo.O primeiro passo do tratamento ABA é a realização de uma avaliação das habilidades demonstradas pelo cliente, seus comportamentos inadequados e de sua capacidade de aprender.A ênfase da avaliação é na descrição de como elementos do ambiente estão relacionados aos comportamentos exibidos pelo cliente, o que é chamado de análise funcional. Depois é a criação de um plano de trabalho em que se definem objetivos e prazos para seus cumprimentos. A partir do plano, ocorre o tratamento propriamente dito. Todo o processo terapêutico é minuciosamente registrado, permitindo que seja constantemente avaliado e que o rearranjo de situações problemáticas ocorra rapidamente.

TERAPIA ABA, INTERVENÇÃO CLINICA, PSIOCLOGIA, ABA COMPORTAMENTAL

SONO EXCESSIVO: NA APRENDIZAGEM E NO TRABALHO

EMANUELE PROTCZ
INDIAMARA BUENO
ROSILDA LAUTERIO

O sono é um processo natural transitório e reversível. Tem como função principal realizar a manutenção do organismo. Para tanto, envolve mecanismos fisiológicos e comportamentais complexos. O sono apresenta estágios um, dois três e quatro, além do estágio REM, Devido a complexidade dos estágios do sono, existem inúmera áreas cerebrais envolvidas de modo complexo para o sucesso do processo. Este trabalho tem por objetivo investigar o fenômeno de sono excessivo e sua correlação com aprendizagem no trabalho. Foi utilizada revisão sistemática da literatura, onde foi realizada pesquisa nas plataformars Scielo e Bireme nos anos de 2010 há 2015. Os artigos analisados trouxeram como resultado que a sonolência em excesso pode prejudicar a qualidade de vida do indivíduo com relação a memória a aprendizagem, bem como concentração entre outros sintomas. Neste contexto várias pesquisas foram realizadas sobre a importância do sono, sendo que o principal hormônio responsável é a melatonina, produzida em grande quantidade nos jovens por isso dormem mais. De grande relevância são também os neurotransmissores responsáveis reguladores do sono, a acetilcolina possui uma função claramente definida mas a noradrenalina, serotonina e a acetilcolina correlacionadas são de fundamental importância para o estudo da regulação do sono, as principais causas de sonolência excessiva são a privação crônica de sono.As consequências maléficas no desempenho da aprendizagem, no trabalho, nas relações familiares e sociais, alterações neuropsicológicas e cognitivas e risco aumentado de acidentes. Conclui-se que a sonolência excessiva versus privação do sono são combinações extremamente perigosas que prejudicam não só a qualidade de vida do indivíduo, mas sua saúde e segurança.

SONO, EXCESSIVO, MEMORIA, APRENDIZAGEM, INDIVIDUO

SONO ACIDENTE DE TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA

DANIELLI DA SILVA MARTINS

O sono é um dos principais reguladores corporais. Por meio dele que podemos regular o funcionamento de diversas funcções cerebrais como a memória. Este trabalho tem por objetivo estudar o sono por meio de revisão sistemática de literatura, utilizando livros de fisiologia, artigos científicos. Foi abordada a questão do excesso de sono durante o trabalho e suas implicações no que se refere à acidentes de trabalho e qualidade de vida no ambiente de trabalho. Os resultados demonstram que tanto a falta quanto o excesso de sono interferem de modo significativo no trabalho, na aprendizagem e na memória. Foi observado também que existe uma preocupação e interesse no estudo do sono tanto no meio científico internacional quanto nacional. Dentre os resultados encontrados foi observada a importância dos neurotransmissores: acetilcolina, noradrenalina e serotonina como responsáveis reguladores do sono. A literatura defini mais claramente a função da acetilcolina quando comparada aos neurotransmissores noradrenalina e serotonina. A revisão também evidenciou que o principal hormônio responsável é a melatonina que é produzida em grande quantidade nos jovens, isso sugere que por este motivo os jovens dormem mais horas que a média de outras etapas do ciclo vital. Com o estudo, pode-se concluir que a falta e o excesso de sono produzem efeitos muito prejudiciais no que se refere a qualidade de vida no trabalho, sendo as alterações de sono o principal responsável pela maioria dos acidentes de trabalho.

SONO, QUALIDADE, VIDA, INDIVIDUO, SAUDE

SEMIÓTICA APLICADA EM “ORI AND THE BLIND FOREST”: UMA ANÁLISE DA TRILHA SONORA DO GAME

ELIEL FRANCISCO DE LIMA
FELIPE TAGAMI LIBERATO
LILIAN DA SILVA NESTOR LIMA

Os jogos eletrônicos surgiram há algumas décadas e têm ocupado cada vez mais importância na cultura moderna.Desde o advento da cibercultura, que para Lévy [1999], “expressa o surgimento de um novo universal, diferente das formas culturais que vieram antes dele (...)”, muitas alterações no modo de vida ocorreram devido às novas interações tecnológicas e, não obstante, continuarão a acontecer. Assim, cabe à comunidade científica estudar a evolução humana, bem como todas as suas formas de expressão. Neste ponto, encontra-se abertura para o estudo do universo dos games, pois é uma linguagem emergente e em constante modificação. Buscar-se-á, portanto, averiguar uma pequena parte do emaranhado de informações que é um game, isto é, sua trilha sonora, pois esta, juntamente com os fatores “elementos gráficos” e “enredo”, é peça fundamental para que o efeito de imersão de um indivíduo seja completo. Para isto, utilizar-se-á como ferramenta de análise a Semiótica, ou Teoria Geral dos Signos, de Charles Sanders Pierce, transcritos nas obras de Santaella, uma das autoras de maior referência, na atualidade, nesta área. Outros autores de renome, cada qual para sua área, serão citados no decorrer deste trabalho, como: Pierre Lévy para cibercultura, J. Moares para a música, Huizinga para jogos, Collins, Jøgersein e Whitmore para games e produção sonora, entre outros. O objeto de estudo será o game: “Ori and the Blind Forest”, lançado em março de 2015. A proposta então é analisar as principais músicas da trilha sonora do jogo pela perspectiva da semiótica, buscando relações nos signos emitidos com a imersão do jogador no game; compreender seus significantes e significados, interpretante imediato e dinâmico, primeiridade, secundidade e terceiridade. Para realizar a pesquisa, será necessário entrar em contato direto com o jogo, deixar ser envolvido pelos signos emanados, e, por meio desta experimentação, compreender e transcrever a experiência obtida. O objetivo é, portanto, compreender como um conjunto de signos audíveis auxilia na imersão do jogador no game. Por fim, pretende-se, conhecer mais profundamente o mundo dos games e relacioná-los a estudos voltados a outros ramos da ciência, como a Semiótica.

SEMIÓTICA, SANTAELLA, GAMES, TRILHA SONORA

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: FAVORECENDO CONDIÇÕES MOTIVADORAS NAS EMPRESAS

LUCIANE DE AZEVEDO
MARISSE FERREIRA GOMES

O presente trabalho traz através da disciplina de Estágio Básico Supervisionado - Praticas Integrativas III com ênfase em Intervenções organizacionais, uma breve visão da teoria motivacional, englobando conceitos de motivação no ambiente organizacional, a hierarquia das necessidades humanas de Maslow, entre outros. Foi possível através da observação do ambiente institucional e da demanda apresentada, buscar a compreensão das necessidades que a organização possuía, a fim de desenvolver atividades que propiciassem o desenvolvimento adequado de comportamentos favoráveis no ambiente de trabalho. Além disso, as atividades desenvolvidas, tinham como pretensão melhorar o trabalho em equipe visando o progresso da instituição. De acordo com autores que abordam o tema Motivação podemos inferir que Muitas atividades motivadas começam com uma necessidade, uma carência ou deficiência interna, se estimulada, é favorável no desempenho do trabalho na medida em que um objetivo é traçado, onde o esforço em manter-se motivado é de qualidade e direcionado ao crescimento da organização a qual o indivíduo representa. “A motivação diz respeito à dinâmica do comportamento, as maneiras como nossas ações são iniciadas, sustentadas, orientadas e concluídas” (PETI,2003). A partir dos resultados obtidos, pode-se alcançar uma melhor compreensão sobre o assunto no processo de ensino/aprendizagem, o que trouxe benefícios à empresa concedente colaborando diretamente para o desenvolvimento pessoal e empresarial desta, do mesmo modo que para alcançar tal resultado foi necessário a concepção de que no grupo deve-se seguir sob a premissa de: Como motivar quem, a fazer o que, sob que circunstâncias. Por fim, pode-se concluir que motivação é o resultado da interação do indivíduo com a situação, embora a motivação de maneira geral se relacione ao esforço de atingir quaisquer objetivos, assim os indivíduos motivados se mantêm na realização da tarefa até que seus objetivos sejam atingidos.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL, MOTIVAÇÃO, EMPRESAS

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DE DIFERENCIAÇÃO DO TRANSTORNO DE PERSONALIDADE BORDERLINE

CARLA MARIANNE FERREIRA BONA
MARIA LÚCIA ZANCO DE PAULA
PATRÍCIA SILVA LOPES

O Transtorno de Personalidade Borderline (TPB) é caracterizado pelo fato dos indivíduos afetados viverem no limite entre a estabilidade e os surtos, também refere-se a padrões de funcionamento disfuncionais, pois compreendem o seu meio e a si mesmo de modo distorcido, o que pode causar sofrimento intenso e persistente e comprometimento social, normalmente diagnosticado na adolescência e ou inicio da fase adulta. Justifica-se pelo fato do TPB ser de difícil diagnóstico pela semelhança dos sintomas com outras doenças e transtornos, como Transtornos: Bipolar tipo I, o Paranóide e Narcisista, o Histriônica, Antissocial e também na Esquizotípica.O objetivo é apresentar dados gerais e em seguida as principais características sobre o TBP e explicitar que auxiliam no processo de diagnóstico. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica. Segundo o DSM-V características únicas que auxiliam na diferenciação do TPB são: Esforços desesperados para evitar o abandono real ou imaginário, padrão de relacionamentos interpessoais instáveis e intensos, perturbação da identidade, impulsividade em áreas autodestrutivas, instabilidade afetiva devida a uma acentuada reatividade de humor, sentimentos crônicos de vazio, raiva intensa e inapropriada, ideação paranoide transitória. Portanto, pode-se concluir que devido à dificuldade de diagnóstico do TPB, é preciso prestar a atenção nas características que o diferenciam. Esse processo pode ser feito por meio de entrevistas com o individuo e também parentes e amigos, anamnese, pesquisa com profissionais anteriores do mesmo, revisão de registros e prontuários, realização de avaliações bioquímicas. O diagnóstico tende a ser demorado e trabalhoso, porém quando realizado por uma equipe multiprofissional tanto no diagnóstico quanto no tratamento são mais efetivos.

BORDERLINE, CARACTERÍSTICAS, DIFERENCIAÇÃO, TRANSTORNO

O RELACIONAMENTO INTERPESSOAL NO CONTEXTO DA RECEPÇÃO HOSPITALAR

ANA KAREN DA LUZ
ELAINE APARECIDA MARQUESINE MELO
JAQUELINE DE FATIMA BATISTA

Relacionamento interpessoal é o conhecimento das relações internas entre si próprio e o seu eu interior, para desenvolver o relacionamento interpessoal a competência mais importante é o autoconhecimento, é através dele que conseguimos estabelecer relacionamentos interpessoais mais eficazes proporcionando assim um processo continuo de aprendizagem. Quando uma pessoa conhece e controla seus sentimentos e suas emoções exercendo o controle sobre eles, torna-se capaz de potencializar sua produtividade e melhorar a qualidade da sua capacidade relacional, pois sua atenção é focada no que esta fazendo e não em seus problemas pessoais. O trabalho está sendo desenvolvido nas três recepções do Hospital de Caridade São Vivente de Paulo em Guarapuava. Está diretamente relacionada as práticas interventivas da disciplina de Estágio Básico Supervisionado ´Práticas Integrativas III do Curso de Psicologia. A prática fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, observação comportamental, intervenção supervisionada e avaliação dos resultados alcançados. Pretende-se mostrar que a intervenção do Psicólogo organizacional poderá contribuir com a melhoria do procedimento de atendimento ao cliente, em situação de vulnerabilidade, através da pratica relacional humanizada entre os colaboradores das recepções do hospital, os pacientes e os familiares envolvidos no cuidado da saúde. Percebeu-se que o cliente que busca o atendimento para sua saúde, o que busca informações sobre o estado de saúde de seus parentes e amigos ou aqueles que entram pela urgência e emergência encontram-se fragilizados pessoal e emocionalmente. O que requer cuidado e atendimento diferenciado. Nesse sentido este trabalho pretende, após a análise dos resultados da prática de observação comportamental, desenvolver práticas interventivas que levem os colaboradores a tomar consciência da necessidade de atender as necessidades dos clientes (pacientes ou não) que chegam até o hospital, estabelecendo, entre si e com eles, relações interpessoais que garantam a satisfação dos mesmos. Por se tratar de uma atividade ainda em desenvolvimento não será possível apresentar conclusões definitivas porém a equipe espera que as atividades interativas que serão propostas gerem mudanças significativas no procedimento de atendimento ao cliente.

RECEPÇÃO HOSPITALAR, ATENDIMENTO, MUDANÇA, RELACIONAMENTO INTERPESSOAL

O IMPACTO DO USO DO APLICATIVO DAS REDES SOCIAIS NA MELHORIA DO RELACIONAMENTO INTERPESSOAL ENTRE OS MOTORISTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DO PINHÃO

EDSON FABRICIO MARTINS RIBEIRO
JOÃO MARCOS OLIVEIRA SILVA

A qualidade do relacionamento interpessoal entre os motoristas de uma unidade de saúde é muito importante para o desenvolvimento de um atendimento profissional e seguro. Quando o procedimento do transporte é realizado com habilidade, cordialidade e segurança, contribui para a satisfação das necessidades dos usuários. O clima relacional entre os colaboradores motoristas contribui com isso, pois quem respeita e conhece as próprias habilidades e as dos seus colegas é capaz de abrir mão de um procedimento de transporte para potencializar na qualidade do atendimento ao usuário sem gerar conflito no ambiente de trabalho. O Presente trabalho teve como principal objetivo o estudo do impacto do relacionamento interpessoal, entre os profissionais motoristas da Secretaria Municipal da Saúde do município do Pinhão, no atendimento aos usuários do serviço de transporte em ambulância em decorrência das práticas interventivas da disciplina do Curso de Psicologia: Estágio Básico Supervisionado – Prática Integrativas III – intervenção nas organizações empresariais. O estágio Justifica-se enquanto oportunidade de contato com a realidade profissional, tendo como contexto as empresas e a atuação do Psicólogo nas instituições. O transporte de pacientes requer o atendimento de quesitos como a direção defensiva e cuidados com pessoas em situação de vulnerabilidade. Uma das primeiras descobertas da equipe, por ocasião do desenvolvimento da primeira etapa do processo – a observação comportamental- foi a de que a equipe tinha muita dificuldade de comunicação por causa das escalas de trabalho. Constatou-se que os colaboradores se conheciam porém não conviviam e quando se encontravam nas reuniões festivas mantinham-se em pequenos grupos confirmando que a proximidade, pela escala, era o principal aglomerador das pessoas. A equipe buscou uma solução para esse problema na tecnologia. Propôs a criação de um grupo nas redes sociais, ensinou a usar o aplicativo e monitora seu uso participando do grupo juntamente com os motoristas. Constatou-se que a cada dia que vai passando aumenta o compartilhamento de ações profissionais, pessoais e lazer contribuindo com a melhoria do relacionamento interpessoal entre eles, inclusive nas reuniões semanais. Concluímos que o uso adequado das redes sociais pode contribuir para aproximar as pessoas que estão separadas por escalas profissionais promovendo a integração.

RELACIONAMENTO INTERPESSOAL, REDES SOCIAIS, MELHORIA

O IMPACTO DO RELACIONAMENTO INTERPESSOAL NO PROCESSO PRODUTIVO DA ORGANIZAÇÃO

ANA CRISTINA PEDROSO SCHUARTZ

O relacionamento interpessoal implica numa relação social, ou seja, num conjunto de normas comportamentais que orientam as interações entre membros de uma sociedade. Percebe-se que, no contexto das organizações, o relacionamento interpessoal é de extrema importância, pois, quando é positivo contribui para um bom ambiente dentro da empresa o que pode resultar em um aumento da produtividade. O presente trabalho teve como objetivo analisar o relacionamento interpessoal entre funcionários e entre estes e suas respectivas lideranças, de uma empresa situada no município de Guarapuava. A prática fora desenvolvida em decorrencia das exigências da disciplina de Estágio Básico Supervisionado Práticas Integrativas III- Intervenções em organizações empresariais: observação comportamental; intervenções grupais análise dos resultados e sugestões de melhoria. Durante o procedimento de observação foram identificados os comportamentos que impactam negativamente no relacionamento interpessoal no contexto do trabalho. O procedimento de intervenção permitirá, por um lado envolver os colaboradores na análise dos comportamentos que impactam negativamente nas relações do cotidiano no trabalho e propor ações de melhoria que deverão ser implementadas imediatamente após a proposição das mesmas e por outro promover atividades que conscientizem oc colaboradores sobre a necessidade de incrementar e estimular a reprodução dos comportamentos que contribuem com o estabelecimento de boasrelações interpessoais em todos os niveis da organização. O trabalho fundamentou-se basicamente em pesquisa bibliográfica qualitativa. Constatou-se que à medida em que as pessoas aprofundam no conhecimento sobre si mesmas e o do outro ocorre o nivelamento entre elas, abrindo espaço para o surgimento da empatia, possibilitando a experiência de se colocar no lugar do outro e compreende e aceitar o outro como ele é. O procedimento de observação e a pratica interventiva permitiram concluir que o autoritarismo estimula relações tensas e desconfortáveis gerando desmotivação e “fofocas” que impactam negativamente no processo produtivo da empresa.

RELACIONAMENTO INTERPESSOAL, PROCESSO PRODUTIVO, EMPATIA

O DESPERTAR DA MOTIVAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO

CRISTIANE APARECIDA VARGAS
MILLENA NALEVAIKO
PATRÍCIA MOLETA PONTAROLO

Psicologia Organizacional é uma disciplina obrigatória do curso de Psicologia juntamente com a de Estagio Básico Supervisionado-Praticas Integrativas III - Intervenção nas organizações empresariais. Este trabalho justifica-se por ter tido a oportunidade de colocar em prática o conhecimento teórico adquirido em sala de aula bem como pela ampliação do conhecimento sobre o tema. A queixa apresentada pelo gestor da empesa, onde foi desenvolvido o projeto foi sobre a falta de motivação na equipe de colaboradores. O trabalho proposto foi dividido em tres etapas sendo elas: observação comportamental; intervenção supervisionada e avaliação dos resultados. Durante o período de observação comportamental foram acompanhadas as manifestações comportamentais que demonstravam desmotivação em tres beneficiários simultaneamente. A seguir fora elaborado o projeto de intervenção onde foram escolhidas quatro atividades interativas que objetivavam levantar informações sobre os índices de satisfação no trabalho e promover o debate e a apresentação de sugestões de melhoria que pudessem gerar motivação e comprometimento dos colaboradores. O fato dos colaboradores terem sido diretamente envolvidos no processo de melhoria apresentou resultados imediatos. As ações de melhoria propostas pelos colaboradores foram implementadas e foi possível perceber ações coparticipavas e de melhoria relacionar já na terceira intervenção. O simples fato de escutar o que os colaboradores tinham para dizer e de serem eles próprios a propor soluções nos fez concluir que a gestão participativa contribui para despertar a motivação dos colaboradores pois faz com que se sintam parte do processo de construção da mudança organizacional. Para fundamentar teoricamente a pesquisa fora utilizada a revisão bibliográfica por meio da qual foi possível elaborar material para discutir o tema com os colaboradores e conscientizá-los sobre a importância do envolvimento deles nos processos operacionais e de gestão de conflitos da empresa. A equipe pode concluir que a prática do estágio contribui para o desenvolvimento da formação profissional dos acadêmicos, que a organização que participa como parceira beneficia-se com a consultoria quando está disposta a mudar e implantar ações de melhoria para manter seus colaboradores motivados.

MOTIVAÇÃO, INTERVENÇÃO SUPERVISIONADA, MUDANÇA

O ATENDIMENTO AO CLIENTE E O COMPROMETIMENTO DOS FUNCIONÁRIOS

HELLEN CARINE PONTAROLO
TATIELE DOS SANTOS TELASKA

O presente trabalho apresenta as práticas relacionadas ao atendimento ao cliente e o comprometimento dos funcionários desenvolvidas na disciplina de Estágio Básico Supervisionado Práticas Integrativas III – Intervenções Institucionais com oitenta horas de duração. A atividade envolveu duas etapas sendo a primeira de observação comportamental e a segunda de intervenção profissional sob a supervisão do professor orientador. As ações foram desenvolvidas em duas empresas do município de Guarapuava. O objetivo da primeira etapa do fundamentou-se na observação de comportamentos manifestos a respeito da qualidade do atendimento ao cliente e o comprometimento dos funcionários. O da segunda etapa focou na conscientização e no desenvolvimento de práticas profissionais que propiciassem a mudança comportamental dos colaboradores melhorando o atendimento ao cliente e gerando comprometimento profissional. O trabalho justificou-se devido a importância da equipe poder estar preparada, conscientizada e orientada para desempenhar os serviços de forma satisfatória, haja vista que as necessidades e a satisfação do cliente são a razão principal da existência de uma organização empresarial. Percebeu-se que o que entende-se por qualidade no atendimento refere-se ao ato de prestar atenção, acolher com atenção e cortesia ao outro, o que tanto deve ocorrer no contato direto com o cliente ou na ausência dele como ao telefone ou por e-mail . Concluiu-se que o comprometimento é uma via de duas mãos envolvento a instituição organizacional e os seus colaboradores. Para que isso aconteça é preciso que a empresa esteja comprometida com a qualidade de vida no trabalho e com a qualificação profissional dos seus colaboradores. E que o colaborador deverá mostrar-se comprometido com os objetivos da organização. Também pode-se concluir que o Psicologo organizacional é peça fundamental para propiciar a mudança do clima e do comportamento organizacional. O estágio contribuiu para a formação profissional da equipe, ao permitir a compreensão do papel do psicólogo na vida organizacional e que as intervenções realizadas impactaram positivamente e contribuíram com ações e sugestões que de alguma forma irão mudar a qualidade do atendimento e o comprometimento dos funcionários.

ESTÁGIO, PRÁTICA SUPERVISIONADA, ATENDIMENTO AO CLIENTE, COMPROMETIMENTO

O ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO À FAMILIA DO MENOR INFRATOR

PALOMA MICUSKA
SARA CHAIA

A família é considerada a instituição social mais antiga da sociedade, preenchendo funções históricas e exercendo influências poderosas sobre o ser humano, satisfazendo as necessidades básicas do indivíduo e auxiliando no desenvolvimento da personalidade e da socialização (Osório, 1996), tendo como premissa este princípio, este projeto de pesquisa foi construído com base em pesquisas e revisões bibliográficas, e tem como objetivo enfatizar a importância do acompanhamento psicológico da família ou responsável de menores infratores no processo de ressocialização, haja vista que esta está cotidianamente passando valores, exemplos, influências e ideais, como também cuidando e motivando a criança e/ou adolescente pertencente ao grupo, considerando que a adolescência é um processo doloroso e difícil que afeta, tanto o individuo que está passando por esta etapa, como também as pessoas que convivem ao seu redor, principalmente sua família que está diretamente ligada a ele. O trabalho com estas famílias pode ser desenvolvido através de psicoterapia individual e grupal, com sessões curtas, semanais ou quinzenais, outra proposta do projeto é a solicitação de envolvimento do grupo familiar em projetos sociais e/ou cursos profissionalizantes. Tem-se como resultados esperados através do processo psicoterapêutico com o grupo, a reconstrução da estrutura familiar, minimizando sofrimentos, reatando laços através da comunicação e relações entre os membros do grupo, aumentar a capacidade de tomada de decisões, afim de que os adolescentes pertencentes a família, possam reconhecer as próprias atitudes e decidir se irão ou não tomá-las para si, assim estimulando a responsabilidade pessoal de cada um. Observa-se a estrutura familiar como um dos pilares de base do ser humano em formação, por isso, se trabalhada de forma adequada será benéfica tanto para o menor infrator como para a sociedade, diminuindo a reincidência penal deste individuo inserido em um lar saudável.

MENOR INFRATOR, FAMÍLIA, PSICOTERAPIA FAMILIAR

JUVENTUDE: A VULNERABILIDADE E OS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO

HELLEN CARINE PONTAROLO
TATIELE DOS SANTOS TELASKA

A situação da juventude brasileira apresenta desafios, visto que alguns jovens passam por situações de vulnerabilidade, esta fase está carregada de riscos ao desenvolvimento saudável. Ocorre nesse período uma fase de identidade versus confusão de identidade, onde o jovem experimenta uma série de desafios que envolvem as suas atitudes. Nesse contexto, foram criados alguns programas na Política de Assistência Social destinados à proteção da juventude. Sendo assim, o presente trabalho refere-se as Políticas de Proteção à Juventude existentes nos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS dos municípios de Guamiranga, Virmond e no Departamento de Políticas Públicas sobre Drogas no município de Guarapuava. O objetivo geral do presente trabalho visa conhecer a Política de Assistência Social, seu funcionamento, como os serviços e ações de assistência social são executados. Os objetivos específicos foram investigar os programas de atenção a juventude existentes, verificar como efetivou-se a implementação desses programas, quais os resultados e desafios encontrados. O trabalho justifica-se pela falta de pesquisas sobre o tema e a importância e relevância dos mesmos para a população jovem. Adotamos para esse estudo a abordagem qualitativa, sendo realizada pesquisa bibliográfica, e coleta de dados sobre os programas de proteção da juventude inseridos nos locais por meio de entrevista estruturada, com perguntas abertas. Através dos dados obtidos nas entrevistas observou-se que todos locais estão organizados os Programas de Proteção à Juventude, apresentando resultados significativos para essa população, como mudanças de autoestima, a melhoria no convívio familiar, diminuição da violência, profissionalização, lazer e esporte. Portanto, conclui-se que os Programas de Proteção à Juventude são de extrema importância para o desenvolvimento saudável dos sujeitos adolescentes e jovens e, sobretudo, apresentam benefícios para sociedade como um todo.

PSICOLOGIA, JUVENTUDE, POLÍTICAS DE ATENDIMENTO

FASES DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO: ANÁLISE DO URSINHO POOH

DALVANA DOS SANTOS MEIRA
TATIELE DOS SANTOS TELASKA

O presente estudo teve como objetivo identificar as fases do desenvolvimento cognitivo descritas por Piaget que os personagens dos filmes do Ursinho Pooh apresentavam, bem como as características de cada fase do desenvolvimento, exemplificando com as cenas dos filmes. Para elaboração do trabalho foi primeiramente realizada uma análise dos filmes que retratavam histórias com os personagens, após realizou-se a pesquisa bibliográfica a respeito das fases de desenvolvimento cognitivo descritas por Piaget. Através desta pesquisa foi possível observar que as histórias dos filmes tinham como ponto de partida pequenos problemas do cotidiano, a fonte de inspiração das tramas são seus equívocos de linguagem, sua inocente e distorcida concepção de mundo, assim como a vivência assustadora dos sonhos ou o fato de tomar palavras e expressões ao pé da letra, pequenos dramas e algumas que dimensões assumem-se nessa época da vida. Os filmes foram baseados em fatos reais, retratando e divulgando a lógica infantil, direcionadas as crianças e escritas coerentemente para essa etapa. Realizando a relação das fases do desenvolvimento de Piaget com algumas cenas dos filmes se constrói a hipótese que todos personagens podem ser analisados pela teoria de Piaget, sendo assim, percebemos que os personagens Pooh, Christopher, Leitão, Eyore, Guru e Tigrão apresentam características das fases sensório-motor e pré-operacional. Apenas o personagem Abel apresenta características das fases operações concretas e operatório formal. Portanto, foi possível perceber que os personagens apresentam características correlacionadas as fases do desenvolvimento descritas por Piaget, que foram perceptíveis através cenas assistidas.

PIAGET, FASES DO DESENVOLVIMENTO, FILME

DELINQUÊNCIA JUVENIL

FERNANDA DE CASSIA DANELUTI GASPARETTO SCHEMUDA
JAINE MICHALINA REIS FERENSOVICZ

Atualmente a Criminalidade Juvenil é tema de vários estudos. Cientistas das áreas sociais e humanas tentam decifrar o enigma da delinquência entre os jovens. Muito se busca conhecer sobre quais são os fatores que levam o jovem a delinquência, quais os reais motivos dos comportamentos anti-sociais destes jovens. A partir dessas informações, buscamos com esse trabalho compreender, e explicitar quais os possíveis contextos influenciadores da delinquência juvenil, por meio de pesquisa bibliográfica. Com base no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, o desenvolvimento geral da criança e do adolescente, a família tem um papel fundamental na vida do menor, não podendo desprezar a sua participação no processo de desenvolvimento, proteção, socialização e cultura desses menores. Segundo o psicólogo, Alex Eduardo Gallo (2010), o principal fator de risco que pode levar o jovem à criminalidade é a família, independente de classe social. A Ausência da família pode refletir nas formas de comportamentos afetivos, cognitivos e sociais, quando não desenvolvidos corretamente pode afetar a vida adulta. Não necessitando serem assim os pais de origem genética, mais sim alguém que desempenhe tal papel de forma completa, na educação. A pobreza familiar é apenas um agravante do quadro, e colabora apenas na forma que os pais se vêem sem opções de ajuda. O desenvolvimento na escola também necessita de um acompanhamento, quando isso não acontece, os jovens ao se desinteressarem pelos estudos, procuram outros meio de suprir a ausência dos pais. É nessa fase que ocorrem as maiores transformações psicossociais, seu entendimento sobre a realidade sofre constantes e continuas descobertas por meio de experiências, junto com a necessidade de buscar sua própria identidade negando o mundo da família e das instituições onde querem descobrir as verdades sobre si. Com isso, percebeu-se com a pesquisa que, a criminalidade nos jovens pode ser explicada por diversos fatores, entre eles o processo de tensões da sociedade, o desajuste no lar, a falta de instrução, inclusive religiosa e cívica, a privação dos cuidados paternos, assim, a criança ou jovem não se encaixa nos padrões propostos e procuram por grupos para se sentirem integrados e reconhecidos, uma forma de chamar a atenção, de sentirem-se importantes, tanto aos pais, educadores e a sociedade em si.

JOVENS, DELIQUÊNCIA, CRIMINALIDADE, FAMILIA, SOCIEDADE

CORRELAÇÃO ENTRE A QUALIDADE DOS PROCESSOS PRODUTIVOS E O RELACIONAMENTO INTERPESSOAL

JOSECLER CRISTIANA PEDROSO POSSELT
KARINE SELHORST
VIVIANE DOS SANTOS OLIVEIRA

Este trabalho decorrente das atividades práticas desenvolvidas no Curso de Psicologia, na disciplina de Estágio Básico Supervisionado Práticas Integrativas III – Intervenção nas organizações empresariais, possibilitou aprofundar o conhecimento teórico e adquirir experiência profissional, através das práticas de observação e de intervenção supervisionada em empresas de Guarapuava e região, preparado o aluno para a atuação do Psicólogo organizacional. A intervenção objetivou estabelecer a correlação entre a qualidade dos serviços prestados pelos colaboradores e o relacionamento interpessoal. Abordando e focando a relevância da interação entre os indivíduos no ambiente empresarial e identificando as influências que relacionamento interpessoal exerce na qualidade de vida no trabalho e no processo produtivo. A proposta temática foi apresentada pela concedente do estágio e o desenvolvimento da pesquisa teve como fundamentação a pesquisa bibliofágica qualitativa e a análise das informações levantadas por ocasião da observação e das intervenções realizadas. A relevância do tema se dá por envolver diversos aspectos da subjetividade individual dos colaboradores e o impacto que os mesmos causam na produtividade e no relacionamento. Durante o processo interventivo percebeu-se que a qualidade tanto de vida no trabalho quanto da produtividade sofre o impacto da das particularidade situacionais, relacionais e da diversidade cultural e cognitiva dos funcionários da empresa em todos os níveis hierárquicos envolvidos no processo operacional. Outra constatação importante pode ser notada pela análise dos índices de satisfação dos colaboradores, das condições físicas, psicológicas e sociais em que desenvolvem as atividades. A experiência propiciou a oportunidade de concluir que os índices de produção e produtividade da empresa estão intimamente ligados a qualidade das relações interpessoais estimuladas pela organização.

RELACIONAMENTO INTERPESSOAL, QUALIDADE, PRODUTIVIDADE

CLIMA ORGANIZACIONAL: MELHORIA DO AMBIENTE DE TRABALHO

SARA CHAIA

Este trabalho apresenta as práticas desenvolvidas numa empresa de Guarapuava – PR, por ocasião do Estágio Básico Supervisionado-Práticas integrativas III – intervenção em organizações empresarias. A temática foi proposta pela concedente e o objetivo da pesquisa justifica-se pela necessidade da empresa em manter processos e procedimentos organizacionais e de gestão que permitam o desenvolvimento das atividades operacionais de forma harmônica entre entre os diversos setores da empresa. A pesquisa bibliográfica permitiu compreender a importância de se obter um ambiente favorável para trabalhar, tendo em vista que convivência na corporação obriga a lidar com diferenças de opinião, de visão, de formação, de cultura e de comportamento o que afeta negativamente no humor e consequentemente na produção dos colaboradores, podendo gerar insatisfação dos clientes a respeito do atendimento prestado. A observação comportamental permitiu realizar o levantamento e a análise da incidência de comportamentos que contribuem com o clima organizacional tenso. Já as práticas interventivas oportunizaram a possibilidade dos colaboradores analisar as situações geradoras de conflitos de dados, relacionais, de interesse, estruturais e de valores e propor ações de melhoria. O estudo permitiu constatar que a qualidade do ambiente de trabalho, percebida e influenciada pelos colaboradores, entendida como clima organizacional, permite que a "atmosfera psicológica" seja percebida a partir dos sentimentos de satisfação ou insatisfação, acolhimento, respeito e de pertencimento, entre outros, que contribuem para que os resultados alcançados pelos colaboradores possam surpreender os gestores. Essa energia poderá ser percebida pelos clientes através da postura que os colaboradores assumem no momento de sua fala, seu olhar, postura e suas atitudes, fazendo com que este se sinta acolhido pelo estabelecimento, satisfazendo o cliente. Através do projeto aplicado, espera-se como resultado o maior zelo pelo atendimento ao cliente, diminuição da desavença que existe dentro e entre os grupos de colaboradores de turnos diferentes; como também extinguir o sentimento de rejeição e desvalorização dos colaboradores, desenvolvendo suas habilidades e demonstrando o quanto são importantes no processo de realização de tarefas habituais dentro da instituição.

CLIMA ORGANIZACIONAL, MOTIVAÇÃO, RELAÇÕES INTERPESSOAIS

AUXÍLIO AOS PACIENTES DO CAPS II SOBRE O USO CORRETO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS

ANA CRISTINA PEDROSO SCHUARTZ
ANA KAREN DA LUZ
JOÃO MARCOS DA SILVA OLIVEIRA

O presente trabalho foi desenvolvido no CAPS II – Centro de Atenção Psicossocial, localizado em Guarapuava, como requisito do Estágio Básico Supervisionado do curso de Psicologia. Fundado 2008, o CAPS II tem por objetivo promover o bem-estar, dos doentes mentais, promovendo a inserção destes na sociedade, evitando a exclusão social. Observa-se então que através deste modelo de assistência, passa a oferecer um atendimento mais humanizado, com acompanhamento clínico a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários, diferente do proposto pelo isolamento hospitalar psiquiátrico. Através de observações realizadas no local, pode-se perceber a necessidade de orientação aos pacientes quanto ao uso de medicamentos no tratamento das patologias e seus benefícios. Como uma forma de reforço para o uso correto dos medicamentos, foram feitas orientações com recursos áudio- visuais e debates sobre o assunto com os pacientes que frequentam o CAPS II, além da criação de caixas para armazenamento dos fármacos, confeccionadas com materiais recicláveis e com imagens lúdicas representando os horários do dia e da noite, onde o paciente deveria armazenar o fármaco de forma que fosse visível o período do dia em que o paciente deveria tomar a medicação. Estas caixas foram cedidas ao usuários e foi realizada a explicação do uso correto das mesmas. Desta forma buscou-se contribuir com a qualidade de vida dos pacientes, pois apenas medicados corretamente eles podem agir com autonomia. Conclui-se assim, que a partir das atividades realizadas, os pacientes aderiram às orientações. Também o trabalho dentro desta instituição contribuiu para o crescimento pessoal de cada estagiário, pois o contato com doentes mentais faz com que preconceitos e paradigmas sejam quebrados.

MEDICAMENTO, CAPS, ORIENTAÇÃO, PACIENTE, AUTONOMIA

AUTO CONHECIMENTO E MOTIVAÇÃO

MARCELA MENDES DE OLIVEIRA

Durante o desenvolvimento das atividades acadêmicas foi possível perceber que embora os estudantes sejam estimulados pelo contexto social a estudar, estes nem sempre se apresentam motivados para processar a aprendizagem nem para gerenciar adequadamente sua vida acadêmica. O presente trabalho objetivou, por um lado, propiciar aos estudantes a oportunidade de realizar uma autorreflexão sobre o seu nível de motivação em relação a escolha da curso e da sua carreira profissional. Decisão esta que foi tomada por ocasião do seu acesso ao nível superior de ensino; e por outro verificar como eles reagem as pressões do cotidiano da vida da faculdade. Para processar a reflexão optou-se pela criação de um ciclo de palestras que levassem o aluno a refletir sobre sua motivação para o estudo e sobre como as pressões do cotidiano acadêmico contribuem para gerar conflitos na relação professor-aluno e comprometer o processo de ensino-aprendizagem. O estudo fundamentou-se em pesquisa bibliográfica qualitativa, predominantemente na abordagem transacional, pois segundo os autores dessa abordagem, a medida que o individuo se posiciona na posição existencial da okeidade é possível propiciar mudanças e tomar decisões assertivas. Durante o desenvolvimento do estudo foi possível constatar que vários autores associam a motivação tanto à qualidade do desempenho do acadêmico quanto à das relações processadas em decorrência dos processos e procedimentos instrucionais e que as tensões decorrentes corroboram para gerar angustia e insegurança diminuindo sua motivação para com o estudo, afastando-o das atividades extracurriculares e comprometendo o seu rendimento. Nesse sentido, a palestra com foco no autoconhecimento e no processo de motivação desencadeará nos beneficiários reflexão sobre si mesmos, a discussão dobre o processo motivacional e a resistência a mudança. Pretende-se concluir que após a reflexão e a discussão ampla sobre o tema sejam desencadeadas reflexões capazes de aumentar o nível de motivação e o comprometimento do acadêmico com sua formação profissional.

ANÁLISE TRANSACIONAL, MOTIVAÇÃO, MUDANÇA, DECISÃO

ATUAÇÃO DO PSICOLOGO SAU

JOSECLER CRISTIANA PEDROSO POSSELT
KARINE SELHORST
VIVIANE DOS SANTOS OLIVEIRA

A Psicologia nas Instituições é a abordagem da psicologia voltada para a atuação do profissional de forma interdisciplinar, inserida em grupos e organizações, nas quais os interesses e objetivos em comum dos indivíduos formam uma instituição. Ou seja, o psicólogo pode atuar em diversos tipos de instituições, vindo a colaborar com a qualidade de vida dos agentes que dela fazem parte, promovendo a saúde e o bem-estar dos indivíduos que dela fazem parte. O presente trabalho se justifica pela necessidade de abordar as diversas modalidades de atuação do psicólogo, dando particular enfoque ao processo de intervenção junto aos profissionais que trabalham com situações extremas de urgência-emergência e traumas, nas unidades do Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), presentes nas rodovias do Paraná. O SAU é uma instituição privada e se constitui por unidades que funcionam como bases da empresa administradora de algumas das rodovias paranaenses (Ecocataratas), e servem de apoio às necessidades dos usuários durante o percurso nas estradas, na equipe que presta socorro as intercorrências que podem vir a acontecer na rodovia, desde atendimento clínico de enfermagem até os mais graves, como acidentes com vítimas e que em alguns casos resultam em óbito. Assim, este trabalho buscou mostrar o quanto os processos psíquicos desencadeados a partir de tais traumas podem impactar sobre a vida pessoal e sobre o comportamento institucional dos colaboradores, vindo a afetar sua qualidade de vida, inclusive seu rendimento profissional. Portanto é necessário mostrar a relevância do auxílio psicológico aos profissionais que atuam na área, para que possa ser desenvolvido um tratamento e contenção de riscos para transtornos e traumas com esses colaboradores. Atuação do psicólogo na rede de apoio aos profissionais das equipes de urgência e emergência, realizando práticas de prevenção e intervenções a partir dos problemas encontrados por esses profissionais, e que impactam sobre a qualidade de vida no trabalho e fora dele. Com objetivo de prestar apoio emocional aos colaboradores; promovendo intervenções de auxilio psicológico nas situações de emergência; realizando atividades de prevenção aos Transtornos de Estresse-Pós-Traumático; Concretizando práticas preventivas e educativas buscando desenvolvimento pessoal e de relacionamento entre os colaboradores; Alcançando melhoria na qualidade de vida dos profissionais da saúde;

SAU, PSICOLOGIA INSTITUCIONAL, ESTRESS PÓS TRAUMÁTICO

AS PRATICAS INTEGRATIVAS COMO AGENTE DE MELHORIA DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS

DAYVIANE REGINA DA COSTA
QUEYLA APARECIDA DA SILVA

A pratica interventiva nas organizações empresariais por ocasião do desenvolvimento da atividade do Estágio Básico Supervisionado – Práticas Integrativas III, propiciou a equipe a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula e obter experiência profissional ao propor e implantar ações de melhoria na empresa concedente do estágio. Com o presente trabalho buscou-se conhecer como se processam as relações no ambiente de trabalho entre os colaboradores, entre estes com as chefias e i impacto que elas causam no atendimento ao cliente. Por outro lado, também foi possível constatar como o uso adequado das intervenções vivenciais, do Psicólogo Organizacional, contribuiu para propiciar mudanças efetivas nas relações interpessoais no ambiente de trabalho. Foram utilizadas a pesquisa bibliográfica para fundamentar teoricamente o trabalho, a prática de observação comportamental para identificar os conflitos relacionais a minimizar e a intervenção grupal de vivencia organizacional, para conscientizar e promover, a partir do colaborador, ações para melhorar o relacionamento interpessoal na empresa. A análise das propostas de melhorias apresentadas nas primeiras intervenções permitiu que a equipe pudesse propor técnicas vivenciais como alternativa para propiciar a mudança. Os colaboradores apoiaram a iniciativa e envolveram-se na criação de alternativas para melhorar os procedimentos geradores de conflitos relacionais. Concluiu-se que as práticas vivenciais agilizaram o procedimento de conscientização da necessidade de mudança, incentivam o envolvimento dos colaboradores na confrontação dos conflitos relacionais oriundos das mais variadas causas e na proposição e implantação de ações de melhoria viáveis, de curto e médio prazos, que tornaram-se bem mais efetivas do que se tivessem sido impostas pelos gestores, pois respeitaram a diversidade e a condução participativa do processo de melhoria do comportamento e do clima organizacional. Outra conclusão a que se chegou é que a Psicologia organizacional, seus procedimentos e suas ferramentas contribuem significativa e eficazmente com o processo de melhoria contínua na empresa.

RELACIONAMENTO INTERPESSOAL, INTERVENÇÕES INTEGRATIVAS, ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

A RELAÇÃO DOS TRANSTORNOS ALIMENTARES COM A PSICOLOGIA

FLAVIANNE TEIXEIRA SVENAR
KARINE DE SOUZA FONSECA

Esta iniciação cientifica trata sobre transtornos alimentares (TA) ou também conhecidos como distúrbios alimentares (DA), tais como a bulimia nervosa (BN), anorexia nervosa (AN) e transtorno compulsivo alimentar periódica (TCAP). O objetivo desta pesquisa foi investigar as causas do surgimento dos transtornos alimentares e sua relação com a psicologia, por meio de uma revisão da literatura. Foram utilizados artigos científicos e livros que tratavam de temas como: anorexia, bulimia e obesidade; psicoterapias cognitivo-comportamentais. Os resultados demonstram que muitos destes transtornos podem estar associados a traumas sofridos na infância, no início da puberdade ou durante este período, o qual é um tanto complicado, pois há mudanças no corpo e no emocional, por isso a importância da terapia ajuda muito. Foi observado que o número de mulheres que apresentam algum tipo de transtorno alimentar é superior ao dos homens, já que mulheres são alvos da perfeição e da obrigação que há para que estejam sempre lindas e magras. Para finalidade foi utilizada a psicologia social como embasamento, pois é um ramo onde pode-se estabelecer respostas sobre os surgimentos de TAs para com as relações sociais. As informações sobre os transtornos alimentares estão disponíveis em diversos meios e são bastante relevantes. Tais transtornos existem há muitos anos, porém de uns anos para cá tomaram uma maior dimensão devido a certos padrões de beleza e culto ao corpo. Os aspectos relacionados à personalidade se mostram importantes no desenvolvimento dos transtornos alimentares. A insatisfação corporal, muitas vezes, está associada com a depressão e a baixa autoestima. Entender a etiologia dos transtornos alimentares é importante para que sejam realizadas ações voltadas para a prevenção e para que os casos não atinjam proporções epidêmicas.
TRANSTORNOSALIMENTARES,PSICOTERAPIASCOGNITIVO-COMPORTAMENTAIS,BULIMIANERVOSA,ANOREXIANERVOSA,
TRANSTORNO COMPUSIVO ALIMENTAR PERIODICA

A PSICOLOGIA ANALÍTICA EXPLICADA POR MEIO DE METÁFORAS

GUSTAVO BIANCHINI PORFÍRIO

A psicologia analítica a priori pode parecer um pouco obscura para os estudantes que estão iniciando seus estudos nessa área, os conceitos apresentados neste trabalho procuram facilitar esse primeiro contato com a teoria através do uso de metáforas. Assim como algumas outras teorias da psicologia, a terapia analítica também possui um conceito de estrutura da personalidade, que é divido em consciente, inconsciente pessoal e inconsciente coletivo, que são representados no trabalho na metáfora da árvore, sendo que cada parte desta pode representar um aspecto da estrutura. Na teoria analítica se encontra também o conceito de complexos, os quais são associações que criamos a respeito dos conteúdos que vivenciamos durante a nossa vida e durante o sonho eles se apresentam “contracenando”, sendo o self o centro integrador da personalidade, como o diretor do espetáculo. Metaforicamente os complexos são como pontos de interseção de uma teia, os quais estão ligados entre si e todos partem de um único ponto. Ainda se pode utilizar a teoria para analisar obras contemporâneas, sendo essas filmes, séries de televisão ou desenhos, pois em vários deles encontramos elementos comuns, os quais se encaixam com a teoria da psicologia da analítica. As metáforas apresentadas aqui não procuram explicar a teoria de uma forma exata e precisa, mas sim fornecer um auxilio imaginativo, o que também pode ser uma ferramenta didática importante, principalmente ao considerarmos a ênfase que a psicologia Analítica dá aos aspectos imaginais do psiquismo.
PSICOLOGIA ANALÍTICA, JUNG, METÁFORAS, IMAGINAÇÃO ATIVA

ANSIEDADE EM PACIENTES PRÉ E PÓS- OPERATÓRIO DE CIRURGIAS CARDÍACAS: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA HOSPITALAR

HELLEN CARINE PONTAROLO
TATIELE DOS SANTOS TELASKA

O acompanhamento psicológico ao paciente cirúrgico é dividido em pré-operatório, transoperatório e pós-operatório que geram respostas diferentes em cada indivíduo. O presente trabalho refere-se ao Estágio Básico Supervisionado- Práticas Integrativas II, que corresponde a matriz curricular do curso de Psicologia, realizado no Hospital de Caridade São Vicente de Paulo- HSVP. Os objetivos foram avaliar sinais e sintomas da ansiedade pré e pós-operatório de cirurgias cardíaca nos pacientes e acompanhantes, as formas de enfrentamento, identificando as informações que tinham sobre o diagnóstico e o procedimento, buscando métodos para diminuir a ansiedade. A justificativa para a realização do estágio refere-se a inserção acadêmica de observação e escuta. Aplicamos aos pacientes a Escala de Ansiedade e Depressão, entregamos uma caixinha em eva ao paciente e aplicamos uma entrevista aberta aos acompanhantes. Constatamos que o medo do desconhecido, medo das intervenções médicas e cirúrgicas, preocupação com a dor, preocupação com a segurança, preocupação com recuperação, perda do controle e medo da morte eram geradores de ansiedade. Durante o estágio foi observado que alguns dos pacientes e acompanhantes não sabiam como ocorreria o procedimento cirúrgico e relatavam o misticismo em relação ao coração. Além disso, que os pacientes pré-operatórios apresentavam maior ansiedade em relação aos procedimentos cirúrgicos e a UTI e os pós-operatórios relacionado com a alimentação e repouso. Nesse sentido, as intervenções psicológicas foram relevantes para o processo de enfrentamento e ressignificação da situação cirúrgica. Portanto, percebe-se a importância da atuação do psicólogo no hospital, onde seu trabalho vai além da humanização e apresenta diversos objetivos. Através do estágio conseguimos reduzir a ansiedade dos pacientes e seus acompanhantes e comprovamos a necessidade desse atendimento.
PSICOLOGIA HOSPITALAR, ANSIEDADE, CLÍNICA CIRÚRGICA

ANÁLISE PSICOLÓGICA DO FILME O BICHO DE SETE CABEÇAS: UMA REVISÃO À RESPEITO } DO INTERNAMENTO E DA AVALIAÇÃO ADEQUADA

TATIELE DOS SANTOS TELASKA

O presente estudo teve como objetivo apresentar a análise do filme Bicho de Sete Cabeças, expondo o resumo do filme, analisando como se realizou o internamento do paciente, as consequências e como seria a avaliação adequada. O filme trata-se de uma história baseada em fatos reais que narra a vida de Neto, um jovem que teve problemas de relacionamento com os pais, sendo internado em um manicômio pelos mesmos, devido ao suposto envolvimento com drogas. Para elaboração do trabalho assistiu-se ao filme, posteriormente foi realizada a pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos indexados nas plataformas Scielo e Bireme publicados entre os anos de 2002 à 2014. A juventude está carregada de riscos ao desenvolvimento saudável, como por exemplo, aos padrões de comportamento de risco, como consumo de bebidas alcoólicas, abuso de drogas, envolvimento em gangues e uso de armas de fogo, mas também podem ocorrer oportunidades de crescimento físico, cognitivo e psicossocial se forem influenciados da maneira correta, ou seja, os jovens são vulneráveis e sofrem diversas influencias, como exemplificado no caso de Neto. Constatou-se que o personagem antes de ser internado não recebeu nenhuma avaliação, em consequência disso, foi submetido à precariedade, falta de assistência adequada e tratamento inadequado, o que o levou ao desenvolvimento de transtornos mentais, pois o modelo de assistência realizado não preocupava-se com a recuperação do indivíduo. Com a reforma psiquiátrica esse modelo foi alterado. Levando-se em consideração estes aspectos, conclui-se assim, que, a realização de avaliação através do uso da anamnese, exame de estado mental, avaliação neurológica e do psicodiagnóstico, o paciente poderia ter sido avaliado e a intervenção seria conforme os resultados apresentado pela avaliação. Portanto, percebe-se que é imprescindível realizar a avaliação adequadamente.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, ASSISTÊNCIA INADEQUADA, MANICÔMIO, COMPORTAMENTO DE RISCO

ANÁLISE PSICOLÓGICA DO FILME UMA MENTE BRILHANTE

TATIELE DOS SANTOS TELASKA

O filme Uma Mente Brilhante exibe a doença mental de John Forbes Nash Junior, o protagonista do filme. O presente trabalho teve como objetivo apresentar a análise do filme e identificar a patologia do personagem. Para elaboração utilizou-se o filme e a pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos indexados nas plataformas Scielo e Lilacs publicados entre os anos de 2000 à 2014. A vida do personagem foi marcada por uma alternância entre períodos de lucidez, espantosa criatividade e momentos de crise de esquizofrenia. Para alguns autores a esquizofrenia é uma desordem hereditária, mas há hipóteses da patogênese baseada em processos relacionados ao desenvolvimento cerebral, eventos de ocorrência precoce, durante a vida intrauterina ou logo após o nascimento. As características da doença são: delírios, alucinações, pensamento desorganizado, comportamento motor desorganizado ou anormal e sintomas negativos. Ainda pode haver déficits neurocognitivos, sinais neurológicos leves, prejuízos na coordenação motora, na integração sensorial, no sequenciamento motor de movimentos complexos, lateralizarão, desinibição de movimentos associados, anomalias físicas leves da face e dos membros. A maioria dos estudos sugerem que pacientes esquizofrênicos apresentam alterações nos processos de atenção e memória, nas funções executivas, e a função intelectual geral também sofrer declínio após o primeiro surto. Os pacientes esquizofrênicos tendem a apresentar resultados mais baixos em baterias de testes psicométricos. Em virtude das características apresentadas pelo protagonista, conclui-se que, Nash apresenta delírios de cunho persecutório e de grandeza, alucinações visuais, táteis, auditivas e alucinações combinadas, mostrando indícios que o personagem possivelmente apresentava esquizofrenia, porém, não demonstra nenhuma dificuldade cognitiva.

ESQUIZOFRENIA, DELÍRIOS, ALUCINAÇÕES, DÉFICITS NEUROCOGNITIVOS

AMENIZAÇÃO DO SOFRIMENTO CAUSADO PELA HOSPITALIZAÇÃO: PEDIATRIA, UTI NEONATAL E UTI GERAL

PALOMA MICUSKA
SARA CHAIA

A Psicologia Hospitalar é uma área que busca compreender os conflitos psicológicos suscitados aos indivíduos no processo de adoecimento, sendo dever do psicólogo hospitalar orientá-los no processo de enfrentamento e minimização da angústia provocada pela hospitalização. A temática deste projeto visa trabalhar com o sofrimento do enfermo e também de seu acompanhante, pois a doença e a internação de uma pessoa é vivida de forma grupal, visto que a família e os acompanhantes se sentem preocupados, confusos, desamparados e impotentes diante da situação, precisando modificar seus hábitos de vida diária para uma readaptação juntamente ao hospital (LAUTERT; ECHER; UNICOVSKY, 1998). Para a realização deste trabalho foram feitas pesquisas bibliográficas e observações comportamentais no campo de estágio, definindo as intervenções que seriam realizadas com objetivo de amenizar o sofrimento causado pela hospitalização nos setores de Pediatria, UTI Neonatal e UTI Geral do Hospital São Vicente de Paulo de Guarapuava/PR. Em cada setor foi desenvolvido um plano de intervenção único, intitulados “Cartas para os Anjos”, incentivando a escrita de cartas por mulheres que estavam com seus bebês hospitalizados na UTI Neonatal ou Médio Risco, onde poderiam expressar seus sentimentos para seus filhos ou para outras mães que vivenciavam a mesma situação; “A Hora da História”, proporcionando um momento lúdico para a criança e seu acompanhante contando histórias infantis, inserindo-a na história, deixando livre para criar suas próprias falas; “Relaxamento e Informação”, exercício de meditação seguido pela apresentação de fotos da UTI, fornecendo informações pertinentes sobre o ambiente, juntamente com as precauções e regras estabelecidas para o momento da visita. Concluiu-se que, por meio das observações e intervenções realizadas é de extrema importância a presença do psicólogo no âmbito hospitalar, haja vista a quantidade e qualidade das habilidades e conhecimentos adquiridos pelo profissional ao longo de sua trajetória que o preparam para enfrentar as dificuldades deste contexto. Além disso, o estágio possibilitou o aprofundamento teórico dentro do campo da Psicologia Hospitalar, bem como o desenvolvimento das habilidades da prática profissional, especialmente no manejo clínico e na escuta do sujeito hospitalizado.

PSICOLOGIA HOSPITALAR, UTI, PEDIATRIA

A INSTITUCIONALIZAÇÃO E O ABANDONO NA VELHICE

TATIELE DOS SANTOS TELASKA

O presente trabalho teve como objetivo analisar o abandono vivenciado por idosos institucionalizados. Inicialmente, foi desenvolvido uma pesquisa bibliográfica a partir da literatura da área e de artigos científicos. A segunda etapa contou com a visita ao asilo SOS Airton Haenisch no município de Guarapuava para aplicação de perguntas abertas aos idosos. O envelhecimento é um processo cumulativo, irreversível, universal, não-patológico, onde pode ocorrer uma deterioração e incapacidade ao indivíduo a desenvolver algumas atividades, além disso, quando está em situação de abandono, sente-se sozinho, sem ninguém para partilhar a vida e para auxiliar durante a velhice. Partindo desse processo de abandono que muitos passam quando atingem a velhice foram criados os asilos, que são instituições responsáveis pelo abrigo, sustento e proteção. Nesse contexto, o asilo visitado foi fundado com o propósito de oferecer uma rotina que lhes possibilite melhores condições. Por meio da visita e das entrevistas, foi possível estabelecer um primeiro contato com alguns idosos e, com isso, observar em suas atividades cotidianas a presença de sentimentos de abandono. Identificou-se nos idosos institucionalizados a baixa autoestima, carência de atenção, perda de saúde, embotamento afetivo, diminuição de atividades físicas, dependência, especialmente nos idosos cadeirantes. Por meio da pesquisa realizada foi observado que a população idosa vem aumentando consideravelmente no decorrer dos anos, porém, muitas vezes, não são amparados e apoiados pelas famílias e, consequentemente, institucionalizados. Diante dessa realidade, enfrentam a perda da identidade, de contato com os familiares, da autonomia e rupturas afetivas. Por fim, cabe aos profissionais promoverem ações para melhoria da adaptação a esta situação e da qualidade de vida dos idosos institucionalizados.

ABANDONO, VELHICE, ASILO

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE ABUSO SEXUAL

DAYVIANE REGINA DA COSTA
QUEYLA APARECIDA DA SILVA

O presente trabalho refere-se à atuação do Psicólogo junto às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Observa-se que muitas crianças e adolescentes são vítimas de abuso sexual, sendo o mesmo caracterizado como violência física e/ou psicológica, ou tentativa de satisfação sexual por meio da criança, sem o seu consentimento. Neste estudo buscou-se abordar a temática do Serviço de Proteção Social direcionado às crianças e adolescentes em situação de violência sexual realizado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, no município de Guarapuava. A pesquisa contou, inicialmente, com o aprofundamento teórico do tema e, em seguida, com a aplicação de entrevistas com os profissionais da Psicologia nas instituições de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Com isso, foi possível compreender sobre as referências técnicas para a atuação do Psicólogo no processo de atendimento, bem como as medidas efetivas de proteção à violência infantil. Dessa forma, faz-se necessário, estudos e avanços nas reflexões teóricas e metodológicas com o intuito de captar uma análise histórica, social e contextual das politicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil para que assim se produza informações a respeito desta temática. Com o desenvolvimento da pesquisa, foi possível observar que no município de Guarapuava há um índice elevado de ocorrência referente ao abuso sexual e a necessidade urgente de políticas públicas de enfrentamento dessa problemática. Com relação à isso, a atuação do psicólogo acontece não somente com crianças vítimas de abuso, mas também com a família, mantendo sempre a confidencialidade e o sigilo ético, com o objetivo de proteger e acolher a criança e ao adolescente em situação de violência. Por fim, com o presente estudo, foi possível compreender a importância do trabalho do profissional de Psicologia nessa instituição.

PSICOLOGIA, VIOLÊNCIA SEXUAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA

A ADOLESCÊNCIA E A IMORTALIDADE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA LITERATURA CONTEMPORÂNEA

MIRIAN MARIA KOSAK

A imortalidade sempre foi cobiçada, muitas histórias e mitos a colocam como tema central. Até mesmo a ciência já almejou a conquista da imortalidade, destacando-se os alquimistas que procuravam criar o elixir da vida eterna. Autores colocam que a morte tem sido um dos maiores desafios da humanidade. Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo discorrer sobre o adolescente e a imortalidade, realizando uma análise e reflexão a partir da literatura contemporânea. Como metodologia foi utilizada a revisão bibliográfica, selecionando artigos em bases de dados online e realizadas pesquisas em livros relacionados ao tema. Foi realizada leitura integral dos materiais e revisão. Também foram selecionadas três sagas da atualidade e realizada a leitura das mesmas na integra, as sagas são: Fallen; Crepúsculo; Diário do vampiro. Em relação à adolescência autores colocam que é uma fase de transição e lutos, perde-se o corpo infantil, os pais da infância e a identidade de criança. É também na adolescência que ocorre a aquisição da identidade e a definição do indivíduo como pessoa. Mas para isso, muitas vezes, precisa-se romper os limites e desafiar o mundo. Inicia-se, então, a busca pela identidade e por novas experiências, o que pode ser perigoso. Os adolescentes podem agir como se a morte não existisse, a onipotência é vivida com força total. Jung coloca que o adolescente está com sua libido voltada para a construção do mundo e não tem muito espaço para pensar na morte. A partir da literatura encontrada pode-se perceber que muitas vezes o adolescente considera a morte como algo irreal, que não acontecerá com ele, ou seja, o adolescente se vê como um sujeito imortal. Essa ideia pode ser reforçada por meio de obras literárias contemporâneas que trazem constantemente a ideia do jovem imortal. As sagas mais vendidas e mais comentadas entre adolescentes contam com personagens que possuem principalmente as características de imortalidade, eterna juventude, amor incondicional e grande beleza. Com isso, percebe-se que as três sagas selecionadas possuem vários pontos em comum, os mais marcantes são o fato de todos serem jovens ou adolescentes, ser ou estar envolvidos com seres imortais e desafiaram a morte até mesmo morrendo e retornando a vida, retratando de forma fantasiosa entretanto clara a vivência do adolescente na atualidade.

PSICOLOGIA, IMORTALIDADE, ADOLESCÊNCIA

A ARTE DO FEEDBACK

ANA PAULA DELGADO
CAMILA PROBIST NICKEL
ELIANE DE FÁTIMA SANTOS ALMEIDA

O conceito “Feedback” tem origem inglesa e significa “Retorno”, tem como principio a ideia de comunicar à alguma pessoa algo positivo ou negativo com relação às suas atitudes, seus trabalhos, ações e comportamentos. O Feedback negativo é compreendido como uma construção daquilo que precisa ser melhorado, dentro das atividades que o colaborador esta desempenhando, de modo a identificar a melhor maneira de expor a dificuldade de uma maneira clara e objetiva, que não transpareça uma ofensa, ou uma situação desconfortável ao ser apresentado ao funcionário. Neste feedback apresentaremos a colocação da necessidade de melhoramento, de alternativas de caminhos para seguir em busca da solução do problema ocorrido, facilitando á pessoa que esta recebendo o retorno o alcance do objetivo almejado. No caso de Feedback Positivo tem como base o reconhecimento do esforço humano sendo a principal ferramenta para o feedback positivo dentro da organização. Nele se dará o retorno positivo das atividades, ações e comportamentos do colaborador, expondo de uma maneira também especifica e concreta, com elogios e incentivo sempre objetivando o continuo bom resultado do seu trabalho. No cotidiano das empresas, o feedback, sendo ele positivo ou negativo tem um papel importante para cada membro que compõe a organização, de modo que seja executado de uma maneira equilibrada e justa, seja para o gerente, bem como para o funcionário, pois ambos caminham juntos ao objetivos e exigências que se façam necessárias, de modo a se tornar uma ferramenta de comunicação dentro das organizações com vantagens que abrangem desde o levantamento de dados de nível de satisfação, o retorno do comportamento e da imagem que o prestador passa através dos seus serviços e produtos, forma de demonstrar respeito e interesse ao funcionário, Induz o processo de saber ouvir e a motivação da equipe e seus resultados, entre outros. Buscamos neste trabalho apresentar parâmetros relacionados ao feedback seus conceitos, avaliações e perspectivas sob a visão administrativa.

FEEDBACK, COMUNICAÇÃO, MOTIVAÇÃO, COLABORADOR, EMPRESA

A ARTE TERAPIA NO CAPS II

ELAINE APARECIDA MARQUESINE MELO
JOSECLER CRISTIANA PEDROSO POSSELT
VIVIANE DOS SANTOS OLIVEIRA

O presente trabalho foi, realizado no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) em Guarapuava, como requisito do Estágio Básico Supervisionado em Psicologia. A finalidade do projeto foi aplicar a arte terapia aos pacientes, utilizando técnicas elaboradas de fortalecimento e expressão do eu, idealizadas em oficinas de expressão como pintura, escultura, música, dança, trabalhos manuais e também atividades recreativas que podem ser jogos, passeios e festas, abordagens estudadas e observadas pela psiquiatra Nise Silveira na década de 40. Especificamente, neste projeto, foi aplicada a colagem de material reciclado na confecção de quadros coloridos. Os pacientes realizaram em várias etapas, a confecção dos quadros, tendo a possibilidade de escolher cores, tamanhos e texturas dos materiais utilizados. Assim, puderam se expressar livremente, colocando sobre a madeira os conteúdos conforme desejassem, sem pressa e com o tempo que precisassem para completar seus trabalhos. Dessa forma, os quadros produzidos contêm traços livres e espontâneos, que após as análises foram entregues a quem os fez. O projeto teve como objetivo principal auxiliar os pacientes na externalização de conteúdos psíquicos através do desenho e da colagem. Os conteúdos expressados pelos pacientes nos quadros podem servir de base para um novo estudo, abrangendo as análises dos desenhos, cores e formas produzidas pelas pacientes, levando em consideração que conteúdos psíquicos foram externalizados nestes quadros. O trabalho realizado aprimorou a qualidade da formação acadêmica, pois aliou conceitos teóricos à prática, e, oportunizou o contato com a realidade do profissional de psicologia no atendimento clínico. Além disso, os trabalhos realizados contem material suficiente para a continuidade do estudo.

ARTETERAPIA, CONTEUDOS INTERNOS, INCONSCIENTE COLETIVOS, OFICINA TERAPEUTICA, CAPS

A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO PARA OS FUNCIONÁRIOS NUMA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

FRANCIELI CONRADO

O Estágio Básico Supervisionado-Práticas Integrativas III- Intervenção em organizações empresariais propiciou a oportunidade de efetivamente aplicar na prática os conhecimentos teóricos a respeito do papel do psicólogo organizacional na empresa. Este trabalho foi desenvolvido em uma instituição escolar da rede municipal de ensino e se propôs a mostrar que quando o profissional de psicologia utiliza as ferramentas adequadas para estimular novos comportamentos e atitudes estas contribuem para que os colaboradores reflitam sobre sua postura perante o trabalho e após o processamento do insight (a descoberta do que e como fazer para melhorar o seu desempenho), elas contribuam para desencadear a motivação para a mudança. O trabalho fundamentou-se em pesquisa qualitativa participativa de campo e bibliográfica e permitiu a constatação das informações levantadas na revisão bibliográfica de que as relações interpessoais entre docentes e discentes e bem como as dos colaboradores do apoio e do setor administrativo para com os alunos melhoram consideravelmente a partir do pressuposto de que pessoas motivadas com o trabalho produzem mais e melhor e também são capazes de vivenciar a empatia. No decorrer da prática interventiva com os alunos da escola constatou-se, inclusive, que os alunos vistos como indisciplinados, quando tratados com respeito e envolvidos em práticas interativas e grupais processam aprendizagem e melhoram seu rendimento significativamente transformando as relações entre educador e educando a partir da mudança motivacional. Concluímos que o disposto na teoria que prioriza a aprendizagem participativa - o aprender fazendo - é possível de ser percebido nas práticas educativas e sociais do dia-a-dia na escola independentemente de ser praticada dentro ou fora da sala de aula.

MOTIVAÇÃO, SATISFAÇÃO NO TRABALHO, PRODUTIVIDADE

A COMUNICAÇÃO EXPRESSADA PELA PUBLICIDADE AO PÚBLICO DA TERCEIRA IDADE

THIAGO MIRANDA DE AGUIAR

O brasileiro está vivendo mais e envelhecer é uma arte, mas nossos idosos não estão vivendo melhor. Vivem em um país que os esconde, os afasta das atividades que lhes garantam uma velhice digna, ativa e com sabedoria. Por esta razão a análise aqui apresentada por meio da Publicidade, pretende verificar como a propaganda expressa sua comunicação para os idosos. Pois esta, está intrinsecamente ligada ao papel dos cidadãos na sociedade capitalista. Pretende-se analisar a COMUNICAÇÃO EXPRESSADA PELA PUBLICIDADE AO PÚBLICO DA TERCEIRA IDADE. Como são utilizadas as estratégias de persuasão voltada para essas pessoas. O objeto é um comercial da empresa Droga Raia veiculado entre março e setembro de 2013 e algumas ações da empresa realizadas na cidade de Guarapuava-PR. Utilizarei como fonte de consulta o livro O QUE É COMUNICAÇÃO de Juan Diaz Bordenave (1982), e os conceitos expressos no artigo A INSERÇÃO DO IDOSO NA PUBLICIDADE, além de dados do IBGE voltados à área. Com base em Bordenave (1982), considera-se que a sociedade necessita de uma visão ampliada sobre a importância do desenvolvimento da comunicação para a inserção social das mais diferentes camadas. Para os autores, do "grunhido" dos tempos primitivos aos "satélites" dos dias atuais, os atos comunicativos são formas de integração, educação e formação de conceitos sobre determinados grupos sociais, como é o caso dos idosos. A hipótese é de que as ações comunicativas levam a empresa Droga Raia para uma estratégia de aproximação sem agressividades, com expressões claras em suas propagandas ancoradas nas teorias de comunicação e persuasão.

COMUNICAÇÃO, IDOSO, EXPRESSADA

A CONSTRUÇÃO SEMIÓTICA NA CRIAÇÃO E PERSONIFICAÇÃO DOS PERSONAGENS DO DESENHO

AMANDA KARNOSKI
MARIANA BORT

Os Simpsons é um desenho popularmente conhecido, que foi ao ar pela primeira vez em 17 dezembro de 1989 e tem como foco o cotidiano de uma família com pai, mãe e três irmãos. Nesse trabalho, buscamos analisar semioticamente os cinco integrantes dessa família: Homer – o pai da família, Marge – a mãe, Lisa – a filha prodígio, Bart – o filho encrenqueiro e Maggie – a bebê, visando a relação que seus signos passam ao telespectador em relação a suas personalidades. No entanto, para esquadrinhar o impacto dessa relação é necessário que o indivíduo se exponha aos elementos sígnicos emitidos pelo jogo, interprete-os e seja envolvido de tal forma, que seja transportado mentalmente àquele local, e, uma vez lá, possa compreender as mensagens transmitidas pelos signos dos personagens. O que há é uma aproximação de sentimentos ou emoções por meio desses signos e interpretações que, inconscientemente nos é transmitida em relação a cada personagem, como por exemplo, a relação da personalidade tranquila e desligada de Homer com as cores predominantes de seu personagem. Para isso, utilizaremos como base a teoria Pierciana, que estuda a relação de interpretabilidade do signo, juntamente com o pensamento Junguiano que definirá aspectos da característica das distintas personalidades de cada membro da família e também nos estudos de Modesto Farina, que dedicou seus estudos as cores e seus significados. O objetivo desse trabalho é justamente buscar compreender a ligação da característica e comportamento do personagem com o que ele transmite para o expectador.

SIMPSONS, PERSONAGENS, SIGNOS, SEMIÓTICA, CORES

A DESCONSTRUÇÃO DO ESTEREÓTIPO DOS CONTOS DE FADAS NO FILME SHREK

LEONARDO RODRIGUES

O trabalho a seguir foi desenvolvido com o intuito de retratar a desconstrução do estereótipo de conto de fadas que há no filme Shrek (2001, 2004, 2007, 2010) dos diretores de criação Andrew Adamson e Vicky Jenson mais precisamente na personagem Fiona, que mesmo sendo uma "ogra", ainda possui o título de Princesa no reino de Tão Tão Distante. Para tal resultado, se realizou uma análise semiótica de primeiridade, secundidade e terceiridade Peirce apud Coelho (1999), e com referência bibliográfica no livro Mito e Filme Publicitário – Estrutura de Significação, Camargo (2013). Segundo esse autor, "os sentidos da imagem, palavra radicalmente relacionada ao termo imaginação, devem ser conceitualmente ampliados para que se destaque seu papel na composição da cultura. Se imaginação significa "produzir imagens", é necessário pensarmos na natureza da imagem, sua duplicidade: imaginar algo que não está presente de imediato é criar simbolicamente este duplo algo". Segundo este trecho se chega ao resultado de que, mesmo sendo retratado de uma forma diferente, o conto ainda possui um final feliz. Para isso, analisou-se a cena do momento em que a princesa Fiona se transforma definitivamente em sua forma ogra, deixando de lado o aspecto humano. Quebrando a construção imagética que o espectador obteve por toda sua história. Demonstrando a diversidade de possibilidades que se possui ao trabalhar com contos de fadas, e mostrando o ilimite na imaginação do criador de vieses. No caso da personagem Fiona, se releva a felicidade que a mesma possui em ser da maneira que é sempre visando o bem viver ao lado de Shrek. Fiona, por sua vez optou por ser ogra para sempre em prol do amor. Para finalizar este tema, podemos dizer que "A imagem portanto, possui um papel vital na cultura, pois é por meio da imagem que os homens criam vínculos" CAMARGO (2013). Ou seja, a história teve seu papel em construir uma nova perspectiva sob a forma de ver a realidade. Que é possível ser feliz sendo do jeito que é. E foi o que Andrew e Vicky passaram.

SEMIÓTICA, CONTO DE FADAS, HISTÓRIAS, PUBLICIDADE, ESTEREÓTIPOS

A EVOLUÇÃO DA PUBLICIDADE VOLTADA PARA A INTERNET

GABRIEL DA CRUZ E SILVA
LUCAS ANTONIO COSTA

O trabalho a ser apresentado retrata a evolução de anúncios publicitários voltados para a internet com o decorrer do tempo e visa mostrar as diferenças entre os padrões das campanhas desenvolvidas em meados dos anos 90, e a mudança que ocorreu até o momento, apresentando um panorama da crescente expansão através deste meio, sua importância na divulgação das marcas, produtos e serviços. No decorrer da pesquisa, o objetivo é averiguar os formatos e meios desenvolvidos para passar mensagens ao público-alvo durante o inicio da popularização da internet comparando com a atual utilização dos formatos digitais em sites de visualização de vídeos (como o YouTube), redes sociais (Facebook) entre outros para a propagação de conteúdos neste veículo de comunicação com enorme impacto no mercado e com um vasto número de usuários que todos os dias procuram não somente entretenimento, mas também benefícios para áreas do seu interesse sejam eles esportes, beleza, tecnologia, saúde entre outros. O presente estudo relacionará a Cultura da Convergência (JENKINS 2008), obra qual mostra a intensificação significativa da publicidade que há pouco tempo era encontrada basicamente no rádio e TV. Com isso, findamos que a intenção deste estudo é mostrar a adequação e a mudança ocorrida nos anúncios publicitários neste período, a busca pela melhor forma de se comunicar em um veículo relativamente novo, buscar trazer um pouco o quão significante vem sendo a divulgação de produtos e marcas dentro da internet e junto com isso, saber o porque das marcas estarem investindo cada vez mais nesse veículo que vem inovando a forma de propagar a mensagem. Com uma convergência profissional e cultural, elas se tornam nítidas, acessíveis e visíveis pelo público de todas as idades pelo simples fato de ser acessível a qualquer um. Junto disso, objetiva-se explicar o porquê de ficar tão mais fácil você procurar algo pela internet (pelo próprio feedback) e interagir com a marca.

PUBLICIDADE, INTERNET, EVOLUÇÃO

A EVOLUÇÃO DO JORNAL IMPRESSO PARA O JORNAL ONLINE

LUIS HENRIQUE BONETE
PAMELA CAROLINE DE LIMA

O presente trabalho tem como objetivo analisar as diferenças, semelhanças e adaptações do jornal em sua evolução do meio impresso para o meio online, apresentando os novos recursos utilizados como, hipertextualidade, através dos links para notícias semelhantes em edições anteriores, a interatividade através de comentários e o uso de recursos multimídias, como vídeos e infográficos animados. Não só os jornais impressos, que sofreram várias mudanças ao longo dos anos, a fim de conquistar os leitores e se tornar o meio com um dos maiores índices de confiabilidade, hoje estão se adaptando as novas tecnologias, mas também a forma de se fazer publicidade neste meio, pois os consumidores estão cada vez mais conectados as novas mídias, e em busca de conteúdos rápidos e dinâmicos, que possam lhe oferecer informações precisas. Para o desenvolvimento dessa pesquisa analisamos o jornal, Folha de São Paulo, em sua versão impressa e também online, durante o mês de agosto de 2015, observando seu layout e a linguagem utilizada, tendo como base teórica principal o artigo de SMANIOTTO (2010) “Jornal Impresso X Jornal Online; As Diferenças E Semelhanças Do Desenho De Comunicação Visual” e teorias complementares em Publicidade, Teoria Técnica e Pratica de SANT’ANNA (2003); Ansiedade de Informação de WURMAN (1991) e Como Vender a Mídia de SHAVER (2002). Como resultado podemos perceber como cada meio precisa estar em constante mudança, tendo a necessidade de reformulação e adequação de suas equipes de trabalho adaptando-se as novas plataformas, oferecendo a mesma qualidade de conteúdo para acompanhar as tendências e anseios de seus leitores, sem que haja a perca daqueles que ainda preferem o habito e a confiabilidade dos impressos e em paralelo conquistando um novo público em potencial.

JORNAL IMPRESSO, JORNAL ONLINE, MIGRAÇÃO

A EVOLUÇÃO DOS ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS NO MEIO JORNAL

KARYNA ROSSETIM

O presente trabalho tem como objetivo analisar comparativamente anúncios veiculados em jornal impresso do século XIX e nos dias atuais. Para tanto escolheu-se como instrumento de analise o jornal impresso Gazeta do Povo publicado no dia 25 de setembro de 2015 e anúncios disponíveis na internet datados de meados 1880. Segundo Carrascoza (1999) e Sandmann (2005), as variações linguísticas utilizadas nos textos podem influenciar de forma direta na sua compreensão. Através da análise dos impressos coletados, é possível observar diferentes códigos linguísticos e as suas relações entre eles que resultam também em reforços persuasivos no que os mesmos se propunham considerando a época em que foram veiculados. Considerando o longo período de tempo entre os anúncios é possível observar que ambos trazem textos diretos e objetivos, diferenciando-se apenas pelas peculiaridades de procura de objetos ou pessoas e venda de produtos, bens e serviços. Enquanto nos século XIX, a linguagem formal, restringia-se basicamente a anúncios de compra de escravos, a procura por escravos fugitivos e pertences perdidos sempre com a oferta de boas recompensas, atualmente a linguagem direta e coloquial, voltada a venda de bens e serviços a preços atrativos e negociáveis. Diante disso podemos concluir que os anúncios feitos em meados de 1880 são bastante diferentes dos anúncios publicados nos dias atuais, tanto pela sua forma de escrita mas principalmente pelo objeto a ser anunciado, pelo fato de serem de épocas diferentes e, portanto, apresentarem seus costumes e modos de vida distintos, entretanto é possível identificar que ambos são carregados de semelhanças no que se diz respeito a forma persuasiva de trato ao seu leitor, ofertando-lhe sempre textos diretos afim de induzir o mesmo a ação de compra de produtos, bens e serviços.

JORNAL, GAZETA DO POVO, ANÚNCIOS, SÉCULO XIX

A HUMANIZAÇÃO DAS MARCAS NAS MÍDIAS SOCIAIS

ERIC WICHINHOSKI GONÇALVES DA SILVA
LUCAS MACIEL

Com a popularização da internet e das mídias sociais, as empresas tentam aproveitar isso para manter presença e criar relacionamento com seus consumidores e prospects. Mas muitos ainda não aderiram essa forma de relacionamento mais humana, pois só falam deles mesmo e não se integram aos temas que acontecem na sociedade onde estão inseridas, nem mesmo se relacionam quando são chamadas em comentários em suas páginas oficiais. Criando assim um distanciamento entre empresa e consumidor. Com isso muitas empresas estão perdendo clientes e consequente disso o número de vendas vêm caindo, devido a essa falta de interação em uma mídia criada principalmente para relacionamento, onde as marcas não são bem-vindas, se não agirem de forma coerente ao objetivo da rede social onde está inserida. Para elas serem aceitas nas mídias sociais, precisam criar uma voz humana, e isso é conquistado se estiverem compartilhando das preocupações da comunidade, e pertencer a uma comunidade, como dito em Cluetrain Manifesto, livro feito de forma colaborativa falando sobre a mudança das relações entre empresa e consumidores com a vinda da internet. Com criação de conteúdo de acordo com os assuntos que interessam para a sociedade onde está inserida, e faz sentido a maneira que ela está agindo com seu posicionamento de marca, tornando-a presente e mostrando domínio sobre o que acontece a sua volta, e sobre as disciplinas relacionadas a empresa. Junto a isso, acontecerá relações iniciadas pelos clientes em suas páginas nas redes sociais, que devem ser respondidas de forma humana e coerente, pois vivemos uma era que quem sempre esteve disposto a ouvir as marcas, também querem ser ouvidos pelas marcas. Isso irá influenciar no Share of Mind, e acarretará em fãs mais satisfeitos com essa relação, que de acordo se todo o mix do marketing estiver sendo cumprido de forma correta, irá desencadear em uma ação de compra.

MÍDIAS SOCIAIS, EMPRESAS, HUMANIZAÇÃO

A INDÚSTRIA DA FÉ: A COMUNICAÇÃO NO CASO DA IGREJA MUNDIAL DO PODER DE DEUS

MARIABLY IVANKA FIUZA

A temática utilizada na pesquisa será a crescente ligação da mídia e da publicidade no ambiente religioso, cujo qual tenta se tornar resiliente frente à “Hemorragia” de fiéis que vem acontecendo de forma crescente em diversas igrejas por distintos motivos, alguns deles são as teorias cientificas outros são as novas formas de crença, e o mais comum, a falta de tempo das pessoas devido a uma rotina corrida. Cabe às religiões utilizar das ferramentas de comunicação e principalmente do apelo publicitário para conter esse impasse, e assim cultivar os fiéis já presentes na igreja, colocar certeza na cabeça daqueles que estão cogitando uma saída e prospectar fiéis futuros, nem que para isso seja necessário transformar a fé em produto. A chave que fiéis cristãos buscam incansavelmente com o objetivo de aproximar-se de seu Deus, a fé, agora pode ser adquirida não mais com o valor espiritual, mas sim, com valor monetário. Apresentando como objeto da pesquisa e tendo como foco as pregações do líder Pastor Valdemiro da Igreja mundial do Poder de Deus, sob perspectiva teórica de Nietzsche, Sócrates e Sigmund Freud, será analisado o porquê que tantas pessoas se tornam adeptas da indústria da fé sem ao menos questioná-la, como podem ser facilmente condicionadas pelo discurso e pagar por um milagre. Mesmo sendo tratado na pesquisa uma estratégia dos cristão evangélicos, não quer dizer que outras doutrinas cristãs não façam uso da mesma ferramenta, já que a mesma, tem se mostrado eficiente no meio de um povo sedento por salvação frente ao mundo repleto de calamidades.

RELIGIÃO, COMUNICAÇÃO, INDÚSTRIA

A INFLUÊNCIA DA CONTRACULTURA E DA MÚSICA NA PUBLICIDADE BRASILEIRA ENTRE (1966 E 1976)

GUILHERME FARIA
LARISSA WENDLER DE BRITO
THIAGO MORGADO DE ARAGÃO

O principal objetivo de pesquisa, é estudar a influência da música e da contracultura na publicidade brasileira durante o período do regime militar no Brasil, e como criou-se uma nova forma de comunicação pela música por questão da censura. Mais especificamente no período de 1966 a 1976. A pesquisa terá cunho qualitativo e exploratório, onde serão analisados materiais bibliográficos, fonográficos, documentários e campanhas publicitárias da época. Desta forma, buscaremos estudar, por sua própria característica, um grupo social específico formado pela juventude dos anos 60 e 70, público mais receptivo aos valores da contracultura, e pelo caráter contextual em que a publicidade começou a trabalhar a música como agente influenciador nesta fase específica do mercado publicitário brasileiro, e também seu papel na formação deste ideal de liberdade que a juventude começava a compartilhar. Analisando atualmente as peças publicitárias da época, percebemos que eram carregadas de contradições e aspirações refletindo as incertezas decorrentes. Neste contexto enxergamos que três fatores foram de grande importância para a análise. O ápice da ditadura militar, entre 1964 a 1974, com a imposição a censura e a liberdade de expressão, a veículos de comunicação, como também a qualquer outro tipo de manifestação que fosse contra os interesses do regime ditatorial. A crescente ascensão da televisão como meio de comunicação, em especial a Rede Globo, o surgimento do chamado “mercado jovem”, em pleno crescimento, muito influenciado pela cultura produzida especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Com relação ao discurso da contracultura, que era totalmente contestador e indesejado pelos veículos de comunicação, pelas empresas que financiavam as campanhas publicitárias e extremamente repreendido pelo regime político da época, mas diante da necessidade crescente de consumo deste mercado jovem, a publicidade optou por não ignorar esta demanda, para isso buscou trabalhar com campanhas menos diretas, utilizando conteúdos metafóricos relacionados ao estilo de vida e a liberdade que os jovens buscavam na época, agindo de forma com que o discurso da contracultura não ficasse tão evidente, e as campanhas fossem assimiladas pela sociedade de forma mais gradual.

MÚSICA, CONTRACULTURA, DITADURA, CENSURA, PUBLICIDADE

A INFLUÊNCIA DA COPA DO MUNDO NA TV BRASILEIRA

NATASHA MENDONÇA

O seguinte trabalho tem como objetivo apresentar os níveis de audiência da TV (aberta) brasileira no durante o período da Copa do Mundo de futebol, realizada no Brasil no ano de 2014. O artigo abordará de forma simples o sucesso que as emissoras tiveram com este campeonato, influenciando de forma direta e indireta a rotina da população. Ancorado em SERGIO MATTOS (1990,1996), que em seu livro montou um perfil da TV brasileira, será que de grande importância para a obtenção de uma conclusão clara e objetiva. O método utilizado para o desenvolvimento desse estudo será bibliográfico e gráfico, com base nos dados levantados pelo Ibope durantes os meses de Junho e Julho de 2014. Os resultados parciais encontrados foram que a Rede Globo teve grandes picos de audiência, já que possuía os direitos autorais da transmissão do torneio, em segundo a bandeirantes, no qual transmitia simultaneamente o mesmo, outras emissoras estiveram bem abaixo de conseguir um valor significativo. Vale destacar que essa vantagem da Rede Globo se dá pela facilidade de acesso da população ao sinal da TV, já que é a mais bem estruturada do país. Sendo assim, chegamos a conclusão que o "efeito copa do mundo" tem uma influência gigantesca no quesito audiência, mostrando que a preferência do público se da pela cultura de nosso país, já que a televisão é a ferramenta de comunicação de maior influência, as emissoras que usaram do campeonato como atrativo, obtiveram sucesso, com um retorno lucrativo e significativo.

AUDIÊNCIA, TELEVISÃO, COMUNICAÇÃO

A INFLUÊNCIA DA COR NO SUCESSO DAS GRANDES REDES SOCIAIS

SARAH TAYNÁ VAZ DE LIMA BRANDÃO

O presente estudo visa analisar a influência das cores dos logotipos no sucesso de grandes marcas, tendo como foco redes sociais como Facebook, Twitter, Tumblr e Periscope, que utilizam a cor azul em seus ícones. Examinando sob a visão de Modesto Farina (1990), veremos como a idade e a cultura podem influenciar na maneira como o indivíduo percebe a marca, a maneira como irá decodificar a mensagem que lhe foi transmitida e como a cor atua na persuasão e atração de consumidores. Como método de pesquisa foi efetuada a análise visual de todas as redes citadas, em especial o Facebook, a pesquisa bibliográfica com a leitura de "Psicodinâmica das Cores em Comunicação" e de artigos que auxiliaram na identificação das sensações que levaram a fazer da cor azul uma escolha predominante entre as marcas de mídias sociais, descobrindo assim o porquê de sua utilização, as sensações e reações causadas em seus usuários e o impacto da mesma no cotidiano dos indivíduos, assim como a análise de dados quantitativos da rede e dos internautas afim de identificar a influência real e numérica que a rede social pode causar em seus usuários. Parcialmente pode-se dizer que o azul auxilia na compreensão, pois é considerada a cor do raciocínio lógico e do bem estar. É a única que desintegra energias negativas, traz a paciência e a placidez. Também auxilia na redução da pressão arterial e ajuda no pensamento. Remete a tranquilidade, ao afeto, a segurança e a paz consigo mesmo. Contribui para a meditação e as atividades intelectuais. Inspira a fé, a uma respiração mais leve, a sinceridade e a confiança. É muito usada em casos de hiperatividade, atuando como um calmante no tratamento. Podemos concluir que o uso das cores vai muito além do quesito estética, elas podem influenciar de forma eminente os seres humanos sejam elas pela associação com situações vividas pela pessoa durante sua vida, o poder de atração, de neutralização, a sensação de paz e segurança, adaptação social ou tantos outros estímulos gerados pelas cores.

PSICODINÂMICA DE CORES, LOGOTIPOS, REDES SOCIAIS, AZUL

A INFLUÊNCIA DA LITERATURA NA PUBLICIDADE BRASILEIRA

ANDERSON SANTANA

A publicidade brasileira sofreu várias mudanças com o tempo, saindo da era dos reclames para tomar uma forma gigantesca obtendo seu próprio espaço na comunicação. Muitas dessas mudanças influenciam até hoje na maneira em que a mesma é realizada. Esse trabalho tem como objetivo analisar as alterações que a redação publicitaria sofreu ao longo do tempo, e também conhecer a importância de literatos, como: Olavo Bilac, Lima Barreto, Bastos Tigre e Monteiro Lobato, tiveram sobre a redação publicitaria no Brasil. A partir de uma perspectiva histórica buscamos compreender e analisar como o discurso publicitário foi afetado por tais escritores, os termos, e formas que foram atribuídos aos anúncios na época em que os próprios literatos eram convidados a participar da criação de matérias, e estabelecer uma ligação com o que a publicidade esta vivenciando. Segundo as referências de MARTINS, Jorge, em seu livro Redação publicitaria teoria e pratica, o qual apresenta fatos relacionados as fases da publicidade brasileira, esse mesmo tema será aprofundado com base teórica no livro que conta sobre a evolução que aconteceu em nossa comunicação, de BRANCO, Renato Castelo. Podendo concluir assim que houve uma importante participação e contribuição de escritores, romancistas e poetas da literatura brasileira, na forma de apresentação da redação publicitaria, mudando formatos e rompendo barreiras, trazendo mais graciosidade a linguagem publicitaria, que mais tarde teria, segundo alguns autores, uma forma própria de se expressar.

REDAÇÃO, PUBLICIDADE, ESCRITORES BRASILEIROS

A INFLUÊNCIA DA PSICOLOGIA NAS CAMPANHAS DO MCLANCHE FELIZ

ANDERSON SANTANA

O presente trabalho visa apresentar o emprego da psicologia na publicidade, analisando as campanhas do produto McLanche Feliz da empresa americana McDonald's. A psicologia tem como objetivo, no contexto da publicidade, persuadir e transformar as opiniões e as atitudes do público-alvo. A propaganda, seja ela feita através de imagens estáticas ou em movimentos, sons ou simples letreiros, acaba se relacionando com o consumidor e influenciando nas suas escolhas. Com o objetivo de convencer os consumidores sobre os benefícios do produto anunciado, ou algum atributo ou valor agregado ao mesmo, várias técnicas da psicologia são utilizadas no processo de produção das campanhas, desde a escolha das cores, as imagens e demais elementos utilizados. A psicologia entra na publicidade auxiliando na forma de analisar e compreender a mente do consumidor, o que o leva a comprar, quais os fatores que levam o consumidor a criar um relacionamento com determinada marca ou o desejo de possuir determinado produto. Segundo Gade (1998, p. 01) a psicologia permite entender as influências dos fatores psicodinâmicos internos e dos fatores psicossociais externos que atuam sobre o consumidor. O autor relata em sua obra que o comportamento é uma manifestação externa de processos psicológicos internos, de respostas aos estímulos que são recebidos, processados e transformados em informações aprendidas e memorizadas. Tais estímulos são gerados pela motivação, fazendo com que o consumidor deseje tal coisa. Dessa forma concluímos que, as campanhas do McLanche Feliz atingem seu público alvo muito mais pela forma como trabalham o fator psicológico da oferta dos produtos de valor agregado (brinquedos ofertados como brindes e cores) do que por outros fatores como informação nutricional, ingredientes do lanche ou até mesmo pelo próprio produto.

PUBLICIDADE, PSICOLOGIA, MCDONALD'S

ANÁLISE DO VÍDEO CLIPE “BROKEN GENERATION” NAS TEORIAS DE SEMIÓTICA DE PIERCE E CONVERGÊNCIA CULTURAL DE HENRY JENKINS

MAYCON FELIPE BERTOLIN
THAYS CANDIDO DA SILVA

A pesquisa é baseada no vídeo clipe da banda ‘‘of mice and man’’ chamado ‘‘broken generation’’, traduzido quer dizer ‘‘geração quebrada’’. É uma crítica ao novo comportamento das pessoas, onde as mesmas não interagem pessoalmente por conta da internet e da tecnologia da mídia atual. A sociedade têm buscado entretenimento compulsivo através das redes sociais e cada vez mais se relacionado por elas. O trabalho utilizará para análise a teoria do procedimento de semiótica descrito por Peirce, apontando signos e seus sentidos e os símbolos com maior ênfase no vídeo, também será realizada uma análise de convergência cultural sobre a visão de Henry Jenkins, utilizando os termos e definições ‘‘convergência midiática’’, ‘‘convergência digital’’, ‘‘convergência tecnológica dos meios de comunicação’’, ‘‘cultura participativa’’, ‘‘inteligência coletiva’’, e ‘‘a cultura dos fãs’’. Relataremos a necessidade da sociedade atual em compartilhar imagens, ideias e seus gostos particulares, não sendo apenas algo tecnológico, mas tornando-se um meio cultural, e como a apropriação pelo meio social busca moldar o comportamento e necessidades das pessoas. Concluímos que as pessoas se relacionam cada vez menos pessoalmente pela busca de entretenimento e o desejo de estar sempre conectados, o que acaba sendo introduzido como uma nova cultura. São criados diferentes tipos de mídia em diferentes aspectos, que cada vez mais, conduzem para uma vida social sempre ativa. As empresas trabalham para que isso se torne uma cultura fixa entre as pessoas, ter a necessidade de compartilhar publicamente e incansavelmente suas vidas e não estarem mais no posto de receptores, sendo criadores e novos transmissores dos seus próprios conteúdos.

COMPORTAMENTO, SEMIÓTICA, CONVERGÊNCIA, INTERNET, CULTURA

A NOVA PUBLICIDADE PELO ADVENTO DAS MÍDIAS

LUCAS WOYCIECHOSWSKI

A forma com que a publicidade é feita atualmente segue algumas tendências elaboradas pelas culturas de massa e as novas mídias que são de grande importância para o novo modelo de comunicação entre marca e consumidor dos quais são grandes formadores de opinião e geradores de necessidades. Nesse âmbito, a pesquisa tem como escopo analisar o uso da mass media em âmbito nacional com os anúncios da empresa de alimento “Burguer King” para o dia mundial da paz (2015) direcionando sua comunicação para outra empresa concorrente do ramo, o ¨Mc Donald’s” com veiculação digital nas redes sociais tentando unir forças para um bem comum. A metodologia adotada para este será por meio de referenciais teóricas ancorado em Jean Baudrillard (1976), Robbin Lee Zeff e Brad Aronson (2000) e Francisco Gracioso (2006), os quais afirmam que esses processos estão se tornando orgânicos, e as interações entre empresas que antes não se comunicavam agora estão mais maleáveis e produzem mais conteúdo. Por outro lado, Henry Jenkins (2009), considera-se que a nova gestão de marcas é parte da chamada Cultura da Convergência que reúne mudanças tecnológicas e culturais na sociedade. Portanto pode-se concluir que essa comunicação nas mídias digitais cria vínculos entre públicos e empresas por uma forma de conversa mais eficaz e assertiva, a qual transforma valores e modelos reinventando os meios de comunicação tradicionais e assim fazendo a publicidade ser inovadora, buscando benefícios nas novas mídias. O formato atual assim como foi com as mídias impressas (jornais e revistas) necessitam dessa interação com o publico e assim formar novas mídias sociais.

MÍDIAS-SOCIAIS, MASS MEDIA, EMPRESAS ALIMENTÍCIAS

A PERSUASÃO NA LINGUAGEM PUBLICITÁRIA

AMANDA CRISTINY DE LIMA
MARIANA DE CAMPOS BONIFACIO

O presente estudo busca analisar a persuasão na linguagem publicitária na mídia impressa, visando os elementos encontrados no anúncio de O Boticário em específico “Cinderela”. Este trabalho apresenta como a persuasão tenta convencer os receptores de que a mensagem é verdadeira, se o anúncio exposto é válido ou se o produto fornecido é melhor, além dos recursos utilizados para chamar a atenção e consequentemente levar à ação de compra do produto. Ao analisar o anúncio podem-se verificar conceitos importantes que nos ajudarão a entender como é possível este tipo de influência sobre o leitor, como referência nos baseamos em MARTINS, Jorge S (1997) “Redação Publicitária” e CARRASCOZA, J A (1999) “A evolução do texto Publicitário”. Assim sendo, pode-se dizer que a publicidade é com distinção persuasiva, pois procura levar um interlocutor a praticar uma determinada ação, pode-se perceber que a persuasão caminha juntamente com a propaganda visando provocar a atenção e influenciar na finalidade de compra do consumidor, as considerações usadas no processo de persuasão constituem um método essencial para que todos os envolvidos neste processo saiam satisfeitos. As mensagens persuasivas transmitem características e vantagens de compra do produto sendo que essas vantagens são conquistadas através do seu uso. A persuasão pode ser melhorada por meio de criatividade e experiência, tendo em mente sempre que convencer um individuo não é qualquer coisa que se deve obter a qualquer custo, mas sempre respeitando os limites éticos e profissionais.

PERSUASÃO, PUBLICIDADE, ANÚNCIO

A PUBLICIDADE INFANTIL NA MARCA COURO FINO

CARLA ISABELLE FERNANDES CORRÊA
JOÃO PAULO FONSECA SOARES

O presente trabalho aborda a ética na publicidade infantil determinada pelo CONAR (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) em duas peças publicitárias da marca de bolsas e sapatos Couro fino, veiculadas em mídias sociais em 2013 para integrar a campanha de Dia das Crianças, pois cada vez mais agências publicitárias vêm criando propagandas voltadas aos adultos e vêm se aproveitando da inocência para tentar persuadir seu público alvo, assim adultizando os pequenos, pois crianças e adolescentes não deverão figurar como modelos em anúncio de serviço incompatível com sua condição e que possam expor os mesmos de uma maneira vulgar. É na infância que começa a se construir sua identidade através de percepções de mundo e elementos simbólicos presentes na realidade social, pois quando uma criança se auto descreve ela baseia-se exclusivamente nas características externas visíveis. O método utilizado será de pesquisas bibliográficas e de corpo social. Para fazer uma análise mais detalhada de tais peças, nos ancoraremos nas teorias de Muller (2010), Filho (2010), Barros Filho (2003), Schultz (2005) e Gil (2007). O objeto de análise nos possibilita a ter uma visão mais ampla sobre a ética na publicidade infantil, visando a importância da criança como um ser em desenvolvimento que recebe e produz cultura segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), pois houve um retrocesso na sociedade brasileira em relação ao significado do termo infância, assim sendo a publicidade não pode excluir sua dimensão cultural que constrói representações sociais e atualiza o imaginário.

PUBLICIDADE INFANTIL, COURO FINO, CRIANÇA

A PUBLICIDADE NO RÁDIO BRASILEIRO

ALEX SANDRO RIBEIRO

Entende-se que foi a partir do ano de 1932, devido a um decreto do ex-presidente Getúlio Vargas, que houve a regulamentação da publicidade no rádio. A partir dessa regulamentação que surgiram as peças publicitárias, com suas inúmeras diversidades. A publicidade no meio rádio é uma das que mais chega ao público alvo como mostra a Pesquisa Nacional de Mídia e Consumo 2015 do Ministério das Comunicações. Também é apresentada de maneira clara e com vários formatos e características diferentes. No início de sua história, o rádio abrangia apenas uma única classe social e ainda não possuía em sua programação os famosos anúncios publicitários, fato esse que não se assemelha nos tempos atuais. As propagandas publicitárias estimulam o público a praticar a ação que é transmitida pela mesma, porém há também o lado desnecessário de tanta informação em apenas uma peça, fato esse que dever ser muito bem analisado e cuidadosamente elaborado pelas agências para evitar constrangimentos, tanto para a parte contratante como para a parte contratada, causando assim uma má impressão perante o público consumidor. Houve uma grande mudança no decorrer dos tempos, e como o resultado deste avanço radiofônico, as redes de emissoras cresceram tanto no Brasil, quanto no exterior, dando ênfase e fazendo com que o público se interessasse e conhecesse cada vez mais os anúncios transmitidos pelo meio rádio, incorporando os primeiros redatores especializados em publicidade, entre os quais se destacou Antonio Nássara . Uma das maiores emissoras desta época era a famosa Rádio Bandeirantes que também ficou conhecida por possuir peças publicitárias. Por fim esse estudo baseado em um artigo do autor Clovis Reis,doutor em comunicação pela Universidade Regional de Blumenau -FURB e na biografia Redação Publicitária de CARRASCOZA João Anzanello (Futura 2003), esclarecerá algumas formas de exposição que são essenciais para uma boa peça, tal como o jingle.

RADIO, PUBLICIDADE, COMUNICAO, JINGLE, ESTUDO

AS DIFERENTES MARCAS CAMPANHAS

ANDRÉIA TIEMME SCHNEIDER

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os diferentes mecanismos de comunicação utilizados por empresas de cosméticos no Brasil, utilizando como forma de estudo analise de campanhas publicitárias das marcas O Boticário e Vult, destacando os diferenciais na sua forma de comunicação com seu público alvo. Através da analise da campanha Intense da marca O Boticário e da campanha dirigir e se maquiar causa o impacto errado da Vult, será possível estabelecer um comparativo entre as marcas e principalmente como as mesmas se comportam com seus públicos, vale destacar que mesmo se tratando de empresas atuantes num mesmo segmento, possuem posicionamentos e públicos distintos o que permitem que trabalhem com estilos e ferramentas de comunicação diversas, mas ambas levando seu publico ao consumo pelo impulso. A analise bibliográfica de STRUNCK (2011) e POPCORN (2000), permitirá as constatações que grande parte da população, age de forma impulsiva e bastante influenciada por estas campanhas publicitárias, independentemente da forma como se é usada, e com grandes investimentos como é o caso da marca O Boticário ou de forma mais direcionada e menos expressiva como a Vult. O Boticário possui um portfólio de produtos bastante amplo com linha de perfumaria, tanto masculina como feminina, maquiagem, já a Vult trabalha com linhas de cosméticos e higiene, com esta diferenciação de produtos já é possível perceber que estas marcas tem públicos distintos. O Boticário utiliza-se de forma bastante intensa das mais diversas mídias e de datas para realização de suas campanhas e também utiliza-se da ferramenta promoção para atrair clientes ao ponto de venda, induzindo a compra por impulso e atraindo novas consumidoras. Por outro lado a marca Vult por não possuir ponto de venda não se detém de estratégias tão massificadas para atrair o consumidor, restringindo-se apenas a venda de porta em porta com o sistema de catálogos e esporadicamente realiza campanhas de conscientização. Podemos concluir de forma clara que marcas que atuam no mesmo segmento de mercado podem atrair consumidores diferentes simplesmente pelo fato de diferenciarem as suas ferramentas de comunicação e estratégias de venda. Mesmo que ambas possuam em partes a mesma gama de produtos e que teoricamente estão no mesmo patamar de qualidade, possuem clientes distintas com pré disposições de compra e consumo totalmente diferentes e certamente influenciadas pela comunicação realizada pelas marcas.

ANALISAR, PROPAGANDA, ANÚNCIO, CAMPANHAS, PRODUTOS

A TELEVISÃO EM TEMPOS DE CONVERGÊNCIA: A REPERCUSSÃO DA NOVELA VERDADES SECRETAS NO BLOG HUGO GLOSS

CHIARA ROCHA BACK
NELSON VINICIUS GALVÃO
VITORIA PEREZ MOLINA SCHWARZ

A pesquisa a seguir busca analisar a utilização de duas plataformas como complementares, sendo a televisão como meio de comunicação e sua relação as outras diversas plataformas digitais disponíveis na atualidade, buscando apresentar o potencial de consumo que estas carregam juntas. Como objeto de estudo, busca-se entender a repercussão da novela Verdades Secretas, da Rede Globo, a partir da construção de conteúdo do blog Hugo Gloss, criado por Bruno Rocha. Durante os três meses da novela, o blogueiro criava resumos divertidos com apelidos para os personagens, vídeos comentando os capítulos, além de transmissões ao vivo para debater sobre as cenas, o que gerou repercussões positivas rapidamente, fazendo com que a novela alcançasse até 23.8 pontos de audiência. O tema busca, a partir das teorias de Henry Jenkins (2009), apresentar vantagens na instantaneidade da informação de redes sociais como SnapChat, Periscope, Facebook ou Twitter durante a apresentação de programas de Reality shows e Novelas. Ao longo das exibições, as redes sociais tornam-se grandes plateias, onde os seguidores opinam e relacionam-se de acordo com seus interesses. Segundo o autor do livro Cultura da Convergência, as mídias antigas não deixariam de existir, mas complementariam e adaptariam um novo formato de participação do público. A partir da convergência midiática a necessidade de uma interação social aumenta, e a programação tende a receber novas formas de diálogo. Através de uma grande movimentação de ideias na web, surge maneiras que complementam esse entretenimento, fortalecendo novidades nas formas de comunicação. É o caso do constante investimento em mídias sociais que diversas empresas tem adotado para aproximação do seu consumidor, sempre agindo de acordo com seu posicionamento.

TELEVISÃO, REDE SOCIAL, MÍDIAS SOCIAIS, NOVELA

CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO - GRUPO ESCOTEIRO ITA`Y

LUIZ DOUGLAS DA SILVA MARTINS
MARCOS MAURICIO PACHECO

A importância das atividades educacionais para o desenvolvimento social, comportamental e psíquico dos jovens, é talvez o maior desafio tanto familiar como pedagógico. A existência de Instituições, que colaboram para esse desenvolvimento educacional de uma forma global, ajuda a preparar e formar jovens cidadãos, desenvolvendo seu lado crítico e criativo, contribuindo para seu futuro. A partir daí, não diferente de outras Instituições, surge o movimento escoteiro, cujo método educacional tem como objetivo principal formar cidadãos responsáveis, usando a progressão pessoal de cada jovem através de seis áreas do desenvolvimento sendo elas física, intelectual, social, afetiva, espiritual e caráter, agregando valores sociais e culturais para a melhoria da sociedade em que vivemos. O grupo se mantém ativo e prestando seus serviços para a comunidade, ainda que enfrente problemas com verba, e a falta de participação de voluntariado e dos pais dos participantes, alto número de jovens registrados e participantes do grupo escoteiro Ita'y é algo que deveria ser bom, porém hoje o grupo conta com uma estrutura física básica para esses associados, o que impede de uma melhor qualidade no serviço prestado. Com isso, o presente trabalho tem como objetivo verificar quais são principais problemas de comunicação entre o Grupo Escoteiro Ita'y, junto à comunidade empresarial, assim como para com os pais e familiares dos integrantes do grupo, e como é a imagem do grupo dentro e fora do seu local de reuniões, averiguando então qual a dificuldade dos pais em não participar das atividades dos filhos dentro do grupo, além de buscar qual seria a melhor forma de arrecadar fundos periódicos para a instituição com o apoio da comunidade empresarial. Com relação ao método de pesquisa, o trabalho se utilizará da pesquisa de campo. Já que este tipo de pesquisa vai muito além da observação dos fatos e fenômenos e faz uma coleta do que ocorre na realidade a ser pesquisada. Depois disso, as informações obtidas são analisadas e seus dados são interpretados com base em uma fundamentação teórica sólida com o desígnio de elucidar o problema pesquisado.

ESCOTISMO, ESCOTEIROS, ATIVIDADES EDUCACIONAIS, DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

CAMPANHA PUBLICITÁRIA PROTEC EQUIPAMENTOS

FERNANDA KALIBERDA
GUILHERME ANDRADE

O artigo apresentado baseia-se no desenvolvimento de uma campanha publicitária para a empresa PROTEC Equipamentos, empresa especializada e atuante no ramo de equipamentos de proteção individual – EPI. Para isso, o suporte para execução apresenta-se nos planejamentos de marketing, comunicação e mídia, que juntos visam dar uma direção e apoio para as decisões de comunicação. Além desses, será utilizado o planejamento estratégico aplicado ao comércio desse ramo, uma ferramenta para produzir mudanças necessárias na empresa no momento em que ações publicitárias são pensadas e colocadas em prática. Para isso, a metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários. A pesquisa bibliográfica, utilizada para a fundamentação do trabalho, baseia-se nos autores Philip Kotler e Paulo Tamanaha. Já as pesquisas qualitativas, destinadas para o público interno e externo, possuem o propósito de avaliar a opinião do público em relação à utilização e importância dos EPIs, tal como conhecer a ideia do mesmo sobre a empresa e saber se a mudança de endereço influencia na procura por parte do consumidor. Com os resultados das pesquisas, será possível mostrar como se dá a organização da PROTEC referente às estratégias de comunicação atualmente, assim como visualizar as vantagens competitivas que esta possui frente aos seus concorrentes diretos e indiretos. Isso, somado aos planejamentos, dará a sustentação necessária para que as ações pensadas para a campanha publicitária da empresa sejam executadas com sucesso.

CAMPANHA PUBLICITÁRIA, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, VANTAGEM COMPETITIVA

COMO AS MARCAS UTILIZAM GRANDES FRANQUIAS CINEMATOGRÁFICAS PARA MELHORAR SEU DESEMPENHO

KARINA MARCHIORO GONÇALVES

Publicidade e cinema, que desde o século XX sempre estiveram juntos, são parte representativa das influências culturais que possuímos em nossas vidas. Seja a influência nos modos de ver o mundo e o reflexo comportamental pelo padrão de beleza, ou nas expressões que nos apropriamos para usar no cotidiano. (BITTENCOURT, 2012). Filmes necessitam de grandes investimentos para que se realizem, além da grande quantia gasta para divulga-los. É ai que entra a publicidade e seus meios, pois é através deles que será realizada a divulgação do filme antes mesmo dele ser lançado. Uma das franquias cinematográficas mais famosas do mundo é “Star Wars” (Guerra nas Estrelas, no Brasil), de George Lucas. A saga de ficção científica conta com uma série de seis filmes, sendo que o primeiro foi lançado em 1977. Por se tornar uma das mais famosas do mundo, abriu oportunidades para que diversas marcas conseguissem o reconhecimento de determinado público e ao mesmo tempo a divulgassem. Esse projeto analisará como a publicidade e o cinema, através da série de filmes “Star Wars”, trabalham em harmonia. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo observar como as marcas ajudam na divulgação da franquia “Star Wars” e, como podem obter vantagens dessa parceria, fortalecendo a sua imagem e incrementando as vendas. Para o desenvolvimento do projeto de pesquisa será utilizado um questionário quantitativo online para um público de faixa etária entre 18 e 30 anos, para mensurar o comportamento dos mesmos em relação ao produto e o filme, além de pesquisa bibliográfica. O resultado parcial será a constatação de que o consumidor comprará o produto objeto deste estudo - Lata de refrigerante da marca “Pepsi” - somente pela personalização da embalagem que possui referência ao filme.

STAR WARS, CINEMA, PUBLICIDADE

CONFIGURAÇÕES DO GAROTO-PROPAGANDA BOMBRIL

ARIANE CRISTINA DE ALMEIDA CAMPOS
FABIANA RODRIGUES MOREIRA

Este estudo tem como proposta analisar a construção publicitária a partir do garoto-propaganda, um dos responsáveis para a criação de uma interação direta com o consumidor e a fidelização do mesmo com a marca. Passando assim mensagens otimistas, alegres e que cativam a atenção do consumidor. Apresentando valores práticos e concretos num universo fantástico que é o mundo das propagandas. A escolha de uma figura humana como personagem, facilita e agiliza a transmissão da identidade da marca. Para .tanto, elegemos o ator Carlos Moreno, o qual foi garoto-propaganda Bombril por décadas. O personagem todo desengonçado com seu jeito esquisito conseguiu conquistar as donas de casa o público brasileiro, assim associando sua imagem a marca. Moreno ficou conhecido como “Garoto Bombril” e entrou para o Guinness como o garoto-propaganda de maior tempo de permanência no ar em toda a história da propaganda mundial. Pontuam-se as configurações do personagem com base teórica na obra ‘A linguagem de sedução’, de Carvalho (2003). O objetivo do trabalho é mostrar como o garoto-propaganda assume a função do intermediador e cria efeitos de sentido, convencendo o consumidor sobre as vantagens do que anuncia. A metodologia da presente pesquisa de concentra em caráter bibliográfico, considerando obras e artigos científicos. Conclui-se que o garoto-propaganda assume um papel decisivo para o reconhecimento e fidelização do consumidor com a marca. O sucesso do Garoto- Bombril é resultado de uma linguagem coloquial e com perfil fora dos padrões da publicidade brasileira.

GAROTO-PROPAGANDA, BOMBRIL, LINGUAGEM PUBLICITÁRIA

DESENVOLVIMENTO DE CAMPANHA INSTITUTO EDUCACIONAL DOM BOSCO

LUIZA BRAUN BENVENUTTI
MAISA DE MATOS KLOSTER

O presente trabalho tem por principal objetivo saber se a população de Guarapuava tem conhecimento em relação ao Instituto Educacional Dom Bosco, sobre os serviços oferecidos pelo mesmo e se há o interesse em realizar doações para que a prática do trabalho social seja mais eficaz. Para tal conhecimento, utilizamos distintas referências bibliográficas sobre marketing, para sabermos como analisar o mercado do terceiro setor e como transcorrer em relação aos possíveis problemas que encontraríamos. O principal problema enfrentado pelo Instituto é a questão de doação, que ultimamente não está sendo suficiente para realizar o objetivo deles, que é aumentar a infraestrutura para que mais jovens possam usufruir dos serviços oferecidos. Foi utilizado o método de pesquisa quantitativa com o público externo de Guarapuava, tanto pessoalmente quanto virtualmente. No atual momento, muitas pessoas estão dispostas a doar tanto financeiramente como em materiais para as atividades que serão realizadas, mas sentem dificuldades em encontrar informações sobre instituições do terceiro setor que necessitam dessa ajuda. Esse problema ocorre com o Instituto Dom Bosco, pois os mesmos não possuem condição financeira para utilizar os meios de comunicação disponíveis em Guarapuava, para se tornarem conhecidos e facilitar o processo de doação para a instituição. Observando os resultados da pesquisa, percebemos que somente 44% tem conhecimento sobre a instituição, sendo necessário divulgar mais sobre a mesma. Em contrapartida aproximadamente 83% das pessoas que participaram da pesquisa, tem a vontade de doar para o Instituto, à maioria prefere realizar a doação em materiais necessários. Com isso, observamos a necessidade do Instituto Educacional Dom Bosco em se tornar mais conhecido na cidade de Guarapuava.

CAMPANHA, INSTITUTO, DOAÇÃO

ESTERIÓTIPOS FEMININOS NA PUBLICIDADE: A INDUSTRIALIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA MULHER POR MEIO DA PROPAGANDA

RAISSA CAMPELLO DE OLIVEIRA

A Publicidade e Propaganda tem como função divulgar produtos e serviços por meio de campanhas comerciais ou educacionais (BORDENAVE, 2004). Esse trabalho tem como objetivo retratar a figura feminina ao longo dos anos por meio das mídias e falar como ela era vista aos anos 60 até a atualidade. Tratando-se da imagem feminina, a publicidade colocou dois estereótipos da figura da mulher. A mulher solteira, jovem e bonita, que cativa a atenção do público masculino e por outro lado, a mulher casada, adulta, mãe e dona de casa. O uso da mulher nas mídias fala de funções 'superficiais', de estereótipos e modelos: a bonita, a erótica, a mãe e as negras. Historicamente a imagem feminina é ligada ao desejo. Por exemplo, os nus das pinturas europeias que mostravam o desejo, assim como hoje. Ao longo do tempo as mídias modificaram a imagem da mulher, transformando-a nesse objeto ''perfeito'' mas o uso da imagem feminina foi explorado desde o início. A partir disso e do conceito da formação de esteriótipos (GOFFMAN, 1983), a análise tem na figura feminina um papel central no período de industrialização e implantação da tecnologia audiovisual no período recente (dos anos 1960 até a atualidade). Os resultados mostram como a construção social de uma imagem feminina esteriotipada e transmitida como um instrumento oriundo de um estilo fomentado pelas mídias. Desse modo, para conseguir um alto número de pessoas, a publicidade usa a mulher dita ''perfeita'', porque o importante para a propaganda é a venda. Concluímos que o uso da imagem feminina vende o produto, é assim que ela é vista para a publicidade. A maior prova que temos são as publicidades de cerveja, onde usam a mulher como objeto sexual para captar a atenção dos homens.

PUBLICIDADE, MULHER, ESTERIOTIPOS

GÊNERO TEXTUAL RESENHA ACADÊMICA COM ACADÊMICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA: PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA

EVELYN CRISTINI SLISINSKI

A presente pesquisa destina-se à análise e explanação do gênero textual resenha, e este no meio universitário, segundo Motta Roth (2010). Este estudo visa o entendimento do gênero, tal como sua estrutura, e relevância no meio acadêmico. Sabe-se que o gênero resenha é constantemente requisitado na vida acadêmica, e tem por indicador o teor avaliativo. Não obstante, o conteúdo presente no estudo que segue, mostra que esta não é a única característica de uma resenha, que segundo Andrade (1995), pode ser considerada um resumo crítico, porém mais abrangente, pois permite comentários e opiniões, inclui julgamentos de valor, comparações com outras obras da mesma área e avaliação da relevância da obra com relação à outras obras do mesmo gênero, e compara a obra de Motta Roth (2010) que é tomada como âncora deste trabalho, com a de outros autores da área, como Leite (2012), Machado(2010), entre outros. O estudo seguinte é descritivo, de cunho bibliográfico e realizado também através de levantamento de dados a partir de pesquisa experimental aplicando o processo sequência didática (Dolz e Schneuwly, 2004) com acadêmicos do curso de Publicidade da Faculdade Campo Real, Objetivamos ver a diferença em suas produções textuais, antes e depois de uma maior explicação sobre o gênero proposto. A princípio, pode-se concluir que a resenha, tem diversos usos sociais, tanto no meio acadêmico como no não acadêmico, e é de suma importância para o cidadão que produz um texto desse gênero, ter noções básicas de estruturação e principalmente, conteúdo para produzir então um material de qualidade para seus leitores.

RESENHA, RESUMO CRÍTICO, GÊNERO TEXTUAL

INTERTEXTUALIDADE NO ANÚNCIO PUBLICITÁRIO: UMA LEITURA DE "BOMBRIL"

ISABELA XAVIER

O objetivo geral deste trabalho é analisar a intertextualidade na propaganda realizada pela "Bombril" em 1998; a intertextualidade em questão surge através da fantasia de MonaLisa utilizada pelo ator João Carlos Moreno. Tal estudo se apoiará nas teorias de Koch (1998), pois segundo ela a intertextualidade é uma condição necessária para a existência de qualquer discurso. A intertextualidade ocorre quando um texto está sobreposto em outro; nesta propaganda, a intertextualidade está inserida de maneira implícita uma vez que não é possível ver nela uma citação expressa da fonte do intertexto apenas é identificada uma referência, de uma obra de arte feita no período do renascimento (1300-1700) mas que ainda é conhecida por grande parte do público alvo deste anúncio e não só pelo público alvo, muitas pessoas na época se sentiram atraídas pela própria intertextualidade. Para ser identificada, lida e interpretada, a intertextualidade, exige dos leitores um conhecimento de mundo assim como uma bagagem cultural muito abrangente não se restringindo apenas a textos literários, mas ampliando seus horizontes para outros tipos de obras como as músicas, pinturas, esculturas, filmes, seriados, novelas entre outros. A intertextualidade que está inserida nesse objeto é muito mais que uma simples modalidade linguística pois a partir do momento em que a mesma é usada em um anuncio publicitário ela se transforma em um recurso criativo que por sua vez se torna imensurável pois a criatividade é mais abrangente do que se possa imaginar. Sendo assim, é de grande importância destacar que a intertextualidade abordada nesse anuncio não tem só a função de persuasão, mas também carrega consigo a tarefa de fazer a fusão da cultura com a propaganda, uma vez em que se usa uma obra de arte para anunciar o produto.

INTERTEXTUALIDADE, BOMBRIL, MONALISA

MR SAUCE - PLANEJAMENTO DE CAMPANHA

ANA PAULA CHRIST
MICHEL NOVACZYK CASTILHO

As mudanças nos hábitos alimentares mudaram muito nos últimos anos devido à condição econômica que o individuo vem adquirindo e a facilidade de acesso e de compra cada vez maiores. Evitava-se comer fora de casa, visto que somos seres que estocam comida. Porém a realidade hoje é oposta. Para atender essa necessidade, a partir dos anos 80, o ramo de prestação de serviços em alimentação cresceu muito, principalmente com instalação de redes de fast food. O presente trabalho tem o objetivo de verificar a opinião e o conhecimento dos moradores da cidade de Guarapuava em relação a empresa Mr. Sauce que atua no mercado de restaurantes temáticos, segmentando à comida mexicana, bem como, o motivo que faz com que o público freqüente o restaurante, levando em conta que os restaurantes caracterizados como temáticos através da ambientação, da gastronomia e do serviço oferecido vem se destacando em sua atratividade em meio à concorrida oferta gastronômica que a cidade oferece. Para tal, buscaremos por meio da aplicação de questionário através do método de pesquisa quantitativa e qualitativa de campo. Já que este tipo de pesquisa vai muito além da observação dos fatos e fenômenos e faz uma coleta do que ocorre na realidade a ser pesquisada tanto dos consumidores quanto do publico alvo em questão. Depois disso, as informações obtidas são analisadas e seus dados são interpretados com base em uma fundamentação teórica sólida com o desígnio de elucidar o problema pesquisado. Estima-se que os resultados obtidos tragam informações a respeito do restaurante, analisando sua relevância para a cozinha local e de outros fatores presentes na concepção dele como: localização, serviço, preço, propaganda e caracterização, diante da escolha do público alvo e clientela, darão uma direção para que as ações elaboradas para a campanha sejam executadas de forma certeira.

MEXICANO, FASTFOOD, RESTAURANTE, PROJETO DE COMUNICAÇÃO, MR SAUCE

NARCISISMO PRESENTE NA CAMPANHA DA AXE. “AXE TOP: O ROUBO.”

TALITA POLINARSKI

O presente trabalho tem como finalidade avaliar o narcisismo presente na campanha da marca de desodorante Axe, publicado em 3 de set de 2013 em meio televisivo, criada pela agência Ponce. O filme, que aconteceu nas cidades de La Plata e Buenos Aires, mostra o modelo e ator Rodrigo Hilbert tendo sua beleza roubada, onde partes de seu rosto e corpo são “retiradas”, tornando-o feio. A marca tem como característica a sedução e a conquista amorosa, as campanhas da mesma buscam frisar que além de combater o mau odor e a transpiração o produto prepara o homem para a conquista, com perfumes elaborados especialmente para atrair o sexo oposto. O narcisismo explicito na campanha, retrata o consumo da ilusão, confrontando a necessidade do eu em necessitar a aprovação do outro, da sedução. Na sociedade contemporânea, o uso de cosméticos ganhou lugar no mercado, tornando-se uma obsessão de consumo, a busca pelo belo corpo perfeito, pelo glamour e pela distinção. Baseando-nos em Severiano (2001) e Camargo (2013), vale sublinhar que o método utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa é o de cunho bibliográfico. Diante das análises, conclui-se que a publicidade televisiva, cria um universo imaginário no qual o corpo se torna a chave para a conquista da felicidade, por meio de promessas milagrosas que todos podem usufruir,o narcisismo presente nos filmes da marca é característico e fictício, vendo que a mesma busca criar uma ilusão ao consumidor, percebe-se assim que o consumo não está diretamente ligado ao produto, mas sim ao seu valor social que lhe é agregado.

AXE, CONSUMO, NARCISISMO

O ACESSO À LIBRAS E A NECESSIDADE DA AMPLIAÇÃO DE MODALIDADES COMUNICACIONAIS PARA OS SURDOS

KAROLINE CAMAROTO DOS SANTOS
MARCELO BRUNO

O objetivo da pesquisa é informar ao público sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e sua importância no meio onde está inserida. Em pesquisa recente, realizada no desenvolvimento do trabalho, os dados mostraram que nem mesmo os familiares dos deficientes auditivos têm conhecimento sobre a linguagem de sinais. Poucas são as pessoas que sabem o que interfere diretamente no relacionamento familiar e na educação. Porém, segundo o Decreto Federal 5.626/05, a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores no exercício do magistério, médio, superior e outros cursos que utilizem a linguagem falada. Com isso, por meio de uma metodologia com a aplicação da pesquisa quantitativa em Guarapuava, optou-se como corpus, os entrevistados da Pastoral dos Surdos da Paróquia Santa Terezinha. Os dados mostram um pouco da realidade dos surdos e das pessoas que ali estão, sobre o que elas sabem sobre a real situação e dificuldades que os participantes da pastoral passam, podendo assim trazer isso como base de estudo. Segundo Juan Diaz Bordenave (2004), a comunicação é o primeiro pilar para o desenvolvimento social e a formação de relações entre os seres humanos. Conclui-se que mesmo as pessoas mais próximas dos surdos têm dificuldades para se comunicar com eles segundo os dados da pesquisa. Há então, a necessidade de conscientizar a população sobre a importância da inserção nas políticas públicas, no desenvolvimento de meios acessíveis e formas de interação entre a comunicação e seu público (surdos neste caso) e a possibilidade de intérpretes em locais como hospitais, delegacias de polícia e entre outros setores.

LIBRAS, SURDOS, LINGUAGEM, COMUNICAÇÃO, PASTORAL

O APOGEU DO HORÁRIO NOBRE NA TV BRASILEIRA

ABIMAEL CARDOSO
CARLOS EDUARDO BARBOSA

O objetivo do estudo a ser analisado será a intensa disputa pelos pontos de audiência no horário nobre das duas maiores emissoras do país, para tanto será averiguado as principais praças de medição de audiência no país. Após se consolidar na liderança da TV aberta, a rede Globo de comunicação jamais viu seus principais concorrentes se aproximar nos consolidados, medidos pelo IBOPE, no horário nobre da TV. Nunca, até a estreia da novela “Os dez mandamentos” da sua principal concorrente, a rede Record. O que antes era considerado algo impossível de acontecer, até mesmo para os mais otimistas aconteceu, assim como as pragas do Egito. Os índices surpreenderam nas principais praças de medição do País, recebendo maior destaque no Nordeste e na região Sudeste. O sucesso estrondoso da novela Dos Bispos, fez com que a 3° maior emissora do planeta mudasse às pressas sua grade noturna, mudando drasticamente o que era considerado o padrão Boni de se fazer televisão. O principal produto da emissora Macedo não assustou somente a novela “A regra do jogo”, como também o Jornal de maior repercussão nacional, o “Jornal Nacional”, que em um momento histórico perdeu para o jornalístico do Rezende na principal praça de medição do país. Os possíveis resultados após o estudo pode indicar que a audiência pífia da antecessora da atual novela das nove foi decisório para o fracasso da trama de João Emanuel Carneiro. Outros motivos que sugere tal reversão da audiência é o atual e altos investimentos feitos no Recnov, bem como o assunto épico abordado na trama. A pesquisa exploratória será utilizada como método de análise para averiguação de tais hipóteses. Dado o exposto, pode-se concluir que os altos investimentos feitos pela Record e a não aceitação dos produtos das nove da Rede Globo propiciaram um sucesso grandioso para a emissora da Barra Funda.

AUDIÊNCIA, GLOBO, RECORD, INVESTIMENTO, ACEITAÇÃO

O OUTDOOR QUE SANGRA - ANALISE TRANSACIONAL APLICADA NA PUBLICIDADE

ALESSON SANTOS

Os anúncios publicitários tem como objetivo transmitir da melhor maneira possível uma mensagem, facilitando a comunicação. As mensagens precisam ser evidentes, entendíveis e independente da mídia e/ou veículo usados, esses anúncios precisam ser verdadeiros para que o objetivo de comunicação seja alcançado. Através do domínio da psicologia, mais especificamente análise transacional – transação ulterior, procura-se entender, mudar ou prever o comportamento humano. Essa ferramenta é utilizada com o objetivo de evitar ou apenas lembrar-se de punições. Compreender o funcionamento da análise transacional inserida na publicidade e propaganda, é fundamental para o desenvolvimento de campanhas efetivas. Numa análise feita em um outdoor: The billboard bleeding – com foto de crianças que sangram em dias chuvosos – foi veiculado na principal avenida da cidade de Papakura, Nova Zelândia. Esse anúncio, traz a frase “Chuva muda tudo. Por favor, dirija às condições.” alerta as pessoas sobre os perigos de dirigirem imprudentemente em dias chuvosos e chocou os motoristas que transitam por àquela via pois quando o sol aparece, a foto volta ao normal. Para fundamentar os estudos, foi utilizado referências bibliográficas de Eric Berne e Roland Barthes (2003). Após a exploração feita no outdoor, percebe-se que os efeitos foram surpreendentes. Reduziu-se a zero os acidentes envolvendo carros em dias chuvosos naquela avenida e com isso, é claramente explícito que uma propaganda bem pensada e bem estruturada é a chave do sucesso.

ANALISE TRANSACIONAL, PUBLICIDADE E PROPAGANDA, TRANSAÇÃO ULTERIOR, OUTDOOR

OPERADORES ARGUMENTATIVOS NA PUBLICIDADE INFANTIL

ALANA ISABELA CARDOSO
BIANCA ZIELINSKI

A linguagem, como sabemos, pode ser uma eficaz ferramenta para a persuasão, mecanismo fortemente empregado pela publicidade com o objetivo de convencer o consumidor a comprar ou utilizar determinado produto ou serviço. Para isso, usa alguns mecanismos linguísticos que permitem e facilitam tal objetivo. Os operadores argumentativos constituem um desses mecanismos, já que tem como função orientar o indivíduo para determinada direção. Sabendo disso, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a aplicação dos operadores argumentativos “tão...como” e “mais”. Para tanto, escolheu-se dois anúncios da marca de brinquedos “Estrela”, sendo um de 1995 e outro de 1980, ambos anúncios de veiculação impressa. Como referenciais teóricos nos ancoraremos em Fernandes (2008), Oliveira (2003), que afirmam que “os operadores argumentativos são marcas linguísticas indispensáveis ao desencadeamento de efeitos, de ações, de comportamentos, de conclusões, ou seja, tais marcas instigam e direcionam, argumentativamente, os personagens da enunciação. ”, Freitas (2002) e Carvalho (2003), onde afirmam que “a palavra tem o poder de criar e destruir, de prometer e negar, e a publicidade se vale desse recurso como seu principal instrumento”. É importante ressaltar que o método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa é de caráter bibliográfico. Diante disso, pode-se concluir que a linguagem argumentativa é de suma importância para a publicidade, pois, é esta linguagem que conduz o consumidor ao ato de compra, concretizando assim, os objetivos da propaganda.

PERSUASÃO, OPERADORES ARGUMENTATIVOS, PUBLICIDADE INFANTIL, LINGUAGEM

ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS SPOTS E JINGLES NAS RÁDIOS DO BRASIL

JULIANO EVANDRO CORDEIRO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a origem e a evolução dos Jingles e spots no Rádio Brasileiro, para isso, escolhemos como corpus dessa pesquisa produtos radiofônicos da Empresa Guaraná Antártica. Como referência ancoraremos-nos em pesquisas de cunho bibliográficas de Prado (2012), Ferrareto (2001), Tahara (1998), Sant`anna (1998), site AERP (associação de Emissoras de Rádios do Paraná), e ABERT (associação brasileira de Emissoras de Radio e Telecomunicações). Todavia para a análise prática, foram selecionados materiais Publicitários do produto Guaraná Antártica em diferentes períodos, nos anos 1980 (Guaraná Antarctica, o brasileirinho), 1991 (Este é o sabor), 2002 (Seja o que for, seja Original) e 2015 (Borala fazer acontecer), diante disso observamos uma grande evolução nos meios midiáticos do produto, onde o mesmo no começo se utilizava-se muitas vezes de comparações feitas com seu principal concorrente, já outras deixando clara a junção feita com alimentos como a pizza e a pipoca que não a toa foi seu grande sucesso na década de 1991, e até aos dias de hoje, onde estimulou-se a imaginação do receptor, despertando cada vez mais o desejo pelo produto, além de mostrar notoriamente seu poder de persuasão, com os seus jingles e spots marcantes, os quais ficam gravados na nossa memória, fato é que os anúncios do Guaraná Antártica eram sempre adotados de ocasiões simples e corriqueiras do dia-a-dia para mostrar que, em qualquer momento, um copo de Guaraná Antártica é bem-vindo.

RADIO, PROPAGANDA, SPOTS, JINGLES, GUARANA

OS ESTEREÓTIPOS FEMININOS NA INDÚSTRIA CULTURAL: COMO A SÉRIE SEX AND THE CITY INFLUENCIOU A SOCIEDADE COM SEU MODELO DE MULHER MODERNA

ANDRESSA RODRIGUES BAYER
JULIA GONZALES

O tema proposto para a Iniciação Científica é como o uso do Estereótipo feminino é utilizado dentro da comunicação, como objeto de estudo, será analisada a série americana Sex and The city, ou SATC. O objetivo da pesquisa, é discutir e expor como esses meios de massa vem utilizando os estereótipos e quais os efeitos eles criam dentro da sociedade, se a mulher atual consegue se enxergar dentro desses rótulos que a mídia trata como verdade. Para isso, a série Sex and The City será analisada, pois as personagens principais trazem estereótipos bem fortes agregados, que geraram um novo modelo de mulher moderna, a partir de seus gostos e ambições, bem como a independência financeira e sexual. Também será pesquisada a história dos estereótipos femininos dentro do cinema e da publicidade, seus primeiros usos e como eles evoluíram com o passar dos anos. A influência que esses estereótipos trouxeram que acabaram sendo novos modelos de utilização da imagem feminina dentro de campanhas publicitárias e afetam diretamente na visão que a mulher tem sobre ela mesma. Também reconhecer a importância da publicidade em se atentar a cada detalhe na hora de recriar esses modelos femininos dentro de campanhas. Os procedimentos utilizados para a elaboração da iniciação científica são baseados em pesquisa bibliográfica, buscando conceitos e artigos que abordem o assunto proposto. A série criou um padrão de mulheres que sabiam o que queriam e como consegui-lo, em todo lugar existia uma mulher sonhando em ter a vida luxuosa das personagens e acreditando que aquela representação que assistiam, era o reflexo das mulheres reais que estavam à solta pelo mundo, e que elas deveriam se encaixar naquele estilo de vida. Porém, os olhos mais atentos conseguem perceber que a série pode ter se eternizado com um grande apelo à liberdade feminina, mas que pecou muito e poderia ter aproveitado muito melhor essa ideia em vários aspectos, estabelecendo modelos que realmente pudessem ser encontrados no cotidiano e inspirado mulheres.

ESTEREÓTIPOS, TEORIA DA COMUNICAÇÃO, CINEMA, PUBLICIDADE, SEX AND THE CITY

O USO DE TRILHAS SONORAS EM VÍDEOS PUBLICITÁRIOS

RODRIGO VARELA DE MATOS

A música é algo que esta presente em nossa vida praticamente o tempo todo. Com várias formas e estilos que pode nos emocionar, acalmar, agitar e até criar outras situações mais fortes, através da melodia, da letra e ritmo. Sofremos uma grande influência musical há décadas, que move gerações e modificam comportamentos. O que é interessante também, é como ela afeta, por exemplo, uma lembrança que ocorre quando ouvimos uma determinada música. Lembramos de um lugar, alguém, um filme e até um sentimento de nostalgia. E nessa compreensão, nós vamos entendendo como as mídias usam o som para tentar alcançar seu público, e não apenas usando a sonoridade como um mero complemento. Então, nesse estudo entenderemos como a musicalidade de uma ideia pode fluir na mente de consumidores. A forma com que alguém pode ser `atingindo` é mudada de acordo com a trilha sonora que acompanha um determinado vídeo. Abordaremos as diferentes visões e modos com que o consumidor pode estabelecer uma identificação com produto ou marca, já que a música, de fato, tem o poder de se relacionar com as peças de forma simples, combinando com textos e imagens. Veremos a percepção de som, música como linguagem, a persuasão na comunicação como um todo, redação publicitária, jingles e trilhas, até a percepção pelo ser humano. Será demonstrado pelo estudo e prática, com analise dos seguintes vídeos: Bad dog, good dog (Pedigree), e Maddie (Chevy). Com base teórica em: O som e o Sentido (WISNIK, JOSE MIGUEL) e outros artigos relacionados. Percebendo, assim, as diferentes visões que podemos ter apenas com a mudança da música em um mesmo vídeo, compreendendo assim, como a música pode agir no processo de decisão de compra do consumidor.

MÚSICA, PUBLICIDADE, PERSUASÃO

RELAÇÃO COM O CONSUMIDOR E POSICIONAMENTO DE MARKETING DA MARCA DOLLY GUARANÁ

GABRIELA ROSSETTO

ADolly Guaraná é uma marca nacional de refrigerantes, está no mercado à 28 anos, sendo responsável pela introdução de refrigerante dietético no mercado brasileiro, porém só no ano de 1994 passaram a produzir também refrigerantes adoçados com açúcar. A marca chama a atenção pela forma que divulgam as campanhas, e como eles conseguem a liderança de mercado e qual é a vantagem em manter a mesma estratégia de marketing. A marca mantém sempre a mesma linha nos anúncios sendo que a Dolly investe em marketing o mesmo que concorrentes, que distribuem o produto por todo o país, sendo que a Dolly é uma marca regional, distribuindo o produto em apenas três estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). Usando a comunicação adotada ela consegue ser lembrada pelo público e é vista de várias formas por esse público. Apesar de comum e grotesca, faz sucesso, o que leva os consumidores a simpatizarem com a marca e porque o apelo regional os mantém lideres de venda nessas regiões? A marca tem reconhecimento nacional, praticamente todo o país é atingido pela comunicação da Dolly, porque então eles ainda mantém a venda em regiões específicas e não para todo o território nacional. O objetivo é buscar respostas de qual é a aceitação do público e dos consumidores da marca com relação às estratégias e posicionamento de comunicação e marketing adotadas pela Dolly. Identificar e analisar dados e as estratégias de comunicação e marketing da marca Dolly Guaraná e saber onde e em que meios mais investem e o quanto conseguem atingir e como o mercado reage a isso, para buscar essas respostas será realizada uma pesquisa qualiquantitativa, aplicada em duas regiões, uma onde o produto é comercializado e outra em uma região onde as pessoas são atingidas pela comunicação da marca, mas nunca consumiram o produto. Se possível será realizado um teste cego, para testar a qualidade e o que tem de diferente no produto dos demais concorrentes. Com a realização das pesquisas espera-se obter dados que comprovem as teorias citadas inicialmente, para comprovar o porque a marca utiliza sempre a mesma estratégia de marketing e comunicação e se seria melhor a marca fazer modificações ou manter a sua forma de comunicar o seu produto.

DOLLY, GUARANÁ, MARCA, POSICIONAMENTO, CONSUMIDOR

SEMIÓTICA E PROPAGANDA: A PUBLICIDADE INFANTIL E OS SIGNOS UTILIZADOS NO DOCUMENTÁRIO "CRIANÇA A ALMA DO NEGÓCIO"

ALINE DOS SANTOS
LUCIA MAYARA RUTH

A presente pesquisa pretende verificar alguns pontos do documentário (curta metragem) "Criança A Alma do Negócio", nacional, de 2008, dirigido por Estela Renner. O curta metragem mostra basicamente depoimentos de crianças, pais e especialistas, sobre a publicidade direcionada e o consumismo. Também podemos perceber no documentário como a propaganda direcionada para esse público em 2008 era agressiva e moldava os hábitos de compra de uma família inteira. Ele ainda nos traz dados importantes, por exemplo, que 80% da influência de compra em uma casa parte de uma criança, e que uma marca precisa apenas de 30 segundos para atingir esse consumidor. O principal objetivo deste estudo é analisar como os símbolos criados por agências de publicidade afetam a vida dessas crianças, e consequentemente dos seus pais. Como significados geram consumidores desenfreados e moldam hábitos de compra. Cada vez mais a criança quer ter o que é mostrado na TV, ou pior, ela quer ser a outra criança que está sendo propagada pelo meio televisivo. Ela só se sentirá feliz quando possuir o que lhe foi dito que ela precisava ter ou consumir. Assim a criança vai perdendo a fase de ser criança e se torna um mini adulto consumista. O referencial teórico que foi utilizado no estudo desse objeto são os textos, "O Que É Semiótica" de Lucia Santaella, e "O Universo dos Sinais" de Eliseo Verón. Este estudo consiste basicamente em uma análise semiótica e comportamental de crianças expostas diariamente a signos e significados que a mídia usa, para criar uma nação de consumidores desde muito cedo. A semiótica é basicamente a ciência dos signos (SANTAELLA, 2003). Por signo podemos entender linguagem, as várias formas de se expressar (fala, escrita, arte). A publicidade em suas campanhas usa signos, cria objetos de desejo na mente dessas crianças. Muitas vezes o significado desses signos usados, são entendidos somente por elas. Tendo como objetivo entender ou talvez explicar como a publicidade está sendo prejudicial, ou não, para crianças, e como toda essa mídia direcionada para essas crianças pode vir a moldar seus hábitos e costumes a longo prazo.

PUBLICIDADE, SEMIÓTICA, CRIANÇA, CONSUMO

TABUS DA LÍNGUAGEM NA CAMPANHA "EGEO 7 TENTAÇÕES" DE O BOTICÁRIO

BRUNO EMANOEL VIEIRA

O presente trabalho tem como objetivo avaliar os tabus da linguagem que cercaram a recepção do público da campanha de dia dos namorados "Egeo 7 Tentações", realizada pela empresa de franquias de cosméticos e perfumes brasileira "O Boticário" e vinculada em todo o país no primeiro semestre do ano de 2015. A campanha recebeu fortes críticas das camadas mais conservadoras da sociedade brasileira por mostrar pessoas do mesmo sexo trocando presentes. Por se tratar de uma campanha para o dia dos namorados, ficou claro e explicito que se tratavam de casais. O vídeo gerou muita polêmica e chegou a sofrer um processo junto ao CONAR (órgão que regulamenta e fiscaliza a propaganda no Brasil), que, posteriormente, acabou sendo arquivado. Nas redes sociais muitas pessoas sentiram seus valores agredidos e não esconderam sua insatisfação para com a marca. Por outro lado, várias pessoas criticaram positivamente a campanha. O vídeo que mostrou diferentes formas de afeto entre os indivíduos tratou os relacionamentos homo afetivos com extrema naturalidade, suavidade, tranquilidade e perspicácia, sendo sucinto e direto. O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa de cunho bibliográfico com base em Schultz (2005) e Chauí (2004). Diante dos estudos realizados, conclui-se que ainda existe um enorme preconceito para com os homossexuais, pois a marca sofreu até com tentativas de "boicotes". Mostrar um casal gay (como muitos se referem) em rede nacional, para muitos, é uma ofensa imperdoável, porém, dentro de um ponto de vista mais antropológico, o anúncio é de extremo bom gosto.

PRECONCEITO, TABUS, PROPAGANDA, O BOTICÁRIO, LINGUAGEM

USO DA CROSS MEDIA NAS PROPAGANDAS DA OLX

CAMILA BARBOSA PEREIRA
REBECA STEFANY C. SANTOS

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o uso da Cross media nas propagandas publicitárias. Visando fortalecer a marca no Brasil, e adaptar sua comunicação com o crescimento da tecnologia e convergência digital a OLX optou por investir nessa estratégia e ainda utilizando de anúncios bem humorados de apenas 30 segundos e que também se utiliza do apelo para os sentimentos que temos com bens materiais. Sendo assim, escolhemos uma das suas propagandas, "A montanha" - para analisarmos como o uso desse recurso tem sido cada vez maior no meio publicitário. A metodologia é de cunho bibliográfico e quantitativo visto que estudaremos pesquisas para mostrar a importância dessa estratégia para o cenário publicitário atual. Ressaltando ainda que nos baseamos em JENKINS (2009) onde o autor mostra interesse em torno das novas mídias e expõe as transformações culturais, que ocorrem à medida que esses meios convergem, TAMAHANA (2011) em que o autor mostra como montar um plano de mídia para o mercado brasileiro, também baseando-se em um artigo de FINGER (2011) sobre Cross media e Trans media e como essas estratégias podem mudar tanto o telejornalismo como a publicidade em si e ainda SISSORS (2001) onde o autor declara que um bom planejamento de mídia faz toda a diferença para que anunciantes alcancem seus objetivos e não percam seus investimentos. Como resultados parciais podemos observar que a Cross media é de grande importância para a consolidação das marcas em várias plataformas comunicativas, vendo que ela conversa com o público em diversos momentos. A estratégia de Cross media, pode significar uma grande mudança no meio publicitário que irá se alinhar cada vez mais com a distribuição de conteúdos pelos diversos dispositivos móveis.

CROSS MEDIA, CONVERGÊNCIA, OLX, PROPAGANDA, ESTRATEGIA

POLÍTICA EDITORIAL E NORMAS

A Comissão Científica recebe, seleciona e indica para publicação artigos de trabalhos que forem apresentados no evento. Por isso, os participantes que apresentarem comunicações orais ou painéis e desejarem ter o trabalho publicado em forma de artigo na Revista de Periodicidade Anual do Encontro de Iniciação Científica, deverão protocolar na secretaria acadêmica da instituição, até a data limite de 12 de dezembro de 2010, cópia do trabalho completo em mídia digital (CDRom), com etiqueta contendo os nome(s) do(s) autor(es), título do trabalho e uma via impressa (impressora laser ou jato de tinta). Deverá ser anexada uma página contendo a identificação completa do(s) autor(es), endereço postal e eletrônico (email) e telefone para contato. Observar essencialmente as seguintes normas. Papel A4, margens superior e esquerda 3 cm e inferior e direita 2 cm. Máximo de 12 páginas. Fonte Arial, tamanho 12, espaçamento 1,5 cm. O Título deverá estar centralizado, em maiúsculo e em negrito. Logo após o titulo mencionar o(s) nome(s) do autor(es). Apenas o(s) sobrenome(s) em maiúsculo. Indicar entre parênteses o Curso e a Instituição.
EXEMPLO:

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA UNIVERSIDADE

SILVA, João da (Publicidade e Propaganda - Campo Real)

Iniciar o texto do artigo com um resumo de até 10 linhas. Logo após o resumo indicar até no máximo 5 palavras-chave. O texto do artigo deverá ser numerado seqüencialmente podendo apresentar, basicamente, a seguinte estrutura:

RESUMO:
PALAVRAS-CHAVE:
Introdução
1. Fundamentação Teórica
2. Materiais e métodos
3. Análise dos registros, dados e discussão dos resultados
4. Considerações Finais
5. Referências Bibliográficas

ORGANIZAÇÃO DO ARTIGO

Espera-se de um artigo científico: correção ortográfica, revisão gramatical e científica; concisa; clareza; harmonia interna e externa; originalidade; vigor; precisão e elevação da linguagem. Como critérios básicos de seleção serão avaliados: conteúdo científico, originalidade, relevância, forma de apresentação e observação das normas. O artigo enviado para publicação que não se enquadrar às normas será eliminado. Recebimento, análise, seleção e indicação dos trabalhos para publicação em forma de anais do evento são provas da prévia e expressa autorização e concordância dos respectivos autores do artigo.

Dúvidas, entre em contato pelo site do evento:
http://www.camporeal.edu.br/encontro/
http://www.camporea.edu.br/encontro/contato.php